

EIDE SANDRA AZEVEDO ABREU

O EVANGELHO DO COMÉRCIO UNIVERSAL
O desempenho de Tavares Bastos na Liga
Progressista e no Partido Liberal
(1861-1872)

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Izabel Andrade Marson

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 06/02/2004.

BANCA

Prof^a. Dr^a. Izabel Andrade Marson (orientadora)

Imarson

Prof^a. Dr^a. Cecília Helena Lorenzini de Salles Oliveira

Cecília H. Oliveira

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

F. Lourenço

Prof^a. Dr^a. Maria Stella Martins Bresciani

M. S. Martins Bresciani

Prof. Dr. Robert Andrew Wayne Slenes

Robert Andrew Wayne Slenes

Prof^a. Dr^a. Silvana Mota Barbosa (Suplente)

Prof^a. Dr^a. Iara Lis F. Schiavinatto Carvalho Souza (Suplente)

Fevereiro/2004



NIDADE ABC
CHAMADA Unicamp
Ab 86e
EX
IMBO BC/ 51809
COC 16-227-09
D X
EÇO 11.00
ATA 14/04/2004
CPD

ii

000196715-9

3: b id: 314341

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Ab 86 e Abreu, Eide Sandra Azevedo
O evangelho do comércio universal: o desempenho de Tavares Bastos na liga progressista e no Partido Liberal (1861-1872) / Eide Sandra Azevedo Abreu. - - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Bastos, Aureliano Candido Tavares, 1839-1875. 2. Liberalismo - Brasil - Séc. XIX. 3. Navegação de cabotagem - Brasil - Séc. XIX. 4. Brasil - História - Império, 1822-1889. 5. Navegação - Amazônia. I. Marson, Izabel Andrade. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

**para Sérgio
e Lucas**

Resumo

Esta tese considera o percurso político de Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875) durante um período – a década de 1860 e o começo da década de 1870 – em que ocorreram mudanças significativas na política do Império, com a formação da Liga Progressista e a constituição de um “novo” Partido Liberal.

Com base especialmente no estudo dos debates da Câmara dos Deputados no período e dos documentos existentes no arquivo pessoal do deputado, o trabalho demonstra que diferenças existentes entre as obras *Os males do presente e as esperanças do futuro*, *Cartas do solitário* e *A província* se explicam pelo fato de terem sido escritas em momentos diversos da trajetória política do autor. Inicialmente aliado aos conservadores “moderados”, Tavares Bastos participou com eles da tentativa de aliança com os liberais na Liga e, mais tarde, revelou concepções que indicavam no sentido de uma melhor consolidação desta aliança, no “novo” Partido Liberal.

As fontes mencionadas indicam também a luta de Bastos e seu grupo contra o monopólio estabelecido em importantes atividades econômicas. E ainda explicitam o seu vínculo com negociantes brasileiros e norte-americanos interessados na subvenção governamental à navegação de cabotagem e à imigração de norte-americanos para o Brasil.

Abstract

This thesis deals with Aureliano Cândido Tavares Bastos' political trajectory during a specific period of time – 1860s and the beginning of 1870s – over which many changes occurred in Brazilian politics. During that period the Progressive League was formed and a “new” Liberal Party was constituted.

Based primarily on the Chamber of Deputies' debates of that period and the deputy's archives, the thesis explains that the differences between the works *Os males do presente e as esperanças do futuro*, *Cartas do solitário* and *A província* are elucidated by the fact that they were written under different circumstances in the author's political career. Initially allied with moderate conservatives, he participated in their attempt to ally with liberals in the Progressive League, and, later, proposed a tighter consolidation of the alliance which would form a strong “new” Liberal Party.

The aforementioned sources reveal Bastos and his group's fight against the monopolies in the market. They also site the links between Brazilian politicians and North American business leaders interested in governmental subvention of cabotage and the promotion of immigration from the United States to Brazil.

Agradecimentos

Finda a realização do trabalho, registro a minha gratidão pelas pessoas e instituições que contribuíram para que ele pudesse acontecer.

Em primeiro lugar, sou muito grata à Prof^a Dr^a Izabel Andrade Marson, pela verdadeira doação com que sugeriu caminhos de pesquisa e reflexão, ao longo de todo o percurso deste trabalho. A dedicação com que acompanhou os passos da pesquisa e da redação foram imprescindíveis.

Também agradeço muito a Célio Ricardo Tasinafo, meu colega, que em conversas informais muito me ensinou sobre história do Império, contribuindo para a definição de encaminhamentos importantes do trabalho. Ajudou-me também na indicação de fontes de pesquisa e nos trabalhos para ter acesso a elas. Além de tudo isso, contribuiu para que meu ânimo não arrefecesse, com o seu contagiante entusiasmo e fascínio pelo trabalho de pesquisa.

À Prof^a Dr^a Maria Stella Martins Bresciani e à Prof^a Dr^a Iara Lis F. Schiavinatto Carvalho Souza agradeço os muito úteis comentários e sugestões que fizeram no Exame de Qualificação.

Aos funcionários da Divisão de Informação Documental da Biblioteca Nacional, agradeço a seriedade com que, mesmo à distância, atenderam minhas solicitações de reprodução de documentos.

Aos funcionários do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e do Arquivo Histórico do Itamaraty, agradeço também o cuidado com que me ajudaram a ter acesso a parte das fontes da pesquisa.

Sou grata também a Vânia Maria Silveira Reis Fantin, Maria Luzinete Euclides e Cristina Teruel, da Biblioteca do Campus de Marília, da UNESP, que muito me ajudaram em momentos particularmente difíceis da busca e pesquisa das fontes.

À CAPES, agradeço o financiamento através da concessão de bolsa de estudos, pelo Programa Institucional de Capacitação Docente.

Aos meus colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, onde leciono, sou grata pela confiança que depositaram em meu trabalho, ao aprovar o afastamento que foi fundamental para a realização da pesquisa.

Lucas Azevedo Abreu me ajudou, com dedicação, a providenciar cópias de grande parte da documentação.

Edna Aparecida da Silva, Maria Azevedo Abreu, e Simone Pereira da Costa, com sua generosidade, me ajudaram a ter acesso a obras importantes para o trabalho.

A Sérgio Alpendre, além de tudo, devo o carinho com que fez uma revisão do texto.

A meus amigos todos agradeço o alento que me trazem, fornecendo o ingrediente indispensável deste e de outros trabalhos.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 – Em tramas conservadoras	25
1. Entre “moderados”	25
2. Objetividade e a política do “excêntrico”	41
3. Descentralização e livre mercado	66
Capítulo 2 – “Guerra à oligarquia”	81
1. O “evangelho” do “solitário”	81
2. Tropeços da liga: o “passageiro relâmpago” do “gabinete dos anjinhos” e o “programa da corrupção”	110
3. A trégua na Câmara e a abertura em aditivos: O envolvimento de Tavares Bastos com a liga	129
Capítulo 3 – Entre “liberalíssimos”	143
1. Zacarias e o “cavalo de Tróia” progressista	143
2. Uma tentativa de “assalto ao tesouro” e a queda do gabinete	172
Capítulo 4 – “Para o abismo, sorrindo”	197
1. Os “funerais” da liga e o projeto de um “novo” Partido Liberal	197
2. Interesses explícitos	220
3. O recrudescimento da oposição liberal à “moxinifada” progressista e a questão bancária	231
4. Navegação e imigração <i>yankees</i>	263
Capítulo 5 – Entre “históricos” e “novos” liberais	277
1. Com os “históricos”: Bastos e o esfacelamento do progressismo	279
2. Bastos e os “novos liberais”: divergências e decepções	328
Considerações Finais	353
Anexos	359
1. Informações biográficas de personagens mencionados	359
2. Gabinetes ministeriais (1861-1872)	373
3. Cronologia do percurso de Bastos na vida pública e privada	381
Fontes e Bibliografia	389

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste no estudo do percurso político de Aureliano Cândido Tavares Bastos, deputado que atuou na política brasileira em um momento – a década de 1860 e o começo da década de 1870 – que se destacou por ser aquele em que ocorreu uma profunda mudança na configuração partidária do Império, especialmente a partir da formação da Liga Progressista.

A Liga constituía uma aliança de políticos conservadores dissidentes – chamados "moderados", entre os quais os chefes Nabuco de Araújo, Zacarias, Olinda e Saraiva – com liberais, para realizar uma oposição aos conservadores "puros". A divisão entre "moderados" e "puros" no interior do Partido Conservador, segundo indicam os debates do início da década de 1860, aconteceu por conta de divergências no que tangia especialmente à aprovação da lei de 22 de agosto de 1860, a qual impunha grandes limites às liberdades de empresa e de crédito. Contrários à medida, considerada prejudicial por consagrar o monopólio de atividades vitais para a economia do período, por parte de pequeno grupo de negociantes¹, os "moderados" se afastaram de seus antigos correligionários, e começaram a se aliar aos liberais já para as eleições que formariam a 11^a legislatura da Câmara, que iniciaria os seus trabalhos em 1861.

Tais eleições, realizadas sob o impacto negativo da referida lei, trouxeram ao legislativo imperial um número significativo de liberais, dos quais os "conservadores moderados" se esforçaram para se aproximar, lançando mão de argumentos que amalgamariam a união dos dois agrupamentos, como os pertinentes às questões do poder moderador e da descentralização política, além dos referentes à liberdade de

¹ O monopólio da navegação de cabotagem, do crédito e do fornecimento de mão-de-obra, bem como do comércio de importação e exportação, por uma mesma "elite mercantil" da praça de comércio do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, é ressaltado pelos pesquisadores João Luís Ribeiro Fragoso (em *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 321-324) e Manolo Florentino, no livro *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 150-154 e p. 194-204. Já a ligação dos homens monopolistas dessas atividades com os saquaremas é indicada por Ilmar Rohloff de Mattos, em *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília/DF: INL, 1987, p. 164-167.

empreendimento e de crédito. A coligação cresceu durante todo o ano de 1861, e obteve sua primeira vitória parlamentar com a queda do gabinete conservador de Caxias, em maio de 1862. No interior de circunstâncias complexas e variadas, em que precisava fazer muitos acordos com os "puros" e contornar a oposição crescente de liberais que não se renderam à coligação – os "históricos" – a Liga organizou os gabinetes ministeriais até 1868, e afastou-se do poder a partir da controvertida queda do terceiro gabinete Zacarias, em julho desse ano. Tendo uma história marcada por divisões entre os grupos que a constituíam – que explicitaremos no decorrer deste trabalho –, a Liga se desdobraria, depois de 1868, no "novo" Partido Liberal, o qual se mostraria igualmente cindido, circunstância que dificultaria a sua ascensão ao poder².

Entre as múltiplas fraturas da Liga, destacava-se a existente entre os conservadores "moderados" e deputados liberais – a exemplo de Lopes Neto e de Martinho Campos – que acusavam os primeiros de atuar no sentido de apenas instrumentalizá-los para ocupar o poder, não realizando uma efetiva aliança política. Apesar de todas as dificuldades, contudo, no período em que ocupou o ministério, a Liga alcançou a aprovação de medidas que lhe eram caras, como a abertura da navegação de cabotagem e do Amazonas à concorrência de empresários estrangeiros, bem como a subvenção a uma linha de navegação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Nosso objetivo na tese é acompanhar o desempenho político de Tavares Bastos nas tramas dos debates que se efetivaram nesse momento – especialmente seu engajamento com a Liga e, posteriormente, com o próprio Partido Liberal –, sistematizar os seus argumentos e delinear os projetos políticos por ele defendidos, buscando descobrir os interesses que esses argumentos resguardavam, bem como os interesses contra os quais se voltavam, ou seja, os de seus interlocutores. Interessa-nos esclarecer as características do liberalismo praticado por Bastos; seus vínculos políticos e seu percurso das hostes conservadoras para as liberais, percurso não registrado nos estudos que o abordaram.

² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Apresentação e cronologia de Raymundo Faoro e posfácio de Evaldo Cabral de Mello. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v. 1, p. 425-769; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5), p. 7-40; IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. t. II, v. 3, p. 85-112.

O trabalho distancia-se, desse modo, das perspectivas preponderantes entre os estudiosos de Tavares Bastos, perspectivas segundo as quais ele teria sido sempre ou um membro aguerrido do Partido Liberal, ou um observador, particularmente objetivo e isento, da "realidade" do Segundo Reinado. Este último vértice de abordagem endossa os pseudônimos de que o político se valeu em seus escritos: "solitário" ou "excêntrico", que dão a idéia de alguém desvinculado de interesses partidários imediatos, condição que testemunharia seu deslocamento tanto das circunstâncias históricas brasileiras quanto das européias. Os escritos de Bastos já explorados através dessas abordagens – *Os males do presente e as esperanças do futuro*, *Cartas do solitário* e *A província* –, são aqui considerados como produção indissociável da sua atuação na luta política do tempo em que escreveu, como produção que se vale da observação, sim, mas que filtra essa observação conforme os objetivos políticos perseguidos pelo autor nas emaranhadas tramas em que viveu. Tais escritos são abordados como momentos precisos da curta mas intrincada trajetória que o seu autor percorreu, com os seus aliados: da separação de Bastos e seus companheiros conservadores “moderados” dos “puros”; passando pela tentativa de aliança com os liberais, para tornar possível uma experiência do poder que permitisse a ampliação da liberdade de empresa e de crédito, bem como a derrubada de barreiras legais à presença de empresas estrangeiras na atividade de navegação de cabotagem e do Amazonas, e a adoção de medidas que favorecessem a vinda de imigrantes do “norte do globo”; chegando até as dificuldades envolvidas na constituição de um “novo” Partido Liberal, que se fortalecesse pelo acordo das frações que sempre marcaram a Liga. A circunstância daqueles textos constituírem momentos específicos da atuação de Bastos em todos esses desdobramentos faz ver que o autor não era um “excêntrico”, muito menos um “solitário”.

Isto não quer dizer que os argumentos elaborados por esse político tenham sido aqui simplesmente “enquadrados”, ou “situados” no seu “contexto”, procedimento que, aparentando considerar a historicidade do texto, descaracteriza-a, contudo, ao considerar a obra como mero “reflexo” do seu tempo, em relação ao qual seria exterior.

Para os perigos deste procedimento já alertaram autores como Claude Lefort, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Renato Janine Ribeiro. Nas palavras deste último autor talvez

se expresse com mais concisão o caráter da relação entre pensamento e história; segundo ele diz, um texto “não é reflexo, porém *arma*”³, nele há uma “tenção de intervenção”⁴.

Adotando essa concepção, consideramos Tavares Bastos como um autor que, enquanto tal, não deixou de ser um político decidido a defender e concretizar projetos expressivos de interesses sociais determinados. Neste sentido, palmilhamos ainda o caminho indicado por Marilena Chauí para a constituição de um discurso crítico do discurso ideológico, qual seja, o da politização do pensamento, através da identificação de seus vínculos ocultados com a política⁵.

Trata-se da direção apontada também pelos historiadores Adalberto Marson e Izabel Andrade Marson, quando dizem ser indispensável, para a interpretação de um texto, reconhecer os nexos substanciais que ele mantém com a ação⁶.

³ RIBEIRO, Renato Janine. A filosofia política na história. *Filosofia política 2*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 121.

⁴ *Ibid.*, p. 117. Maria Sylvia de C. Franco se expressa em termos semelhantes, dizendo que os textos são “atos de poder” (“All the world was America”. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 30-53, mar./maio 1993, p. 35). Já Claude Lefort afirma que “a obra de pensamento político só tem dignidade de obra porque, no momento em que visa a política, sua própria linguagem, mais ainda do que diz, manifesta uma posição nova no campo que eles [o saber, a autoridade, a lei, o desejo] comandam. Aqui se verifica, ainda, que a obra se afirma instituindo um *mundo* no interior do qual se dá o mundo de fora; ou que a obra e a política passam uma na outra pela virtude da expressão” (LEFORT, Claude. *As formas da história: ensaios de Antropologia Política*. Trad. de L. R. Salinas Fortes e M. S. Chauí. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 166).

⁵ CHAUÍ, Marilena. Crítica e ideologia. In: _____. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990. P. 15-38.

⁶ Segundo o primeiro autor, “(...) Se é importante levantar as evidências disponíveis e relacionadas, por exemplo, ao autor, ao texto, ao nível de linguagem, etc., deve-se chegar ao contexto mesmo de sua produção, ao vínculo substancial (...) de sua significação a uma política que é o local privilegiado da junção pensamento/ação. (...)” (MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da. (org.) *Repensando a história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, s. d., p. 50; grifo nosso) Ainda na mesma direção indica Izabel Marson, em sua tese de doutoramento acerca da “revolução praieira”, no momento em que expõe o método com que abordou os textos que a historiografia sobre o seu tema havia tomado como fonte objetiva de “dados”: “(...) O caminho escolhido foi a reconstituição *por inteiro* e ao mesmo tempo, dos textos-fonte em seu saber e suas técnicas, *ao lado da atuação de seus autores vistos como personagens* (autoridades, políticos e jornalistas). Impunha-se *restabelecer os vínculos originais do texto com a política*, no interior da elaboração mesma da obra, e a redescoberta de seus recursos de método, os instrumentos da ciência burguesa que, a despeito da finalidade imediata, lhes haviam possibilitado atravessar o tempo como interpretações.” (MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: praieiros e guabirus em Pernambuco, 1842-1855*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1985, p. 8; o primeiro grifo é da autora; os outros são nossos. Esta tese foi publicada em livro: *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco [1842-1855]*. São Paulo: Brasiliense, 1987).

O ponto de partida do estudo cujos resultados são aqui apresentados foram inquietações acerca do significado da presença do liberalismo no Brasil, e de quais as características do liberalismo formulado por Tavares Bastos, assim como de suas relações com os Partidos Liberal e Conservador ao longo da década de 1860. Estudar minuciosamente a trajetória desse personagem, apontado como uma figura bastante relevante do pensamento liberal no Império⁷, afigurou-se um modo fértil de refletir a respeito da questão relativa ao “lugar” das idéias liberais na história brasileira. Essa intenção foi reforçada quando, ao nos aproximarmos da bibliografia existente sobre ele, notamos que as obras mais significativas procuraram abordar os textos desse político justamente à luz dessa questão, chegando a conclusões díspares e nem sempre convincentes, na medida em que vincam sobretudo uma relação de estranhamento entre o desempenho do personagem e a historicidade que o engendrou.

A seguir retomamos essas obras em seus argumentos gerais, no intuito de nos situarmos com clareza no debate que elas abrem, marcando a novidade que este trabalho visa constituir.

Walquíria Domingues Leão Rêgo, em sua tese de doutoramento *Um liberalismo tardio (Tavares Bastos, Reforma e Federação)*, apresenta uma perspectiva de estudo instigante quando, no início de seu trabalho, afirma que abordará Tavares Bastos considerando a relação entre as suas formulações e “as mediações políticas que se originam nas profundezas da sociedade brasileira do século XIX, isto é, na natureza da sua trama social.”⁸ Haveria uma tentativa de “deslindar a natureza das inevitáveis dubiedades do personagem, como indivíduo, no enfrentamento com uma sociedade e um tempo carregados com as misérias do sistema escravocrata, e com as deformações por este engendradas sobre tudo e todos”⁹.

⁷ Wanderley Guilherme dos Santos diz ter sido Tavares Bastos “o liberal mais articulado do Império”, o fundador de uma “linhagem” de pensamento que teria se voltado no sentido da proposição da “reforma político-institucional no Brasil a partir de considerações doutrinárias” (Citado em RÊGO, Walquíria D. Leão. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. *Revista USP*. São Paulo, n. 17, p. 74-85, mar./maio 1993, p. 79 e 85, respectivamente). Walquíria D. Leão Rêgo diz ser “inevitável” deter-se na figura do liberal alagoano, caso se queira fazer “um balanço sobre a trajetória do liberalismo no Brasil” (*Idem*, p. 74).

⁸ RÊGO, Walquíria D. Leão. *Um liberalismo tardio (Tavares Bastos, Reforma e Federação)*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1989, p. 6.

⁹ *Idem*, p. 2.

Para realizar essa proposta, que seria um verdadeiro empreendimento, a autora adota a teoria sobre o desenvolvimento no Brasil segundo a qual este país não seria ainda capitalista no momento em que Tavares Bastos viveu e atuou. Nesse momento, segundo a autora, a sociedade brasileira estava caminhando “rumo ao capitalismo”, estava vivendo uma transição entre uma “economia colonial” e uma “economia mercantil escravista nacional”¹⁰. Se era escravista, não poderia ser ainda capitalista essa sociedade, porque a constituição plena do capitalismo dependeria da formação de um “mercado livre” de trabalho¹¹.

Nesse sentido, Tavares Bastos é considerado como se tivesse vivido num país que estaria contraposto negativamente à Europa. Enquanto esta última, entre os anos 1850 e 1870, vivia um grande crescimento industrial, operado por uma “burguesia autoconfiante”, e a realização da maioria dos direitos políticos “que compuseram a agenda dos trabalhadores urbanos de 1848”¹², o Brasil estava mergulhado na escravidão, com uma “organização estatal de tipo patrimonial-burocrático”, isto é, marcada por relações patrimonialistas¹³. À trama tecida por essas determinações, estaria preso Tavares Bastos, juntamente com os demais intelectuais e políticos do Império, como a um “destino”¹⁴.

Em alguns momentos a autora aponta relevantes “paradoxos” nos posicionamentos tomados por Bastos, que não são, contudo, esclarecidos de forma convincente. Neste sentido, assinala inicialmente a “ambigüidade básica de sua prática política e de sua relação com as idéias liberais” ao indicar no autor uma posição favorável à política de conciliação, posição por ele revelada em discurso na Câmara em 18 de julho de 1861¹⁵. Haveria ambigüidade aqui, pelo fato de que Tavares Bastos, um liberal¹⁶, estaria se mostrando favorável a um “processo” “liderado pelos conservadores, cuja figura de proa era o senador Nabuco, da dissidência do campo conservador, mas predominantemente preocupado em conter qualquer excesso liberal”¹⁷. A mesma atitude ambígua do “liberal” Bastos em

¹⁰ *Idem*, p. 6-7.

¹¹ *Idem*, p. 11.

¹² *Idem*, p. 33.

¹³ *Idem*, p. 34.

¹⁴ *Idem*, p. 35.

¹⁵ *Idem*, p. 67.

¹⁶ Esta classificação de Bastos entre os liberais será problematizada no primeiro capítulo deste trabalho.

¹⁷ *Idem, ibid.*

relação às suas práticas revelar-se-ia no posicionamento que inicialmente - no panfleto *Os males do presente e as esperanças do futuro* - teria tomado quanto ao “poder pessoal” e à “oligarquia tenebrosa”, condenados por Teófilo Ottoni. Diferindo da “tradição liberal brasileira”, o autor era conivente com eles, e pensava que esses não deveriam ser os alvos de crítica política¹⁸.

Na tentativa de explicar as grandes divergências de Tavares Bastos em relação aos liberais históricos, supostamente seus companheiros, a autora assinala três razões, internas à obra do autor: um constitucionalismo baseado numa “visão quase mítica da constituição de 24”, o “temor da revolução social” e um “forte monarquismo liberal”, reforçado pelas experiências negativas das repúblicas dos demais países latino-americanos¹⁹. Essa leitura, todavia, não chega a esclarecer a singularidade de Bastos frente aos “outros” liberais naquele momento. Por que Bastos assumiria essas posições? Por que um Ottoni não revelaria, segundo o argumento da autora, o mesmo constitucionalismo, o mesmo temor à revolução e o mesmo receio em relação às caudilhescas repúblicas latino-americanas? Tais perguntas não são formuladas no texto da autora, porque este associa diretamente o liberalismo, enquanto conjunto de princípios políticos e econômicos para a constituição das relações sociais, e filiação ao Partido Liberal então existente no Império. A diferenciação entre as duas coisas permitiria fazer a questão que levaria ao esclarecimento do “paradoxo” de Bastos nesse momento de sua trajetória. Ele com certeza defendia princípios políticos e econômicos liberais. Mas, ao mesmo tempo, se opunha nesse momento a posições políticas tomadas por membros do partido liberal. Respeitando a diferença entre uma coisa e a outra, podemos perguntar: estaria Bastos alinhado a esse partido, naquela circunstância?

Incompleto também se afigura o entendimento da autora para o apoio de Bastos ao gabinete do conservador Olinda (1865-1866), gabinete que teria contado com a oposição dos “liberais históricos” na Câmara. Esse apoio é atribuído a motivos estritamente pessoais: “o grau de parentesco (pelo lado de sua mulher) que o ligava ao Marquês de Olinda”²⁰.

Bastos, nesse momento, estava próximo a políticos conservadores moderados, do mesmo modo que estava em 1861, quando escreveu *Males*. Isso tudo é observado, sem contudo pôr em risco a definição prévia do político como membro do partido liberal desde

¹⁸ *Idem*, p. 69.

¹⁹ *Idem*, p. 70-71.

²⁰ *Idem*, p. 130.

sempre. Dessa forma, teria havido, na militância partidária do político, a mesma continuidade que a autora aponta no seu liberalismo econômico de cunho livre-cambista²¹.

Mas a análise acaba revelando as contradições de Bastos também a respeito deste princípio, por exemplo, quando de seu apoio à intervenção do governo na constituição de um mercado de trabalho livre²².

Paradoxo também é assinalado na mudança ocorrida na argumentação sobre o poder moderador. Neste caso, teria ocorrido mesmo uma ruptura na visão de Bastos “do papel da coroa”:

“(…). Como já foi visto no panfleto *Os males do presente e as esperanças do futuro*, o chamado ‘imperialismo’ não lhe constituía problema político e nem doutrinário. No início dos anos setenta sua posição modifica-se. O poder moderador (o imperialismo) é atingido pela ácida crítica formulada pela tradição liberal dos anos quarenta e cinquenta – Theóphilo Ottoni, Ferreira Vianna e outros.”²³

A “ambigüidade” de Bastos se manifestaria ainda em relação à escravidão, contra a qual ele defenderia apenas medidas cautelosas. Tal ambivalência teria raízes “na imperatividade da escravidão”, mas esta não o teria impossibilitado “de preconizar as reformas que julgava essenciais para configurar-se uma sociedade liberal no Brasil.”²⁴ A cautela de Bastos quanto à escravidão não se torna um ingrediente do seu liberalismo; pelo contrário, acaba sendo posta de lado, tratada como um traço *apesar do qual* o político continuaria sendo considerado um liberal.

O estudo de Leão Rêgo tem por objetivo retomar os textos e proposições do autor para sintonizá-los com teorias do capitalismo mundial e da sociedade brasileira, de modo a conceber a argumentação liberal do político como dissonante tanto em relação ao primeiro quanto em relação à segunda. Dessa forma, propõe a tese segundo a qual haveria uma dissonância entre o liberalismo europeu e a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Ao tentar “esclarecer um pouco mais as contradições de um liberal com suas próprias idéias, com sua prática no confronto com a situação histórica brasileira”²⁵, a autora

²¹ *Idem*, p. 75-76.

²² *Idem*, p. 76.

²³ *Idem*, p. 84.

²⁴ *Idem*, p. 181.

²⁵ *Idem*, p. 2.

chega à conclusão de que o projeto liberal e federalista de Tavares Bastos “constituía-se num programa avançado de reformas, mesmo que irrealizável e tardio”²⁶.

Em relação à “realidade brasileira”, os argumentos “liberais” de Tavares Bastos estariam “avançados”, haja vista o “atraso” do desenvolvimento econômico do país, que não seria ainda capitalista, em virtude de não ter sua produção baseada no trabalho assalariado. Também estariam avançados em relação ao tipo de estado aqui existente, cujas relações seriam definidas não pelos padrões de racionalidade da burocracia, mas sim através de critérios patrimoniais.

Se haveria esse descompasso entre o “pensamento” de Bastos e a sociedade brasileira, um outro, oposto, aconteceria em relação ao capitalismo internacional. As últimas décadas do século XIX teriam sido marcadas por “transformações profundas no capitalismo mundial”²⁷, transformações que definiriam uma nova “era capitalista”, baseada não mais na livre concorrência, mas no monopólio e no oligopólio, isto é, numa acumulação fundada na concentração e centralização do capital²⁸. Desse modo, o livre comércio e o federalismo defendidos por Bastos seriam idéias defasadas²⁹.

Nessa idéia de que o programa de Tavares Bastos seria tardio, é possível notar que a autora fundamenta-se numa concepção da história brasileira como pertencente a um tempo diferente daquele em que se situariam³⁰ as sociedades européias e a americana. Essa diferença de tempo faria com que o liberalismo de Bastos se apresentasse com “a cor e o cheiro de mofo”³¹.

Afirmado o atraso do liberalismo de Bastos em relação às tendências mundiais, Leão Rêgo enfatiza que, em relação à realidade brasileira, ele constituiria um “programa avançado de reformas”³², o qual faria de seu autor um “modernizador”, um “visionário” cuja clarividência “o instrumentava para ver que se a livre concorrência não penetrasse em

²⁶ *Idem*, p. 228.

²⁷ *Idem*, p. 226.

²⁸ *Idem*, p. 226-227.

²⁹ *Idem*, p. 230; itálico da autora citada.

³⁰ Esta espacialização do tempo é inerente à concepção que dele tem a autora.

³¹ *Idem*, p. 232.

³² *Idem*, p. 228-229.

todas as veias do organismo social a circulação paralisaria e, por conseguinte, a vida pararia.”³³

Mas num único ponto a autora atribui-lhe a pecha do conservadorismo: nos argumentos, por Bastos utilizados em vários momentos, de que o Brasil teria uma “vocação agrícola”; de que a agricultura seria a “missão especial do Brasil”; de que este não seria fabricante, fabricante. Esses “componentes de cores idealizadas e romantizadas”, e a visão “racional” e “moderna” que o autor revelava em outros momentos seriam concep es têm “aparentemente paradoxais”³⁴.

Neste ponto, quando se trata de questionar a idéia de “vocação agrícola” do Brasil, a autora não se restringe ao apontamento do “aparente paradoxo”. Explica-o a partir da vinculação de Bastos a interesses capitalistas estrangeiros, e do liame com uma ideologia que ocultava a “divisão internacional do trabalho imposta pelo capitalismo mundial”, sua “regulação pelo mercado mundial controlado pelos países industrializados”, especialmente a Inglaterra³⁵.

As idéias centrais da interpretação elaborada por Leão Rêgo em sua tese são retomadas no artigo “Tavares Bastos: um liberalismo descompassado”³⁶. Estudando particularmente a obra de Tavares Bastos intitulada *A Província*, a autora esmiuça o projeto de reordenação político-institucional do Estado brasileiro ali delineado (projeto que preconizaria a “máxima descentralização do poder” e uma “enorme autonomia provincial”³⁷), terminando por lamentar a não concretização das propostas de descentralização formuladas pelo autor. Não concretização esta que teria significado um entrave para a emergência da liberdade na política brasileira³⁸.

A proposta de reorganização do poder de Estado realizada por Tavares Bastos em *A província* têm constitu o objeto de estudo de Gabriela Nunes Ferreira³⁹, que realizou uma contraposição entre os posicionamentos do político alagoano e os de Paulino Soares de

³³ *Idem*, p. 117.

³⁴ *Idem*, p. 97.

³⁵ *Idem*, p. 98.

³⁶ R GO, Walquíria D. L. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. *Ob. cit.*

³⁷ *Idem*, p. 79.

³⁸ *Idem*, p. 85.

³⁹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

Souza, o Visconde de Uruguai, os quais se definiriam no interior de uma discussão em que os autores se alinhariam, respectivamente, no partido Liberal e no partido Conservador. Os autores são mesmo considerados como paradigmáticos do debate sobre centralização e descentralização política e administrativa, travado entre os dois partidos políticos no Império⁴⁰.

Tendo a intenção de destacar as diferenças entre o político liberal e o conservador, Nunes Ferreira se vale, em sua interpretação, do mesmo esquema explicativo adotado por Leão Rêgo, ancorado na idéia de descompasso de Tavares Bastos em relação às realidades européia e brasileira de seu tempo. É o que acontece, por exemplo, quando considera o argumento da “vocação agrícola do país”, a favor da agricultura de exporta o⁴¹. Ao se posicionar assim, Bastos estaria atrasado em rela o ao “capitalismo mundial”:

“(...)Tavares Bastos, por sustentar até o fim um liberalismo econômico que, como observa Walquíria Leão Rego, vinha sendo negado pelos rumos do capitalismo mundial, cabendo ao Estado um papel cada vez mais intervencionista. Nas palavras dela: ‘(...)Tavares Bastos, considerado quase consensualmente pelos estudiosos como o principal teórico do liberalismo no Império, ao formular o projeto mais articulado de reordenamento político-institucional para o país, calcado profundamente num liberalismo federalista, *o fez num tempo e num mundo p s-liberal*’.”⁴²

Assinalando também a gradualidade da emancipa o dos escravos defendida por Tavares Bastos, circunstância que demonstraria uma preocupa o do político alagoano com a conveniência econômica dos proprietários, Nunes Ferreira incorpora a tese de que o liberalismo do político não se conciliaria com a escravidão:

“Desde os seus primeiros escritos, Tavares Bastos tratava a escravatura como fonte de degenera o moral do povo, e motivo de vergonha diante das outras na es. Já no panfleto ‘Os males do Presente e as Esperanças do Futuro’, ele defendia a emancipa o da escravatura; *mas sempre falando em ‘emancipa o gradual*’. Nesse ponto, o autor mostrava estar inserido no seu tempo, partilhando do grande dilema da época: a difícil concilia o entre o liberalismo doutrinário e o instituto da escravidão como pilar básico da economia do país”.⁴³

⁴⁰ *Idem.*, p. 50 e p. 167.

⁴¹ *Idem.*, p. 165.

⁴² *Idem.*, p. 165-166.

⁴³ *Idem.*, p. 133; itálico nosso.

Acompanhando Leão Rêgo no apontamento desse descompasso e também no de um atraso nas posturas liberais de Tavares Bastos, em relação às tendências capitalistas mundiais, Nunes Ferreira se distancia daquela autora, entretanto, ao não destacar os “paradoxos” presentes nas formulações do autor. Aponta diferenças de posicionamento de Bastos em momentos distintos de sua obra, mas essas diferenças são interpretadas de um modo em que não abalem a noção de que haveria coerência nesses escritos. É o que ocorre, por exemplo, no tratamento dado ao problema do estabelecimento ou não de coincidência entre as noções de poder político e de poder administrativo. A autora nota que Bastos, em *Cartas do solitário*, combatendo a centralização administrativa, conceberia a existência de uma separação entre esses dois poderes, separação que se desfaria na obra *A província*, em que poder político e poder administrativo seriam concebidos como “duas faces da mesma moeda”. Por isso Nunes Ferreira afirma que, entre um momento e o outro, teria havido uma “evolução” no tratamento dado pelo autor “à questão da centralização e da descentralização”.⁴⁴ Há uma suavização das diferenças de Bastos consigo mesmo, sendo as diversas posturas colocadas numa linha evolutiva, como se ocorresse um aperfeiçoamento do liberalismo do político no decorrer do tempo. Deste modo, não se encontram paradoxos no seu percurso, constituindo este uma trajetória linear.

Pressupostos diferentes dos adotados por Walquíria Domingues Leão Rêgo e por Gabriela Nunes Ferreira encontramos inicialmente na tese de Lupércio Antonio Pereira, intitulada *Para além do Pão de Açúcar: uma interpretação histórica do livre-cambismo em Tavares Bastos*.

Pereira define Tavares Bastos como objeto de estudo, entre outras razões, porque investigá-lo permitiria a abertura de horizontes “extremamente interessantes para uma compreensão dos aspectos essenciais da história no século XIX, bem como dos caminhos tomados pelo liberalismo no Brasil”⁴⁵. Estudar a obra de Tavares Bastos seria uma maneira de “mergulhar no universo pensante da elite política e intelectual do Brasil no século XIX”, mergulho que seria indispensável para uma problematização das interpretações da história brasileira que consideram as idéias liberais como fora do lugar. Essa historiografia estaria marcada por duas concepções que, no entender do autor, seriam extremamente

⁴⁴ *Idem*, p. 72; itálico nosso.

⁴⁵ PEREIRA, Lupércio Antonio. *Para além do Pão de Açúcar: uma interpretação histórica do livre-cambismo em Tavares Bastos*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2000, p. 16.

questionáveis: a de que haveria uma perniciosa herança colonial e escravista no Brasil, e a de que a “elite” política daqui, por seu atraso em relação à dos países desenvolvidos, seria mais tosca e mais prejudicial aos dominados, adotando ridiculamente idéias liberais incongruentes com a sua prática efetiva de dominação.

Aceitando que a convivência entre escravismo e liberalismo “constitui um enigma que precisa ser enfrentado”⁴⁶, o autor rejeita a identificação da escravidão como uma “coisa absurda, uma sem-razão que mancha a nossa história”. Proceder assim seria incorporar na interpretação a imagem que liberais e abolicionistas do XIX teriam construído sobre a escravidão, abdicando-se de um entendimento da historicidade dessa relação de trabalho na sociedade brasileira⁴⁷.

Com relação à concepção sobre as “elites” brasileiras que aponta nas obras dos historiadores, Pereira também discordará dela. Baseando-se em estudo de “obras de reflexão produzidas pela camada dirigente brasileira” no século XIX, dirá, em primeiro lugar, que “esses escritos surpreendem-nos não pelo ridículo de seus argumentos ou de seus projetos, mas, ao contrário, pela profundidade de suas análises e, por conseguinte, da aguda consciência que seus autores tinham dos problemas do país e do processo histórico de que eram protagonistas de primeiro plano”⁴⁸. Sendo assim, o liberalismo produzido por essa “elite” não seria deslocado, fora do lugar.

Além disso, haveria nesses autores uma consciência da transitoriedade da situação que estavam vivendo, num país que ainda estaria para ser construído. Não seriam homens agarrados com fervor a tradições que emperrassem o desenvolvimento da nação. Pelo contrário, teriam uma perfeita noção da mudança. Mesmo quando defenderam a escravidão de modo aberto, não advogaram a justiça eterna, mas a necessidade passageira de uma relação de trabalho⁴⁹.

Em contraposição à imagem de uma “elite” tosca, Pereira compõe a de homens envoltos na formulação de soluções para problemas de grande monta, referentes à organização de uma sociedade nova, tendo que solucionar dúvidas, por exemplo, com

⁴⁶ *Idem*, p. 4.

⁴⁷ *Idem*, p. 7-8.

⁴⁸ *Idem*, p. 13-14.

⁴⁹ *Idem*, p. 14.

relação à “feição política da nação, se democrático-republicana à moda norte-americana ou monárquico-conservadora com verniz aristocrático à moda inglesa”⁵⁰.

Além de não serem passadistas, esses homens também não estariam atrasados em relação aos seus congêneres europeus. Até mesmo as relações de favor e proteção, que marcavam as relações entre eles e seus subordinados, não seriam notas distintivas suas em relação aos europeus, uma vez que estes também realizavam práticas com as mesmas características⁵¹. O “modelo de sociedade liberal burguesa” com que a teoria das idéias fora do lugar compara o Brasil “não existia contemporaneamente sequer nos países mais desenvolvidos do mundo Ocidental”⁵². Deste modo, fica suprimida a própria historicidade do liberalismo, com “seus matizes, seus vaivéns”⁵³.

Assentado então em concepções segundo as quais não haveria um absurdo na presença da escravidão na sociedade brasileira do século XIX, e de que as “elites” brasileiras não seriam compostas de homens apegados ao passado, preservando formas de dominação anacrônicas e adotando ridiculamente idéias que comporiam um quadro desconjuntado na realidade nacional, é que Pereira irá estudar a obra publicada de Tavares Bastos.

Este ponto de partida do autor é diferente do adotado por Leão Rêgo e Nunes Ferreira. E, com ele, Pereira parece se aproximar do posicionamento de Maria Sylvia de Carvalho Franco no célebre debate que a autora travou com Roberto Schwarz acerca da presença do liberalismo no Brasil dos tempos da colônia e do império, debate em que opôs, à tese das “idéias fora do lugar” de Schwarz, a de que “as idéias estão no lugar”⁵⁴. Mas essa impressão de diálogo com Carvalho Franco logo se desfaz. Num outro momento, em que questiona a consideração do “mundo exterior” ao Brasil “apenas como uma espécie de

⁵⁰ *Idem*, p. 15.

⁵¹ *Idem*, p. 44.

⁵² *Idem*, p. 48. Pereira destaca a questão do sufrágio universal, que teria sido implantado num país como a Inglaterra, por exemplo, somente neste século (*Idem*, p. 57). “(...) é possível afirmar que o Brasil não constitui uma singularidade no que diz respeito àquilo que a historiografia aponta como limitações, imperfeições e inconsistências do seu sistema representativo ao longo do século XIX. O Brasil sempre teve companhias ilustres no que diz respeito às práticas políticas adotadas, de modo que não dá para cobrar da elite dirigente algo que, contemporaneamente, nem os países mais avançados tinham realizado plenamente.” (*Idem*, p. 58)

⁵³ *Idem*, *ibid.*

⁵⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar. Cadernos de debate*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

valor de referência para se medir a distância entre a sociedade brasileira e as sociedades dos países desenvolvidos no que diz respeito à aplicação prática dos princípios liberais”⁵⁵, Pereira surpreendentemente *alinha* as concepções de Carvalho Franco às de Schwarz. Eis as suas palavras:

“Dessa comparação resulta sempre uma visão extremamente negativa da elite dirigente brasileira: conclui-se que ela ou não é sincera em sua adesão ao liberalismo (Marco Aurélio Nogueira) ou é ridícula e participante de uma farsa (Schwarz), ou faz uso apenas instrumental de alguns aspectos do liberalismo – o *laissez faire*, por exemplo (Maria Sylvia de Carvalho Franco, Emília Viotti da Costa) (...).”⁵⁶

Ao tratar as reflexões de Carvalho Franco desta forma, Pereira simplesmente descarta-as, desconsiderando-as totalmente enquanto crítica interna das proposições que fundamentam a tese das “idéias fora do lugar”. Mas este procedimento do autor não é casual, nem resulta, ao que parece, de leitura descuidada. É o que podemos imaginar na seqüência, em que fica explícito que, a despeito do seu posicionamento inicial, ele *mantém* em seu raciocínio os pressupostos de Schwarz.

Em primeiro lugar, Pereira não abandona a concepção etapista da história. A economia brasileira, na segunda metade do século XIX, seria atrasada e dependente em relação à “economia central”. Entretanto, diz Pereira, essa assimetria na relação do país com o exterior não seria desvantajosa para ele, visto que nessa “*vinculação do Brasil com o exterior estava inscrita a possibilidade de desenvolvimento*”⁵⁷. Na consciência desta possibilidade residiria a grandeza de Tavares Bastos:

“para Tavares Bastos a abertura para o exterior era um fator de mudança social e a condição indispensável para abreviar o caminho do país rumo ao desenvolvimento. Era a *possibilidade de se queimar etapas, de acelerar o tempo de maturação das novas sociedades do continente americano*.

O eixo de nossa interpretação é, portanto, que Tavares Bastos era portador de uma típica consciência cosmopolita atenta ao teatro do mundo, o que lhe permitiu vislumbrar a possibilidade que se apresentava ao Brasil de promover uma viragem em sua história, aproveitando-se dos influxos positivos de uma nova etapa do

⁵⁵ PEREIRA, Lupércio Antonio. *Para além do Pão de Açúcar*, p. 79.

⁵⁶ *Idem*, *ibid.*

⁵⁷ *Idem*, p. 80, grifo do autor.

processo de mundialização do sistema capitalista, então em plena revolução industrial. (...)”⁵⁸

É visível também, aqui, a manutenção da idéia de uma disparidade de tempos históricos entre as “sociedades centrais” e as “sociedade dependentes”, que Carvalho Franco apontou como estando na base do raciocínio que leva a se pensar em “idéias fora do lugar”⁵⁹. Mas na explicitação dessa idéia de aproveitamento dos “influxos positivos” da “nova etapa do processo de mundialização do sistema capitalista”, Pereira mostra que mantém ainda um terceiro pressuposto das concepções de Schwarz: a associação direta e necessária entre liberalismo e assalariamento. As concepções de Tavares Bastos estariam “no lugar” porque, a despeito de viver numa sociedade baseada na escravidão, o deputado via como necessária ao desenvolvimento a abertura do país não só às mercadorias e aos capitais estrangeiros, mas especialmente à imigração liberada pela “Revolução Industrial”. Tavares Bastos não estaria fora de seu tempo, em razão de que advogava a promoção da imigração de trabalhadores assalariados europeus para o Brasil. Essa teria sido a “fórmula” encontrada por ele para “*tirar o discurso liberal da impotência ou das limitações a que estava submetido no país até então.*”⁶⁰

Esta afirmação nos mostra que além de repor pressupostos de Schwarz, o autor acaba retomando a própria noção de idéia fora do lugar.

Tal retomada fica muito clara no percurso que Pereira faz para afirmar que Bastos não seria agrarista, antiindustrialista, mas sim um homem que visava a “modernização do país”, propondo medidas que teriam vindo a possibilitar o posterior desenvolvimento industrial do Brasil. Bastos é considerado por Pereira dentro de um debate em que, defendendo o câmbio livre, opor-se-ia aos que advogavam tarifas protecionistas que fechassem a economia brasileira ao mercado mundial. Este debate mesmo é apontado como acontecendo “no plano da mera abstração”, visto que girava

“em torno de algo que ainda não tinha existência real no país. A indústria era, no Brasil, apenas ‘virtual’, de modo que a ‘prova da verdade’ devia ser buscada em outras nações. (...) Deste modo, o debate continuava girando em falso, porque não

⁵⁸ *Idem, ibid.*, grifo do autor.

⁵⁹ FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. As idéias estão no lugar. *Ob. cit.*

⁶⁰ PEREIRA, Lupércio Antonio. *Ob. cit.*, p. 81; itálico nosso.

remetia a uma experiência concreta, ou seja, nenhum discurso submetia-se à *prova da verdade* no próprio país (...)⁶¹

Como o debate em torno da questão da proteção tarifária seria mera abstração num contexto em que a indústria não teria “existência real”, só adquiriria sentido mais tarde, “à luz da experiência histórica da industrialização brasileira”. Deste modo, os argumentos de Tavares Bastos – do mesmo modo que os de seus opositores – só se explicariam *a posteriori*⁶². Repõe-se aqui, de outra forma, a idéia de que os argumentos de Tavares Bastos constituíam pensamentos que estariam à frente de seu tempo.

Apegado à concepção de que desenvolvimento capitalista é sinônimo de industrialização, Pereira hipoteticamente transforma os argumentos de Tavares Bastos contra a proteção tarifária à manufatura brasileira exatamente no seu oposto: num projeto, num “sonho” de industrialização no futuro. Entre os argumentos de Bastos, o autor retoma o de que a promoção da indústria seria inútil em 1861, em razão de que o país ainda não disporia de uma vasta população aglomerada, procedente de todas as partes do mundo. Esta afirmação, feita para combater os argumentos dos protecionistas, é transformada num “sonho” cuja irrealidade no momento seria admitida por Bastos “com uma pontinha de tristeza”⁶³.

As propostas que Tavares Bastos defendeu, no sentido de favorecer a lavoura de exportação – tais como investimentos em vias de comunicação, promoção da imigração europeia, reforma do ensino no sentido de torná-lo mais técnico – são transformadas em ingredientes de uma estratégia de desenvolvimento cuja eficácia seria comprovada pelo crescimento do estado de São Paulo no final do século XIX e início do século XX. À exaltação da “consciência” de Tavares Bastos se junta a louvação a São Paulo:

“Para júbilo póstumo de Tavares Bastos, pelo menos os paulistas haviam deixado de ‘fanhoear o pernicioso latim’ e de buscar o saber puramente ornamental, passando a cultivar ‘espírito científico’ voltado para a produção e para os negócios. São Paulo já não era mais o domínio do ‘verbo espontâneo e abundante’, já se livrara do ‘amor à frase sonora’ e do gosto pela ‘erudição ostentosa’ de que falava Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo já não era mais o verbo, mas a ação. (...)”⁶⁴

⁶¹ *Idem*, p. 164; grifo do autor.

⁶² *Idem*, *ibid.*

⁶³ *Idem*, p. 166.

⁶⁴ *Idem*, p. 182.

Transformando Tavares Bastos quase num “industrialista”, Pereira não pode, contudo, ignorar completamente os argumentos do deputado a favor do incremento da produção agrícola para exportação, os quais tentavam mostrar a “vocação agrícola” do Brasil. Toma-os, entretanto, em primeiro lugar, como exagero retórico realizado com o intuito de combater com mais eficácia os igualmente exagerados argumentos protecionistas⁶⁵.

Tavares Bastos também tem seus argumentos agraristas atribuídos por Pereira a exageros românticos, a “rompantes bucólicos”, a idealiza o da vida no campo e nos sert es⁶⁶, decorrentes do “estado psicológico em que estava mergulhado quando escreveu as *Cartas do solitário*”⁶⁷. “Amargo e desiludido” por conta de sua demissão do cargo de oficial da Secretaria da Marinha, o político ter-se-ia retirado para a Tijuca em um estado psicológico propicio a idealiza es da vida campestre⁶⁸.

O próprio local em que Bastos se encontrava, em retiro segundo ele próprio, é apontado por Pereira como tendo influenciado os “escorregões românticos” do autor das *Cartas*:

“Assim, talvez o ambiente bucólico da Tijuca tenha exercido uma impressão muito forte no espírito de quem, naquele momento, estava justamente irritado e indignado, além de desiludido com as agita es da vida na corte e com as asperezas – e  s vezes baixeza – da luta política.”⁶⁹

Repondo de uma nova forma a idéia do deslocamento de Bastos em rela o ao seu tempo, e mantendo a mesma no o progressiva e etapista da história que sustenta a teoria das idéias fora do lugar, incorporada por Leão Rêgo e Nunes Ferreira em sua leitura de Bastos, Pereira diferencia-se dessas autoras porque não enfatiza nem a postura de Bastos contra a escravidão, nem as suas propostas descentralizadoras, enxergando na defesa do livre comércio o aspecto central do projeto do político. Enquanto para Leão Rêgo o eixo central desse projeto se encontrava no federalismo, para Pereira é na proposta de abertura comercial que ele se encontra. Afirma que a importância de Bastos reside na circunstância dele ter, com a lucidez de quem pensa em eficácia de medidas tendo em vista o

⁶⁵ *Idem*, p. 141.

⁶⁶ *Idem*, p. 142.

⁶⁷ *Idem*, p. 143.

⁶⁸ *Idem*, *ibid.*

⁶⁹ *Idem*, p. 143-144.

desenvolvimento econômico, lutado pela abertura do mercado brasileiro para capitais e também para imigrantes.

Todos os autores considerados terminam por, de uma forma ou de outra, adotar um mesmo procedimento teórico: o deslocamento dos argumentos de Bastos da trama política em que foram formulados, deslocamento que se explicita com toda a clareza na idéia de que o liberalismo estaria fora do lugar na sociedade brasileira do XIX.

Inspirando-se na crítica feita por Maria Sylvia de Carvalho Franco a essa idéia, este trabalho parte de pressupostos completamente diferentes dos que constituíam os seus fundamentos. Conforme sublinha essa autora, a teoria das idéias fora do lugar se sustenta sobre uma concepção do capitalismo mundial em que Europa e Brasil são “vistos numa relação de exterioridade, como modos de produção essencialmente diferentes e o processo social referido a algo de permanente e diverso do capitalismo e que muda sob seu impacto”⁷⁰. Metrôpole e colônia, sociedade hegemônica e sociedade dependente, seriam termos colocados um ao lado do outro, de modo que as primeiras, capitalistas, determinariam o caminho a ser seguido pelas segundas, consideradas atrasadas. A relação entre umas e outras seria a de causa e consequência, havendo inicialmente uma diferença essencial entre ambas, a ser desfeita na marcha progressiva definida pela relação entre elas.

Considerando-se que a teoria das idéias fora do lugar se sustenta sobre esse esquema de interpretação, para escapar do risco de reproduzi-la é necessário, segundo a autora,

“partir de uma teoria que diverge, ponto por ponto, do esquema atrás explicitado: colônia e metrôpole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução. Uma e outra são desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista, mas carregam ambas, em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. Assim, a produção e a circulação de idéias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas, mas com o capitalismo mundial pensado na forma indicada, sem a dissociação analítica de suas partes.”⁷¹

Adotando esta forma de conceber o capitalismo mundial, elaboramos as páginas que seguem neste trabalho, o qual visa, entre outros objetivos, mostrar a sintonia e

⁷⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar. Ob. cit.*, p. 61.

⁷¹ *Idem*, p. 62.

compromisso dos argumentos liberais de Tavares Bastos com seu tempo, e com os acirrados debates parlamentares em que ele se envolveu.

Apesar da apontada coincidência teórica entre os autores considerados, encontra-se ao mesmo tempo uma variedade de interpretações nas leituras por eles realizadas sobre a obra do político alagoano. Há um Bastos agrarista e federalista paradoxal, na interpretação de Leão Rêgo, um outro federalista coerente, na leitura de Nunes Ferreira, e um terceiro, arauto de um desenvolvimento econômico pleno, na tese de Pereira. Essa multiplicidade, acrescida pela imagem de um político filantrópico e humanitário, que existe em textos que o apontam como precursor do abolicionismo⁷², torna extremamente instigante o estudo da trajetória desse político, no intuito de desvendar o porquê da possibilidade dessas leituras não só diferentes como até opostas.

Leão Rêgo nos ajuda a imaginar as razões dessa possibilidade de múltiplas interpretações, ao apontar paradoxos nos posicionamentos de Bastos, abrindo o horizonte para a consideração de aspectos contraditórios dos argumentos do político. Esses “paradoxos” ficam, entretanto, conforme vimos, sem explicação. Uma tentativa de explicá-los exigiria a consideração da atuação do político alagoano no interior das lutas do período em que aconteceu. Não é uma tarefa que possa ser realizada apenas através do estudo de fontes secundárias, visto que contamos com uma historiografia sobre o período que é parca e muito lacunar. São páginas breves que se encontram sobre um momento da história política do Império que precisa ser pesquisado de modo mais aprofundado, pois é marcado por uma grande complexidade.

Perseguir a riqueza das nuances dos movimentos da política do período é condição *sine qua non* para uma leitura mais elucidativa da atuação de Tavares Bastos no sentido de se verificar as razões de seus “paradoxos”, de suas aparentes incoerências. É preciso buscar as tramas dos debates em que o político atuou para descobrir como foi que, da trajetória desse indivíduo, foi possível retirar tais diferentes personagens.

Com a intenção de realizar essa tarefa, estudamos os textos publicados de Tavares Bastos – fonte principal dos autores que já tinham abordado a obra desse político –, os debates parlamentares do período em que ele atuou, os manuscritos de seu arquivo pessoal,

⁷² É o que ocorre, por exemplo, em BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____, *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 194-245.

que se encontram na Biblioteca Nacional, e ainda a correspondência do deputado e de outros políticos contemporâneos dele, material existente nos Arquivos Históricos do IHGB e do Itamaraty. Nos debates diários da Câmara, encontramos um complexo confronto político – entre conservadores, liberais e um terceiro grupo, os “ligueiros” -, bem mais vivo e, sobretudo, nuançado, que a imagem das disputas do período fornecida pelos escassos textos que sobre ele versam. Os liberais tinham conseguido votação significativa para a Câmara, depois de 12 anos de exclusão política (desde 1848); havia ocorrido uma troca de gabinete antes da abertura da sessão de 1861, tendo o conservador “puro” Ângelo Muniz da Silva Ferraz cedido lugar a Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias (do mesmo matiz político) como organizador do ministério, e um grupo de conservadores – os “moderados” – estava se separando de seus antigos correligionários, os “conservadores puros”, para aproximar-se dos liberais. Esses acontecimentos, nas falas que se sucediam, adquiriam um calor cuja intensidade somente seria perceptível pela leitura direta desse material, sendo que este não foi explorado pelos estudos conhecidos sobre Tavares Bastos. A vivacidade dos personagens projetada por tal debate é tão grande que é forte, a cada passo, a tentação de estudar minuciosamente um por um, para compreender o intrincado jogo político ali vivido.

Nesse momento, Tavares Bastos teve uma atuação discreta, embora significativa. Demorou para fazer um discurso em 1861, ano de sua estréia parlamentar. Manifestou-se numa discussão da fixação da força naval, aparentemente corriqueira, e deu importante contribuição no debate entre os conservadores “puros” e os conservadores “moderados”, explicitando a existência de uma fratura nesse partido. Com a informação da bibliografia de que Bastos tinha sempre pertencido ao Partido Liberal, o imaginávamos integrante do grupo desse partido que estaria então se aliando aos conservadores moderados. Qual não foi nossa surpresa quando, ao ler os parágrafos iniciais do discurso, deparamo-nos com uma afirmação em que o deputado situava a si próprio no lado contrário, ou seja, entre os *conservadores* moderados. Ficou então claro que não deveríamos confundir liberalismo com filiação ao Partido Liberal; que os argumentos liberais de Bastos podiam assumir formas diferenciadas, no jogo político-partidário, conforme as necessidades postas pelas circunstâncias diversas.

Tal descoberta, confirmada pelo conteúdo de cartas enviadas pelo deputado ao seu amigo Saraiva no mesmo período, permitiu um novo entendimento do panfleto *Os males do presente e as esperanças do futuro* e dos artigos publicados no segundo livro do autor, as *Cartas do solitário*. Conforme demonstramos no primeiro capítulo, algumas “incoerências”, antes inexplicáveis, presentes no seu panfleto de estréia - tais como a citação do conservador Justiniano José da Rocha e a do liberal José Bonifácio, o Moço - se tornaram inteligíveis, especialmente a circunstância de, nesse texto, ser condescendente com o ministério conservador, e daí a alguns meses, nas *Cartas do solitário*, atacar o mesmo ministério de forma ácida. Procuramos investigar o movimento de Bastos nesses textos, considerando-o à luz do vínculo do deputado com o grupo de conservadores moderados, premissa que conferiu outros significados às suas colocações naquelas obras e que problematizou sobremaneira a imagem do “solitário”.

Nos capítulos 2, 3 e 4, acompanhamos a atuação de Tavares Bastos na Câmara, como membro desse grupo de conservadores moderados, no interior da Liga Progressista. É considerado o seu empenho no sentido de aprovar as medidas (de abertura da navegação de cabotagem e do Amazonas, da subvenção a uma linha de transporte marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos, de facilitação do encaminhamento da imigração) defendidas nas *Cartas*, bem como os debates que essas propostas ensejaram. Também é considerada nesses capítulos a diligência de Bastos em defender a situação “progressista”, contra os ataques de conservadores “puros” e também de liberais opositores da Liga, os quais inicialmente consistiam apenas nos deputados de Pernambuco (Lopes Neto, Urbano Sabino e Godoy), mas que tiveram logo suas fileiras engrossadas por representantes de outras províncias. Tais liberais – que passaram a se chamar “genuínos”, ou “históricos” - acusavam os recém convertidos conservadores de esmagar os antigos liberais no interior da projetada Liga, roubando a bandeira destes últimos sem compartilhar verdadeiramente de seus princípios, nem lhes dar espaço no poder. Nesse momento, Bastos foi árduo defensor da Liga hegemonicamente direcionada pelo grupo de origem conservadora, propondo que ela se desdobrasse na constituição de um “novo partido liberal”, ou seja, sugeriu um novo partido no qual os políticos conservadores moderados – dentre eles Nabuco de Araújo, Zacarias, Olinda, Saraiva – dominariam os aliados provindos da agremiação liberal, apropriando-se inclusive do nome de seu partido. Foi, na Câmara, o maior promotor dessa apropriação.

Adversário aguerrido dos “históricos” na gestão de Olinda em 1866, Bastos, entretanto, passou pouco depois para o lado deles, na oposição que fez ao gabinete Zacarias, apresentado à Câmara em 6 de agosto de 1866, o mesmo cuja queda é tida pelos historiadores como marco de uma reviravolta política em julho de 1868, quando os conservadores retornaram ao poder. Nesse novo momento, marcado por uma aproximação dos liberais “históricos”, Bastos chegou mesmo a reconstituir a memória da sua trajetória, redesenhada em discurso de modo em que o deputado parecesse ter militado sempre nas fileiras do partido liberal. Esse novo momento do político é considerado numa primeira parte do capítulo 5. Numa segunda parte deste capítulo, é considerado o desempenho do ex-deputado depois da queda de Zacarias, no interior das tentativas para reunificar as frações cindidas da Liga Progressista em um Partido Liberal. É como parte dessa atuação, nesse momento específico, que tratamos a obra *A província*. E este é o livro que contém os posicionamentos que ficaram hegemonicamente registrados na memória sobre o desempenho do autor, constituindo-se uma imagem que obscureceu o sinuoso percurso de Bastos.

O texto dos capítulos faz menção a um grande número de personagens, bem como a vários gabinetes ministeriais, que dirigiram a administração no período considerado. Para auxiliar o leitor, no percurso através dos debates expostos, encontram-se no final da tese anexos contendo informações biográficas de vários dos políticos mencionados, uma lista dos gabinetes ministeriais do período a que se refere a pesquisa e, por fim, uma cronologia do percurso de Bastos, na vida pública e privada.

Conforme se pode depreender desta breve enunciação do conteúdo deste trabalho, o exame da trajetória de Bastos permitiu descobrir várias figuras desse político, definidas conforme as circunstâncias por ele vividas. Alguns dos motivos dessas variações puderam ser indicados, a partir das fontes estudadas. Outros tornaram-se novos pontos de reflexão, desafiando nossa curiosidade e nos estimulando a novas pesquisas.

Na confecção de boa parte do texto, optamos por um caminho em que acompanhamos minuciosamente os discursos pronunciados na Câmara. Esse procedimento pareceu-nos necessário, no intuito de não perder nexos dos acontecimentos que se apagariam, caso fosse adotada uma postura de “sobrevôo” sobre os textos. Alguns desses discursos figuram na tese sem um sentido preciso, mas com o objetivo de transmitir ao leitor a complexidade dos

enredos que se desenhavam nos diversos momentos. Eles sinalizam o quanto ignoramos sobre este período da história do Império, mas também nos convidam insistentemente a novas investigações.

Capítulo 1

EM TRAMAS CONSERVADORAS

1. Entre “moderados”

O início da carreira política de Tavares Bastos é considerado, por vários autores, como tendo acontecido no bojo da “ressurreição do liberalismo”¹, que teria ocorrido no início da década de 1860. Deste modo, compreende-se ter sido o deputado, desde a sua primeira eleição, pela província de Alagoas, para a legislatura de 1861, sempre membro de um mesmo Partido Liberal. Muitos dos comentadores dos escritos de Tavares Bastos afirmam, como Evaristo de Moraes Filho, ter sido ele eleito “pelo Partido Liberal, deputado pela sua terra natal em três legislaturas seguidas”². Gabriela Nunes Ferreira afirma que a “posição de Tavares Bastos no âmbito do Partido Liberal” seria um pouco “nebulosa”³, mas, apesar disso, considera as posturas do autor como paradigmas dos posicionamentos daquele partido, em contraposição aos do conservador, representados pelo visconde de Uruguai. Entre os biógrafos que pudemos localizar, o apontamento de Bastos inicialmente entre os conservadores foi feito apenas pelos dicionaristas Sacramento Blake⁴ e Tancredo de Moraes. Este último afirma, num verbete dedicado a Tavares Bastos no seu *Resumo*

¹ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império*, p. 44; RÊGO, Walquíria D. Leão. *Um liberalismo tardio* (Tavares Bastos, reforma e federação), p. 56-57; IGLESIAS, Francisco. *Vida política, 1848/1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, dir. *O Brasil monárquico: reações e transações*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, v. 3), p. 80; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1958; v. 2, p. 441-497; NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Apresentação e cronologia de Raymundo Faoro. Posfácio de Evaldo Cabral de Mello. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, v. I, p. 419-423.

² MORAIS Filho, Evaristo de. Tavares Bastos e as questões do trabalho. *Revista Carta Mensal*. v. 23, n. 275, p. 35-48, fev. 1978, p. 35.

³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *Ob. cit.*, p. 59.

⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 1970. 1º v., p. 370.

*histórico-antropogeográfico do Estado de Alagoas*⁵, ter sido o deputado inicialmente “adepto do partido conservador”. Entretanto, não fundamenta a sua afirmação.⁶

Essa idéia prevalecente, quase unânime, de uma permanente pertença do deputado alagoano ao Partido Liberal, pode ser posta em questão à luz de algumas cartas escritas por Tavares Bastos a Saraiva, membro do Partido Conservador nesse período. Em carta preparada antes de ser eleito, em 20 de novembro de 1860, comentava o posicionamento dos conservadores “puros” e dos liberais em relação às eleições, de um modo em que se coloca fora de ambos os grupos:

“Os liberais estão endemoninhados. É voz que Otaviano sai eleito, que Paranhos leva na cuia, e Sérgio não se sabe. Izidro⁷ está melhor do que todos. Os cardeais estão possessos, sobretudo o Muritiba, menos o Euzébio que, com o seu grave passo, visita a quanta loja de sapateiro aí existe, pedindo um votinho: ‘*Pauperum tabernas, requeenque turre*’. Os liberais, porém, meu amigo e Sr., a falar a verdade, são os mesmos doidos de todos os tempos: agitam o povo, já bastante irritado.”⁸

Numa correspondência posterior, de 22 de fevereiro de 1861, Tavares Bastos, já eleito, dirigia-se a Saraiva enquanto chefe de um grupo de que ele próprio faria parte:

“Com efeito, precisava muito ouvir da boca do Chefe a palavra de nossas crenças: o que faremos? Para onde vamos? Com quem nos poremos a caminho? (...)”⁹

⁵ MORAES, Tancredo. Tavares Bastos. In: _____. *Resumo histórico-antropogeográfico do Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954, p.144-145.

⁶ Além dos autores mencionados no texto, foram pesquisados ainda os seguintes: LYRA Filho, João. *A voz que precedeu a escola*. Rio de Janeiro: Typ. Alba, 1939; MORAIS Filho, Evaristo de. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001; OCTÁVIO FILHO, Rodrigo. Tavares Bastos através dum arquivo particular. In: _____. *Figuras do Império e da República: marquês de Barbacena, visconde de Mauá, Osório, Tavares Bastos, Prudente de Moraes, Ubaldino do Amaral*. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1944; PINTO, Luís. *Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: DASP, 1955; RODRIGUES, José Honório. *Tavares Bastos: perfil*. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 5 de dezembro de 1969. Cadeira n. 35, Tavares Bastos. Separata da Revista do Livro, n. 40, Rio de Janeiro, p. 107-125; SILVEIRA, Paulo de Castro. *Tavares Bastos: um titã das Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1976.

⁷ Esse personagem não foi eleito. Não se encontra entre os nomes mencionados nas listas de presença diárias da sessão de 1861, nem na listagem de deputados dessa legislatura oferecida em TAUNAY, Afonso d’Escragnole. *A Câmara dos deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950, p. 167-172. Para obter informações sobre os demais nomes referidos na passagem citada, bem como sobre outros que surgirão no decorrer do texto, ver anexo a este trabalho.

⁸ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1977, p. 19.

⁹ *Idem*, p. 23.

Em carta de 6 de março seguinte, voltava a se referir aos liberais como um outro grupo. Comentando a situação política, marcada pela mudança de ministério, com a formação do gabinete Caxias:

“Os liberais já abriram guerra; e, posto sejam verdades as que diz o Otaviano no artigo de ontem, vê-se como *eles* estão resolvidos a uma oposição que não respeite a nada, nem mesmo a inconveniência de expor a coroa à animadversão pública.”¹⁰

Ainda mais precisa indicação nos é feita, do alinhamento de Tavares Bastos no Partido Conservador no início de sua carreira, no discurso que ele proferiu na Câmara dos Deputados, em 18 de julho de 1861. Iniciou a sua fala, em que lançaria críticas ao ministério da marinha, posicionando-se no interior do debate, que vinha se travando, entre Barbosa da Cunha, Zacarias e Paes Barreto, acerca da questão da divisão do Partido Conservador em “puros” - ou “extremados” - e “moderados”. Acusado de desejar estabelecer essa cisão no ministério, Barbosa da Cunha tinha se defendido afirmando, no dia anterior, 17 de julho, que combatia a própria denominação de “moderados” e “extremados”¹¹, expressão da divisão no interior do partido.

É importante uma consideração mais detida desse debate, para um melhor entendimento do significado do próprio posicionamento de Bastos em seu interior, ao afirmar que é um “conservador moderado”.

A distinção entre “moderados” e “extremados” tinha sido sugerida na Câmara por Zacarias na verificação de poderes, sendo retomada e reafirmada nos debates em torno da resposta à Fala do Trono. Em 22 de junho de 1861, em discussão sobre a eleição da Paraíba, Zacarias apontou na Câmara a existência de três grupos:

“o conservador puro, que é de todos o mais numeroso; o grupo liberal em minoria, e um terceiro, composto dos deputados de um e outro lado, que chamarei o grupo central. (...) É o grupo central o único que se pode dizer sectário firme do princípio da justiça na verificação de poderes.”¹²

¹⁰ BASTOS, A. C. T. *Ob. cit.*, p. 25; itálico nosso.

¹¹ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados*. Sessão em 17 de julho de 1861, p. 215. De agora em diante, sempre que forem referidos discursos da Câmara, indicaremos apenas as sessões em que foram proferidos, juntamente com a página especificamente mencionada ou citada. As referências completas dos volumes pesquisados encontram-se na listagem das fontes, no final deste trabalho.

¹² Sessão em 22 de junho de 1861, p. 79.

Otoni retomou a distinção feita por Zacarias, usando o termo “exagerado” no lugar de “puritano”, em 27 de junho de 1861, mas Zacarias protestou, dizendo ter usado o termo “extremado”:

“(…) confesso – diz Otoni – que me convenceu cabalmente a demonstração que deu o nobre deputado de que o grupo que a si próprio se denomina de conservador puritano é um grupo exagerado...

O SR. ZACARIAS – Não empreguei a palavra exagerados. (...) Usei da expressão – extremados.

O Sr. OTTONI – Se não são exagerados, são extremados; a idéia é exatamente a mesma; o nobre deputado desenvolveu perfeitamente a sua tese.”¹³

Em 5 de julho, Zacarias afirmou novamente a existência de uma diferenciação entre “conservadores vermelhos” e “conservadores moderados”. Os primeiros apoiariam incondicionalmente o ministério Caxias, em todas as questões, enquanto os moderados, apesar de prestar apoio à situação nas questões de confiança, não se privariam de sua independência em relação a outras medidas:

“O que eu disse na verificação de poderes, Sr. Presidente, e o que ora sustento, é uma verdade ao alcance de todos. Disse que há na câmara conservadores e liberais, conservadores em grande maioria e liberais em minoria; que no lado conservador da câmara há homens decididos, de opinião, por assim dizer, feita sobre tudo o que desejam os homens do partido que se acham na administração do país (é o que nos jornais e nos salões chamam *vermelhos*), assim como há outros que sem deixarem de ser fiéis à lei do seu partido, dão sempre o seu voto às medidas de confiança que o governo julga necessárias, mas que, no que toca a medidas de outra ordem, a reformas ou disposições permanentes, reservam-se o direito de examiná-las, de estudá-las, e emitir francamente a sua opinião. Assim pronunciou-se o nobre ex-ministro da justiça; assim pronunciou-se o nobre ex-ministro da marinha. Ambos declararam prestar o seu apoio ao governo, mas sem previamente hipotecar o seu voto a todas as medidas do governo, qualquer que seja a sua natureza e importância. Eu também, senhores, acho-me nesse propósito. No que for de confiança conte o governo sempre com o meu voto; no mais quero exercer o meu direito de pensar sem quebra da adesão que lhe presto.”¹⁴

Contra essa visão da cisão dos conservadores em puros e moderados se afirmaria Barbosa da Cunha, deputado que se alinhava entre os primeiros. Em 10 de julho de 1861, Barbosa aceitou o qualificativo “puritano”, mas, no transcorrer do debate, declarou que essa suposta divisão no interior do Partido Conservador seria apenas objetivo de um grupo

¹³ Sessão em 27 de junho de 1861, p. 200.

¹⁴ Sessão em 5 de julho de 1861, p. 92.

dentro dele, não tendo base na realidade do partido¹⁵. Essa falta de fundamento seria resultante da circunstância de que a moderação “parece que é mais um atributo inerente ao caráter do homem como particular, do que um atributo de idéia política”¹⁶. As idéias políticas requereriam intolerância nos tempos de luta; fora destes, existiria a tolerância e a concessão, mas do princípio que saísse vencedor sobre o outro¹⁷. A tolerância suporia uma vitória prévia, não podendo acontecer, em política, entre defensores de idéias diferentes que se encontrassem numa situação de efetiva igualdade.

Diante da argúcia de Barbosa ao apontar semelhanças entre os dois grupos do partido conservador, afirmando a impossibilidade de uma efetiva “moderação” política, seu contendor apelou para a existência empírica de conservadores divergentes como prova da divisão. A afirmação de Barbosa, de que Zacarias não teria conseguido “indicar um ponto para sobre ele basear a diferença entre moderados e exaltados”, foi interrompida por este aparte do último: “A diferença está personificada entre V. Ex. e mim: eu sou moderado, e V. Ex. não o é.”¹⁸

Qual (is) seria (m) o (s) motivo (s) da divisão do partido, que Barbosa tentava negar em julho de 1861, aparentando uma intenção de ainda mostrar forte o partido conservador na câmara?

¹⁵ Sessão em 10 de julho de 1861, p. 119.

¹⁶ *Idem*, p. 121.

¹⁷ “ O SR. BARBOSA DA CUNHA: - Mas, como dizia, a moderação é seguramente uma grande virtude do homem político; entretanto a moderação parece que é mais um atributo inerente ao caráter do homem como particular, do que um atributo de idéia política. / As idéias políticas, as grandes idéias próprias para arrebatar partidos, para criar prosélitos, são por sua natureza intolerantes e exclusivistas nas épocas em que se acham em luta com as idéias e princípios opostos. / A adoção de tais idéias em períodos de luta importa para quem as espõsa toda a intolerância, ou antes todo o entusiasmo inseparável de uma forte convicção. Pode haver divergência na escolha dos meios próprios para obter o triunfo, mas a idéia por sua própria essência é então exclusivista. As concessões e a tolerância porém aparecem depois da vitória de um princípio sobre outro. Ora nós, na quadra atual, não só não vivemos em um estado próprio de lutas políticas por causa dessas grandes idéias, como vemos que as questões que têm ultimamente servido de base para distinção e luta dos partidos têm sido de certo tempo para cá mais questões administrativas do que de organização política. Não vejo pois motivo para essa divisão e distinção de partidos em moderados e exaltados, a que se referiu o nobre deputado; e tanto isto é verdade que, quando alguém pediu nesta casa ao nobre deputado pelo Paraná que explicasse a base ou a razão da diferença que havia entre conservador moderado e extremado, S. Ex., apesar de todo o seu talento, viu-se realmente embaraçado, não podendo na verdade indicar um ponto para sobre ele basear a diferença entre moderados e exaltados...” (*Idem*, p. 121; *italico nosso*).

¹⁸ *Idem. ibid.*

Saraiva, conservador moderado que tinha acabado de deixar o gabinete Caxias, ao explicar essa saída, afirmou que a diferença em relação aos outros ministros, conservadores puros, residiria na concepção das “prerrogativas do poder moderador”¹⁹. De fato, durante toda a sessão de 1861 se mostraram, nos discursos, divergências quanto à interpretação das prerrogativas do poder moderador, constituindo este um aspecto em que se expressava naquele momento a divisão partidária.

Respondendo a indagação feita pelo liberal José Bonifácio em 28 de junho²⁰, o puritano ministro da justiça Saião Lobato, em 1º de julho, expôs como sendo do ministério uma visão que poupava os ministros de responsabilidade legal sobre os atos do poder moderador, a eles atribuindo apenas “responsabilidade moral”, haja vista que seria impossível constitucionalmente submeter o poder moderador à avaliação de qualquer outro poder constituído:

“E, pois, quanto à responsabilidade ministerial, declaro que ela é tão extensa quanto é possível: o ministro desde que é ministro, e enquanto é ministro, é responsável por tudo quanto se faz na governança do Estado, e por tudo quanto se deixa de fazer. (*Muitos apoiados.*) Entretanto, no que toca propriamente às funções do executivo, e está dentro das raias desse poder, a responsabilidade do ministro é tão ampla, que não fica no domínio da censura e da animadversão; pode ser traduzida em processo perante a autoridade competentemente constituída; *pele que diz respeito às funções e prerrogativas do poder moderador, a responsabilidade é moral (muitos apoiados)*; o ministério pelo fato de estar aderente ao chefe do Estado, àquele a quem privativamente confere a constituição esse poder, é responsável moralmente. *Não incorre porém em responsabilidade legal*: porque, no que toca às funções e prerrogativas do poder moderador não há nem pode haver responsabilidade legal, pois não há autoridade constituída que possa tomar conta dos atos do poder moderador. (*Muitos apoiados.*)

Senhores, a nossa constituição, estabelecendo o poder moderador no grau de importância em que o colocou, conferindo-lhe funções e prerrogativas tendentes a manter a harmonia entre os demais poderes constituídos, depositou-o nas mãos do chefe supremo do Estado, do primeiro representante da nação. As funções e prerrogativas do poder moderador são de tal modo regradas, que excluem toda a responsabilidade legal; para nenhum dos atos desse poder há juiz constituído; nenhum desses atos pode tornar-se corpo de delito para um processo de responsabilidade. (*Apoiados.*) Se assim não fosse, admitir-se-ia o absurdo de dar acima do primeiro representante da nação, do seu chefe supremo, uma autoridade constituída, e essa então substituiria àquele, ocuparia a primeira plana.”²¹

¹⁹ *Idem*, p. 137.

²⁰ Sessão em 28 de junho de 1861, p. 231.

²¹ Sessão em 1 de julho de 1861, p. 11. Itálicos nossos.

Esse posicionamento de Saião, compartilhado pelo também puro Almeida Pereira em 2 de julho²², foi questionado em 5 de julho por Zacarias. Após sumariar debate ocorrido no ano anterior na imprensa - debate no interior do qual teria defendido “que não há ato do poder moderador que não seja acompanhado de responsabilidade ministerial, qual no caso couber”²³ -, o deputado entrou em discussão direta com Saião Lobato, dizendo estar apenas em parte satisfeito com a posição do ministro da justiça.

Em primeiro lugar, Zacarias discordou da idéia de que não haveria responsabilidade legal pelos atos do poder moderador²⁴. Tanto existiria essa responsabilidade que a Constituição, no artigo 143, declarava que os conselheiros de estado ouvidos sobre as atribuições do poder moderador fossem “responsáveis pelos conselhos dolosos que a tal respeito derem”. Sendo um absurdo a punição da deliberação e não o ato dela resultante, a responsabilização dos conselheiros de estado demonstraria “de modo terminante, que na prática de tais funções pode haver crime”²⁵.

Discordando nesse ponto de Saião Lobato, Zacarias procurou, nesse momento, entretanto, mostrar-se ainda próximo ao ministro, dizendo que se satisfazia com o reconhecimento, por parte dele, da responsabilidade política - que Saião tinha chamado de responsabilidade moral - pelos atos do poder moderador. Essa última seria mais importante que a defendida responsabilidade jurídica²⁶, e já seria excelente o fato do ministro da justiça

²² Sessão 2 de julho de 1861, p. 23.

²³ Sessão em 5 de julho de 1861, p. 93. Sobre o significado desse posicionamento no percurso político de Zacarias, ver: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*. In: _____ (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.9-58.

²⁴ “Não estou satisfeito, Sr. Presidente, na parte em que o nobre ministro, negando a responsabilidade criminal dos ministros nos atos do poder moderador, dá como razão disso o excluir a índole das atribuições do poder moderador a idéia de crime, e, por consequência, de processo e de punição./ Sr. Presidente, se o poder moderador é a chave da organização política, se as diversas e valiosíssimas atribuições que constituem esse poder sendo bem exercidas asseguram a harmonia dos poderes e fazem a felicidade do país, é de rigorosa consequência que o abuso nessa elevada região pode trazer a desarmonia dos poderes, o transtorno da ordem social, males e crimes de imenso alcance: *a corrupção do ótimo é péssimo*.” (Sessão em 5 de julho de 1861, grifo no documento.)

²⁵ *Idem*, p. 94.

²⁶ “A responsabilidade jurídica (...) não é, em meu conceito, a responsabilidade que mais convenha opor aos ministros, tanto mais quanto é certo que a penalidade, qualquer que seja, pode ser perdoada. / No regime representativo a responsabilidade que os publicistas julgam mais eficaz e poderosa é a que exercita-se pela interpelação, pela censura. Por meio dela as assembleias podem fazer triunfar suas idéias, e o governo do país pelo país tende a tornar-se uma realidade./ Antes que um ministro tenha cometido um delito com as circunstâncias definidas na lei, pode haver dado aos

reconhecê-la, levando-se em conta que membros do ministério passado não o faziam, considerando estes que a referenda dos ministros só servia para autenticar os atos do poder moderador, “doutrina que descobria a coroa e a expunha a censura”:

“A responsabilidade da censura pública, a que o nobre ministro declara sujeito o ministério pelos atos do poder moderador revela que a esses atos não são inteiramente alheios os ministros, porque ninguém responde por aquilo em que direta ou indiretamente não tem parte, o que o ano passado negariam nesta tribuna homens revestidos do poder.”²⁷

Esse reconhecimento, por parte do ministério, da responsabilidade política pelos atos do poder moderador seria mais um motivo para apoiá-lo, declarou Zacarias nesse momento²⁸, quando os conservadores moderados Saraiva e Sá e Albuquerque ainda se encontravam no gabinete. Onze dias mais tarde, entretanto, motivado por desconfianças que teriam sido trazidas pelo discurso de Barbosa da Cunha²⁹, modificou-se um tanto a posição do deputado em relação ao ministério. Com isso, mudou também a sua interpretação sobre a responsabilidade ministerial pelos atos do poder moderador. No novo discurso, desmanchando a confusão que permitiu a sua aproximação anterior em relação ao ministro, Zacarias diferenciou responsabilidade moral de responsabilidade política, enfatizando ao mesmo tempo que, *se havia responsabilidade política, também havia responsabilidade criminal pelos atos do poder moderador*³⁰. Além dessas mudanças na formulação geral da questão, Zacarias assinalou minuciosamente a existência de equívocos na interpretação de Saião Lobato sobre artigos da Constituição relativos ao poder moderador³¹.

No dia seguinte, Saião respondeu a Zacarias, retomando a confusão entre responsabilidade moral e responsabilidade política e desqualificando um dos argumentos de que tinha lançado mão o deputado, ao afirmar que “não dou maior importância ao que o nobre deputado disse no sentido de que não se admitia a responsabilidade moral sem seguir-se a criminal”³². O ministro defendeu mais uma vez a sua interpretação sobre a

negócios do Estado uma direção altamente prejudicial, a que só a responsabilidade política pode por embaraço, chamando-se o ministro a explicar-se, e negando-se-lhe a confiança de que depende para manter-se no poder.” (*Idem, ibid.*)

²⁷ *Idem, ibid.*

²⁸ *Idem, p. 94-95.*

²⁹ Sessão em 16 de julho de 1861, p. 189-190.

³⁰ *Idem, p. 188.*

³¹ *Idem, p. 188-189.*

³² Sessão em 17 de julho de 1861, p. 208.

natureza do poder moderador, e concluiu questionando o pressuposto que estaria na base da argumentação de Zacarias: o da soberania do povo, correspondente ao “direito de revolução”:

“O nobre deputado disse que o ministro da justiça tinha cometido *equivocações*, e entendeu que devia corrigi-las. Entretanto, Sr. Presidente, a câmara ouviu e ainda soam as palavras do nobre deputado a este respeito, e foram que o povo tinha a sua soberania.

Senhores, em uma nação constituída, o povo não é soberano (*Denegações; rumor no centro da galeria da parte de terra, que imediatamente se contém.*) Povo soberano era o povo romano; a constituição política da grande república da antigüidade fazia do povo romano um povo soberano que, reunido em seus comícios, dava decisões e exercia a soberania.

(...)

No Brasil porém, adotada a constituição, a soberania da nação foi delegada aos quatro poderes políticos encarregados de toda a gestão da causa pública, e o povo deixou de exercer a soberania.”

Expor uma noção contrária a essa seria, segundo Saião, “o mesmo que apregoar o direito de revolução”³³.

Vemos que a questão do poder moderador constituía, de fato, um eixo em torno do qual, nesse momento, se diferenciavam os grupos moderado e conservador. Entretanto, uma outra questão se mostrou também objeto de acirrados debates, no mês de agosto - quando a câmara discutia a extensão, proposta pelo governo, do orçamento do exercício de 1861 a 1862 ao exercício de 1862 a 1863 -: a questão bancária, objeto da controvertida lei de 22 de agosto de 1860, que estabeleceria medidas restritivas da emissão bancária e submetera à autorização governamental a incorporação e o funcionamento das companhias e sociedades anônimas³⁴.

A intensidade do debate sobre essa questão nesse momento, em que se mostraram divergentes Ottoni, Paranhos e Pereira da Silva, nos faz pensar que tinha razão Barbosa da Cunha quando, em maio do ano seguinte, pouco antes da queda do gabinete Caxias,

³³ *Idem*, p. 209. Na resposta a Saião, em 25 de julho, Zacarias disse não se fundar na idéia de soberania do povo, nem no de direito de revolução (Sessão em 25 de julho de 1861, p. 321), no que se mostrou diferente de um liberal como José Bonifácio, que fez defesa deste último princípio (*Idem*, p. 327).

³⁴ Essa lei está publicada em *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860*. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia nacional, 1860, p. 28-36. Uma reflexão sobre o significado dela na história monetária do Império se encontra em: PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976, p. 85-129.

momento em que já não negava a divisão no partido, afirmou que o “grupo dissidente” tinha se originado dos debates da “questão bancária”:

“Sr. Presidente, V. Ex. sabe que no ano de 1859 uma grave questão agitou-se em ambas as casas do parlamento; refiro-me à importantíssima questão bancária. Os conservadores desta câmara dividiram-se; uma parte, a parte mais importante, a maioria, ligou-se ao gabinete de 10 de dezembro [Abaeté]; isto é, ao gabinete que havia apresentado o projeto da reforma bancária; uma fração pequena de conservadores (os mesmos dissidentes de hoje, com rara exceção) separou-se de nós, hostilizou o projeto, e separou-se do gabinete. Em consequência da diminuta maioria que obteve o governo na votação do projeto da lei bancária, o gabinete retirou-se, formou-se o de 12 de agosto [Ferraz] do qual fizeram parte alguns membros conservadores dissidentes já então, e foram três [Paranaguá, Sinimbu e Paes Barreto]. Nós, que havíamos apoiado o gabinete antecedente, interpelamos na câmara (e eu fui um deles) o novo ministério acerca de suas idéias e seu pensamento acerca da reforma bancária; e como, em consequência das respostas que obtivemos do presidente do conselho de então, reconhecemos que esse governo teria de propor medidas justamente no sentido das idéias pelas quais nós combatemos e pugnamos durante o ministério anterior, entendemos dever dar apoio a esse gabinete, e de fato o prestamos, e ele com o nosso apoio traduziu em leis as nossas idéias sobre essa importante questão. O nosso proceder foi rigorosamente lógico; mas a casa se recordará, sem dúvida, que não nós, mas a imprensa liberal, lançou em rosto, a alguns dos ministros de então a contradição em que eles se achavam, advogando em oposição uma coisa que, quando colocados no poder, sacrificaram, fazendo-se os advogados mais exagerados da opinião oposta.”³⁵

Saldanha Marinho, liberal pertencente à Liga, construiu, em 15 de junho de 1862, uma versão mais edulcorada para a formação do grupo moderado dos conservadores e sua coligação aos liberais. Na discussão da fixação das forças de terra feita nesse dia, declarou:

“V. Ex., Sr. Presidente, sabe que uma grande parte de conservadores membros desta casa se destacaram de seus antigos aliados; e V. Ex. não ignora também a razão que os levou a isto. Esses conservadores moderados compreenderam que a verdadeira prática constitucional era impossível de realizar com tais companheiros com os quais medidas reclamadas pelo interesse geral se não conseguiriam, com os quais nenhuma idéia de progresso se obteria. (...) O partido liberal tem constantemente proclamado na tribuna e na imprensa a necessidade da prática do sistema constitucional representativo entre nós. Não tem cessado de clamar contra o exclusivismo; e seu pensamento dominante, o seu propósito, consiste em dar ao país aquilo que é seu, em fazê-lo prosperar e engrandecer, em realizar reformas indispensáveis, em conformar as leis que temos com a constituição!

³⁵ Sessão em 19 de maio de 1862, p. 45-46.

Os conservadores moderados manifestaram que também professavam essas idéias; não se atemorizaram da palavra – liberal -, e se propuseram conosco realizá-las. (...)”³⁶

A versão formulada por Barbosa da Cunha ganha força ao levarmos em conta discurso de Saraiva quando, em 2 de julho de 1861, ainda membro do gabinete Caxias, tentava responder àqueles que apontavam problemas na sua presença no ministério, em virtude de suas divergências em relação ao ministro da justiça, Saião Lobato. Saraiva disse poder participar do gabinete porque, apesar das discordâncias com outros membros, “encontrei o presidente do conselho de ministros nas mesmas vistas e nos mesmos sentimentos que me dominavam”. Como ponto importante do desacordo que, no passado, tivera com seus atuais colegas, Saraiva deu especial destaque à questão bancária:

“Agora duas palavras acerca da questão bancária. Votei contra essa lei, porque a achei defeituosa. É porém fato que não se pode contestar o seguinte: o país, e com o país a câmara e o senado, acreditaram que essa lei era a melhor solução dada às nossas necessidades, ou antes à necessidade da reorganização do crédito em relação ao meio circulante.

Vencido, ainda que não convencido, cumpre-me acatar a lei, e reconhecer mesmo que tinham razão os meus adversários, enquanto a experiência não demonstrar o contrário.”³⁷

A circunstância de Saraiva admitir, quanto à questão bancária, uma divergência em relação aos demais membros do gabinete, é importante porque indica um distanciamento não só de Saião Lobato - que era apontado como sendo aquele que procurava imprimir no ministério uma orientação política mais extremada -, mas também em relação a uma fração um tanto mais moderada do gabinete, representada por Paranhos. Foi o que apontou o liberal Lessa, em 3 de julho, quando observou que Saraiva, em questões econômico-financeiras, partilhara “uma doutrina inteiramente oposta àquela que fora então compartilhada pelo nobre ministro da fazenda”. Diante dessa afirmação, Saraiva procurou desmerecer a questão, dizendo não ser ela uma “questão política, nem com caráter de atualidade”, ao que o liberal retrucou:

“É verdade; mas são questões importantes, por isso que passaram leis a respeito, e desde que essas leis forem apresentando maus resultados, desde que V. Ex. e seus colegas conhecerem que essas leis foram mal pensadas, que contêm disposições ruinosas que atacam o crédito, que produzem a funesta pressão que já se nota nas

³⁶ Sessão em 15 de junho de 1862, p. 121.

³⁷ Sessão em 2 de julho de 1861, p. 28; itálicos nossos.

rendas públicas, que já se observa no comércio, no crédito público, não procurarão remediar? Era preciso que o programa de VV. EEx. não fosse tão brilhante, era preciso que VV. EEx. não fossem tão distintos Brasileiros para que eu me capacitasse de que seriam surdos aos reclamos do comércio, aos reclamos do país em matéria de tanta importância.

(...)

Já vê pois a câmara que a divergência entre o nobre ministro do império e o nobre ministro da fazenda em matéria de tanta importância, divergência que ainda está, por assim dizer, soando aos nossos ouvidos, que ainda é recente, não pode deixar de produzir em nós também a apreensão de que essa *entente cordiale* talvez não possa subsistir por muito tempo entre os nobres ministros; devemos temer que divergências sérias podem aparecer.”³⁸

Um outro liberal, Félix da Cunha, que no dia seguinte atacou veementemente a lei de 22/08/1860 e as conseqüências que por ela teriam sido trazidas para o comércio dos particulares e também para o tesouro, questionou Saraiva em relação ao seu atual posicionamento frente à lei contra a qual ele se pronunciara no passado:

“No nobre ministro do império deve haver certo pendor para neutralizar os males existentes, se bem que não se encontre igual em seus colegas, porque eles deram completo apoio à reforma e representam o elemento reformista do ministério passado; e eu temo que não seja profícua a luta que há de travar o nobre ministro do império com seus colegas, não só sobre a política de paz que se deve adotar na direção dos negócios públicos, como sobre as providências a empregar para minorar os danos da reforma.

O nobre ministro do império foi de opinião que essa reforma ia ferir graves interesses do país, que essa reforma era inoportuna, portanto não pode julgá-la conveniente. Diz S. Ex. que há de respeitar a lei; sem dúvida, como nós a havemos de respeitar também; mas isso não impede de reconhecer-se os seus defeitos, como há de reconhecer o nobre ministro, pois que votou contra ela. E isso será um outro elemento de desarmonia, se o nobre ministro quiser diminuir a dureza das disposições da lei e seus regulamentos; ou o nobre ministro viverá em luta com seus colegas; ou lhes fará o sacrifício de suas convicções, o que não é natural.”³⁹

Em direção semelhante, o ministro Taques afirmou que a liga de conservadores moderados e liberais, ocorrida na última eleição, apenas se realizara pela intenção de “modificar a legislação econômica do país”⁴⁰. É uma afirmação que encontra ressonância na fala de um dos principais líderes da liga num momento em que ela já se apresentaria mais solidificada. Em 4 de junho de 1864, Nabuco de Araújo colocaria a reforma da lei de 22 de

³⁸ Sessão em 3 de julho de 1861, p. 41-42.

³⁹ Sessão em 4 de julho de 1861, p. 57.

⁴⁰ Sessão em 2 de julho de 1861, p. 30.

agosto de 1860 como ponto central tanto no renascimento do Partido Liberal em 1860 quanto na constituição de um programa que fosse o de um novo Partido Liberal, formado pela Liga e chamado de Progressista:

“(…) [Em 1858] Começou a luta da ressurreição dos partidos e desapareceu a Conciliação. O Partido Conservador em 1860, preciso a época, cerrou fileiras, renovou a luta, confiado na influência oficial de que então gozava. O partido liberal então reapareceu, favorecido pelas questões econômicas então pendentes e por outras muitas causas sociais que atuavam, notai bem, que atuavam como ainda hoje atuam, contra quem quer que seja governo, a favor de quem quer que seja oposição.”⁴¹

Mais adiante, Nabuco afirmou que, assim que vitoriosa a Liga, fora ele incumbido, juntamente com Zacarias e Paes Barreto, da organização de um programa, segundo o qual o novo Partido Liberal, formado de ex-conservadores e antigos liberais, deveria chamar-se Progressista, o que “queria dizer que o partido Liberal entrava principalmente em uma nova cena, a cena das liberdades individuais”, em especial da liberdade econômica comprometida pela lei de 22 de agosto de 1860. Nabuco de Araújo fala contra essa lei, “não na parte relativa à emissão, que é um princípio de ordem pública, uma necessidade respeitável por todos os partidos, mas em relação à associação”⁴².

Embora destacando a outra parte da lei, referente às restrições à emissão, Teófilo Ottoni também a condenava, em junho de 1861, quando dizia que ela significara uma “grande calamidade para o país”⁴³.

Teria tido efeitos tão calamitosos que, conforme argumentação desenvolvida pelo deputado liberal em debate sobre a Resposta à Fala do Trono, em junho de 1861, essa lei acarretara um grande descontentamento dos comerciantes da corte, descontentamento que teria produzido ali a retumbante vitória dos liberais nas eleições de 1860. Essa vitória, conforme o deputado, teria acontecido pelo fato de a “oligarquia” ter perdido o apoio do “comércio legítimo”, em razão de este não precisar mais de “proteções ilegítimas”, as quais os “oligarcas” procurariam impingir-lhe despótica e arbitrariamente⁴⁴.

⁴¹ Citado em NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, v. 1, p. 450.

⁴² *Idem*, p. 451.

⁴³ Sessão em 16 de agosto de 1861, p. 170.

⁴⁴ Sessão em 27 de junho de 1861, p. 202 e 211.

A discussão sobre a lei de 22 de agosto ressurgiria num momento em que não havia quem negasse a divisão entre os conservadores. Não era o que acontecia no início de julho de 1861, quando, conforme vimos, Barbosa da Cunha se esforçava ainda para atacar a idéia de que não havia unidade em seu partido. Foi no interior desse debate que Tavares Bastos fez seu primeiro discurso na Câmara. Contrapondo-se ao posicionamento tomado por Barbosa da Cunha nesse momento, Tavares Bastos afirmou, no dia 18 desse mês, haver de fato uma cisão entre conservadores puritanos e conservadores moderados, cisão que se demonstraria com uma “revista ligeira dos últimos acontecimentos do país”⁴⁵, numa retomada da história do Império:

“Do seio fecundo da constituição dois princípios fundamentais, nascidos para viverem combinados, desprenderam-se, separaram-se, combateram-se. O primeiro é caracterizado pela revolução de 1831 e o segundo pela data reacionária de 1837. O primeiro é o princípio de liberdade distendido até a anarquia, o segundo é o princípio de ordem levado até a compressão. Pois bem, certo dia, essas idéias extremas fizeram parada, recuaram nas exagerações paralelas, retrataram-se de seus erros, e confessaram as suas mútuas verdades; numa palavra, transigiram. No ano de 1853 começou o trabalho de reconstituição da harmonia perdida entre os dois princípios fundamentais, isto é, surgiu a nova era, ou a política de conciliação. Sei bem que a imoralidade de uns, o ceticismo de outros, e a obstinação de muitos comprometeram a conciliação; confesso mesmo que até foi preciso banir a palavra do vocabulário político. Mas a conciliação, se desapareceu como fórmula, ficou como idéia.(...)”⁴⁶

O deputado, conforme podemos perceber nessa passagem citada, adotava o esquema interpretativo da história do Império formulado pelo deputado conservador Justiniano José da Rocha: ação, reação, transação⁴⁷. Essa incorporação foi apontada por R. Magalhães

⁴⁵ Eis a afirmação de Tavares Bastos: “Sr. Presidente, quando se quer reputar meros nomes as qualificações de conservador puritano e conservador moderado, basta a mesma discussão havida nesta casa para protestar contra uma tal pretensão. Quando se intenta reatar os laços quebrados do antigo partido conservador, basta uma revista ligeira dos últimos acontecimentos do país para descobrir a distância que hoje separa os grupos formados do seio desse partido (*Apoiados*).” (Sessão em 18 de julho de 1861, p. 218).

⁴⁶ *Idem, ibid.*

⁴⁷ Em “Ação, reação, transação. Duas palavras acerca da atualidade”, Justiniano assim dividiu a história brasileira desde a Independência: “De 1822 a 1831, período de inexperiência e de luta dos elementos monárquico e democrático; de 1831 a 1836, triunfo democrático incontestado; de 1836 a 1840, luta da reação monárquica, acabando pela maioria; de 1840 até 1852, domínio do princípio monárquico, reagindo contra a obra social do domínio democrático, que não sabe defender-se senão pela violência, e é esmagado; de 1852 até hoje [1855], arrefecimento das paixões;

Júnior, na biografia que escreveu do autor de “Ação; reação; transação”⁴⁸. Entretanto, interpretou essa utilização ao considerá-la uma “imitação”, que seria limitada, porque o “liberal” Tavares Bastos não poderia endossar inteiramente as concepções de um conservador. Nas palavras do comentador,

“Justiniano José da Rocha exerceu verdadeira fascinação sobre alguns espíritos do seu tempo. Mesmo uma forte personalidade como a de Tavares Bastos o imitou, *até onde pode um liberal imitar um ensaísta político conservador*. A um dos seus panfletos dá o título de ‘Realidade, ilusão, solução’, três palavras dispostas como as de ‘Ação; reação; transação’. E a matriz de algumas das idéias que aí expõe está no panfleto do redator principal de ‘O Brasil’ (...)”⁴⁹

Magalhães formulou, como vemos, uma explicação psicologizante para a proximidade de Bastos, visto como sendo um liberal nesse momento, em relação a Justiniano. As informações que foi possível obter na correspondência e nos debates da Câmara nos permitem ver que essa distância política tão grande entre Bastos e Justiniano não existia, e nos sugerem que a utilização das concepções do segundo pelo primeiro não resultava de imitação, mas sim de partilha de noções que se explicam pela proximidade política.

Tavares Bastos, no seu discurso parlamentar, afirmou que a situação política ainda seria de “transação”, uma continuação da conciliação que produziria uma “política de paz”, a qual seria própria somente de “nós os moderados”, em contraposição à política exclusivista e compressora dos “puritanos”:

“Como um novo argumento em favor da minha tese, eu apontaria o ministério atual, evitando o nome de reator, e declarando querer não a política de compressão invocada por muitos, mas a política de paz, na frase expressiva do ilustre ex-ministro do império, deputado pela Bahia [Saraiva]. (*Apoiados*)
Sr. Presidente, essa política de paz, de tolerância, de justiça é a que desejamos *nós os moderados*. O exclusivismo e a compressão constituem as aspirações dos conservadores puritanos (*Apoiados e reclamações*)”⁵⁰

quietação no presente, ansiedade do futuro, período de transação.” (ROCHA, Justiniano José da. Ação, reação, transação. Duas palavras acerca da atualidade. In: MAGALHÃES Jr., R. (org.) *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956., p. 165.

⁴⁸ Magalhães Jr. afirmou ser, o trecho citado do discurso de Bastos, “quase uma paráfrase de Justiniano” (MAGALHÃES Jr., R. (org.) *Ob. cit.*, p. 145).

⁴⁹ *Idem*, p. 144, *italico* nosso.

⁵⁰ Sessão em 18 de julho de 1861, p. 218; *italico* nosso.

Mais adiante no mesmo discurso, a conciliação aparece como confirmação dos “princípios conservadores”:

“Sr. Presidente, foi nesta série de idéias, foi acreditando que estávamos em plena conciliação, que eu animado entrei na vida pública. Para mim, a nova era veio antes confirmar os princípios conservadores, do que abalar a sua existência. (...)”⁵¹

Bastos não só associa conciliação com conservação dos princípios conservadores, como também a vincula à preocupação com a promoção de “melhoramentos materiais”:

“A tendência para os interesses materiais, e o desgosto das abstrações políticas, que esterilizam e até desacreditam o parlamento, constituem a meu ver o sinal mais saliente da nova ordem de idéias; porque revelam distintamente que desejamos libertar-nos do passado e protestar contra a sua esterilidade, penetrando no mundo dos interesses reais, dos grandes melhoramentos, das liberdades práticas, da administração verdadeira. (...)”⁵²

Os textos citados do deputado alagoano fazem observar, então, que estava alinhado não entre os liberais, tal como fazem crer os intérpretes de sua atuação, mas sim ao grupo moderado do Partido Conservador, do qual Saraiva, seu confidente político no período, era um dos chefes.

Outro indício que conduz a pensar no mesmo sentido se encontra na ligação de Bastos com Cansansão de Sinimbu. Este último, conforme carta escrita por Bastos ao pai, foi o grande patrocinador de sua carreira política⁵³. E fazia parte do grupo que se separou do Partido Conservador para formar a Liga Progressista com liberais. Segundo Craveiro Costa, seu biógrafo,

“Na vigência desse ministério [Caxias], separaram-se definitivamente do partido conservador Olinda, Sinimbu, Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes, Saraiva e

⁵¹ *Idem*, p. 219.

⁵² *Idem*, *ibid.*

⁵³ Escrevendo ao pai de Paris, em 4 de fevereiro de 1875, na última viagem que fez à Europa, Bastos assim comentou suas expectativas em relação às próximas eleições: “Não me preocupa a necessidade da presença durante as eleições de novembro próximo. Além de certa indiferença filosófica, descanso, não nos amigos, mas em um *amigo*, cujo concurso *positivo* permitiu-me entrar no parlamento em 1861 e fez-me reeleger em 63 e 67. Se o Sinimbu me houvesse desamparado (bastava a sua indiferença), os José Ângelos de Alagoas me deixariam à porta, sob o pretexto de que eu não era um verdadeiro liberal. – A constância com que o Sinimbu me apoia, não é só honrosa para mim, o é ainda mais para ele próprio, porque o tem feito desinteressada e nobremente, sem nunca exigir de mim um sacrifício qualquer de devoção pessoal a ele ou aos seus, sem nunca tentar arrastar-me nem influir em meu proceder, sem mesmo afligir-se com as evoluções que eu fazia com a maior liberdade de espírito e de ação. (...)” (BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p.166)

outros, que formaram o agrupamento que se denominou *Liga*, ao qual Saraiva chamou *Partido Progressista do Império*. (...)”⁵⁴.

Essa proximidade de Bastos em relação aos conservadores fica visível também no panfleto *Os males do presente e as esperanças do futuro*.

2. Objetividade e a política do “excêntrico”

O panfleto com que Tavares Bastos inaugurou, utilizando-se do pseudônimo “o excêntrico”, a sua intervenção no debate político fora do parlamento, foi apontado por José Wanderley de Araújo Pinho como apresentando posicionamentos diferentes dos tomados na seqüência da trajetória do autor. Mas tal variação foi interpretada de um modo em que ficou apartada de sua historicidade, pois foi considerada como momento de uma inconstante e incompleta evolução do deputado de “idealista” a “estadista”:

“Os documentos não nos desenham nítida a linha evolutiva do idealista ao estadista. Apenas semelha um primeiro esforço, logo abandonado, de ajuste com as conveniências e os interesses de partido, certo matiz de conformidade, do panfleto *Males do presente* – com as grandes forças dominantes: a Coroa, o Senado, o Conselho de Estado, depois por ele combatidos direta e claramente”⁵⁵.

Algo semelhante em relação a esse panfleto foi observado por Walquíria D. Leão Rêgo, que indicou, conforme já observamos na introdução, uma diferença dos posicionamentos nele tomados em relação aos “principais alvos da crítica liberal durante quase vinte anos”⁵⁶, diferença que seria atribuída a uma “contradição” do liberalismo de Bastos em relação a suas práticas. Trata-se de um recurso que foi utilizado pela autora para lidar com toda variação das proposições de Bastos ao longo da obra que deixou escrita, recurso que permitiu manter intocado o pressuposto de que o político alagoano seria um expoente do Partido Liberal desde e para sempre.

A idéia da inserção de Bastos no Partido Liberal, já no momento em que escreveu *Os Males do presente e as esperanças do futuro*, poderia se apoiar também no fato do

⁵⁴ COSTA, Craveiro. *O visconde de Sinimbu*. Sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Sinimbu também é apontado claramente entre os “ligueiros” por Sérgio Buarque de Holanda em *Ob. cit.*, p. 26.

⁵⁵ PINHO, José Wanderley de A. Tavares Bastos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, p. 717-741, 1940, p. 739.

⁵⁶ RÉGO, Walquíria D. Leão. *Ob. cit.*, p. 69.

autor dedicar o panfleto ao liberal José Bonifácio, o Moço, fazendo uma referência grandiloqüente ao Andrada no prefácio:

“Foi uma bela manhã a de ontem na Câmara dos Deputados.

(...)

Não embalde assistimos a mais um combate da palavra. De um lado, o governo, por seu órgão, deixou ver bem claro que não pretende galvanizar o passado, ressuscitar os seus certames e os seus ódios. De outro, José Bonifácio, o herdeiro do mais belo nome da nossa história, levanta, como um *globo de luz a sua cabeça sobre a assembléia*.⁵⁷

Além dessa imagem fortemente positiva de Bonifácio, o Moço, Tavares Bastos, no final do texto, retomou a tentativa de demonstrar uma aproximação em relação ao Andrada, dizendo partilhar com ele o “programa da mocidade”⁵⁸. Numa leitura rápida dessa passagem, a aproximação com o deputado liberal confirmaria a idéia da filiação do deputado alagoano ao Partido Liberal. Entretanto, no mesmo momento em que se afirmava próximo dele, Bastos parecia distanciar-se, considerando as suas reivindicações como apressadas. Vejamos essa passagem na íntegra:

“Mas... Aonde, a que longínquos mares nos arrebatava a fantasia? Mas, tudo isso é, sem dúvida, mais belo de ouvir-se do que fácil de ver-se. Quando José Bonifácio triunfante descia ontem da tribuna, *alguém, cujo bom senso não conhece rival, interrogado sobre a bandeira que o orador acabara de hastear com tanta pompa, respondeu: ‘Ele tem razão, mas para realizar as suas idéias é preciso um século’*.

Sim, José Bonifácio! Aquela é certamente a aspiração dos corações generosos. Eles volem-se para essa cadeia de verdades, como para as suas derradeiras esperanças. Tudo, porém, demonstra que *ainda está longe o dia* em que deva um governo sábio

⁵⁷ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. In: _____. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. Estudos brasileiros. S. Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 25; itálico nosso. Também a utilização dessa imagem da cabeça de José Bonifácio como um “globo de luz” talvez possa ter contribuído para sustentar a idéia de um Bastos liberal nesse momento, uma vez que ela parece se inspirar em Timandro quando este, em seu *Libelo do povo*, afirmou que sob as “cabeças venerandas” de José Bonifácio e M. Francisco “resplandecia o astro do Ipiranga” (TORRES HOMEM, Francisco de Sales. “O libelo do povo”. In: MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*, p. 79). Francisco de Salles Torres Homem, o futuro Visconde de Inhomirim, escreveu, com o pseudônimo de Timandro, o panfleto *O libelo do povo* em 1849, quando ainda militava como liberal na imprensa e no parlamento. Esse opúsculo, escrito em defesa da Praieira, teve, segundo Magalhães Jr., uma repercussão tão grande que “mais de um jornaleco foi criado [pelos conservadores], exclusivamente para malhar, sem dó nem piedade, o audacioso Timandro” (MAGALHÃES Jr., Raimundo. Salles Torres Homem e “O libelo do povo”. In: _____. *Ob. cit.*, p. 15); conforme Sacramento Blake, “produziu a maior sensação em todo o Império e foi reproduzido pela imprensa de quase todas as províncias”. (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 114-118).

⁵⁸ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Ob. cit.*, p. 51.

assentar-se nas alturas do poder para dar corpo e formas às idéias de futuro e progresso do nosso programa, José Bonifácio, o programa da mocidade!

Com efeito, no sistema representativo, uma política nova, tenaz e forte não pode descender de um capricho do rei, como de D. José, no governo absoluto. Há de ela ser, porém, o efeito pacífico da opinião, da opinião esclarecendo-se *lentamente e lentamente* imprimindo a energia de suas convicções nos seus dois grandes mandatários, o parlamento e a imprensa. Ora, essa opinião existe já, como fora mister, constituindo uma maioria compacta e solidária?

Em qual indivíduo, ou nobre ou popular, no parlamento ou fora dele, essa opinião acha-se concentrada e individualizada? É este o lugar de responder tristemente, como Béranger: *‘Il manque un homme en qui le monde ait foi!’*⁵⁹

A aproximação parece ser feita para justamente ser descartado com mais veemência o programa do liberal. O mesmo distanciamento de Bastos em relação a este pode ser imaginado quando reparamos que, na penúltima passagem citada, ao considerar o debate da manhã anterior na câmara, em que tinha falado Bonifácio, Tavares Bastos também mencionou de maneira positiva o pronunciamento do governo, contra o qual tinha se voltado criticamente o deputado liberal. O modo como o autor do panfleto dispôs os posicionamentos nos sugere um certo acordo entre Bonifácio e o governo. Entretanto, não é o que vemos acontecer nos debates publicados. As falas de Bonifácio e as do governo, representado por Paranhos, ministro da fazenda, se inscreviam no início de uma ferrenha batalha parlamentar, que teria como desdobramento final a queda do gabinete Caxias em maio de 1862.

Esse gabinete conservador tinha se formado em março de 1861, antes da abertura da sessão da Câmara, que acabava de ser renovada por meio das eleições de 1860, nas quais, segundo nos informam os debates, os conservadores teriam vencido mas teriam sido extremamente surpreendidos, em virtude da grande vitória dos liberais na Corte, onde foram eleitos Ottoni, Otaviano e Saldanha Marinho⁶⁰. A oposição liberal, fortalecida por

⁵⁹ *Idem*, p. 51-52; itálicos nossos.

⁶⁰ Segundo Joaquim Nabuco, teriam essas eleições significado mesmo uma “revolução pacífica”: “A chapa liberal triunfou toda: Teófilo Ottoni, Otaviano, Saldanha Marinho; e esse acontecimento tomou as proporções de uma revolução pacífica, que tivesse finalmente derrubado a oligarquia encastelada no Senado. Tal vitória criava um partido; queria dizer, de fato, a ressurreição do partido Liberal com outro pessoal e outras idéias, mas com as mesmas tradições, o mesmo espírito, mais forte que os homens e que os princípios.” Essa vitória teria provocado a queda do gabinete Ferraz: “As eleições de 1860 tiveram imensa repercussão em todo o país. O efeito da eleição de Ottoni e dos seus companheiros de chapa foi além de tudo que imaginava a oposição a Ferraz. A oligarquia fora desarraigada, derrubada por um verdadeiro furacão político. Ferraz não esperou a reunião das

essa vitória, acusava o gabinete Caxias de ter sido formado para a adoção de uma política de compressão, defendida por conservadores em razão de uma aventada “ameaça à ordem pública”, que existiria no país.

O debate foi aberto por Teófilo Ottoni, em 27 de junho, por ocasião da discussão do Projeto de Resposta à Fala do Trono⁶¹. Ottoni atacou a Fala, dizendo constituir ela “um discurso de cumprimentos, pálido e descorado”, e ironizou o programa do ministério, perguntando se poder-se-ia considerar um programa ministerial o “fazer economias e respeitar a Constituição”:

“(…) O nobre presidente do conselho no Senado, convidado a falar, disse duas palavras; mas essas, em vez de conterem a paráfrase, exposição do programa da política do ministério, são mais resumidas, menos significativas do que a mesma fala do trono.

O que disse o nobre presidente do conselho no Senado? Que estava na intenção de não violar a constituição e de não defraudar o tesouro nacional...

O SR. SILVEIRA LOBO : - Como se tivesse direito contrário.

O SR. OTTONI: - ... ou, por outra, fazer economias e respeitar a constituição! Pois isto é programa? (...)”⁶²

Além de sustentar esse programa, que seria inaceitável, no Senado, o ministério ainda cometia a desfeita política de não se apresentar também para a Câmara dos Deputados, com as suas propostas, a serem justificadas. Essa falta seria da mesma natureza da do ministério anterior, o qual tinha deixado as pastas sem ir à Câmara explicar por que motivo o fizera. Essa retirada seria difícil de compreender, pela razão de o governo ter conseguido vitória nas eleições no país em seu conjunto⁶³; mas a questão teria uma resposta, levando-se em conta as eleições no município neutro, onde os conservadores perderam as eleições para os liberais coligados com conservadores moderados. A consideração do resultado dessas eleições, juntamente com a demissão do gabinete Ferraz,

câmaras para demitir-se. Em 2 de março de 1861 formava-se novo gabinete, sob a presidência de Caxias, cujo braço direito será Paranhos.” (NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, v. 1, p. 422-423).

⁶¹ O discurso de Ottoni é dotado de uma vivacidade que torna sua leitura extremamente estimulante, circunstância que contrasta com a depreciação a ele feita por Joaquim Nabuco, em *Um estadista do império*: “(...) Sua estréia [de Ottoni, através desse discurso], ansiosamente esperada em 1861, é um contratempo; fala até o escurecer e a uma observação do presidente declara-se pronto a ir até meia-noite. A arenga toda é hoje ilegível; o tribuno eleitoral que o povo seguia arrebatado sentia-se enjaulado no parlamento, onde, exclusivamente, se conquistava a primeira posição. (...)” (NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, p. 422.).

⁶² Sessão de 27 de junho de 1861, p. 197.

⁶³ *Idem*, p. 203.

permitiria ver que o objetivo almejado através desta última seria a “reabilitação dos puritanos”⁶⁴.

A derrota eleitoral na corte, onde os puritanos acreditavam que iriam ganhar seguramente, teria representado uma ameaça para eles, fazendo com que vissem necessidade de mudar o ministério, formando um novo, com claras intenções de compressão política. Caxias teria errado feio ao prestar-se a esse papel, do mesmo modo que o ministro da marinha, o da justiça, e, especialmente, o da agricultura, Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Otoni se estendeu longamente contra os puritanos, argumentando, em contraposição à afirmação de que a oligarquia não existiria e seria impossível no Brasil⁶⁵, que a oligarquia não só existia como tinha seu poder perpetuado no Senado – e não só nele –, onde garantiria a satisfação de interesses individuais. Por se caracterizar pela defesa única desses interesses é que a oligarquia estaria perdendo correligionários conservadores, os quais estariam deslocando-se para a formação da “liga constitucional” com os liberais:

“(…) Na liga constitucional abundam conservadores que, reconhecendo que eram antes interesses individuais do que a causa pública o motor da oligarquia, a têm abandonado”⁶⁶.

Por conta da preocupação com a “causa pública” é que a liga teria alcançado grande vitória no Rio de Janeiro, inclusive com apoio do comércio estrangeiro aí estabelecido. Contra a acusação conservadora de que os ligueiros teriam tido auxílio estrangeiro nas eleições, Otoni afirmou que só contou com a simpatia do comércio estrangeiro estabelecido na própria corte, o qual teria dado apoio simplesmente político:

“Hoje o comércio legítimo não precisa de proteções ilegítimas; quer garantias, quer liberdade, quer direitos, e por conseguinte fraterniza com quem combate o despotismo e o arbítrio. (*Apoiados*)”⁶⁷

Tratar-se-ia, essa mudança, de algo muito significativo, pois na corte é que residiria a base dos oligarcas:

“(…) O grupo da oligarquia acreditou que o município neutro lhe estava enfeudado; era nessa suposta influência que inculcava, e talvez imaginava ter sobre o comércio,

⁶⁴ *Idem, ibid.*

⁶⁵ *Idem, p. 209.*

⁶⁶ *Idem, p. 211.*

⁶⁷ *Idem, ibid.*

sobre os capitalistas, sobre os proprietários e sobre a grande massa do funcionalismo do município neutro, que a oligarquia apoiava grande parte do seu poder.”⁶⁸

Em nome do ministério falaria Paranhos, no dia seguinte, com o intuito de responder às críticas a ele endereçadas por Ottoni. Contra a censura feita pelo liberal ao programa do governo, Paranhos disse que ela não procedia, em virtude de que os programas ministeriais, do mesmo modo que os votos de graças, seriam mesmo peças banais, “porque pela natureza das coisas não podem deixar de circunscrever-se a fórmulas ou princípios gerais. É nas discussões especiais, é na prática, nos casos ocorrentes, que cada gabinete pode bem definir seu pensamento e mostrar suas tendências”⁶⁹. Defendendo o gabinete da acusação de ser composto de desconhecidos entre si, arranjados às pressas, Paranhos devolveu o ataque para a própria liga de liberais e conservadores moderados, indagando como ter-se-iam fechado “os abismos que separavam os membros e chefes dessa liga!”⁷⁰

Esse questionamento à liga aconteceu no mesmo discurso em que foi feito um elogio à conciliação:

“Esta situação política a que chegamos, cujas tendências se tornaram pronunciadas e firmes em 1854, foi caracterizada com a palavra – conciliação –, palavra notável, Sr. Presidente, pensamento sublime, que ninguém rejeitou, que todos aceitaram, embora nem todos com entusiasmo, embora alguns com ressalvas e apreensões.”⁷¹

Essa visão positiva da conciliação, presente na mesma fala em que era criticada a liga, parece paradoxal. Entretanto, o paradoxo se desfaz na seqüência, quando se revela que Paranhos procurou associar a política de conciliação à dos conservadores realizada logo após 1848, associando-a a um deslocamento da atividade dos homens da política para a atividade econômica, deslocamento que mostraria a conciliação vinculada a melhoramentos materiais. Num momento em que punha em dúvida a conveniência de um uso, que tinha sido feito por Ottoni, de associação da história brasileira com a história da Itália, Paranhos afirmou:

“A sanção do tempo ainda não pronunciou seu juízo final sobre eles (*Apoiados e não apoiados*). Eu quero base mais segura, quero os acontecimentos de 1848. Esses acontecimentos, sim, pode dizer-se que foram uma grande lição, não só para os reis ou para os governos contra as políticas reacionárias, que tudo sacrificam a tradições

⁶⁸ *Idem*, p. 202.

⁶⁹ Sessão de 28 de junho de 1861, p. 222.

⁷⁰ *Idem*, p. 228.

⁷¹ *Idem*, p. 225.

góticas ou caducas, mas também para os povos contra os utopistas e inovadores.
(*Apoiados; muito bem*)

Depois das cenas de confusão e anarquia por que passou a sociedade européia, o que se viu?

Houve trégua nos campos políticos; os partidos mais ou menos modificaram-se; a atividade, que era consumida nas lutas tormentosas da política, empregou-se no desenvolvimento da indústria e do comércio.

Foi exatamente o que se deu entre nós; e entre nós, como em outros países, além das causas políticas ocorreram outras que muito influíram no estado moral da sociedade brasileira na época a que aludo.

A abolição efetiva do tráfico de escravos, acontecimento que faz imensa honra ao Brasil (*apoiados*), que lançou glória perdurável sobre o gabinete que realizou, deixou disponível uma grande massa de capitais que se empregavam nas especulações da Costa d'África.

Esses recursos foram novos e fortes estímulos para as tendências pacíficas da nossa sociedade, concorreram poderosamente para o desenvolvimento industrial e comercial que se observou entre nós.

A conciliação, pois, não era a concessão abstrata de algum estadista, era a expressão do verdadeiro estado da nossa sociedade, era a resolução do nosso problema social sob as condições que os acontecimentos tinham estabelecido.”⁷²

Sob o ponto de vista dos partidos, a conciliação não significaria o fim deles – como diriam alguns conservadores moderados -, mas sim sua regeneração, isto é, “a existência dos partidos moderados e tolerantes, que a constituição pressupõe e legitima”. Não significava “o sacrifício dos princípios, mas a sua religião, sem os excessos do fanatismo”. Não era “a descrença e o egoísmo, mas sim a dedicação antes aos princípios do que às pessoas; isto é, sem ódios, sem exclusivismo”⁷³.

Mas apesar da preponderância da paz, produzida pela política de conciliação, teria havido “alguns espíritos desvairados” que “prosseguiram com tenacidade em lançar no país sementes perigosas, em pregar o descrédito da autoridade, em desconceituar os nossos mais respeitáveis caracteres”⁷⁴. Por conta da existência desses espíritos, que seriam exceções na política conciliadora, é que, tendo em vista a manutenção da “ordem pública”, seria necessário “*fortalecer o princípio da autoridade*”, “pelos meios morais e legais”⁷⁵. Este o motivo pelo qual o programa ministerial contemplava, juntamente com a economia do dinheiro público, o “respeito às leis”.

⁷² *Idem*, p. 225-226.

⁷³ *Idem*, p. 226.

⁷⁴ *Idem*, *ibid.*

⁷⁵ *Idem*, p. 227; itálico nosso.

Essa proposição programática de “respeito às leis” foi um dos alvos importantes da crítica que, no debate com Paranhos, José Bonifácio endereçou, no mesmo dia, ao ministério. Bonifácio cobrou de Paranhos que declarasse como programa não o “respeito às leis”, mas sim a execução da constituição, em detrimento até de leis resultantes da luta política pregressa. Indicou como necessária a realização de reformas que desfizessem, por ser inconstitucional, a legislação centralizadora formulada pelos conservadores para consolidar o seu poder⁷⁶:

“Restaurar pois a doutrina constitucional é em última análise executar a lei. O programa de S. Ex. teria alguma significação, seria um programa político, se o pudesse traduzir mais ou menos nestas palavras: - Eu não aceito nem tudo que fizeram os conservadores nem tudo quanto fizeram os liberais. Eu não condeno todos os ministérios passados, nem os posso condenar, porque as dificuldades do tempo, as circunstâncias de então, a luta das paixões poderiam explicar a não-execução da constituição do Império; mas como a época é outra, como as dificuldades desapareceram, como finalmente estamos em paz, eu tomo por inscrição principal de minha bandeira – *execução da constituição e das leis!!* (Apoiados)

Eis aí o único modo de explicar o programa do gabinete atual! De outra sorte não é programa.

⁷⁶ Bonifácio referia-se à lei de interpretação do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840, e à lei de 3 de dezembro de 1841, relativa à reforma do Código do Processo, através da qual foi realizada uma centralização do sistema judicial e policial, restringindo “drasticamente os poderes dos *juizes de paz*, passando-os às mãos dos bacharéis funcionários do Estado” (MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: praieiros e guabirus em Pernambuco, 1842-1855*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1985. v. 1, p. 164.) As alterações promovidas pela Lei de Interpretação “versavam principalmente sobre três pontos: 1º retirava às Assembléias Provinciais o poder de definir atribuições aos agentes previstos no Código do Processo; 2º os cargos criados por lei geral e sob responsabilidade do Tesouro da União eram retirados da competência das mesmas Assembléias; 3º distinguia-se a polícia administrativa da polícia judiciária e subordinava-se esta última ao governo geral. O efeito dessas alterações foi fundamentalmente transferir para o governo central todo o sistema judicial e policial (...)” Já a Reforma do Código do Processo “despojou o juiz de paz da maior parte de suas funções, reduzindo-o praticamente a suas atribuições notariais. Suas funções policiais mais importantes foram transferidas para os chefes de polícia e para os delegados que eram os agentes locais destes. As atribuições judiciais e criminais do juiz de paz passaram para os juizes municipais. As atribuições do *júri* foram consideravelmente reduzidas e esse tribunal popular ficou praticamente sob a tutela do juiz de direito. Os juizes municipais e promotores passaram a ser de nomeação direta do governo central. Em resumo, a Reforma anulava o princípio eletivo no sistema judicial, subordinando-o inteiramente à magistratura togada.” (Paulo Pereira Castro citado em *Idem*, cap. 3, p. 164). Em torno dessas reformas é que, segundo Paulo Pereira Castro, se definiu a divisão partidária no final do período regencial. (CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, p. 57).

Mas S. Ex., Sr. Presidente, não entendeu assim. No seu modo de pensar, executar as leis é executar tudo que existe, é executar aquilo mesmo que falseia a constituição do Império. S. Ex. não compreende na execução das leis a remoção de todos os obstáculos que falseiam a constituição, reforma das leis que a desconhecem, pregação de sãs doutrinas, e igualdade do direito! Era sob este ponto de vista que eu consideraria como um verdadeiro sistema, como um programa o programa do governo atual”⁷⁷

Ainda respondendo a Paranhos, Bonifácio fez uma defesa da conciliação⁷⁸: da luta entre conservadores e liberais⁷⁹, e atacou veementemente a afirmação do ministro da fazenda segundo a qual haveria necessidade do fortalecimento do princípio da autoridade; condenou o uso da força, realizado por qualquer fração que fosse, e defendeu o princípio da “restauração constitucional”:

“(…) O princípio pois que salvava o país, o princípio que nascia do desenvolvimento histórico era forçadamente este – a restauração constitucional…

A força, senhores, não cria, estraga; não convence, destrói. A prova está mesmo no país em que vivemos! Se ela pudesse criar doutrinas; se pudesse verdadeiramente plantar, desenvolver, propagar a ordem, esses longos vinte e cinco anos de perseguição, de sangue, de perigos, teriam sido bastantes para sufocar as lutas mútuas dos dois partidos; mas, pelo contrário, nem as comissões militares nem os suplícios, nem finalmente a doutrina da força realizada pelo princípio do movimento e pelo princípio da resistência, conseguiram nos seus dias de glória sufocar a anarquia do país. Com o incêndio mal extinto, apagada num ponto, reacendia-se em outro.”⁸⁰

Combatendo o fortalecimento do princípio da autoridade, defendido por Paranhos, Bonifácio fez questionamentos que reforçaram as críticas já realizadas por Ottoni ao ministério. Disse que havia uma falta no discurso de Paranhos, ao não tocar nos pontos que eram “as duas molas do sistema parlamentar”: “ministros responsáveis e câmaras independentes”⁸¹. O ministro da fazenda deveria, segundo o deputado, ter declarado o posicionamento do ministério quanto à defesa conservadora da irresponsabilidade dos

⁷⁷ Sessão de 28 de junho de 1861, p. 230; itálico nosso. Na página 233, ficaria claro que Bonifácio se reportava à legislação do começo da década de 1840, quando se referia às leis que falseariam a constituição.

⁷⁸ “(…) foi uma época de descanso, época necessária para que os homens de um e outro partido esquecessem por amor do país os ódios e rivalidades que os dividiam, para que procurassem a reorganização do sistema constitucional. Era preciso congraçar os homens para fazer triunfar os princípios!” (*Idem*, p. 231)

⁷⁹ *Idem*, p. 230.

⁸⁰ *Idem*, p. 231.

⁸¹ *Idem*, *ibid.*

ministros em relação aos atos do poder moderador e também da intervenção governamental nas eleições. Numa afirmação que viria a ser repetida por Tavares Bastos com um sentido oposto ao por ele pretendido, José Bonifácio disse que seria impossível o governo pessoal num sistema representativo não degradado, em que os ministros fossem responsáveis e as câmaras fossem expressão da vontade popular, como indicaria a constituição, sem intervenção governamental⁸². Não sendo esta a situação brasileira, far-se-iam necessárias reformas que garantissem a liberdade do voto:

“o que é preciso é deduzir as conseqüências legítimas da lei de 1846 e procurar as causas que impedem a livre manifestação do voto nacional; e, como me não posso alongar, direi somente que é necessário disseminar a instrução, não esquecendo a instrução política, principalmente por meio de municipalidades independentes em sua ação e não invadidas pelo governo e pela polícia; é preciso reformar a lei do recrutamento; é preciso reformar as leis do processo, que não podem ser entendidas como leis de partido; é preciso reformar a lei da guarda nacional que suprime o trabalho, definir as condições da eleição legítima com o fim de evitar as duplicatas e dar unidade às decisões desta casa; é preciso restringir a onipotência das mesas paroquiais.”⁸³

Seria preciso, em suma, restaurar os princípios do Código do Processo e do Ato Adicional, democratizando-se a administração da justiça, que teria sido suometida ao princípio centralizador através da legislação conservadora⁸⁴.

Ao mesmo tempo que combateu a centralização na organização da magistratura, Bonifácio também argumentou contra a tutela governamental em relação às questões econômicas⁸⁵, tutela à qual o próprio governo deveria se opor.

Quando percebemos a animosidade presente no debate entre Bonifácio, Ottoni e Paranhos, torna-se instigante o posicionamento positivo que, num mesmo parágrafo, conforme vimos, Bastos revelou em relação ao primeiro e ao último. Como pôde este deputado associar alguém que via como digna de preservação cuidadosa a legislação conservadora a alguém que dizia ser necessária a reforma dessa legislação, recuperando-se o espírito que ela visou destruir? Como pôde associar um lado que se declarava pelo fortalecimento da autoridade a outro que o combatia fervorosamente?

⁸² *Idem*, p. 232.

⁸³ *Idem*, p. 233.

⁸⁴ *Idem*, *ibid.*

⁸⁵ *Idem*, p. 233-234.

O corpo do texto do panfleto nos revela que Tavares Bastos procurou parecer próximo aos liberais, mas manteve posicionamentos que o ligavam sobretudo aos conservadores, na maneira como construiu a sua interpretação da história do Império e do presente político por ele vivido. Nessa construção, torna-se claro que partilhava fundamentalmente não das concepções de Bonifácio e Ottoni, mas das dos conservadores, fazendo-se mesmo visível, no texto - do mesmo modo que ocorreria no seu já citado discurso de 18 de julho -, uma proximidade em relação a Paranhos e ao jornalista conservador Justiniano José da Rocha..

Tavares Bastos propôs, em *Males*, medidas de um amplo projeto de reformas. Para tanto, afirmou não ser motivo de entusiasmo o presente “vicioso” em que se encontrava, mas ser preciso ter esperança na descoberta dos “horizontes do futuro”. Para esta descoberta é que considerou ser necessário o “exame das causas” que “têm rasgado as feridas” e gerado os “cancros” da atualidade. Esse exame tornaria possível, segundo ele, continuando com a metáfora orgânica, o estudo do “remédio verdadeiro para males que se afiguram tão graves”⁸⁶.

Tal como fizera Justiniano José da Rocha, Tavares Bastos não apresentou o seu projeto como proposta política, mas como resultado de um exame objetivo da “realidade”, reivindicando a imparcialidade de sua reflexão. Ainda fazendo lembrar o jornalista conservador, o autor a dividiu em três partes: “Realidade”; “Ilusão” e “Solução”⁸⁷.

Na primeira parte, “Realidade”, levantou elementos que mostrassem estar “o mundo político” e “o mundo industrial” do Brasil próximos “do derradeiro de nossos infortúnios, o pálido fantasma da bancarrota!”⁸⁸

Valendo-se de recurso bastante empregado pelos seus interlocutores, Tavares Bastos começou recorrendo à história, dizendo que os males vividos no Brasil não tinham origem recente, mas longínqua no tempo, remontando à dominação do absolutismo em Portugal⁸⁹, que se teria estabelecido por conta da falta de “energia individual”⁹⁰, e ter-se-ia desdobrado

⁸⁶ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 26.

⁸⁷ Essa inspiração de Bastos em Justiniano foi, conforme vimos, sugerida em MAGALHÃES Jr., R. Justiniano José da Rocha e ‘Ação; reação; transação’. In: _____ (org.) *Ob. cit.*, p. 144.

⁸⁸ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 40.

⁸⁹ *Idem*, p. 29.

⁹⁰ *Idem*, p. 21

em vínculos coloniais tais com o Brasil que nele teriam sufocado o “espírito público” e a “atividade empreendedora”:

“Se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, e, portanto, a ausência do que se chama espírito público e atividade empreendedora, é decerto o sistema colonial. (...)”⁹¹

Citando J. J. da Rocha e F. Bastiat, o autor comentou rapidamente a Independência, que teria sido obra de “homens superiores ao seu tempo e ao seu país”, mas cujas forças não teriam sido grandes o suficiente “para fazer de cada brasileiro um homem verdadeiramente livre, independente e soberano”⁹². Na seqüência, ao considerar os momentos posteriores às lutas da Independência, em que se incluíam os anos das Regências e a primeira década do Segundo Reinado, Tavares Bastos desmereceu as lutas liberais travadas nesse período, especialmente as da Praieira:

“Firmada a independência, extintas as últimas flamas do grande incêndio, as lutas intestinas rasgaram o seio da pátria. As paixões exclusivas arredaram os homens eminentes, ou abateram a sua influência, que os mediocres de espírito e de coração partilharam entre si.

Para logo, na ausência de uma opinião esclarecida e convenientemente moralizada, os maus costumes da colônia tornaram a seguir o seu curso, devastando o foro, o comércio, a política, e até o templo. Houve tal, cuja cínica audácia lhe granjeou mais súbita celebridade, do que poderiam fazê-lo os recursos do elevado talento.

Nas províncias, o sicário é o dominador e o chefe de partido. As lutas aí se travam com barbaridade somente inferior à sua infâmia. Onde o poder venceu, nem sempre esmagou o crime; muita vez pactuou com ele, e, não raro, deveu-se o triunfo à corrupção.

Eis aí a fisionomia moral de um largo trato de anos, que atravessamos depressa para chegar ao importante período de 1850 a 53.

A impotência e o anacronismo da revolta praieira em 49 não foi o maior motivo para a completa dominação do partido vencedor. Esmagados os rebeldes, o poder triunfante encontrava o espírito público tão corrupto e descrido que fácil fora arrancar do parlamento atos que mais fortificassem o executivo e melhor ostentassem o seu universal domínio.”⁹³

Mais adiante, num momento em que estabeleceu um diálogo com alguns conservadores, que aventavam a possibilidade de ocorrência de uma revolução, Tavares Bastos afirmou não existir esse “perigo”, aproveitando a oportunidade para elogiar a

⁹¹ *Idem*, p. 31.

⁹² *Idem*, p. 32.

⁹³ *Idem*, p. 32-33; itálico nosso.

atuação passada dos conservadores - dos “homens que prestaram os serviços de 36 a 40, de 41 a 42, de 48 a 50, firmando a ordem”⁹⁴ - e para lançar mais ataques às experiências políticas liberalizantes da década de 1830:

“Por mais difícil que a julguemos [a revolução] neste país, suponhamos, contudo, que, agora ou logo, se ajuntem loucura e força bastantes para produzir e fazer vingar uma revolução. Aonde pararia ela? Numa monarquia extremamente livre, como depois de 7 de abril de 31? Ou numa república formal?

A história da primeira já está escrita. 1831 é tanto uma lição como um triunfo. Com efeito, todos os germens da maior liberdade prática, administrativa e política, confiados então ao seio do país ainda palpitante de entusiasmo, se converteram em elementos de revoltas parciais e de uma desordem geral. O espetáculo da fabulosa prosperidade dos Estados Unidos enchia a imaginação dos reformadores. Não viram as diferenças profundas que distinguem e distinguem os dois países. (...) Daí resultou a ineficácia do grande movimento de 1831, a sua degeneração, e, em consequência, a reação encetada logo oito anos depois e ainda hoje dominante.”⁹⁵

Prosseguiu o autor considerando a política de Conciliação, cuja proposta inicial lhe parecia algo louvável, mas cujo desdobramento se lhe apresentava como problemático:

“Mas, os incessantes protestos do partido esmagado; a superabundância de força dos vencedores, que só ia servindo bem à influência exclusiva de certos chefes; os sentimentos de paz que aos poucos foram calando no ânimo de todos; a necessidade lentamente experimentada de liberdades práticas; e, por fim, as exigências liberais do comércio, reagiram contra a política vencedora, intolerante e exclusiva, e determinaram o que se chamou a nova era, ou a política de conciliação.

Compreendia-se e desejava-se a conciliação mais no terreno dos princípios do que no interesse dos indivíduos. O gabinete de 6 de setembro [gabinete Paraná⁹⁶], porém, fosse fraqueza, fosse descrença, fosse a morte prematura do seu presidente, infeliz na tentativa de satisfazer o país pelo triunfo das idéias, com exceção da reforma eleitoral, nada mais conseguiu do que congraçar muitos adversários e saciar a cobiça de diversos.

Parando na confraternização dos inimigos da véspera; arrancando o apoio de alguns pelo meio da empregocracia e pelo da profusão das graças, a nova era desprestigiou-se. Não de outro modo se explica a guerra que lhe moveu o vulto mais respeitável dentre os contemporâneos, o ex-regente do Império, o Sr. Marquês de Olinda.”⁹⁷

⁹⁴ *Idem*, p. 44.

⁹⁵ *Idem*, p. 45-46.

⁹⁶ Gabinete de 6 de setembro de 1853, presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), Visconde, logo depois Conde e Marquês de Paraná. Através da política de conciliação, Paraná abria postos da administração para adversários políticos, como aconteceu com Sales Torres Homem, o Timandro, que de liberal aguerrido passou, como um “conciliado”, a diretor do Tesouro Nacional (NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. I, p. 200). No intuito de abrir ainda o parlamento para a representação dos liberais, Paraná também pugnou pela eleição por círculos, que permitiriam eleições mais livres (*Idem*, p. 346).

⁹⁷ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 33.

As duas últimas citações feitas nos mostram que Tavares Bastos estava próximo de Justiniano José da Rocha não só quando afirmava a imparcialidade de seu ponto de vista, ou quando adotava o mesmo esquema de ordenação da história do Império, mas também no modo como considerava a política de Conciliação, tal como delineada no gabinete Paraná. Justiniano entendia que a Conciliação teria começado já no ano de 1852, mas seria uma política ainda infecunda para a “causa da transação”⁹⁸, porque o poder ainda não renunciara ao arbítrio, nem prestara devida consideração às idéias liberais que seriam importantes, do ponto de vista das necessidades públicas:

“Cumpre que o poder espontaneamente se desarme de quanto lhe foi dado, não por ser-lhe essencial para desempenhar os seus tutelares encargos, mas em atenção às circunstâncias excepcionais da posição em que ele se viu colocado; cumpre-lhe renunciar ao arbítrio com que suprime a liberdade individual, com que subjuga a nação militarizada. Cumpre-lhe ver entre as idéias que os liberais puseram por diante nos dias de suas lutas (idéias que felizmente foram escritas em três programas notáveis), quais as que satisfazem as verdadeiras necessidades públicas, quais as que, sem perigo, dão ao elemento democrático algum quinhão na organização política do país; cumpre que o que é do povo seja restituído ao povo. *Se assim acontecer*, não receamos errar profetizando que a era lamentável de convulsões pela qual têm necessariamente de passar as nações novas que tratam de organizar-se, estará concluída, para nunca mais ser renovada (...)”⁹⁹

Se, na passagem citada, já se deixava entrever uma discordância de Justiniano em relação à política de Paraná, ao ser apresentado um resultado positivo da conciliação como uma possibilidade do futuro, e não do presente – “Se assim acontecer” -, no trecho subsequente ficava claro que o jornalista não concebia a política de Paraná como realizando a transação genuína:

⁹⁸ A “transação” seria a “fase mais avançada” da sociedade, um aperfeiçoamento da fase anterior de reação: “(...) no dia em que, depois de tantas revoltas mal sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração, e sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência;/ as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram as suas ameaças; então cessou naturalmente a aversão e o divórcio, e sob o pregão do progresso conservador apareceu a época da transação.” (ROCHA, Justiniano José da. Ação; reação; transação. In: MAGALHÃES Jr. R. *Ob. cit.*, p. 214.)

⁹⁹ *Idem*, p. 217; itálico nosso. Nossa interpretação do posicionamento de Rocha em relação à Conciliação de Paraná é diferente da de R. Magalhães Júnior. Este autor afirma que o panfleto do jornalista conservador tinha mesmo como objetivo imediato “fortalecer a política desenvolvida pelo Marquês de Paraná, o artífice da ‘conciliação’ (...)” (*Idem*, p. 146) Em contraposição, a existência de discordâncias de Rocha em relação a Paraná nesse panfleto é apontada por Izabel Andrade

“Se porém perder-se o ensejo; se os anos de 1855 e 1856 correrem tão infecundos para a grande causa da transação como correram os três anos que lhe precedera; se o poder compreender tão mal o seu dever para com a pátria, que continue exagerando cada vez mais as suas conquistas, então... Ah! Quem sabe se os defensores da causa nacional, da causa da liberdade e da ordem, não terão de ir defendê-la contra as exagerações de uma nova reação democrática nos seus limites extremos da ordem social, não terão de ir defendê-la, não já contra os que quiseram a supressão do senado, a ruína de instituições essenciais, mas contra os que acometeram todo o edifício político, e todo o edifício social, contra os que quiserem uma constituinte!”¹⁰⁰

Quanto a Tavares Bastos, reparemos que, no seu argumento, a política imperial ainda se encontrava num período de reação (“a reação encetada logo oito anos depois [de 1831] e ainda hoje dominante”). O gabinete Paraná teria sido infeliz na tentativa que fizera de congruar os princípios dos partidos, alcançando apenas uma conciliação de interesses e cobiças individuais. Este modo de considerar a política de conciliação procurava preservar as intenções de Paraná, já morto, mas sem deixar de criticar os desdobramentos dela.

Condenando a conciliação de interesses e cobiças individuais, Bastos defendia, como Rocha, uma política que se constituiria numa conciliação de “idéias”, de princípios. Justiniano afirmava que o poder deveria abrir espaço para as idéias liberais que não representassem ameaça à “ordem social” e satisfizessem “as verdadeiras necessidades públicas”. Essa proposta de incorporação de idéias liberais, num projeto que não abria mão das instituições conservadoras, explica o modo como, após ter caracterizado momentos indicados como importantes do passado político brasileiro, Bastos construiria, em *Males*, uma visão da atualidade em que vivia.

Para compor um quadro representativo do seu momento histórico, o deputado incorporou críticas que os liberais faziam ao governo, tais como o ataque à administração centralizada, à intervenção governamental nas eleições e à negação da responsabilidade ministerial pelos atos do poder moderador. Entretanto, tal incorporação aconteceu de um modo em que se preservaram os pressupostos conservadores, que já eram visíveis na parte anterior do texto.

Marson em *O império da 'conciliação': política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*. Tese de livre docência. Campinas, Unicamp, agosto de 1999, p. 38-47.

¹⁰⁰ ROCHA, Justiniano José da. “Ação; reação; transação”. In: MAGALHÃES Jr. R. *Ob. cit.*, p. 217-218.

Na questão da responsabilidade ministerial pelos atos do poder moderador, por exemplo, a argumentação de Bastos, conforme veremos, parecia coincidir com a de Ottoni, mas não era exatamente o que acontecia. Na fala de Ottoni, a proposição da responsabilidade ministerial era indissociável da supressão do Conselho de Estado, instituição que Bastos pensava não dever ser atacada. O deputado mineiro tentara mostrar estar baseado na Constituição o seu argumento de que o Poder Moderador não era nada, sem o Conselho de Estado. Afirmara que, conforme o art. 142 da Constituição, era obrigatória a audiência do Conselho de Estado nos casos em que fossem exercidas as funções do Poder Moderador (definidas pelo artigo 101), e que “no art. 143 se declara que os conselheiros são responsáveis pelos conselhos que derem”¹⁰¹. “Daí resulta que necessariamente a responsabilidade pelos atos do poder Moderador tinha de repartir-se entre os ministros e os conselheiros de estado, enquanto o Poder Executivo propriamente dito ficava livre para obrar por si e só com a responsabilidade ministerial.”¹⁰² Diante da força de conselheiros vitalícios, o ministério, fruto da câmara temporária, ficaria enfraquecido. Já com a abolição do Conselho,

“os ministros, mais desassombrados em presença do senado, se inspirariam e se apoiariam na seiva de uma câmara popular, renovada periodicamente, e assim poderiam mais facilmente levar à legislação as reformas que houvessem amadurecido no seio da nação.

Abolido o Conselho de Estado, ficavam os ministros responsáveis únicos pelos atos do Poder Moderador. (...)”¹⁰³

A atualidade estaria marcada, em primeiro lugar, segundo Tavares Bastos, por “vícios políticos”:

a) Teria havido uma morte dos partidos políticos: “o que hoje resta são pequenos grupos ligados pelas recordações da antiga obediência e pela mútua lealdade”¹⁰⁴;

¹⁰¹ OTTONI, Teófilo. Circulares de Teófilo Ottoni. Aos eleitores de senadores de Minas Gerais (1860). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Volume 2 – Segundo Reinado (1840-1889). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, p. 217.

¹⁰² *Idem*, p. 218.

¹⁰³ *Idem*, p. 218-219.

¹⁰⁴ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 34-35.

b) Haveria uma “composição viciosa da câmara eletiva”, problema que resultaria do “péssimo” regime eleitoral, da “insuportável” guarda nacional, do “defeituoso” sistema policial e da inconstitucionalidade do poder judiciário¹⁰⁵;

c) Haveria uma onipotência do poder executivo, que “nega a responsabilidade, que lhe incumbe, pelos atos do moderador”¹⁰⁶.

A esses “vícios políticos” viriam somar-se os “vícios administrativos” próprios da centralização do Estado, a qual seria responsável pelos seguintes problemas: perda de tempo e dinheiro, em razão da concentração das decisões no poder central¹⁰⁷; dificuldades financeiras para as províncias¹⁰⁸; problemas da “educação pública”; impedimentos para a agricultura; suspensão do curso da imigração; supressão do tráfico sem a prevenção dos meios de substituir o braço negro; comprometimento do comércio; decréscimo das rendas e elevação das despesas; existência de dívidas internas e externas; anulação das leis do orçamento por créditos suplementares; perspectiva de déficit.¹⁰⁹

Apontados tais “vícios” na atualidade, os quais Tavares Bastos disse poder enxergar porque observava “o presente das alturas do longínquo passado”, ele se voltou, na parte intitulada “Ilusão”, a uma consideração das causas desses problemas, tais como teriam sido indicadas por seus interlocutores, que não adotariam o mesmo ponto de observação que o seu.

Seriam, segundo o autor, três as causas apontadas pelos iludidos para os “vícios” da atualidade:

- a) o governo pessoal do imperador;
- b) as oligarquias, que anulariam o sistema representativo;
- c) a anarquia.

Tavares Bastos assegurou que essas não eram as reais causas dos “males do presente”; os “enfermeiros” que falavam contra essas supostas “chagas” - entre os quais, conforme se depreende da leitura dos debates parlamentares do momento, se encontravam, por um lado, liberais como Ottoni e José Bonifácio, e, por outro lado, conservadores

¹⁰⁵ *Idem*, p. 36.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 37.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 38.

¹⁰⁸ *Idem, ibid.*

¹⁰⁹ *Idem*, p. 39-40.

“exagerados”, como Saião Lobato - não poderiam nunca “do país moribundo conseguir a cura que tanto prometem”¹¹⁰. Em primeiro lugar, o *governo pessoal* seria impossível numa monarquia constitucional, sendo, portanto, impróprio, uma “visão”¹¹¹, supor a existência dele no Brasil de então¹¹². Neste ponto, a contraposição era feita a Teófilo Ottoni, que atacara o governo pessoal em suas “Circulares aos eleitores de senadores de Minas Gerais (1860)”¹¹³. A crítica a Ottoni se fez presente em todo o texto, mas se mostrou de modo mais direto em passagens como estas:

“O monarca no Brasil não tem ministros válidos, mas Sua Majestade o Imperador tem política pessoal, e a política dos monarcas constitucionais outra não deve ser senão a do Parlamento.

E, conforme as exigências da sua política, Sua Majestade ora se apoia sobre a facção áulica, ora sobre o Partido Liberal, ora sobre o partido conservador.

Dá ou retira aos partidos e aos indivíduos o grau de preponderância que julga conveniente em qualquer emergência.

Parece mesmo que em cada partido a política imperial tem sentinelas avançadas, que procuram modificar os vãos da opinião e obrigam os chefes a não tomar uma posição muito decisiva em relação ao paço.

Não estamos e nunca estivemos sob o domínio de camarilha, favoritos ou validos, mas padecemos de doença muito mais grave do que essas todas: é o governo pessoal.

(...)

No Brasil o imperador escolhe a política que há de dominar e marca-lhe periodicamente o tempo de sua duração, e designa qual é o primeiro ministro que deve representar cada partido, quais são os colegas que o primeiro ministro deve ter, e recusa ao ministério a demissão de empregados de confiança.”¹¹⁴

É importante observar que, para contrapor-se a Ottoni, afirmando não existir governo pessoal no Brasil, Tavares Bastos repetia, invertendo o seu sentido, um argumento que José Bonifácio tinha utilizado na Câmara. Este último deputado afirmou, conforme vimos, ser o governo pessoal impossível num sistema constitucional. Entretanto, o Andrada, opondo-se naquele momento a Paranhos, não considerava que esse sistema tivesse efetividade no Brasil, pensando que, portanto, seriam necessárias reformas que o promovessem. Já Bastos, adotando uma perspectiva que o Andrada criticava como presente na fala de Paranhos, concebia que a monarquia constitucional estava funcionando

¹¹⁰ *Idem* p. 41-42.

¹¹¹ *Idem*, p. 42-43.

¹¹² *Idem*, p. 37.

¹¹³ OTTONI, Teófilo. *Ob. cit.*, p. 197-313.

¹¹⁴ *Idem*, p. 292 e 295.

perfeitamente no Brasil, não podendo, portanto, neste país haver governo pessoal. Do mesmo modo que o então ministro da fazenda, Bastos igualava o que existia ao que era determinado pela constituição, enquanto Bonifácio voltava-se contra essa confusão, defendendo que se atentasse para que o sistema representativo constitucional estaria deturpado na realidade brasileira.

Em segundo lugar, disse Tavares Bastos contrapondo-se ainda a Ottoni, seria demagogia falar em supressão do Conselho de Estado e em abolição da vitaliciedade do Senado, órgãos em que tinha procurado fortificar-se a “*oligarquia*”, constituída dos chefes do partido saquarema¹¹⁵. Tavares Bastos fez, conforme vimos, um elogio à atuação passada da “oligarquia”. Já Ottoni atacava essa “oligarquia” no texto acima citado e também no já referido discurso que proferiu no dia 27 de junho de 1861, na Câmara¹¹⁶. A seguinte passagem, das “Circulares”, torna bem nítido que o deputado mineiro era o alvo de Tavares Bastos: “Senado vitalício acostado a Conselho de Estado vitalício, não pode trazer outro resultado senão a mais detestável das oligarquias.”¹¹⁷

Por fim, não seria, como pensariam alguns conservadores puritanos - tais como Saião Lobato e Almeida Pereira - um *partido da anarquia* que seria capaz de abalar as instituições, e sim a “anarquia moral” criada pela revolução resultante do despotismo¹¹⁸. O fato do ex-ministro do império Almeida Pereira ter pedido exoneração do seu cargo, em virtude de, diferentemente do restante do gabinete Ferraz, ter enxergado ameaça à ordem pública e a necessidade de um “fortalecimento da autoridade”, tinha sido apresentado pelo presidente do gabinete como tendo provocado a queda do seu ministério e a formação do gabinete Caxias. Com este, segundo os opositoristas liberais, teria sido vitoriosa a perspectiva de Almeida Pereira, de necessidade de compressão política, decorrente de uma suposta situação perigosa para a “tranqüilidade pública”. Em sua fala na Câmara dos Deputados em 1 de julho de 1861, ao explicar as razões do seu pedido de exoneração, o ex-ministro terminou por confirmar a idéia de que estaria receoso quanto à situação política. Eis as suas palavras, que dão a entender a existência de um perigo latente de revolução:

¹¹⁵ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 43-44.

¹¹⁶ Sessão de 27 de junho de 1861, p. 197-216.

¹¹⁷ OTTONI, Teófilo. *Ob. cit.*, p. 303.

¹¹⁸ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 45.

“(…) já desde muito que eu prevejo no espírito público uma tendência que me assusta; já como presidente da província do Rio de Janeiro, no meu relatório, no artigo acerca da tranqüilidade pública, eu notava essa tendência.(…)

Disse-se: - a situação do país é calma, é tranqüila; em nenhum ponto do Império a revolta levanta o colo. – Eu não o contesto, porque era necessário não ter olhos para ver que com efeito em nenhum ponto do Império dá-se atualmente perturbação da tranqüilidade pública; mas por ventura, Sr. Presidente, os elementos que trazem sempre esses graves acontecimentos aos países estão longe da nossa atmosfera? Por ventura não poderão mesmo ter repercussão no país os acontecimentos que se dão na Europa, que se agita em suas bases em todos os pontos?(…)

Os elementos e condição em que se acham os Estados Unidos não podiam causar receio?

(…) o que digo apenas aos nobres deputados é que esses elementos de desordem que se encontram na atmosfera da Europa e da América do Norte podem, com feições diversas, dar-se no nosso país. (*Apoiados*).”¹¹⁹

Tavares Bastos não concordava, então, com conservadores como Almeida Pereira, pensando que uma revolução somente viria a acontecer caso houvesse um exagero despótico da autoridade. Tais conservadores também seriam, como os liberais, construtores de ilusões, em suas interpretações sobre o momento político.

Refutadas as “ilusões” de seus interlocutores, o autor apontou, na última parte do panfleto, as medidas que constituiriam a real “solução” para os “males” da sociedade brasileira. O deputado alagoano defendeu a existência de um *governo forte*, como o da Inglaterra¹²⁰, para a realização de reformas que viessem a “curar” os “males” da sociedade. Se um governo forte, argumenta o autor, teria sido necessário até na Inglaterra, em que “tudo procede da independência do cidadão, do movimento da liberdade, do *self-government*”, o que não dizer do Brasil, em que, conforme “um jornalista”¹²¹ considerado como tendo uma “elevada intuição histórica” e um “bom senso político”,

“(…) ‘Ao governo se dirigem todos os votos, todas as aspirações a melhoramentos; o governo é por todos invocado, até quando se quer, para divertimento da capital, contratar cantoras e bailarinas!’”¹²²

¹¹⁹ Sessão em 1 de julho de 1861, p. 20.

¹²⁰ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 48.

¹²¹ Bastos não indicou o nome do jornalista, mas tratava-se, com certeza, de Justiniano José da Rocha. O trecho que foi citado pelo autor se encontra em ROCHA, Justiniano José da. *Ação, reação, transação*. In: MAGALHÃES Jr., R. (org.) *Ob. cit.*, p. 212.

¹²² *Idem*, p. 49.

Em circunstâncias como estas, seria desejável não um enfraquecimento do governo, mas sim, afirmou Tavares Bastos, o seu fortalecimento e sapiência:

“Em circunstâncias tais, a maior necessidade deste país, o seu remédio infalível, as suas esperanças mais ardentes resumem-se com razão num governo sábio e forte, qual ideamos.

Pode ele, porém, fazer tudo, curar todos os vícios, num só dia, numa hora, por encanto? Não dizemos isso; mas, a sua energia e moralidade, atividade e inteligência poderão assentar certas bases sobre as quais descanse e se fortifique o edifício social.”¹²³

Que bases seriam estas, as quais, constituídas por um “governo sábio e forte”, dariam sustentação e fortificação ao “edifício social”? O autor aponta 11 delas:

1) Em primeiro lugar, a eleição direta (“Nesta só palavra contém-se um mundo novo”), com censo elevado e proporcional às localidades. Ela restituiria ao sistema representativo “toda a sua verdade”. Teria como resultado ministérios dignos, definidos por Câmaras independentes, não formadas de mediocres favorecidos por laços pessoais;

2) Dotação das províncias de presidentes “dignos e duradouros”, que “estimulariam o exato cumprimento da lei, e aplicar-se-iam aos estudos e trabalhos sérios”;

3) Extinção dos focos de ceticismo e corrupção presentes na existência de “médicos sem clínica e de bacharéis sem emprego”, através de uma reforma radical da instrução pública superior, da reformulação da secundária, que deveria se basear num “programa de conhecimentos úteis”, e do desenvolvimento e difusão da educação elementar;

4) Reorganização da magistratura, que deveria ser constituída pelo modelo constitucional”; estabelecimento da independência da polícia judiciária; combate da prisão arbitrária;

5) Equilíbrio da despesa com a receita; desarmamento da parte supérflua da marinha e do exército; reserva dos excessos de renda para subvencionar a polícia provincial e municipal; redução, e até extinção, da guarda nacional;

6) Alívio do peso dos impostos “sobre a exportação oprimida”; desenvolvimento sistemático dos trabalhos públicos; fomento do espírito da “livre empresa

¹²³ *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 49.

particular”; não afiamento e não financiamento de “empresas impraticáveis, cujo único e perigoso fim é imobilizar capitais e desviá-los da agricultura necessitada”;

7) Consolidação do meio circulante, através do pagamento da dívida do papel-moeda e a dos empréstimos feitos em Londres, o qual seria viabilizado por uma economia severa;

8) Obtenção da lei da livre cabotagem, visto que a concorrência do exterior tornaria “muito mais barato o serviço da navegação”;

9) Abertura do Amazonas ao comércio do mundo; da emigração aos irlandeses, aos alemães, aos suíços. Com isto, “se arrancaria de Buenos Aires, dos argentinos, do Paraguai, a franqueza dos portos de Mato-Grosso a todas as nações do globo”;

10) Estudo dos meios práticos de emancipar-se lentamente a escravatura, reconstituindo-se sobre bases naturais a organização do trabalho;

11) Criação da reputação do Brasil “entre as grandes nações”, a qual permitiria que o governo se radicasse “na opinião pública do mundo civilizado e na opinião pública do Brasil, despertando, ao fim, aos hinos de prosperidade entoados do Amazonas ao Prata, do Atlântico aos Andes!”¹²⁴

Essas eram medidas que se combinavam num projeto que implicaria uma reorganização do sistema político e administrativo no sentido de *aparentemente* corrigir as deturpações que os liberais, naquele momento, apontavam como afetando o sistema representativo no Brasil. Propunha eleição direta, mas com censo elevado; determinava modificação na presidência das províncias, mas a mantinha como indicação do ministério. Eram, essas, propostas que não provocariam uma ruptura em relação aos conservadores puros, especialmente se considerarmos que Bastos preservava de críticas a Coroa, o Senado vitalício e o Conselho de Estado.

Entretanto, se no que tange a essas instituições Bastos se mantinha à distância dos liberais, deles se aproximava ao defender medidas que viessem a promover a livre empresa e o livre comércio entre as nações. Conforme pudemos depreender de discurso de Ottoni anteriormente citado, os liberais eleitos em 1860 foram apoiados por empresários estrangeiros estabelecidos na corte; além disso, tanto o deputado mineiro quanto José

¹²⁴ *Idem*, p. 49-51.

Bonifácio, nos discursos já mencionados, mostraram-se defensores da liberdade de empresa, ao criticar o “espírito regulamentador” da lei de 22 de agosto de 1860.

Dirigindo-se a uma finalização de seu panfleto, Tavares Bastos afirmou que considerava todas as suas propostas como de difícil realização. Aludindo novamente à fala de José Bonifácio no dia 28 de junho, recomendou paciência ao deputado:

“Sim, José Bonifácio! Aquela é certamente a aspiração dos corações generosos. Eles voltam-se para essa cadeia de verdades, como para as suas derradeiras esperanças. Tudo, porém, demonstra que ainda está longe o dia em que deva um governo sábio assentar-se nas alturas do poder para dar corpo e formas às idéias de futuro e progresso do nosso programa, José Bonifácio, o programa da mocidade!”¹²⁵

A política “nova, tenaz e forte” que estaria propondo não poderia, no sistema representativo, “descender de um capricho do rei, como de D. José, no governo absoluto”. Essa política precisaria ser

“o efeito pacífico da opinião, da opinião esclarecendo-se lentamente e lentamente imprimindo a energia de suas convicções nos seus dois grandes mandatários, o parlamento e a imprensa. (...)”¹²⁶

Essa opinião não estaria ainda concentrada e individualizada em nenhum homem. E um ministério que se propusesse a realizar aquele programa se defrontaria - disse Tavares Bastos, numa alusão clara ao ministério do momento, constituído de conservadores puros e de conservadores moderados, entre os quais se encontrava Saraiva - com os obstáculos da diversidade de opiniões dos seus membros e da oposição de “conservadores *quand-même*, que ofereceriam batalha a qualquer tentativa de reformas profundas”¹²⁷.

Mas era preciso, disse o autor, ter “esperança e confiança”. Adotando um tom conciliador, declarou ser necessário ser justo na consideração dos últimos ministérios e do então em exercício, que tinha acabado, por intermédio de Paranhos, de defender o “princípio da autoridade” na Câmara, e que tinha sido objeto de acres ataques por parte de Ottoni e Bonifácio. Adotando nessa passagem um posicionamento diverso do destes liberais, afirmou o deputado:

“Esquecidos ressentimentos pessoais e questões de nomes, confessemos que pode o ministério concorrer para apressar os dias felizes que dormem ainda no seio do

¹²⁵ *Idem*, p. 51.

¹²⁶ *Idem*, p. 51-52.

¹²⁷ *Idem*, p. 52.

futuro. Seja ele solidário, compacto, franco; despreze as *côteries*; não pretenda arrostar a *torrente do porvir*, - e terá feito muito em prol do país.”¹²⁸

A tarefa dos “moços” e dos “crentes” seria diversa:

“Não invoquemos o reinado sombrio da oligarquia, nem os tumultos do fluxo e refluxo da anarquia.

Não! Trabalhemos noite e dia por *esclarecer a opinião*, de cuja cabeça deve sair, armado e forte para o combate, o ideal de nosso governo.”¹²⁹

Tendo criticado a interpretação que liberais e alguns conservadores puros faziam do momento político em que escrevia, Tavares Bastos também incorporou críticas dos primeiros ao governo (à centralização, à intervenção governamental nas eleições e ao não reconhecimento da responsabilidade ministerial pelas ações do poder moderador), e poupou o ministério conservador, finalizando com uma proposição aparentemente democrática, ao convidar os “moços” para um esclarecimento da opinião, apresentada como determinante no encaminhamento de reformas políticas apontadas como indispensáveis.

Nessas passagens, em que foi conferida importância para a opinião, encontramos uma contradição digna de nota. Em primeiro lugar, o autor fazia uma ampla proposta de reforma, dizendo a seguir que ela deveria ser o “efeito pacífico da opinião”, apontando um obstáculo à sua realização no fato desta opinião não estar concentrada em um único homem e de no ministério haver uma diversidade de opiniões. Então já é possível notar que, a despeito de suas próprias palavras em outros momentos, não era a opinião pública que Tavares Bastos desejava que fosse ouvida. Depois, ele deu a entender que a “torrente do porvir”, independentemente da ação de qualquer homem, por si só, realizaria aquilo que traria “dias felizes” para o país, mas logo a seguir afirmou que os “moços” e “crentes” como ele próprio deveriam trabalhar num “esclarecimento da opinião”. Ao que parece, Tavares Bastos procurou fazer com que suas próprias propostas políticas fossem entendidas como fruto da observação de tendências que estariam inscritas no próprio real, configurando a “torrente do porvir”.

Esta imagem de objetividade que o deputado alagoano procurou criar para si próprio acabou sendo incorporada por muitos de seus comentadores e por historiadores. Francisco

¹²⁸ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

¹²⁹ *Idem*, p.53; itálico nosso.

Iglésias, apesar de não concordar com teses substantivas de Bastos, pensou não ter sido ele um “deputado comum”, mas sim um “homem que tinha um corpo orgânico de idéias, fruto de observação da realidade, da experiência, do estudo de outros países e muita leitura”¹³⁰. Carlos Pontes, biógrafo de Tavares Bastos, e Alfredo Bosi levaram a consideração das qualidades de *observador* do deputado até a exaltação. O último autor não poupou adjetivos ao “*olho agudo* de Tavares Bastos, que tudo via e tudo criticava no seu observatório americanófilo”¹³¹. Carlos Pontes, por sua vez, afirmou estarem as “rotas do pensamento” do deputado alagoano “em constante gravitação para as realidades”. Nele, os “impulsos da sensibilidade” seriam dominados pela razão, a qual estaria baseada no “exame dos fatos objetivamente”¹³².

Uma tal objetividade não seria, segundo Bastos, acessível à “opinião”, que precisaria então ser “esclarecida” por aqueles, como ele próprio, ao alcance de quem ela estaria. Neste passo, é possível notar o recurso a um procedimento que deixa nítido, mais uma vez, que o discurso do autor não estava voltado apenas, como ele próprio gostaria de fazer crer, a um deslindamento da “realidade” objetiva. Este procedimento consiste na identificação do próprio pensar ao ser do social, através da qual se procura aniquilar qualquer possibilidade de divergência; divergir, nesta lógica, significaria não captar com propriedade os elementos que estariam embutidos no real, à espera de uma razão iluminada capaz de apreendê-los.

Este significado do procedimento de Tavares Bastos fica nítido quando notamos que ele qualificou de “ilusão” as interpretações diversas da sua, sobre o momento histórico em que escreveu. Com isto, desmerecei os posicionamentos de seus interlocutores, contrapondo-os aos seus, que não seriam ilusórios, e sim baseados numa exata observação da “realidade do país”. Ficavam desqualificados, como não procedentes de uma observação exata, os argumentos dos adversários. Ao operar desde modo, o discurso do deputado alagoano, por seus próprios recursos de método, revela-se emaranhado na política, afinado com expectativas e questões de seu tempo; no interior dele, procurou afirmar-se através da

¹³⁰ IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, dir. *Ob.cit.*, p. 82.

¹³¹ BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 212; itálico nosso.

¹³² PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido) – 1839-1875*. São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 245-246.

pretensão de objetividade, que permitiu apresentar o seu ponto de vista particular como se fosse universal¹³³.

3. Descentralização e livre mercado

Tavares Bastos adotou, conforme vimos, um posicionamento que nos dá a entender a intenção de se mostrar próximo dos liberais, mas não deixou de revelar o seu expressivo vínculo com propostas conservadoras, que informaram inclusive o modo como construiu a sua argumentação. Trata-se de uma postura que explica a benevolência com que, em *Males*, considerou o ministério conservador de Caxias. Entretanto, dois meses mais tarde, nos artigos que, sob a forma de cartas, encaminharia para publicação no *Correio Mercantil*, de Francisco Otaviano e Muniz Barreto, e que seriam reunidos em livro com o título *Cartas do solitário*¹³⁴, abriria mão desse tom benevolente, posicionando-se de maneira abertamente

¹³³ Trata-se de um procedimento inerente à formulação do discurso que Marilena Chauí chamou de ideológico. Ideologia, nas palavras desta autora, é o pensamento que “pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada (...)” (CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1990, 3.)

Essa reivindicação de objetividade, que diferencia sobremodo o texto de Bastos em relação ao de Ottoni, aproximando-o do conservador Justiniano José da Rocha, permite-nos enxergar no deputado alagoano uma aproximação também em relação a uma outra expressão do pensamento conservador na história do Império: a revista *O Progresso*. Tendo se valido, como Bastos, da reivindicação de objetividade como estratégia na luta política, essa revista adotara, a partir de outubro de 1846, pontos programáticos que lembram as propostas de reforma que encontraremos em *Os males do presente e as esperanças do futuro*: a “propugnação de um sistema representativo genuíno livre das deturpações do exclusivismo partidário”, e a “valorização do *free trade* (contra compostos retrógrados com que se pretendia proteger a indústria nacional)” (MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: praieiros e guabirus em Pernambuco, 1842-1855*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1985. Tomo 2, p. 270-271). O envolvimento dessa revista nas lutas entre guabirus e praieiros em Pernambuco é discutido pela autora em todo o capítulo 4 – “Progresso e Revolução” (p. 246-342).

¹³⁴ A primeira carta foi publicada em 19 de setembro de 1861, e a última em 3 de abril de 1862. Esses textos, tais como se agruparam na segunda edição, de dezembro de 1863, tratavam dos seguintes assuntos: Centralização administrativa (Cartas I a V); relação entre Estado e Igreja (Cartas VI e VII); africanos livres e tráfico de escravos (Cartas VIII a XI); liberdade de cabotagem (Cartas XII a XXI); abertura do Amazonas (Cartas XXII a XXVIII); navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos (XXIX). É importante notar que as cartas que se voltavam aos três primeiros temas só foram reunidas no livro em sua segunda edição. A primeira edição, de maio de 1862, só abrangia as cartas que tratavam dos três últimos temas. Informação importante também se encontra na circunstância de que o autor agradecia, além de aos proprietários do *Correio Mercantil*, a Alexandre

oposicionista, e assumindo uma postura de crítica veemente, quando não de ataque irônico. Carlos Pontes, Pedro Calmon e Walquíria D. Leão Rêgo¹³⁵, aceitando afirmação do próprio *Correio Mercantil*, dizem ser a veemência da crítica do deputado resultante da demissão que tinha sofrido do cargo de oficial de Secretaria da Marinha, demissão que se teria constituído numa represália do ministro da marinha, Joaquim José Inácio, às críticas que Tavares Bastos lhe dirigira, nos debates dos dias 18 de julho e de 17 de agosto de 1861. De fato, a reação de Bastos a tal demissão foi virulenta. Entretanto, pensamos ser necessário interpretar o conflito entre Bastos e o ministro à luz do debate político mais amplo, levando-se em conta não apenas os conteúdos estritamente pessoais. Saraiva, conservador moderado com quem Tavares Bastos tinha vínculos políticos desde antes das eleições, demitira-se, juntamente com Sá e Albuquerque, do ministério, circunstância que provocara muita celeuma no parlamento, aproveitando os liberais a circunstância para ataques violentos ao gabinete, que teria sua orientação dada, segundo diziam, pela posição “extremada” de Saião Lobato. Ottoni chegou a afirmar que Saião seria o presidente de fato do conselho¹³⁶.

Esse episódio da saída dos dois conservadores moderados do ministério Caxias seria, mais tarde, apontado como momento de formação da Liga Progressista, por Fernandes da Cunha, um conservador “puro” que, como os seus correligionários, se voltaria furiosamente contra os moderados, especialmente contra Nabuco de Araújo, num momento em que estes, aliados aos liberais, viriam a conseguir derrubar o ministério Caxias por maioria de um voto (24/05/1862) na Câmara¹³⁷.

A nova postura do moderado Tavares Bastos, em setembro de 1861, em relação ao ministério em si, e aos conservadores puritanos, já se fez visível na primeira carta, que

Wagner, negociante húngaro que era grande proprietário de terras em Copacabana, e de quem, conforme Carlos Pontes, Tavares Bastos era amigo (PONTES, Carlos. *Ob. cit.*, p. 324).

¹³⁵ PONTES, Carlos. *Ob. cit.*, p. 135-136; RÊGO, Walquíria D. Leão. *Ob. cit.*, p. 84. Pedro Calmon apresentou a interpretação das *Cartas* como réplica no interior de uma visão de Tavares Bastos como um permanente dissidente [CAVALCANTI, T. B.; MENEZES, D.; REIS, A.C. F.; DIÉGUES Jr., M.; CALMON, P. O pensamento político de Tavares Bastos (Mesa-redonda realizada na Fundação Getúlio Vargas, no dia 15 de julho de 1977). *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21 (1):75-96, jan./mar. 1978, p. 85.]

¹³⁶ Sessão em 16 de julho de 1861, p. 198.

¹³⁷ Sessão em 27 de maio de 1862, p. 91.

começou com uma alusão negativa a Itaboraí¹³⁸, chefe conservador que pertencia à famosa “trindade saquarema”, constituída ainda por Euzébio de Queiroz e por visconde de Uruguai¹³⁹. Na terceira carta, a polêmica se estabeleceu diretamente com o ministro da justiça, Saião Lobato, que defendia mais abertamente as posturas extremadas no parlamento¹⁴⁰.

Esse novo posicionamento político se traduziu numa outra forma de reconstruir os acontecimentos passados, diversa daquela apresentada em *Males*. Entretanto, o autor continuou reivindicando o reconhecimento de uma pretendida imparcialidade dos seus argumentos, e também desdobrou a crítica à centralização e a defesa de medidas conducentes à liberdade das atividades mercantis.

Descentralização e liberdade de mercado foram duas reivindicações que se associaram estreitamente, na trama do discurso de Tavares Bastos. Associação tanto mais coerente quanto o primeiro termo ganhava um sentido definido por uma lógica empresarial. Nas páginas das *Cartas*, a centralização administrativa foi criticada sobretudo por conta de sua ineficiência em termos da agilidade dos serviços prestados.

O deputado alagoano começou afirmando ser o objeto das *Cartas* um ataque ao mal da “onipotência do Estado”, e “no Estado a máquina central”, “idéia geradora” de um sistema que só produziria erros políticos e administrativos. Considerou que esses erros não eram de responsabilidade de nenhum partido ou indivíduo, não tendo ele por objetivo “desacreditar o governo, este ou aquele governo, este ou aquele ministério, esta ou aquela administração”. Entretanto, afirmou ter o governo, nas últimas sessões da câmara, impedido a oposição de discutir as medidas legislativas e administrativas que realizariam as reformas necessárias para o país. Por isto se valia, então, da imprensa.

¹³⁸ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*. 4. ed. feita sobre a 2. ed. de 1863. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975, p. 11.

¹³⁹ Dirigindo de fato o Partido Conservador desde o começo da década de 1840, Rodrigues Torres (futuro Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Souza (futuro Visconde de Uruguai) e Euzébio de Queiroz constituiriam, segundo Ilmar Rohloff de Mattos, “o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da ‘Ação’ mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial” (MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987, p. 108).

¹⁴⁰ *Cartas do solitário*. p. 19-20.

Partilhando concepção smithiana segundo a qual as relações de mercado seriam presididas por leis naturais¹⁴¹, Bastos afirmou existirem dois vícios administrativos que significariam a inversão de duas “leis do trabalho”: a primeira seria a economia de tempo, que se traduziria em um aperfeiçoamento do trabalho, e a segunda a “da iniciativa e conseqüente responsabilidade própria e direta de cada trabalhador”. A administração pública imperial operaria de um modo em que se desperdiçava tempo, e, conseqüentemente, dinheiro, e não permitia aos funcionários ter iniciativa própria¹⁴². Seria marcada pela concentração da autoridade - fosse ela militar, judiciária, eclesiástica ou administrativa¹⁴³ -, vício presente na administração central, na provincial e nas relações entre as províncias e o centro¹⁴⁴.

Transgredindo as “leis” específicas do trabalho, a centralização atacaria também as “leis rudimentares” que presidiriam as relações econômicas de uma maneira mais ampla, ataque que se expressaria em medidas como a promulgação da lei de 22 de agosto de 1860, a qual teria atingido violentamente a liberdade de empresa:

“Depois, sobretudo, que a Lei de 22 de agosto de 1860, concebida sob as mais tristes inspirações, veio jungir a indústria, *naturalmente livre*, ao carro pesado de um governo impotente, a centralização tornou-se verdadeiro ecúleo do espírito de empresa. A não ser das poucas excetuadas, a companhia ou sociedade que se organize para exercer uma indústria lícita na mais longínqua província, deve implorar ao governo na Corte *licença e aprovação* dos estatutos. Sobre uma e outra coisa, porém, interpõe o conselho de Estado o seu parecer. (...)”¹⁴⁵

No ataque à centralização, Tavares Bastos estabeleceu uma polêmica com Saião Lobato, então ministro da Justiça, afirmando que, ao contrário do que este dissera em sessão da Câmara dos Deputados¹⁴⁶, a origem da centralização na França não se

¹⁴¹ SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigações sobre sua natureza e suas causas. Trad. de Luiz José Baraúna. S. Paulo: Abril Cultural, 1983.

¹⁴² *Cartas do solitário*, p. 13-14.

¹⁴³ *Idem*, p. 16.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 17.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 18; o primeiro grifo é nosso.

¹⁴⁶ Respondendo a José Bonifácio, que havia citado Guizot na defesa que fez da descentralização, Saião Lobato afirmou, defendendo a centralização do Estado, em 1 de julho de 1861: “(...) mas, senhores, não é possível admitir a extensão que o nobre deputado pretende dar à necessidade de descentralização no Brasil, nem tampouco reconheço analogia, quanto mais procedência, no que recomenda Guizot falando da França e para a França, como o nobre deputado entende dever ser adotado no Brasil. Senhores, na França a centralização foi obra do lado libérrimo; a divisão do território nacional em 86 departamentos pela assembleia geral, como que não teve por fim senão

relacionaria com os desdobramentos da Revolução Francesa; seria, isto sim, anterior a ela, tendo sua idade de ouro nos séculos XVII e XVIII¹⁴⁷. Sendo assim, a centralização não seria resultante da revolução liberal na França, como tentou fazer crer o ministro da justiça, mas sim algo inerente ao regime absolutista que ela destronara. Com estas afirmações, Tavares Bastos visava associar as “legítimas doutrinas liberais” à descentralização, associação que operou também quando, num procedimento que era diverso do adotado em *Os males do presente e as esperanças do futuro*, retomou de maneira positiva a atuação dos liberais na década de 1830:

“Em nosso país mesmo, não foi a descentralização bandeira dos liberais de 31, assim como é a glória da reforma promulgada em 34? Nem podem os verdadeiros liberais (porque os há também falsos, a Cormenin¹⁴⁸) sustentar a centralização. (...)”¹⁴⁹

À visão positiva da atuação passada dos liberais, correspondia um ataque aos conservadores e à sua obra político-administrativa, realizando o autor uma instrumentalização da história em sentido inverso ao da operada em seu escrito anterior:

“Não reconheço, meu amigo, quais sejam os nossos partidos políticos. Enxergo, sim, de um lado, a facção que, como o tigre à presa, se agarra aos despojos que soube acumular depois das guerras civis; vejo, de outro, o país inteiro, constituindo uma só entidade, com a fé posta em Deus, na constituição e na liberdade. E como nós, os servos da gleba, o povo, já nos sentimos dotados de certa fortaleza, a facção vai todo o dia cedendo de suas antigas teorias e de suas velhas pretensões. É assim que ela própria concorda na necessidade de conceder algumas franquezas mais às

prendê-los tão direta e imediatamente a Paris que pudessem ser dominados pela plebe que nessa cidade dominava. Sob o regime de Napoleão Bonaparte a centralização ali se apurou, como era natural, de modo que dificilmente podemos nós conceber, de tão longe que estava do que entre nós existe, do que entre nós seria possível. Quando aqui a instrução primária e secundária está absolutamente a cargo das diversas assembleias provinciais, na França está ela tão centralizada, que um ministro se gabava de poder dizer a qualquer hora quantos meninos cursavam os colégios das cidades mais remotas, e que livros estavam lendo. Tal era a centralização acerca da qual falava Guizot; mas no Brasil, senhores, com as circunstâncias notórias deste país, quando já as províncias se acham dotadas de assembleias provinciais, tendo uma grande esfera de exercício, dispondo de uma renda; quando os presidentes estão autorizados por lei para fazerem todas as nomeações interinamente e assim acudir às necessidades do serviço, pode-se dizer que haja essa centralização, que traga opressão às províncias?” (Sessão I de julho de 1861, p. 15.)

¹⁴⁷ *Cartas do solitário*, p. 19-20.

¹⁴⁸ A alusão, aqui, deve ser a Timandro. Conforme R. Magalhães Júnior, Timandro, com o seu *O libelo do povo*, foi acusado de plagiar os “*Entretiens du village*”, de Visconde de Cormenin, que foram traduzidos para o português no século XVIII com o título de “*Colóquios aldeões*” (*Três panfletários do segundo reinado*, p. 18).

¹⁴⁹ *Cartas do solitário*, p. 21.

províncias, consistindo, porém, toda a divergência no modo, no alcance e nos limites.

Mas, outrora, quando se falava em descentralizar, opunham-nos a anarquia das assembleias provinciais, e *respondiam-nos com a lei de interpretação de 1840*. Era uma luta aberta. Hoje, não se contestam a importância e as conseqüências de uma reforma; fazem-se até discursos neste sentido, formulam-se promessas, abrem-se esperanças. É tudo inútil, porém; é só palavra que ilude e voa. Uma reforma séria, que um ministério qualquer prometa, lembra-me logo essas miragens enganadoras dos desertos africanos. (...)”¹⁵⁰

Contra a obra centralizadora, realizada através da lei de interpretação de 1840, Tavares Bastos foi buscar, na atuação liberal do passado, com uma valorização positiva desta vez, o Ato Adicional, colocado agora como uma “bula de ouro”:

“A Lei de Reforma de 10 de agosto de 1834 é um triunfo tão esplêndido, como foi legal. Se alguma coisa pode comunicar elastério, energia e independência aos brasileiros; se alguma coisa pode lavar-nos do pecado original da nossa raça, a fraqueza, o temor e a imbecilidade, é essa bula de ouro em que não posso falar sem ênfase: o Ato Adicional. (...)”¹⁵¹

Essa exaltação grandiloqüente do Ato Adicional não queria dizer, entretanto, que houvesse uma coincidência entre a idéia de descentralização do político alagoano e a que se encontrava consignada no Ato. A proposta de Bastos, além de se configurar mais como projeto de maior racionalização da administração pública, associava-se estreitamente à defesa da liberdade de comércio e indústria, contra as restrições definidas na lei de 22 de agosto de 1860. Já o Ato Adicional, conforme depreendemos do estudo dele feito por Paulo Pereira de Castro, não era marcado por essas reivindicações, não apresentando aspectos econômicos a não ser no que tangia à questão tributária. De acordo com o historiador, o Ato Adicional traduziu um programa de reformas presente na lei de 12 de outubro de 1832, a qual resultou de um acordo em que

“Concordou-se com a supressão do Conselho de Estado, mas conservou-se o Poder Moderador; foi mantida a vitaliciedade do Senado; os Conselhos Gerais poderiam ser transformados em *Assembleias Legislativas*; a Província onde estava instalado o Governo Geral, também teria a sua Assembleia Legislativa e capital próprias, passando a constituir-se a sede do Governo Geral em Município Neutro; foram aceitas a discriminação de rendas e a divisão dos poderes tributários; foi rejeitada a autonomia municipal; a Regência poderia tornar-se una.”¹⁵²

¹⁵⁰ *Idem*, p. 30-31; itálico nosso.

¹⁵¹ *Idem*, p. 31.

¹⁵² CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, S. B. de (dir.). *Ob. cit.*, p. 30.

Procurando conferir uma significação positiva à diferença entre as suas propostas e o Ato Adicional, Bastos afirmou que era preciso ir além deste, ampliando-se a liberdade do presidente de província – que estaria “amarrado ao centro”, ao governo imperial –, facultando-lhe a nomeação e demissão de certos empregados gerais nas províncias, bem como trabalhar no desenvolvimento material e moral delas.

Quanto ao “progresso moral” das províncias, Tavares Bastos argumentou que seria preciso nelas derramar a instrução elementar e “conhecimentos úteis”, retirando-se dos cargos do magistério o caráter de sinecuras e elevando-se os salários para atrair professores habilitados, reduzindo-se as cadeiras e destituindo-se os “mestres inábeis”. A preocupação do autor não era apenas com a instrução primária; especialmente a secundária era apontada como importante para a aquisição de “conhecimentos úteis”, em contraposição a uma formação que privilegiasse as belas letras e as belas artes:

“Mas a instrução primária obtida nas escolas não é ainda em si mesmo outra coisa mais que um instrumento: e a que se deve logo aplicar este instrumento? À aquisição de conhecimentos úteis, às ciências positivas, à física, à química, à mecânica, às matemáticas e depois à economia política. Estes são os alimentos substanciais do espírito do povo no grande século em que vivemos. Em vez disto, porém, as províncias subvencionam alguns mestres de latim, de retórica e poética, matérias cuja utilidade prática ainda não pude descobrir, e cujo resultado palpável é a perda para os moços dos quatro ou cinco anos mais preciosos da idade.”¹⁵³

Na seqüência da argumentação, fica muito claro que essa concepção de instrução útil estava relacionada a uma visão segundo a qual era necessária a introjeção, nos indivíduos, de valores e práticas adequadas à lucratividade da produção de mercadorias. O projeto de governo descentralizado de Tavares Bastos, desta forma, não prescindia de um adestramento do comportamento do indivíduo, que precisaria “aprender a obedecer” e a ter um “império sobre si mesmo”¹⁵⁴ suficiente para a realização de trabalhos disciplinados:

¹⁵³ *Cartas do solitário*, p. 34.

¹⁵⁴ Expressões de John Stuart Mill, em *Considerações sobre o governo representativo*. Tradução de Manoel Innocência de Lacerda Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 23 e 37. É visível que Tavares Bastos comungava, nesse momento, com a concepção do liberal inglês segundo a qual o governo devia atuar na produção do comportamento considerado adequado nos cidadãos, através da domesticação de sua vontade. Segundo Stuart Mill, o duplo mérito de que “é suscetível todo o conjunto de instituições políticas” “consiste em parte do grau em que elas promovem o avanço mental geral da comunidade, no que tange à inteligência, à virtude, à atividade prática e à *eficiência*; e consiste também do grau de perfeição com que elas organizam o valor

“Dai ao menino da cidade e do campo a chave da ciência e da atividade, a instrução elementar completa; dai-lhe depois as noções das ciências físicas; livrai-o dos mestres pedantes de latim e retórica, e o jovem *será um cidadão útil à pátria, um industrial, um empresário, um maquinista*, como é o inglês, como é o norte-americano, como é o alemão; será um homem livre e independente, e não um desprezível solicitador de empregos públicos, um vadio, um elemento de desordem.”¹⁵⁵

A administração dessa instrução modificaria a fisionomia “semibárbara” do povo das províncias, tornando-as atraentes para os emigrantes da Alemanha e da Grã-Bretanha:

“Nada pode ser mais antipático ao estrangeiro do que o atraso moral de nossa população. Sem os emigrantes da Alemanha e da Grã-Bretanha, nunca o Brasil progredirá: é preciso que o sangue puro das raças do Norte venha desenvolver e remoçar a nossa raça degenerada. (...)”¹⁵⁶

Em relação ao “progresso material” das províncias, ele dependeria, segundo Tavares Bastos, da abertura de vias de comunicação baseada em cartas topográficas (com o fim da prática de abertura de seções de caminho a esmo, às cegas), subordinada às vias férreas e utilizando-se de engenheiros e operários hábeis ingleses e americanos¹⁵⁷. Tratar-se-ia de uma reforma que somente governos “sábios e honestos” poderiam empreender, governos como o de Saraiva, quando presidente da província de São Paulo, em 1855¹⁵⁸. Saraiva que, conforme declarou à Assembléia Legislativa Provincial em Relatório de 15 de fevereiro de 1855, para garantir os “meios de que temos necessidade para cuidar dos melhoramentos urgentemente reclamados pelo progresso de nossa viabilidade”, contratou na Europa dois engenheiros¹⁵⁹ e, através da Casa Vergueiro, 350 trabalhadores para o serviço das estradas¹⁶⁰.

moral, intelectual e ativo já existente, de modo a operar com maior efeito sobre os assuntos públicos (...)” (p. 20-21; itálico nosso)

¹⁵⁵ *Cartas do solitário*, p. 35; itálico nosso.

¹⁵⁶ *Idem, ibid.*

¹⁵⁷ *Idem*, p. 36.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 37, nota 8.

¹⁵⁹ SARAIVA, José Antonio. *Discurso com que o ilustrissimo e excellentissimo Sr. Dr. José Antonio Saraiva, presidente da provincia de S. Paulo, abriu a assembléa Legislativa provincial no dia 15 de fevereiro de 1855*. S. Paulo, Typ. 2 de dezembro, de Antonio Louzada Antunes, 1855, p. 25-1 e 25-2. Disponível em <http://www.wcr.l.uchicago.edu/info/brazil/são.html>. Acesso em: 25.out.2000.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 27-2. Outros pontos, referentes ao impedimento da promoção do “progresso” das vias de comunicação, apontados no relatório de Saraiva, se assemelhavam aos levantados por Tavares Bastos. Saraiva se queixava da falta de um centro científico que, auxiliando a administração, se encarregasse da direção dos trabalhos públicos, da falta de dados geográficos que permitissem um

Tais medidas implicadas na descentralização administrativa do Império evitariam as conseqüências da centralização, que seriam as restrições à liberdade de indústria e o círculo vicioso da anarquia e do despotismo¹⁶¹.

Finalizando a discussão do tema, o autor sintetizou as suas proposições num projeto de reforma, que se contrapunha a outros projetos conservadores - entre os quais o de Almeida Pereira, o de Uruguai e o de Pimenta Bueno -, então lançados no debate sobre a questão, em três artigos:

I. Emancipação de todas as indústrias e profissões; plena liberdade de comércio; revogação da Lei de 22 de agosto de 1860.

II. Garantias à carreira administrativa, estabilidade e maiores vantagens aos presidentes e secretários; extinção do contencioso administrativo; reorganização das secretarias de Estado, a saber: uniformidade de categorias e vencimentos, diminuição do número de seções e do pessoal, supressão das classes de praticantes e segundos oficiais, simplificação do serviço e redução da correspondência; - alargamento da esfera de faculdades dos diretores-gerais, dos diretores de seção e dos chefes das diferentes repartições subalternas.

III. Concessão aos presidentes do direito de nomear e demitir grande número dos empregados gerais nas províncias, e de processar e julgar definitivamente a maior parte dos negócios.”¹⁶²

bom planejamento da construção de vias de comunicação, da falta de operários, da desorganização da inspeção e administração dos trabalhos públicos e da má vontade de alguns fazendeiros (*Idem*, p. 24-1 e 24-2). Além da preocupação em planejar racionalmente a construção de vias de comunicação, operada com o recurso a mão-de-obra estrangeira, outro ponto aproximava sobretudo Saraiva e Tavares Bastos: a preocupação em favorecer a colonização, no caso do primeiro, especialmente a alemã (*Idem*, p. 19-1). Saraiva afirmava ser pequeno o benefício feito à colonização através de um empréstimo de 25:000\$000rs. sem juros à Casa Vergueiro, para a importação de colonos europeus. Esse favor não faria com que a Casa promovesse a emigração, pois a deixaria ainda dependente de outras vantagens, “dentre as quais enumerarei o desenvolvimento de suas relações comerciais, o adiantamento de muitas passagens pelas municipalidades da Suíça, e a comissão, que recebe para cada colono, cuja vinda promove.” (*Idem*, p. 18-1). Essa dependência, por parte do importador, de uma comissão pelo trabalho, “não favorece absolutamente o colono, não melhora em coisa alguma sua situação, e conseqüentemente *não anima a emigração*, e nem uma influência pode exercer em seu desenvolvimento, e em sua sorte.” (*Idem*, p. 18-2). E continuava o presidente, justificando sua posição de que “*a colonização deve ser diretamente auxiliada*”: “Creio portanto que digo uma verdade, quando afirmo, que a colonização não tem recebido dos Cofres Provinciais se não um pequeno e insignificante serviço; e Deus queira, que a sorte do colono, agravada por esse abandono, em que o temos deixado, não nos faça ter mil arrependimentos de haver economizado algumas dezenas, mesmo centenas de contos de réis, que mais tarde acharíamos duplicadas, triplicadas em nossos cofres em conseqüência do aumento da produção, que o trabalho de cada colono deve determinar; e determinará em maior escala, se eles se puderem estabelecer de uma maneira conveniente.” (*Idem*, p. 18-2).

¹⁶¹ *Cartas do solitário* p. 39.

¹⁶² *Idem*, p. 46.

É digno de nota neste projeto do “solitário” o fato de, em primeiro lugar, encontrar-se a revogação da lei de 22/08/1860. Sua idéia de descentralização estava completamente banhada pela defesa da liberdade de empreendimento contra as interferências, consideradas ilegítimas, por parte da autoridade pública na emissão de moeda e na formação e operação de sociedades anônimas. A oposição a essa lei era feita já no “Prefácio” das *Cartas*:

“Um dia, num dia terrível e obscuro, o vento da adversidade soprará. O prejuízo, dizem, fez a ventura da paz. Invoquemos, pois, os seus preceitos para conjurar as inquietações do presente. E, portanto, em vez da liberdade que solicitáveis, aí tendes, v. g., a lei bancária, isto é, o monopólio do crédito, absurdo comercial; a legislação de 1860, isto é, a tutela organizada de todas as indústrias, absurdo social. Leis de repressão para movimentos de liberdade, isto é, um duplo crime contra o código fundamental e contra o futuro deste mísero país!”¹⁶³

Quanto às medidas propostas no sentido de efetiva descentralização administrativa, mais se coadunavam com um aumento de eficácia dos serviços prestados pelo Estado do que com a ampliação da liberdade política. A vistosa medida de ampliação das atribuições dos presidentes de província, por exemplo, nada significaria em termos políticos mais amplos, se os presidentes continuassem sendo indicados pelo ministério no poder. Neste aspecto, o projeto de Bastos mais parece formulado para aparentar o atendimento de reivindicação dos liberais, mas de um modo em que a proposta destes se dissolvia num projeto que visava, no fundo, submeter tudo à lógica da empresa livre das limitações do poder público. Não era por acaso que tinha fonte de inspiração na atuação da *Anti-Corn-Law-League* inglesa¹⁶⁴:

“Dir-me-eis que este é um programa demasiadamente ambicioso, e que arreda a confiança de muita gente. Eu o compreendo. Mas para que fazer reservas? Porque se

¹⁶³ *Idem*, p. 5.

¹⁶⁴ Tendo sua espinha dorsal constituída pelo mundo empresarial de Manchester - especialmente fabricantes de algodão -, essa Liga conseguiu em 1846, depois de mais de uma década de luta, a revogação dos impostos sobre a importação de produtos agrícolas determinados pelas *Leis do Trigo*. Esses empresários, segundo Hobsbawm, lançavam dois argumentos contra as Leis do Trigo: em primeiro lugar, argumentavam ser o custo de vida elevado por essas Leis, que instituíam tarifas protetoras das atividades agrícolas britânicas; em segundo lugar afirmavam que tal legislação ameaçava o crescimento das exportações britânicas, uma vez que, ao inibir as importações de produtos agrícolas, dificultava a venda desses produtos pelo resto do mundo que, deste modo, ficava também sem ter como pagar pelas mercadorias britânicas. Hobsbawm informa ainda que, tendo sido as Leis abolidas em 1846, não houve uma queda no custo de vida, que só veio a ocorrer na era das ferrovias e dos navios a vapor (HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Europa 1789-1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997, p. 58).

não há de apontar para o mal com franqueza e descrever o vício em toda a sua extensão? Era isto mesmo o que se exprobase à *anti-corn-law-league*, à grande associação que em Inglaterra se propôs à reforma de velhos abusos comerciais. Mas, graças à sua pertinácia, a liga triunfou. Nós também seremos pertinazes, e do alto da imprensa acompanharemos os desvios e as tortuosidades de nossa administração.”¹⁶⁵

Também não foi à toa que, em passagem anteriormente citada, Bastos desqualificou um liberal como Timandro como “falso” (“os há também falsos, à Cormenin”). Não se tratava de recuperar o liberalismo da década de 1830, tal como presente no Ato Adicional, elogiado pelo autor do *Libelo do povo*. Tratava-se, isto sim, de garantir liberdade para o capital, enxugar o máximo possível os gastos com os serviços públicos agilizados e adestrar a população para a disciplina necessária à realização de atividades geradoras de lucro.

O mesmo movimento de argumentação é visível, de um modo ainda mais claro, em um conjunto de artigos que no mesmo período, sob o título “Libelo inédito”, o autor publicou no jornal *A Actualidade*, cujos redatores eram Flávio Farnese e Lafaiete Rodrigues Pereira. Apesar de nas primeiras *Cartas do solitário* já ser possível notar uma mudança grande do posicionamento de Bastos em relação ao ministério, em comparação com a postura revelada em *Males*, essa alteração fica ainda mais visível nessa outra série de artigos. O próprio deputado o indicou em carta a Saraiva de 19 de novembro de 1861. Bastos queixava-se de que não estaria podendo escrever com toda a franqueza no *Mercantil*, circunstância em razão da qual estaria publicando no outro jornal um libelo contra o ministério, libelo que, conforme o próprio título sugeria, remeteria a Timandro:

“Não tenho feito nada no *Mercantil*. O *Solitário* tem se ocupado com quem não faz mal. Não tenho mesmo esperanças de escrever com franqueza naquela folha. Por isso, estou publicando na *Atualidade* um *Libelo famoso*,¹⁶⁶ que o Diário transcreve. Remeto-lhe três números daquele periódico, e continuarei a fazer o mesmo. O *libelo* é a biografia do ministério e um estudo sobre o nosso chamado governo

¹⁶⁵ *Cartas do solitário*, p. 47.

¹⁶⁶ Bastos fazia aqui menção aos artigos com um título diferente daquele sob o qual foram publicados. No jornal, o título que foi encontrado enfeixando todos os textos foi, como já mencionamos, “Libelo inédito”.

representativo. O quarto artigo trata da apostasia e da adulação. Já vê que cheira a Timandro.”¹⁶⁷

Apesar dessa associação com Timandro poder ser questionada pelo conteúdo dos artigos, Bastos de fato neles atacou de modo cortante o gabinete Caxias, cuja própria organização teria sido absurda¹⁶⁸, constituindo um “crime contra o bem público”¹⁶⁹. Nessa investida impiedosa contra todo o ministério, o autor deu especial atenção à interpretação de Paranhos para a lei de 22 de agosto de 1860, afirmando que ela não podia “garantir solidamente os direitos do comércio e das indústrias”¹⁷⁰, uma vez que não era possível confiar na manutenção do posicionamento “meio-liberal” de Paranhos. Do mesmo modo que Ferraz, inicialmente meio-liberal, tinha se tornado “restritivíssimo”, Paranhos poderia, no dia seguinte, vir a apresentar uma interpretação oposta àquela que vinha então defendendo¹⁷¹.

Além de pouco confiável, a interpretação do ministro da fazenda foi apontada por Bastos, no artigo seguinte, como um estratagema para calar os liberais, que conseguiram, nas últimas eleições, bater os “cardeais” na corte em virtude mesmo do descontentamento provocado pela aprovação da lei¹⁷².

Se por um lado a interpretação do ministro da fazenda sofismava a lei para favorecer os “capitalistas do Banco do Brasil”, por outro lado “esmagava todos os outros bancos de um modo mais decisivo ainda que o da própria lei de 22 de agosto”¹⁷³. Com isto, sob a aparência de flexibilização da lei, Paranhos terminava por propor a unidade bancária.

Mostrando-se novamente contrário à lei de 22 de agosto, que, “como o gênio do mal”, “desdobrava as suas asas negras sobre o corpo vivo das indústrias, paralisava as suas funções e lentamente o aniquilava”¹⁷⁴, posicionamento que o aproximava dos liberais, Tavares Bastos também novamente deles se distanciava, ao preservar a coroa imperial de

¹⁶⁷ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p. 32.

¹⁶⁸ *A Actualidade*. Jornal Político, Litterario e Noticioso. Rio de Janeiro, 8/11/1861, p. 1

¹⁶⁹ *Idem*, 28/11/61, p. 1.

¹⁷⁰ *Idem, ibid.* Paranhos tinha defendido na Câmara uma interpretação da lei em que se relaxariam as regras para emissão de moeda por parte do Banco do Brasil.

¹⁷¹ *Idem, ibid.*

¹⁷² *Idem*, 12/12/61, p. 1.

¹⁷³ *Idem*, 12/12/61, p. 2.

¹⁷⁴ *Idem*, 12/12/61, p. 1.

críticas, afirmando a impropriedade dos argumentos lançados contra o governo pessoal. Conferindo um “cheiro” de Timandro aos artigos, através de um título que remetia ao *Libelo do povo*, da adoção de um tom de crítica ferina ao ministério, Bastos preservava, entretanto, um gosto anti-Timandro em seus textos, ao proteger o Poder Moderador, que foi o principal alvo do panfletista liberal¹⁷⁵. Para Timandro, o governo pessoal teria sido o responsável pela deturpação do sistema representativo na política brasileira, a partir de 1845:

“De 1845 em diante foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compuseram fora da sua influência, e até sem ciência sua: o ministro incumbido de os organizar, propunha em palácio os nomes daqueles com quem lhe convinha servir de acordo com o voto parlamentar; esses nomes eram rejeitados; lembrava outros, depois outros, até que finalmente esgotada a longa lista dos ministros *impossíveis*, o governo pessoal compunha um amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído, para que se não dissesse que o pensamento dominante no parlamento havia sido desatendido.”¹⁷⁶

A existência de um governo pessoal no Brasil, para Tavares Bastos, em contraposição, não passaria de imaginação. Imaginação que resultaria de uma situação questionável, mas cujos responsáveis seriam outros: as câmaras e os ministérios. Os problemas do sistema representativo no Brasil resultariam de uma situação em que as câmaras “não passam de chancelarias do poder executivo”, sendo este exercido não por “homens eminentes”, mas sim por “mediocridades sem talento e sem prestígio”. Nestas circunstâncias é que se formularia o pensamento, “no coração dos patriotas”, de “que o sistema constitucional, corrompido, transformou-se nesse trambolho ilusório da monarquia napoleônica, sem a sua atividade administrativa, sem a sua glória incontestável, o seu orgulho e a sua franqueza. Então, ousa-se denunciar baixinho a existência de um poder inconstitucional, de um governo pessoal”¹⁷⁷.

Lançando mão do argumento da responsabilidade ministerial, Tavares Bastos protegia a coroa:

“Amigos sinceros do Brasil, sejamos os primeiros a riscar do espírito público essa palavra funesta – governo pessoal. Ataquemos os verdadeiros responsáveis, lutemos corpo a corpo com os ministros. Para nós, não é o atual imperador que pretende

¹⁷⁵ TORRES HOMEM, Francisco de Sales. O libelo do povo. In: MAGALHÃES Jr., R. (org.) *Três panfletários do Segundo Reinado*, p. 45-126.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 100-101.

¹⁷⁷ Libelo inédito. *A Actualidade*, 28/12/1861, p. 2.

governar por si, e dirigir absolutamente os ministros, mas são os ministros que abandonam as suas opiniões antigas perante qualquer objeção, que contradizem-se, que humilham-se, que enfim, põem a descoberto a coroa irresponsável.

(...)

Para que cesse um estado de coisas tão deplorável e tão perigoso, basta que o espírito de liberdade, que é a alma dos governos representativos, agite as suas asas cândidas na face do parlamento abatido, desperte-o, erga-o e reanime-o. No dia, em que os representantes do povo quiserem, serão todas as dúvidas dissipadas, e todas as situações esclarecidas. *As luzes do pesar, extintas, deixarão luzir o ouro puro da coroa imperial.*¹⁷⁸

Alterando o seu posicionamento em relação aos ocupantes do poder no momento, Bastos não modificou, entretanto - no período entre *Males*, por um lado, e as *Cartas do solitário* e o “Libelo inédito”, por outro -, a sua visão de que seria impróprio imaginar a existência de um governo pessoal no Brasil. Também é digna de nota a ausência de qualquer menção, nos dois últimos textos, às instituições do Conselho de Estado e do Senado vitalício, outros objetos da crítica liberal. Na proposta de descentralização, confundiu-a com a liberdade das atividades econômicas.

Tais concepções estiveram presentes nas intervenções de Bastos durante o período em que atuou como correligionário na Liga Progressista, e se ligavam ao seu envolvimento em campanhas pela liberdade de navegação - do Amazonas e da cabotagem - e pelo estabelecimento de uma linha de navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos. Estas questões, juntamente com a do tráfico de escravos e a da liberdade de culto, foram discutidas nas demais *Cartas*, consideradas no início do próximo capítulo.

¹⁷⁸ *Idem, ibid.*; grifo nosso.

Capítulo 2

“GUERRA À OLIGARQUIA”

1. O “evangelho” do “solitário”

Nas *Cartas do Solitário* dedicadas às questões da navegação de cabotagem¹, da navegação do Amazonas² e da navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos³, tal como nas anteriores, comentadas no capítulo precedente, Tavares Bastos, escrevendo ainda no período do gabinete Caxias, acompanhou as suas propostas com ataques violentos ao governo que, no Brasil, seria exercido pela “mediocridade”⁴.

Com a defesa que fez do fim do monopólio da navegação costeira⁵, fim que significaria uma “profunda reforma econômica”, o autor se contrapôs ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Felizardo, que tinha um projeto de construir uma rede de estradas que, costeando o mar, estabelecesse comunicação entre a capital do Império e as capitais das províncias. Comentando esse projeto, o autor valeu-se de uma ferina ironia:

“ (...) Que idéias profundas de comércio, de vias de transporte, de nossos recursos, que idéias práticas revela este importante plano do nobre ministro! Isto é que é ciência, meu amigo; isto é que é mostrar saber!”⁶

Acusando o ministério de absolutismo, Tavares Bastos não poupou, do mesmo modo que em *Os males do presente e as esperanças do futuro*, a fração dos liberais que formulava argumentos contra o poder pessoal:

“Entro na liça, meu amigo, quando os políticos palavrosos volvem e revolvem a eterna questão do governo pessoal, de que não vêem modo de sair-se bem, depois que vós os atordoastes, carregando de súbito sobre suas trincheiras com a falange

¹ Cartas XII a XXI.

² Cartas XXII a XXVIII.

³ Carta XXIX.

⁴ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*, p. 103.

⁵ Existem informações que mostram a grande importância do comércio de cabotagem, para o porto do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, em FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Ob. cit.*, p. 161-170.

⁶ *Cartas do solitário*, p. 103.

macedônia de um silogismo rigoroso e cruel. Fiquem eles divertindo o público com esse brinquedo infantil, de que falastes. (...)”⁷

Para fazer parecer mais racional a liberdade da cabotagem, Tavares Bastos construiu argumentos para atacar a exclusividade de empresários nacionais no comércio marítimo costeiro. Afirmou que o monopólio tinha sua fonte, sua origem, no “sistema regulamentador e preventivo” de Portugal nos tempos coloniais, tinha sua origem no exclusivo colonial. A cabotagem, desde a Portaria de 23 de novembro de 1816, tinha sido colocada fora do espírito da carta régia de 23 de janeiro de 1808, que realizara “a mais importante revolução nos hábitos, nas tendências e nas idéias comerciais de Portugal”⁸. Depois da independência, teria havido uma abertura para os negócios com o estrangeiro⁹, mas essa abertura teria sido muito parcimoniosa, ficando a maior parte desses negócios monopolizada pela bandeira nacional¹⁰. A menção, nesse ponto, era à manutenção do monopólio da navegação costeira por navios nacionais no tratado que o Brasil assinara com a Inglaterra em 1827, em troca da interferência desta última nas negociações que redundaram no reconhecimento da independência política¹¹.

O deputado alagoano argumentou que combatia o privilégio “pelo povo”, visto que o monopólio da navegação de cabotagem por armadores nacionais encareceria o serviço e contribuiria para a sua má qualidade. O privilégio barraria o aperfeiçoamento da navegação costeira por reduzir a abundância deste serviço, redução que se desdobraria numa anulação da sua “barateza” e na diminuição de sua qualidade; neste sentido, ele constituir-se-ia, “como todos os monopólios”, numa “espoliação legal”¹², cuja vítima seria o “consumidor”.

Sendo vantajosa até para os armadores nacionais, que se beneficiariam com os salutareos efeitos da concorrência, a liberdade favoreceria especialmente a agricultura, em virtude de que diminuiria os preços dos transportes, barateamento este que traria ainda uma positiva influência moral, social e política”, contribuindo para a unidade do Império¹³. Num

⁷ *Idem*, p. 103.

⁸ *Idem*, p. 110.

⁹ *Idem*, p. 112-113.

¹⁰ *Idem*, p. 114.

¹¹ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janáina Machado. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 182-183.

¹² BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*, p. 126-127.

¹³ *Idem*, p. 128-129.

país como o Brasil, “quase exclusivamente habitado no litoral ou nas terras circunvizinhas”, o transporte costeiro

“deveria ser feito com a maior rapidez. Entretanto é o pior possível. Explora-o o privilégio nacional. Entreguemo-lo, pois, à concorrência. Sem essa facilidade de comunicações por mar, as províncias do Brasil tocam-se apenas por um acidente material; parecem ilhas sem outro contato mais que o de relações adventícias”¹⁴.

Para afirmar o seu posicionamento, Tavares Bastos combateu o argumento - igual, ao que o deputado conservador puro Torres-Homem utilizaria mais tarde, na sessão de 8 de agosto de 1862¹⁵, na Câmara - de que o privilégio da cabotagem seria o “meio de firmar o poder marítimo de um país e o de acautelar a sua segurança naval” -, dizendo que o poder marítimo de um povo não dependia de proteção do Estado, mas sim de condições naturais. E tais condições não estariam disponíveis no Brasil¹⁶. Em primeiro lugar, não haveria capitais abundantes que pudessem alimentar a navegação. Em segundo lugar, o Brasil não teria vocação, gênio marítimo; sua vocação seria a agricultura. Por fim, o solo e o clima do Brasil não lhe permitiriam ser uma nação marítima¹⁷. O Brasil, nas palavras do deputado, tinha “a mesma missão que pertence em geral à América: é o celeiro da Europa”:

“Se queremos dar prova de juízo, se queremos prosperar, convençamo-nos do nosso modesto papel de plantadores de café e cana-de-açúcar, de fumo e algodão; procuremos viver com economia e barateza, e abandonemos as belas teorias que custam muito dinheiro. Creio que este é conselho de bom-senso.”¹⁸

Sendo a vocação do Brasil a agricultura, e não dispondo o país de grandes capitais, o comércio marítimo costeiro somente poderia ser realizado por armadores nacionais no caso de ocorrer um prejudicial, anti-natural desvio desses capitais:

“O Brasil não é potência marítima. O brasileiro é essencialmente, ainda que não exclusivamente, agricultor. Conseqüência: A cabotagem privilegiada desvia capitais brasileiros para uma indústria necessariamente ruínoza para o brasileiro. O privilégio, com efeito, resume-se em duas perdas igualmente sensíveis: a exageração do preço dos fretes para o consumidor, por um lado, e, por outro lado, a distração de braços que poderiam desenvolver a indústria nacional, a agricultura. A isto acrescentarei que os fretes da própria navegação de longo-curso estrangeira se

¹⁴ *Idem*, p. 129.

¹⁵ Sessão em 8 de agosto de 1862, p. 78.

¹⁶ *Cartas do solitário*, p. 131.

¹⁷ *Idem*, p. 152-154.

¹⁸ *Idem*, p. 152.

poderiam reduzir desde que ela ganhasse alguma coisa mais, fazendo, nos intervalos das suas viagens exteriores, transportes costeiros.”¹⁹

Não sendo a marinha brasileira favorecida pelas condições naturais do país, deveria o comércio costeiro ser aberto ao capital estrangeiro. Criticando o ministro da marinha, que preparava um novo regulamento, Tavares Bastos afirmou:

“Não, meu amigo; não é de regimentos que precisa a marinha brasileira. Carece de lutar com a concorrência no comércio costeiro para despertar da apatia favorecida pelo monopólio; carece do braço, da inteligência e do capital estrangeiro para florescer. É para esta reforma profunda que deve o governo volver os olhos, tirando-os do mundo das ilusões frágeis e dos expedientes frívolos, que neste país agora se chama governo do bom senso. Senso fatal! Que faz o povo descreer da autoridade, rir-se da mesquinhez do presente e amedrontar-se com os embaraços do futuro.”²⁰

Na tentativa de mostrar que o privilégio da cabotagem no Brasil era um logro, por faltarem recursos necessários – mesmo para a manutenção das condições que definiam uma embarcação como nacional, tais como a exigência de que $\frac{3}{4}$ da tripulação fossem de brasileiros²¹-, Tavares Bastos se demorou um pouco mais na demonstração de um atraso na construção naval nacional (Cartas XIX e XX).

O próprio privilégio da navegação costeira favoreceria esse atraso²², colocando a indústria brasileira em condição que seria muito inferior à dos “verdadeiros arsenais do mundo”: Estados Unidos e Inglaterra²³.

O desenvolvimento da construção naval encontraria um grande obstáculo no alto preço dos seus produtos, resultante da carestia da matéria-prima, especialmente da madeira²⁴, circunstância que resultaria, em parte, do fato do Amazonas se encontrar fechado ao comércio do mundo²⁵. A carestia dos produtos da construção naval contribuiria para uma elevação dos preços dos fretes, os quais seriam altos também pelo fato da tripulação brasileira ser muito numerosa e da nossa soldada ser a mais elevada²⁶.

¹⁹ *Idem*, p. 156.

²⁰ *Idem*, p. 136.

²¹ *Idem*, p. 139.

²² *Idem*, p. 159-160.

²³ *Idem*, p. 161.

²⁴ *Idem*, p. 162.

²⁵ *Idem*, p. 164-165.

²⁶ *Idem*, p. 170.

Sendo atrasada e cara a construção naval nacional, um favorecimento dos transportes costeiros brasileiros só poderia acontecer liberando-se a importação de embarcações estrangeiras das taxas existentes²⁷, atitude que significaria a realização da justa liberdade de comércio, da “política evangélica”, da “prática da lei divina”²⁸.

A questão do privilégio da cabotagem se ligava, ainda, na argumentação de Tavares Bastos, à questão das relações entre as províncias do Império (Carta XXII). As pequenas províncias, que não tinham comércio direto com o estrangeiro, pelo fato de não possuírem portos habilitados, sofreriam mais com o privilégio da cabotagem, o qual somente favoreceria os armadores nacionais, especialmente os do Rio de Janeiro²⁹.

Seria necessário, deste modo, abrir pequenas alfândegas nas pequenas províncias, introduzindo “ar estrangeiro, ar da Europa e da América do Norte por todos os poros do corpo deste grande Império”³⁰. Essa medida evitaria conflitos políticos³¹, que poderiam explodir entre as províncias do “Norte” e as do “Sul”:

“(…) o consumidor e os comerciantes das províncias são os primeiros interessados em ver abolido um privilégio que os vexa sobremodo e que agrava seriamente a sua tristíssima sorte.

O povo das províncias pequenas sente isso, mas, sem compreender a causa do suplicio, atribui-o vagamente à espoliação das suas irmãs preponderantes. Aí está o seu erro, *erro de conseqüências porventura funestas*. É preciso que as províncias o saibam: a liberdade da cabotagem será a sua liberdade, não porque extinga a preponderância das suas irmãs mais ricas, mas porque podê-la-ão suportar livres de grande parte do vexame atual. As províncias devem pleitear essa liberdade, como se fora a própria vida. O resgate do privilégio e a abertura de maior número de portos francos será para elas a aurora de uma nova era.

(…) A isto só se poderiam opor os armadores nacionais que absorvem os proveitos do monopólio. (…)

São graves as queixas das províncias e cumpre atendê-las. Se, por exemplo, com exceção da Bahia e Pernambuco, nenhuma tem razão de lamentar que não se aplique às suas necessidades toda a sua receita geral, e de que o município neutro absorva seis mil contos mais do que rende, é contudo certo que motivos de desconfiança e de desânimo têm elas muito sérios. (…) São assuntos vitais, e cuja importância só podem desconhecer aqueles que limitam seu horizonte à Corte do Império. E, entretanto, quando as questões graves são essas, quando os pontos do debate se acham de pé e nos interrogam com uma impertinente assiduidade, o

²⁷ *Idem*, p. 168.

²⁸ *Idem*, p. 169. A liberdade da cabotagem acabava sendo defendida, conforme vemos, através de uma sacralização da prática liberal.

²⁹ *Idem*, p. 181-183.

³⁰ *Idem*, p. 178-179.

³¹ *Idem*, p. 181-184.

governo, esse retardado governo, herdeiro legítimo das tradições coloniais, volta-lhes as costas, ri-se de nossa credulidade e ousa imprudentemente reviver paixões que dormiam, com extravagantes reformas da Constituição, projetando criar novo funcionalismo, premeditando a morte das Câmaras, e tentando o parto de uma nova alavanca que torne fácil o caminho do despotismo administrativo.”³²

A argumentação de Bastos adquiria assim, ao final, um tom de ameaça ao governo brasileiro. Manter o privilégio da navegação costeira aos nacionais seria arriscado, porque poderia acarretar a explosão de conflitos internos difíceis de contornar.

Também a ameaça de conflitos difíceis de contornar foi usada na argumentação pela abertura do Amazonas, questão em relação à qual o nome de Bastos é mais freqüentemente ligado.

Em 11 de dezembro de 1866, o jornal *Correio Mercantil* aplaudiu o decreto de 7 de dezembro de 1866, que determinava a abertura do Amazonas, exaltando a campanha a favor da medida realizada pelo deputado alagoano. E informou que o “problema chamara a atenção desde que em 1853 foi publicado o célebre relatório do tenente Maury”³³.

O tenente Maury, de “energia incansável”, segundo Renato Mendonça, esteve à frente da campanha norte-americana pela abertura da navegação do Amazonas na década de 1850. Dedicando “o melhor de sua cultura e de sua imaginação ao desenvolvimento do Sul”, o oficial da Marinha dos Estados Unidos, superintendente do serviço hidrográfico e astrônomo do observatório naval de Washington, divulgou suas idéias, entre 1849 e 1855, na *Southern Literary Messenger*, na *National Intelligencer*, na *Washington Union* e *Bow's Review*³⁴. Ainda segundo Mendonça, Maury despertava entusiasmos entre os sulistas, ao defender a abertura do Amazonas:

“As adesões e os entusiastas cresciam extraordinariamente, sobretudo nas Convenções e Congressos do Sul dos Estados Unidos, a ponto de se transformar a navegação do Amazonas numa reivindicação popular em política exterior... Pelos fins de 1851, Maury escreve aos organizadores da Convenção dos Caminhos de Ferro do Sul, a realizar-se em janeiro seguinte na cidade de Nova Orleans, sobre a necessidade de se cogitar de questões econômicas e remetia as suas sugestões na tese *On Extending the Commerce of the South and West by Sea*. Não é preciso dizer

³² *Idem*, p. 183-184; grifo nosso.

³³ Texto que se encontra em recorte no arquivo do deputado alagoano (*Coleção Tavares Bastos* 11.01.049, p. 5).

³⁴ MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1942, p. 116.

que o que lhe parecia mais importante e decisivo para melhorar a vida industrial de Nova Orleans e do Sul inteiro era a abertura do rio Amazonas...
 Doutrinava sem pestanejar – ‘a livre navegação do Amazonas é o maior benefício comercial que o povo do Sul e Oeste – e mesmo aquilo a que o povo dos Estados Unidos podem aspirar’.³⁵

Conforme também Nícia Vilela Luz, Maury despertou o interesse dos seus compatriotas do Sul em relação ao Amazonas ao apontá-lo como saída econômica e social para a região. A exploração do vale do rio contribuiria para que o Sul dos Estados Unidos superasse as dificuldades econômicas em que se encontrava, em virtude de que essa região brasileira estaria “fadada, graças à sua fertilidade e às suas condições climáticas, hidrográficas e mesmo topográficas, a tornar-se um grande centro de abastecimento dos produtos agrícolas, mais variados e abundantes”³⁶. O tenente americano chamaria a atenção para a produção da borracha³⁷ e do algodão³⁸, como grandes fontes de riqueza, juntamente com as possibilidades auríferas da região andina, que “equiparavam-se às da Califórnia”³⁹. Além de fonte de riqueza, a Amazônia representaria para os habitantes do Sul uma válvula de escape diante das dificuldades de manutenção do sistema escravocrata nos Estados Unidos, tendo em vista a aproximação inexorável da abolição da escravidão naquele país:

“E Deus preservara a Amazônia deserta e desocupada para que os problemas do Sul pudessem ser resolvidos. Acuados ao Norte onde não encontrariam mais ‘terras do Mississipi por desbravar’ nem mais ‘campos de algodão por subjugar’, os sulistas, para se livrarem do seu excesso de população negra, salvando ao mesmo tempo sua economia e sua ‘peculiar’ instituição, encontrariam a ‘safety valve’ mais ao Sul, no vale Amazônico. Era ‘o único raio de esperança’ a iluminá-los naquele momento dramático em que se discutia o destino do regime da escravidão nos Estados Unidos”⁴⁰.

Não se limitariam, as intenções do tenente norte-americano, a esses objetivos gerais, a interessar especialmente os produtores de algodão do Sul. Conforme ainda a historiadora Nícia Vilela Luz, Maury demonstrava intenções de explorar, ele próprio, os recursos da região. São intenções que se revelam nas instruções que enviava a seu cunhado Herndon,

³⁵ *Idem*, p. 117

³⁶ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos*. (As origens de uma controvérsia internacional). Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968, p. 55.

³⁷ *Idem*, p. 53.

³⁸ *Idem*, p. 63.

³⁹ *Idem*, p. 55.

⁴⁰ *Idem*, p. 58-59.

em expedição exploratória na região, e também na atitude concreta que tomou, em 1853, ao “propor ao Governo do Equador a colonização e a navegação a vapor da bacia superior do Amazonas, região que o Equador disputava ao Peru em troca de um privilégio de vinte anos e elevadas subvenções.” Esta proposta de Maury não deixaria dúvidas quanto a “suas intenções de participar por conta própria, à frente de uma companhia comercial, dos negócios amazônicos”⁴¹.

Ao mesmo tempo que se manifestava interesse do tenente Maury e de produtores sulistas pela abertura do Amazonas, também o Departamento de Estado norte-americano se pronunciou no mesmo sentido, reclamando diplomaticamente a livre navegação. Conforme despacho do ministro Limpo de Abreu para Carvalho Moreira - então ministro plenipotenciário do Brasil nos Estados Unidos -, em 11 de outubro de 1853, o novo representante norte-americano no Brasil, William Trousdale, “era tão partidário da navegação do Amazonas quanto Maury” e “este assunto seria um dos objetos de sua missão”⁴². Ainda do mesmo modo que o tenente norte-americano, o representante dos Estados Unidos, usando, conforme as instruções que recebera, um argumento que seria também empregado por Tavares Bastos mais tarde, valeu-se da idéia da existência de um Direito Natural de todos os países à navegação do Amazonas, direito igual ao que existia em relação ao oceano.⁴³ Tal idéia retirava do Brasil a sua soberania e a jurisdição sobre as suas águas; por isso, provocou reação defensiva no governo brasileiro, que argumentava afirmando que mesmo a admissão de ribeirinhos na navegação do rio resultava de concessão feita por direito convencional, e não natural. À reclamação do norte-americano, Limpo de Abreu respondeu, em 13 de setembro de 1854, que

“o governo Imperial não pode estar de acordo com o princípio e doutrina em que se pretende fundar esta reclamação, assemelhando-se o Amazonas ao oceano. Entende o Governo Imperial que semelhante doutrina, aliás nova, e apresentada pela primeira vez, é repelida pelos princípios do direito público e das gentes, e não pode prevalecer senão pela substituição do princípio do interesse e da força aos do direito e justiça.”⁴⁴

⁴¹ *Idem*, p. 64.

⁴² *Idem*, p. 150.

⁴³ *Idem*, p. 152.

⁴⁴ Citado em *Idem*, p. 155.

As pressões norte-americanas arrefeceram, segundo Nícia Vilela Luz, na segunda metade da década de 1850. Antes disso, entretanto, o governo brasileiro tinha, em sua atitude defensiva, formulado uma política de navegação do rio Amazonas,

“diretriz que manteve com serenidade e moderação, mas também com firmeza, em face da cruzada de Maury e seu grupo. Consistiu essa política, de um lado, em dotar o rio de uma navegação à altura do progresso da época, promovendo concomitantemente a colonização do vale; e, de outro, firmar-se no princípio da exclusividade dessa navegação às nações ribeirinhas.”⁴⁵

Foi na realização dessa política que o governo brasileiro, utilizando-se de autorização que lhe tinha sido dada por lei em setembro de 1850, aprovou, através de decreto de 10 de agosto de 1852, contrato com a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, do Visconde de Mauá, concedendo-lhe o privilégio exclusivo de navegação do rio por 30 anos, e a subvenção de 160 contos. Em troca, a empresa “além das exigências do serviço de navegação, obrigava-se a fundar 60 colônias de estrangeiros ou índios, na região amazônica”⁴⁶. Em 1854, as “injunções políticas”, juntamente com as “pressões internacionais para a franquia da navegação”, obrigaram o Governo a retirar da companhia o privilégio exclusivo, em troca de uma subvenção maior.⁴⁷

Toda essa política do governo brasileiro, tanto de esquivação à abertura do rio, como o recurso à subvenção a uma empresa nacional que fizesse a navegação do Amazonas, seria condenada mais tarde por Tavares Bastos nas *Cartas do solitário*, textos em que encontramos a repetição de argumentos que, na década de 1850, já tinham sido utilizados pelos defensores da abertura.

Escrevendo as *Cartas*, como já dissemos, ainda sob a administração do gabinete conservador de Caxias, Bastos afirmou que, enquanto o governo somente tratava “das eleições, do arranjo das maiorias e dos favores aos seus instrumentos”⁴⁸, crescia e avolumava-se na “opinião”, na “consciência pública”, essa questão, que se imporia também, independentemente da vontade de todos, pela lógica inerente ao progresso. Contrapondo-se aos “estadistas” conservadores, que afirmariam significar a abertura do Amazonas uma tomada de território nacional por potências estrangeiras, Tavares Bastos

⁴⁵ *Idem*, p. 108.

⁴⁶ *Idem*, p. 110-111.

⁴⁷ *Idem*, p. 111.

⁴⁸ *Idem*, p. 190.

repetiu um argumento que já tinha sido aventado por Sérgio Teixeira de Macedo em 1850, quando era ministro brasileiro em Washington⁴⁹:

“E, para falar claro, se a *prosperidade futura* houver de arrancar-nos o Pará de nossas mãos débeis e de nossos laços frágeis, acreditai-me que nada haverá que tenha a força de impedi-lo. (...)”⁵⁰

Quanto à posição dos “estadistas” brasileiros em relação à abertura do Amazonas, o deputado alagoano considerou especialmente a prevenção em relação aos Estados Unidos, baseada na suspeita de que estes teriam a intenção de “pelo menos anexar o Pará, como se fosse o Texas ou o Novo México”⁵¹. Expressão deste posicionamento encontrar-se-ia no fato de tais “estadistas” encararem o livro do tenente Matthew Fontaine Maury, *Amazonas e as costas da América Meridional*⁵², como inspirado por “desenfreadas ambições dos americanos”⁵³.

Tavares Bastos defendeu a obra de Maury⁵⁴, mas não negou que esse “espírito flibusteiro”, nela apontado, estivesse presente em parte da imprensa dos Estados Unidos. Argumentou, contudo, que havia quem, como o Sr. Fletcher⁵⁵, em *Brazil and Brazilians*, criticasse esse espírito, constituindo, assim, um exagero acreditar que todo americano fosse um flibusteiro:

“É com efeito um erro acreditar-se que todo o americano é flibusteiro, e que a divisa política da pátria de Washington, Franklin e Jefferson é a invasão ou a conquista. Nada mais inexato. Ao contrário: a parte ilustrada do país, e sobretudo o partido

⁴⁹ Em ofício de 14 de novembro de 1850, Macedo aconselhava ao governo brasileiro: “Enquanto não há força para resistir, a boa política consiste em ceder a tempo e quando se tem de ceder cumpre fazer a concessão antes que ela se conheça evidentemente arrancada pela ameaça” (Citado em LUZ, Nícia Vilela. *Ob. cit.*, p. 121.).

⁵⁰ *Cartas do solitário*, p. 191; itálico nosso.

⁵¹ *Idem*, p. 192.

⁵² Os textos desse livro, cuja versão em língua portuguesa foi publicada no Rio de Janeiro em 1853, “foram, originalmente, publicados sob a forma de cartas, com o pseudônimo de Inca, no *National Intelligencer*, órgão do partido Whig e no *Daily Union*, do Partido Democrático, ambos os jornais editados em Washington.” (LUZ, Nícia Vilela. *Ob. cit.*, nota de rodapé da p. 67).

⁵³ *Cartas do solitário*, p. 193.

⁵⁴ Os partidários da abertura do Amazonas não eram unânimes na defesa de Maury. O deputado Raiol, que acompanhava Tavares Bastos na defesa da medida liberalizante, não poupou o norte-americano da acusação segundo a qual nutriria “pretensões ousadas”: “(...) S. Ex. deve lembrar-se que Maury até já sustentou que todo o mundo podia livremente navegar aquele rio, porque, dizia ele, era um oceano, um mar de água doce. (...)” (Sessão em 21 de março de 1864, p. 237.)

⁵⁵ Conforme carta endereçada por Tavares Bastos, em 23 de setembro de 1864, a A. A. Low Esq., Fletcher era seu amigo (*Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p. 45).

republicano, professa os princípios de imparcialidade e paz de Monroe, proclamados solenemente na mensagem ao Congresso em 1845 (...)

Nos Estados Unidos, como em toda parte, há impacientes que, por quererem precipitar os acontecimentos, transtornam tudo; e foi, porventura, essa exageração da imprensa americana, foi a linguagem desabrida dos *meetings*, foi a audácia de certas tentativas, o que mais favoreceu no Brasil o afastamento, a esquivação, o ódio aos Estados Unidos, fomentados aliás pelos estadistas. A censura, em que essas manifestações agressivas, turbulentas e desrespeitosas incorrem, não deve contudo cegar-nos, nem esconder o lado verdadeiro da questão, isto é, a necessidade de promulgar-se a carta de alforria do Amazonas.⁵⁶

A questão da abertura do Amazonas seria debatida na imprensa inglesa, na francesa, e dentro do próprio país, não estando, segundo Tavares Bastos, “só na minha cabeça”⁵⁷. Pelo contrário, a abertura significaria um “congraçamento com o mundo”, em contraste com a antipatia que se estava criando, especialmente nos estados ribeirinhos:

“Pretender-se-á negar que essa situação seja intolerável? Todos os que se procuram informar do juízo que geralmente se forma da política brasileira nos estados ribeirinhos, têm ouvido proferir cousas bem desagradáveis. Há uma irritação surda contra o Brasil desde o Orinoco até ao Prata. Vê-se no Império um pretensioso ou um usurpador. As mais estranhas calúnias acreditam-se ali contra o nosso governo; e essa paz armada, que tão cautelosamente observam os nossos vizinhos do Prata, talvez seja muito breve a norma política de todos os outros. O exclusivismo atrai-nos a antipatia. Só a franqueza, só a idéia americana pode congraçar-nos com o mundo.”⁵⁸

Combatendo o “direito convencional”, que conferia aos ribeirinhos o uso exclusivo do vale do Amazonas, o deputado, valendo-se de um argumento que era uma reedição do utilizado anteriormente pela diplomacia norte-americana interessada na abertura, afirmou que se baseava na razão, no estudo do direito natural e nas conveniências econômicas e políticas da abertura⁵⁹:

⁵⁶ *Cartas do solitário*, p. 197-198. Esta passagem de Bastos mostra equivocar-se Arthur César Ferreira Reis, quando afirma que o deputado alagoano tomou partido pela abertura do Amazonas em razão de ignorar uma correspondência de “agentes informantes” que indicavam pretensões dos americanos, em relação à região, as quais se englobavam numa política imperialista do Sul dos Estados Unidos (CAVALCANTI, T. B.; MENEZES, D.; REIS, A.C.F.; DIÉGUES Jr., M.; CALMON, P. O pensamento político de Tavares Bastos. *Ob. cit.*, p. 91-94). Trata-se, essa suposta ignorância de Bastos, de algo que é negado pela própria construção de seus argumentos, resumidos até aqui, a qual é realizada inclusive para negar a existência daquelas pretensões.

⁵⁷ *Cartas do solitário*, p. 199.

⁵⁸ *Idem*, p. 202.

⁵⁹ *Idem*, p. 205. Conforme vimos, tratava-se de uma idéia que tinha sido instrumentalizada no começo da década de 1850, pela própria diplomacia americana, ao procurar convencer o governo

“E essa transformação julgo-a tão infalível como exigida por todas as considerações de ordem, de paz, de progresso e de liberdade, por todos os princípios do direito natural, da lei racional.”⁶⁰

Com o jusnaturalismo, Bastos combinou utilitarismo, na defesa da abertura do rio:

“o que distingue o grande século democrata, em que vivemos, é essa tendência de todos os espíritos para acharem a pedra filosofal do bem-estar.(...) Hoje não se quer saber das glórias fantasmagóricas de outras eras, de pompas custosas, de cortes brilhantes, de grandes monopólios, de um poder fictício, de uma ostentação inútil. Hoje, é preciso trabalhar para viver, e vive-se trabalhando. *Todos os homens de todas as raças, de todos os continentes, são chamados pelo gênio cosmopolita, que é o distintivo do gênero humano, a partilharem e a concorrerem fraternalmente para a produção do mundo, isto é, para a riqueza, para a iluminação, para o progresso, para a moralidade, para o bem-estar dos povos.* Eis o Evangelho, não humildemente beato, mas o Evangelho nobre, solene, caritativo, fraternal, o Evangelho como Cristo o pregou.”⁶¹

Valendo-se da crítica à inutilidade, do ponto de vista da produção de riquezas, Tavares Bastos afirmou que não se podia fazer da região do Amazonas um “tesouro improdutivo” dos ribeirinhos; era preciso, disse ele, abri-la à “bandeira humanitária do comércio universal”⁶².

A política respeitada pelos “estadistas”, a do “direito exclusivo dos ribeirinhos”, além de ser contrária ao “direito natural”, também seria oposta aos princípios do direito positivo das gentes, sancionados pelas nações mais adiantadas, como revelariam, por exemplo, os Tratados de Viena e a Convenção de 7 de novembro de 1857 sobre o Danúbio⁶³:

“Essa recente convenção sobre o Danúbio; todos os esforços hoje triunfantes na Europa para a abolição dos embaraços à navegação dos estreitos e rios, quais as taxas de parada, de passagem, de ancoragem, etc.; todas as reformas de tarifas, supressões de direitos diferenciais, igualdade dos pavilhões, franquezas para o comércio estrangeiro, liberdade para o comércio nacional; todo esse movimento geral da Europa remanuseando a sua antiga constituição industrial, depois de haver transformado a sua constituição política, pode parecer estranho e inútil aos nossos estadistas que pararam na escola do *Espírito das leis*, mas são para nós

brasileiro no sentido da abertura do rio. A missão de William Trousdale teria fracassado, segundo Nícia Vilela Luz, justamente por lançar mão do argumento segundo o qual os grandes rios seriam mares livres, “por direito natural ao comércio do Mundo” (LUZ, Nícia Vilela. *Ob. cit.*, p. 152.).

⁶⁰ *Cartas do solitário*, p. 206.

⁶¹ *Idem*, p. 206-207; itálico nosso.

⁶² *Idem*, p. 207.

⁶³ *Idem*, p. 209-210.

acontecimentos com os quais o Brasil será solidário, mais cedo ou mais tarde. Assim o acredita a imprensa européia; e, resumindo o nosso trabalho publicado em maio último, o *Times* dizia há pouco que não há razão para se seguirem no Amazonas princípios diferentes daqueles que se observam noutros rios em condições idênticas.”⁶⁴

Alinhavando ainda argumentos contra a exclusividade da exploração da região do Amazonas, Tavares Bastos apontou uma incoerência no posicionamento do governo imperial, que teria aderido a uma política liberal no Rio da Prata, em que possuía duas alfândegas, a de Uruguaiana e a de Albuquerque⁶⁵, mas que insistia em sustentar a exclusividade de navegação do Amazonas, alertando o deputado para a má repercussão que esse posicionamento poderia obter na Europa, prejudicando a emigração de europeus para o Brasil⁶⁶. Essa incoerência na política do governo imperial em relação à navegação dos rios já era apontada pelos partidários da liberação do Amazonas uma década antes, segundo Nícia Vilela Luz. Entretanto, conforme esta autora, não haveria incoerência na atitude do governo brasileiro, em razão de que, no Prata, tinha defendido uma abertura somente para os países ribeirinhos⁶⁷ e, no Amazonas, adiava a abertura aos vizinhos somente por conta de um necessária discussão anterior sobre limites:

“(…) O Brasil, a despeito da alegação em contrário dos partidários da livre navegação, nunca sustentou doutrina tão contraditória de reclamar no Prata o que recusava na Amazônia. Apenas protelou a solução da questão, sob alegação de ser necessário um ajuste prévio de limites. (...)”⁶⁸

Além de contribuir para a constituição de uma boa imagem para o país, que dessa forma não passaria por incoerente, a abertura deveria ocorrer, segundo Bastos, por diversos outros motivos. Em primeiro lugar, ela contribuiria para a prosperidade de duas grandes províncias, o Pará e o Amazonas, cujo progresso estaria embaraçado pela “política

⁶⁴ *Idem*, p. 210-211.

⁶⁵ *Idem*, p. 214. “Para patentear o espírito de nossa política atual no Rio da Prata, recordarei as insistências, diligências e ameaças de guerra, de que nos servimos a fim de obrigar o presidente López a abolir os vexames com que pretendeu tolher-nos a passagem para Mato Grosso, vexames de que o presidente se servia para obter a nossa adesão às suas propostas acerca de limites.” (*Idem*, *ibid.*)

⁶⁶ *Idem*, p. 213.

⁶⁷ LUZ, Nícia Vilela. *Ob. cit.*, p. 149.

⁶⁸ *Idem*, p. 116.

japonesa”⁶⁹ do governo. O contato com o estrangeiro através do comércio livre dos rios viria trazer “ar para os pulmões” dessas províncias. Sua constituição econômica transformar-se-ia, pois haveria uma atração de braços para a região, cujos portos se desenvolveriam, promovendo uma maior concentração da população⁷⁰. Nada comparável seria o serviço prestado pela Companhia do Amazonas, que monopolizava o comércio da região, por conta de pesada subvenção do governo imperial:

“Não pretendo negar que a Companhia do Amazonas nasceu de uma idéia patriótica, nem deslustro o merecimento real do distinto cidadão a cuja atividade e inteligência devemos agradecer ter-se realizado o pensamento da Lei de 1850. Mas, brasileiro e homem do progresso, o Sr. Barão de Mauá reconhece certamente que trancar o Amazonas é impor às nossas ricas províncias do Equador e às repúblicas vizinhas a lei do monopólio da florescente e poderosa companhia de navegação fundada em 1852. Monopólio, digo, porquanto, ainda que se tenha resgatado em 1854 o privilégio exclusivo a ela concedido por trinta anos, ainda que hoje outra qualquer se possa fundar para o mesmo fim e para prestar o mesmo serviço, é contudo evidente que nenhuma empresa poderá concorrer com essa. Com efeito, além dos vapores que possui, dos capitais realizados, do fundo de reserva, a Companhia do Amazonas percebe do Estado uma subvenção de *setecentos e vinte contos* anuais, correspondente às três linhas de Belém a Cametá, de Belém a Manaus e de Manaus a Tabatinga, além dos 120.000 pesos fortes pela viagem até Nauta, a que o Peru se obrigou pelo contrato de 1859, ultimamente findo. (...)”⁷¹

Contra essa política de privilégio, a liberdade dos rios - que “promoveria o trabalho, aumentaria as transações, derramaria a abundância, povoaria os desertos e multiplicaria os transportes” - restauraria a “ordem natural das coisas”⁷², favorecendo a “prosperidade real do país e a abundância do tesouro”⁷³.

Valendo-se do mesmo argumento que utilizou para defender o fim do monopólio da navegação costeira, Tavares Bastos insistiu na idéia de que a política imperial de fechamento da região amazônica, que tanto prejudicaria uma província como o Pará, por exemplo, seria decorrência da forma monopolista do governo central lidar com as províncias, particularmente as do Norte:

“Do Rio de Janeiro olha-se hoje para as províncias, para as do Norte principalmente, com o mesmo olhar de Lisboa para o Brasil de outrora. Maus presidentes, e de seis

⁶⁹ Essa denominação da política brasileira no Amazonas como “política japonesa” Tavares Bastos a tomou de Maury, conforme nos informa ainda Nícia Vilela Luz (*Idem*, p. 67).

⁷⁰ *Cartas do solitário*, p. 221.

⁷¹ *Idem*, p. 222.

⁷² *Idem*, *ibid.*

⁷³ *Idem*, p. 224.

em seis meses um novo; magistrados políticos, funcionários ignorantes; afilhadagem, patronato, escândalo, imoralidade, tirania, abusos, delongas e dependências para todos e os menores negócios, eis o que as províncias recebem da Corte. Se não houvesse nelas uma convicção profunda de que, ainda assim, sempre é melhor viverem unidas no seio da paz interna, do que desunidas, na anarquia, eu não sei o que sustentaria a integridade do Império. O que há de pior no Brasil é a gente que o governa: as províncias o sabem por longa experiência. O governo central ignora a sua missão: o das províncias!... Pertenço à escola que pouco se lida do governo. Para mim, o melhor é o que se imiscui menos na indústria, na religião, nas artes, nas ciências, nas letras, nos direitos civis, no que é próprio e exclusivo da atividade individual. (...)

Não sei quem assentou de dizer em Portugal, há muitas dezenas de anos, que a liberdade comercial é pior do que a peste; e cada ministrinho dos nossos repete de boca em boca: É pior do que a peste! – Grandes homens sem dúvida! O futuro far-lhes-á justiça, que já lhes distribui às mãos cheias o estrangeiro desinteressado.”⁷⁴

A política dos “ministrinhos” brasileiros em relação às províncias nem de longe assemelhar-se-ia ao “espírito de justiça” da política inglesa – o “espírito fraternal do evangelho” – em relação às suas próprias colônias:

“(…) Comparai essa política liberal [dos ingleses] com o pensamento acanhado e receoso de nossa política em relação às províncias. Estas não têm para o governo brasileiro a importância que ao inglês inspiram as mesmas colônias. E é talvez porque ignoram o caminho por onde vai o mundo que os nossos estadistas teimam em fechar o Amazonas ao comércio universal, em amarrar uma província riquíssima ao carro pesado do egoísmo, da intolerância, da timidez, da impotência, da inércia do governo central.”⁷⁵

Como complemento indispensável à abertura do Amazonas, Tavares Bastos defendeu, já nas *Cartas do solitário*, o estabelecimento de uma linha de vapores entre Nova Iorque e o Rio de Janeiro (carta XXIX)⁷⁶. A necessidade dessa linha configurar-se-ia por dois motivos. O primeiro residiria em que, aberto o Amazonas, haveria o estabelecimento, para a região, de uma corrente de imigrantes europeus que não encontrassem na Califórnia ou no Mississipi “as antigas condições de prosperidade”. Em segundo lugar, a vastidão das relações comerciais entre o Império – o Pará especialmente – e os Estados Unidos já exigiria essa linha de vapores. Como tais relações deveriam prosperar, ela mais necessária ainda se faria⁷⁷.

⁷⁴ *Idem*, p. 226-227.

⁷⁵ *Idem*, p. 230.

⁷⁶ *Idem*, p. 232.

⁷⁷ *Idem*, p. 232-233.

Favorecendo particularmente a província do Pará, essa linha de vapores não desinteressaria ao sul do Império, que tinha como grande consumidor do seu café “o habitante das margens do Mississipi, o operário de New York, o plantador da Flórida, o mineiro da Califórnia”⁷⁸.

Alinhados os argumentos favoráveis ao estabelecimento da linha de navegação a vapor, Tavares Bastos tentou convencer de que não seria uma empresa brasileira a mais adequada para colocá-la em prática. No caso desse tipo de navegação, a inferioridade do Brasil seria manifesta, como o provaria a Companhia Brasileira de Paquetes, que além do privilégio, ainda gozava de subvenção para a sua atividade:

“(...) Navios ronceiros alguns, pequenos outros, mal tripulados, mal comandados, sem asseio, sem pontualidade; péssima direção, serviço sem regularidade, subvenção fortíssima, fretes caros, tarifas exorbitantes, tais são os resultados de um grande monopólio, que só existe por bem de alguns acionistas e de alguns empresários, que só existe porque neste país frutificam e se enraízam todos os abusos. (...)”⁷⁹

A linha de vapores entre Nova Iorque e Rio de Janeiro deveria ser entregue a uma empresa americana, que, desfeito o monopólio da cabotagem no Brasil, se encarregaria também desta navegação:

“(...) Eu só compreendo um meio eficaz de termos boa e barata navegação a vapor costeira: é o de abolir-se o privilégio, dito nacional, da cabotagem, e entregar-se aquela navegação a uma das companhias estrangeiras. A meu ver, nenhuma poderia fazer semelhante serviço com mais proveito recíproco do que a linha de New York ao Rio de Janeiro. E eis como: A companhia deveria ter duas linhas gerais, a primeira de Nova York a S. Tomás, e a segunda desta ilha ao Rio. Os pontos de escala na costa do Brasil seriam, para os grandes vapores da segunda linha, Pará, Pernambuco e Rio somente. Mas cada um desses portos de escala dever-se-ia considerar uma *estação* donde partissem, com pequenos intervalos (de dez em dez dias pelo menos), vapores menores para fazerem a cabotagem entre o Pará e Pernambuco, entre Pernambuco e Rio. A navegação completar-se-ia para o Sul até

⁷⁸ *Idem*, p. 234.

⁷⁹ *Idem*, p. 235. A Companhia Brasileira de Paquetes era a que recebia maior subvenção do governo geral. Conforme relatório do ministério da Agricultura publicado em 1861, ela recebia 1.008:000\$000 por ano; depois, vinha a Companhia do Amazonas, que recebia 612:000\$000. Outras dez companhias recebiam subvenções que variavam entre 12:000\$000 e 200:000\$000. No total, 2.049:000\$000 eram concedidos às doze companhias que faziam a navegação de cabotagem no Império (MELLO, Manoel Felizardo de Souza. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861. Disponível em <http://www.wcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1945/000235.html> a 00238.html. Acesso em 28/06/03).

Montevideu (base de nossas relações com o Alto Paraguai, Uruguai e Paraná), contratando-se isso com a mesma ou com uma das companhias transatlânticas. Insisto em julgar mais proveitoso o contrato com a empresa americana porque a natureza dos interesses, a maior comodidade dos fretes de seus navios e o preço de seus vapores concorrerem para tornar as respectivas *subvenções menos pesadas aos cofres*.⁸⁰

Vê-se, pelas últimas palavras da citação acima, que o contrato com uma companhia estrangeira não implicaria, na proposta de Tavares Bastos, uma ausência total de auxílio estatal para suas atividades. O que aconteceria seria apenas que este auxílio, segundo o discurso do deputado, seria menos oneroso aos cofres públicos. É esta mesma concepção que encontramos na passagem em que o autor informou que a idéia da linha de navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos, bem como a da navegação costeira por companhia americana, já tinha sido proposta por Dr. Rainey⁸¹. Este, juntamente com outros americanos, teria dirigido

“em 1856, uma representação ao Congresso dos Estados Unidos, pedindo o subsídio de \$180.000, para o estabelecimento de uma linha de paquetes a vapor entre New York e Savannah nos Estados Unidos, e Pará ou Maranhão no Brasil, tocando nas ilhas de S. Tomás e Barbados, em Demerara, e talvez em outros lugares.

(...)

Enfim, devo acrescentar que o próprio Sr. Dr. Rainey, no mesmo intuito, ofereceu à presidência do Pará em 1855, e ao governo imperial em 1856, duas propostas ou memórias. Pessoa autorizada asseverou-me que o Sr. Dr. Rainey não duvidaria estender o serviço até o Rio de Janeiro, se, além dos 360:000\$ que esperava do governo americano, o Brasil lhe garantisse apenas 100:000\$ mais. Creio que não poderia haver um negócio mais vantajoso.”⁸²

A proposta de Rainey, tão vantajosa na argumentação de Tavares Bastos, tivera, segundo afirmou este último, o apoio de Rego Barros, presidente do Pará até 1855, e do *Correio Mercantil*, mas não granjeara mais que a indiferença do governo imperial.

⁸⁰ *Cartas do solitário*, p. 236; itálico nosso.

⁸¹ Este Dr. Rainey, conforme informação do deputado Carvalho Reis, em discurso de 25 de julho de 1862, tinha relações com Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo, quando este foi ministro brasileiro em Washington: “Apresentou-se há anos um empresário, que no país tem depois dado provas de sua capacidade para levar a cabo semelhante empresa, o Sr. Dr. Rainey: na companhia Ferry desta corte há demonstrado que muito bem desempenharia a navegação entre o Brasil e os Estados Unidos. Trouxe dali as melhores recomendações, inclusive as do nosso ministro, que era então o Sr. Carvalho Moreira. (...)” (Sessão em 25 de julho de 1862, p. 235.)

⁸² *Cartas do solitário*, p. 238.

Mais rápidas comunicações entre o Brasil e os Estados Unidos, permitidas pelo estabelecimento da linha de vapor proposta, contribuiriam para a “reforma moral do país”⁸³, haja vista que os Estados Unidos seriam o “rendez-vous do mundo civilizado”⁸⁴. Essa reforma aconteceria com uma abertura para o exterior que significasse, afirmou o deputado mais uma vez, promoção da imigração:

“É preciso mudar de hábitos, é preciso pôr outra alma no corpo do brasileiro. E eu não conheço senão um meio eficaz para isso, a saber: abrir francamente as portas do Império ao estrangeiro, colocar o Brasil no mais estreito contato com as raças viris do norte do globo, facilitar as comunicações interiores e exteriores, promover a emigração germânica, inglesa e irlandesa, e promulgar leis para a mais plena liberdade religiosa e industrial.”⁸⁵

O ataque de Bastos ao monopólio não se restringia à defesa da liberdade de crédito e indústria e de exploração das riquezas provenientes do transporte de mercadorias nos rios e mares brasileiros. Ele esteve presente também no tratamento que deu à “questão servil”. Que esta também se incluíria na mesma problemática das anteriores, fica claro no seguinte trecho, de uma carta que o autor escreveu mais tarde para o secretário da *British and Foreign Anti-Slavery Society*:

“(…) Nous sommes un peuple malheureux, car le passé ne [nous] a legué qu’un pernicieux capital de préjugés: à peine depuis quelques années, commençons nous à nous débarasser de nos vêtements portugais et à consacrer sur une large échelle, dans les questions économiques, *les principes féconds de la liberté du travail et de la concurrence universelle; ce mouvement ne tardera pas à se prononcer davantage et à s’emparer de la question servile*. La civilisation des peuples est comme un plan incliné; une conquête pousse l’autre. Le mouvement sera d’autant plus fécond d’autant plus énergique, qu’il sera plus spontané, plus national. [ilegível]un mot que l’Angleterre nous aide qu’elle ne nous contraigne pas!”⁸⁶

⁸³ *Idem*, p. 241.

⁸⁴ *Idem*, p. 242.

⁸⁵ *Idem*, p. 241.

⁸⁶ “Africains et esclaves”. Exposição de Tavares Bastos sobre o problema da escravidão no Brasil enviada a L. A. Chameroozow, secretário da Sociedade Britânica e Estrangeira contra a escravidão. Rascunho. 37 tiras. 1865. *Coleção Tavares Bastos*, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 10. 03.31.48; itálico nosso. Cumpre notar que, ao que indicam os documentos contidos no seu arquivo, Bastos não mantinha correspondência frequente com essa sociedade. As informações que enviou nessa carta resultaram de pedido circunstancial do secretário Chameroozow, datado de 08 de maio de 1865: “J’ai vu votre nom mentionné dans une lettre de M. Fletcher, reproduite par les journaux américains et relative à la question de l’émancipation des noirs, c’est pourquoi je prends la liberté de vous envoyer copie d’une lettre que j’ai, moi même, adressée à un de nos correspondants à Rio M. le D. Manoel Galvão – en février 1865.(…) Témoin de votre intérêt pour cette grande question du jour, j’espère que vous me pardonneriez de vous importuner pour obtenir les informations que vous pouviez me transmettre (...)” (*Idem, ibid.*).

Neste trecho da carta escrita em 1865 por Tavares Bastos a L. A. Chameroozow, ficava explícita a consideração da “questão servil” como fazendo parte dos problemas cuja solução resultaria das luzes da perspectiva da liberdade mercantil irrestrita. Além disso, o autor demonstrava, nesse momento, um posicionamento contrário a pressões do governo britânico no sentido de acabar com a escravidão no Brasil. Essas pressões tinham como símbolo a manutenção, ainda em 1865, do *Bill Aberdeen*, ato com que o parlamento britânico tinha autorizado, em 1845, que navios ingleses apreendessem navios brasileiros suspeitos de tráfico.

Tratava-se de uma disputa que se fazia aparentemente entre brasileiros e ingleses, haja vista que era expressa, como nos indica a própria carta de Bastos, em conflitos entre governos. Entretanto, outras fontes mostram que não se pode explicar essa luta em torno da questão da escravidão no Brasil levando-se em conta meramente a nacionalidade dos envolvidos. No interior da própria Inglaterra, e entre os ingleses com atividades mercantis no Brasil, havia críticos severos do posicionamento do governo inglês na manutenção do *Bill Aberdeen* e na adoção de uma postura extremamente arrogante, por parte da diplomacia britânica, no trato que tinha estabelecido com o governo brasileiro no encaminhamento dessa questão. É essa divisão no interior da própria Inglaterra que é possível notar no livro *Notes on brazilian questions*, escrito pelo diplomata William Christie em 1864 e publicado em 1865⁸⁷, com a intenção de responder a críticas à sua atuação no Brasil no começo da década - publicadas no *Daily News* -, e de defender a manutenção do *Bill Aberdeen*. O livro de Christie, composto principalmente de artigos escritos para aquele mesmo jornal, a título de defesa, apresentava uma “Nota” preliminar intitulada “ ‘Cartas do solitário’ do Dr. A. C. Tavares Bastos”.

Tendo em mente a citação da carta a Chameroozow, em que Tavares Bastos se contraporia ao governo inglês, imagináramos que Christie fazia, nessa nota, crítica ao

⁸⁷ Na tentativa de defender as suas posturas, Christie mostrou que havia envolvimento de comerciantes ingleses no tráfico e que não havia relação entre a dificuldade de se ter um tratado de comércio favorável com o Brasil e o *Bill Aberdeen*. Fez notar ainda a existência de vínculos muito fortes entre o governo brasileiro e comerciantes e banqueiros de Londres (CHRISTIE, W. D. *Notes on Brazilian Questions*. London and Cambridge: Macmillan and Co., 1865, p. LXIX.). A participação de negociantes de diversas nacionalidades, inclusive ingleses, no tráfico de escravos foi apontada numa bibliografia minuciosamente examinada por João Eduardo Finardi Scanavini em *Anglofilias e anglofobias: percursos historiográficos e políticos da questão do comércio de africanos (1826-1837)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.

deputado brasileiro. Mas não se tratava disso. O texto do “*solitário*” era trazido à discussão justamente para ancorar as proposições do diplomata inglês. Datada de 1º de janeiro de 1865, a nota iniciava-se com a afirmação do autor de que o seu trabalho já estava impresso, quando recebera do Rio de Janeiro a 2ª edição das *Cartas*, que fora lançada em 1863. Após breve apresentação de Tavares Bastos ao público inglês, afirmava existir uma coincidência do posicionamento do deputado em relação ao assumido pelo governo britânico, no tocante à questão dos *emancipados*:

“Dr. Tavares Bastos quotes in his work, from the *Diário do Rio*, the same account of the difficulties in the way of freedom for the *emancipados* which, some months later, was used in the House of Commons by Lord Palmerston. (...)”⁸⁸

Essa referência ao *Diário do Rio* aparecia no “Apêndice” que Tavares Bastos acrescentou à carta na qual abordou a questão dos africanos livres. Nesse texto, o deputado de fato criticou diretamente o posicionamento do governo central brasileiro diante das exigências do governo inglês, em relação à libertação dos africanos emancipados pelas comissões mistas. Bastos citou favoravelmente uma nota de Lord Russell, então diretor do *Foreign Office*, em que este formulava queixas contra o governo brasileiro, por não ter dado resposta às notas do agente diplomático britânico acerca dos africanos *emancipados*:

“O governo central é o primeiro a dar o mau exemplo do escândalo.
(...)”

A sua falsa posição perante o governo inglês inspira assim receios mais e mais graves.

A perspectiva de uma séria questão internacional transparece da nota em que, a 6 de junho, o conde Russell formulava as queixas do seu governo contra o nosso. A propósito das relações diplomáticas, dizia o ministro inglês: ‘O governo de Sua Majestade tem todas as razões para estar satisfeito com o procedimento amigável e cortês do governo brasileiro. É notório, porém, que desde muito este último não tem habitualmente atendido às representações que lhe hão sido dirigidas pelos agentes diplomáticos de Sua Majestade ao Imperador do Brasil, e como prova disto pode-se mencionar que seis notas dirigidas ao governo, no espaço decorrido entre 19 de dezembro de 1860 e 7 de abril de 1862, ficaram, senão sem resposta, ao menos sem resposta satisfatória.’ (...)”⁸⁹

Ao endossar, em 1863, as queixas formuladas por Russell, os argumentos de Tavares Bastos eram perfeitamente instrumentalizáveis, em 1865, pelo enviado diplomático

⁸⁸ CHRISTIE, W. D. *Ob. cit.*, p. XVII.

⁸⁹ *Cartas do solitário*, p. 269.

de Sua Majestade Britânica, no ataque que este último realizava aos procedimentos do governo brasileiro em relação às reivindicações do governo inglês⁹⁰. Christie retomava também os argumentos do “solitário” contra o tráfico costeiro, para apoiar as suas próprias posições, defendendo-as da acusação de resultarem da impertinência e autoritarismo de um representante britânico:

“Dr. Tavares Bastos speaks also of the coasting traffic in slaves, which is treated of in Chapter VIII of the following work, and which has been defended by the ‘Brazilian agent’ in his character of ‘Friend to both Countries’. The Brazilian author of the ‘Cartas do Solitário’ speaks of it as an abomination. ‘It is’, he says, ‘in any case undeniable that there is nothing more barbarous than this traffic, which tramples under foot all the respect due to the ties of family and the requirements of decency.’”⁹¹

Conforme vemos, era apontada a concordância de Tavares Bastos com o posicionamento do diplomata, no que dizia respeito a dois pontos importantes da argumentação que este último iria desenvolver contra o governo brasileiro e a favor da manutenção do *Bill Aberdeen*. Com efeito, o cotejo entre as *Notes*, que expressavam as opiniões de Christie quanto ao tráfico, aos emancipados e à escravidão em geral, e as *Cartas do solitário*, nos mostra uma proximidade muito grande de concepções. As *Cartas* referentes à escravidão foram escritas no período mesmo em que Christie se encontrava no Brasil, em novembro de 1861, e consideravam cada um dos pontos frisados pelo diplomata inglês em suas notas ao ministério brasileiro. Elas consistiam em três artigos. O primeiro, de 5 de novembro de 1861, tratava da condição dos africanos livres e emancipados, mostrando que os tratados com a Inglaterra e as leis brasileiras eram totalmente desconsiderados, principalmente a lei de 7 de novembro de 1831, que em seu artigo 1º

⁹⁰ A diplomacia britânica no Rio de Janeiro exigia especialmente providências em relação aos africanos trazidos para o Brasil depois da lei de 1831, que proibira o tráfico, e aos africanos emancipados pelas comissões mistas de julgamento das apreensões feitas em navios brasileiros no período de ilegalidade do tráfico, até 1845 (GRAHAM, Richard. *Brasil-Inglaterra, 1831/1889*. In: ELLIS, Myrian et al. *Brasil monárquico: declínio e queda do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 143-144 [História geral da civilização brasileira, t. 2, v. 4]).

⁹¹ CHRISTIE, W. D. *Ob. cit.* p. XX.. Bastos foi novamente citado no capítulo IV, sendo seu texto referido como tendo sido enviado por Mr. Baillie, *chargé d'affaires* no Rio, a Lord Russel: “(...) A Brazilian writer, Tavares Bastos, whose statement was sent to Lord Russel by Mr. Baillie in December, 1861, says: ‘No account has ever been rendered of these deposits, nor with these means has any commencement been made of the re-exportation of those Africans who might choose to return. So clearly was this a formality, that from the budget of the 21st of October, 1843, until the

“garante a liberdade de todos os escravos entrados de fora para os portos ou território do Brasil, excetuando os de embarcações estrangeiras de países onde há escravidão, e os fugidos das mesmas, etc.”, e em seu artigo 2º “submete os importadores, além das penas que lhes impõe, às despesas da reexportação para a Costa d’África, *reexportação*, diz a lei que o governo fará efetiva com a maior brevidade possível, contratando com as autoridades africanas para darem um asilo aos escravos”⁹².

Desrespeitada a lei nessa determinação de reexportação dos africanos ilicitamente importados, estes passaram, sob orientação de sucessivos avisos, a serem consignados para serviços públicos e particulares, primeiramente só no município da corte, depois nas capitais de província e, finalmente, em qualquer localidade do Império⁹³. Com base no alvará de 26 de janeiro de 1818, esses serviços prestados pelos africanos livres somente poderiam ser realizados dentro de um prazo de 14 anos, findo o qual a emancipação definitiva seria obrigatória. Do mesmo modo que a primeira, esta segunda determinação também fora desprezada, em virtude, segundo Bastos, do egoísmo não só dos particulares, mas também do governo:

“Veremos, meu amigo, que, assim como se faltou à primeira promessa, assim se desprezou a segunda, relativa ao prazo dentro do qual se extinguiria para o africano a obrigação de servir, ou ao Estado ou a particulares. Disponde a vossa benévola atenção. O assunto é curioso, e vale a pena percorrer os monumentos do passado para encontrar no meio das suas ruínas a tradição e o fio de uma iniquidade presente. Talvez se pense que há grande inconveniência em tratar de um assunto semelhante. Tranqüilizem-se, porém, os vossos leitores. Não se trata de levantar uma propaganda contra a ordem pública. Meu intuito não é o de uma filantropia ardente e provocadora. Tenho só por fim pedir toda a atenção do governo para a efetividade da derradeira garantia deixada ao africano, a de emancipar-se concluído o prazo da lei.”⁹⁴

Na publicação desta carta em livro, em 1863, Tavares Bastos adicionou a ela, numa nota de rodapé, uma resenha, publicada originalmente em 13 e 15 de julho de 1862 no *Correio Mercantil* por seu redator, Francisco Otaviano, sobre a “correspondência trocada

present, those wages began to be classified among the items of the ordinary income of the State.” (Idem, p. 48. O trecho citado por Christie se encontra na Carta IX.).

⁹² BASTOS, A. C. Tavares. *Cartas do solitário*, p. 69.

⁹³ Idem, p. 70-71.

⁹⁴ Idem, p. 73.

entre o governo imperial e o de Sua Majestade Britânica”, texto em que era elogiada a atuação da legação inglesa em geral, e a de Christie, em particular:

“A leitura da correspondência entre o governo britânico e seus agentes nos países estrangeiros, apresentada ao Parlamento na sessão deste ano, causou-nos vivo prazer, não só por encontrarmos aí a prova de que o governo britânico está hoje convencido plenamente da cessação do tráfico no Brasil e da impossibilidade de sua renovação, repelida pelo voto nacional, como também por termos visto a maneira amigável e atenciosa com que a legação inglesa nesta Corte tem procurado discutir com o nosso governo o grave assunto da emancipação dos africanos livres. (...)”⁹⁵

Mais adiante, havia referência direta a Christie e Lord Russell:

“(...) Cumpre dizer que as notas da legação inglesa ao nosso governo e os ofícios por ela dirigidos a Lord J. Russell respiram sempre a maior cordialidade e o desejo de chegar-se a soluções favoráveis aos africanos, sem entretanto, se criarem embaraços ao Brasil. Este procedimento amigável, aliás espontaneamente iniciado pelo Sr. Christie, foi depois expressamente recomendado por Lord J. Russell (...)”⁹⁶

Uma perspectiva positiva em relação ao posicionamento do governo inglês na questão do tráfico de escravos se encontrava com toda clareza na carta de 12 de novembro de 1861, voltada a essa questão. Mostrando que a Inglaterra não fora o primeiro país a reprimir o tráfico, Bastos afirmou que o procedimento dos ingleses, ao contrário do que diziam os seus críticos, não se explicaria somente por interesses comerciais:

“(...) O comércio de carne humana não podia ser coisa legítima, nem indústria verdadeiramente proveitosa, desde que o vemos abolido por alguns dos Estados Unidos, que já possuíam escravos; desde que igualmente o vemos repellido pela França, apesar dos plantadores das suas colônias, senhores também de escravos. Ainda mais: a nação, que no tráfico tinha encontrado o meio de aumentar a lavoura por escravos de colônias importantes como a Jamaica, a Guiana, o Cabo e outras, a Grã-Bretanha, enfim, associou-se à política generosa já encetada. A lembrança desses fatos bastaria, meu amigo, para aniquilar a objeção de egoísmo e interesses comerciais, que se encontra desde o princípio nestes assuntos. Começando por si mesma, a Inglaterra deveria concorrer para que a justiça também se fizesse no continente e fora dele. (...)”⁹⁷

Na carta seguinte, de 19 de novembro de 1861, era ainda mais forte a valorização da conduta da Inglaterra. A energia do governo inglês, na exigência de repressão ao tráfico, segundo o argumento de Bastos, seria consequência da má atuação dos traficantes e do

⁹⁵ *Idem*, p. 76-77, nota 15.

⁹⁶ *Idem*, p. 79.

⁹⁷ *Idem*, p. 82.

governo brasileiros. O *bill Aberdeen* seria um “absurdo intolerável”, mas congruente com a “atitude provocadora dos traficantes e a imbecilidade do nosso governo”, que

“exigiam um procedimento enérgico. A inutilidade das notas e a impotência dos cruzeiros eram manifestas. Promulgou-se, pois, o *bill Aberdeen*, e instou-se pela execução dos compromissos e das leis. A esse procedimento de Inglaterra chamou-se arrogância e crime contra o direito internacional. É sem dúvida o *bill Aberdeen* um absurdo intolerável perante o direito das gentes; um absurdo que arrastará outros, como essa visita que um oficial da marinha britânica pretendeu fazer há poucos dias a bordo de um vapor surto em nosso porto; um absurdo que, em casos tais, sobretudo, só merece uma represália enérgica, violenta, brutal mesmo, e nunca (com vergonha o dizemos) simples reclamações em papel, se é que se fizeram e se, feitas, obtiveram resposta. Seja como for, porém, é certo que o proceder do gabinete de St. James era uma consequência do nosso. A sua violência devia estar na razão inversa da nossa fraqueza, da nossa cumplicidade moral com os traficantes.”⁹⁸

Na seqüência, era afirmada a necessidade do Brasil ter gratidão pela Inglaterra:

“Não pretendemos absolver a política dos ministros ingleses a respeito do Brasil. Mas desejamos lembrar que ela tinha um fim todo proveitoso para nós, a rápida extinção do tráfico; desejamos, ainda, que se estudem os motivos e se faça justiça às intenções de um povo, a que não devemos nunca ceder a honra certamente, mas que havemos de estimar e prezar como o nosso melhor amigo. Deixemo-nos de zelos internacionais e de receios de dominações, que já não podem ter lugar no século em que vivemos. Façamos justiça, pois, aos que a merecem. *Saibamos ter como povo uma virtude que tanto honra os indivíduos: a gratidão.* Foi a Inglaterra que obteve a abertura dos portos do Brasil ao comércio do mundo, em 1808, o maior fato de nossa história colonial. Foi a Inglaterra que fez o rei de Portugal declarar que, ainda volvendo a corte à Europa, o Brasil continuaria a ser governado como reino unido, o que valia o mesmo que apressar a independência. Foi ainda a Inglaterra que, no tratado de 19 de fevereiro de 1810, fez escrever que nunca se estabeleceria no Brasil a Inquisição. Foi a sua intervenção, finalmente, que tornou menos sanguinolenta, mais fácil e mais breve a nossa independência.”⁹⁹

A Inglaterra não teria agido, ao contrário do que diziam os seus críticos, conservadores como Paulino de Souza, movida por interesses comerciais. Tanto seria assim que, no caso da questão dos direitos aduaneiros diferenciais sobre os açúcares, conforme a sua procedência das colônias britânicas ou de países estrangeiros,

“pelo Ato de 15 de fevereiro de 1845, o *Parlamento inglês*, a instâncias de Sir Robert Peel, e apesar da oposição violenta dos abolicionistas, *diminiu e igualou os mesmos direitos sem distinção alguma da qualidade livre ou escrava dos produtores.* (...) Um exame desinteressado do assunto convenceria do que dizemos.

⁹⁸ *Idem*, p. 94.

⁹⁹ *Idem*, itálico nosso.

Bastava considerar que era a Inglaterra quem fazia o mais extenso comércio com o Brasil. Para que pudéssemos consumir os produtos variados das suas ricas manufaturas, sabiam os fabricantes ingleses que era preciso que a nossa agricultura prosperasse, que o Brasil fosse feliz. Seria um absurdo acreditar que, empobrecendo-nos, tirariam maior vantagem do comércio conosco.

O que dirigia o Parlamento e o gabinete inglês era certamente um motivo poderoso; era o mesmo que levantar no seio do país uma propaganda tão enérgica que pode em pouco tempo abolir, com sacrifício enorme, a escravidão nas colônias; era o espírito religioso, a caridade cristã. (...)”¹⁰⁰

Argumentando como se os interesses das manufaturas britânicas coincidissem com os interesses gerais da Inglaterra, Bastos podia isentar o governo inglês de interesse comercial, atribuindo a ele o motivo da “caridade cristã”, no posicionamento contrário ao tráfico e à escravidão em geral.

O fim do tráfico também atenderia, segundo Bastos, aos “interesses brasileiros”. Isto porque o comércio de escravos trazia o prejuízo de concorrer com a imigração, que teria sido mais vantajosa para o Brasil. O político não estabelecia uma contradição entre trabalho escravo e trabalho livre, mas assinalava como perniciosa a circunstância de que a “tendência para o trabalhador africano, ou a procura de seu serviço, aumentava na proporção em que extinguíam as primeiras tentativas de colonização européia, estabelecendo demais contra esta uma concorrência terrível”¹⁰¹. Terrível porque chegava a obstar a imigração, fato que teria sua “prova mais evidente” no pequeno desenvolvimento dessa última depois de 1850¹⁰².

Tal preferência pelo comércio de escravos, em comparação com a promoção da imigração, seria condenável porque, além de um “horror que confrangia o coração”, o tráfico era um “erro industrial”¹⁰³, em razão de que trazia prejuízos econômicos para a África e para o Brasil¹⁰⁴. A imigração européia não poderia fornecer o mesmo número de braços que o tráfico, mas, mesmo assim, poderia suprir a necessidade de mão-de-obra, uma vez que o trabalho do europeu seria muito superior ao do africano, superioridade que compensaria a diferença numérica de homens¹⁰⁵. Bastos principiava dizendo, com base na

¹⁰⁰ *Idem*, p. 95-96; itálico nosso.

¹⁰¹ *Idem*, p. 70.

¹⁰² *Idem*, p. 90.

¹⁰³ *Idem*, p. 86.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 87-88.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 88.

“ciência” e na observação, que “o trabalho escravo se acha na razão de metade para o trabalho livre”¹⁰⁶, visto que, além do homem branco “ser muito mais inteligente que o negro”, “tem o incentivo do salário que percebe, do proveito que tira do serviço, da fortuna, enfim, que pode acumular a bem de sua família”¹⁰⁷.

Mais adiante, o autor aumentava a disparidade entre a atividade do branco e a do negro, estabelecendo uma proporção ainda mais desvantajosa para o trabalho escravo: “um terço de emigrantes europeus é igual, quanto à produção, a um número dado de africanos”¹⁰⁸. Essa disparidade aconteceria porque, enquanto “o trabalhador livre, no seio de sua família, de ordinário reproduz-se de um modo lisonjeiro”¹⁰⁹, não seria, em contrapartida, “raro o ano em que o número de óbitos excedesse nas fazendas ao de nascimentos, mesmo não grassando a febre amarela ou o cólera, que tantos estragos causaram nelas principalmente”¹¹⁰. Além disto, os escravos africanos morriam em grande quantidade durante o transporte ou já em terra, pelas moléstias adquiridas na viagem¹¹¹. Mas o autor não parava por aí, não se detendo no apontamento de diferenças que seriam passíveis de se expressarem em números; considerava também que “o europeu é incomparavelmente superior ao africano quanto à qualidade dos produtos e à variedade das indústrias e culturas que pode exercer. É um fato que dispensa demonstração”¹¹². Haveria, entre o branco e o negro, “o abismo que separa o homem do bruto”¹¹³.

¹⁰⁶ *Idem, ibid.*

¹⁰⁷ *Idem, ibid.*

¹⁰⁸ *Idem*, p. 89. Tavares Bastos fundamentou esta proporção que estabeleceu nas experiências das colônias de parceria, escrevendo num momento em que elas, segundo Emília Viotti da Costa (*Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 109-167), e Verena Stolcke e Michael M. Hall (A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984, p. 95) se encontravam em grande descrédito. Considerando o descontentamento dos proprietários com o sistema de parceria já no final da década de 1850, Emília Viotti da Costa traz uma informação que nos leva a pensar no estabelecimento, por parte dos fazendeiros, de uma relação entre o trabalho livre e o trabalho escravo inversa à que estabeleceu o autor das *Cartas*: “(...) Na Fazenda São Lourenço, em Rio Claro, citava-se o caso de uma família que cuidara apenas de 420 pés, o que não dava nem para cobrir as despesas com os juros sobre o adiantamento. Enquanto isso, o escravo cuidava, em média, de três mil pés, chegando às vezes até a 3.500. (...)” (*Ob. cit.*, p. 126-127).

¹⁰⁹ *Cartas do solitário*, p. 88.

¹¹⁰ *Idem*, p. 88-89.

¹¹¹ *Idem*, p. 89.

¹¹² *Idem*, p. 90-91.

¹¹³ *Idem*, p. 88.

Por conta da preocupação com a conveniência econômica, Bastos pensava ter sido um erro a cessação súbita do tráfico, sem o desenvolvimento de uma política de imigração adequada. Tal erro tornaria justificáveis as queixas contra o fim do comércio transatlântico de escravos:

“(...) Além da cessação de lucros rápidos, havia para essa queixa um motivo sério. O tráfico tinha impedido e matado a emigração; estava dissimulado e quase permitido, ao ponto de se tornar o meio único de fornecer braços à agricultura. Para suprimi-lo, portanto, não se deveria ter procedido de chofre; devia-se reprimi-lo com paciência e constante energia desde a época de sua abolição (1829). O seu desaparecimento súbito, em 1850, não podia deixar de ser sensível. Foi, com efeito, este um dos maiores erros do nosso governo. Os processos bárbaros e rotineiros da nossa lavoura exigem uma perene substituição e aumento do pessoal das fazendas. Ora, não havia ainda uma corrente de emigrantes para satisfazer a essa necessidade, que o tráfico preenchia. As vistas, pois, do governo deviam voltar-se com energia para aí; e, extinguindo com uma mão o tráfico, deveria com a outra fomentar e desenvolver a colonização. (...)”¹¹⁴

Tal política de colonização não deveria se pautar, como a existente, no “sistema de esbanjamento, afilhadagem e desperdício, que caracteriza o governo brasileiro”, e deveria estabelecer como “primeiro cuidado” o

“destacar alguns pequenos lotes de terrenos próximos dos grandes povoados do litoral, demarcá-los, cobri-los de edifícios provisórios, e, feitas algumas derrubadas, entregá-los a colonos, poucos mas bons. Cada um destes núcleos seria um atrativo poderoso, que mais tarde facilitaria aos agricultores nacionais o meio de conseguir braços.(...)”¹¹⁵

Facilitar “aos agricultores nacionais o meio de conseguir braços” também era uma questão que estava na base das teses que Bastos defendeu, nas Cartas VI e VII, acerca da relação entre o Estado e a Igreja. Nesses textos, opôs o “espírito liberal” ao “espírito clerical”; defendeu o princípio do estado laico, a liberdade plena de consciência e de culto¹¹⁶, porque restrições a esta liberdade viriam a prejudicar a colonização, baseada na importação de europeus¹¹⁷, favorecendo o perigo da emigração africana e o da importação de *coolies*:

¹¹⁴ *Idem*, p. 99.

¹¹⁵ *Idem*, *ibid.*.

¹¹⁶ *Idem*, p. 60.

¹¹⁷ Esta questão se fez presente no já citado discurso do deputado na Câmara, em 18 de julho de 1861. Nele, indagou o ministério quanto à sua intenção de promover ou não um projeto de casamentos acatólicos, que a Câmara tinha enviado ao Senado no ano anterior, sendo esse, em sua

“(…) Desde que o estrangeiro reconhecer que a liberdade de crença é apenas uma palavra no Brasil, poderá procurar-nos com entusiasmo?”¹¹⁸

“(…) A esta liberdade absoluta de crenças, não menos que a seu espírito independente, devem os americanos do Norte a grande e rápida prosperidade, a que atingiram, por meio de uma espantosa emigração.

Quando se pensa nisto; quando se considera que o futuro do Brasil está intimamente ligado ao desenvolvimento da colonização; quando se sabe que é um perigo pensar na emigração africana, e um absurdo na importação de *coolies*; quando todos os olhos se voltam para a grande terra da Alemanha, concebe-se que autoridades demasiadamente escrupulosas pretendam contra a lei opor embaraços ao livre curso do pensamento, sem o que não há emigração possível?”¹¹⁹

O posicionamento que em 1861 Bastos tomou em relação ao tráfico e aos africanos emancipados se aproximava do adotado pelo governo britânico, ao qual o deputado não se mostrava econômico em elogios. Quatro anos mais tarde, em 1865, momento em que o próprio Christie instrumentalizou textos de Bastos na Inglaterra, este último revelou, conforme vimos em citação da carta a Chameroozow, uma mudança de posição, a qual se relacionava a modificações das circunstâncias vividas por Bastos na política brasileira. Opositorista no segundo semestre de 1861, em 1865 Bastos era um líder da maioria que apoiava o gabinete Olinda na Câmara. Não podia, portanto, adotar uma perspectiva contrária ao governo que, nesse momento, tinha rompido as relações diplomáticas¹²⁰ com o governo inglês.

opinião, assunto do maior interesse “a bem da imigração e da moralidade” (Sessão em 18 de julho de 1861, p. 219).

¹¹⁸ *Cartas do solitário*, p. 62.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 63.

¹²⁰ William Christie tinha solicitado a retirada do representante inglês numa comissão mista criada por Convenção de 1858, com a finalidade de atender as “reclamações, que continuamente surgiam entre o Brasil e a Grã-Bretanha”, quando tiveram lugar os episódios cujos desdobramentos redundaram no rompimento das relações diplomáticas entre as duas nações: o naufrágio, em junho de 1861, da barca inglesa *Prince of Wales* na costa do Rio Grande do Sul e a prisão, em junho de 1862, de três oficiais da marinha de guerra britânica da fragata *Fort*, os quais, à paisana, desafiaram um posto policial. Quanto ao primeiro incidente, o governo inglês exigia indenização por roubo da carga que, levada pelas ondas à praia, tinha desaparecido; como reparação do ato de prisão dos oficiais ingleses, que tinham sido libertos assim que foram identificados, Christie exigia “castigo rigoroso da sentinela insultada”, “demissão do alferes que os prendeu, censura ao chefe de polícia da Corte e seu substituto, além de plena satisfação pelo ultraje”. Como o governo brasileiro se recusou a cumprir todas essas exigências, o governo britânico, em 31 de dezembro de 1862, bloqueou, com embarcações de guerra, o porto do Rio de Janeiro a navios brasileiros. “Cinco embarcações brasileiras apresadas e transportadas para a baía das Palmas, em águas territoriais. A nave capitânea ficava dentro do porto, ameaçando desembarque de parte da guarnição.” A reação da população foi furiosa, dirigindo-se “contra os comerciantes, o consulado e a Legação britânicas. A polícia teve de recorrer à tropa de linha”. Diante desse desdobramento, Christie recuou e aceitou

Propostas de liberdade de navegação e de estabelecimento de uma linha de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque foram apresentadas a partir de 1862 na Câmara dos Deputados, no período em que a liga progressista, de que Bastos fazia parte, experimentou o exercício do poder. No encaminhamento delas, ficou explícito que constituíam questões que polarizaram os “conservadores puros” e os “conservadores moderados”, e que levaram estes últimos a se afastar de seus antigos correligionários para se aliar aos liberais. Porém, não existia unidade em torno dessas questões também no interior da própria Liga, já que não havia consenso quanto à conveniência e urgência das propostas advogadas por Bastos. Foram estas propostas defendidas com empenho por um grupo dentro da Liga mas, ou não foram consideradas como urgentes, ou chegaram a sofrer oposição por parte de outros membros dela. Tais medidas foram aprovadas nos períodos em que a chefia do gabinete foi exercida por Olinda¹²¹, mas foram vistas sem entusiasmo ou sofreram oposição nos ministérios presididos por Zacarias¹²². E a discussão sobre a linha Rio - Nova Iorque acabaria resultando na própria queda do gabinete presidido por esse progressista, em agosto de 1864.

A Liga Progressista que, conforme vimos, obteve resultados eleitorais que abalaram o domínio do Partido Conservador no Rio de Janeiro e em outras províncias, em 1860, alcançou o poder executivo geral depois de duras disputas que, nos anos de 1861 e 1862, se estabeleceram no interior daquele partido, na Câmara. Entretanto, a fração “moderada”, que

arbitramento nos dois casos (MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte de Inglaterra*, p. 178-179). Em nota ao governo britânico em 5 de maio de 1863, o representante brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, estabeleceu condições mínimas para que se mantivessem as relações amigáveis entre os dois países, depois das represálias sofridas no Rio de Janeiro. Tais condições consistiam em que o governo britânico exprimisse “o seu pesar pelos fatos que acompanharam as represálias”, que declarasse “que não tivera a intenção de ofender a dignidade e de violar a soberania territorial do Império”, e, em relação aos danos materiais resultantes do apresamento, que o governo britânico “atendesse, mediante liquidação arbitral, à reclamação feita em favor dos interessados” (Citado em MENDONÇA, Renato. *Ob. cit.*, p. 180.) O governo britânico recusou-se a atender as reclamações do governo brasileiro, que declarou, então, rompidas as relações entre os dois países, solicitando Carvalho Moreira os passaportes de toda a legação brasileira em Londres (*Idem*, p. 182).

¹²¹ Nos ministérios que governaram de 30 de maio de 1862 a 14 de janeiro de 1864 e de 12 de maio de 1865 a 2 de agosto de 1866.

¹²² Nos ministérios que governaram de 15 de janeiro de 1864 a 30 de agosto de 1864 e de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868.

dele se desligou para fazer uma aliança com os liberais, somente conseguiria a estabilidade necessária para o seu comando por meio de acordos com os conservadores “puros”, acordos cuja face mais visível talvez seja a recorrência ao expoente político conservador Marquês de Olinda, que, conforme veremos, ascendeu à presidência do conselho em dois momentos extremamente críticos para os progressistas. Tais acordos com os “puros” denotam, além das matrizes conservadoras do grupo, a sua fragilidade política neste início dos anos de 1860.

2. Tropeços da Liga: o “passageiro relâmpago” do “gabinete dos anjinhos” e o “programa da corrupção”

“Eu respeito, senhores, as pessoas, as intenções e as luzes dos honrados cavalheiros cuja aliança constitui a liga. Mas permita ela que com a franqueza e a liberdade de apreciação que devem reinar nesta tribuna, eu declare que não a posso aceitar como partido político (*muitos apoiados*), nem reconhecer a influência da vitória das suas idéias no acontecimento de que se trata. Composta de elementos de origem e de natureza diversa, animada de aspirações diferentes e até contrárias, a liga oferece-se ante os olhos do país como uma variada coleção de cores e matizes do espectro solar.”¹²³

A Liga Progressista, formada inicialmente em algumas províncias para a eleição para a 11ª legislatura, iniciada em 1861, ascendeu ao poder executivo central com a queda do gabinete conservador Caxias-Paranhos, queda resultante de derrota do governo, por apenas um voto, quando se decidia uma questão de confiança¹²⁴, em 21 de maio de 1862.

¹²³ Torres Homem, em sessão de 27 de maio de 1862, p. 80.

¹²⁴ Não dispomos do regimento da Câmara em vigor nessa data, para a exposição precisa do sentido da “questão de confiança”. A leitura dos debates em momentos em que questões dessa natureza foram levantadas nos mostra que o estabelecimento de questão de confiança pelo governo significava o destaque de determinada medida, cuja votação passava a ter o objetivo de aferir a continuidade do apoio de suas bases parlamentares. Em tese, seria o meio de verificação da legitimidade do gabinete, na medida em que permitia contabilizar, na votação de uma questão importante para o governo, a existência ou não de uma maioria ministerial na Câmara. O desdobramento dos debates, contudo, dá a entender que o estabelecimento dessa questão era feito de acordo com intenções políticas dependentes das circunstâncias em que ele acontecia. No momento que consideraremos a seguir, Saião Lobato colocou a resposta à Fala do Trono como de confiança para demonstrar a força do gabinete de que fazia parte, gabinete que, aparentemente, o ministro

Tratava-se de uma emenda relativa à redação do final do projeto de resposta à Fala do Trono, a qual, tendo sido apresentada em 13 de maio, se encontrava em debate na Câmara desde 19 do mesmo mês. A votação que desestabilizou o gabinete foi provocada pelo deputado liberal Francisco Otaviano, em 21 de maio, na discussão da emenda, proposta por Zacarias no dia 19, num discurso em que este declarou - e tentou prová-lo através do exame das medidas propostas pelos diversos ministérios -, que “*têm os que negam apoio ao governo razão de sobra não só para repelir o período final do projeto de resposta mas para desejar que o poder passe a outras mãos.*”¹²⁵

Visando desautorizar o ministério, Zacarias tinha apresentado a emenda dizendo ser ela necessária em razão de que o projeto de resposta em discussão diferiria dos estilos seguidos na Câmara e no Senado, ao não se constituir numa mera paráfrase da Fala do Trono. Zacarias comparou o final desta fala com o período final do projeto de resposta, mostrando que os conteúdos dos dois eram diferentes. Enquanto a fala terminava aludindo em geral e amplamente às “necessidades do país”, para cujo provimento a coroa invocava a “sabedoria e patriotismo” dos representantes da nação, a resposta restringia a amplitude dessas necessidades, interpretando erroneamente que a coroa referir-se-ia “somente às que no correr da fala indicara”¹²⁶. Isto significara que o ministério estaria não apenas intervindo nas colocações do imperador, mas também escudando-se em sua proteção.

Contra Zacarias, e em favor do gabinete, nos dias 19 e 20, falara os deputados conservadores Barbosa da Cunha e Nébias, e o ministro da justiça, Saião Lobato, que colocou a questão como de confiança ou não nos membros do ministério. A favor de Zacarias pronunciaram-se os deputados conservadores moderados Vieira da Silva (conservador moderado) e Gomes de Souza (liberal) que, depois de um longo discurso sobre a última administração da província do Maranhão – a qual revelaria “um sistema

pensava ter maioria. O seu cálculo mostrou-se equivocado, no momento da votação. Mas a intenção, de qualquer maneira, era mostrar força e, com isto, golpear a oposição. Fazer questão de confiança podia ser também um meio de obrigar uma maioria vacilante a se pronunciar a favor do governo em determinada votação, e com isto conseguir a aprovação e o próprio fortalecimento do ministério. Esse parece ter sido o caso da questão a respeito do aumento do capital garantido da estrada de ferro de Pernambuco, colocada como de confiança pelo gabinete Zacarias em junho de 1864, como veremos.

A oposição também podia provocar essas votações decisivas, levantando “moção de desconfiança”, no intuito também de mostrar a ilegitimidade ou, pelo menos, a fraqueza, de determinado gabinete.

¹²⁵ Sessão de 19 de maio de 1862, Appendice, p. 4; *italico* nosso.

¹²⁶ *Idem*, p. 3.

inteiro de política”, sinalizando as “tendências do governo atual” para a manipulação e compressão -, concluiu de um modo em que deu bem a medida das tensões do momento, sugerindo a existência de ameaças de dissolução da Câmara pelo ministério¹²⁷. Deste modo, o deputado evidenciou que, imbricado na questão de confiança ao gabinete, havia um confronto entre a Câmara e o governo, cada qual lutando por sua própria sobrevivência.

No dia 21, a discussão recomeçou com pronunciamento do conservador Bandeira de Mello que, como membro da comissão de resposta à Fala do Trono, defendeu-a da crítica que lhe tinha sido feita por Zacarias. Além disso, desdobrou o seu discurso numa defesa do ministério atacado pelo deputado moderado, defesa que é muito apartada pelo próprio Zacarias, por Saraiva, e pelos liberais Villela Tavares e Silveira Lobo. Bandeira afirmou que Zacarias não tinha apresentado razões suficientes que justificassem o afastamento do grupo conservador moderado de seus antigos correligionários, e condenou a aproximação dele com os liberais. A temperatura desta discussão pode ser imaginada no bate-boca que nessa ocasião aconteceu. O conservador moderado Saraiva e o liberal Otaviano conjuntamente aparteiavam o deputado conservador puro:

“O SR. SARAIVA: - V. Ex. tem medo dos liberais.

O SR. BANDEIRA DE MELLO: - Sim, esperávamos constituirmo-nos algum dia em maioria, mas não ligando-nos aos nossos adversários para um fim passageiro...

O SR. SARAIVA: - V. Ex. tem medo dos liberais, e nós não.

O SR. BANDEIRA DE MELLO: - O nobre deputado não tem medo dos liberais?

O SR. F. OTAVIANO: - Pois é animoso!

O SR. BANDEIRA DE MELLO: - Ouça V. Ex. o que dizem dali: - Pois é animoso!

O SR. F. OTAVIANO: - O partido liberal é um partido monstruoso!

(...)

O SR. SARAIVA: - Os senhores não tiveram medo do Sr. Paranhos, e querem que o tenhamos do Sr. Ottoni?

(...)”¹²⁸

¹²⁷ “(Depois de uma pequena pausa) Já terminei o que tinha a dizer; já expus todas as nossas queixas. Chamam-nos facciosos, ameaçam-nos com a dissolução. Que a coroa leia os nossos discursos, que os confronte com os dos seus conselheiros e decida qual de nós tem mais razão. A mim me alenta a convicção de que do nosso lado está a justiça; do lado deles a falta de cumprimento de seus deveres.

Se, porém, a coroa, em sua sabedoria, usando das atribuições que lhe competem, entender que deve dissolver a Câmara dos Srs. Deputados, guardaremos sempre nossos postos, e resignados, porém firmes, ouviremos ler o decreto de dissolução. (*Muitos apoiados*) E se eu não me engano sobre os sentimentos de todos os meus colegas da oposição, aqueles que julgaram de seu dever fazer oposição ao governo, não abandonarão seus postos pela ameaça de um simples decreto de dissolução. (*Muitos apoiados. Muito bem; muito bem.*)” (Sessão em 20 de maio de 1862, p. 27.)

¹²⁸ Sessão de 21 de maio de 1862, p. 74-75.

Bandeira radicalizou o seu discurso, atacando diretamente a Liga, fazendo a afirmação de que o rompimento dos moderados com os seus antigos correligionários era superficial, tendo-se em vista a profundidade dos vínculos que os ligariam. Tal separação se afiguraria ao “do ramo de uma árvore que se desprende dela pela epiderme, pela casca, ficando, porém, seguro ao tronco pelo centro”: os moderados estariam “presos ao tronco do grande partido, pelos princípios que sempre reconheceram e seguiram com tanto entusiasmo e com tanta dedicação.”¹²⁹ Em outras palavras, aquela oposição não tinha razões profundas, ficando apenas na superfície de desentendimentos pessoais ou interesses imediatos contrariados.

A esse discurso, sucedeu o do liberal Francisco Otaviano, lembrando que Saião Lobato tinha proposto a questão de gabinete, “não querendo que a Fala do Trono seja uma simples homenagem à coroa, mas uma homenagem ao governo”. O deputado liberal, num procedimento que mais tarde seria qualificado como oportunista pelos conservadores, disse aceitar o estabelecimento da questão de confiança nessa discussão, tendo em vista que a emenda proposta por Zacarias seria um voto de desconfiança dado ao governo¹³⁰. Otaviano defendeu a liga dos ataques que tinha recebido. Disse que existiam ainda os partidos definidos, mas que não via por que não fazerem os liberais a aliança com os conservadores moderados:

“O nobre ministro do império nos disse o ano passado que não havia no país partidos, e que eles se formariam na presença das necessidades públicas. (*Apoiados*) Eu, porém, não pertença à escola do nobre ministro do império; eu penso que há realmente no país partidos definidos com idéias e aspirações (...). Mas, se reconheço a existência de partidos, se os meus amigos não se suicidaram por uma renúncia impossível de seus princípios liberais, acaso estão eles impossibilitados de se unirem com os conservadores moderados, quando estes, não de hoje, mas de há muito, têm confessado na tribuna que é tempo de atender seriamente às idéias liberais e de aceitar-se o progresso como condição de vida para o próprio partido conservador? (*Apoiados.*) E porque havemos de recuar diante de uma aliança com esse grupo ilustrado, quando o governo também nô-la veio solicitar, pedindo emprestadas as nossas idéias?”

¹²⁹ *Idem*, p. 75.

¹³⁰ “O grupo liberal aceita a resposta ao discurso da coroa como homenagem à mesma coroa; aceita a emenda, apresentada com o nosso concurso (*apoiados*) pelo nobre deputado representante do outro grupo ilustrado e notável desta casa. (*Apoiados.*) Para nós essa emenda não significa, no momento atual, uma simples cortesia à coroa; significa um voto de desconfiança ao gabinete. (*Muitos apoiados.*) A situação é, pois, clara para os da oposição, assim como é também clara para o ministério.” (*Idem, ibid.*)

Havia, embutida na fala de Otaviano, uma provocação visando o encerramento do debate, que significaria a votação imediata da questão de confiança, num momento que, dirão os conservadores mais tarde, estavam sem maioria pela ausência de alguns deputados¹³¹.

Paranhos, ministro da Fazenda, falando pelo governo, aceitou a provocação de Otaviano, e declarou que votava pelo encerramento, numa atitude que será ridicularizada mais tarde pela oposição, em virtude da falta de habilidade que supostamente revelava, por ter sido tomada num momento em que, pela ausência de deputados conservadores na Câmara, o governo tinha perdido momentaneamente a pequena maioria de que dispunha. À afirmação que na seqüência fez o presidente da Câmara, de que “Por hora não apareceu requerimento algum” de encerramento da discussão, vozes disseram que “todos cedem da palavra”. A Câmara foi consultada e, de fato, todos cederam da palavra, e a discussão foi encerrada. Votada a emenda que significava voto de desconfiança ao gabinete, foi aprovada, com apenas um voto de diferença¹³².

Na tentativa de salvar o gabinete Caxias-Paranhos, Cruz Machado ainda pediu votação nominal, que foi rejeitada, mas aconteceu uma verificação da votação pelo mesmo método em que ela já tinha sido feita, e o resultado foi confirmado¹³³.

Seis dias depois, em 27 de maio, escolhido pelo Imperador para presidir o governo, Zacarias se apresentou à Câmara com um novo gabinete e seu programa. Mas antes que falasse o presidente de conselho, Paranhos fez uma exposição das “causas e circunstâncias” da retirada do ministério de que tinha feito parte. Segundo o ex-ministro da fazenda, “fatos anteriores à abertura do parlamento, fatos que estão no domínio público, e que têm significação muito positiva, e além destes fatos os que observamos nos primeiros dias da presente sessão, convenceram-nos de que o ministério não podia marchar com a Câmara

¹³¹ “Quando os nobres ministros acham a situação definida, e quando entendem pelo seu procedimento e pelas vozes de seus amigos que a discussão será em prejuízo dos interesses públicos, não queremos opor-lhes embaraço nem interromper a marcha do governo para realizar o ato, com que nos tem ameaçado, da dissolução. Devemos todos concorrer para que a coroa decida o que em sua sabedoria achar mais conveniente. (*Apoiados.*) Assim, declaro que prescindimos de discutir com os nobres ministros. (*Apoiados; muito bem.*)” (*Idem, ibid.*; itálico nosso.)

¹³² A diferença no número de votos foi informada em discursos pronunciados em debates posteriores.

¹³³ Sessão de 21 de maio de 1862, p. 75-76.

atual”. A prudência exigida pela posição de ministros, contudo, teria aconselhado “que aguardássemos dos fatos a demonstração prática da impossibilidade que prevíamos, ou do erro de nossa apreciação”.¹³⁴ A primeira alternativa, a da impossibilidade de convivência entre o ministério e a Câmara, é que foi demonstrada pelos “fatos”, isto é, pelo resultado da votação da emenda à resposta à Fala do Trono. Após aquele resultado, o ministério, no mesmo dia 21 de maio, se dirigiu ao Imperador e solicitou a dissolução da Câmara; entretanto, foi-lhe negada essa medida, único expediente político que poderia preservá-lo. Deste modo, Paranhos explicitou que o gabinete aceitara o desafio da Liga para forçar uma dissolução da Câmara, mas que essa manobra foi mal sucedida, em virtude da recusa da Coroa. Ao invés de acatar o pedido do ministério derrotado na votação, o Imperador entregou o governo à aliança vitoriosa, convidando Zacarias, expressiva liderança da Liga, para organizar um novo gabinete. Pedro II, nos apontamentos lançados com a data de 21 de maio no diário que escrevia nesse período, explicou a recusa da hipótese da dissolução, alegando dificuldade de então se realizarem eleições que não aparecessem como feitas pelo governo:

“21 – Pouco depois das 3 recebi notícia telegráfica de que passou na Câmara dos Deputados por 1 voto a emenda de Zacarias. Aguardando a resolução dos ministros pensei ainda mais sobre a hipótese, e, atendendo à dificuldade de uma eleição tão escoimada como seja possível da pecha de feita pelo governo caso prendesse o atual a ela, e tendo-me o próprio Caxias dito que receava a dissolução e entendia que não devia modificar o ministério, posto que parecesse referir-se a essa medida para o fim de angariar maioria, julguei mais acertado mudar de ministério escolhendo o Zacarias para organizador do ministério visto que se apresentou como chefe da liga. (...)”¹³⁵

Recebendo do imperador, no mesmo dia 21, indicação de que teria liberdade na organização do novo ministério, desde que os ministros “respeitassem a Constituição e as leis, fossem moralizados, e não quisessem a realização de reformas constitucionais”, Zacarias teria referido “que ainda não havia programa da parte dos coligados, e que apenas os liberais não tinham feito questão da entrada de algum dos seus para o ministério”. Para a composição deste, Zacarias tinha cogitado o nome do liberal Sousa Franco para a Fazenda, com a promessa de que aceitaria a legislação bancária vigente, e somente procuraria

¹³⁴ Sessão em 27 de maio de 1862, p. 79.

¹³⁵ Diário do Imperador D. Pedro II. *Anuário do Museu Imperial*. V. XVII. Petrópolis, 1956, p. 106.

“adoçá-la na execução como fizera o Paranhos”. O imperador teria observado que a posição de Souza Franco seria “de incoerência para ele” e “a falta de coerência tinha já desprestigiado a muitos ministros”, observação que teria feito com que Zacarias lembrasse de outro liberal, Dias de Carvalho, para a Fazenda, deslocando-se Franco para a pasta de Estrangeiros. Este último, entretanto, não aceitou, e não fez parte do ministério, prometendo, contudo, prestar-lhe apoio¹³⁶. Ficou então o gabinete organizado deste modo: os conservadores moderados Zacarias, na pasta do Império, Carneiro de Campos, na de Estrangeiros, barão de Porto Alegre, na da Guerra, Sá e Albuquerque, na da Agricultura, Comércio e Obras públicas, e os liberais José Bonifácio, na da Marinha, Furtado, na da Justiça e Dias de Carvalho, na da Fazenda¹³⁷.

Advertido Zacarias pelo imperador de que precisava conseguir maioria¹³⁸, não foi, entretanto, bem sucedido, fato que provocou a rápida queda do gabinete em votação da Câmara, motivo pelo qual veio a ser apelidado “gabinete dos anjinhos”. É importante acompanhar o debate dos dias 27 e 28, em que o ministério recebeu as críticas do oposição conservadora na Câmara e foi por ela derrotado por 49 a 43 votos, porque, na circunstância de ter perdido o poder por apenas um voto, como ocorreu na discussão da Fala do Trono do gabinete anterior, os conservadores se lançaram de modo desapiedado contra a Liga, dela fazendo revelações que talvez de outro modo não viessem à tona.

Afirmando ser “obrigação indeclinável” do ministério o ser justo e econômico, Zacarias expôs um programa que, procurando testemunhar o caráter concreto da Liga, incorporava reivindicações antigas dos liberais, no sentido de um afrouxamento do poder

¹³⁶ *Idem*, p. 106-108.

¹³⁷ Sessão em 27 de maio de 1862, p. 78.

¹³⁸ Nas anotações referentes ao dia 22 de maio, o imperador afirmou que, antes que Zacarias se retirasse, após uma entrevista acerca da nova organização ministerial, “disse-lhe que era preciso reunir maioria, porque eu não tinha retirado minha confiança ao ministério passado e apenas entre dois males, o da retirada dele e o da dissolução da Câmara preferira aquele como o menor; portanto não tendo o novo ministério justificado ainda minha confiança, que eu estava certo não desmentiria ele por seus atos muito dificilmente anuiria a uma dissolução se ele ma propusesse como aliás teria direito para fazê-lo” (Diário do Imperador D. Pedro II, p. 108.) Estas anotações, que mostram um imperador decidindo conforme os movimentos da política parlamentar, permitem questionar a imagem de uma vontade imperial incontestável, construída por Nabuco de Araújo e os liberais depois de 16 de julho de 1868, e confirmam interpretação de Célio Ricardo Tasinafo, segundo a qual a política monárquica não tinha seus movimentos dependente “única e exclusivamente da vontade do imperador Pedro II” (TASINAFO, Célio Ricardo. *Relatório Científico II – Bolsa Doutorado no País da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*. Processo 00/13307-7. Campinas, janeiro de 2003, p. 24).

central nos assuntos provinciais e no exercício da liberdade política do cidadão: “coibir o abuso da prisão preventiva”, “aliviar a guarda nacional, tanto quanto for possível, do serviço ordinário”¹³⁹, “fazer na lei de 3 de dezembro algumas alterações, sobretudo na parte em que a polícia administrativa anda travada e confundida com a judiciária”¹⁴⁰, e esforçar-se para “melhorar o estado” da indústria e do comércio¹⁴¹. Após a breve exposição desse programa ministerial pelo presidente do conselho, o conservador puro Torres Homem iniciou o debate, com uma manobra visando encurralar arrasadoramente o novo governo. Apontando a “vaga generalidade” dos termos do gabinete, e levantando uma “questão constitucional”, pertinente ao fato de o gabinete precedente ter sido derrubado por uma maioria circunstancial de apenas um voto, o que não daria legitimidade ao novo governo:

“Há todavia uma questão constitucional sobre a qual não posso deixar de chamar a atenção da casa neste momento mesmo, questão que tem o direito de preceder e dominar todas as outras, e cuja solução urgente interessa tanto a vida do gabinete como a verdade e a dignidade do sistema representativo. (*Apoiados; muito bem.*)

(...)

O poder passou para as mãos da oposição, que, por um laço armado à fortuna, se havia achado em maioria de um voto. (*Apoiados; reclamações.*)

(*Há vários apertes.*)

Maioria de um dia, maioria de algumas horas talvez, maioria contestada como filha da surpresa. (*Apoiados.*)

A superioridade numérica de um voto, eis o título de seu triunfo; eis a fonte única da sua pretensão de mudar a face política do país. (*Apoiados.*)

Senhores, eu compreendo bem que um partido possa constitucionalmente tomar as rédeas da administração pública com uma maioria insignificante, ou mesmo em minoria no ramo temporário da legislatura, mas com a cláusula essencial de que o

¹³⁹ A guarda nacional, criada por lei de 18 de agosto de 1831, era objeto da crítica liberal em virtude especialmente da reforma que sofreu por meio da lei de 19 de setembro de 1850, que substituiu o sistema eletivo “por nomeações feitas pelas autoridades, seja de forma indireta quando oficiais inferiores e subalternos eram nomeados pelos comandantes, seja diretamente, pelos presidentes de Província mediante proposta dos chefes dos corpos, ou pelo governo quando nomeava os oficiais mais graduados. (...)” Depois dessa modificação as “indicações influenciadas pela cor política do guarda nacional candidato tornaram-se regra nas qualificações para oficiais”.

Além da indicação dos oficiais, a instrumentalização política da guarda se operava também através da “baixa em serviço”, que foi regularizada pela mesma lei, e fazia-se presente ainda na medida da vitaliciedade dos postos de oficiais. Estabelecida “pelo Decreto de 1832 foi, inúmeras vezes, e devido a injunções políticas, alterada pela legislação provincial. Com a reforma de 1850, a vitaliciedade se restabeleceu de forma absoluta, não só como medida de segurança contra os desmandos dos adversários políticos mas, também, como medida de caráter econômico, pelo lucro que o pagamento de impostos para a obtenção das patentes acarretava.” (CASTRO, Jenne de. A Guarda Nacional. In: ELLIS, Myrian et al. *Ob. cit.*, p. 282.

¹⁴⁰ Sobre a lei de 3 de dezembro de 1841, ver nota 76 do capítulo 1.

¹⁴¹ Sessão em 27 de maio de 1862, p. 79.

seu primeiro ato seja o apelo para as urnas eleitorais (*apoiados*), afim de que estas o revistam do caráter de maioria parlamentar de que não pode prescindir. O que porém não concebo, colocando-me no ponto de vista da constituição e do bom senso, é que o ministério que deixou de preencher esta condição, não obstante a consciência que deve ter de sua penúria numérica, apareça aqui dominado pelo estranho devaneio de viver com o apoio de uma Câmara que ele está bem longe de representar. (*Apoiados; muito bem.*)¹⁴²

O deputado ainda atacou a própria liga, questionando que pudesse se constituir em um partido político e em condições de organizar um gabinete :

“Eu respeito, senhores, as pessoas, as intenções e as luzes dos honrados cavalheiros cuja aliança constituiu a liga.

Mas permita ela que com a franqueza e a liberdade de apreciação que devem reinar nesta tribuna, eu declare que não a posso aceitar como partido político (*muitos apoiados*), nem reconhecer a influência da vitória das suas idéias no acontecimento de que se trata. Composta de elementos de origem e de natureza diversa, animada de aspirações diferentes e até contrárias, a liga oferece-se ante os olhos do país como uma variada coleção de cores e matizes do espectro solar.”¹⁴³

Para atingir a liga, Torres Homem, agora conservador puro (no passado o célebre liberal “Timandro”), apontou as contradições de Zacarias, mostrando que em 5 de julho de 1861, quando ainda se aliava aos conservadores, o atual presidente do conselho tinha falado contra a aliança com os liberais, dizendo que a liga “nada produz de préstimo”, que “em política a combinação de elementos opostos em proporções iguais traz consigo esterilidade”, e que se na combinação “entram mais homens de estado de uma crença que de outra, a minoria é levada a reboque pela maioria, e sacrifica-se”¹⁴⁴.

Reafirmando o caráter passageiro da maioria progressista que derrubara o gabinete Caxias, Torres Homem disse que o atual ministério não lograria obter a maioria, porque não contaria com o apoio de seus adversários. E pediu que o gabinete desse fim a essa “situação carregada de dúvidas e incertezas”, estabelecendo alguma questão como de confiança e obrigando, assim, a Câmara a se pronunciar com clareza¹⁴⁵.

¹⁴² *Idem*, p. 79-80.

¹⁴³ *Idem*, p. 80.

¹⁴⁴ *Idem*, *ibid.*

¹⁴⁵ “(...) Dirijo-me aos próprios Srs. Ministros e a seus ilustres aliados. Em nome de seu patriotismo e de sua lealdade eu os conjuro a que escolham ou facilitem o expediente que for mais pronto, para que por uma votação significativa desta casa a questão que nos divide seja levada à alta instância constitucional donde dimana a sabedoria e a justiça da coroa. (*Numerosos apoiados. Muito bem: muito bem!*)” (*Idem*, p. 81.)

Às invectivas do conservador, respondeu empenhadamente o próprio Zacarias, valorizando o escrutínio de que resultou a sua nomeação. Afirma que, se a maioria que derrubou Caxias fosse, como disse Torres Homem, passageira, aquele gabinete não teria pedido ao imperador a dissolução da Câmara. Argumenta ainda que a manifestação daquela maioria teria sido provocada pelo próprio Paranhos, que aceitou o encerramento da discussão, não tendo havido, como sugeriu o deputado conservador, oportunismo por parte dos adversários¹⁴⁶.

Quanto à acusação de incoerência, Zacarias não perdeu a oportunidade de devolvê-la ao adversário que, tendo sido no passado um célebre liberal, mostrava-se agora como conservador “vermelho”:

“Quanto, Sr. Presidente, às incoerências e contradições que me atribui o nobre deputado pela província do Rio de Janeiro, direi, primeiro que tudo, que o nobre deputado é talvez o menos habilitado membro da oposição para arguir incoerências... (*Ouçam, ouçam.*) (...)”

Prosseguiu Zacarias declarando, sem convencer, que as suas contradições seriam apenas aparentes, que a sua afirmação anterior acerca da transitoriedade das ligas referia-se às ligas em geral, e que era acompanhada pelo reconhecimento formal de que “havia circunstâncias em que as ligas se tornam indispensáveis e se justificam...”¹⁴⁷

Em seguida, o conservador puro Pedreira reforçou os argumentos de Torres Homem, e também pediu que o gabinete estabelecesse questão de confiança. Saraiva foi quem retomou a defesa do ministério, dizendo que Torres Homem tinha sido injurioso ao afirmar que foi uma surpresa provocada pelos progressistas a votação que lhes favoreceu no dia 21 de maio. Tal votação teria resultado, sugere ainda o discurso de Saraiva, da própria inabilidade dos conservadores que, ao invés de prolongar a discussão, aceitaram o encerramento dela, num momento em que seriam derrotados na votação¹⁴⁸.

¹⁴⁶ *Idem, ibid.*

¹⁴⁷ *Idem, ibid.*

¹⁴⁸ “(...) Falava o nobre relator da resposta à Fala do Trono, declarou que achava supérflua a discussão. Meu nobre amigo pelo Rio de Janeiro [Otaviano] aceitou o conselho do digno deputado do Ceará, e desistiu da palavra, depois de ligeiras observações, declarando – que convinha com os seus amigos na decisão da questão de confiança provocada pelo ilustre Sr. Ex-ministro da justiça. O nobre ex-ministro da fazenda corre à tribuna, convém no pensamento do seu ilustre adversário, pede mesmo o encerramento, de que pessoa alguma se havia lembrado, e procede-se à votação. Eis a história do que se passou na memorável sessão em que o ministério passado foi derrotado.

Para reforçar a idéia de que tinha confiança na existência de maioria ministerial na Câmara, Saraiva afirmou que devia mesmo haver votação decisiva sobre apoio ao governo¹⁴⁹. Justificou a separação dos conservadores moderados em relação aos “puros” atribuindo-a a uma contrariedade dos primeiros em relação à condenação feita pelos últimos ao partido liberal, cuja proscricção faria fermentar o espírito revolucionário. Enquanto os “puros” queriam preservar o sistema de partido único, que seria a negação do sistema representativo, os “moderados” pertenceriam “ao número dos visionários e utopistas, que queriam o jogo regular do sistema, e se amofinavam só com o pensamento de ver o partido liberal condenado ao inferno de Dante.”¹⁵⁰

Adotando um tom mais agressivo, Saraiva apontou o que seria uma segunda diferença entre moderados e puros, diferença que diria respeito especialmente ao modo de relacionar-se com o partido liberal. Enquanto os “puros” somente aceitariam as reformas que passassem “pelo cadinho de sua sabedoria, de seu espírito de ordem e de seu patriotismo”, e apenas aceitariam alianças “com cada um dos liberais isoladamente”, os moderados desejariam “que as boas idéias, que as reformas úteis sejam realizadas por todos os sacerdotes, que se chamem eles liberais ou conservadores”. Por isso, ao invés de alianças individuais, os “moderados” fariam com os liberais “uma liga diante do país, sem outro interesse senão o de colocar em condições normais o sistema representativo”¹⁵¹.

Considerando a situação da Câmara naquele momento, Saraiva acusou os conservadores “puros” de adotarem em relação ao ministério Zacarias uma atitude que, se tomada por liberais em relação a um ministério conservador, seria por estes acoidada de revolucionária:

“Figurais, senhores, dito pelo nobre deputado pelo Rio de Janeiro (o Sr. Martinho Campos [liberal]), quanto nos disse o sempre respeitável deputado do Rio de Janeiro (o Sr. Pedreira), ou a palavra autorizada do ex-ministro da fazenda (Paranhos), e veríamos a celeuma que se levantaria naqueles bancos. A palavra – revolucionário –

Pergunto aos meus ilustres adversários: por que deixou de falar o nobre ex-ministro da fazenda, orador notável, que podia ocupar toda a sessão? Por que depois dele não ocupou a tribuna algum deputado ministerial? Se o fizessem, não teria lugar a votação, e todos os amigos com que contavam estariam reunidos neste recinto.

Não foram, pois, nem podiam ser surpreendidos, porque os nobres deputados da oposição tinham em suas mãos todos os meios de obstar à votação, e não eram tão ignorantes das disposições regimentais que não permitem semelhante abuso.” (*Idem*, p. 84-85.)

¹⁴⁹ *Idem*, p. 85.

¹⁵⁰ *Idem*, *ibid.*

¹⁵¹ *Idem*, *ibid.*

não seria talvez a mais acerba com que seria qualificado o procedimento de qualquer membro da casa que não tivesse os foros de ordeiro.”¹⁵²

Após responder à insinuação de Torres Homem, de que o ministério precisaria da generosidade dos adversários para sobreviver, dizendo que os amigos do ministério “estão dispostos a viver ou a morrer com honra”, declaração que o fez merecer “calorosos apoiados” de seus correligionários, Saraiva, numa tentativa de conferir legitimidade ao grupo político que sustentava o governo recém estabelecido, pronunciou a famosa declaração de existência de um Partido Progressista, no que foi impedido de continuar pelos risos de Paranhos e outros:

“Senhores, nós, conservadores moderados e liberais, ou antes nós que formamos hoje o partido progressista do Império... (*Murmúrio.*)

(*O Sr. Paranhos e outros riem-se.*)

O SR. SARAIVA : - Podem rir-se os nobres deputados. Acostumados nestes últimos anos a outros sucessos, devem seguramente rir-se em presença do espetáculo mais sério e mais grandioso que o país tem presenciado. Não quero continuar. (*Apoiados, muito bem.*)

(*O orador é cumprimentado por grande número de Srs. Deputados.*)”¹⁵³

Engrossando o ataque ao ministério, o conservador Teixeira Junior reafirmou que a maioria de um voto (tinha sido 42 contra 41, o resultado da votação), que tinha derrubado o gabinete anterior e feito ascender o atual, teria sido “toda ocasional”, e provocou novamente o gabinete a que estabelecesse a questão de confiança¹⁵⁴. Diante dessa revelação de força da agora oposição conservadora, que se mostrava decidida na intenção de provocar uma questão de confiança, o liberal governista Francisco Otaviano tentou salvar o gabinete; procurou neutralizar o procedimento de seus adversários, contrapondo-os ao ato da coroa que nomeara o ministério:

“um debate prévio sobre se tem ou não a aquiescência da Câmara o ato da coroa, rejeitando-se um gabinete sem ouvi-lo, sem atos, sem dilação nem mesmo para ele explicar-se sobre os meios necessários ao governo do país, é um precedente novo, é um dogma singular que não estava no programa de homens que se dizem conservadores (*muitos apoiados e não apoiados. Agitação.*)”

¹⁵² *Idem*, p. 86.

¹⁵³ *Idem*, *ibid.*

¹⁵⁴ *Idem*, p. 87.

Otaviano acusou os conservadores de, ao de imediato questionar o ministério, colocar a própria coroa em questão:

“Este novo dogma foi levado ao partido conservador pelo meu honrado colega pelo Rio de Janeiro [Torres Homem]. E tanto mais é estranhável que esse partido o aceitasse, mesmo como expediente ou má inspiração de momento, quando é certo que por este modo se vai colocar a coroa em uma situação difícil. (*não apoiados e apoiados prolongados.*) Senhores, seja-me lícito ao menos o direito da tribuna enquanto estou na maioria provisória (*risadas*); os senhores já o tiveram até com abuso.

(...)

O que pretendem os nobres deputados é obrigarem a coroa a desligar-se de sua posição neutral. (*Continuam as reclamações*). Em presença de uma situação difícil, quando o eleitor dos ministros, apreciando-a bem, chama a seus conselhos homens moderados das duas opiniões políticas, para que se possam vencer as dificuldades do momento, vós pretendeis dizer-lhe desde logo que ele se enganou (*apoiados e não apoiados*), que só vós é que podeis estar no poder, que nem mesmo consentis em ouvir o ministério que não é o vosso (*Muito bem.*)

Falastes em nome do sistema representativo; pois é em nome do sistema representativo que vos digo que não tendes esse direito senão nas grandes crises (...) Ainda assim vós mesmos, em 1848, repelistes este direito. (*Apoiados.*)”¹⁵⁵

Reforçando a idéia já lançada por Saraiva, o liberal completou dizendo que era inconstitucional o modo de proceder da oposição, que o que “pretende hoje é uma revolução no regime que nos rege”¹⁵⁶.

Contrapondo-se à afirmação dos conservadores “puros”, de que a maioria teria sido provisória, resultante de oportunismo seu, que se teria aproveitado da saída de conservadores “puros” da Câmara para pedir encerramento da discussão da questão de confiança que derrubou o gabinete Caxias, Otaviano também retomou, com ironia, o procedimento de Paranhos, que aceitou o encerramento:

“(...)Então eu propus aos meus amigos, por bem da situação que era intolerável, a que cedêssemos da palavra. O Sr. Ministro da fazenda [Paranhos] desse dia, com a sua habilidade e perspicácia, não se podia deixar surpreender por mim. S. Ex., pesando a nossa oferta de desistência, achou-a boa, e a aceitou. Ambos procedemos sem má intenção. (*Risadas.*) É verdade que o resultado não agradou aos seus amigos, que lhe tiraram o bastão de *leader* e o deram ao nobre deputado pelo Rio de Janeiro. (*Risadas.*) Mas isso não prova que tivesse havido surpresa.”¹⁵⁷

¹⁵⁵ *Idem*, p. 87-88.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 88.

¹⁵⁷ *Idem*, *ibid.*.

Na discussão de 21 de maio, que tinha redundado na votação fatídica para o gabinete Caxias, Otaviano tinha recorrido ao discurso pronunciado no dia anterior por Nabuco de Araújo - a mais expressiva liderança da liga no Senado -, “para explicar a situação do país”¹⁵⁸ : o famoso discurso do *uti possidetis*, assim chamado porque nele Nabuco atacou o monopólio exercido pelo partido conservador sobre cargos e posições importantes¹⁵⁹.

A esse mesmo discurso recorreu o aguerrido conservador baiano Fernandes da Cunha, no ataque que dirigiu à Liga. Falando logo após Otaviano, o deputado mostrou-se ferino; não via legitimidade na nova situação, não acreditava no liberalismo de Nabuco de Araújo e apontava o programa deste como sendo o “programa da corrupção”¹⁶⁰.

Quanto à mudança de gabinete, teria resultado de uma “cabala”. São estas as palavras do conservador:

“Sr. Presidente, falando francamente, eu apenas vejo nesta mudança de situação a destituição de um gabinete e a elevação de outro (perdoem-me os ilustrados membros do ministério) por efeito de uma cabala (*apoiados; muito bem; reclamações*) (...)”

À frente desta cabala, estaria Nabuco:

“Sr. Presidente, quando vejo que um homem que sempre foi apóstolo do partido saquarema, e que diversas vezes violou abertamente a constituição do Estado; quando vejo este homem transformado da noite para o dia em liberal, renunciando assim às suas antigas crenças, e até às idéias e opiniões da véspera, como as recentemente emitidas ainda o ano passado, em que apoiava o ministério decaído, e o provocava mesmo a violar a constituição, afiançando-lhe o apoio mais franco e decidido...

(*Há vários apartes.*)

Eu não tenho solidariedade nos fatos, apenas os estou analisando.

Como dizia, se esse cidadão a quem a oposição fazia daqui os seus cumprimentos e indicava à coroa como o seu homem, como o chefe da liga e a chave da situação, apontando-o para o organizador do novo gabinete; se eu vejo, Sr. Presidente, por detrás dos reposteiros a esse ilustre cidadão dominando a situação, como poderei

¹⁵⁸ Sessão em 21 de maio de 1862, p. 76.

¹⁵⁹ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, p. 431-436.

¹⁶⁰ A corrupção, associada a Nabuco de Araújo, também apareceu no Diário de D. Pedro II. Nas anotações de 21 de maio de 1862, quando relatou conversa com Caxias após a votação em que foi derrotado na Câmara, o imperador relatou que, ao dizer a Caxias que pretendia escolher Zacarias para organizar novo ministério, Caxias “lembrou-me que chamasse também o Nabuco; mas logo depois refletiu que não goza do conceito de moralizado (...)” (Diário do Imperador D. Pedro II, p. 106-107)

acreditar na sinceridade e verdade dessa política larga e generosa, dessa restauração prometida do regime representativo, das garantias afiançadas à liberdade e ao progresso? Como, enfim, poderei confiar na realidade da situação?”¹⁶¹

Apontando contradições entre discurso de Nabuco de Araújo do ano anterior e fala pronunciada um dia antes, Fernandes da Cunha prosseguiu, perguntando:

“Ora, pergunto eu, senhores, o que era o nobre senador em política quando assim falava ainda o ano passado? Não era conservador; não era nem podia ser liberal; não era da liga. O que era então? Não tinha idéias nem partido político, era um verdadeiro cético!

Mas, senhores, é este o homem que a liga arvora seu chefe para regenerar o sistema representativo e torná-lo uma verdade, realizando essa política larga e generosa do novo partido progressista, de que falou o meu honrado colega pela Bahia [Saraiva], simplesmente porque na véspera da crise ministerial teve o cuidado de declarar no senado - que já não era mais ministerial, sem nem ao menos declarar se já era conservador moderado, se liberal, ou da liga?!...”

Nabuco teria, entretanto, tentado ensaiar, nesse mesmo discurso, um programa,

“e nele desenrolar a nova bandeira da liga, ou partido progressista, que em nada se parece com o programa do gabinete, e menos com essa política larga e generosa, que ninguém sabe em que consiste”.

Esse programa, Nabuco o teria definido ao justificar o seu rompimento com o gabinete Caxias “na véspera de sua queda”, e consistiria no “programa da corrupção”:

“(…) quereis, porém, saber, senhores, qual foi o programa do Sr. Nabuco de Araújo? Perdoe-se-me o carregado das cores e o odioso da expressão, era o programa da corrupção!... (..) era o programa da corrupção, que nunca me terá por adepto, porque, repito o que já uma vez disse em outra ocasião: - Tenho uma pátria intelectual a que obedeço primeiro do que à pátria física, e nunca sacrificarei ao ídolo dos interesses políticos de ocasião, deveres, dignidade e caráter.”

Tal programa teria sido revelado quando Nabuco definiu, como motivos para a retirada de seu apoio ao gabinete passado, “a remoção do presidente e adjuntos do tribunal

¹⁶¹ Sessão em 27 de maio de 1862, p. 90. Deste discurso de Fernandes da Cunha foi recortado um pequenino trecho por Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, recorte que ocultou toda a crítica feita a Nabuco de Araújo, e permitiu utilizar a fala justamente para exaltar o então senador, confirmando a idéia de que “a imprensa toda, a maioria e a minoria da Câmara o proclamavam chefe, criador da situação” (NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, p. 439).

do comércio, o decreto restritivo da concessão de condecorações e o espírito reator do gabinete.”¹⁶²

Ao condenar o ato de remoção dos desembargadores adjuntos do tribunal de comércio, Nabuco teria abjurado de toda a sua vida passada, na qual teria adotado as mesmas atitudes. O senador, que agora acusa o ex-ministro da justiça – Saião Lobato –, teria, ele próprio, incitado e provocado este último “a aposentar forçadamente a magistrados perpétuos”, circunstância que produziria a desconfiança de que teria armado “insidiosamente um laço ao nobre ex-ministro da justiça para depois arrastá-lo”. Mais ainda, Nabuco teria tentado abrir espaço para a formação de clientela na magistratura:

“Mas, senhores, o nobre senador precisava de dar arras à magistratura para o fim de inspirar confiança à mesma. E assim não só era mister absolver-se do grande atentado praticado, mas falar aos interesses da mesma, para nela fazer clientela e compor maioria, abrindo larga porta às esperanças e aspirações da magistratura, prometendo a criação de relações em todas as províncias do Império!...”¹⁶³

Em outras palavras, na origem do rompimento com o gabinete Caxias havia uma disputa pelos postos da magistratura, na qual Nabuco de Araújo competia com outras lideranças mais poderosas do partido.

Outro mencionado ponto de divergência de Nabuco em relação ao ministério Caxias diria respeito à sua discordância com o decreto que restringia condecorações. Mais uma vez, aqui, se mostraria o “programa da corrupção”:

“(...) O Sr. Nabuco, porém, não podia governar, senhores, restringido a fazer graças e mercês e a dar condecorações! ... Ele precisava desse meio valioso de governo, para talvez comprar ou recompensar serviços em épocas eleitorais. Mas, Sr. Presidente, o que significa tudo isso senão o programa da corrupção? O que importa tudo isso senão meios de fazer clientela, de fazer só política de pessoas e interesses, política que desgraçadamente é a única, por via de regra, que se faz em nosso país?!...”

À parte esse propósito de conseguir o poder através da corrupção, a liga não teria programa: “Mas nada se sabe, Sr. Presidente, tudo se ignora a respeito da liga, exceto a sua origem e o seu fim imediato, que foi a conquista do poder, derribando o ministério passado.”¹⁶⁴

¹⁶² Sessão em 27 de maio de 1862, p. 90.

¹⁶³ *Idem*, p. 90-91.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 91.

Não foi à toa que os conservadores puros se mostraram, no dia 27, tão seguros em suas invectivas contra o gabinete. No dia seguinte, atuaram de modo em que ficou claro que tinham certeza de contar com maioria na Câmara. Nesse dia, 28 de maio, Torres Homem propôs que fosse estabelecida questão de confiança na votação de emendas feitas e aprovadas pelo Senado a uma proposição da Câmara regulando as promoções da armada. Zacarias não concordaria com algumas das disposições do projeto aprovado pelos deputados, circunstância que requereria o estabelecimento de questão de gabinete, haja vista que “não pode nem deve a Câmara com segurança cometer a execução desta lei a um ministério cujas vistas não se uniformizam com as suas. (*Muitos apoiados.*)”¹⁶⁵. A seqüência do discurso do deputado conservador, com os apartes que provoca, mostra que os progressistas pareciam já contidos, e os “puros”, fortalecidos. Torres Homem continuou a sua fala:

“O SR. TORRES HOMEM: - Sr. Presidente, há questões de gabinete por sua própria natureza, e há questões de gabinete por convenção dos partidos e dos próprios ministros. (*Muitos apoiados*)

(...) Não se admirem, pois, que sobre um projeto de tamanha importância, qual o da promoção da armada, eu estabeleça essa questão, à vista do antagonismo em que está a Câmara com o ministério a tal respeito.

O SR. SILVEIRA LOBO: - V. Ex. traz a maioria na algibeira? (*Risadas.*)

O SR. TORRES HOMEM: - A maioria desta Câmara está no seu posto (*apoiados*), posto do decoro e do dever, que ela há de manter em atitude alta e digna. (*Apoiados; muito bem.*)

(*Há vários apartes.*)

Aceitai a prova que vos indico e ofereço, e a maioria da Câmara se apressará a mostrar que sabe cumprir a missão constitucional. (*Muitos apoiados.*)

(*Cruzam-se diversos apartes.*)

(...)

O SR. C. OTTONI: - Consideram-se maioria quando foram derrotados por uma votação da Câmara!

O SR. BARBOSA DA CUNHA: - Derrotados por uma surpresa!

O SR. F. OTAVIANO: - Não temos presidente; se o tivéssemos não se chamaria surpresa uma votação da Câmara.

(...)

O SR. TORRES HOMEM: - (...) Em nome de todos os meus amigos vou pois propor o adiamento deste projeto como questão de confiança; afim de que a votação significativa da casa faça cessar a posição dúbia e inconstitucional em que nos achamos. (*Muitos apoiados.*)”¹⁶⁶

¹⁶⁵ Sessão de 28 de maio de 1862, p. 100.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 101.

Numa última cartada, Zacarias ainda falou, repetindo a acusação de que os conservadores, ao atacar o gabinete desde a sua entrada na Câmara, sem esperar pelos seus atos, mostravam que tinham críticas não ao ministério, mas ao poder moderador que o nomeara¹⁶⁷. E declarou que não era bem cabida a questão de confiança na proposta de adiamento de Torres Homem:

“Que sofreguidão é essa? Fiquem os membros da oposição certos de que o governo deseja tanto como eles uma votação que revele claramente se pode ou não contar com maioria, mas nem por isso está disposto a aceitar como questão de confiança a do adiamento do projeto de promoções da armada, a que não liga importância alguma. (...).
(*Sussurro prolongado; trocam-se muitos e repetidos apartes.*)”¹⁶⁸

Contrapondo-se a essa fala, Paranhos interveio, dizendo que Zacarias fugia de uma situação que ele próprio, no dia anterior, pediu que a oposição criasse, adotando, além disso, uma atitude sem precedentes, ao colocar a coroa na discussão. Afirmou que era necessário, que “é da dignidade dessa maioria e do gabinete que a Câmara se manifeste e saiba o país qual a política que deve presidir aos seus destinos. (*Apoiados.*)”¹⁶⁹ E a justificativa para a questão de confiança estaria na própria fala do presidente do conselho no dia anterior¹⁷⁰.

A Câmara aprovou o encerramento da discussão. Otaviano fez requerimento de votação nominal, e a casa também aprovou. Votado então o requerimento de adiamento de Torres Homem, foi aprovado por 49 votos contra 43, ficando visível a falta de apoio numérico do gabinete, pela diferença de 6 votos¹⁷¹.

Sem maioria, o gabinete Zacarias fez o mesmo que tinha feito Caxias, alguns dias antes: pediu ao imperador a dissolução da Câmara. E do mesmo modo que ocorreu com o presidente conservador puro, recebeu resposta negativa. Pedro II, relatando a reunião com os ministros, disse ter exposto “que dois ministérios pertencentes aos dois grupos em que se dividia a Câmara não tinham tido maioria para governar e que não desejando recorrer à dissolução senão em último caso faria nova tentativa”. Afirmando que o ministério que viesse a dissolver a Câmara “haveria de fazê-lo para consultar eu a Nação com toda a

¹⁶⁷ *Idem*, Appendice, p. 36.

¹⁶⁸ *Idem*, Appendice, p. 36-37.

¹⁶⁹ *Idem*, p. 102.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 103.

¹⁷¹ *Idem. ibid.*

liberdade de voto”, pediu a Zacarias indicação de um nome para organizar novo gabinete, e este lhe lembrou o nome de Abaeté, que recusou o convite, por não ter manifestado ainda suas opiniões tendentes mais para o lado liberal. Abaeté indicou Torres Homem e Albuquerque, recusados pelo imperador, e, por fim, o veterano Olinda. Ainda conforme o relato do imperador, pensou em chamar novamente Caxias, com um ministério diferente do anterior, mas foi desaconselhado a fazer isso por Abaeté, que argumentou que tal procedimento faria com que “digam que o ministério Zacarias só teve por fim revelar a fraqueza da liga nas Câmaras”¹⁷².

O Imperador optou, então por Olinda, dado seu prestígio, sua autonomia frente às facções políticas e sua longa experiência de atuação em momentos de crise, requisitos capazes de lhe garantir maioria na câmara, ou para dirigir novas eleições, no caso da necessidade de uma dissolução. Foi o que disse D. Pedro II, em um papel entregue ao Marquês, no momento do convite para organizar novo ministério:

“O ministério Caxias, aliás moderado, não teve maioria; o passado também a não teve; mas a reflexão ainda poderá dar maioria a um ministério que tenha o cunho de imparcial, e quando não o consiga o caráter de imparcialidade o habilita para presidir às eleições, caso seja inevitável a dissolução. (...)”¹⁷³

No dia 31 de maio, apresentou-se na Câmara o novo gabinete, que o marquês de Olinda constituiu a partir de uma lista de nomes que lhe foi oferecida pelo próprio D. Pedro, no papel acima mencionado¹⁷⁴. Era este o ministério: o próprio Olinda, na pasta do Império, visconde de Maranguape, na da Justiça, marquês de Abrantes, na de Estrangeiros, Joaquim Raimundo de Lamare, na da Marinha, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão na da Guerra, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu na da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e visconde de Albuquerque na da Fazenda¹⁷⁵.

¹⁷² Diário do Imperador D. Pedro II, p. 113-114.

¹⁷³ *Idem*, p. 114.

¹⁷⁴ *Idem*

¹⁷⁵ Sessão em 31 de maio de 1862, p. 105.

3. A trégua na Câmara e a abertura em aditivos: o envolvimento de Tavares Bastos com a Liga

Olinda se apresentou com a mesma brevidade que marcava toda aparição sua na Câmara, afirmando que os princípios do ministério se encontravam nas opiniões e atos passados de seus membros, e que nos negócios administrativos o seu gabinete adotaria a Fala do Trono como seu programa. O debate foi aberto pelo liberal Martinho Campos, deputado que foi o único a se declarar abertamente em oposição ao gabinete. Essa sua atitude de oposição, justifica Martinho, se devia à formação do ministério, que era “absoluta e inteiramente alheia” à Câmara dos Deputados¹⁷⁶. Tratar-se-ia de uma organização ministerial que se justificaria em situações extraordinárias, diferentes daquela vivida no momento:

“Nesta conjuntura, Sr. Presidente, não me é possível declarar-me ministerial. A organização do atual ministério, por elevada que seja a opinião que formo de alguns de seus membros, não me deixa neste recinto outra posição, senão a de uma grande desconfiança.”¹⁷⁷

O gabinete ouviu ainda outras manifestações um tanto desconfiadas, como a do liberal da liga Villela Tavares, que afirmou que não iria embarçar o ministério, mas que parecia haver uma força estranha que impedia a presença liberal no poder¹⁷⁸. Mas ninguém mais, além de Martinho, declarou-se francamente em oposição. Tanto o conservador Torres Homem quanto o conservador moderado Dantas e o liberal Brandão o apoiaram. Saraiva exaltou o gabinete, por dar garantias à liga, apresentando uma *neutralidade* que seria algo louvável no momento:

“Como, pois, condenar por falta de motivo plausível a solução que o país presenciou? O que temos, senhores? Um ministério, em o qual a liga progressista tem garantias, porque tem amigos, que ainda há pouco defendiam seus princípios, acoroçoavam suas aspirações. (*Muitos apoiados.*) É certo que os ilustres cavalheiros a que me refiro estavam fora da luta, e hoje ocupam um terreno neutro. Mas não será isso um triunfo? E não será ainda um triunfo do parlamento? Creio sinceramente que o é. (*Numerosos apoiados da liga.*)

Em lugar de termos um ministério parcial, um ministério votado aos interesses de um partido, temos a fortuna de encontrar um ministério neutro, que de certo defenderá nossos legítimos interesses (*apoiados; muito bem.*); que saberá manter a

¹⁷⁶ *Idem*, p. 109.

¹⁷⁷ *Idem*, p. 110.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 113.

liberdade do voto em toda a sua pureza, porque se acha numa posição sobranceira a todas as paixões. (*Apoiados; muito bem.*)”¹⁷⁹

Tavares Bastos não se envolveu nos debates sobre política geral nos momentos de derrota de Caxias e ascensão e queda de Zacarias. No mês de maio de 1862, sua atuação aconteceu com mais intensidade fora do parlamento, com a publicação em livro das *Cartas do solitário* referentes às medidas relativas à navegação. Na Câmara, declarou apenas mais tarde, em 3 de junho, sua postura em relação ao ministério Olinda e à Liga. Neste momento, discordou de Saraiva, ao negar a existência de neutralidade no ministério. Afirmou que a fisionomia do gabinete se assemelhava à da Liga, isto é, constituía a “sentença condenatória das opiniões sustentadas por nossos ilustres adversários”. Afirmando que o ministério atual “representa o programa da liga”, vista já como um partido, declarou não entender como podiam os conservadores apoiar o ministério:

“Membro de um partido que hoje se levanta afortunado, que caminha esperançoso para um futuro brilhante, eu tenho a satisfação de ver que o ministério atual, em que avultam caracteres respeitáveis, de forma alguma pode contrariar as tendências desse partido. O que maravilha-me, Sr. Presidente, é que, *significando a organização do mesmo ministério a condenação de uma maioria eventual que nesta casa levantou-se para deitar por terra o gabinete de 24 de maio, os honrados membros dessa maioria eventual não se julguem afrontados na sua nova atitude de governamentais.* Custa a compreender isto, porque se a fisionomia do presente ministério alguma coisa significa entre os partidos militantes, não é senão uma sentença condenatória das opiniões sustentadas pelos nossos ilustres adversários. No sistema representativo, uma maioria que triunfa tem, em regra, direito ao poder; mas o poder não se acha nas mãos dos nossos antagonistas. Para mim, Sr. Presidente, a situação está mais que muito clara; para mim a situação representa-se definida; o triunfo definitivo do partido da liga parece-me inevitável.”¹⁸⁰

Continuando no ataque aos conservadores, Bastos respondeu àqueles que, durante o período da rápida troca de gabinetes em maio, tinham atacado a liga, “a que tenho a honra de pertencer”. Os adversários confundiriam “uma coalizão eventual com uma liga formada de elementos capazes de se combinarem para um fim determinado”:

“De coalizões acidentais e passageiras, temos exemplos no nosso próprio país. Essas nasciam numa tarde para dissolverem-se na manhã seguinte. Mas atualmente não se trata disso, trata-se de uma liga. A diferença não reside só na palavra.”¹⁸¹

¹⁷⁹ *Idem*, p. 111.

¹⁸⁰ Sessão em 3 de junho de 1862, p. 23; itálico nosso.

¹⁸¹ *Idem*, *ibid.*

As coalizões acidentais teriam sido “alimentadas por despeitos e interesses pessoais”, e ter-se-iam desvanecido “por idênticos motivos”; tais alianças “sem princípios definidos, sem um fim comum elevado, são por certo prejudiciais à causa pública e destituídas de força moral”. Esse não seria o caso da liga progressista, que estaria cimentada por um programa de “reformas úteis”, e pela “guerra à oligarquia”:

“(…) A liga, porém, que nós ostentamos é uma aliança séria e de natureza diversa. Não nasceu ontem, não data da véspera; tem sido formada pelos acontecimentos, pressentida no espírito público, e proclamada, mais ou menos claramente, nos conselhos da nação. Ela recorda essa outra liga poderosa que na mesma Inglaterra, em nossos dias, graças aos esforços combinados dos Cobden, O’Connell e Peel, promoveu e realizou uma série de importantes reformas.

Acredito na permanência da aliança em que estou cooperando, porque ela tem um ponto de contato comum a todos os seus membros, - a guerra à oligarquia pavorosa que assombra o país (apoiados) e propõe-se à realização de medidas manifestamente populares e altamente úteis.

Se ela outro incentivo não tivesse, este por si só já seria bastante forte. Caminhando para um fim político, os nossos amigos não esquecem a necessidade palpitante de *rever-se a lei de 3 de dezembro, a reforma das guardas nacionais por um modo diferente daquele que propôs o Sr. ex-ministro da justiça, as garantias do voto do cidadão e condições protetoras da liberdade individual.* Nas questões administrativas, o nosso programa é antigo, e aspira à maior liberdade possível, à descentralização em todos os ramos do serviço público, à redução do funcionalismo, à limitação da ingerência administrativa, à simplicidade e brevidade dos processos e fórmulas geralmente adotadas nas estações públicas.

E, pois, quando podemos indicar uma série de idéias importantíssimas a respeito das quais estamos de perfeito acordo, poder-se-á dizer que a liga é uma coalizão passageira que não tem em mira reformas úteis, que se apresenta sem opiniões feitas, sem um programa distinto, sem um fim nobre a preencher? (*Apoiados*)¹⁸²

A esse discurso inflamado de Bastos, em que foram expostos o programa e os motivos da liga, respondeu no dia seguinte o conservador Paranhos. Este moderadamente afirmou que o gabinete atual não significava o triunfo da liga, e sim uma combinação que inspiraria confiança aos dois lados da Câmara, “pela moderação de seus princípios e por sua longa experiência”, e que “pode satisfazer às necessidades mais urgentes da pública administração, desviando-nos desse recurso extremo [a dissolução] de que os dois ministérios transatos tinham julgado indispensável lançar mão.” Ao contrário do que expusera Bastos, “se o apoio que os nobres deputados membros da liga prestam ao gabinete

¹⁸² *Idem*, p. 23-24; itálico nosso.

30 de maio é coerente e decoroso, coerente e decoroso é sem dúvida nenhuma o apoio que meus amigos e eu também prestamos ao gabinete. (*Apoiados.*)¹⁸³

Na discussão que em apartes a essa fala de Paranhos foi feita, Ottoni, tal como Bastos, questiona o apoio dado pelos conservadores ao ministério atual:

“O SR. OTTONI : - Há uma diferença; o atual presidente do conselho deu apoio franco e decidido ao ministério saído da liga.

O SR. PARANHOS: - O ministério atual se compõe...

O SR. SILVEIRA LOBO: - São fáceis de contentar! (*Risadas.*)

(...)”¹⁸⁴

Na resposta que no mesmo dia deu a Paranhos, Bastos reafirmou que o ministério não seria neutro. Pelo seu programa, disse ele, esse gabinete “filia-se a um dos lados desta Câmara, e esse lado, Sr. presidente, não é por certo aquele a que pertence o Sr. ex-ministro da fazenda.”¹⁸⁵

Declarando Bastos ser o gabinete “do lado da Câmara” a que ele pertencia, o deputado foi diligente, e já anunciou, em 8 de julho de 1862¹⁸⁶, e apresentou no dia seguinte¹⁸⁷, aditivos à lei do orçamento com relação à livre navegação do Amazonas e ao estabelecimento de uma linha de navegação direta entre o Brasil e os Estados Unidos, por empresa com a qual também seria contratada navegação de cabotagem. Tais medidas, que tinham sido defendidas por Bastos nas *Cartas do solitário*, não foram aceitas plenamente pelos liberais, mas contaram com a oposição ferrenha dos conservadores puros.

Carvalho Reis, deputado liberal representante da província do Maranhão, foi quem primeiro atacou a liberdade de cabotagem de maneira tão ampla como a queria o deputado alagoano, em discurso proferido em 25 de julho de 1862, no interior da discussão que nesse dia se fez sobre o Orçamento da Fazenda.

Após argumentar que haveria dificuldade de fiscalização com a abertura de novas alfândegas “em lugar remoto”, o maranhense completou, restringindo a liberdade de navegação aos portos que já tivessem habilitação:

“É certo que se não tem tirado o menor resultado dos nossos privilégios de navegação; que a navegação não tem aumentado, que os fretes são muito mais caros

¹⁸³ Sessão de 4 de junho de 1862, Appendice, p. 38.

¹⁸⁴ *Idem, ibid.*

¹⁸⁵ Sessão de 4 de junho de 1862, p. 32.

¹⁸⁶ Sessão em 8 de julho de 1862, p. 86.

¹⁸⁷ Sessão em 9 de julho de 1862, p. 92-93.

do que poderiam ser se os navios estrangeiros pudessem completar a sua carga de um para outro porto com mercadorias nacionais; mas creio que atualmente a livre cabotagem por navios estrangeiros não poderia deixar de limitar-se aos portos atualmente habilitados.”¹⁸⁸

Esse argumento teve resposta no mesmo dia, num discurso em que Tavares Bastos pediu ao ministro da fazenda que emitisse o juízo do governo acerca da liberdade da navegação de cabotagem. Nesse discurso, o deputado, ao anunciar que apresentaria um aditivo sobre o assunto, repetiu os pontos principais do argumento desfiado nas *Cartas do solitário*, além de afirmar que a abertura acabaria com a indolência dos homens brasileiros que trabalhavam na marinha mercante¹⁸⁹, e que, ao contrário do que pensava Carvalho Reis, o contrabando seria favorecido pelo privilégio e não pela abertura. Caso viesse a decorrer da abertura de mais portos, constituiria um mal menor diante dos ocasionados pela proteção:

“Direi ainda ao nobre deputado alguma coisa mais: sou daqueles que menos têm medo do contrabando; condeno-o por um motivo único: é uma infração de lei, e alimenta a imoralidade comercial; mas, em resultado definitivo, quem ganha é o povo, porque ter barato é essencial a este país. Não pretendo endeusar o contrabando, mas confesso claramente que, dado o sistema fiscal existente, dado o pequeno número de portos habilitados, dadas as tarifas que oneram os produtos de consumo com direitos às vezes maiores de metade do valor primitivo dos gêneros mais necessários, o contrabando é inevitável, e a população bendirá sempre o contrabandista. (...)”¹⁹⁰

Numa discussão subsequente, sobre o Orçamento da receita e disposições gerais, o deputado pelo Rio Grande do Sul, Barcelos, que declarou ter sido sempre liberal, mas ter

¹⁸⁸ Sessão 25 de julho de 1862, p. 235.

¹⁸⁹ Nas palavras de Bastos, ao excluir o “estrangeiro” da navegação de cabotagem, “impomo-nos um sacrifício inútil, limitamos a circulação, contrariamos o futuro do país, favorecemos finalmente a indolência, a preguiça, o egoísmo e a ignorância dos nossos armadores, marinheiros, capitães e mestres dos navios da costa. Supondo agora que é livre ao estrangeiro competir com eles, a atividade substituirá a paralisia, o navio ligeiro e vasto aos barcos ronceiros e acanhados, o marinheiro e os capitães peritos a marinheiros e capitães incapazes de progresso. Imaginem-se os nossos patrícios praticando a bordo desses navios, identificando-se com os seus melhoramentos, adquirindo outros hábitos e exercendo melhor o seu ofício. Considere-se o efeito lento dessa reforma, e ver-se-á que, muito breve, a pouco e pouco, se irão formando, na escola inteligente do estrangeiro, verdadeiros elementos que sirvam, num futuro próximo, para a formação efetiva de uma marinha mercante nacional. É da liberdade, portanto, que depende a prosperidade de nossa navegação, como a das indústrias de construção naval e outras que a ela se prendem.” (Sessão de 25 de julho de 1862, *Appendice*, p. 84)

¹⁹⁰ *Idem*, p. 85.

apoiado o gabinete Caxias, teceu um argumento em apoio à perspectiva de Tavares Bastos, pois ela franquearia o barateamento do frete das mercadorias provindas da província que representava:

“Por esta ocasião chamarei também a atenção do governo para a necessidade, que me parece urgente, de se franquear a grande cabotagem às embarcações estrangeiras; a província do Rio Grande do Sul, infelizmente, senhores, não tem gêneros de exportação senão de grande volume ou de grande peso, e de valor pouco significativo em relação ao seu volume e peso.

Os nossos gêneros de produção agrícola são os de primeira necessidade e de muito pouco valor – o milho, o feijão, a farinha de mandioca e a batata inglesa.

Estes gêneros não podem ser exportados pagando-se os enormes fretes que se pagam na atualidade, provenientes da proibição da navegação de cabotagem aos navios estrangeiros.”¹⁹¹

Na ausência do ministro da fazenda, que se declarou doente, o ministro dos negócios estrangeiros do gabinete Olinda, Marquês de Abrantes, exprimiu a posição do governo favorável justamente a uma abertura dentro dos limites defendidos por Carvalho Reis, limites dentro dos quais se circunscreveu o aditivo que Tavares Bastos apresentou no dia seguinte à Câmara. Abrantes disse, após afirmar que já estaria “na consciência da câmara e de todos” o pensamento de que o privilégio aumentaria o preço dos fretes¹⁹²:

“(…) O governo é, portanto, de parecer que se relaxe o privilégio de cabotagem, mas por enquanto só até o ponto de permitir que os navios estrangeiros, de porto a porto do país onde houver alfândegas, possam transportar os gêneros de produção nacional. Como a câmara sabe, já o governo fez um benefício relaxando o privilégio de que se trata a respeito do transporte de algumas mercadorias em certas condições dadas para outros portos. Já procuramos, portanto, realizar o fim a que nos propomos, isto é, ampliar as comunicações, facilitar o comércio costeiro do país. O governo atual, por conseguinte, não duvidaria prorrogar por mais algum tempo a concessão que já foi antes feita.”¹⁹³

Em 1º de agosto de 1862, o dia seguinte ao dessa fala de Abrantes, Bastos apresentou um aditivo ao orçamento, restrito aos limites colocados pelo ministro de estrangeiros, isto é, abrindo a navegação costeira somente para os portos em que houvessem alfândegas. Foi o seguinte o texto do aditivo:

¹⁹¹ Sessão de 31 de julho de 1862, p. 299.

¹⁹² “O principal encargo é sem dúvida a alta dos fretes ou o preço dos transportes: o nobre deputado trouxe o exemplo do que custava o transporte de uma arroba de charque a qualquer das províncias do Império, e eu posso acrescentar outro. Uma arroba de açúcar da Bahia para o Rio de Janeiro paga mais do duplo do que pagaria do Rio de Janeiro a Liverpool ou ao Canal. (...)” (*Idem*, p. 303).

¹⁹³ *Idem, ibid.*

“O governo é autorizado para alterar as disposições vigentes acerca da navegação de cabotagem, permitindo às navegações estrangeiras fazer o serviço de transportes costeiros para os portos do Império em que houverem alfândegas, prorrogando por mais tempo os favores anteriormente concedidos, dispensando as embarcações brasileiras do limite prescrito para o número de estrangeiros que podem pertencer à tripulação e da exigência relativa à nacionalidade dos capitães e mestres, e adotando as providências regulamentares que forem compatíveis com as circunstâncias atuais.”¹⁹⁴

Se a restrição à amplitude da medida de abertura constituía uma tentativa de não levantar forte oposição entre os “conservadores puros”, ela não foi bem sucedida. Na discussão sobre os aditivos ao orçamento, apareceram as falas mais opostas ao relaxamento do privilégio da cabotagem aos armadores nacionais, mesmo que ele se restringisse aos limites da medida apresentada com a aprovação do ministério. Em 6 de agosto de 1862, o deputado Henriques, do grupo dos “puros”, atacou o aditivo de Tavares Bastos, defendendo a manutenção do monopólio para as embarcações nacionais. Valendo-se do mesmo recurso que foi utilizado pelo deputado alagoano, Henriques instrumentalizou, além de Coquelin, o próprio Adam Smith, que tinha “princípios liberais em matéria de comércio”, mas nunca duvidou excetuar delas o ato de navegação do governo inglês, porque sempre o considerou sábio e patriótico (...)”¹⁹⁵.

Entre os apartes de Tavares Bastos e Francisco Otaviano, o deputado conservador continuou, instrumentalizando também a história da Inglaterra, tão cara aos progressistas que combatia:

“(...) Smith dizia que os prejuízos que do privilégio da cabotagem teriam de resultar ao país eram um sacrificio imposto no interesse de sua segurança. A Inglaterra, que mirou sempre a sua grandeza, não podia deixar de respeitar quanto pudesse contribuir para a sua segurança.”¹⁹⁶

No caso do Brasil, o privilégio estaria proporcionando, conforme relatório do ministério da fazenda, grande desenvolvimento da cabotagem nacional, desenvolvimento

¹⁹⁴ Assinavam o aditivo, juntamente com Tavares Bastos, os seguintes deputados: Pinto Lima, Andrada e Silva, C. Paranaguá, Saraiva, Dantas, A. Chaves, J. Madureira, Carrão, F. Otaviano, Martinho Campos, Saldanha Marinho, C. Ottoni, A. Fleury, Lima Duarte, Amaro da Silveira, Félix da Cunha, Silva Nunes, J. J. Fernandes da Cunha, Benjamin, Serra Carneiro, Nunes Gonçalves, Ottoni, Fonseca Vianna, Leitão da Cunha, F. J. Fialho (Sessão em 1 de agosto de 1862, p. 4).

¹⁹⁵ Sessão em 6 de agosto de 1862, p. 59.

¹⁹⁶ *Idem, ibid.*

que cessaria com a medida do aditivo. A abertura por este preconizada provocaria “a morte de nossa marinha mercante”, em razão da sua absorção pela marinha estrangeira:

“Reduzidos os seus lucros pela concorrência das embarcações estrangeiras, ela definhará pouco a pouco; e repelida da competência ativa, que lhe cumpriria exercer, acabará por ser absorvida pela marinha estrangeira para quem, e só para quem será exclusiva em pouco tempo a navegação de nossas costas, e para quem e só para quem ficarão os lucros que essa navegação tenha de oferecer!”¹⁹⁷

Na sessão de 8 de agosto, foi a vez de Torres-Homem, liderança dos conservadores puros na câmara, argumentar contra a abertura da navegação costeira ao “estrangeiro”. Admitiu que esta baratearia os fretes e facilitaria os transportes. Entretanto, reivindicou a consideração da questão por uma outra face, a do fortalecimento de uma atividade nacional importante para o “engrandecimento marítimo”, a que o Brasil “não deixará de aspirar”:

“A vantagem de obter fretes baratos e transportes abundantes e fáceis não é tudo; é de mister que essa vantagem não sufoque o desenvolvimento do trabalho nacional em uma de suas esferas mais importantes; que não aniquile o gérmen de uma indústria que é o primeiro passo na carreira do engrandecimento marítimo a que o Brasil hoje, sem pressentimento do seu destino, não deixará de aspirar mais tarde, por sua posição geográfica, pela vastíssima extensão do seu litoral, pela riqueza de suas florestas, e outras circunstâncias que lhe estão apontando para a grande estrada das nações.”¹⁹⁸

Valendo-se dos exemplos da França, dos Estados Unidos e da Inglaterra, Torres-Homem também afirmou que eram protecionistas da sua navegação. Se a última abriu a navegação costeira na primeira metade da década de 1850, como sugerira Tavares Bastos em aparte a Henriques¹⁹⁹, essa abertura foi só ilusória, em razão de que a cabotagem britânica teria condições de suplantar as demais sem medidas protetoras:

“Foi só em 1854 que [na Inglaterra] se admitiu a concorrência estrangeira, quando o governo estava bem certo de que a concessão era ilusória. A experiência com efeito provou que o era, porque na estatística da cabotagem britânica de 1857, sobre o movimento total de 20.000.000 de toneladas, a quota pertencente ao pavilhão estrangeiro foi menos de 1,6%, isto é, 50.000 toneladas.”²⁰⁰

Ao argumento da fraqueza da cabotagem nacional como motivo para a abertura, Torres-Homem contrapôs a consideração de que, se o Brasil fosse seguir o exemplo das

¹⁹⁷ *Idem*, p. 60.

¹⁹⁸ Sessão em 8 de agosto de 1862, p. 77.

¹⁹⁹ Sessão em 6 de agosto de 1862, p. 59.

²⁰⁰ Sessão em 8 de agosto de 1862, p. 77.

grandes nações, essa fraqueza seria argumento para a defesa da cabotagem nacional contra a concorrência das nações mais fortes. A concorrência, argumentou o deputado, produziria um bom efeito se a indústria abandonada a “seus próprios esforços” já tivesse adquirido

“os graus de virilidade e robustez necessários para a luta, faltando unicamente o aguilhão da rivalidade para aperfeiçoar-se e reduzir seus preços remuneradores. Quando, porém, se trata de um trabalho nacional que ainda está muito longe de reunir essas condições requeridas, então o estimulante demasiadamente forte a que se alude não servirá senão para desalentá-lo e aniquilá-lo. Qualquer que fosse a energia de nossos armadores, como poderão eles competir com o estrangeiro que tem por si a facilidade das construções, a diferença do preço das matérias-primas, dos salários, das jornadas, e que dispõem para o serviço do mar de recursos que nós não possuímos? Em posições tão desiguais a luta seria impossível, e a cabotagem teria de ser suplantada, e de desaparecer sem resistência e combate.”²⁰¹

O deputado conservador chegou a ironizar o argumento de que caberia ao Brasil, nas circunstâncias naturais e sociais em que ele se encontrava, se dedicar à produção agrícola, afirmando que acreditar nisto e aceitar o aditivo de Tavares Bastos seria renunciar, “atrás do barato”, a ter uma navegação de longo curso e uma marinha de guerra e, com isto, contribuir para manter o Brasil na “infância da sociedade”. O amadurecimento da marinha brasileira somente aconteceria caso contasse com os “campos de exercício” constituídos pela experiência da cabotagem²⁰².

O conservador Pereira da Silva ainda apresentou, no mesmo dia 8 de agosto, requerimento no sentido de que “o aditivo sobre a relaxação da cabotagem, visto a sua importância, seja adiado para ser discutido como projeto separado do orçamento”²⁰³. Mas, depois de discurso de Abrantes, ministro de Estrangeiros, reforçando ainda mais o apoio do governo ao aditivo, o deputado retirou o seu requerimento, e o aditivo foi aprovado²⁰⁴. Como informaria mais tarde o deputado Lima Duarte, a aprovação ocorreu “com a votação de todo o partido liberal, e poucos votos dos conservadores puros”²⁰⁵.

O governo, entretanto, como informou Bastos na Câmara, em relato feito posteriormente, não utilizou essa autorização dada pelo legislativo, que no momento de sua

²⁰¹ *Idem*, p. 78.

²⁰² *Idem*, *ibid.*

²⁰³ *Idem*, p. 80.

²⁰⁴ *Idem*, p. 86.

²⁰⁵ Sessão em 29 de fevereiro de 1864, p. 245.

aprovação significara uma derrota dos “puros”. Precavidamente, Olinda solicitou levantamento feito em todas as províncias sobre a frota existente e as condições da construção naval, além de ouvir também a opinião das “praças de comércio e as pessoas competentes na matéria”. Em outros termos, o presidente do conselho não deixou de, de imediato, abrir espaço político para a Liga, mas, na prática, ouviu mais atentamente os interesses dos empresários do setor:

“O governo, porém, Sr. presidente, influenciado sem dúvida pela discussão do senado, entendeu que devera, antes de prevalecer-se da autorização, mandar proceder a um inquérito. Este inquérito, ordenado pelo ilustre finado Sr. visconde de Albuquerque, realizou-se com efeito no decurso do ano de 1863, sendo todos os presidentes de província rogados para remeterem ao ministério da fazenda informações detalhadas acerca do número e qualidade dos navios, condições da construção naval, e sobre outros requisitos exigidos pelo mesmo ministro. A este respeito foram também ouvidas as praças de comércio e as pessoas competentes na matéria.”²⁰⁶

A questão voltaria a debate na Câmara em 21 de março de 1864, quando foi apresentado projeto relaxando o privilégio, com data de 18 de março de 1864, e assinado por Afonso Alves, Brusque, Flores, Afonso Celso, Luiz Felipe, Neri, Tavares Bastos, Moreira Brandão, Barão de Mauá, Barão de Porto Alegre e Pinheiro Machado. A proposta, que liberava para navios estrangeiros o transporte costeiro de mercadorias nacionais e estrangeiras entre os portos do Império em que houvesse alfândega, durante um prazo de 4 anos²⁰⁷, foi longamente protelada: foi aprovada sem debate em primeira discussão em 28 de abril desse ano²⁰⁸, mas voltou a ser discutida somente em 17 de maio de 1865, já na gestão de um outro gabinete dirigido por Olinda, e quando fora amplamente negociada com os grupos políticos.

As medidas acerca da abertura do Amazonas e da linha de navegação entre o Brasil e os Estados Unidos foram menos bem sucedidas na Câmara em 1862 do que a referente ao relaxamento da cabotagem, embora a primeira delas fosse melhor recebida pelos conservadores. Contando com o apoio do deputado conservador paraense Leitão da Cunha e com as reservas do então ministro da agricultura, Cansansão de Sinimbu, que era contra a abertura imediata do Amazonas, Tavares Bastos defendeu na Câmara os seus aditivos no

²⁰⁶ Sessão em 18 de maio de 1865, p. 33.

²⁰⁷ Sessão em 21 de março de 1864, p. 228-229.

²⁰⁸ Sessão em 28 de abril de 1864, p. 308.

mesmo debate, já citado, que se travou diretamente com Carvalho Reis. Na mencionada sessão de 25 de julho de 1862, Carvalho Reis pronunciou-se contra a livre navegação do Amazonas enquanto “princípio universalmente aplicável”, sem cautela; e, apesar de julgar “indispensável” a navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos, não concordava com subvenção do governo, prevista no aditivo de Bastos, à navegação costeira feita pela mesma companhia que estivesse encarregada de realizar a navegação entre os dois países²⁰⁹. Contra Carvalho Reis, Tavares Bastos defendeu a subvenção à companhia estrangeira que viesse a fazer a navegação prevista no aditivo que apresentou à Câmara. Também atacou a idéia de que seria preciso cautela, com relação à abertura do Amazonas, procedimento através do qual respondeu não só ao deputado Carvalho Reis, como também ao ministro da agricultura, Sinimbu, que havia declarado a necessidade de estudos preparatórios para a abertura:

“O nobre ministro da agricultura declarou, é certo, que o governo preocupa-se muito seriamente com esse objeto, que o ministério esforçar-se-á pela realização da abertura do Amazonas, e que procederá a estudos preparatórios indispensáveis.

(...)

Mas, que exames prévios, que estudos preparatórios são esses de que depende a abertura do Amazonas? (...) eu não esperava do nobre ministro essas palavras. Esperava, sim, que ele viesse dizer à Câmara que a questão do Amazonas está líquida; que ninguém duvida mais das vantagens que hão de provir, não só para o norte como para o sul do Império, da franqueza do grande rio; que o governo não arreceia-se da invasão de flibusteiros tão decantada (...) Eis aí o que eu esperava do patriotismo conhecido do nobre ministro. Entretanto, devo render-lhe, e rendo-lhe homenagem pelo modo novo por que encarou a questão.

É a primeira vez que o governo imperial entra francamente neste debate; é a primeira vez que assina a esse respeito um compromisso formal com a opinião pública. (...)”²¹⁰

Na continuação, Tavares Bastos utilizou a seu favor um argumento dos seus próprios adversários, ao lançar mão da idéia da ameaça representada pelo poder estrangeiro:

“Mas acredita o nobre ministro que é pelo receio das nossas fortalezas, dos nossos navios e das nossas tropas, que o Amazonas não tem sido já transposto? Calcula o nobre ministro as grandes dificuldades que o Amazonas pode suscitar algum dia, se, em vez de fazermos espontaneamente o que todas as razões estão aconselhando, tivermos de ceder a exigências apoiadas em morrões acesos?

²⁰⁹ Sessão em 25 de julho de 1862, p. 235.

²¹⁰ Sessão em 25 de julho de 1862, Appendice, p. 85-86.

E, Sr. Presidente, se é preciso falar ainda uma vez clara e francamente sobre este assunto, direi que, se teirmos nas sendas batidas, nas sendas da inércia e do egoísmo, provocaremos interesses ofendidos, a cujo ressentimento não é dado marcar um limite. Mas, para que assoprarmos os ódios quando é fácil firmar a paz? Disse o nobre ministro que a questão é de tempo; eu estimaria antes ouvir-lhe o seguinte: - Senhores, entre a nobre generosidade de uma concessão espontânea e a humilhação forçada de curvar-se à exigência imperiosa dos acontecimentos, a preferência não pode ser duvidosa para o governo imperial. Tenho concluído. (*muito bem; muito bem.*)
(*O orador é cumprimentado por seus amigos.*)²¹¹

Estas ameaças em tom retórico não abalaram os opositores das medidas propostas por Bastos, e os aditivos não foram aceitos nesse momento pelo governo de correligionários seus. É provável que essa não aceitação, juntamente com a não utilização da autorização dada ao governo para a abertura da cabotagem, se devesse à necessidade que o gabinete “progressista” tinha ainda de negociar com os conservadores “puros”, que dispunham, conforme vimos, de maioria na Câmara. Bastos podia falar, mas o governo, que tinha necessidade de aprovação de recursos para a administração, não podia contrariar completamente um partido que, tendo uma grande representação no parlamento, tinha atuado sempre no sentido de manter o fechamento do Amazonas e de proteger as empresas brasileiras de cabotagem.

Quanto à abertura do Amazonas, um projeto neste sentido voltaria a ser colocado em discussão em fevereiro de 1864, na legislatura seguinte, majoritariamente progressista, quando gerenciada pelo novo gabinete Zacarias. Nesta outra circunstância, mais favorável, ele seria aprovado na Câmara.

Possivelmente os mesmos acordos dos “progressistas” com os conservadores “puros” é que podem explicar o apoio simultâneo ao gabinete Olinda de maio de 1862 por ambos os agrupamentos. É digno de nota que, neste momento, enquanto os “progressistas”, derrotados na votação que derrubou Zacarias, afirmavam-se os únicos representados pelo ministério, os “puros”, que tinham conseguido maioria naquela votação, contentavam-se em se declarar dividindo a representação, na combinação constituída pelo gabinete. Quais foram exatamente os acertos políticos feitos para produzir essa situação na Câmara, os

²¹¹ *Idem*, p. 86.

debates não nos permitem dizer. Mas certamente essas negociações envolveram também a contenção do governo no encaminhamento das medidas de abertura.

Provavelmente em virtude da dificuldade de manutenção dessas negociações a Câmara foi dissolvida, em maio de 1863, e convocada outra, a se reunir em 1º de janeiro de 1864²¹². As eleições de outubro de 1863 produziram uma câmara de maioria progressista esmagadora. Foi durante essa legislatura que Tavares Bastos teve muito sucesso no encaminhamento de seus projetos na Câmara dos Deputados.

²¹² O decreto de dissolução e de convocação foi lido na Sessão de 12 de maio de 1863 (p. 19).

Capítulo 3

ENTRE “LIBERALÍSSIMOS”

1. Zacarias e o “cavalo de Tróia” progressista

“A mistura de dois líquidos deliciosos produz algumas vezes uma bebida insuportável... (*Hilaridade*)”¹

Instalada a Câmara eleita na gestão do gabinete Olinda, quase unanimemente progressista, este cedeu lugar² ao gabinete Zacarias, constituído de políticos de origem conservadora – o próprio Zacarias na pasta da Justiça, Paes Barreto na de Estrangeiros, Dias Vieira na da Marinha e Domiciano Leite Ribeiro na da Agricultura, Comércio e Obras Públicas - e de origem liberal - José Bonifácio na pasta do Império, Dias de Carvalho na da Fazenda e José Mariano de Matos na da Guerra. Apresentando-se à Câmara em 18 de janeiro de 1864, o presidente do conselho afirmou que o programa do seu gabinete era o mesmo do que ele tinha constituído em 1862, isto é, centrava-se na reforma judiciária, na da guarda nacional e na da lei de 3 de dezembro. Mas Zacarias ressaltou que, diferentemente daquele momento anterior, em que a liga resultava da aliança entre duas opiniões diferentes, na atualidade ela constituía uma única opinião, que estaria representada no ministério³.

O novo gabinete iniciou o seu governo com poucas vozes dissonantes na Câmara, embora elas se fizessem presentes na fala dos conservadores e dos liberais pernambucanos. Estes últimos – Lopes Neto, Urbano e Godoy – é que falaram inicialmente contra o gabinete. Os outros liberais, que mais tarde se mostrariam críticos da liga, pareciam apoiá-

¹ Lopes Neto, em 18 de janeiro de 1864, p. 306.

² Nabuco disse que o gabinete pediu exoneração nesse momento porque “estava incompleto e nada representava” (NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, p. 448.). Já Pereira da Silva, afirmou que isso aconteceu porque percebeu que ambas as frações, que se equilibravam na Câmara, “ansiavam ter ministério, parlamentarmente, e em seu interesse, composto de pessoas que lhes representassem as orientações e idéias. Não lhes servia a continuação de um gabinete de velhos e gastos, e no qual predominava um tal qual espírito cortesão e alheio ao Congresso” (SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Introdução de Célio Ricardo Tasinafo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 307).

³ Sessão em 18 de janeiro de 1864, p. 304.

la nesse momento. Entretanto, embora de início os opositores declarados fossem poucos, eles teriam um desempenho decisivo, no questionamento das efetivas matrizes liberais do gabinete.

Lopes Neto foi quem abriu o debate acerca do discurso inicial de Zacarias, questionando a fusão que o presidente do gabinete afirmou que tinha ocorrido entre conservadores moderados e liberais, na Liga Progressista. Para ele, a proposta de liga tinha sido na verdade um “cavalo de Tróia”, um ardil, trazido pelos conservadores moderados aos liberais. Sustentando a idéia de *diferença* entre os dois grupos, Lopes Neto desafiou os ministros conservadores moderados do gabinete para que dissessem se eram efetivamente liberais, e afirmou que “estou certo que nenhum deles há de dizê-lo”⁴. Considerando que a diferenciação continuava existindo, o deputado afirmou que ficava visível que a Câmara não estava bem representada no ministério, que se dizia progressista, porque a maioria da Câmara era liberal, e a metade do ministério era de conservadores moderados, uma fração conservadora que ter-se-ia mostrado, em Pernambuco, constituída de “inimigos rancorosos, que procuravam aniquilá-los [os liberais] por todos os meios imagináveis.”⁵

Enquanto o liberal Lopes Neto atacou o gabinete lançando mão da idéia de que metade de seus membros permaneceriam conservadores, e sugerindo a existência de uma submissão dos liberais a esses últimos, no interior da liga, o conservador Nébias afirmou que, pelo contrário, os conservadores moderados é que estariam se deixando submeter pelos liberais. Asseverou que a liga era o “Partido Liberal em progresso”, e quis saber se Zacarias, que outrora combatera os princípios liberais, estava disposto “a adotar em suas últimas conseqüências” a bandeira liberal, da qual não estariam riscados “a reforma do senado, a abolição do conselho de estado, o ensaio da eleição direta com as incompatibilidades absolutas”⁶.

Mais afinado com o ministério, o liberal Carrão aparteou, afirmando que essas idéias lembradas por Nébias não tinham sido do Partido Liberal, mas de um ou outro membro desse partido, e teriam sido abandonadas. Nébias aproveitou a deixa para dizer

⁴ Sessão em 18 de janeiro de 1864, p. 305.

⁵ *Idem*, p. 307.

⁶ *Idem*, p. 312-314.

que, se era assim, o emperramento⁷ não seria algo de que deveriam ser acusados somente, como o eram, os conservadores puros, seus partidários⁸.

O aparte do deputado liberal Carrão, que negava acusação ao seu partido, feita por Nébias, de defesa de teses “extremadas”, foi reforçado pelo ministro da fazenda Dias de Carvalho – também liberal –, que declarou que a reforma do senado nunca mais foi bandeira do Partido Liberal, desde 1831 ou 1832, e que a liga “está perfeitamente homogênea”⁹.

Prosseguiu, no mesmo tom, o debate, em que falaram contra o ministério os conservadores Nébias, Bretas, e Ferreira da Veiga, e o liberal Urbano; a favor, além do presidente do conselho e do ministro do Império, José Bonifácio, falaram os deputados liberais Martinho Campos, Martim Francisco, Saldanha Marinho e Feitosa. Bonifácio atendeu ao desafio feito por Lopes Neto no sentido de que o ministério se declarasse liberal, e pronunciou a fórmula que se tornou objeto da chacota da oposição, dizendo que o ministério era “liberalíssimo”:

“Se esta declaração contenta o nobre deputado [Lopes Neto], esta declaração está feita. O Sr. presidente do conselho, tratando da reforma municipal, declarou-se a tal respeito liberalíssimo; já declarou também que não haviam dois partidos, mas um só; já declarou finalmente qual seu pensamento a respeito da guarda nacional e a respeito de outras reformas. O que quer mais o nobre deputado? Que declaremos que o ministério é liberal? Declaro que somos liberais, muito liberais, liberalísimos.”¹⁰

Já Feitosa, um praieiro de origem que se acercara dos conservadores, tentou conciliar, trazendo ingrediente novo à discussão, ao dizer prestar “adesão leal e franca ao atual gabinete”, mas afirmar que o liberalismo e o progressismo seriam dois elementos que, ligados, deveriam, contudo, manter-se autônomos¹¹. Tal afirmação provocou reação nos conservadores moderados; Dantas, em aparte, acusou o deputado de estar em oposição ao gabinete Zacarias, e Saraiva usou a palavra para se contrapor a Feitosa, afirmando que

⁷ Nébias jogou, neste momento, contra os liberais e, indiretamente, contra os conservadores “moderados”, o rótulo que estes próprios utilizaram para combater os conservadores que, como o orador, não aderiram à aliança da Liga Progressista. Ao afirmar que “emperrados” seriam também os liberais e seus aliados antigos conservadores, Nébias tentou esvaziar o discurso de seus adversários, dizendo que não apresentavam nenhuma medida que significasse um “progresso” em relação às instituições criadas pelos conservadores no passado.

⁸ Sessão em 18 de janeiro de 1864, p. 314.

⁹ *Idem*, p. 316.

¹⁰ Sessão em 27 de janeiro de 1864, p. 420.

¹¹ Sessão em 28 de janeiro de 1864, p. 434-435.

supor a autonomia dos dois elementos componentes do Partido Progressista era a sua “morte, e a morte inglória e sem proveito”¹². Sendo assim, haver-se-ia que reconhecer que “Não há, pois, antagonismos entre nós; não há elementos repugnantes com sua especial autonomia: somos uma e a mesma coisa e comuns as nossas aspirações. (...)”¹³

Essa liga, que os conservadores moderados insistiam em afirmar que era homogênea, era pelos liberais pernambucanos apontada como inviável, porque formada por elementos heterogêneos e, mais ainda, fundada numa sujeição do elemento liberal. A existência de uma submissão das propostas liberais no interior da liga, ou do predomínio conservador naquela associação, foi afirmada com muita ênfase em 4 de março pelo deputado Urbano, que se referiu às circunstâncias da realização da liga em Pernambuco. Ele declarou que, inicialmente, tinha acreditado na possibilidade da vitória do “princípio liberal” na Liga Progressista, mas que tinha sido decepcionado pela organização do gabinete Zacarias. Esse ministério representaria uma falta de consideração para com os liberais pernambucanos, uma vez que nele tinha sido introduzido um homem que tinha apenas instrumentalizado os liberais de sua província, para o fim de se elegerem os conservadores moderados. Paes Barreto¹⁴, ao promover a “política velha” em Pernambuco, impedindo a existência de uma “política nova”¹⁵, seria o verdadeiro responsável pelo esfacelamento da liga naquela província:

“Se na província de Pernambuco se fez o rompimento do partido da liga ou progressista, não fui eu que o fiz ou promovi, nem o Partido Liberal pode ser acusado desse rompimento; foram os Srs. Conselheiro Paes Barreto e seus amigos que o provocaram e determinaram.”¹⁶

Paes Barreto, conforme Urbano, teria sido eleito senador através de um processo em que Silveira de Souza, presidente de Pernambuco, prejudicando a candidatura do próprio Urbano, “bateu chapa para essa eleição”¹⁷.

Souza Carvalho, ligueiro originalmente conservador moderado, foi quem tomou a defesa de Paes Barreto, no mesmo dia do discurso de Urbano. Afirmou que a argumentação

¹² *Idem*, p. 435-436.

¹³ *Idem*, p. 438.

¹⁴ Paes Barreto fora o promotor que instaurara o processo contra o Partido Liberal de Pernambuco (ou Partido da Praia), em 1848. (Mais informações encontram-se no anexo a este trabalho)

¹⁵ Sessão em 4 de março de 1864, p. 54.

¹⁶ *Idem*, p. 49.

¹⁷ *Idem*, *ibid.*

deste último era pessoal, ressentida, porque foi mal sucedido em sua candidatura senatorial, no encaminhamento da qual teria, ele sim, feito todos os esforços para dividir o partido progressista. Além de atacar em vários aspectos o deputado que o precedeu, Souza Carvalho devolveu-lhe a acusação por ele lançada: afirmou que Paes Barreto não precisava fazer de Urbano um instrumento para se eleger, e que este sim é que tinha tido a intenção de excluir aquele da lista tríplice¹⁸.

Cristiano Ottoni, liberal mineiro que mais tarde se destacou entre os opositores da liga, neste momento ainda era seu defensor, apoiando o ministério Zacarias. Em 10 de março, falou contra Urbano, dizendo não acreditar nas acusações por ele feitas a Paes Barreto. Defendendo os progressistas também da imputação que tinha sido feita pelo conservador Ferreira da Veiga, de que as últimas eleições tinham sido vencidas por eles como resultado de compressão eleitoral, Cristiano Ottoni respondeu que elas tinham sido, apesar de “algumas irregularidades em diversos pontos, as mais puras, as mais livres que o Brasil tem presenciado nestes últimos 20 anos.” A essa afirmação, o deputado conservador Ribeiro da Luz aparteu: “ – A prova de que não foram livres está no fato de acharem-se aqui somente seis conservadores.”¹⁹

Declarando-se em apoio à situação, C. Ottoni, contudo, se contrapôs ao liberal Dias de Carvalho, ministro da fazenda, e asseverou que ainda mantinha a idéia de que o senado deveria ser eletivo, sugerindo a existência de significativas fissuras na liga. Nessa questão, o deputado disse que precisava consultar a sua consciência, porque não seguia às cegas a aliança entre liberais e conservadores moderados:

“Com efeito, o país sabe como se organizou o partido progressista, verdadeiramente marchavam separadas do Partido Liberal as duas frações do partido conservador, mas o desenvolvimento dos acontecimentos convenceu ao Partido Liberal de que uma das frações do partido conservador desejava fazer tais benefícios ao país, tais melhoramentos, que o Partido Liberal devia oferecer-lhe seu apoio, para que se realizassem.

No dia em que uma fração do partido então dominante disse à outra *basta de emperramento*, façamos o bem, embora unidos aos que até aqui nos combateram, nesse dia a aliança formou-se, e não houve ainda, que eu saiba, causa que a deva quebrar.

Mas porque subscrevi a esta aliança, certo não abdiquei a minha inteligência, e peço perdão à Câmara por falar tanto de mim, mas trata-se de princípios. Declarei muitas

¹⁸ Sessão em 4 de março de 1864, p. 55-58.

¹⁹ Sessão em 10 de março de 1864, p. 117-119.

vezes em nossas palestras: estou de acordo, estou pronto a ajudá-los, aqui estão os meus ombros, façam o bem que nos prometem; mas previno (visto que há um ou outro ponto em que não somos da mesma opinião), previno que se chegar a hora em que me julgue na obrigação de pronunciar-me sobre um desses pontos, meterei a mão no fundo de minha consciência, perguntarei a mim próprio se ainda persisto na opinião antiga; se a sentir modificada, di-lo-ei sem falsa vergonha. Essa hora soou, Sr. presidente, e feito o meu exame de consciência, declaro que tenho *a desgraça de não estar convertido*.²⁰

O discurso de C. Ottoni sugere a existência de divergências entre os liberais, como ele, e os conservadores moderados, no interior da liga, evidência que indica a fragilidade deste empreendimento e do ministério; mas o deputado ainda mantinha, como assinalamos, a sua adesão a ela, e o apoio ao gabinete Zacarias. Bezerra Cavalcanti, deputado pelo Rio Grande do Norte, foi, depois dos liberais pernambucanos, o primeiro que, de *dentro da liga*, fez um veemente ataque a ela. Em discussão da fixação das forças de terra, o *conservador moderado* atacou fortemente a aliança de que fazia parte, dizendo que grandes abusos eleitorais provieram da atuação do diretório do partido progressista. Mostrando a persistência da divisão *entre os próprios conservadores moderados* pertencentes à liga, Bezerra declarou ter aquela atuação produzido uma “degeneração precoce da nova política”, por ter realizado, por exemplo, uma “perseguição atroz” na sua província:

“(…) não se quer o verdadeiro progresso do país, mas simplesmente a dominação exclusiva de certos homens. É por isso que o *célebre* progresso deve ter *sobrenome pessoal* nas diversas províncias do Império. (...) o da província que represento *deve-se por força denominar* - D. Manoel de Assis Mascarenhas!”²¹

Bezerra foi a primeira deserção conservadora moderada das fileiras progressistas a se expressar na Câmara, nesse ano. Sua crítica à liga era o avesso da que a ela faziam os seus adversários; isto é, argumentava que os conservadores moderados vinham sendo dominados pelas exigências liberais. Essa crítica aconteceu na discussão do projeto de resposta à Fala do Trono, em 20 de maio de 1864, quando Bezerra Cavalcanti narrou a história da liga, que teria sido “desvirtuada antes mesmo de vir à luz”, pois perdera de vista o propósito de, superando as “dissidências do passado”, partir do presente e tender à “regeneração do sistema representativo”, “condenando as exagerações, garantindo todos os direitos e realizando as reformas que o país reclamava”:

²⁰ *Idem*, p. 123; itálico nosso.

²¹ Sessão de 30 de março de 1864, p. 275-276.

“(…)V. Ex. sabe que, oriunda da decomposição dos partidos, ela [a situação] se denominou liga em 1861; e aspirando ao poder em principio de 1862, abortou a sua primeira tentativa [com o primeiro gabinete Zacarias], porque lhe faltava ainda o nexo da idéia comum, e alguns daqueles que se achavam aproximados pela força, ou antes pelo capricho dos acontecimentos, recusavam confundir-se e marchar juntos sem uma bandeira comum e permanente que abrigasse e dirigisse a todos no futuro. Foi então que a *filosofia sagaz da escola a que me tenho referido*, cedendo à necessidade de dar-lhe coesão, *simulou-a fundindo a liga no cadinho mágico do progresso*, e crismando o novo composto com a bela denominação do partido progressista (*há diversos apartes*), eu não nego que aderi nessa fase ao novo movimento, e que o julguei mesmo necessário, mas com as condições de uma transformação sincera, e com unidade de pensamento.

Foi porém ele desnaturado antes mesmo de ter vindo à luz como um fenômeno político, mais ou menos regular. É pois o seu desvirtuamento que combato.

Ora, Sr. presidente, o progresso indefinido figura-o cada um a seu modo; mas a idéia seduzia parecendo significar uma inspiração generosa que falava às simpatias e aspirações da nova geração, ainda não saturada dos antigos ódios, acrescentando-se, para ressaltar os que tinham tradições a respeitar, *que o novo partido nada tinha de comum com as feições e dissidências do passado, partia do presente e tendia à regeneração do sistema representativo, à fiel execução da constituição e das leis, condenando todas as exagerações, garantindo todos os direitos e realizando as reformas que o país reclamava.* Não podiam ser recusadas tais bases, a *pílula* foi, por conseguinte, bem *dourada*, e a *mistificação* consumou-se.”²²

A seguir, Bezerra apresentou, à sua maneira, a história da organização do diretório progressista e da tentativa de confecção do programa do partido, eventos que serão rememorados por todos que quiserem fazer ataques à liga. Na sua versão, o intento foi malsucedido por causa da tendência ao exclusivismo liberal. Inicialmente, os liberais tinham parecido pouco exigentes, concordando, inclusive, na nomeação de três conservadores – Nabuco, Zacarias e Dias Vieira – para a organização do programa do novo partido. Essa aparência, contudo, se desfez logo que foi dissolvida a Câmara, em 1863, na tentativa de organização de um diretório:

“(…)resolvida a crise em 1863 pela dissolução da Câmara, e suscitando-se a idéia da organização de um diretório que servisse de centro ao partido, logo o pensamento e a face das coisas mudaram completamente, recaindo a escolha na sua quase totalidade, em liberais, entre os quais sobressaíam os caracteres mais apaixonados e exaltados.

(…) Portanto, desde que na organização do diretório desse partido, e sem que se tivesse publicado o programa, como já da outra vez notei, que lhe devia servir de

²² Sessão em 20 de maio de 1864, p. 144; itálico nosso.

norma e de limite, assim se procedia, a situação estava naturalmente falseada, e havia de degenerar, como degenerou. (...)”²³

Bezerra investiu contra o ministério Zacarias com ironia, ao estabelecer um debate com discurso anterior do ministro do Império, José Bonifácio. Este tinha, num artifício de retórica, indagado em sua fala - “Para onde vamos?” -, mas não tinha formulado uma resposta; por isto, Bezerra diz sentir-se obrigado a responder: “Para a região dourada das pastas, que é o símbolo moderno da estrela misteriosa que atrai e guia os Baltares, Belquiores e Baltazares das seitas ultra-progressistas”²⁴. Seria tão pronunciada a preocupação dos progressistas com os cargos que

“A julgar pelo que se tem feito até hoje, pode-se dizer do partido progressista o que disse um teólogo inglês a um ingênuo fidalgo camponês que lhe perguntou qual o fim a que tendiam os armínios, seita protestante, que pretendia excluir os calvinistas; ao que o teólogo respondeu: ‘Tendem aos melhores bispados e aos melhores deados da Inglaterra.’ Assim, Sr. presidente, se pelos resultados obtidos até hoje entre nós se perguntar ao que tenderão os progressistas, o país todo responderá que tenderão *às senatorias, às desembargadorias, às inspetorias de alfândegas, juizados de direito da corte e outras gordas prebendas que têm sido distribuídas pelos seus membros mais ou menos salientes!*...”²⁵

Ao indicar na atuação dos progressistas essa tendência desenfreada para os cargos, o deputado destacava uma atitude negadora dos propalados elevados propósitos e preocupações com a nação, e reveladora da ocorrência de uma verdadeira “reação” política contra os adversários; como exemplo, o deputado mencionou o caso do próprio Zacarias, que se teria dado uma vaga no Senado²⁶.

O deputado liberal Godoy, que também se opunha ao gabinete, concordou com a censura de Bezerra Cavalcanti, de que a situação progressista seria de reação, mas esta reação, segundo ele, não seria feita pelos liberais, *e sim contra eles*²⁷. Ao contrário do conservador do Rio Grande do Norte, o liberal pernambucano assegurou que a atualidade era conservadora, e não liberal²⁸.

²³ *Idem, ibid.*

²⁴ *Idem*, p. 145.

²⁵ *Idem*, p. 143; itálico no original.

²⁶ *Idem*, p. 144 e p. 148-149.

²⁷ Em aparte, que se encontra em *Idem*, p. 148.

²⁸ Sessão em 24 de maio de 1864, p. 173.

Se foi tão contundente o ataque feito pelo conservador moderado simpatizante da liga Bezerra Cavalcanti, mais veemente ainda foi a acusação de reação feita pelos conservadores que sempre se mostraram adversários daquele projeto de conciliação. Questionando a existência de um novo partido, haja vista a divisão existente nas fileiras progressistas, o conservador puro Costa Pinto, em 11 de abril, em meio à discussão do orçamento do Império, indagou se o marco iniciador da nova situação poderia ser alocado na dissolução da Câmara pelo gabinete Olinda, em 1863, momento em que teria existido uma tentativa vã, mal fadada, de formular um programa para o novo partido. Aparteado com vigor por Fonseca Vianna, Costa Pinto argumentou que não seria, evidentemente, esse o momento de nascimento do partido progressista, pois o programa, que foi elaborado pela comissão nomeada para esse fim,

“ressentia-se tanto das idéias conservadoras, que seu ilustrado relator [Nabuco] sempre professara, que foi *in limine* repellido por um nobre senador pela província de Minas [Teófilo Ottoni], por ser contrário aos seus princípios e precedentes; e que, trocadas considerações sobre os princípios e precedentes de ambos, chegou-se ao resultado de reconhecer-se impossível o acordo de idéias, do que...

O SR. FONSECA VIANNA: - Onde foi isto?

O SR. COSTA PINTO : - ... resultou que não houve programa.

O SR. FONSECA VIANNA: - É tudo inexato; nunca existiu tal história; é tudo um romance.”²⁹

²⁹ Sessão e 11 de abril de 1864, p. 122. Esses acontecimentos seriam rememorados de um modo semelhante por Christiano Ottoni, em 11 de julho de 1867, momento em que adotaria um posicionamento oposto ao assumido em abril de 1864: “Reuniram-se para o fim [organizar o partido progressista] diversas vezes em 1863 os membros do parlamento que permaneciam na corte, e celebraram conferências, que posso chamar a assembléia constituinte do partido progressista: ali foi apresentado o projeto de constituição com o nome de programa. /A idéia era (estão me ouvindo diversas testemunhas), assinado o programa por todos os presentes, ser publicado com solenidade, anunciando *urbi et orbi* que os liberais e os conservadores moderados se fundiam no partido progressista. / Mas que saber a câmara porque não se publicou o programa, que depois um nobre senador pregou a peça de ler no senado? É porque não foi aprovado. E quer saber porque não foi aprovado? Porque os progressistas das duas origens não se entenderam sobre alguns pontos.” Entre esses pontos, Ottoni destacou o fato dos antigos conservadores não aceitarem a eletividade de postos subalternos da guarda nacional, lembrada por Félix da Cunha, e darem por resolvida a questão do poder moderador com o reconhecimento da responsabilidade ministerial pelos atos daquele poder, ao que se opunha Teófilo Ottoni. Cristiano disse também que ele próprio estranhou, como anti-filosófico, o princípio, contido no programa, de que o partido progressista renunciava “a toda a idéia de reforma da constituição” (Sessão em 11 de julho de 1867, p. 150). O programa do partido progressista que Américo Brasiliense publicou em seu livro (*Os programas dos partidos e o 2º Império*. (Primeira Parte – Exposição de Princípios). São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p. 15-22) é o que Silveira da Motta, opositor do gabinete Zacarias, leu em 6 de junho de 1864, no Senado.

Não dando importância aos apartes de Vianna, Costa Pinto então concluiu (conclusão com tom de denúncia contra o “novo partido”) que a nova situação “apareceu com o atual gabinete”, circunstância que mostraria a sua falta de razão de ser, haja vista que o programa desse gabinete não diferiria do programa conservador do gabinete Caxias, e, ao mesmo tempo, as suas operações de reação seriam as mesmas que indicava na prática conservadora passada³⁰.

O conservador moderado Tavares Bastos e os liberais Martinho Campos e Saldanha Marinho declararam-se ministerialistas em 15 de abril, por ocasião da discussão do orçamento do Império. O último deputado demonstrou, em relação ao gabinete, um posicionamento semelhante ao de C. Ottoni, ao revelar, inicialmente, uma discordância pontual. Entretanto, menos de duas semanas depois, Saldanha parecia, em 28 de abril de 1864, se distanciar já do ministério, ao questionar procedimento do ministro da guerra no Senado, por ocasião do debate da fixação das forças de terra: o ministro teria voltado atrás, naquela casa do parlamento, em relação a um aditivo aprovado pela Câmara, com o apoio dele. Esse procedimento teria mostrado, segundo o deputado, falta da “solidariedade indispensável entre o gabinete e a maioria da Câmara”³¹. Apesar disso, nesse momento Saldanha ainda afirmava não pretender fazer oposição ao gabinete³².

Sinais mais claros de fraturas significativas entre os progressistas surgiram quando da discussão do Orçamento da Agricultura, em maio e junho de 1864, momento em que o gabinete estabeleceu questão de confiança em discussão de destinação de verba orçamentária. Entre os aditivos e emendas propostos pela comissão, encontrava-se uma emenda ao § 10, determinando o acréscimo de 215:848\$888 “para garantia do juro de 5% sobre o *capital adicional* de 4.316:977\$777, concedido à companhia da estrada de ferro do Recife”³³.

³⁰ Sessão em 11 de abril de 1864, p. 123-125.

³¹ Sessão em 28 de abril de 1864. p. 315.

³² *Idem*, p. 320.

³³ Sessão em 27 de maio de 1864. p. 201; *itálico nosso*. A de Recife foi a segunda estrada de ferro brasileira, construída “quando os governos imperial e provincial garantiram à empresa inglesa Recife and San Francisco Railway Company, Limited, 7% sobre seu capital e um monopólio de 90 anos para que construíssem uma linha de Recife para o sudoeste até a junção dos rios Una e Pitangi.. A construção teve início em 1855, tendo a linha alcançado Palmares (km 125) em 1862. (...)” (EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco*,

Defendendo a medida em discurso de 30 de maio, o ministro da agricultura, o conservador moderado Domiciano, dois dias depois, declarou ser a sua aprovação considerada questão de gabinete, isto é, questão cuja votação significaria a aferição do apoio da Câmara ao ministério³⁴. O debate sobre a medida revelou um grande mal estar da parte de alguns liberais, que pareciam se encontrar divididos entre o apoio ao ministério e a discordância em relação à medida de que ele fazia questão de confiança. Esta última manobra do gabinete tratava-se, possivelmente, de uma estratégia para medir a efetividade do apoio dos deputados liberais, ou para constrangê-los a dar pleno apoio ao governo. Contudo, o tiro sairia pela culatra, pois se tornaria o pivô de desentendimento entre o governo e alguns aliados liberais. Diante da pressão do governo, e declarando basear-se em princípios, esses últimos se mostrariam vacilantes.

O deputado liberal Paula Souza, que falou após Domiciano, declarou-se imediatamente em oposição, e lamentou o estabelecimento de questão de confiança em questão que, em seu entender, era “puramente administrativa e subalterna”³⁵.

Cristiano Ottoni não se manifestou em oposição, mas se revelou “sumamente embaraçado”. Obteve por favor de um colega a vez de falar, tendo “por fim fazer uma tentativa de solver o meu embaraço, e peço à Câmara que não considerando este protesto como um exórdio banal, desculpe a desordem provável de minhas observações.” Reconheceu o direito do ministério de estabelecer nessa uma questão de confiança, mas argüiu que tal questão “não tem contudo tal gravidade, nem pode ter conseqüências que devam constranger o voto dos representantes da nação”. Pronunciava-se contra a medida, em virtude de que o contrato original com a companhia negava aumento do capital garantido. Aceitava a emenda somente se modificada no sentido de se reduzirem os ônus que o mesmo contrato fazia pesar sobre o governo brasileiro, como a garantia de 7% por 90 anos:

“Aventarei a idéia de uma modificação da proposta, idéia que melhora a condição dos acionistas da companhia da estrada de Pernambuco, e ao mesmo tempo salva princípios, na minha opinião, de grande importância, e serve também aos interesses públicos.

1840-1910; tradução de João Maia; apresentação de Manuel Correia de Andrade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 72).

³⁴ Sessão em 01 de junho de 1864, p. 8.

³⁵ *Idem, ibid.*

Se a minha emenda for aceita pelo ministério, votarei a medida sem constrangimento, porque nela vejo grandes vantagens; sem a minha emenda não posso admitir o aumento de capital, embora declare expressa e solenemente que não tenho desejo algum de contribuir para a queda do gabinete.”³⁶

Apesar dos protestos de seus próprios aliados, Zacarias, procurando denotar força política, manteve a questão como de gabinete. Declarou que não sabia se era conveniente a correção no contrato proposta por Ottoni. Mas prometeu examiná-la, antes de expender a opinião do governo na 3ª discussão do orçamento em questão³⁷.

O deputado liberal Macedo, apoiando C. Ottoni, também argumentou que não tinha sido bem colocada a questão de gabinete nesse objeto. Não queria declarar-se em oposição, mas não podia votar a favor da medida proposta. Somente votaria pela emenda se o ministério aceitasse a proposição de C. Ottoni³⁸.

Em contraposição a essas críticas liberais ao procedimento do governo, o também liberal Francisco Otaviano pronunciou-se de modo bastante favorável ao ministério, dizendo que cedia de sua opinião individual, em favor do gabinete. Paula Souza apontara uma contradição entre a postura que Otaviano tinha assumido no *Correio Mercantil* e a que agora adotava. O deputado jornalista respondeu que se vergava à opinião de “um ministro de inteira probidade e incontestável ilustração”, e que, junto com os seus colegas, lhe inspirava confiança.³⁹ A opinião de Otaviano seria decisiva no sentido de resolver o impasse entre os liberais moderados e o ministério e contornar esta primeira crise política, fundada nas indisfarçáveis diferenças existentes entre os ligueiros.

A discussão foi encerrada a pedido de Martim Francisco, e feita nominalmente, por solicitação de Urbano. A medida foi aprovada por uma ampla maioria. Cristiano Ottoni, Afonso Celso, Silva Pereira e Aristides Lobo mandaram à mesa declaração de que votavam a favor da emenda “na esperança de que a idéia defendida pelo Sr. C. Ottoni há pouco viesse a ser aceita na 3ª discussão”, mas essa declaração foi rejeitada, por não ser permitida pelo regimento⁴⁰.

³⁶ *Idem*, p. 10.

³⁷ *Idem*, p. 12-13.

³⁸ *Idem*, p. 13-14.

³⁹ *Idem*, p. 14.

⁴⁰ Declaração de voto motivada não era aceita. *Idem*, p. 15.

O liberal Martinho Campos votou contra o gabinete nessa ocasião, mas, contraditoriamente, não deixou de pronunciar, poucos dias depois, um significativo discurso de apoio ao ministério, quando o defendeu frente às acusações de Lopes Neto. Na discussão do requerimento, apresentado em 4 de junho, pelo liberal Godoy, de cópia de processo instaurado contra C. B. de Moura, redator do jornal intitulado *A pátria*, de Niterói, jornalista que, segundo o requerente, estaria sendo perseguido pelo ministério, Martinho Campos questionou o pedido; além disso, diante de aparte de Lopes Neto, em que este lembrou que tinha sido, no final da década de 1840, condenado ilegalmente, sem recurso, o mineiro terminou por argumentar de modo que a situação progressista aparecesse, de modo positivo, como uma continuidade em relação à época de domínio dos conservadores. A afirmação de Martinho pode ser lida como uma defesa da repressão conservadora contra a revolução Praieira, na qual Lopes Neto estivera envolvido, e sobre a qual Martinho demonstrou restrições:

“Sr. presidente, completando o meu pensamento, direi que foram censuráveis os excessos de que o nobre deputado e seus amigos foram vítimas em 1848 e 1849 (*apoiados*), foram censuráveis os excessos de que tinham sido vítimas anteriormente os liberais de S. Paulo e Minas; *porém mais censurável teria sido o governo se tivesse deixado a revolução triunfar. (Muitos apoiados)* Os governos de então, a respeito dos quais não sou suspeito, não salvaram só os interesses do seu partido, salvaram também os do nosso (*Apoiados.*)”⁴¹

Ao aparte provocador de Lopes Neto, que lembrou afirmação do visconde de Albuquerque segundo a qual “não há retrato mais fiel do saquarema que o liberal no poder”, Martinho Campos respondeu ressaltando a continuidade em relação aos conservadores:

“-Sr. presidente, não tenho sido um admirador do partido conservador, mas não quero também ser absolutamente dessemelhante de todos os homens desse partido...”⁴²

Até porque, argumentou Martinho, a origem deles estaria no liberalismo moderado de 1831.

Até esse momento, mostravam-se inequivocamente contra o ministério os conservadores “puros”, alguns conservadores “moderados” que, descontentes,

⁴¹ Sessão em 4 de junho de 1864, p. 47; itálico nosso.

⁴² *Idem, ibid.*

abandonavam a liga, e os liberais de Pernambuco, que desde o início colocaram-se francamente em oposição. Em 4 de julho, contudo, foi ouvido por Zacarias na Câmara o primeiro discurso veementemente crítico de um liberal que tinha sido seu aliado até pouco antes. Foi pronunciado na abertura da 3ª discussão da proposta do Orçamento geral para o ano financeiro de 1864 a 1865, por Saldanha Marinho.

Saldanha, que não participou da votação da questão de confiança, estabelecida no aumento do capital garantido da estrada de ferro de Pernambuco, e que já tinha mostrado discordância em relação à conduta parlamentar do ministro da guerra, começou o seu discurso trazendo ao debate o mau estado das finanças públicas, afirmando que ele dever-se-ia “à má política que temos visto praticada”. Manifestou a exigência de discutir livremente, não vindo “o ministério embarçar-nos com questões de gabinete”⁴³.

O deputado reclamou da falta de esclarecimentos precisos sobre a receita e a despesa, fundamentais para a confecção da lei do orçamento. E questionou a realização simultânea do “empréstimo ultimamente contraído em Londres”, e da emissão de apólices na corte⁴⁴.

Essa duplicata tinha sido já problematizada pelo deputado conservador Junqueira, em 12 de janeiro. Mas o deputado não questionou, então, apenas a simultaneidade dos empréstimos externo e interno. Problematizou também o próprio modo como foi feita a operação externa de 3.300.000 libras, a maior feita pelo Império, como informa Renato de Mendonça⁴⁵. O acompanhamento do argumento do deputado conservador permite o conhecimento de detalhes da realização deste empréstimo, na administração do ministério Olinda.

A forma de efetivação dessa operação comprometia, segundo Junqueira, não apenas o então ministro da fazenda, marquês de Abrantes, mas também o ex-ministro plenipotenciário brasileiro em Londres, Carvalho Moreira. Este último tinha realizado uma operação bastante lesiva para o tesouro, em benefício de si mesmo e do negociador do empréstimo no mercado londrino, a casa bancária Rothschild & C. Tal prejuízo aos cofres

⁴³ Sessão em 4 de julho de 1864, p. 17.

⁴⁴ *Idem*, p. 18-19.

⁴⁵ MENDONÇA, Renato de. *Um diplomata na corte de Inglaterra*, p. 167.

públicos seria especialmente censurável quando se tivesse em mente que o relatório do ministério da fazenda informava a existência de um déficit de “sete mil e tantos contos”⁴⁶.

Tais tinham sido, conforme Junqueira, as condições do empréstimo:

“(...) Foram emitidos os *bonds* desse empréstimo a 88; houve a comissão de 2%; houve uma corretagem de $\frac{1}{4}$ além do imposto novíssimo lançado pelo governo britânico, e que orça por $\frac{1}{8}$, sobre as quantias a tomar.”⁴⁷

Tanto em si mesmo, como em comparação com os empréstimos já feitos pelo Brasil na Europa, “o empréstimo realizado ultimamente é aquele que foi contraído em piores condições para o tesouro nacional”. Em primeiro lugar, ao serem os *bonds* negociados a 88, haveria uma perda de 6% em relação à cotação – de 94 – que naquele momento tinham os títulos brasileiros no *Stock Exchange*. Em condições favoráveis como esta desfrutada no mercado londrino, a obtenção do empréstimo ali não deveria ter sido realizada através da subscrição aberta por Rothschild, e sim através da abertura de concorrência. Não sendo esta última a opção escolhida, dever-se-ia ter realizado a subscrição dentro do país. A realização dela na Inglaterra pelos Rothschild só se mostrou desfavorável para o Brasil. Segundo a explicação clara do deputado conservador,

“(...) o alvitre de que se lançou mão, isto é, a subscrição aberta em Londres por um banqueiro, pela respeitável casa Rothschild & C., não podia deixar de dar o resultado desfavorável que deu, porquanto o empréstimo apareceu na praça de Londres já entregue a essa casa bancária, e essa apresentou logo a cotação, o *quantum* pelo qual haviam os *bonds* de ser lançados no mercado. Por consequência, ainda que porventura houvessem muitos capitalistas ingleses ou mesmo do continente que quisessem empregar seus capitais a 4%, que, como todos sabem, é um juro avultado na Europa, se quisessem empregar seus capitais na compra de ações, muito acreditadas por certo, do governo do Brasil, não o podiam fazer a mais de 88, porque o *prospecto* desse empréstimo declarou logo que ele havia de ser efetuado a este preço. Assim, o modo por que se realizou o empréstimo foi de maneira tal que, ainda que houvesse boa vontade da parte de alguém de fazer uma operação mais vantajosa para o Brasil, não podia realizar esse intento, porque, marcando os Srs. Rothschild o preço por que o lançavam na praça de Londres, declararam logo que ele havia de ser feito com essa grande diferença que havia de 88 para 95, preço por que foram feitos os outros. (...)”⁴⁸

Devendo os títulos “necessariamente” chegar à cotação de 95, “e talvez mesmo a 95 $\frac{1}{2}$ ”, resultava uma diferença de 7% ou mais em relação ao valor em que foram negociados,

⁴⁶ Sessão em 12 de janeiro de 1864, p. 244.

⁴⁷ *Idem, ibid.*

⁴⁸ *Idem*, p. 245.

porcentagem que significava uma diferença de dois mil e quatrocentos contos, em prejuízo para o tesouro.

Além de terem sido os títulos vendidos a um valor muito baixo, também houve lesão ao tesouro, segundo Junqueira, na corretagem e na comissão, que teriam sido muito elevadas, acarretando ao Estado um prejuízo de setecentos e oitenta contos:

“Além disto, Sr. presidente, nós vemos que se pagou uma corretagem fortíssima, como não há memória em nenhum dos empréstimos nossos. O próprio nobre marquês no seu relatório não pôde justificar o *quantum* dessa corretagem; insistiu mesmo de uma maneira muito positiva na declaração do nosso agente financeiro em Londres, de que não era possível obter-se uma corretagem menor; no entanto que a diferença de $\frac{1}{2}$ para $\frac{1}{4}$, por que foi feito o empréstimo de 1858, apresenta contra o tesouro um ônus de 80:000\$000.

Sr. presidente, eu poderia criticar com todo o fundamento a comissão de 2% que foi concedida por esta negociação; poderia criticar, porque, desde que o governo brasileiro tinha um agente acreditado em Londres para realizar seus negócios financeiros, esse agente não podia conceder por uma operação desta ordem uma comissão tão forte. Esta comissão, Sr. presidente, anda em nada menos de 700:000\$. É uma comissão extraordinária: são 700:000\$ arrancados aos cofres do tesouro nacional; e nós, que precisamos de dinheiro para estradas, para pontes, para canais; nós, que, como dizia há pouco, combatemos aqui palmo a palmo uma pensão de 200\$ a uma pobre viúva, que não concedemos a algumas províncias 20:000\$ por ano para suas obras públicas, havemos de sancionar esta pingue comissão de 700:000\$000? (*Muito bem.*)”⁴⁹

Insistindo na opinião de que, se optava pela subscrição, ela deveria ter sido feita no país, Junqueira também criticou a pressa com que tinha sido realizado o empréstimo. Feita em outubro de 1863, para a obtenção de recursos para pagamento de dívidas que somente iriam vencer em janeiro e - em sua maior parte - em abril de 1864, tal operação implicava o pagamento de juros em duplicata:

“(...) contraído o empréstimo no mês de outubro, e tendo de solver-se a dívida de 1824 no 1º de abril, que é a mais importante, porquanto o resto da dívida de 1843 é apenas de cerca de 398000 libras, no entretanto que o resto do empréstimo de 1824 anda em 2300000 libras, vê-se que o governo do Brasil, contraído naquela época um empréstimo tão avultado, tem de pagar juros duplos até a época em que efetivamente realizar o pagamento desse empréstimo de 1824; de modo que há seguramente em cinco meses juros em duplicata, e isso de uma quantia avultada, o que fará subir a despesa a uma grande soma.”⁵⁰

⁴⁹ *Idem*, p. 245.

⁵⁰ *Idem, ibid.*

Tal empréstimo, tão oneroso para o tesouro brasileiro, poderia ser dispensado caso se empregasse ainda um outro possível alvitre, que teria sido considerado no próprio *Times*: a troca de títulos de 5% de empréstimo antigo tomado pelo governo, por novos títulos de 4,5%. Seria uma troca aceitável pelos possuidores desses papéis, haja vista que “os juros de empréstimos na Europa quase nunca ascendem a mais de 3 ½ ou 4%”⁵¹.

Além do ônus representado pelo empréstimo, Junqueira também apontou inconveniência política na escolha da praça de Londres, e não de qualquer outra do continente europeu. Tal escolha dificultaria que o governo obtivesse apoio dos “grandes capitalistas ingleses” em suas relações com o governo britânico, que estavam rompidas. Se o governo brasileiro tivesse se dirigido aos capitalistas do continente, os ingleses, “privados de repente dos lucros que auferem com a posse dos nossos títulos”, e compreendendo “que semelhante privação lhes vinha do erro do seu governo, certamente se levantariam contra aquele governo; e isso certamente havia de fazer com que no futuro fôssemos mais respeitados e melhor tratados.”⁵²

Como se não bastasse a escolha da praça londrina para o lançamento dos títulos brasileiros, o agente negociador da operação foi ninguém menos que o próprio Carvalho Moreira, ex-ministro plenipotenciários em Londres, o mesmo

“que se retirara solenemente levando consigo toda a legação, e, por assim dizer, os penates brasileiros que lhe estavam confiados, [e que] voltou depois, segundo dizem, incognitamente a Londres, trocando a sua farda de ministro pela sobrecasaca burguesa de um agente de negócios.”⁵³

Ao invés do ex-ministro, deveria ter sido encarregado do negócio “qualquer outro indivíduo” habilitado, qualquer banqueiro brasileiro, porque o negócio era tão vantajoso para os capitalistas ingleses, e os fundos brasileiros gozavam de tanto crédito, que facilmente se realizaria a operação⁵⁴.

Além da forma pela qual se obteve o empréstimo externo, o deputado conservador questionou ainda a emissão simultânea de “5550 apólices de 1:000\$ cada uma, ao juro de 6%”. No seu relatório, o ministro tinha justificado a duplicidade com o argumento de que, quando emitiu as apólices, não sabia ainda do sucesso que tinham tido as negociações do

⁵¹ *Idem*, p. 246.

⁵² *Idem*, *ibid.*

⁵³ *Idem*, *ibid.*

⁵⁴ *Idem*, *ibid.*

empréstimo em Londres. Ao que Junqueira contra-argumentou que, se o ministro escreveu em 8 de junho ao agente financeiro para que fizesse a operação de crédito, deveria esperar que em 24 de outubro, quando procedeu à emissão, aquele empréstimo já estivesse realizado”⁵⁵.

O ministro da fazenda, Abrantes, respondeu de modo que deixou sem resposta os argumentos do deputado conservador. Atribuiu a Carvalho Moreira a inteira responsabilidade do empréstimo em Londres, e justificou a duplicata do mesmo modo que tinha feito no relatório, isto é, explicou a emissão de apólices pela sua ignorância de já ter sido feito o empréstimo externo⁵⁶.

Quase seis meses depois, em 4 de julho, já sob o gabinete Zacarias, o deputado liberal Saldanha Marinho, conforme indicamos, também questionou essa explicação do então ex-ministro da Fazenda. Afirmou que a ignorância da realização do empréstimo seria impossível. E que Abrantes na verdade tinha precisado incorrer na duplicação do empréstimo por conta de que se tinha excedido “na emissão de bilhetes do tesouro”, em relação à sua faculdade legal. Tal excesso *continuava sendo permitido pelo atual ministro da fazenda*, num procedimento de que resultava o mau estado financeiro do país. Explicando-se sobre isso, o ministro da Fazenda tinha declarado que não pudera resgatar os bilhetes, emitidos com autorização do orçamento do exercício anterior, circunstância que o obrigara a mantê-los em circulação, juntamente com os novos, emitidos com a autorização do orçamento em vigor. Para Saldanha, ao invés de fazer isso, o ministro deveria ter se dirigido ao legislativo e pedido mais recursos para que pudesse fazer o necessário resgate:

“Os bilhetes que se emitem, segundo a autorização das nossas leis de orçamento, são por antecipação de renda; desde que aos cofres públicos chegam as rendas que por tal modo foram antecipadas, os bilhetes devem ser recolhidos imediatamente. (Apoiados.)

Se a renda não basta para satisfazer os encargos do exercício, o procedimento do governo é outro; não é certamente usar da emissão extra-legal, mas pedir ao corpo legislativo recursos com que satisfaça os encargos que pesam sobre o tesouro. (Apoiados.)

De facilidades desta ordem é que nos tem resultado indubitavelmente o estado financeiro em que nos achamos. Tenho ouvido a muitos dizerem: - Se existe o

⁵⁵ *Idem*, p. 247.

⁵⁶ *Idem*, p. 249-251. A discussão das interpelações de Junqueira foi encerrada através da aprovação de requerimento de Martinho Campos, que o justificou com a urgência da pendente verificação de poderes de doze deputados, bem como da discussão da Fala do Trono. (Sessão em 13 de janeiro de 1864, p. 254).

déficit, como é que se fez a despesa? Mas é que pagamos dívida com dívida (*apoiados*), marchamos de mal a pior, sendo que em último recurso prevalece-se o governo da emissão de apólices, e então a nossa condição agrava-se, porque além da dívida ficamos pagando mais o juro de 6%”⁵⁷

O mau estado, “especialmente quanto a *déficits*”, não teria sido criado em administrações liberais, mas em administrações conservadoras do passado: “De então [1848] para cá, Sr. presidente, apenas no ministério do Sr. Sousa Franco deparamos com alguma coisa agradável em matéria de finanças.”⁵⁸

Para fazer face ao “pouco lisonjeiro estado das finanças”, muitos partidários do governo se entusiasavam com a idéia, existente no projeto em discussão, de reformar a administração, de modo a suprimir empregos públicos e reduzir ordenados. Entre os defensores dessa política, encontrava-se Tavares Bastos, que fez propostas no sentido de redução de pessoal nos serviços pertinentes aos ministérios de Estrangeiros e da Marinha, e pediu ao ministro do Império, na discussão do orçamento de sua pasta, que propusesse “ao corpo legislativo uma reforma completa da organização da secretaria do império”⁵⁹. Trata-se de uma política que Saldanha Marinho afirma ser uma “iniquidade”, num posicionamento que é apoiado pelos também liberais Silveira Lobo e Lopes Neto, como se vê no seguinte trecho do discurso de Saldanha:

“Consistirá o remédio ao mal que existe na supressão de um ou outro emprego nas repartições públicas?...

O SR. SILVEIRA LOBO: - Tiram-se migalhas aos brasileiros, para darem-se milhões aos estrangeiros; é a grande economia do ministério atual.

O SR. SALDANHA MARINHO : - Senhores, será sempre inconveniente que se queira corrigir um erro com uma iniquidade.

O SR. ANDRADE PINTO: - Não pode mais ir por esse ponto; o ministério já recuou nessa matéria.

O SR. SALDANHA MARINHO: - Não estou combatendo a opinião de ninguém; e neste ponto creio que o ministério chegará a um acordo. Os meus nobres colegas de comissão têm determinado suprimir as medidas que tendiam a extinguir lugares ainda providos; até aí vamos bem; porém o que combato é o que existe no projeto em discussão, é a idéia, o *entusiasmo* que a tal respeito grassa nesta casa.

O que são quarenta, vinte, dezesseis contos para duzentos e tantos mil contos, ou ainda mesmo para trinta e oito mil contos! Semelhante economia redundará apenas em atirarmos à miséria um ou outro pai de família, com vinte ou trinta anos de serviços.

⁵⁷ Sessão em 4 de julho de 1864, p. 20.

⁵⁸ *Idem, ibid.*

⁵⁹ Sessão em 15 de abril de 1864, p. 187.

O SR. LOPES NETO: - Economia de palitos.

O SR. SALDANHA MARINHO: - Sem dúvida, e iníqua. (...)”⁶⁰

Ao invés de reduzir os ordenados dos empregados públicos e de suprimir cargos, uma grande fonte de economia residiria no “material do exército e da armada”, economia que contribuiria para a melhora da situação financeira.

Esta também exigiria a reforma da lei de 22 de agosto de 1860, estabelecendo-se a necessária liberdade de crédito, com a cessação do monopólio do crédito pelo Banco do Brasil, que “está presentemente senhor da praça do Rio de Janeiro”. Saldanha, que tinha apresentado uma proposta de reforma da lei em 16 de fevereiro de 1864⁶¹, afirmou que esta reforma, imprescindível para os princípios liberais, somente não estava sendo realizada porque não contava com o apoio do governo:

“Não acuse o país a atual câmara por não se haver ela empenhado já nesta matéria, e por não terem sido apresentadas medidas concernentes a remover o mal que sofremos. Está no espírito da maioria da câmara alterar convenientemente essa lei; mas para essa alteração a câmara necessita de concurso muito direto do governo. (...) O governo nos seus cálculos de administração tem entendido que ainda não pode coadjuvar-nos neste empenho.”⁶²

Além de incompetência no cuidado da situação financeira do país, o ministério também foi acusado por Saldanha Marinho de atacar a liberdade de imprensa, ao demitir, do cargo de ajudante geral do exército, o tenente-general José Maria da Silva Bittencourt, funcionário por ele defendido dos ataques do governo no *Diário do Rio*. Silveira Lobo, Lopes Neto, Urbano e Godoy deram apertes apoiando. O governo, disse o deputado, tinha demitido covardemente aquele funcionário, como meio de atingir ele próprio⁶³.

Numa afirmação que foi retomada no debate que seguiu, Saldanha declarou que apenas “com a mais plena liberdade posso ser amigo” do ministério⁶⁴.

⁶⁰ Sessão em 4 de julho de 1864, p. 23.

⁶¹ O projeto apresentado por Saldanha foi aprovado em primeira discussão em 1º de abril de 1864, após deliberação, sugerida por Martinho Campos, de que, sem prejuízo dessa primeira discussão, o projeto fosse às comissões de justiça e fazenda (Sessão em 1º de abril de 1864, p. 11-12).

⁶² Sessão em 4 de julho de 1864, p. 24.

⁶³ *Idem*, p. 27.

⁶⁴ *Idem*, p. 28. A registrar, a oposição violenta ao ministério que, em aparte, vai mostrando o deputado Silveira Lobo. Depois dessa fala de Saldanha, acrescentou: “E que se retirem a bem da causa pública”, opinião que seria “de todos; só não dizem da tribuna.” (*Idem*, p. 28)

No dia seguinte, 5 de julho, o liberal Carvalho Reis, procurando abrandar o tom das críticas, fez um discurso em defesa da situação, de declaração de confiança no atual gabinete. Admitiu que havia divisão na maioria da Câmara, mas afirmou que isto não queria dizer que houvesse completa ou fundamental divergência no interior do partido que assumiu o poder.⁶⁵

Reis concordou com a crítica feita por Saldanha à lei de 22 de agosto de 1860, afirmando que ela realmente contribuía para as más circunstâncias financeiras do país, mas disse que não era necessária pressa em revogá-la, pois a doutrina contrária, isto é, a da liberdade de crédito, viria a prevalecer “mais dia menos dia”⁶⁶. Quanto à gravidade da situação financeira, Reis afirmou que ela teria sido exagerada por Saldanha, que teria acumulado cifras para aumentar o *déficit*. Além disso, o deputado pelo município neutro não teria considerado que as receitas iriam aumentar, com o crescimento da produção e da navegação a vapor⁶⁷.

Zacarias falou no mesmo dia 5, ironizando a declaração de “amizade livre” de Saldanha, amizade que se dirigiria somente a seis ministros, já que o deputado tinha feito críticas acerbas ao da guerra, José Mariano de Matos. O presidente do conselho defendeu o ministro da guerra, e disse que, se Saldanha excluía um dos ministros de sua dedicação, os outros seis, por solidariedade, não podiam aceitá-la⁶⁸. Deste modo, Zacarias cobrou inteira fidelidade, esclarecendo que, no apoio, não poderia haver exclusão de pessoas nem de propostas do governo.

O presidente do conselho reafirmou a existência de uma questão de gabinete na medida referente ao aumento de capital garantido da companhia da estrada de ferro de Pernambuco, e declarou que, se as reformas políticas eram necessárias, como teria apontado Saldanha Marinho, o gabinete só se comprometia com as que não implicassem reforma constitucional⁶⁹. Neste ponto, Saldanha interferiu e revelou que Zacarias estava tentando se desviar da sua questão, lembrando-lhe que não falou de reforma política, e sim de reforma bancária. Zacarias, então, foi obrigado a responder, e o fez de forma a revelar

⁶⁵ Sessão em 5 de julho de 1864, p. 34-35.

⁶⁶ *Idem*, p. 36.

⁶⁷ *Idem*, p. 36-37.

⁶⁸ *Idem*, p. 40.

⁶⁹ *Idem*, p. 42.

seu compromisso com proposta conservadora, embora respaldada pela fala do senador liberal Souza Franco: declarou *não ser necessária a revogação da lei de 22 de agosto de 1860*:

“O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Pois bem: considerarei a reforma bancária, dizendo ao nobre deputado que o chefe conhecido da escola da liberdade do crédito, o Sr. senador Sousa Franco, enunciou-se no senado a respeito da lei de 22 de agosto de 1860 de modo bem oposto às idéias do nobre deputado.

O nobre deputado, Sr. presidente, entende que a revogação da lei de 22 de agosto de 1860 é uma necessidade indeclinável, uma aspiração geral do partido progressista.

O ilustrado senador, porém, não pensa assim, pois teve já ocasião de dizer no senado que das três partes de que se compõe a referida lei, as duas principais, isto é, a relativa à conversibilidade dos bilhetes em moeda metálica, e a que diz respeito ao direito de emissão, devem ser mantidas, encaminhando-se somente as modificações à parte que é concernente à administração dos estabelecimentos bancários. Há, portanto, diferença profunda entre o que pensa o nobre deputado e o que diz o senador pelo Pará.”⁷⁰

Saldanha contra-argumentou no mesmo dia. Declarou orgulhosa e veementemente a sua liberdade de representante da nação, coisa de que teria mostrado não gostar o presidente do conselho, cujo ministério não representaria a situação política que o deputado tinha ajudado a criar:

“(...) Tenho estado e continuo a estar, queira ou não queira S. Ex., com os amigos, que comigo criaram com imenso trabalho e sacrifícios a presente situação política: reputo-os na maior boa fé, e com tanta honra e ilustração que jamais hão de confundir essa situação com o atual ministério. (*Apoiados; rumor.*)”⁷¹

Mantendo as críticas que tinha feito ao ministro da guerra, Saldanha reforçou a sua declaração de independência, dizendo que Zacarias não seria competente para manobrá-lo como quisesse. Defendendo o ato do ministro, o presidente do conselho estaria aprovando um cerceamento à liberdade de imprensa maior do que o ocorrido sob o mando dos conservadores. Com esta informação, Saldanha provoca um debate acalorado, no qual consegue desnortear Zacarias, sob os apartes de Lopes Neto:

“Estive na imprensa no tempo do domínio conservador, fui enérgico na sustentação do meu pensamento, combati com todas as forças os meus adversários; nunca a liberdade da imprensa entretanto deixou de ser respeitada. O contrário havia de suceder, quando nesta casa se proclamava um ministério não só liberal como liberalíssimo. (*Apoiados.*)

⁷⁰ *Idem*, p. 43.

⁷¹ *Idem*, *ibid.*

O SR. LOPES NETO: - *Quod non fecerunt barbari, fecerunt Barberini.*⁷² (*Risadas.*)

O SR. SALDANHA MARINHO: - O Sr. presidente do conselho, usando da sua alta autoridade, manifestou que pode dispensar-me...

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Eu disse isso?

O SR. SALDANHA MARINHO: - S. Ex. esqueceu-se de que, sem aceitar nem rejeitar *passaportes*, eu procedo segundo entendo mais digno e honroso; irei para onde me parecer mais nobre, e não para onde S. Ex. me mandar, pois que lhe reconheço a incompetência para tais dispensas. (*Muitos apoiados; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Quem disse isso? V. Ex. está perdendo o seu tempo... Faça V. Ex. o que quiser..

O SR. LOPES NETO: - Estou-o reconhecendo agora...

O SR. SALDANHA MARINHO: - Não perco o meu tempo, aproveito-o, e tanto que consigo convencer a V. Ex. de que se deve conter nos limites do que em sua posição especialmente lhe é facultado.⁷³

O liberal José Bonifácio, o Moço, ministro do Império, interveio em defesa do gabinete, dizendo que todos os amigos eram livres, e que o atual ministério representava, sim, a situação. Bonifácio indagou a razão pela qual Saldanha não se pronunciou antes contra o ministro da guerra, se os fatos que criticava agora eram anteriores à sua ascensão ao ministério, e afirmou, reforçando Zacarias, que o gabinete não podia aceitar apoios divididos. Além disso, declarou ainda que “qualquer que seja o respeito que lhe [a Saldanha Marinho] devamos, não aceitamos, já não digo de S. Ex., mas de ninguém lições de dignidade. (*Apoiados.*)”⁷⁴.

Junqueira, conservador que tinha sido inicialmente ministerialista, fez um veemente discurso de oposição em seguida. Defendeu Saldanha na disputa contra José Mariano de Mattos, e censurou “acrememente o ministério atual por ter estabelecido suas questões de gabinete no terreno do dinheiro”, e também por ter violado a constituição ao apoiar, fazendo mesmo seus, os decretos de aposentadoria de magistrados assinados por Sinimbu,

⁷² Como informa Magalhães Júnior, essa frase latina quer dizer “*O que não fizeram os bárbaros, fizeram os Barberini*”. Era “uma sátira contra o Papa Urbano VIII (da aristocrática família Barberini), que em 1635 converteu os bronzes que omavam o Panteão, conservados em esplêndido estado desde o ano 27 antes de Cristo, num dos canhões que passaram a guardar o Vaticano...” (MAGALHÃES Júnior, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos, bem como de curiosidades verbais, frases feitas, ditos históricos e citações literárias, de curso corrente na língua falada e escrita*. Introdução de Hermâni Donato. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1974, p. 273)

⁷³ Sessão em 5 de julho de 1864, p. 45.

⁷⁴ Sessão em 6 de julho de 1864, p. 49 e p. 50.

em 30 de dezembro de 1863⁷⁵. Retomando a discussão da questão de gabinete na emenda referente ao aumento do capital garantido da estrada de ferro de Pernambuco, Junqueira, citando Teófilo Ottoni, afirmou que se trataria de uma *doação* feita pelo governo:

“Eu vejo, Sr. presidente, que no orçamento há uma questão de gabinete engastada em um dos seus artigos, e esta questão de gabinete é oriunda de uma injusta reclamação de dinheiro, é uma espécie de doação a uma companhia estrangeira...”⁷⁶

Mais adiante:

“Pergunto eu, Sr. presidente, por que havemos nós dar este testemunho tão grande de leviandade acedendo a pedidos injurídicos e injustos de companhias que malbarateavam os seus capitais? (*Apoiados.*)”⁷⁷

Vigilante quanto ao trato do dinheiro público pelos gabinetes da situação “progressista”, Junqueira foi também a voz mais assídua contra a medida da abertura do Amazonas, proposta nessa mesma sessão, momento em que o projeto derrotado em julho de 1862 (gabinete Olinda) retornou a uma Câmara mais favorável. Em 1862, conforme já mencionado no capítulo anterior, um aditivo proposto por Tavares Bastos previa a extinção de barreiras à navegação do Amazonas e de outros rios de sua bacia, ficando estabelecido que o governo celebraria tratados com as nações ribeirinhas “para estender-se a mesma navegação até os respectivos territórios”⁷⁸.

A proposta referente ao Amazonas retornou modificada à Câmara em 13 de fevereiro de 1864, quando Franco de Almeida, Leitão da Cunha, Tavares Bastos e outros signatários apresentaram um projeto determinando que o governo imperial abrisse a

⁷⁵ *Idem*, p. 53-54. A participação de Zacarias no cumprimento desses decretos, assinado no gabinete Olinda, é narrada por Pereira da Silva, que diz terem sido eles pedidos pelo Imperador: “Sabia-se que o Imperador desejava a aposentadoria forçada de alguns magistrados, que supunha prevaricadores; e que, não logrando-a dos membros do ministério de maio de 1861, a conseguira do gabinete presidido por Araújo Lima, ao retirar-se do poder esse gabinete. Lavraram-se os respectivos decretos de aposentação, que se não tinham ainda cumprido. Remeteu-os Zacarias ao Supremo Tribunal de Justiça. Respondeu-lhe o presidente Pinheiro de Vasconcellos, que, reputando-os inconstitucionais, não podia obedecer ao governo.

Achou-se Zacarias em dificuldades (...) Não aprovava o ato do seu predecessor; considerou-o porém como consumado e ordenou terminantemente ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que cumprisse os decretos. Relutou ainda Pinheiro de Vasconcellos. Coagiu-o Zacarias a demitir-se da presidência do tribunal, nomeou-lhe substituto, e logrou então que fossem registrados os decretos. (...)” (SILVA, J. M. Pereira da. *Ob. cit.*, p. 317).

⁷⁶ Sessão em 6 de julho de 1864, p. 54.

⁷⁷ *Idem*, p. 55.

⁷⁸ Sessão em 9 de julho de 1862, p. 92.

navegação do rio Amazonas “ao comércio das nações que estiverem em boas relações com o Império”, mas *após convenções prévias com os governos interessados*⁷⁹.

O projeto foi aprovado em 31 de março de 1864 em primeira discussão e, em segunda, foi defendido por Tavares Bastos⁸⁰ e os deputados, liberais do Pará, Franco de Almeida⁸¹ e Raiol⁸². O ataque ao projeto ficou por conta do deputado conservador Junqueira, num debate que se desdobrou na aprovação do projeto em segunda discussão em 27 de abril de 1864.

O cerne da argumentação de Junqueira encontrava-se em que, segundo ele, o Brasil, ao abrir o Amazonas aos países não-ribeirinhos, estaria adotando uma política inédita no mundo, política que nem os países europeus nem os Estados Unidos teriam ainda realizado; nem o Reno, nem o Danúbio, nem o Mississipi estariam abertos à navegação mundial, circunstância que explicaria em parte a grandeza dos países que os protegeriam. O fechamento do Amazonas não teria ainda trazido progresso, mas a abertura significaria um comprometimento da integridade e da grandeza futuras do Brasil:

“Os nobres deputados dizem que a situação presente do vale do Amazonas não é boa; concordo: entendo que aquela região não chegou certamente ao ponto para que seus destinos a têm fadado; mas digo que pode algum dia suceder isto sem que vamos atropelar todas as leis da experiência, sem atropelar o nosso direito de soberania, e porventura caminhar para um futuro que pode ser pouco harmônico com a integridade e grandeza do Brasil...

(O Sr. Franco de Almeida e outros senhores dão apartes.)

(...) creio que tais questões não se resolvem pelo cosmopolitismo, mas pelos interesses brasileiros. Se como cidadão devo pensar desta maneira, como deputado cresce ainda mais esta minha obrigação.”⁸³

Tavares Bastos respondeu a esses argumentos de Junqueira com um discurso que não foi publicado. Mas, pela resposta que, no dia seguinte, aquele parlamentar lhe deu,

⁷⁹ Sessão em 13 de fevereiro de 1864, p. 94. Assinavam o projeto T. Franco de Almeida, A. Leitão da Cunha, A. C. Tavares Bastos, Antonio José Moreira, Domingos Antonio Raiol, Francisco Carlos de Araújo Brusque, José Ângelo M. da Silva. Foi também apresentado um outro projeto, com os mesmos signatários, determinando que se procedesse “às explorações dos rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Japurá, Içá e Rio Negro, nas províncias do Pará e Amazonas, em ordem a decretar-se oportunamente a sua livre navegação e comércio às mesmas bandeiras a quem tenha sido dada essa faculdade no rio Amazonas.”

⁸⁰ Os discursos de Tavares Bastos em defesa do projeto não se encontram publicados.

⁸¹ Em sessão de 23 de abril de 1864.

⁸² Em 25 de abril de 1864.

⁸³ Sessão em 22 de abril de 1864, p. 248.

podemos ver que o deputado alagoano repetiu acusação já feita em aparte a seu interlocutor, em 22 de abril⁸⁴: a de que Junqueira estaria atrasado em relação ao que naquele momento acontecia no mundo. Respondendo a tal censura, Junqueira, que sempre ironizava os “entusiasmos” de Bastos quando ocupava a tribuna, aproveitou para ridicularizar a sua argumentação progressista, empolgada com a técnica. Frente a um aparte em que Pedro Luiz defendeu Tavares Bastos, dizendo que o “pensamento do nobre deputado pelas Alagoas é outro” em relação ao que afirmara Junqueira, este responde: “- É uma cousa então metafísica, sublime, que não entendem uns simples mortais como eu.” Com uma astuta presença de espírito, Bezerra Cavalcanti disparou: “- *É um modo de pensar a vapor.*” Ao que Junqueira completou:

“- É um modo de pensar a vapor, como muito bem disse o nobre deputado; pensar ao qual não posso atingir, porque o nobre deputado pelas Alagoas me declarou atrasado 40 anos.

O nobre deputado pelas Alagoas, dali (*aponta para um banco*), em um aparte, declarou-me atrasado 40 anos; porém daquela bancada para esta fiquei logo atrasado mais 10 anos, fiquei logo atrasado 50 anos, como S. Ex. disse; veja V. Ex. como marchamos a vapor: as quatro passadas que deu o nobre deputado envelheceram-me 10 anos, hoje é preciso caminhar muito; não há senão telegrafias, caminhos de ferro; tudo marcha aceleradamente; e até me lembro que já em uma discussão ouvi o nobre deputado emitir a idéias de se aceitarem quaisquer cartas de qualquer academia do mundo para se ser magistrado no Brasil.”⁸⁵

Junqueira defendia um posicionamento que estava vencido, e o projeto foi aprovado em 2ª discussão em 27 de abril de 1864.

A 3ª e última discussão se iniciou em 8 de junho de 1864, com a apresentação, pelo deputado liberal Carvalho Reis, de uma emenda estabelecendo, primeiro, que a navegação do Amazonas fosse feita “por intermédio da capital e da alfândega da província do Pará”, para que pudesse ser fiscalizada com rigor, e que a liberdade de navegação se referisse “somente aos nossos portos fluviais habilitados e aos portos fluviais habilitados das repúblicas do Peru e da Venezuela”, “únicos Estados com quem temos tratados e convenções”, isto “enquanto não tivermos tratados e convenções com os mais Estados ribeirinhos”. Além dessas condições, estabelecidas no artigo 1º, Carvalho Reis elaborou outras no artigo 2º, com o intuito de evitar a necessidade, prevista no projeto inicial, de

⁸⁴ *Idem*, p. 247.

⁸⁵ Sessão em 23 de abril de 1864, p. 261; itálico nosso.

estabelecer tratados e convenções com todos os países estrangeiros interessados na abertura. Na opinião de Carvalho Reis, tratados e convenções deveriam ser feitos apenas com os países ribeirinhos interessados em fazer a navegação⁸⁶, e não com todas as nações, haja vista que, com algumas delas não estabeleceria relações pautadas pela igualdade. Para elas, o Império é que deveria estabelecer as condições da navegação de seus rios:

(...) o meio mais fácil, mais terminante de garantir os direitos do Império é estabelecermos as condições *sine qua non* da navegação dos nossos rios interiores. Venham todas as nações navegá-los, mas venham sob tais e tais condições. Para que havemos de sujeitar aquilo que é nosso a tratados, a convenções, a discussões diplomáticas? (...) por que havemos de ir encetar tratados e convenções com países distantes, com países mesmo transatlânticos... (...) que nada têm que ver com o nosso direito de abrir os nossos portos como, quando, pela maneira e com as condições que nos convier? (...) Ainda uma outra consideração (...) deve calar no espírito da câmara, é que o nosso governo ainda não está em estado de poder arcar, de poder lutar vantajosamente em questões diplomáticas com certos Estados estrangeiros. (*Apoiados.*)⁸⁷

Contra os argumentos de Reis, levantou-se Franco de Almeida em 09 de junho. Almeida usou exemplos para mostrar que a política de abertura dos rios não seria algo tão universal quanto argumentava Tavares Bastos, e que seria necessário exigir compensações pela abertura a países não-ribeirinhos, de modo a garantir reciprocidade⁸⁸. O deputado sugeriu que a exigência de reciprocidade decorreria de conveniências políticas que, apesar da insistência de Martinho Campos para que o fizesse, o deputado não declarou quais seriam⁸⁹.

Contra a idéia de reciprocidade falou, no dia seguinte, 10 de junho, o liberal Martinho Campos, num discurso que é, sem rebuscos, favorável ao capital estrangeiro.

Para Martinho, a idéia de reciprocidade, defendida por Franco de Almeida, não alimentava as esperanças de melhorar as relações do Brasil com “as nações mais importantes do mundo”, trazendo o auxílio necessário dos capitais estrangeiros para o progresso da nação. O estabelecimento da necessidade de convenções com as nações estrangeiras para a realização da abertura feriria os princípios de liberdade de comércio e de

⁸⁶ Sessão em 8 de junho de 1864, p. 73.

⁸⁷ *Idem*, p. 74.

⁸⁸ Sessão em 9 de junho de 1864, p. 90.

⁸⁹ *Idem, ibid.*

indústria⁹⁰, e revelaria a prevalência do “ciúme nacionalista”, num país em que o direito de reciprocidade de nada valeria, pois nele o “espírito de empresa”, “sem o auxílio do espírito de associação, ou não existe, ou tem sido infeliz na maior parte de seus ensaios” :

“Sr. presidente, o que vem a ser a reciprocidade em matéria de navegação e comércio atualmente para o nosso país? Vem a ser esta reciprocidade nada mais que o esconderijo derradeiro desse velho ciúme que isolava e seqüestrava o Brasil do resto do mundo, e monopolizava o seu comércio em proveito da dominação colonial, a última forma de um sistema protetor pouco inteligente, que não ousa mais apresentar-se sem disfarce, porque um país vastíssimo e pobre de população e de capitais como o nosso, um país em que infelizmente somos obrigados a confessar que o espírito de empresa, que não pode viver nem elevar-se sem auxílio do espírito de associação, ou não existe, ou tem sido infeliz na maior parte de seus ensaios; um país nestas condições o que pode esperar do direito de reciprocidade?(...)”⁹¹

A reciprocidade, no argumento de Martinho, não seria possível, justamente pelo fato de que o Brasil não tinha navegação igual ou semelhante à dos países mais adiantados em civilização e riqueza. Garantir o direito brasileiro de navegação nos rios norte-americanos e europeus seria “um direito sem possibilidade de uso e sem eficácia real”. Mais sensato e frutífero seria aceitar “o livre concurso de todos os capitais do mundo para povoar e transformar as nossas vastas e ricas regiões hoje desertas.”⁹²

A proteção às empresas nacionais, argumentou ainda o deputado, era justamente o que fazia com que se mostrassem pouco benevolentes com o Brasil as “grandes nações comerciais e civilizadas da Europa”, e essa proteção seria também o resultado das limitações que o projeto defendido por Franco de Almeida punha à idéia da abertura. O projeto tal como estava não teria como consequência a abertura, mas sim a manutenção do exclusivo da Companhia do Amazonas:

“(…) Todos os nossos interesses nos levam por este lado a aceitar a idéia capital do projeto do nobre deputado, mas sem as limitações que ele lhe põe (…)
(…) a consequência do projeto não é outra senão continuar a manter de fato o exclusivo da navegação a vapor do Amazonas à atual companhia brasileira do mesmo nome, com a qual não pode competir a marinha não subvencionada das nações que podem navegar ali.”⁹³

⁹⁰ Sessão em 10 de junho de 1864, p. 107.

⁹¹ *Idem, ibid.*

⁹² *Idem, p. 108.*

⁹³ *Idem, p. 109-110.*

Mostrando-se “magoado” com o comentário de Martinho Campos de que os proponentes do projeto com as limitações nele presentes estariam defendendo os interesses exclusivistas da Companhia do Amazonas, o deputado Moreira, um dos seus signatários, afirmou, sob os apertes negativos de Franco de Almeida e de Leitão da Cunha, que não via como tão importante a reciprocidade, e combateu as objeções dos adversários do projeto⁹⁴.

Em 15 de junho, Franco de Almeida e Leitão da Cunha apresentaram emenda substitutiva que mantinha a idéia de tratados e convenções prévios:

“Fica autorizado o governo a abrir, no termo mais breve possível, ao comércio e navegação das nações amigas com quem celebrar previamente tratados ou convenções, o rio Amazonas, em toda a extensão do território brasileiro, tomando as medidas e despendendo as quantias que julgar convenientes.”⁹⁵

Tomaram ainda a palavra Carvalho Reis - dizendo que a Companhia do Amazonas não seria prejudicada com a abertura⁹⁶ - e o ministro do Império, cujo discurso não foi publicado. Postos a votos os substitutivos em primeiro lugar, em 16 de junho, foi aprovada a proposta de Franco de Almeida e Leitão da Cunha, ficando prejudicados o projeto original e o substitutivo de Carvalho Reis⁹⁷.

Esse último deputado asseverou que não haveria prejuízo para a Companhia do Amazonas, que monopolizava a navegação na região. Mas não foi o que sugeriu o adiamento da medida no Senado. Entrando em primeira discussão em 27 de junho de 1864, o projeto foi remetido às comissões de fazenda e diplomacia para darem parecer, a requerimento de Paranhos, que tinha relações pessoais com Mauá, o proprietário da Companhia⁹⁸.

Entrando em primeira discussão no Senado em 27 de junho de 1864, o projeto é remetido às comissões de fazenda e diplomacia para darem parecer, a requerimento de Paranhos.

⁹⁴ Sessão em 11 de junho de 1864, p. 129-130.

⁹⁵ Sessão em 15 de junho de 1864, p. 162.

⁹⁶ *Idem*, p. 165.

⁹⁷ Sessão em 16 de junho de 1864, p. 182.

⁹⁸ Segundo Jorge Caldeira, Mauá “partilhava segredos” com Paranhos (CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 480).

Num discurso elogiado por Bastos, Paranhos pronunciou-se contra o condicionamento da abertura a convenções de reciprocidade, e disse que não seria necessária autorização legislativa para que o governo pudesse realizar aquela medida:

“(...) o governo, para franquear a navegação do Amazonas ao comércio de todas as nações amigas, não carece de autorização legislativa, o pode fazer, assim como já franqueou a navegação e comércio do alto Paraguai, a navegação e comércio do alto Uruguai, assim como já concedeu essa mesma navegação do Amazonas a alguns dos estados ribeirinhos com quem celebramos tratados. (...)”⁹⁹

A existência de uma oposição conservadora na Câmara e no Senado à medida de abertura contrasta com a sua aprovação, apenas dois anos mais tarde, sem prever “tratados ou convenções”, por meio de um decreto de 7 de dezembro de 1866, após consulta ao Conselho de Estado. Todavia, antes disso, o “pensar a vapor” ainda seria o responsável imediato pela queda do gabinete Zacarias. Ele estava relacionado estreitamente ao que liberais e conservadores discordantes denominaram um “assalto ao tesouro”.

2. Uma tentativa de “assalto ao tesouro” e a queda do gabinete

Questionado o ministério Zacarias por estabelecer as suas “questões de gabinete no terreno do dinheiro”, foi nesse mesmo plano que se situou o debate do qual decorreu a sua queda, no final de agosto de 1864. O ministério caiu por conta da derrota na votação do pedido de adiamento, feito pelo ministro do Império José Bonifácio, da discussão do projeto referente à autorização para o governo “conceder uma subvenção anual que não exceda a 200:000\$ durante dez anos a companhia ou empresa que contratar com o governo dos Estados Unidos uma linha mensal de barcos de vapor”¹⁰⁰. Foi essa, pelo menos, a explicação dada por José Bonifácio, ministro do Império, no dia 1º de setembro na Câmara dos Deputados. O projeto tinha entrado em primeira discussão no dia 29 de agosto, por iniciativa de Martinho Campos, que fez requerimento de urgência para a medida. Com isso, ela teria passado, segundo Bonifácio, na frente de uma outra matéria que estava em primeiro lugar na 1ª parte da ordem do dia, matéria que dizia respeito a “uma proposta do

⁹⁹ Citado em BASTOS, A. C. T. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia. Editora Nacional, 1937, p. 60.

¹⁰⁰ Sessão em 29 de agosto de 1864, p. 255.

poder executivo autorizando operações de crédito para despesas cuja conveniência e necessidade o corpo legislativo já tinha reconhecido em uma lei, e o reconheceu logo depois.”¹⁰¹

A aprovação do requerimento de Martinho, segundo o ex-ministro, “já importava sinal de desconfiança da parte da câmara, porque enfraquecia o governo perante o país”, desconfiança que se confirmou nos desdobramentos do debate:

“(…)como fosse nessa ocasião mal interpretado o meu pensamento, voltei de novo à discussão para dar-lhe uma forma sensível, que pudesse ser pelo país inteiro apreciado; requeri que o projeto fosse à comissão de comércio e indústria para dar sobre ele seu parecer com urgência.

Ainda assim, não compreendido o meu pensamento, aceitei sem hesitar, porque meu fim não era matar o projeto, uma sub-emenda que pedia fosse a medida a essa comissão sem prejuízo da primeira discussão. Ambas as emendas foram rejeitadas pela câmara dos Srs. deputados. Entendi que a circunstância, que o fato isolado neste ponto era pelo menos uma prova da pouca deferência pelo ministro do império, prova reforçada em seus efeitos pela primeira votação, que preteriu a proposta do governo.

Um novo fato pôs remate aos que acabo de narrar: uma votação nova veio acrescentar-se às causas justas e constitucionais do rompimento que entendi dever provocar.

Votado em primeira discussão o projeto, pediu-se ainda que fosse preferido à proposta do governo, isto é, pedia-se dispensa de interstício, quando já não podia haver dúvida alguma que esse primeiro projeto provocava discussão na câmara.”¹⁰²

Na discussão do projeto de subvenção para contrato da linha de barcos a vapor, contra o qual se mostrava o ministério, na voz insistente de José Bonifácio, entre os favoráveis à medida se pronunciaram, além de Martinho Campos, Salustiano Souto, em 29 de agosto, e Paula Souza, em 31. Dia 29, Martim Francisco, um dos signatários do projeto, apontou, contudo, problemas nele, e dia 31 falaram contra os conservadores Viriato e Casimiro Madureira.

A medida, proposta por 40 deputados liberais e também conservadores ligueiros¹⁰³, era um desdobramento de outras discussões sobre a proposta, que viera à tona na Câmara em 1862, quando Tavares Bastos sugeriu um aditivo¹⁰⁴ ao orçamento, e também em 22 de abril de 1864, quando, juntamente com Jesuíno Marcondes de Oliveira, apresentou um

¹⁰¹ Sessão em 1º de setembro de 1864, p. 279.

¹⁰² *Idem. ibid.*

¹⁰³ Sessão em 19 de agosto de 1864, p. 175.

¹⁰⁴ Já mencionado no capítulo 2, p. 132.

parecer da Comissão de Comércio, Indústria e Artes, da qual era membro. Tratava-se de parecer sobre 3 propostas para a navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos que se encontravam anexas ao último relatório do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: uma do diplomata norte-americano James Watson Webb, outra dos também americanos Beales e Garrison, e a terceira da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor. Nesse parecer, Bastos repetiu os argumentos usados nas *Cartas do solitário*, desdobrando-os. Em primeiro lugar, a linha de navegação direta aumentaria ainda mais as relações entre os dois países, permitindo também uma quebra do monopólio inglês nas importações brasileiras. Somente os Estados Unidos poderiam fazer concorrência em pé de igualdade com a Inglaterra, em virtude da importância adquirida pela indústria norte-americana. É importante esta argumentação contra os ingleses, nesse momento do parecer. Ainda mais quando, na seqüência, o deputado citou favoravelmente relatório da diretoria da estrada de ferro D Pedro II em que esta declarava ter, após os conflitos com a Inglaterra que redundaram numa situação que colocou “*nossa pátria sob a pressão dolorosa da violação do seu território, das ofensas materiais a seu comércio marítimo, e dos muito mais graves desacatos à soberania nacional, contidos nas expressões altivas e humilhantes do representante de S. M. a Rainha Vitória*”¹⁰⁵, optado por declarar guerra à indústria inglesa, suspendendo as encomendas feitas a essa indústria e estudando a possibilidade de substituí-las por similares de outros países, como Bélgica e Estados Unidos

“A diretoria da estrada de ferro, indignada como todos os cidadãos brasileiros contra tão deploráveis abusos da força, crendo, como todos, que está em primeiro lugar salvar a honra nacional, e que, dada a continuação das hostilidades, sobram meios ao Brasil de fazer *guerra à indústria inglesa*, resolveu contribuir com o seu pequeno contingente para o protesto da nacionalidade ofendida, e por este motivo suspendeu todas as encomendas para a Inglaterra, e cuida de estudar as produções similares de outros países, especialmente da Bélgica e dos Estados Unidos da América, tendo por *desideratum* para o caso de não se restabelecerem entre os dois governos relações amigáveis e reciprocamente respeitadas, a completa exclusão de toda a matéria prima, de todo o artefato britânico na construção e custeio da estrada de ferro. (...)”¹⁰⁶

Tais argumentos são significativos na demonstração de que os posicionamentos do deputado a favor de empresas estrangeiras não resultavam de determinações de uma

¹⁰⁵ Relatório citado na sessão de 22 de abril de 1864, p. 244.

¹⁰⁶ Sessão em 22 de abril de 1864, p. 244-245.

situação de dependência vivida pelo país. Tais posicionamentos eram definidos por interesses circunstanciais muito conscientes. Vimos, no capítulo precedente¹⁰⁷, que Bastos revelara, nas *Cartas do solitário*, um posicionamento em que, se não concordava completamente com as “pressões inglesas”, também não se colocava totalmente contra elas, justificando-as pela má conduta do governo brasileiro face à questão do tráfico. Neste novo momento, contudo, em que se evidenciam ligações com norte-americanos interessados na subvenção para a linha de navegação, Bastos passou a defender que se desse prioridade à proteção da honra da “nacionalidade ofendida” pelos “abusos da força”, e que o país se valesse dos meios que não lhe faltavam para “fazer guerra à indústria inglesa”.

Tavares Bastos defendeu a subvenção a uma companhia americana (“naturalmente” deveria ser uma companhia americana), argumentando que, ao invés de comprometer as rendas públicas já abaladas, seria uma forma de aumentá-las, contribuindo para debelar o déficit dos orçamentos¹⁰⁸.

Ao facilitar a circulação entre o Brasil e os Estados Unidos, a subvenção seria na verdade um subsídio à lavoura, um “meio de esclarecê-la, de dirigir seus olhos para países idênticos, de climas idênticos e até de trabalho servil idêntico (Cuba e Sul dos Estados Unidos)”¹⁰⁹:

“O estabelecimento das linhas de paquetes a vapor exerce demais uma influência preciosa sobre a locomoção. Relativamente aos Estados Unidos, ela pode ter o seguinte resultado: o agricultor brasileiro, em vez de consumir a sua renda improdutivamente com o luxo de Paris, terá o meio de ir diretamente às Antilhas e aos Estados Unidos examinar os melhoramentos inúmeros introduzidos na indústria que constitui a sua profissão, desde os mais curiosos maquinismos até o arado movido a vapor. A vantagem dessas observações oculares já foi compreendida por alguns ilustres presidentes de província, que mandaram comissões para estudar ali os métodos e os processos adotados com grande proveito na cultura das terras no norte da América. (...)”¹¹⁰

Como vemos, haveria, na concepção do deputado, um resultado pedagógico no estabelecimento dessa linha subvencionada de navegação a vapor: ela tornaria mais fácil o conhecimento, por parte dos agricultores, de técnicas mais avançadas do que as usadas até então no Brasil. Mas não seria somente neste sentido que a facilidade de locomoção traria

¹⁰⁷ Ver p. 101-105.

¹⁰⁸ Sessão em 22 de abril de 1864, p. 245.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 246.

¹¹⁰ *Idem, ibid.*

ensinamentos. Estes mostrar-se-iam também na facilidade, que seria encontrada pelos brasileiros, de introjeção de muito úteis concepções puritanas de vida:

“Por outra parte, o viajante brasileiro contemplará ali as mais deslumbrantes cenas do progresso humano, as maravilhas de uma indústria realmente prodigiosa. Para não falar noutros assuntos, que influência benéfica não deverá exercer sobre o espírito dos moços brasileiros a educação prestada por aquelas zelosas associações dos descendentes dos rígidos puritanos? Na sociedade dos Estados Unidos do Norte, tão ardente nas empresas industriais como severa nos costumes, na família, na ordem social, o jovem habitua-se ao trabalho infatigável, à febre de atividade, fecundada por uma ilustração sólida, prática, indispensável, fundamental, profissional, única eficaz, única salvadora da nossa mocidade educada no perniciosíssimo latim, nas teorias vagas dos escritores políticos, nas fantasias da literatura francesa. Isto tem certamente alguma coisa de grave.”¹¹¹

Esse parecer, que Bastos assinou juntamente com Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, foi concluído com a recomendação de que fosse acrescentada, à lei do orçamento, na verba relativa à subvenção às companhias de navegação a vapor, do artigo referente ao ministério da agricultura, comércio e obras públicas, a soma de 600:000\$ anuais a ser paga à empresa que estabelecesse uma linha direta de paquetes entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque¹¹². Na conclusão, não foi mencionada explicitamente a companhia a que deveria ser destinada a subvenção. Entretanto, já havia sido indicado no parecer que uma companhia americana é que deveria fazer a linha. Além disso, já ficava sugerida qual delas é que deveria realizá-lo, haja vista que a comparação entre as duas propostas de norte-americanos era desfavorável à realizada por Beales e Garrison. Primeiro, a comissão expôs as principais cláusulas da proposta apresentada por James Watson Webb, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos no Brasil¹¹³, em nome de Robert S. Webb, para depois desqualificar a proposta norte-americana adversária:

“A segunda proposta, apresentada em New-York por Beales e Garrison ao ministro plenipotenciário do Brasil, não indica nem a capacidade dos paquetes, nem o

¹¹¹ *Idem, ibid.*

¹¹² *Idem, ibid.*

¹¹³ O diplomata foi designado para esse cargo no início da administração Lincoln, chegando ao Brasil em outubro de 1861. Segundo Antônia F. de Almeida Wright, ele conciliava duas tendências diplomáticas que faziam parte da história das relações Brasil-Estados Unidos: uma marcada por proselitismo americanista e republicano, e a outra marcada pela atenção a questões de caráter econômico. Tal conciliação, segundo a autora, foi feita através de “uma fórmula elaboradíssima, cujo conteúdo era explicitado na argumentação de que, para acelerar o progresso do americanismo, era preciso fazê-lo através do reforço de projetos lucrativos para ambas as partes” (“Brasil-Estados Unidos, 1831/1889”. In: ELLIS, Myrian, et al. *Ob. cit.*, p. 197-200).

quantum da subvenção, nem o número das viagens, nem o prazo do contrato. Ela se acha concebida em termos vagos; apenas da correspondência anexa ao dito relatório consta que o designio dos proponentes era levar os seus vapores, que navegam para a ilha de S. Thomaz, até ao Pará, mediante uma subvenção módica, uma vez que eles obtivessem do governo da Venezuela uma outra (50.000 dólares) para tocarem no porto de Laguayra. Consta à comissão, porém, que esta hipótese não verificou-se, tendo o governo venezuelano recusado o dito subsídio.”¹¹⁴

Os desdobramentos dos argumentos desenvolvidos nesse parecer mostram o aproveitamento de sugestões que tinham sido feitas pelo diplomata americano ao próprio Tavares Bastos, na correspondência particular com que apresentou uma das propostas. Até a data do parecer da comissão, o deputado tinha recebido várias cartas de Webb, fazendo-lhe recomendações a respeito da apresentação desse projeto na Câmara. A primeira carta disponível¹¹⁵ data de 3 de janeiro de 1863, e dá a entender que as relações entre ambos já existiam bem antes. Escrevendo de Petrópolis, o diplomata lamentava não ter encontrado Bastos no Rio de Janeiro, numa recente ida sua à cidade, para agradecer-lhe pelo conteúdo de uma sua “kind letter” e dizer que Sinimbu iria ajudar o deputado no encaminhamento do seu projeto:

“(...) I am sorry I did not meet you, to thank you most sincerely, for the contents of your kind letter, and to add, Mr. Sinimbu, will give you his very promptful and efficient aid in carrying the project as put forth in the proposed articles of concession as prepared by me.”¹¹⁶

Webb acrescentou também carta do comandante Vanderbilt¹¹⁷, que seria seu sócio e uma grande autoridade em vapores, para mostrar que o subsídio pedido não seria muito grande. Tal carta, dizia o diplomata, ajudaria também a manter o valor médio de 6.000 libras por viagem redonda, que tinha imaginado inicialmente, ao invés de abaixá-lo para 5.000 em média nos 3 primeiros anos; a diferença, fica sugerido na seqüência, seria a recompensa para aqueles que trabalhassem pela aprovação do projeto:

¹¹⁴ Sessão em 22 de abril de 1864, p. 243.

¹¹⁵ *Coleção Tavares Bastos*. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 10.03.32, 40.

¹¹⁶ *Idem*, 10.03.32, 40, p. 1-2.

¹¹⁷ Webb foi tão cuidadoso nas instruções dadas que chegou a enviar a Tavares Bastos duas versões dessa mesma carta de Vanderbilt: a tradução para a língua portuguesa feita por Calógeras e também o original. Isto se afigurava necessário porque, segundo disse o diplomata, “it may be deemed of importance hereafter that you should say, you have seen and read the original.” (*Idem*, 10.03.32, 40, p. 6.)

“(…) I should certainly have adhered to my original offer of L 6000 per round trip for the whole time, instead of foolishly changing it as I did, in the 6th of october, which was a grave error. It was our right – I mean, my right, your right, and others – while patriotically working for the two countries, to [ilegível] also. And although I shall be compelled to give nominally, every dollar to have the work done, I yet know my power and influence with Com. Vanderbilt, to know that I can take care of all of us in my arrangements with him. And if not we shall still have done our duty to our respective countries, and have connected our names favourably, with a great and noble public enterprise.”¹¹⁸

Webb trazia argumentos não só para justificar o pedido de 6.000 libras por viagem redonda, mas também para a extensão do subsídio pelo período de 15 anos, argumentando com a necessidade de navios maiores para concorrer bem com a Inglaterra e a França¹¹⁹. Mostrava a vantagem para o Brasil, que ganharia mais em impostos com o aumento das importações do que o valor pago pelo subsídio, e também se beneficiaria com a queda do lucro obtido pelas mercadorias inglesas, decorrente da competição com as norte-americanas¹²⁰. Além de tudo, haveria os benefícios do comércio direto entre os dois países, sem a intermediação dos ingleses.

Tratava-se de argumentos alinhados por Webb com a finalidade de orientar o próprio Bastos, na defesa do projeto na Câmara:

“(…) Can you not make these facts speak loudly in the Chambers? But I tire you. We ask nothing to Brazil but to took to her own interest; and if she will loan us her credit – for it comes to that – for only ten years, we will not only lay into her Treasury, ten times what we abstract, but we will add greatly to the prosperity and independence of the whole kingdom. (...)”¹²¹

Finalizando a correspondência, o vislumbre de futuras recompensas:

“(…) Let us do our whole duty, and we shall both (you and I) steal personal as well as patriotic and general rewards, from a discharge of duty. It is all right to do so.”¹²²

Datada de 3 de dezembro de 1863, há outra carta de Webb para Bastos, trazendo argumentos e informações com a finalidade de ajudar o político a “accomplish a work so very [ilegível] advantageous to both countries and more specially, to Brazil”. O diplomata

¹¹⁸ *Idem*, 10.03.32, 40, p. 4-5.

¹¹⁹ *Idem*, 10.03.32, 40, p. 6.

¹²⁰ *Idem*, 10.03.32, 40, p. 8.

¹²¹ *Idem*, 10.03.32, 40, p. 9-10.

¹²² *Idem*, 10.03.32, 40, p. 10.

afirmava enviar um artigo com “a few thoughts and facts on the interesting subject”, com a seguinte recomendação:

“(…) Do with the accompanying paper, just what you please, in the full understanding that it is sent in confidence. If you [ilegível], adopt freely as your own not only the thoughts but the words, if thereby you save yourself labour in continuing your noble work. But while the whole may not meet your approbation, possibly part of the article may; or at least, you may find the facts valuable and worthy of bring words in your own more [ilegível] manner. If so, do not hesitate to make use of them, as your better judgement dictates.”¹²³

Webb se colocava à disposição para, se necessário, procurar informações para que o deputado pudesse construir a defesa do projeto.¹²⁴ Quanto ao conteúdo do texto enviado junto com a carta, e que não se encontra no arquivo, só era indicado um procedimento pelo qual Webb pede desculpa:

“Will you pardon me if I have suggested, that to me it looks as if our chances of success would be greater, if in contending for what we desire, we do not at the same time assail what we condemn; and thereby bring into apparition a new element?”¹²⁵

Seis dias depois, foi Calógeras, oficial de gabinete do ministério de estrangeiros, quem escreveu a Tavares Bastos, enviando-lhe “certos documentos e papéis que o Exmo. Sr. General Webb deixou no meu escritório, para lhe serem comunicados.” Além do envio desse material, Calógeras também, “por ordem” do mesmo Webb, comunicou a Bastos que o diplomata americano já tinha conversado diversas vezes com o Ministro das Obras Públicas, ao qual apresentara um projeto. Esta proposta fora tão bem recebida que o ministro comunicara oficialmente “que o governo estava estudando com muita atenção o referido projeto e que entretanto dava já a sua aprovação às medidas propostas, aprovação que careceria porém da sanção das Câmaras”¹²⁶.

A carta de Calógeras dá a entender que já intermediava a comunicação entre Bastos e Webb já havia algum tempo, quando “o negócio” ainda não estava tão adiantado. E reitera a recomendação, que já tinha sido feita por Webb, de não estimular o aparecimento

¹²³ *Idem*, 10.03.32, 42, p. 2-3.

¹²⁴ *Idem*, 10.03.32, 42, p. 3-4.

¹²⁵ *Idem*, 10.03.32, 42, p. 4.

¹²⁶ *Idem*, 10.03.31, 41. Há, no arquivo de Bastos, uma carta do próprio ministro da agricultura e obras públicas, Pedro de A. Bellegarde, que indica no mesmo sentido (*Idem*, 10.03.31, 37).

da oposição, mencionando Calógeras nominalmente a Companhia Brasileira de Paquetes e o Barão de Mauá:

“Haverá, por certo, muitas dificuldades a arrear antes de chegarmos a um resultado definitivo e é justamente por isso que devemos procurar diminui-las e não, por certo, criar novos embaraços.

Seria por conseguinte político não excitar a animosidade dos aderentes à causa da Companhia Brasileira de Paquetes, pois que o fato de estabelecer-se uma linha de vapores americanos, com o tempo fornecerá ainda mais sólidos argumentos de oposição às bases e aos resultados dos vapores nacionais. Pediu-me o general Webb para dizer-lhe isso, acrescentando a V. E. que o barão de Mauá era partidário da nova linha, mas que é inútil vexá-lo por ora porque desta forma poderia reunir-se aos que fazem oposição a uma empresa que só os espíritos liberais e bem formados podem compreender e favorecer. Se continuarmos a seguir uma política de rotina e pouco previdente, não só de seus interesses futuros, mas igualmente dos interesses imediatos do país, logrados ficarão os esforços de V. Ex. e dos seus correligionários.”¹²⁷

A carta seguinte de Webb a Tavares Bastos, datada de 25 de janeiro de 1864, já no período do gabinete Zacarias, construía justamente argumentos contra adversários. Em primeiro lugar, desqualificava a proposta do médico inglês Beales, que exercia a medicina em Nova Iorque. Webb afirmava que ele

“is in good standing – as good as any English Physician not naturalized; but he knows nothing about steam, has no capital, and no influence. I speak from knowledge of the parties, when I say that this proposition was made simply to embarrass myself, Vanderbilt and others (...)”¹²⁸

Também combatia Webb a concorrente companhia brasileira, que, segundo ele, pediria um subsídio maior para realizar um serviço bastante inferior:

“You have seen, and it is now and always at your service, a letter from Com. Vanderbilt, saying that the [average] sum [45000\$000] is the lowest at which the work can be done. Can Brazilians do it better or cheaper?

The Brazilian company propose doing this work for the monthly sum of 50000\$000; in such steamers as they please, at their own time, touching everywhere, and making the line useless for Postal Service, insisting that it must tarry a long time at each Port!”¹²⁹

Webb ainda informava - como quem quisesse tranquilizar o deputado sobre dúvidas possíveis - que tudo o que estava fazendo era oficial e com a sanção do seu governo,

¹²⁷ *Idem*, 10.03.31, 041, de 9/12/1863.

¹²⁸ *Idem*, 10.03.32, 043, p. 2.

¹²⁹ *Idem*, 10.03.32, 043, p. 3.

havendo coincidência entre os papéis endereçados ao governo do Brasil e os enviados ao congresso norte-americano. Afirmava também que a linha poria “milhões no Tesouro” brasileiro e desenvolveria os recursos do “richest country on God’s Earth”, para completar retomando a comparação com a companhia brasileira:

“Will the proposed Brazilian line do as much? Then again, my line is international, and may be conditioned that half at least of the steamers, shall be under the Brazilian flag. It will be subsidized equally by both governments; and yet Brazil has the right to make it touch at all its Ports, while the U. States, claim no such rights!”¹³⁰

Expressando inicialmente gratidão, a carta subsequente, de 7 de fevereiro de 1864, também traz instruções:

“Always thanking you for your great great kindness in advocating my steam-line from Rio to New York, for which I am duly grateful, I am happy to inform you that my countryman, Mr. [ilegível] Jones, is doing all in his [ilegível] to aid you in your patriotic work. It may be, that article n° 3 as it stands in the programme, may not be popular, it is not as I offered it. I think my original suggestion was better calculated to make friends, as it [ilegível] my confidence in the results. I therefore, in submitting my project to the Congress of the U. States, adhered to my original article 3.

The object of this notes is to say, that if at any time you should [ilegível] it expedient get rid of n° 3 you are fully authorised to offer as a substitute, the enclosed, which my friend Jones will very carefully translate into Portuguese.”¹³¹

Em carta de 12 de fevereiro, as indicações diziam respeito a negociações a serem feitas com deputados do Pará, no intuito de tranquilizá-los quanto à intenção de retirar a escala naquela província da linha de navegação proposta. Webb originalmente não tinha incluído aquela província no itinerário da linha estabelecida, mas o fez a partir de sugestão de Bellegarde, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete Olinda. Agora, contudo, Webb afirmava ouvir de Calógeras que o projeto ganharia votos, se a proposta omitisse o Pará, circunstância que o remetia novamente ao projeto original, nesse aspecto. O diplomata declarava então que tencionava retirar o artigo que contemplava o Pará, podendo ele ser restaurado, a qualquer momento, pelo governo. Por isso, era feita a seguinte indicação a Bastos:

“You must [ilegível], see and arrange with the deputies from Para, that they may be satisfied with such an arrangement. They are both our friends, but both want our

¹³⁰ *Idem*, 10.03.32, 043, p. 4-5.

¹³¹ *Idem*, 10.03.32, 046, p. 1-2.

steamers at Para. They must be shown therefore, that if Para is now left out, it will be restored by the time the line goes into operation, as it is known that my distinguished personages so desire.”¹³²

A carta de 15 de fevereiro de 1864, posterior à morte de Bellegarde, afirmava a existência de um projeto original de Webb, que teria sido modificado nas conversas com o falecido ministro da agricultura, e que teria aprovação mais fácil nas Câmaras, porque seria “self-supporting” e porque daria um prazo de três anos para a companhia provar que a linha seria vantajosa, prazo após o qual o governo poderia retirar o subsídio:

“(…) It was however, in my judgement, more certain of success with the Chambers, because it contained at its face, the evidence that I considered it self-supporting; and because in no event, did it bind Brazil beyond three years, unless it proved self-paying; when, of course, every or any Brazilian of common sense and ordinary patriotism, would be exceedingly happy to have a daily line to New York on the same terms. That is, a line which would put money in, instead of taking money from the Public Treasury. (…)”¹³³

Em respeito à memória de Bellegarde, recomendava Webb, o seu plano devia ser apresentado, mas, se rejeitado pela Câmara, devia ser substituído pelo projeto original, de mais fácil aprovação:

“I presume as a matter of respect to General Bellegarde’s memory, his plan should be taken up and disposed of; and if successful, [ilegível]. If not, then I claim of Your Excellency, that you will bring before the Chambers my original programme, which I am quite sure must be acceptable to any Patriotic Brazilian, because it throws all the risk upon me and my friends, while if successfull, the benefits to the people of Brazil and to the Treasury of the government, are absolutely incalculable.”¹³⁴

Se as duas últimas cartas de Webb sugerem a existência de dificuldades para o encaminhamento favorável do projeto, uma outra de Calógeras a Bastos, em 15 de fevereiro, confirma claramente essa impressão:

“Escreveu-me o General Webb que está disposto, se for necessário, a renunciar ao porto do Pará e a fazer qualquer outra concessão que V. Ex. julgar conveniente para abrandar a oposição que nasce de interesses contrários. E que para este fim está pronto a vir ao Rio de Janeiro para se entender com V. Ex. logo que assim lho faça constar.

Lembra ainda o General Webb que na sua proposta existe a cláusula de que os vapores tocarão em qualquer outro porto, além dos designados, que para o futuro

¹³² *Idem*, 10.03.32, 048.

¹³³ *Idem*, 10.03.32, 049, p. 2.

¹³⁴ *Idem*, 10.03.32, 049, p. 6-7.

sejam marcados pelo governo, mediante uma remuneração equitativa (art. 6º da proposta). Está pois reservada a possibilidade de restabelecer mais tarde o porto do Pará ou outro qualquer, se assim convier ao governo.

V. Ex. deve também saber que, segundo a proposta, metade dos vapores levarão a bandeira brasileira.

O General Webb teve uma entrevista com o Ex. Sr. Ministro das Obras Públicas ([ilegível]) que se mostrou favorável ao projeto. Recebo neste momento a inclusa carta do General Webb para V. Ex.

Esta questão nos Estados Unidos vai seguindo os seus trâmites regulares, e parece que não tardará a ser conhecida a resolução do congresso.”¹³⁵

Ao nos permitir flagrar momentos das negociações prévias à apresentação do projeto de Webb à Câmara, essa correspondência desenha uma ligação muito nítida entre os interesses do diplomata americano, os de personagens do governo “progressista” brasileiro, e os do deputado Tavares Bastos. Este último é que teria avisado o diplomata da ocorrência de um incidente que poderia supostamente comprometer as suas relações com o governo brasileiro¹³⁶. Para evitar que isso ocorresse, Webb escreveu, em 26 de março de 1864, uma carta endereçada a Jones, seu secretário, mas com a intenção de enviá-la depois ao ministro das Obras Públicas, Domiciano, para explicar a ele acontecimentos que produziram a aparência de desrespeito da representação dos Estados Unidos pelo governo brasileiro. Conforme relatou Webb na carta a Jones, o diplomata tinha se comprometido, em visita oficial realizada havia três meses, a enviar, àquele ministro, “uma comunicação, revistando cuidadosamente os argumentos a favor da utilidade e necessidade” de uma linha entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque, “tanto politicamente como comercialmente”. Webb, conforme o combinado, tinha enviado um memorial a Domiciano através de Jones, que fora instruído a, passados três dias da entrega do documento, publicá-lo na forma de folheto¹³⁷. Ainda conforme a carta do diplomata, Bastos lhe dissera que Domiciano não tinha recebido o memorial, e o próprio Jones já tinha confessado que, de fato, não o entregara, deixando de cumprir as instruções recebidas também ao publicar o texto num jornal. Tal atitude do secretário é que teria colocado Webb numa situação “falsa”, resultante de um procedimento pelo qual, segundo ele, poderia ser com justiça enviado de volta para os Estados Unidos¹³⁸.

¹³⁵ *Idem*, 10.03.31, 40.

¹³⁶ *Idem*, 10.03.32, 51.

¹³⁷ *Idem*, 10.03.32, 51, p. 1-2.

¹³⁸ *Idem*, 10.03.32, p. 3-4.

Diante do incidente que demandava ação imediata, e declarando estar enfrentando dificuldades físicas (no momento sofria uma crise de gota) que o impediam de dirigir-se sem demora “ao Rio para dar uma satisfação e pedir que o meu desrespeito e desprezo aparente fossem perdoados”, Webb não mostrou cerimônia em recorrer ao próprio Bastos. Ainda na carta a Jones, afirmou que somente podia

“dirigir esta carta a V. S^a, a qual peço que traduza sem demora para a Língua Portuguesa e envie-a a mim. Eu então a mandarei ao Sr. Bastos, com o pedido que ele irá imediatamente ao Sr. Ministro das Obras Públicas, e que ele dará da minha parte as maiores satisfações, esta carta contendo as explicações.

Eu também pedirei ao Sr. Bastos, para entregar ao Sr. ministro a sua publicação, dizendo que a mesma é o memorial há tanto prometido, enviado a V. S^a antes de publicar-se, cuja publicação deveria ter sido feita somente três dias depois dele ter recebido o original.”¹³⁹

Conforme vemos, Webb tinha a intenção de remeter ao ministro, por intermédio de Bastos, uma cópia traduzida da carta que enviava ao seu secretário, responsabilizando-o pelo não cumprimento do que havia sido combinado. Foi o que fez no dia seguinte. Então, o diplomata reforçou a idéia de que ignorava a conduta que tinha sido tomada por Jones, e pediu ao deputado que fosse em seu nome pedir desculpas ao ministro:

“(...) I should have been in the presence of the minister humbly apologyzing for Jones’ neglect. That was not possible. So I addressed Jones the enclosed letter; which I now entreat you to take to the minister, and make my apology and peace. Assure him that I am quite incapable of such indelicate conduct; and that if guilty, I do not merit the place I hold. Assure him too, that any word to the Communication as published, was by me addressed to him, which Jones was to translate and place in his, the minister hands; and three days thereafter, publish it, with the introduction prepared by me, addressing the argument to him.

*I cannot translate my memorial into Portuguese, as I certainly would and at once forward it. Therefore, please hand the minister the printed copy, and beg him to consider it addressed to him instead of Mr. Jones.”*¹⁴⁰

Após desculpar-se pela liberdade tomada de encarregá-lo da tarefa de levar explicações ao ministro das Obras Públicas¹⁴¹, Webb respondeu a uma outra carta de Tavares Bastos. Pelo conteúdo da resposta, podemos ver que o deputado indagara o

¹³⁹ *Idem*, 10.03.32, 51, p. 4; itálico nosso.

¹⁴⁰ *Idem*, 10.03.32, 52, p. 3-4.

¹⁴¹ “I hope you will pardon the liberty I have taken, but the matter is of such grave importance, that it can only be put straight by as distinguished a personage as yourself. (...)” (*Idem*, 10.03.32, 52, p. 4).

diplomata acerca do encaminhamento da questão nos Estados Unidos, onde a linha deveria receber metade da subvenção prevista. Webb dizia que não tinha relações com uma empresa chamada Boston Company. E que a existência de um movimento em Nova Iorque a favor da linha - o qual se fazia visível na resolução unânime que a Câmara de Comércio tinha tomado, de trabalhar para que o Congresso aprovasse, não importava a que custo, a linha Nova Iorque - Rio de Janeiro- era resultado da “direct action of my friends”. Tais amigos contavam ainda com o apoio do presidente dos Estados Unidos:

“(...) I have it under the signature of the Secretary of State, that the president had actually prepared the recommendation of this measure in his Annual Message. For reason of State, it was deemed unadvisable to make it an administrative measure with a new congress of doubtful loyalty to the administration. It was therefore deferred. Now Mr. Seward informs me, that they knew the New Congress is ‘all right’, and I assure you, that when the time comes (april), the bill will be introduced by the government and recommended by the President; and is sure to pass, unless in the meantime, there should be evident that Brazil, is not ready to her duty!”¹⁴²

Colocando a situação como quase garantida nos Estados Unidos, Webb buscava aduzir argumentos para vencer a resistência, que seria atribuída por Tavares Bastos a ministros e deputados, quanto às despesas a serem feitas, procurando mostrar que “the proposed line will not take money out of the Public Treasury, but will put millions into it, besides giving directly and indirectly, dozens of millions to the people of Brazil”¹⁴³. Isso porque uma linha de navios a vapor para Nova Iorque dobraria as importações brasileiras em três anos, e quadruplicá-las-ia em cinco anos. Esse aumento das relações comerciais diretas entre os dois países os tornaria mais independentes da Inglaterra, fazendo possível uma economia de recursos extremamente favorável ao Brasil:

“(...) The United States is Brazil’s best customer; and we annually send to London on account of Brazil, thirty one millions of gold, which England pockets and sends to Brazil in high priced manufactures! Do you not know, that if you had steamers to New York any dollar of your own undoubtedness would be sent to Brazil in gold?”¹⁴⁴

Estes argumentos de Webb, expostos em sua carta de 27 de março de 1864 a Tavares Bastos, foram por este último repetidos no parecer da Comissão de Comércio, Indústria e Artes, em 22 de abril, acerca da linha de navegação proposta.

¹⁴² *Idem*, 10.03.32, 52, p. 6-7.

¹⁴³ *Idem*, 10.03.32, 52, p. 7.

¹⁴⁴ *Idem*, 10.03.32, 52, p. 11-12.

No mesmo dia 22 de abril, contudo, J. C. Fletcher, amigo de Bastos, escrevia-lhe informando sobre o desdobramento da questão nos Estados Unidos e alertando-o contra Webb: “Entre nous (soyez bien secret) il n’y a pas [ilegível] beaucoup de confiance dans la ligne proposée par M. Webb. (...)”¹⁴⁵. Conforme a pesquisadora Antônia Fernanda de Almeida Wright, tal desconfiança, que resultava da circunstância de que o beneficiário da concessão era o filho do próprio James Webb, foi o motivo pelo qual o presidente Lincoln, que acreditava no “valor econômico” da medida proposta, se recusou a apresentá-la no Congresso dos Estados Unidos¹⁴⁶.

É possível que a desconfiança contra a proposta de Webb nos próprios Estados Unidos tenha contribuído para o afastamento que, conforme veremos adiante, Bastos adotaria em relação ao diplomata. E também que o mesmo motivo tenha levado à rejeição do projeto de Webb na Câmara dos Deputados brasileira.

Nos debates que nesta última se travaram, foram declaradas outras razões para a reprovação da proposta.

Contra as idéias contidas no parecer de 22 de abril, se afirmaram indiretamente as vozes dos deputados conservadores Costa Pinto e Viriato, quando se contrapuseram ao aditivo da comissão do orçamento da agricultura, apresentado em 27 de maio de 1864 (momento em que Bastos se encontrava fora do país), que determinava que fossem destinados “600:000\$ para subvencionar a uma companhia nacional ou estrangeira que se encarregue de estabelecer uma linha direta de vapores entre o porto do Rio de Janeiro e o de Nova Iorque, nos Estados Unidos, com escala pelos portos que o governo determinar”¹⁴⁷. Costa Pinto, além de considerar pequena a utilidade da medida, retomou o apontamento, que já tinha sido feito por Carvalho Reis em 1862, de uma contradição entre o relaxamento do privilégio de cabotagem e a subvenção que agora se propunha a uma companhia estrangeira que fizesse a linha de navegação entre Rio e Nova Iorque¹⁴⁸. O deputado Viriato, em 28 de maio de 1864, foi mais longe. Tomando a defesa da Companhia

¹⁴⁵ *Idem*, 10.03.31, 76.

¹⁴⁶ WRIGHT, Antônia F. de A. “Brasil-Estados Unidos, 1831/1889”. In: ELLIS, Myrian, et al. *Ob. cit.*, p. 200.

¹⁴⁷ Sessão em 27 de maio de 1864, p. 201.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 204.

Brasileira de Paquetes a Vapor, declarou-se contra a subvenção a empresa estrangeira que fizesse essa linha de navegação.

Viriato era contra a subvenção à empresa que fizesse essa linha, em primeiro lugar, por conta do déficit do orçamento. Ao argumento de que esse gasto seria compensado pela arrecadação futura propiciada pelo novo movimento comercial, o deputado respondeu que “tudo nos aconselha que não embarcemos mais a situação com novos encargos, e que esperemos por esse futuro, que certamente muito nos promete (*Apoiados*).”¹⁴⁹

Comentando o projeto apresentado pelo Sr. Webb, Viriato contrapôs-se a ele, argumentando que a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor já fazia o serviço de comunicação entre os portos designados nesse projeto, circunstância que faria com que o governo brasileiro ficasse subvencionando duas companhias, uma nacional e outra estrangeira, estando esta última “em melhores condições, porquanto a zona que percorre é mais extensa e mais lucrativa”. Nessas circunstâncias, o que seria de prever seria a capitulação da companhia brasileira:

“Ela, ainda no estado de melhoramento em que se acha, devido à ilustrada gerência que ora tem, não pode resistir à diminuição de rendas que uma segunda linha privilegiada que se pretende criar vai produzir-lhe. É uma companhia brasileira que cai, desanimando mais nossas empresas nacionais e aumentando mais a verba da despesa do orçamento, e deixando nossa navegação de cabotagem só e exclusivamente nas mãos do estrangeiro.”¹⁵⁰

Viriato leu um relatório dirigido ao governo pelo gerente da companhia brasileira, Rocha Miranda, em que este tentava mostrar que, havendo a necessidade de uma linha de paquetes do Rio a Nova Iorque, ela deveria ser feita por uma companhia nacional, e não por uma companhia estrangeira. Se a abertura da navegação de cabotagem entre os portos de Pernambuco, da Bahia e da côrte já tinha colocado a companhia brasileira em uma situação em que teve de recorrer ao governo pedindo aumento de subvenção, o que não aconteceria agora, com essa nova medida, que colocaria uma companhia estrangeira na navegação entre “nossos mais importantes portos comerciais, a partir do Pará?”¹⁵¹

Afirmando a necessidade de proteção da Companhia Brasileira neste caso, o gerente afirmava que, com a extinção desta última provocada pela concorrência, ficaria difícil até

¹⁴⁹ Sessão em 28 de maio de 1864, p. 230.

¹⁵⁰ *Idem, ibid.*

¹⁵¹ Citado em *Idem, ibid.*

mesmo a defesa do Império em uma emergência, em razão de que a sede de uma companhia estrangeira residiria no país em que ela fosse criada, havendo dificuldade para que o governo imperial viesse a lançar mão dos seus navios para o serviço público. Além da distância física, a própria exclusividade de interesse da companhia estrangeira no lucro impediria que seus navios fossem utilizados em casa de emergência de guerra:

“As necessidades e exigência desse serviço reclamam muitas vezes que os paquetes se demorem nos portos do Império horas, e às vezes dias; uma companhia estrangeira, que não pode ser guiada por outro pensamento que não seja o interesse privado, se sujeitará a essas condições? Certo que não.(...) Agora mesmo no conflito que tivemos com a Inglaterra, o governo, precisando transportar tropas para Santa Catarina e esta corte, lançou mão dos paquetes da companhia brasileira; fã-lo-ia com a mesma facilidade e prontidão se a companhia fosse estrangeira? Certo que não, quer porque a sua sede não seria neste porto, quer porque não sendo levada pelo patriotismo só a isso se prestaria por preços fabulosos.”¹⁵²

Valendo-se do princípio do progresso tão caro a Tavares Bastos, o gerente Rocha Miranda voltava-o contra os próprios defensores da medida:

“A um país como o Brasil, que, podemos dizê-lo com orgulho e ufania, marcha nas sendas do progresso e civilização, convém entregar a estrangeiros todas as suas linhas de navegação a vapor? A um país que encerra em si os recursos e meios necessários para o estabelecimento da linha de que me ocupo, convém dar capitais a estrangeiros, em lugar de conservá-los em si e assim aumentar sua riqueza? O estabelecimento de uma linha estrangeira que toque em nossos principais portos, inclusive o Pará, não arruinará em parte a companhia Brasileira, que tantos sacrificios tem custado, quer ao Estado, quer aos particulares? Se estabelecer-se essa companhia não terá talvez a Brasileira de entrar em uma liquidação forçada? Caso se verifique esta hipótese, não sofrerá grandemente o país, visto como o governo imperial não terá a necessária ação sobre a companhia estrangeira?”¹⁵³

Citado o gerente da companhia brasileira, Viriato reforçou os seus argumentos e apontou, também, a contradição da simultaneidade da defesa dessa medida e da livre navegação de cabotagem:

“Noto alguma imprudência em todo este negócio da navegação direta com a América inglesa; e é tal a influência da idéia sobre o ânimo de alguns de meus ilustrados colegas, *que chegam ao ponto de desconhecem alguns de seus próprios princípios e crenças. Ao passo que proclamam da tribuna os benefícios da liberdade de navegação e comércio de cabotagem para as bandeiras estrangeiras, os contraditam com fatos, e desejam subvencionar companhias estrangeiras, o que importa a consagração da escola antiga dos privilégios e do sistema protetor.*

¹⁵² *Idem*, p. 231.

¹⁵³ *Idem*, *ibid.*

(...)Como pode haver liberdade de navegação subvencionando nós uma companhia estrangeira em nossos portos?”¹⁵⁴

Na continuidade da crítica à idéia dessa subvenção, Viriato afirmou que um bom modo de promover a liberdade de navegação não era matar a Companhia Brasileira, objetivo que o deputado divisava nessa medida e também numa outra, também contemplada num aditivo da comissão do orçamento da agricultura: a de cortar uma viagem por mês por aquela companhia para o norte do Brasil¹⁵⁵.

A intenção de favorecimento da companhia estrangeira que viesse a fazer a linha de navegação proposta, prejudicando a companhia brasileira, ficava ainda mais explícita levando-se em conta que esta última tinha apresentado uma proposta de fazer a mesma linha por um preço menor que o da norte-americana. Além disto, haveria ainda uma outra proposta razoavelmente aceitável em termos das necessárias comunicações com a “América Inglesa”. A Companhia do Amazonas ter-se-ia oferecido para propiciar comunicação com os Estados Unidos de um modo mais barato, “e que nos dava se não resultados iguais, ao menos aqueles que podemos desejar no estado de penúria dos nossos cofres”. A companhia de Mauá propunha uma viagem por mês do Pará a Demerara, “donde partem vapores constantemente para todos os pontos da União Americana. (*Apoiados*)”¹⁵⁶

¹⁵⁴ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

¹⁵⁵ “Como pode haver liberdade de navegação acabando nós com uma empresa própria do país (*apoiados*), principiando por persegui-la, pensamento que se revela claramente na proposta da nobre comissão e no orçamento que se discute?

Essa liberdade de navegação se apresentaria mais largamente quando cessasse o contrato que temos com a companhia Brasileira de Paquetes a Vapor; mas não é certamente o meio matarmos sem consideração alguma essa companhia, que é nossa, sacrificar capitais do país, e por outro lado apresentar grande obstáculo à livre navegação costeira, subvencionando uma estrangeira, logo no princípio da nova era que criamos. Não posso compreender onde esteja a conveniência, a razão de ser disto. (*Apoiados*)

A nobre comissão foi ainda injusta com o norte do Brazil, com as comodidades de que já goza há muito tempo; foi injusta querendo criar novos obstáculos à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, diminuindo-lhe os meios de tirar-se da crise por que passa.

A nobre comissão corta em um artigo aditivo do projeto que apresentou uma viagem por mês para o norte do Brasil.

E quando a nobre comissão assim procedeu tão precipitadamente, certamente julgou que o norte do Brasil terminava em Pernambuco. (...)” *Idem*, p. 231.

¹⁵⁶ *Idem, ibid.*

A crer no discurso de Viriato, o posicionamento contra o projeto relacionar-se-ia não simplesmente a uma defesa de uma companhia brasileira contra uma companhia estrangeira, mas sim a uma proteção dos cofres públicos, haja vista que a primeira se oferecia para fazer o mesmo serviço por um preço menor do que o pedido pela segunda. Isto lançava sérias suspeitas sobre os proponentes da linha de navegação feita por companhia estrangeira, entre os quais se encontravam esses membros da comissão de orçamento e também Tavares Bastos:

“Éntretanto, foi isto [a proposta da Companhia Brasileira e a da Companhia do Amazonas] esquecido pela nobre comissão, e consignou na emenda que ofereceu à discussão a sua idéia dominante, idéia que vai sacrificar empresas do país, e que nos levará ou a aumentar os impostos, ou a novas emissões de apólices, que já começam a desmerecer no mercado.”¹⁵⁷

Domiciano, ministro da agricultura do gabinete Zacarias – o mesmo que dois dias depois estabeleceria, conforme vimos, questão de gabinete no aumento do capital garantido da estrada de ferro de Pernambuco - mostrando-se diferente de Bellegarde, ministro do precedente gabinete Olinda, tomou um posicionamento contrário à adoção da medida proposta pela comissão, naquele momento, por conta especialmente do estado do tesouro. Sua intervenção denota as diferenças no interior do agrupamento progressista, em relação ao destino dos recursos públicos:

“Eu entendo, Sr, presidente, que essa navegação é muito conveniente (*apoiados*); entendo que grandes interesses se colheriam de uma comunicação direta do Brasil com New-York e *vice-versa*. Mas ao mesmo tempo julgo que nas atuais circunstâncias do país esse beneficio pode ser adiado. O estado do nosso tesouro, a guerra desastrosa que flagela aquela grande nação e o conseqüente enfraquecimento do nosso comércio com ela aconselham que reservemos semelhante melhoramento para tempos mais felizes. (*Apoiados*.)

Não estamos tão ricos que vamos dar desde já 600.000\$ anuais para essa navegação, quando os Estados-Unidos nenhum auxílio prestam.

O SR. MARCONDES: - Dão outro tanto.

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA: - Não consta por ora que lá se tenha consignado quantia alguma para esse fim; quando o fizerem, tomaremos então a matéria na devida consideração.”¹⁵⁸

¹⁵⁷ *Idem, ibid.*

¹⁵⁸ Sessão em 30 de maio de 1864, p. 248. Em um conjunto de notas manuscritas de Bastos sobre navegação, encontra-se, sem indicação precisa de data, um protesto contra a falta de apoio efetivo, por parte de Domiciano, então ministro da Agricultura, à linha Brasil - Estados Unidos. O deputado transcreveu trecho do relatório do ministro, em que este dizia que, se os fazendeiros, “em vez de enviarem seus filhos às faculdades jurídicas e médicas, ou de passeio à velha Europa, os

No dia seguinte, primeiro de junho, foi rejeitada a medida que, num debate subsequente, em aparte, Lopes Neto viria a qualificar como um “assalto ao tesouro”¹⁵⁹.

Em 6 de junho, cinco dias após a rejeição da medida na Câmara, o derrotado James Webb escreveu a Tavares Bastos - que participava da missão Saraiva no Uruguai - elogiando os seus serviços e pedindo continuidade na colaboração:

“I write to acknowledge the rect. of your very kind letter, to express my grateful appreciation of your kind and patriotic conduct in the affair of steam to the United States, and my deep regrets at your absence from Rio. You are the life of the project – the breath of its nostrils; and you know that when the breath leaves the body, death is the inevitable consequence. And such I fear, is the result of your absence. Can you not from a distance, breathe new life into the now dead body, and give it renewed vigor [ilegível]? I believe you can, because my faith in your talent, your persuasiveness, and your energy, is unbounded.”¹⁶⁰

Estando Webb “invalid to labour”, foi Jones quem enviou ao deputado alagoano uma nova proposta do diplomata, a ser apresentada à Câmara. A correspondência do secretário foi escrita no mesmo dia 6 de junho, e também atribuiu à ausência de Bastos do Rio de Janeiro a derrota na Câmara:

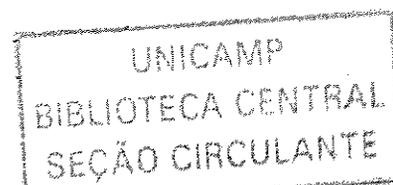
“Por este vapor terá V. Ex. notícia de que os nossos esforços para obter a subvenção do Governo Imperial para a linha de vapores para os Estados Unidos, foram todos malogrados, porque a medida não passou na Câmara dos Deputados; logo que o General Webb e eu tivemos conhecimento que V. Ex. partia para o Rio da Prata, confesso que sentimos que a alma desta grande empresa ia nos deixar, e o resultado vem confirmar os nossos receios, porque não há ninguém na Câmara que tem estudado esta grande questão tanto como V. Ex. e que se compadeça das vantagens que resultariam ao Brasil do estabelecimento desta linha de vapores.

O que convém agora fazer: é isto o que desejo saber de V. Ex., porque a idéia do Sr. General não é possível levar avante como V. Ex. bem sabe, porque a Câmara não pode impor ao governo um contrato como este ou aquele, porém em todo o caso eu hei de traduzir mais adiante, a modificação feita pelo Sr. General como ele me pede para V. Ex. apreciar. O Dr. Salustiano Souto disse-me que ele ofereceria um projeto de lei a este respeito, e eu pretendo sugerir o pensamento do General a ele, e se passar o projeto então veremos se podemos obter o Contrato do Governo; acho, que

mandassem aos Estados Unidos, ou a outros países, onde se cultivam gêneros similares aos nossos, estudar o melhor sistema de agricultura, pode ser que dentro de poucos anos se desse entre nós uma revolução econômica das mais felizes.” (grifo de Bastos, inclusive o duplo grifo em “revolução econômica”). A seguir, Bastos comentou: “E entretanto, embora assim convencido, esse ministro opôs-se a fazer alguma coisa pela navegação a vapor para os Estados Unidos, donde pode vir essa revolução econômica tão desejada.” (*Coleção Tavares Bastos*, 1.03.33, 22, p. 2; grifo do autor).

¹⁵⁹ Sessão em 3 de junho de 1864, p. 34.

¹⁶⁰ *Coleção Tavares Bastos*. 1.03.33, 053.



em todo o caso a resposta de V. Ex. nos aconselhando o que devemos fazer chegará a tempo, e seria bom que V. Ex. escrevesse a alguns membros da câmara sobre este assunto.”¹⁶¹

Antes do cabeçalho desta carta de Jones, no alto da folha, Tavares Bastos escreveu, como se a estivesse encaminhando para alguém:

“Carta do Jones, pedindo-me esclarecimentos sobre o modo de proceder o Webb depois de haver a Câmara repellido a minha proposta de 600 contos. A minha resposta foi que cumpria aguardar a decisão do Congresso norte-americano, e então pedirmos que o governo imperial conceda um auxílio à linha que obtiver subvenção do governo federal, ou for preferida pelo mesmo governo.”

Ao que parece, o deputado estava pondo de lado as negociações com Webb, advertido que fora pela correspondência do seu amigo Fletcher. Em 8 de agosto do mesmo ano, este último exultava pela derrota da proposta defendida por Webb, novamente em carta a Bastos:

“You know my sentiments towards Brazil, and I felt glad that the bill proposing to give 600.000\$000 failed; it was too much and besides the Deputies here and the people in the U. S. saw a speculation in this. Please say nothing; for it is hard for one to speak in this way, therefore keep this secret, from our minister, thus you remember I told you to beware of any proposition put forward by him!”¹⁶²

Fletcher comunicava a Bastos que estava no Brasil “with the most philanthropic intention – to give light in regard to the Steam Ship Line and the law passed by the U. S. Congres and sanctioned by the President.” Fazia esclarecimentos sobre a proposta, entre os quais o de que uma linha projetada por Leitão da Cunha¹⁶³, de Pará a Demerara ou St. Thomas, não traria resultado, visto que “there is no communication by steam between the U. S. And St. Thomas”. Afirmava também que, tendo sido aprovada por lei norte-americana uma linha que começasse a operar em primeiro de setembro de 1865, seria preciso iniciar desde aquele momento um projeto, para ser encaminhado ainda na sessão em andamento. Na verdade, já estavam começando as providências: “Good seed has been sown

¹⁶¹ *Idem*, 10.03.31, 79.

¹⁶² *Idem*, 10.03.31, 77; grifo do autor da carta

¹⁶³ Tratava-se de medida apresentada por Leitão da Cunha, defensor da Cia. Brasileira de Paquetes a Vapor, juntamente com Franco de Almeida, Raiol e Moreira, autorizando “o governo a contratar a navegação a vapor de Belém, no Pará, para Demerara ou S. Thomaz, de modo a estreitar a comunicação entre o Império e os Estados Unidos, não excedendo o máximo de despesas à quantia de 50.000\$” (Sessão em 4 de junho de 1864, p. 56).

at the palace of St. C. And this week M. Campos is to initiate matters in the Câmara. But would that you were here! (...)"¹⁶⁴

A história do encaminhamento desta proposta a fez o próprio Bastos ao mesmo Fletcher, em 23 de setembro de 1864, numa carta em que falou da aprovação em duas discussões do projeto concedendo a subvenção de 200 contos à companhia que recebesse do governo dos Estados Unidos um auxílio aprovado pelo Congresso daquele país. Mostrou-se esperançoso quanto à aprovação em 3ª discussão na Câmara, e também no Senado, durante a gestão de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (que era favorável à medida) no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do gabinete empossado após a queda de Zacarias, o gabinete presidido pelo liberal Furtado. Relatou, ainda, que de uma das discussões do projeto resultou a queda de Zacarias:

“Depois, logo que aqui foi conhecida a recente lei do Congresso Americano (bill Alley), mais de 40 deputados assinaram o projeto, que V. S conhece, autorizando o governo imperial a conceder a subvenção de 200 contos à companhia que recebesse do governo de Washington o auxílio votado pelo congresso.

Esse projeto era quase unanimemente acolhido pela câmara. Logo que foi possível, o presidente o deu para ordem do dia. A 29 do mês passado, foi ele aprovado em 1ª e 2ª discussão; e para se avaliar o [falta uma palavra] do interesse da Câmara por esse objeto, basta lembrar que só votaram 12 a 15 deputados contra a discussão desse projeto em tal dia, não obstante haver o hoje ex-ministro do império [José Bonifácio] requerido a preferência para um outro. Desta votação, contrária ao ministro, resultou a dissolução do gabinete Zacarias, que enxergou nisto uma desconfiança da Câmara, ainda que o mesmo gabinete nunca se houvesse oposto a essa idéia de navegação direta entre os dois países, e o reconhecesse muito útil o referido ministro.

O atual gabinete parece igualmente simpático ao mesmo projeto; o Sr. ministro das Obras Públicas [Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá], por cuja repartição corre o negócio, era, como membro da comissão da câmara, signatário, como é Tavares Bastos, do parecer que acima referimos.

Acreditamos, pois, que na próxima sessão de maio a câmara dos deputados aprovará em última discussão o referido projeto, já votado nas duas primeiras, na forma do regimento. O governo, pelo que lhe dissemos, não lhe será oposto; e, se ele se esforçar, como esperamos, poderá convencer no Senado a alguns dos membros conservadores, que talvez atualmente sejam contrários à medida.”¹⁶⁵

No mesmo dia, 29 de setembro de 64, Bastos escreveu a A. A. Low Esq., amigo que tinha em comum com Fletcher, e que desfrutava de uma “elevada posição no comércio

¹⁶⁴ *Idem*, 10.03.31, 77.

¹⁶⁵ *Idem*, 10.03.32, 61, n.º 001.

de Nova Iorque”, falando-lhe da disposição da câmara no sentido de aprovar, já em 3ª discussão, uma subvenção de 200 contos para a linha de vapores, e da possibilidade de aprová-la no senado, com a ajuda do governo. Tais informações embasaram o pedido que o deputado fez a Low Esq. no sentido de “fortificar aos amigos [de Nova Iorque] da íntima aliança dos nossos respectivos países na esperança de vermos bem cedo preenchidos os nossos ardentes votos.”¹⁶⁶

Em 1864, conforme vemos, ficou bem encaminhada a questão da subvenção à linha Rio – Nova Iorque na Câmara, com o apoio do gabinete Furtado, contra o qual, entretanto, Bastos conspiraria nos bastidores. Em 1865, já durante a gestão do gabinete Olinda (sucessor de Furtado), Bastos alcançaria a aprovação em 3ª discussão¹⁶⁷ na Câmara e também no Senado. Para tanto, conforme veremos mais adiante, seria fortemente coadjuvado pelos ministros Paula Souza e Nabuco de Araújo.

Conforme vimos no encaminhamento do projeto de subvenção à linha Brasil - Estados Unidos, não havia sintonia perfeita entre Bastos e o seu grupo e os políticos mais afinados com Zacarias, fato comprovado pelo pequeno empenho do ministro da Agricultura, na aprovação da medida. O gabinete chegou a apoiar a proposta referente ao Amazonas, mas caiu em agosto de 1864 por conta da discordância do seu ministro do Império quanto à urgência da discussão da medida referente à subvenção. Talvez um sinal da existência dessas diferenças também possa ser visto na circunstância de que em 1864, depois que Bastos se afastou da Câmara para participar da missão Saraiva, deteve-se o encaminhamento de sua proposta relativa à navegação de cabotagem. O projeto, apresentado em 21 de março de 1864 com a assinatura de mais 11 deputados, foi aprovado em 1ª discussão em 28 de abril do mesmo ano, mas não voltou a ser debatido na mesma sessão.

Se o encaminhamento das medidas preconizadas pelo deputado alagoano dão a entender a existência de fissuras na Liga Progressista, estas se fizeram mais nítidas nas chamadas discussões gerais, nas quais ficou explícito que grupos de liberais discordavam

¹⁶⁶ *Idem*, 10.03.32, 62.

¹⁶⁷ Sessão em 19 de maio de 1865, p. 45.

do gabinete quanto ao posicionamento adotado em relação à lei de 22 de agosto de 1860 – na qual Zacarias declarou expressamente que não iria tocar -, quanto ao modo de fazer face ao déficit orçamentário, e quanto a “questões de dinheiro”, isto é, medidas pertinentes ao auxílio a capitais privados com os recursos públicos.

Tais discordâncias, que rachavam a liga sem uma definição clara de fronteiras entre antigos liberais e antigos conservadores, fizeram-se perceber com ainda mais clareza no decorrer dos debates do período do gabinete Olinda de maio de 1865. Nesse novo momento, entretanto, Bastos esteve mais afinado com o ministério, no qual contava com grandes aliados para os seus projetos.

Capítulo 4

“PARA O ABISMO, SORRINDO”

1. Os “funerais” da liga e o projeto de um “novo” Partido Liberal

“As abelhas não brigam porque há flores para todas, disse um escritor. Se as senatorias chegassem para todos não haveria brigas.”¹

“(…) até 1848 a Inglaterra regulou-se por aquilo que se chama anacrônico e errado, e naquela época já ela era a senhora dos mares, tinha estaleiros que podiam construir dois ou três mil navios por ano, possuía capitais imensos, marinheiros adestrados; foi então que julgou que podia convidar todas as nações a entrar em uma luta a peito descoberto; mas todo o mundo compreende que *esta luta é toda em vantagem do forte, não é um duelo, é uma espécie de assassinato.*”²

O gabinete Zacarias de 15 de janeiro de 1864 foi substituído pelo organizado por Francisco José Furtado, em 31 de agosto do mesmo ano, composto em sua maioria de políticos liberais que não constituíam figuras de destaque até então na política nacional. O próprio presidente do conselho, que no momento de sua escolha exercia a presidência da Câmara, tinha sido, segundo Joaquim Nabuco, uma “surpresa absoluta”, que “ferira a todos”, pois “sua individualidade política” era “secundária”³. J. M. Pereira da Silva reconhecia nele um “homem de talentos notáveis, e de instrução jurídica, mas inexperiente da administração, e posto que gozasse de estima entre seus correligionários, não dispunha de influência sobre eles”⁴. Mas talvez a surpresa não resultasse – ou não somente - do significado individual de Furtado, mas da circunstância desse se constituir no primeiro gabinete “de filiação nitidamente liberal que surge desde 1848”, como afirmou Francisco

¹ Figueiredo, em aparte a Pinto Lima, em 25 de julho de 1866, p. 261.

² Junqueira, em discurso de 19 de maio de 1865.

³ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. I, p. 470.

⁴ SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*, p. 328.

Iglésias⁵. Além do presidente, que ocupava também a pasta da Justiça, eram liberais os ministros Liberato, do Império, Pinto Lima, da Marinha e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, da Agricultura; eram de origem conservadora Carlos Carneiro de Campos, da Fazenda e de Estrangeiros (depois substituído nesta pasta pelo também conservador Dias Vieira) e Beaurepaire Rohan, da Guerra.

O gabinete chefiado pelo liberal maranhense governou por pouco tempo no período do funcionamento da Câmara: poucos dias depois de sua formação, encerraram-se os trabalhos legislativos, e na eleição da mesa na sessão do ano seguinte já se produziu a votação que o derrubou. Ao mesmo tempo, o gabinete foi obrigado a lidar com dois grandes problemas do período: a “crise” de setembro de 1864 - em que casas bancárias importantes suspenderam seus pagamentos, causando verdadeiro pânico - e o início da guerra com o Paraguai. Mas não foi na conduta que adotou no encaminhamento dessas duas questões que se concentrou a principal crítica feita pelos historiadores a esse ministério.

Nos textos que trataram da história do período que estamos considerando foi predominante o apontamento da política do gabinete liberal de Furtado como responsável por um acirramento da divisão que, no interior da liga, existia entre os liberais e os conservadores moderados, acirramento que teria vindo a comprometer irremediavelmente a tão aventada coligação. Joaquim Nabuco, num tópico intitulado “Separação de antigos liberais e antigos conservadores”, afirmou que o ministério “visivelmente se afastava do círculo de influências progressista e procurava em todas as províncias criar uma situação antes favorável ao elemento liberal”⁶. Francisco Iglésias endossou essa idéia de que na gestão desse gabinete é que a liga teria se mostrado extremamente frágil:

“As divergências entre progressistas e históricos, que sempre existiram mas eram abafadas, aparecem mais. Os liberais é que dão o tom do gabinete, uma vez que Furtado é amigo fiel de Sousa Franco, de Teófilo Otoni, dos praieiros. Nas nomeações prefere os membros do seu partido, que crescem a ponto de pensarem em um gabinete só de liberais, como se não precisasse dos antigos aliados para o governo. A aliança entre elementos de origem tão diversa revelava toda a fragilidade. (...)”⁷

⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848/1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *Ob. cit.*, p. 95.

⁶ NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, p. 478.

⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Ob. cit.*, p. 97.

Sérgio Buarque de Holanda fez coro com Nabuco e Iglésias, dizendo que, pela própria composição do gabinete Furtado, parecia mesmo animado do propósito de “aprofundar ainda mais a divisão”⁸.

A composição quase predominantemente liberal do ministério Furtado, e algumas nomeações para presidências de província, parecem confirmar essa interpretação. Entretanto, ela deve ser problematizada, haja vista que existiu, no decorrer dos acontecimentos, uma acirrada troca de acusações entre conservadores “moderados” e liberais, quanto a essa mesma responsabilidade pelo comprometimento mais sério da liga.

No sentido de demonstrar essa problematização, é extremamente significativa a troca de gabinetes que ocorreu em maio de 1865, quando, hostilizado pelos conservadores moderados, o ministério presidido por Furtado pediu demissão e Olinda foi novamente chamado para presidir um gabinete. Nos debates dos anos que seguiram até 1868 – momento em que a Liga foi dissolvida e os “puros” retornaram ao poder –, os adversários de um e de outro grupo se acusaram mutuamente por terem promovido a ruptura, agora reconhecida, da Liga Progressista. Os apoiadores do gabinete Olinda afirmavam que o gabinete Furtado foi o responsável pelo fracasso da coligação. E os sustentadores do ministério Furtado afirmavam o contrário, devolvendo a culpa a Olinda e seus partidários conservadores moderados, os quais teriam realizado uma conspiração que inviabilizou a pretendida aliança.

O ministério Furtado demitiu-se em 8 de maio de 1865, após uma votação para a presidência da mesa, na qual não conseguiu maioria de votos. Seu candidato, Barão dos Prados, obteve primeiramente 35 votos, contra 34 de Saldanha Marinho, 1 de C. Ottoni e 6 cédulas em branco. Não tendo ocorrido a vitória absoluta de nenhum candidato, testemunho da dissonância e disputa pelo poder dentro da Liga, procedeu-se a segundo escrutínio, no qual foi verificado empate, e a ocorrência de 5 cédulas em branco. Conforme o regimento, foi feito um sorteio, e foi então considerado eleito o candidato do gabinete⁹. Diante dessas circunstâncias, desprestigiado entre seus prováveis aliados, o ministério sentiu que não tinha condições de se manter, e pediu exoneração.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (*História geral da civilização brasileira*. t. II, v. 5), p. 29.

⁹ Sessão em 8 de maio de 1865, p. 17.

Nesse momento de explicitação de profundas discordâncias, Olinda foi novamente indicado pelo Imperador para tentar encaminhar o impasse político criado pela pequena força dos liberais, atropelados no interior da Liga pela atuação dos conservadores moderados, dentre eles o próprio Olinda.

No dia 13, este último se apresentou diante da Câmara, com o ministério constituído, além do presidente, que ocupava também a pasta do Império, dos conservadores moderados Nabuco de Araújo (Justiça), Ferraz (Guerra), Saraiva (Marinha) e dos liberais Dias de Carvalho (Fazenda), Paula Souza (Agricultura) e Otaviano (Estrangeiros). Este último recusou-se, entretanto, a aceitar a pasta, e Saraiva, que inicialmente ocupava-a interinamente, ficou definitivamente com ela, entregando a da Marinha a Silveira Lobo, em julho de 1865. O ministério, chamado “das águias”, segundo Joaquim Nabuco, por contar em sua formação com quatro homens com estatura de presidentes de Conselho – Olinda, Nabuco de Araújo, Saraiva e Ferraz -¹⁰ declarou ser o seu programa debelar a guerra contra o Paraguai, iniciada durante a administração Furtado. Tal programa quase não foi discutido nesse momento¹¹.

O debate em torno da legitimidade do novo gabinete teve início na discussão da resposta à Fala do Trono, e partiu do liberal Martinho Campos, que principiou por condenar a indicação de Olinda, quando havia outros nomes importantes entre os coligados.

Membro da comissão responsável pela elaboração da resposta, Martinho revelou ter sido voto vencido, porque era contra o texto favorável ao ministério: “(...) me parece que a organização ministerial última não era a que nos convinha, não era a de que precisávamos”, e seria a “morte da nascente situação”¹². Questionou a presidência do marquês de Olinda, que, estando acima dos partidos existentes, não seria chefe de nenhum deles. Pediu explicações sobre a atual organização, uma vez que, segundo informava a imprensa, três outros homens teriam sido também chamados para organizar gabinete: o visconde de

¹⁰ NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, v. I, p. 547. O autor chegou a falar em “quatro ex-presidentes do Conselho”. Mas Nabuco de Araújo e Saraiva nunca tinham efetivamente exercido a presidência de um ministério. O que pode explicar a afirmação de Joaquim Nabuco é o fato de que ambos os líderes “progressistas” tinham sido escolhidos, antes de Olinda, para organizar o próprio gabinete sucessor de Furtado. Saraiva tentou organizar um ministério, mas desistiu, e Nabuco de Araújo recusou o convite que lhe foi feito.

¹¹ Sessão em 13 de maio de 1865, p. 19.

¹² Sessão em 26 de maio de 1865, p. 66 e p. 67.

Abaeté, Saraiva e Nabuco de Araújo. Martinho disse compreender por que o primeiro não aceitou ser o novo presidente de conselho (sua posição seria mais ou menos a mesma que a de Olinda), mas queria saber os motivos pelos quais os outros dois também não aceitaram, especialmente Saraiva, a quem caberia o *dever* de aquiescer ao cumprimento da incumbência, em virtude da proeminência de sua figura na Câmara dos Deputados, casa que deveria por sua vez ter precedência na organização de ministérios, conforme a prática do sistema representativo¹³.

Afirmando-se partidário da coligação entre liberais e conservadores moderados, Martinho Campos, além de questionar o nome do organizador do gabinete, também atacou a presença, no ministério da guerra, do conservador “puro” Ferraz, que provocava desconfianças, em virtude da política restritiva a que ligara seu nome, como presidente do gabinete que encaminhou a aprovação da lei de 22 de agosto de 1860, lei cuja promulgação fora um dos episódios que dera origem à Liga. A presença de Ferraz no gabinete, e na pasta da Guerra (importante em virtude do conflito em curso) soava como afronta à própria aliança:

“O SR. MARTINHO CAMPOS: - Sr. presidente, o elemento de força que o honrado ministro da guerra trouxe para o atual ministério é a desconfiança geral e universal. (*Não apoiados.*)

Permita Deus que eu me engane; mas na própria repartição da guerra os serviços que há a esperar de S. Ex., a julgar pelos seus precedentes, são a desorganização e o descontentamento geral do exército. (*Não apoiados.*)”¹⁴

Contrapondo-se a Martinho Campos, o conservador moderado e então ministro da marinha Saraiva alegou que, antes da queda do gabinete Furtado, havia um perigo para o “partido progressista”, perigo em cujos motivos não tocava para não “agravar alguns dos meus amigos desta Câmara”¹⁵. A queda daquele gabinete se afigurara necessária para que não se abrisse um combate que seria a “morte do partido progressista”. Para a salvação do partido é que ele, conforme declarou, votara primeiro em branco, na eleição para a presidência da mesa, e depois votara no candidato da oposição, forçando o empate:

“No escrutínio secreto a que se procedeu em primeiro lugar para presidente desta Câmara, meti na urna uma cédula em branco. Forçado a escolher um dos dois nomes, que significavam a morte ou a vida do ministério, ou antes a luta e as

¹³ *Idem*, p. 67.

¹⁴ *Idem*, p. 68.

¹⁵ *Idem*, *ibid.*.

probabilidades do desaparecimento dessa luta, votei em segundo escrutínio no candidato da oposição, porque em todo o caso votava pela salvação do partido. (*Apoiados.*) Esta era pois a situação, e a opinião que tinha acerca dela. Posso ter apreciado mal a situação, antes de ter sido chamado para organizar um gabinete, porém apreciei-a da forma referida.”¹⁶

Saraiva deu a entender que assim procedera apenas por amor à unidade do partido, não tendo nunca pronunciado uma palavra sequer contra o gabinete Furtado¹⁷. Todavia, esta é uma versão dos acontecimentos que pode ser questionada através das cartas e apontamentos encontradas no arquivo de Tavares Bastos, correligionário do ministro, então deputado. O conteúdo desses documentos revela uma seqüência de manobras, terminada em uma conspiração contra o gabinete liberal, na qual se envolveram as lideranças conservadoras moderadas, desde Olinda até Bastos, passando por Saraiva.

Inicialmente, conforme narrou o próprio deputado alagoano, foi feito um acordo com Saraiva e deputados e senadores liberais no sentido da manutenção de uma postura neutra em relação ao ministério Furtado, acordo que, entretanto, não foi mantido:

“Noite célebre de 22 de setembro. Conferência em casa do Martinho, rua de Santo Amaro. Eu andei a agarrar os companheiros das 7 às 9 horas; presentes, Martinho, Saraiva, Otaviano, Pedro Luiz e eu. Assentamos em neutralidade para com o ministério Furtado, que depois ninguém observou. A conferência devia ser na casa de D. Manoel; não o quis. Sousa Franco compareceu no dia seguinte ao escritório do Otaviano, onde de novo se conversou, assentando-se na mesma atitude em relação ao ministério. Dias depois, o Otaviano começa a defender o ministério pelo *Correio Mercantil*, porque lhe arrancava os avisos sobre falência dos banqueiros, e o Sousa Franco aceita a presidência do Rio de Janeiro, tornando-se solidário com o ministério.”¹⁸

Enquanto correligionários liberais abandonavam a neutralidade para apoiar o ministério Furtado, Bastos, em correspondência privada, passou a demonstrar viva hostilidade ao gabinete. Em carta a Saraiva de 22 de outubro de 1864, deixava bem clara a sua discordância em relação ao governo, dando a entender, ao mesmo tempo, que as divisões na Liga também não consistiam somente nas que separavam ex-conservadores de liberais; entre os próprios liberais, não haveria homogeneidade.

¹⁶ *Idem*, p. 69.

¹⁷ *Idem*, *ibid.*

¹⁸ Apontamento que foi publicado em 1925 por Cassiano Tavares Bastos: BASTOS, A. C. T. Memórias políticas de Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1925, p. 2.

Primeiramente, a anotação do mal estar que lhe causou o gabinete:

“Tratemos de política. Os tais ministros vão-me desagradando muito pelo seu ar de toleima. Não os posso aturar. Resolvi não procurá-los, ainda que tenha inúmeras pendências, e algumas sérias. Mas eles me obrigam a isso: não parecem amigos; põem-se à distância: na nomeação de presidente para Alagoas nomearam a quem lhes pareceu, e não admitiram indicação de nome. Estão no seu direito. Felizmente o nomeado não será dos piores.”¹⁹

Na mesma carta, dava a entender que, a despeito de discordar de Furtado e seus ministros, tinha boas relações com o liberal Sousa Franco:

“Para saírem da dificuldade, os ministros Furtado e Liberato (este último é íntimo do Franco, ao que parece) empenham-se com o Sousa Franco para que aceite a presidência, e ele aceitou-a e está nomeado.

Seria para condescender que aceitou o Franco? Ou vê neste serviço um elemento de sucesso para a futura presidência do Conselho? Deus o ajude, e a nós.”²⁰

Em carta de 6 de novembro de 1864, recomendava a Saraiva a recusa de convite feito pelo ministério para ocupar a presidência da Bahia, porque a aceitação prendê-lo-ia, “e era essencial vê-lo livre em maio.” Além disso, a recusa seria

“um castigo merecido pelos ineptos que estão perdendo o país, entregando as altas posições a qualquer adventício e humilhando os homens públicos, condições de paz, de liberdade e de lustre para este nosso mísero Brasil.”²¹

Essas cartas de Bastos sugerem ter fundamento a acusação feita pelo liberal praieiro Urbano na Câmara, e mais tarde também por Cristiano Ottoni, de que tinha havido conspiração contra o gabinete Furtado antes da abertura dos trabalhos da Câmara, em 1865. Os textos de Bastos não confirmam que tais acertos seriam capitaneados, como disseram aqueles deputados, pelo Marquês de Olinda, mas deixam muito clara a sua própria participação neles, e também a de Saraiva, como torna límpido o seguinte trecho, da mesma carta a este último:

“No seu engenho é o seu quartel de inverno para a próxima campanha: esta é a decisiva; depois dela a morte gloriosa, ou o poder com todas as honras. Não há meio termo, ou eu sou tão desassisado que não o enxergo, com honra e proveito *do país*. Já não digo – de nós, os homens públicos!”²²

¹⁹ BASTOS, A. C. Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p. 48.

²⁰ *Idem. ibid.*

²¹ *Idem*, p. 51.

²² *Idem. ibid.*

Em 19 de novembro, em carta confidencial, Bastos escreveu contra a indicação do conservador Paranhos para enviado brasileiro na região do Prata, com o objetivo de “solicitar o apoio material de Buenos Aires para a tomada de Montevidéu”. O liberal Otaviano também não teria gostado da indicação, mas não aceitou publicar artigos de Bastos contra ela no *Mercantil*. Por isso, este pagou a publicação de artigos no *Jornal do Comércio*, criticando a nomeação. Otaviano teria lido e pensado que “ultrapassei a meta, e não soube moderar-me”²³, diferentemente de Nabuco e Zacarias, que, conforme Bastos anotou em carta subsequente, “aplaudiram ao meu artigo *sem reservas*”²⁴.

Em janeiro de 1865, o deputado alagoano se mostrava ainda mais desesperado em relação ao ministério Furtado; falava em *ditadura* dos liberais maranhenses, por conta do “escandaloso decreto” de 7 de janeiro, referente aos “voluntários da pátria”, decreto através do qual, segundo informa Pereira da Silva, o ministério estabeleceu, depois da invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, “prêmios e privilégios de aquisição gratuita de terras e de empregos públicos para os brasileiros que voluntariamente corressem em defesa da pátria”²⁵. Havia, nesse momento, uma discussão acerca da possibilidade de reunião extraordinária da Câmara, que terminou não acontecendo, e sobre a qual Bastos escreveu:

“Não sei se o ministério contará maioria: é provável que sim, se o Martinho e Teófilo cederem a Otaviano, mas eu e outros faremos e fazemos o possível contra. Ainda que os ministros recrutem maioria a favor dos pretextos tirados da guerra, e por mais doloroso que seja ver essa gente desmoralizar-nos e ao país, é certo que devemos provocar a reunião das Câmaras, porque o nosso primeiro dever é zelar a prerrogativa da Câmara e do parlamento, e impedir que continue a ditadura (literalmente, é uma ditadura) destes liberais maranhenses. Consentir que tais decretos subsistam, é, a meu ver, um crime.”²⁶

Nessa ocasião, conforme vimos, além da cerrada recusa do ministério liberal, Bastos se contrapôs a Otaviano. Não estava afinado também com Teófilo Ottoni que, ao invés de atacar o ministério, preferia criticar o governo pessoal. Na mesma carta de 14 de janeiro de 1865 a Saraiva, Bastos mencionou, discordando dele, o posicionamento de Ottoni:

²³ *Idem*, p. 53-54.

²⁴ *Idem*, p. 55.

²⁵ Por esse decreto, segundo informa Pereira da Silva, o ministério Furtado, depois da invasão do Mato Grosso pelo Paraguai, estabeleceu “prêmios e privilégios de aquisição gratuita de terras e de empregos públicos para os brasileiros que voluntariamente corressem em defesa da pátria” (SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*, p. 344.)

“Do Teófilo, tenho uma carta muito longa de 10 de dezembro. Diz-me, em resumo: que o ponto da questão é o governo pessoal, que faria enorme serviço quem a discutisse convenientemente, e que, quanto ao ministério, acha-o mau, mas que Furtado e Jesuíno são liberais e merecem atenções. E esta? Respondi-lhe: - *que só deveríamos atacar francamente a questão do governo pessoal, depois que houvéssemos pela nossa parte cumprido primeiro o dever de obstar a possibilidade de exercer-se o governo pessoal*; que, ao contrário, consentimos no ministério Olinda; no ministério Zacarias, e no ministério Furtado; que nunca nos preparamos e entendemos previamente para as crises ministeriais; que, na primeira vez que fizemos, em maio por exemplo, se víamos recusados os nossos nomes mais prestigiosos e organizado a nosso pesar um ministério de amanuenses, então devemos ir à tribuna, e na linguagem nobre e severa e sábia dos estadistas ingleses, denunciar ao país e ao mundo o governo de Jorge 3º. Que, enquanto não o fizéssemos, os ataques pela imprensa não tinham força moral, e me pareciam pouco dignos. – Nessa sua carta o Teófilo me diz que, quanto à política, parecia-me necessário aguardar a abertura das Câmaras, sendo que ele nada decidiria sem ouvir ao *nosso amigo Saraiva*.”²⁷

Em 18 de março de 1865, depois da nomeação de Otaviano para substituir Paranhos nas negociações da região do Rio da Prata, Bastos relatou a Saraiva que, tendo aquele vindo comunicar-lhe a sua nomeação, “disse que o ministério não tem o pensamento de conservar-se a todo o transe” e que tinha ele próprio solicitado a Furtado que não pedisse a dissolução, uma vez “que o partido tinha ainda muitos homens disponíveis, e não se devia recorrer a esse extremo.”²⁸ Diante da probabilidade de retirada do ministério, Bastos afirmou que trabalharia no sentido de desviar Teófilo Ottoni de um apoio a ele:

“(…) O Teófilo está a chegar, e eu hei de exercer o esforço possível para que ele não se comprometa a arrastar o ministério: para isto conto com os desgostos que tem tido o Cristiano.”²⁹

²⁶ BASTOS, A. C. Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p. 64.

²⁷ *Idem*, p. 65; itálico nosso.

²⁸ *Idem*, p. 72.

²⁹ *Idem*, p. 73. Quais seriam esses “desgostos” de Cristiano Ottoni, não podemos saber. E nenhuma pista nos deu aquele deputado mais tarde, em sua *Autobiografia*. Nessa obra, Cristiano deu a entender que não teve motivos para “desgostos”, declarando que, entre os gabinetes da liga, o único que apoiou completamente foi o presidido por Furtado: “Devo contudo acrescentar que de todos os organizadores de ministérios por aquele tempo, o único que possuía a minha confiança completa e inteira era Furtado, honesto, patriota e ilustrado Conselheiro Furtado. E sendo então a questão principal a guerra com o Paraguai, a confiança que inspirava o chefe da situação e a feliz instituição dos voluntários da pátria deram grande impulso à desafronta nacional. Mais rápida seria ela, se o seguinte ministério não mandasse ineptamente suspender as remessas de voluntários.” (OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 117.)

Voltando ao debate entre Martinho Campos e Saraiva, este não revelou, na Câmara, sua participação nesses acertos de bastidores visando derrubar o ministério Furtado, e ainda construiu uma explicação em que apareceria como dedicado à promoção da unidade partidária. Explicada sua conduta na votação que redundou na queda de Furtado, Saraiva passou então a indicar as razões pelas quais não organizou o novo gabinete, apesar de para isto ter sido convidado. Disse que, preocupado com a unidade do partido progressista, uma vez chamado pela coroa, pensara em constituir “uma organização ministerial que representasse todas as feições mais pronunciadas do partido da situação”. Foi com essa idéia que se dirigira a Teófilo Otoni, que se prestara a auxiliar na nova organização, mas depois desistira, pelo fato dele fazer questão da presença de Otaviano no ministério³⁰.

Quanto à sua presença no atual gabinete, Saraiva declarou que rejeitou um primeiro convite de Olinda justamente por achar que, além da debelação da guerra, também deveria estar no horizonte de um novo ministério a resolução dos “problemas a que nos achamos comprometidos”, e para isto “talvez essa organização não fosse a melhor”³¹. Mas não pôde recusar um convite de Olinda, por lhe parecer “desairoso abandonar em um momento melindroso para o país o ancião respeitável que tantas vezes nos tem salvado de graves dificuldades. (*Muitos apoiados.*)”³² Saraiva afirmou, então, concordar com Martinho Campos, quando este afirmava que essa organização ministerial não seria “a mais apropriada para resolver todos os problemas políticos”, mas considerou que era “a organização que as circunstâncias aconselharam e nos impuseram.”³³ Para finalizar, disse claramente que, ao contrário do que declarara Martinho, não era o atual ministério o responsável pela morte do partido progressista:

“O SR. MINISTRO DA MARINHA: - Sr. presidente, se tivermos de assistir ao funeral do partido progressista, seguramente não podemos ter a responsabilidade de sua morte, porque não fomos os médicos que puseram em perigo sua existência. (*Apoiados.*) Os erros que trouxeram a situação que todos deploramos, não são nossos.

O país em ocasião oportuna, na hora apropriada, quando o partido progressista tiver morrido, apreciará quais os homens que concorreram mais eficazmente para a sua morte. (*Apoiados; muito bem.*)

³⁰ Sessão em 26 de maio de 1865, p. 69.

³¹ *Idem, ibid.*

³² *Idem, ibid.*

³³ *Idem, ibid.*

*O que posso asseverar à Câmara é que me acho filiado de uma maneira a mais convencida, não ao que o nobre deputado chama Partido Liberal antigo, mas às verdadeiras idéias liberais (apoiados), cuja força é tal que nenhum partido terá a pretensão de dirigir os negócios públicos sem que renda a essas idéias o culto que se lhes deve, porque tais idéias constituem nada menos do que o voto solene que gregos e troianos fazem pela verdade prática do regime constitucional. (Apoiados; muito bem.)*³⁴

Falando na seqüência, também Nabuco de Araújo, ministro da justiça, explicou o motivo político pelo qual não aceitou o convite que lhe fez o imperador para organizar o ministério substituto do presidido por Furtado. Remetendo a discurso pronunciado no ano anterior, no senado, afirmou que a situação requereria a organização de *um Partido Liberal novo*, coisa impossível em circunstâncias de guerra. Um Partido Liberal em que

“pudessem estar sem pejo sinceramente identificados os vencedores e os vencidos, os homens políticos de todas as origens; um partido que fosse o centro das novas gerações, ansiosas de idéias e glórias, mas não comprometidos nos ódios e exclusivismo do passado: *que esse partido não podia ter as mesmas idéias vencidas ou prejudicadas nas nossas lutas*; mas uma nova cena, uma cena brilhante de futuro, isto é, duas idéias grandiosas, a regeneração do sistema representativo, e a liberdade individual, que consagrada no nosso código fundamental, *desideratum* da civilização, não estava ainda realizada entre nós. (Muitos apoiados)”³⁵

Idealizando um partido que não tivesse as “idéias vencidas ou prejudicadas”, disse Nabuco, então, que, se presidisse o ministério, teria que mudar o *status quo*, modificação que “se me antolhou como uma complicação no estado de guerra em que nos achamos”³⁶.

No que diz respeito à aceitação da pasta da justiça, qualificou-a como “um sacrifício imposto pelo patriotismo”, e justificou-a dizendo que participar de um ministério não era o mesmo que organizá-lo, e que, além disso, o atual teria o programa limitado à guerra, “sem alteração do *status quo* da política”. E, numa avaliação do significado do pronunciamento de Martinho Campos, Nabuco considerou que ele analisara o ministério “só em vista do elemento liberal”, o que poderia ser interpretado como uma quebra do vínculo com o partido progressista³⁷.

³⁴ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

³⁵ *Idem*, p. 70; itálico nosso.

³⁶ *Idem, ibid.*

³⁷ *Idem, ibid.*

Finalizando, Nabuco, numa fala que deu munção aos opositores do gabinete, conclamou a todos que deixassem as divisões para depois da guerra, pois a excitação das paixões políticas poderia impedir que o país agisse com força contra o inimigo estrangeiro:

“(...) Deus não permita que a pátria dilacerada pelas paixões políticas se torne impotente contra o estrangeiro que insultou o nosso pavilhão; Deus não permita que a história deplora a sorte de uma nação nova, cheia de recursos e de vida, mas infeliz por sua culpa... *Tratemos da guerra, e depois da vitória ajustemos as nossas contas. (Muitos apoiados; muito bem.)*”³⁸

Martinho Campos foi muito hábil na réplica a Nabuco. Aparentando elogiar este último ao exaltar a atuação dos conservadores moderados, que teriam servido à causa da vivificação da luta dos partidos políticos, sugeriu, entretanto, que os receios revelados no discurso do ministro da justiça, quanto aos efeitos das lutas dos partidos, filiar-se-iam a concepções conservadoras “vermelhas”; em outros termos, embora parecendo referendar um liberalismo autêntico, Nabuco de Araújo ainda estaria atrelado a suas antigas convicções:

“(...) Grandes serviços prestaram alguns conservadores, que desapegando-se dos preconceitos e ódios da antiga política do seu partido, reconheceram à testa do governo a conveniência do jogo das opiniões e do exercício do direito livre que tem cada cidadão de procurar influir no governo do país, direito que não é menos perfeito para os partidos políticos, cujas lutas fazem a vida e a força dos povos livres e das suas instituições. *Donde vem, pois, os receios manifestados na peroração do discurso do honrado Sr. ministro da justiça (...)?*”³⁹

Martinho também não concordou com o argumento de Nabuco de que essas lutas representariam um obstáculo para a boa ação do governo na defesa do país contra o Paraguai. Ao que Lopes Neto acrescentou: “até aqui as provas são em contrário do que disse o Sr. ministro.”⁴⁰

Quando expôs a sua versão dos acontecimentos na Câmara, Saraiva aventara uma certa pressa na organização do ministério, por conta de um suposto perigo para a ordem pública, resultante da demora da definição política. Martinho ironizou esse argumento do ministro da marinha, e o neutralizou, afirmando que havia de fato uma certa inquietação do público quando se estava por definir um ministério, mas porque estava acostumado a

³⁸ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

³⁹ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

⁴⁰ *Idem, ibid.*

receber surpresas nessas circunstâncias. Por causa de fatos muito inesperados que ocorreriam nessas situações, é que o público ficaria apressado para saber logo o que viria: “(...) Podia, por exemplo, contar-se com a entrada do Sr. senador Ferraz no ministério? (*Hilaridade.*) É daí que provém em parte a inquietação do público, se não a curiosidade.”

Tal curiosidade, além disso, não significaria ameaça à ordem, e sim exercício de um direito: o “direito a saber por quem e como vai ser governado. Mas não houve perigo nem possibilidade de perigo para a ordem pública, que necessitasse imediata organização ministerial.”⁴¹

Foi Dias de Carvalho, ministro da fazenda, quem respondeu à questão mais embaraçosa de Martinho: a presença de Ferraz, que tinha sido o chefe do gabinete que aprovara a lei de 22 de agosto de 1860 - que estabeleceria uma política financeira restritiva, num ministério composto também justamente pelos conservadores que haviam se colocado contra ela. Conforme Dias de Carvalho, não haveria mais divisão entre os membros do gabinete quanto a essa questão, porque todos teriam aceitado manter as determinações da problemática lei⁴².

Na seqüência do debate, a fala mais aguerrida contra o gabinete foi a de José Liberato, na sessão seguinte, em 29 de maio. Esse deputado liberal, que ocupara a pasta da guerra no ministério Furtado, atacou o governo em exercício e os conservadores moderados, e defendeu o gabinete anterior. Voltou-se especialmente contra os argumentos de Saraiva, que atribuíam ao gabinete Furtado a responsabilidade pela morte do partido progressista. Liberato perguntou ao ministro da marinha, em desafio, quais teriam sido “os fatos do ministério de 31 de agosto que levaram o partido progressista a este estado deplorável”⁴³. Tentando inverter o raciocínio de Saraiva, Liberato procurou demonstrar uma atitude amigável de Furtado para com Saraiva, e uma reação dissolvente do ex-conservador, que se tinha distanciado do ministério por sua vontade, por seus próprios “receios e apreensões”⁴⁴.

Liberato questionou o alegado empenho de Saraiva na montagem de um outro gabinete em conjunto com a fração liberal da Liga, e o fato de ter procurado por Ottoni para

⁴¹ *Idem, ibid.*

⁴² *Idem, p. 72.*

⁴³ Sessão em 29 de maio de 1865, p. 90.

⁴⁴ *Idem, p. 91-92.*

ajudar a organizá-lo, pois este senador tinha apoiado o gabinete de 31 de agosto, contra o qual o atual ministro votara. Se a intenção era realmente compor um ministério juntamente com uma liderança dos liberais, por que, diante da recusa de Ottoni, Saraiva não recorrera a outro nome liberal, num gesto que contribuiria efetivamente para unificar o partido progressista? Por que motivo quis Saraiva excluir Otaviano da composição do ministério? A pergunta trazia embutida a resposta: não havia efetiva vontade de organizar um gabinete em colaboração com os liberais:

“Qual o nome, Sr. presidente, que podia soar mais simpaticamente nesta Câmara? Qual o nome que podia reunir em torno de si maior soma de simpatias?...

(...)

Qual o nome que podia simbolizar mais legitimamente todas as aspirações do partido progressista do que o nome do Sr. conselheiro Otaviano?...

(...) como o nobre ministro se nega a dar esta explicação necessária, eu nada mais direi; mas fique bem sabido que o nobre ministro não pôde organizar um gabinete, não pôde completar uma organização ministerial que simbolizasse as mais legítimas aspirações do partido progressista, porque era necessária a exclusão do Sr. Otaviano, e essa exclusão não foi aceita pelo Sr. Ottoni.”⁴⁵

E respondendo a Nabuco, sobre a proposta de que se deveria esperar pelo fim da guerra para efetuar o “ajuste de contas”, Liberato reinterpretou os objetivos políticos do programa do gabinete: evitar a discussão de reformas políticas, colocando à frente o problema da guerra, para se fortalecer nas próprias lutas políticas internas:

“(...) O gabinete atual vive e vive somente para colher os louros da vitória sobre o tirano do Paraguai.”⁴⁶

O deputado pernambucano Urbano Sabino, em 30 de maio, reforçou os argumentos e a desconfiança da oposição ao gabinete Olinda, embora essa oposição não fosse unânime entre os liberais. Contra a idéia de fusão entre os dois grupos, e da existência de um partido progressista, Urbano afirmou com toda a clareza as distinções entre conservadores e liberais. Disse ter “sinistros pressentimentos” em relação ao gabinete, cujo próprio

⁴⁵ *Idem*, p. 92.

⁴⁶ *Idem*, p. 93. Encontra-se, aqui, o mesmo espírito do aparte de Lopes Neto a Dantas quando este, respondendo a José Bonifácio, disse que era preciso deixar para hora mais apropriada a questão de seu posicionamento quanto às medidas tomadas pelo gabinete Furtado em relação à crise comercial de 10 de setembro de 1864. A essa idéia de adiamento, que seria a mesma de Nabuco, Lopes Neto aparteu de modo perspicaz: “Para depois da guerra, quando tiverem 50.000 baionetas vitoriosas; não é mau.” (Sessão em 26 de maio de 1865, p. 86-87).

presidente teria participado de uma conspiração contra o ministério Furtado, e ironizou os “benefícios” concedidos pelos conservadores “moderados” aos liberais:

“O nobre ministro da marinha até acusou-nos de ingratidão por desconfiarmos dos princípios dos conservadores que têm estado ligados a esta situação. Era o que faltava, sermos nós acusados de ingratidão pelos avultados benefícios que temos recebido desta situação! Eles realmente são tão grandes...”

A ironia de Urbano é reforçada por Godoy, que em aparte dispara:

“- Estamos esmagados por tantos benefícios.”⁴⁷

Foi no momento em que ocorreu esse debate da resposta à Fala do Trono de 1865 que também se realizou a 3ª discussão do projeto de Tavares Bastos de abertura da navegação de cabotagem⁴⁸, já aprovado em primeira discussão em abril de 1864, durante o ministério Zacarias. Foi nessa última discussão que o deputado alagoano se posicionou em relação ao gabinete Olinda, e terminou, retomando uma idéia de Nabuco de Araújo, por anunciar uma solução para o impasse em que se encontravam a Liga e o Partido Progressista: a coligação se apresentaria como um novo Partido Liberal. Consistia, a sugestão de Bastos, em uma estratégia de assalto ao histórico Partido Liberal do Império e a seu programa, embalada em uma linguagem conciliadora. Na esteira de todo o arrazoado,

⁴⁷ Sessão em 30 de maio de 1865, p. 102.

⁴⁸ Tratava-se do projeto relaxando o privilégio concedido a empresas brasileiras na navegação de cabotagem, que tinha sido apresentado em 21 de março de 1864, e assinado por Afonso Alves, Brusque, Flores, Afonso Celso, Luiz Felipe, Neri, Tavares Bastos, Moreira Brandão, Barão de Mauá, Barão de Porto Alegre e Pinheiro Machado. A proposta, que liberava para navios estrangeiros o transporte costeiro de mercadorias nacionais e estrangeiras entre os portos do Império em que houvesse alfândega, durante um prazo de 4 anos (Sessão em 21 de março de 1864, p. 228-229), foi aprovada em primeira discussão em 28 de abril desse ano e voltou a ser debatida somente em maio de 1865. No dia 17 desse mês e ano, entrou em primeira discussão de novo, mas foi requerido adiamento para o dia seguinte pelo próprio Bastos, que alegou não saber que o projeto já tinha sido aprovado em 1ª discussão, porque no final de abril de 1864 tinha se ausentado da Câmara, por conta da sua participação da missão Saraiva à região do Prata (Sessão em 17 de maio de 1865, p. 28.). No dia 18 de maio de 1865, o projeto entrou então em 2ª discussão, em seu artigo 1º. Depois de debates em duas sessões, nas quais falaram a favor o próprio Bastos, Martim Francisco, Paula Souza, Afonso Celso e Saraiva, e contra Junqueira e Silva Pereira, o artigo foi aprovado com um aditamento, apresentado por Bastos, que ampliava a abertura para os locais em que houvessem mesas de rendas ou entrepostos alfandegados” (Sessão em 19 de maio de 1865, p. 40-41).

O artigo 2º, que limitava a autorização da liberação a 4 anos, foi suprimido - apesar de voto contra de um dos autores do projeto, Afonso Alves -, por emenda apresentada por Martim Francisco. Os demais artigos foram aprovados, e o projeto passou para a 3ª e última discussão.

estava a retomada do projeto de livre navegação ao qual conservadores “puros” e liberais “genuínos” ainda se opunham.

Em 1 de junho de 1865, dia em que também defendeu longamente o projeto de livre navegação, Bastos iniciou o seu discurso refutando as críticas feitas ao ministério, exame necessário *“porque a um programa político definido está subordinada a doutrina econômica do projeto em discussão”*⁴⁹. Adotando um tom conciliador, o deputado afirmou que visualizava algo prejudicial nas críticas ao governo, uma vez que elas criariam incertezas, não inspirando confiança aos “verdadeiros amigos do sistema representativo”⁵⁰.

Chamando o agrupamento de liberais e conservadores não de partido progressista, e sim de Partido Liberal, afirmou que este seria um partido inspirado pelo “espírito benéfico”, que teria tomado conta do país, pedindo “que medidas praticamente liberais fossem votadas, quer para garantia da liberdade política oprimida pelas leis de reação, quer para desenvolvimento das indústrias paralisadas”. A despeito das “divergências acidentais” nos “compromissos eleitorais”, esse partido nutriria a “aspiração comum” da eleição direta, das reformas da magistratura, da polícia e da guarda nacional, bem como da liberdade de crédito e de organização empresarial:

“Por amor da realidade do direito de mandar ao parlamento os seus representantes, que é o primeiro direito político de um povo livre, nós pedimos a substituição da eleição indireta, comédia perigosa, pela eleição direta, instituição séria que põe o parlamento e os governos diante de um corpo eleitoral inamovível e permanente. Por amor das liberdades individuais, prometemos alterações profundas na magistratura, na polícia, na guarda nacional. Por amor da mesma liberdade e para a prosperidade do país, reclamávamos o regresso ao sistema da liberdade de crédito, e o reconhecimento das verdadeiras doutrinas econômicas a respeito da indústria e do comércio.”⁵¹

O terreno da situação ainda seria o mesmo, e as reformas indicadas seriam também as mesmas, pedidas pelo “espírito público”. Ainda haveria um programa unitário, que prevaleceria sobre as diferenças entre algumas lideranças:

“(…) As reformas que se pedem são ainda as mesmas: a tanto sobe a convicção geral que, até dentre os nossos adversários, alguns oradores ilustres há, como o Sr. senador Silveira da Mota, que querem o regresso à prática sincera e larga do sistema descentralizador do ato adicional.

⁴⁹ Sessão em 1 de junho de 1865, p. 4; itálico nosso.

⁵⁰ *Idem*, p. 3.

⁵¹ *Idem*, p. 4.

Quando no próprio senado a tendência reformadora manifesta-se por modo tão significativo, é que no país existe uma opinião geral, e bastante forte, para influir na direção dos públicos negócios.

É isto que o Partido Liberal exprime; é a esse estado definido dos espíritos que ele corresponde: fortificou-se à medida que desenvolveu-se a convicção pública; está no poder em nome da opinião triunfante, regra fundamental do sistema representativo; e não cometerá o erro desgraçado de alienar a esperança do país afastando-se do seu programa.

Que importa, pois, nessa unidade de pensamento a distância que separa algumas entidades brilhantes? Prossigamos, vencerá aquele que melhor satisfizer a aspiração nacional. (*Apoiados.*)”

Com essas palavras, Tavares Bastos dirigia-se aos críticos que apontavam problemas nas divergências entre membros do ministério. Na seqüência, defendeu os conservadores que se aliaram aos liberais, lembrando os exemplos de Robert Peel e de Bernardo de Vasconcelos, cujas biografias explicariam “as transformações de um homem político pelas transformações da sociedade.”⁵²

Concordando com a oposição, Bastos considerava que em país algum era necessário um ministério organizado somente para fazer a guerra, e que o gabinete atual “será arrancado desse propósito exclusivo por interesses de ordem muito elevada”. Adiar a promulgação de certas leis traria desconfiança aos “espíritos impacientes”, e arredaria do ministério “as simpatias da opinião dominante”. A presença de Saraiva e Nabuco no gabinete faria com que lhe fosse permitido “esperar que a bandeira que hasteamos não será enrolada vergonhosamente”⁵³.

Citando um discurso de Nabuco no Senado (de junho de 1864), arrola as medidas a serem encaminhadas após a obtenção das liberdades políticas: a liberdade individual e dos empreendimentos:

“é das liberdades individuais que o liberalismo se deve ocupar; liberdades individuais em todas as relações; em relação à pessoa, quanto à prisão preventiva, quanto às finanças, quanto ao *habeas-corporis*; em relação à indústria, ao comércio, à associação, etc.

(...)a missão do Partido Liberal não pode ser a mesma em todas as épocas e lugares (...) [ao se formar um Partido Liberal] “supõe-se que a nação ainda não goza de todas as liberdades; conseguidas as liberdades, o Partido Liberal não tem mais razão de ser; *os partidos se subdividem em Partido Conservador e Partido Progressista: homens que andam devagar, homens que andam depressa.* (Muito bem.)”⁵⁴

⁵² *Idem, ibid.*

⁵³ *Idem, ibid.*

⁵⁴ Citado em *Idem*, p. 5; itálico nosso.

Para mostrar que essas palavras de Nabuco não seriam “só a expressão eloqüente de um orador respeitável”, mas também “o voto do país inteiro, a que sobretudo nós, os moços, aderimos com entusiasmo”, lembrou Bastos suas próprias palavras, no prefácio às *Cartas do solitário*, publicadas em livro em julho de 1862, em que afirmara que a sua política era a da liberdade de comércio e de indústria:

“Para nós, só há uma política possível, um dever, um culto: melhorar a sorte do povo. Mas como? Observando a lei da natureza, isto é, fecundando as fontes vivas do trabalho, instrumento divino do progresso humano; isto é, restituindo à indústria a sua liberdade, a liberdade, sim! Porque ela quer dizer a concorrência universal, a multiplicidade das transações, a barateza dos serviços, a facilidades dos transportes, a comodidade da vida. Fazemos hoje da baixa dos impostos, do limite nas despesas, do comércio *livre*, da navegação desimpedida, a questão de vida e morte que já foram outrora o processo público, o julgamento pelo júri, o direito eletivo, as liberdades políticas. Tudo se prende nessa longa série de idéias. Sua fórmula geral, a liberdade. Seu resultado final, o bem do povo. Alumiamos as escabrosidades dos nossos destinos com os esplendores do evangelho.”⁵⁵

A circunstância de “membros influentes do atual ministério” estarem identificados com esse seu programa político, que corresponderia ao “sentimento nacional”, explicaria a adesão de Bastos ao governo, do qual discordava, conforme vimos, quanto ao momento oportuno para a proposição das reformas políticas internas. Como acreditar, pergunta Bastos, “na pretendida impotência do gabinete para satisfazer às aspirações do país?” Ao contrário dos descrentes que assim pensavam, Bastos via tremular sua “bandeira” nos “castelos do poder”, e nesse momento, mais do que nunca, tinha que “firmá-la e saudá-la”. Por isso se sentia na obrigação de defender o projeto de livre navegação:

“Hoje que a doutrina tem em seu apoio, não já somente as frágeis vozes do escritor novel, posto que muito sincero, mas a autoridade dos estadistas, é impossível que eu deixe este projeto atacado sem defesa. É assim que as reformas triunfam. (...)”

Como parâmetro para a sua atuação, Bastos apontou, mais uma vez, a liga anti-lei dos cereais inglesa:

“(...) Em 1838 a liga dos *free-traders* contra as leis dos cereais começou em Inglaterra a sua heróica agitação a despeito da indiferença de muitos, e da franca hostilidade de homens poderosos. Nove anos depois, através de uma luta memorável, sem que jamais, em dia algum, o esforço enfraquecesse e a coragem se

⁵⁵ Citado em *Idem, ibid.*

entibiasse, a liga triunfou, o privilégio odioso foi fulminado, e raiou a aurora das grandes reformas comerciais que transformaram a Grã-Bretanha.

Cobden, o capitão que guiava o exército dos economistas à vitória, na frase de Macleod, Ricardo Cobden acaba de descer à sepultura no meio de uma dor universal; mas o seu lugar não ficou vazio, nem em perigo a nobre causa que propagou; aí se adianta uma plêiade ilustre; novos e porventura mais solenes triunfos, ali na velha Albion, na Europa que a acompanha, no mundo inteiro, estão reservados à causa da liberdade do trabalho. (*Muito bem.*)⁵⁶

Conforme fica nítido nas passagens citadas, nesse discurso Bastos, apesar de divergir do gabinete Olinda quanto à questão da exclusividade da guerra no programa do governo, defendeu-o, ao minimizar a importância das dissonâncias entre seus membros e da exigüidade de seu programa. Fez isto por adotar uma postura claramente de apoio a um ministério de que faziam parte pelo menos três nomes importantes, Nabuco, Saraiva, e Paula Souza, com os quais tinha uma estreita ligação⁵⁷. Consistia também em um ministério que partilhava com Bastos a vinculação, ao programa político do “novo Partido Liberal”, das propostas de abertura comercial, em particular a da cabotagem. Após considerações que defendiam essa filiação, Bastos fez uma ampla defesa da sua proposta, começando pelo histórico da questão, passando pela legislação a respeito dela em outros países, pela “natureza da reforma que pretendemos”, pelos “resultados necessários da legislação vigente”, e concluindo com o exame das objeções já feitas na câmara e no senado à medida projetada⁵⁸.

A esse discurso de Bastos, se contrapôs no dia seguinte o deputado liberal Burlamaque⁵⁹, que fez uma hábil defesa da oposição ao projeto de abertura da cabotagem

⁵⁶ *Idem, ibid.*

⁵⁷ Essa visão harmônica do ministério era meramente retórica. Em apontamento manuscrito de agosto de 1866, Bastos afirmou estar arrependido por ter apoiado um ministério tão dividido: “1866. Agosto. O estado de intriga e dissensões do ministério passado (12 de maio, Marquês de Olinda); a obstinação do Imperador em conservá-lo apesar de tudo: - em um caso como este, durante uma tal crise, essa obstinação é a teima do tolo, é insensata! Pois, se no caso de paz é indispensável a harmonia, quanto mais durante uma tal guerra? Como pude eu apoiar semelhante coisa! E note-se que vivemos em um país onde, quando os ministros brigam, quem perde é o Estado; suas zangas traduzem-se em despiques à custa do serviço público.” (BASTOS, A. C. Tavares. Memórias políticas de Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*, p. 2). Na Câmara, depois de demitido o ministério, Bastos tentaria apagar a lembrança de seu apoio a ele, dizendo com frequência não ter sido nunca ministerialista.

⁵⁸ Sessão em 1 de junho de 1865, p. 5.

⁵⁹ Burlamaque, conforme declaração que fez em discurso de 11 de abril de 1864, era então liberal aderente à liga.

(em especial das colocações de Junqueira), principalmente contra a acusação, feita por Martim Francisco, de atraso, de desejo de “fazer recuar a civilização deste século para eras sem significação no presente”. Burlamaque chamou a atenção para o fato de que o projeto, nesta circunstância, tinha sido alterado de maneira sorrateira, “diria mesmo insidiosa”, através das emendas apresentadas no decorrer da discussão. Com a supressão do artigo 2º, que salutarmente limitava a concessão da liberdade de navegação costeira ao estrangeiro ao período de 4 anos, e mais o aditamento oferecido por Bastos ao artigo 1º, ampliando a concessão para os portos alfandegados, o projeto poderia vir a produzir efeitos “danosos e fatais”⁶⁰. Tal ampliação da medida representaria falta de lealdade dos seus defensores:

“Vê V. Ex., Sr. presidente, que não tem havido, permita-se-me dizê-lo, muita lealdade da parte dos autores do projeto quando o ofereceram sob as vestes de uma tentativa tímida e prudente, e depois ampliarem a sua idéia capital, tornando inteiramente livre o nosso comércio costeiro.”⁶¹

Criticando o uso generalizante da lei inglesa de 1850, que suprimiu o Ato de Navegação, o deputado liberal, apesar de até então simpatizante da Liga, afirmou que aquela lei “abriu os portos da Grã-Bretanha às bandeiras de todas as nações, tornou inteiramente livre a navegação de longo curso, *mas conservou a cabotagem, talvez com maiores restrições do que as existentes entre nós*”⁶². Não se tratava, segundo Burlamaque, de defender para o Império brasileiro “o exclusivismo do ato de Cromwell”, nem o fechamento hermético dos portos semelhante ao promovido pelo Paraguai, mas de, demonstrando a sintonia das leis do Império com a orientação das nações européias, sinalizar que os defensores do projeto não deveriam argumentar utilizando a lei de 1850 da Inglaterra, porque o que ela fez foi justamente manter o privilégio da cabotagem naquele país:

“Essa lei, derogando o ato de Cromwell, restituiu a liberdade à navegação de longo curso; mas, se nós já temos esta liberdade em toda sua plenitude, e nem outra coisa queremos, como argumentar-se contra nós com a lei de 1850? Pelo contrário, nós é que poderíamos chamá-la em nosso auxílio, porque ela conservou o privilégio da cabotagem na Grã-Bretanha.(...)”⁶³

⁶⁰ Sessão em 2 de junho de 1865, p. 20.

⁶¹ *Idem, ibid.*

⁶² *Idem*, p. 21; itálico nosso.

⁶³ *Idem, ibid.*

Ao contrário do que diziam os defensores da concorrência a respeito da França, que mantinha o privilégio, a marinha desse país não estaria definhando, e sim prosperando. Mais esse exemplo ajudaria a ver que “o espetáculo pouco lisonjeiro da nossa marinha” também não resultaria do privilégio que dispunha sobre a navegação de cabotagem.

Em relação ao argumento dos defensores do projeto, de que a abertura seria necessária por conta do encarecimento dos fretes, trazido pelo privilégio, Burlamaque considerava que para barateá-los não seria necessário matar a cabotagem nacional, como fazia a proposta, e sim adotar outras medidas mais apropriadas, que consistiriam “em favorecer especialmente a construção naval, admitindo-se livre de direitos a importação das matérias primas, em acoroçoar-se a nacionalização dos navios estrangeiros, abolindo-se os 15% que atualmente pagam, em extinguir-se o ½% lançado sobre as mercadorias brasileiras transportadas em navios brasileiros de uns para outros portos do Império, em facilitar-se o expediente da navegação, e finalmente em promover-se a multiplicação de marinheiros.”⁶⁴ Tais medidas estavam previstas em aditivos e emendas, os quais deveriam ser aceitos, sem se adotar a idéia central do projeto. Com elas,

“o estímulo aparecerá, os cometimentos surgirão, a especulação terá um campo vasto, e a concorrência, estabelecendo-se em um terreno todo nacional, trará em resultado a diminuição dos fretes, a barateza e boa qualidade dos produtos, e por último a abastança do consumidor. (*Apoiados*)”

A concorrência com a Inglaterra não viria a produzir uma boa concorrência, e sim uma má concorrência, porque destruiria completamente a cabotagem nacional:

“Poderemos nós lutar porventura com a poderosa Inglaterra, onde há estaleiros particulares que constróem um navio por dia? Com a Inglaterra, onde há oficinas particulares, que em quatro meses aprontam 80 máquinas a vapor da força de 60 cavalos? Com a Inglaterra, que, durante a guerra da Criméia, pôde no espaço de dois anos, segundo o testemunho de Lord Palmerston, elevar o número dos vasos da sua esquadra de 212 a 590? Poderemos entrar em concorrência com uma nação de tanta força? (*Apoiados*.)”⁶⁵

Contra a acusação de atraso, Burlamaque também citou Coquelin, “escritor liberal, cuja opinião não pode ser suspeita”, e finalizou o discurso ironizando o texto de Bastos no prefácio às *Cartas do solitário*, em que o deputado alagoano escrevera que “o país sente

⁶⁴ *Idem*, p. 21-22.

⁶⁵ *Idem*, p. 22.

necessidade de atirar-se ao *desconhecido*”, e que “corremos para a luta, para o *abismo*, sorrindo”⁶⁶:

“Assim, S. Ex. sabe que lá no fim da jornada, lá onde acaba o desconhecido, para um abismo, e, apesar de saber disto, arrebatado pela impetuosidade, atira-se a ele com toda a coragem, imaginando no fundo os louros, a vitória, e o regozijo!
Ora, se o nobre deputado caminha para o desconhecido, como quer que o acompanhemos? Se voluntariamente atira-se ao abismo, como quer que nos precipitemos?”⁶⁷

Acompanhando a opinião do orador, Carvalho Reis apresentou projeto substitutivo, limitando a abertura⁶⁸ e contemplando em parte algumas das medidas que foram sugeridas por Burlamaque. Com ele, justificou o autor,

“o fim está conseguido sem nenhum dos seus inconvenientes; o estrangeiro que vem ao nosso país trazer-nos suas mercadorias pode conduzir do porto da entrada para outro qualquer porto, a frete barato, todos os gêneros do país ou estrangeiros de qualquer natureza.

Mas entretanto não é o navio estrangeiro que vem localizar-se, que vem como que nacionalizar-se sem o batismo da nacionalidade, que vem competir dentro dos nossos portos com os nossos navios que já existem, que vem tirar todos os meios de eles poderem continuar a navegar.”⁶⁹

Falaram em seguida a favor do projeto inicial os liberais Pinto Lima, José Bonifácio e Afonso Celso. Contra, insistiu o deputado conservador Junqueira, que tentou adiar a proposta, apresentando um requerimento para que ela e os aditivos fossem às comissões de comércio e de fazenda para refundi-los⁷⁰, no que não foi bem sucedido.

No dia 19 de junho, o deputado liberal simpatizante da liga Martinho Campos pronunciou-se a favor da abertura, mas contra o projeto, por achar, diferentemente de Burlamaque, que as medidas nele propostas não eram as mais eficazes para realizá-la, porque eram muito limitadas⁷¹, e deixavam muita coisa a arbítrio do governo⁷².

Na sessão seguinte, em 21 de junho, foi aprovado um substitutivo apresentado por Bastos cinco dias antes, contemplando o conteúdo do requerimento de Junqueira que tinha

⁶⁶ Citado no discurso de Burlamaque. A ênfase nas palavras em itálico é dele. *Idem*, p. 23.

⁶⁷ *Idem*, p. 23; itálico nosso.

⁶⁸ *Idem*, p. 23-26

⁶⁹ *Idem*, p. 25.

⁷⁰ Sessão em 14 de junho de 1865, p. 124.

⁷¹ Sessão em 19 de junho de 1865, p. 151.

⁷² *Idem*, p. 158.

sido rejeitado⁷³. Mas, conforme discurso do autor em 27 de junho de 1866, um ano depois⁷⁴, o projeto foi rejeitado no senado.

Nesse momento, Bastos contava com apoio de alguns deputados liberais, mas lidava com posicionamento nitidamente oposto de outros deputados do mesmo partido, a exemplo de Burlamaque e Martinho Campos, que, embora tivessem opiniões divergentes sobre o projeto, eram todos adversários do ministério e se recusavam a aprovar medidas por ele apadrinhadas. Liberais que, como Cristiano Ottoni, restringiam o seu apoio ao governo à aprovação de fundos para fazer a guerra. Este último deputado mineiro se pronunciou nesse sentido em 5 de junho de 1865, na segunda discussão de proposta do governo relativa a créditos extraordinários para as despesas da guerra. Tomando a palavra para definir a sua opinião sobre o gabinete Olinda, Cristiano Ottoni declarou que não negaria fundos para que o governo fizesse a guerra; porém, deixou explícito que o seu apoio não iria além da aprovação desses recursos. A nova situação, expôs o liberal mineiro, “nasceu cercada de dúvidas, e cercada de dúvidas ainda se acha”⁷⁵. Faltara a Olinda vir à Câmara explicar a história da organização ministerial em vigor, e também a daquela que havia tentado realizar, mas sem sucesso. As declarações de Saraiva também teriam sido incompletas, mas mesmo em sua incompletude conteria “motivos suficientes a criar inquietações e receios”. Mostrando a mesma desconfiança já revelada pelos liberais de Pernambuco, Cristiano afirmou que “a opinião liberal corre um grande perigo”, pois o ministério vitorioso pode vir a se mostrar mais forte no momento do “ajuste de contas”, referido por Nabuco⁷⁶, quando defendeu o programa restrito à questão da guerra.

Ao contrário desses liberais, Bastos tinha, como já indicamos, pontos de contato sólidos com parte do gabinete Olinda, particularmente com seu presidente. São pontos que se traduzem na concordância do gabinete em relação à abertura da cabotagem, e também, como veremos mais adiante, no envolvimento, especialmente do ministro da agricultura, Paula Souza, e do da Justiça, Nabuco de Araújo, na promoção de medidas referentes à navegação Brasil-Estados Unidos e à promoção da imigração de norte-americanos para o

⁷³ Sessão em 21 de junho de 1865, p. 161.

⁷⁴ Sessão em 27 de junho de 1866, p. 235.

⁷⁵ Sessão de 5 de junho de 1865, p. 35.

⁷⁶ *Idem*, p. 36. Ver discurso citado na p. 208, neste mesmo capítulo.

Brasil. A proximidade de Bastos a este último ministro ficaria ainda mais nítida na sessão de 1866, momento em que recrudescceu a oposição liberal na Câmara.

2. Interesses explícitos

Não obstante os compromissos efetivos que estavam na base de sua atuação, Tavares Bastos, na defesa que fazia de suas medidas econômicas conducentes à “abertura”, e mesmo na defesa de subvenção à companhia estrangeira, procurava argumentar numa perspectiva universalista, não explicitando a sua vinculação a interesses bem específicos, na busca da construção da imagem de um propagandista da idéia de um conagraamento da humanidade através das relações comerciais ilimitadas, possibilitadas por meios de comunicação cada vez mais eficazes. Era com a “bandeira humanitária do comércio universal” em punho que procurava aparecer.

Neste esforço no sentido de apresentar como universais os objetivos particulares a que estava vinculado, Bastos, contrariamente, enfatizava o caráter individualista dos interesses concorrentes, quando interferia em discussões referentes a subvenções à Companhia Brasileira de Paquetes à Vapor e à Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas. Nesses momentos, o deputado atacava veementemente os defensores das companhias. Nesse sentido, é muito instrutiva a discussão, realizada em maio e junho de 1865, acerca de contrato com a Companhia Brasileira de Paquetes. Nela, além dos interesses em jogo no debate acerca da livre navegação, ficavam ainda nítidas as afinidades de Bastos com o ministério Olinda, bem como o seu envolvimento nas próprias disputas internas desse gabinete.

Em 17 de maio de 1865 (juntamente com o projeto de abertura de Bastos, cuja debate já expusemos no tópico precedente), entrou em 1ª discussão projeto de comissão de que Bastos era relator, referente a contrato feito pelo governo imperial, em 1863, com a Companhia Brasileira de Paquetes, pelo qual lhe foram emprestados 252 contos sem juros, e com a mora de 3 anos e 2 meses. Naquela ocasião, a companhia fora beneficiada ainda por duas medidas: ficou estendido por 6 anos um contrato de 17 de dezembro de 1859, que devia ser finalizado em 1866, e houve uma modificação contratual pela qual o rendimento líquido, que excedesse o valor referente a 12% para os acionistas e 4% para fundo de

reserva, deixaria de “reverter para a fazenda pública” (como determinava a condição 13 do contrato de 1859) e passaria a ser acrescentado ao fundo de reserva da companhia⁷⁷.

Como indicou Bastos no dia 17 de maio, falando em primeiro lugar, o projeto “aprova as cláusulas do contrato de 1863, menos a sexta, que é aquela que prorroga o prazo do contrato anterior por mais seis anos além da época em que deverá terminar”⁷⁸. Para essa extensão, não estaria autorizado o governo.

Não foi somente para sustentar o parecer da sua comissão sobre esse contrato específico que Bastos se envolveu no debate, como ele próprio exprimiu com clareza. Foi também para defender a abertura de concorrência para a navegação de cabotagem, com a adoção, pelo governo, de uma postura mais severa do que a que vinha assumindo em relação à Companhia Brasileira de Paquetes. Citando discursos de Dantas e de Ferraz no Senado, Bastos afirmou que havia descuido do governo quanto aos contratos com as companhias nacionais, e que era preciso abrir a concorrência, desistindo-se de proteger companhias incompetentes, que não realizavam a finalidade para que estavam sendo subvencionadas. Haveria no governo um pensamento que seria preciso modificar, o qual defendia a

“proteção a todo transe a essas companhias, ainda mesmo quando manifestamente mal cumprem os seus contratos, e até quando ostensiva e francamente cometem graves faltas contra disposições nele expressas.”⁷⁹

A Companhia Brasileira de Paquetes, que recebia a subvenção anual de quase um mil contos, “não tem desempenhado as suas obrigações de contrato, como fez o decreto de 1863.”⁸⁰

A proposta da abertura da concorrência a companhias estrangeiras traduziu-se na apresentação, por Bastos, de aditivos ao projeto na terceira discussão, iniciada em 16 de junho de 1865⁸¹.

⁷⁷ São informações explicitadas pelo deputado Burlamaque, na sessão de 27 de junho de 1865, p. 180.

⁷⁸ Sessão de 17 de maio de 1865, p. 28.

⁷⁹ *Idem, ibid.*

⁸⁰ *Idem, ibid.*

⁸¹ O projeto foi aprovado em 1ª discussão no dia 17 de maio, em 2ª, sem debate, em 23 de maio e entrou em 3ª em 16 de junho. Foram os seguintes, os aditivos apresentados nessa discussão: “Art. 2º No decurso do presente ano o diretor dos correios marcará um prazo dentro do qual se receberão propostas para o contrato do serviço de navegação costeira a vapor.

Apresentados os aditivos, o debate somente aconteceria em 27 de junho, depois que Bastos ofereceu duas emendas, uma suprimindo a segunda parte do § 2º do art. 2º (“Em todo caso, do Rio de Janeiro se expedirá três vezes mensalmente, pelo menos, um pacote para o norte e outro para o sul”), e a outra, suprimindo, para não dar argumentos aos adversários, a palavra “norte americanos” do § 3º do art. 2º. Os aditivos foram atacados especialmente por Burlamaque e aceitos por Paula Souza, ministro da agricultura e Obras públicas, ambos membros do Partido Liberal. O deputado Burlamaque não deixou de concordar com a idéia de que havia problemas com a Companhia Brasileira de Paquetes; afirmou que ela vinha sendo mal administrada, que a subvenção que recebia era muito grande, e que ela “nunca está satisfeita com o que se lhe dá”. Entretanto, não pensava que tais problemas devessem ser resolvidos através da adoção de medidas que viessem a “acabar com ela”. Seria preciso, ao invés disso, fazer esforços no sentido de melhorá-la.⁸² Nos aditivos de Bastos, haveria o “pensamento oculto” de se acabar com qualquer subvenção à Companhia Brasileira de Paquetes, em razão de eles indicarem que, não havendo igualdade entre ela e uma nova concorrente, fosse inapelavelmente preferida esta última. Os aditivos revelariam uma “decidida preferência aos estrangeiros”⁸³.

Não endossando a postura *free trade*, Burlamaque apontou uma contradição na posição dos anti-protetionistas, os quais acabavam defendendo a subvenção a estrangeiros

“§1º Os anúncios conterão todas as cláusulas e exigências que o governo entender necessárias, e serão transcritos em Londres, New York, Paris e Hamburgo. O contrato poder-se-á celebrar com qualquer empresário ou companhia estrangeira, sendo, porém, neste caso nacionalizados todos os pacotes, e sujeitos aos regimentos da marinha mercante brasileira.

“§2º O serviço poderá ser feito como atualmente, devendo os pacotes tocar no porto principal de cada uma das províncias, ou tocando somente nos mais importantes desses portos que sejam ligados aos outros por vapores especiais.

“Em todo caso, do Rio de Janeiro se expedirá três vezes mensalmente, pelo menos, um pacote para o norte e outro para o sul.

“§ 3º Os navios serão dos últimos modelos norte-americanos, acomodados ao clima dos trópicos e ao transporte de tropas. A despesa da subvenção anual não excederá de 800:000\$000, nem o prazo do contrato de mais de dez anos.

“Art. 3º De ora em diante nenhum contrato para a navegação a vapor subvencionada será celebrado nem renovado ou prorrogado sem que, seis meses pelo menos antes de expirar o existente, o governo ponha em concorrência o respectivo serviço, indicando claramente quais as condições exigidas, e as cláusulas essenciais: só no caso de igualdade será preferido o empresário ou a companhia do contrato vigente. Os anúncios publicar-se-ão na capital do Império e nas das províncias a que interessar a navegação” (Sessão em 17 de junho de 1865, p. 136; *italico* nosso.)

⁸² Sessão em 27 de junho de 1865, p. 184.

⁸³ *Idem*, p. 183.

para que fizessem estradas e também a própria navegação. E o deputado perguntou, como quem sugeria limitações ao favorecimento ao capital estrangeiro:

“(…) Nós que pagamos caro ao estrangeiro para nos dar estradas, por que razão havemos de entregar-lhe as que já temos feitas pela natureza, como sejam os nossos mares e rios?”⁸⁴

Burlamaque investiu contra Tavares Bastos valendo-se de uma ironia que colocou seu anti-protecionismo no ridículo:

“Eu que também sou moço, e que, tomado de entusiasmos supunha andar apressado no caminho franco das idéias generosas e humanitárias, sinto-me peado, Sr. presidente, diante das corridas velozes que o nobre deputado pelas Alagoas faz ; cada dia mais, no campo incomensurável da liberdade ilimitada. (*Risadas*)

O SR. TAVARES BASTOS: - Não vá cair, pode tropeçar...

O SR. BURLAMAQUE : - Mas o pensamento de S. E. revelado em seus escritos não é só convidar os estrangeiros a tomarem conta da navegação de nossos portos, é especialmente chamar os Ingleses e os Americanos do norte para nos fazerem este serviço. S. Ex. mostra uma paixão extraordinária pela Inglaterra e pelos Estados Unidos (*risadas*); quer que todas as nossas empresas, todas as nossas companhias, sejam organizadas pelos Ingleses e pelos Americanos do Norte!”

Tavares Bastos protestou muito, reclamando da ridicularização de suas opiniões, mas tal protesto parecia mais era encorajar o adversário, pois Burlamaque continuou ainda mais ferino. Citando o próprio deputado alagoano, que numa carta a Sr. Davis em 15 de março de 1863, teria escrito que “o Brasil precisa de *sangue novo*, de espírito *yankee*”, e nas *Cartas do solitário* tinha dito que haveria uma urgente necessidade de “*por-se uma alma nova no corpo do Brasileiro*”, Burlamaque arrematou:

“Quanto a mim, Sr. presidente, declaro solenemente que estou contente com minha alma de Brasileiro (*Risadas gerais*), não quero no meu corpo a alma de ninguém, e muito menos a do bretão ou a do yankee. (*Continuam as risadas.*)”⁸⁵

O contraponto a esse discurso de Burlamaque veio na fala do ministro da agricultura, Paula Souza, que se mostrou a favor da abertura da concorrência no comércio de cabotagem. Repetindo argumento de Bastos, declarou que a experiência da subvenção, que já durava 20 anos, tinha suficientemente mostrado que ela não bastava para criar a indústria da navegação entre os brasileiros⁸⁶.

⁸⁴ *Idem*, p. 183-184.

⁸⁵ *Idem*, p. 184.

⁸⁶ *Idem*, p. 185.

Declarando que o governo aceitava o projeto da comissão, Paula Souza pediu, entretanto, licença para modificar algumas disposições quanto a números de viagens, que o tornariam imperativo demais. Nesse momento, o ministro recebeu apartes dos deputados Lopes Neto (liberal) e também de Viriato (conservador), que apontaram contradição entre esse argumento de Paula Souza e o “que aconteceu com o projeto para a companhia dos Estados Unidos”, referente à linha Rio - Nova Iorque. O último deputado provocou, dizendo que para “os Estados Unidos não há concorrência”, e o ministro respondeu de um modo em que se traiu, acabando por confirmar um argumento dos opositoristas da abertura, ao dizer que a idéia de concorrência era ilusória no Brasil:

“Também não é exata a observação do nobre deputado, de que não há concorrência para a navegação dos Estados Unidos; se os nobres deputados quisessem se recordar que foi a lei americana autorizando essa navegação que serviu de base à lei brasileira, não diriam isso; porque recordar-se-iam também que para a execução dela abriu-se nos Estados Unidos concorrência oito meses antes, foram convidados todos os contratadores, companhias e empreendedores (*apoiados*), houve concorrência, portanto, *ao passo que no Brasil tudo isso seria em pura perda, porque a concorrência é uma palavra vã e sem sentido, é uma burla (apoiados); esta é que é a verdade, não nos iludamos pois com a concorrência. (Muito bem.)*”⁸⁷

A impossibilidade de concorrer com as estrangeiras, depois de vinte anos de subvenções, seria sinal de que a atividade da navegação não se enraizaria no Brasil, circunstância que revelava um vício que cumpria ao governo extirpar.

Não advertindo para o fato de que Bastos já tinha retirado a palavra “norte-americanos” do parágrafo 3º do artigo 2º, em emenda do mesmo 27 de junho, Paula Souza propôs que ele o fizesse, *para não mostrar “o estado de espírito do ilustre autor deste aditivo, e que lhe tem valido grandes desgostos”, porque “tão mal soam a certos ouvidos”*. Depois do aparte de Lopes Neto, de que aquela palavra seria “*yankismo escusado*”, Paula Souza continuou, fazendo uma louvação aos Estados Unidos:

“Entretanto eu digo ao nobre deputado que o yankismo me não desagrada, pelo contrário tenho nele muitas esperanças; espero que ele nos traga com sua energia, atividade, espírito de associação e empresas mais religiosidade e moralidade, e com elas a regeneração do meu país.”⁸⁸

⁸⁷ *Idem, ibid.*, itálico nosso.

⁸⁸ *Idem, ibid.*

Tavares Bastos concordou com as modificações sugeridas por Paula Souza em seu “luminoso discurso”, e, ancorando-se no apoio governamental, desmereceu a oposição:

“Sr. presidente, apreciando a honra de que me posso desvanecer, de merecerem o decidido apoio do governo as opiniões que há muito sustento, julgo-me dispensado de tomar em consideração as banalidades que se têm oposto em sentido contrário. Esse aparato de palavras não merece as honras da discussão; e só me cabe lamentar que em vez desse prurido de contradição, não encontrem as idéias generosas, aquelas que se enunciam a despeito dos interesses coligados, a despeito de um patriotismo de convenção, um ardor entusiasta, um empenho caloroso da parte de almas que parecem ainda puras.”⁸⁹

Reforçando ainda mais os argumentos já desenvolvidos por ele mesmo e por Paula Souza, Bastos fez uma exaltação a um “Partido Liberal” de novo perfil, que já estaria presente na Câmara e no governo:

“Eu não sei, Sr. presidente, que destino os acontecimentos reservam a esta câmara, mas o que é certo é que à atual legislatura cabem florões incontestáveis. O Partido Liberal não tem sido estéril no governo do Estado, e uma prova significativa acaba de dá-la o nobre ministro das obras públicas, que, *na sua nova posição*, sustenta com igual zelo as opiniões do deputado.

*Nas questões econômicas e nas administrativas, submetidas à consideração desta câmara, temos visto com que empenho todos os grupos se esforçam por imprimir-lhes o selo da nossa doutrina comum, a doutrina da liberdade do trabalho, da concorrência e da responsabilidade individual. (...)*⁹⁰

Após esse discurso triunfalista de Bastos, o liberal Carvalho Reis ainda tomou rapidamente a palavra, para se contrapor ao deputado no modo por que esse sugeriu que fossem feitos os contratos de navegação, e na proposta que ele apresentou, de supressão de uma das viagens que a Cia. de Paquetes faria ao porto do Pará, uma vez estabelecida a linha entre o Brasil e os Estados Unidos.⁹¹

Carvalho Reis admitia que a Companhia de Paquetes podia não ser bem administrada, como acreditava que fossem mal administradas em geral todas as companhias brasileiras, com exceção, mesmo que se reconhecesse a subvenção copiosa que recebia, da Companhia do Amazonas. A isso, Bastos aparteou:

“Protesto contra a boa administração.”⁹²

⁸⁹ *Idem*, p. 187.

⁹⁰ *Idem*, p. 188; itálico nosso.

⁹¹ *Idem*, *ibid.*

⁹² *Idem*, p. 190. O projeto não foi votado depois da fala de Carvalho Reis porque não havia casa. Foi votado e aprovado no dia seguinte (Sessão em 28 de junho de 1865, p. 191).

A Companhia do Amazonas foi outro alvo dos ataques de Bastos. Em seus papéis pessoais, são em grande número os apontamentos que demonstram um acompanhamento dos passos da companhia, de sua administração, no intuito de construir argumentos contra ela, de demonstrar que a despesa pública feita com ela era “perniciosa”⁹³. Também são numerosas as cartas de José da Costa Azevedo, capitão tenente que chefiava a comissão de limites com o Peru, criticando a má administração da companhia e acusando-a de provocar a questão peruana⁹⁴.

Mas a animosidade em relação à Companhia do Amazonas se expressou publicamente, nos jornais *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*, nos livros *Cartas do solitário* e *O vale do Amazonas*, e também na Câmara.

Em 1 de abril de 1864, entrou em primeira discussão projeto que “autoriza o governo para estender e subvencionar a navegação a vapor em vários rios [Negro, Madeira e Tapajós] do Amazonas e Pará”⁹⁵. Bastos se pronunciou a respeito num discurso que não foi publicado, mas que, de acordo com a fala subsequente de Leitão da Cunha, foi contra o projeto e a companhia de Mauá. O deputado conservador, que fez um discurso para responder ao deputado alagoano, apontou inicialmente o que seria uma incoerência de Bastos, que, contrariando o que tinha escrito em artigos, se posicionava nesse momento contra um projeto que visava promover melhoramento moral e material do país.⁹⁶

Ao contrário do que teria dito Bastos, o projeto não significava um “assalto aos cofres públicos”; demandava, isto sim, uma despesa produtiva, “que será mesmo uma fonte

⁹³ *Coleção Tavares Bastos*, 1.03.33, 28.

⁹⁴ *Idem*, 10.03.31, 1 a 33. Infelizmente, não é nada bom o estado de conservação dessas cartas. Por isso não é possível considerá-las aqui em detalhe, reconstituindo o enredo que nelas se revelaria. Essa “questão peruana” consistiu num conflito diplomático que se estabeleceu, conforme explicou Bastos, “quando, em dezembro de 1862, um presidente do Pará proibiu a viagem rio-acima aos dois vapores peruanos que se destinavam à navegação na forma do convênio de 1858” (BASTOS, A. C. T. *O vale do Amazonas*, p. 17). Tal convênio liberava a navegação do rio para navios de guerra e também para navios mercantes que não se furtassem – como fizeram os vapores mencionados – a se submeter a sistema de fiscalização e “polícia fluvial” que fossem aplicáveis (ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. Aditamento ao Relatório de 11 de maio de 1863 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 12ª legislatura (Publicado em 1864). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Disponível em: <http://www.crljukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/ul499/000022html> e 000023html. Acesso em 28/12/2003.)

⁹⁵ Sessão em 1 de abril de 1864, p. 12.

⁹⁶ Sessão em 7 de abril de 1864, p. 69.

das mais fecundas de renda para este país”⁹⁷. Para defender essa idéia, Leitão também procurou mostrar - através de números referentes à renda da alfândega do Pará, e ao movimento de passageiros e produtos nos paquetes da Companhia do Amazonas - que seria “perfeita declamação” a afirmação de Bastos de que era “fabulosa” a subvenção recebida dos cofres públicos pela Companhia.

Voltando-se contra argumento de seu interlocutor, segundo o qual a intenção de abrir o Amazonas às bandeiras estrangeiras seria incongruente com a subvenção prevista no projeto, Leitão da Cunha utilizou uma idéia do próprio Bastos, de que a exploração prévia dos rios do Pará seria indispensável para a sua abertura para o estrangeiro:

“V. Ex. sabe, Sr. presidente, que não há argumento tão valente para opor às proposições de qualquer do que o auxílio de sua próprias opiniões, que contrariem aquelas que queremos combater. Se o honrado membro pelas Alagoas entende que pelo fato de termos de franquear o Amazonas às bandeiras estrangeiras é desnecessária a navegação que propomos, S. Ex. me permitirá que lhe mostre com sua própria opinião que ele sempre entendeu que a exploração dos rios da província do Pará, que tem um dia de ser abertos à navegação de todas as nações, é uma medida preparatória, indispensável; medida prévia, sem a qual seria um passo imprudente, leviano, abrir aquela rede de comunicações fluviais a bandeiras estrangeiras.”⁹⁸

Tavares Bastos comentara que a abertura do Amazonas e afluentes já implicava muita despesa para os cofres dos ministérios da marinha e da guerra, para fazer a “policia da navegação”. Para Leitão, o deputado alagoano estaria “confundindo despesas de natureza diferentes” com o intuito de “assustar a câmara com o algarismo enorme com que no seu conceito o projeto em discussão ameaça o tesouro”⁹⁹.

Suspeitando, segundo Leitão injustamente, que os deputados proponentes do projeto visavam aumentar a subvenção recebida do tesouro pela Companhia dos Amazonas¹⁰⁰, Bastos ter-se-ia ocupado “de modo muito injusto” com ela, dizendo que “serviria de estorvo à navegação livre do Amazonas”, e que “era uma potência perigosa na província do Pará!”¹⁰¹

⁹⁷ *Idem*, p. 70.

⁹⁸ *Idem*, p. 72.

⁹⁹ *Idem*, p. 73.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 72.

¹⁰¹ *Idem*, p. 73.

Depois do protesto, que fez contra essas afirmações de Bastos, apoiado por seus colegas de região, Leitão da Cunha defendeu a companhia do Amazonas. Em primeiro lugar, não haveria linha de navegação a vapor importante que se sustentasse sem subvenção do Estado. Em segundo, não seria exagerada a subvenção recebida pela Companhia do Amazonas, pela qual a nação deveria ter gratidão pela maneira exata e rápida com que cumpria seus compromissos¹⁰². Não existiriam, argumentou Leitão da Cunha com veemência, os esbanjamentos pelos quais Tavares Bastos acusava a companhia.

Para se contrapor ao argumento de que a companhia poderia ser um obstáculo para a abertura da navegação do Amazonas, Leitão da Cunha citou um texto a favor da abertura, que teria sido escrito pelo próprio Mauá, em relatório aos acionistas. Nele, Mauá comentara que encarava “a abertura do Amazonas como a aurora da nossa prosperidade”¹⁰³.

Com a citação desse discurso, o deputado conservador deixava sugerido que o exagero não estaria na subvenção recebida pela companhia, que nem sequer temia os concorrentes advindos com a abertura, mas na cobiça desses próprios concorrentes, que, no interior da luta no mercado, inventavam a existência de um posicionamento dela contrário à medida¹⁰⁴.

Foi múltipla a atuação de Bastos no período, para tentar impedir o aumento de subvenção à Companhia do Amazonas. Trabalhou, em 1866, no sentido de estorvar a efetivação de auxílio já aprovado para a navegação no vale do Rio Madeira. Em 18 de julho¹⁰⁵, defendeu, em apartes ao discurso do deputado Raiol, uma proposta de cancelamento desse auxílio, que ainda não fora posto em prática¹⁰⁶.

¹⁰² *Idem*, p. 73-74.

¹⁰³ *Idem*, p. 74.

¹⁰⁴ Falaram ainda Liberato, contra o projeto, no mesmo dia, e Moreira e Saraiva, a favor, no dia seguinte. Este último disse que votava pelo projeto em primeira discussão, mas que depois ele deveria ser enviado ao governo para ouvir o que ele teria a dizer (Sessão em 8 de abril de 1864, p. 81). O deputado Moreira enviou à mesa requerimento adotando a idéia de Saraiva, o qual foi aprovado, bem como o projeto em primeira discussão.

¹⁰⁵ Sessão em 18 de julho de 1866, p. 179.

¹⁰⁶ A proposta de cancelamento tinha sido feita através de emenda da comissão, de que Bastos fazia parte, sobre o orçamento da agricultura e obras públicas. O texto dela era o seguinte: “Pensa a comissão que não se deve contemplar a quantia de 96:000\$, votada pela última lei do orçamento, para subvencionar uma linha de paquetes a vapor de Manaus ao Crato, na província do Amazonas. O governo não prevaleceu-se da autorização dessa lei, e parece que, antes de verificar-se a abertura do Amazonas à navegação estrangeira, e de se poder avaliar precisamente o valor e o movimento do comércio na parte do vale do Amazonas a que se refere a dita lei, ou antes no vale do rio Madeira, não haverá base segura para se calcular o limite de tal subvenção. Além de que, provisoriamente, e

Em carta dirigida, de Manaus, ao ministro Paula Souza, em 8 de novembro de 1865, e publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, Bastos aconselhara o ministro para que não concedesse a subvenção de 96 contos para aquela navegação. Tal favorecimento significaria um desperdício, e a entrega do serviço à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas “seria uma grande inadvertência”¹⁰⁷.

A batalha contra a companhia do Amazonas já vinha se travando na imprensa desde as *Cartas do solitário*, no início de 1862, e estava presente também no livro *O vale do Amazonas*, reunião, publicada em livro em dezembro de 1866, de artigos que já tinham sido apresentados no *Diário do Rio de Janeiro*, então dirigido por Quintino Bocaiúva, entre os meses de janeiro e maio do mesmo ano. Bastos atacou violentamente a Companhia nesses artigos, ao dizer que a política brasileira no Amazonas era muito ruim, sendo considerada internacionalmente e também “quanto à questão financeira”:

“(…) Tal política, com efeito, obrigou o país inteiro, depois de votada a criação de uma companhia para navegar o rio por vapor, ao sacrifício de um subsídio para isso, que gradualmente se elevou a 720 contos. Uma seção desse serviço de paquetes, a sua segunda linha, pertence aos desertos do Solimões. O que aí consomem os vapores, não é lenha, é ouro. Assim o governo do Brasil diz que faz, a bem dessas províncias, o que era possível, e diz verdade olhando-se para a subvenção; mas aquelas províncias reclamam que foram doadas, como minas de exploração, a uma sociedade de capitalistas poderosos do Rio de Janeiro, entretanto que se lhes nega o verdadeiro favor de que careciam, a livre navegação, a concorrência que anima e atrai o capital e o trabalho, benefício mais precioso certamente do que a divisão de províncias, dois presidentes, duas assembleias provinciais, duas administrações separadas, duas séries de deputados, eleições e eleições, delegados e subdelegados, e a sublimidade de combinações políticas em territórios quase desertos.”¹⁰⁸

Num tópico especialmente dedicado à consideração da Companhia do Amazonas, Bastos começou elogiando-a, mas para depois criticá-la bastante. Declarou considerar a Companhia “a melhor das empresas do gênero no Brasil”, realizando um serviço “perfeitamente regular”, com bons paquetes e uma administração que “nada deixa a desejar”; faria “honra ao Brasil”. Logo a seguir, entretanto, a título de “observações a bem do melhoramento do serviço”, terminou por mostrá-lo malfeito, com problemas nos portos

para o fim de reconhecer a natureza e importância do comércio do Madeira, bem poderá o governo empregar nessa navegação alguns dos transportes ou outros vapores da esquadra.” (Sessão em 1 de junho de 1866, p. 9)

¹⁰⁷ Citado no discurso do deputado Raiol, na sessão de 18 de julho de 1866, p. 179.

¹⁰⁸ BASTOS, A. C. Tavares. *O vale do Amazonas*, p. 100-101.

de escala, na atuação dos comandantes dos paquetes, no horário de carga e descarga, nas taxas dos fretes, na amplitude dos portos servidos. Haveria portos “de futuro” que os paquetes deixavam de atingir, por conta de não estarem definidos expressamente em contrato¹⁰⁹. Neste ponto, Bastos se valeu do argumento de que a subvenção à companhia era exagerada, para dizer que ela deveria espontaneamente, sem novas subvenções, servir portos novos que fossem fáceis de atingir, bem como realizar outras tarefas conducentes ao “progresso” da região¹¹⁰.

A seguir, é desenvolvida, com base em informações fornecidas por José da Costa Azevedo, a idéia de que era “exagerada” a subvenção recebida pela Companhia. Exagerada em comparação com a recebida pela Companhia Brasileira de Paquetes - que “navega por mais do dobro do tempo, e percorre quase o dobro da distância, mas apenas recebe uma subvenção quase igual”¹¹¹ -, cuja subvenção já era, por sua vez, “muito elevada à vista da de outras empresas nacionais”. E mais exagerada ainda poderia ser considerada, se fosse comparada com “exemplos em empresas de Inglaterra ou dos Estados Unidos”¹¹².

Além de receber elevada subvenção, a companhia estaria agindo de modo questionável, ao elevar o capital com as sobras de receita acumuladas, elevação que impediria a futura redução do subsídio, uma vez que esta somente poderia fazer-se, conforme decreto de 1857, a partir de 1872, desde que deixasse livres 12% em dividendos:

“(…) A providência da redução da subvenção depois de certo prazo, era prudente; mas a companhia já soube evitar esta dificuldade solicitando periodicamente novas elevações do capital. O governo as foi concedendo sem advertir que, devendo a redução das subvenções fazer-se de modo que deixe livre o dividendo de 12% (na forma do decreto citado), tinha a companhia interesse na conversão das suas sobras (as sobras da receita, ou da subvenção, que é o mesmo) em capital, de modo que, aumentado este, a soma destinada a dividendo nunca excedesse de 12%, e tornasse impraticável a redução estipulada. (...)”¹¹³

No desdobramento do texto de Bastos, acusações de desonestidade são anunciadas com essas palavras:

¹⁰⁹ *Idem*, p. 177-183.

¹¹⁰ *Idem*, p. 183-184.

¹¹¹ *Idem*, p. 186.

¹¹² *Idem*, p. 187-188.

¹¹³ *Idem*, p. 190.

“A Companhia do Amazonas carece de ser fiscalizada por amor dos interesses do tesouro. Nos seus próprios documentos públicos há coisas que carecem de esclarecimento e parecem estranhas. (...)”¹¹⁴

Considerando então lesivo ao estado o contrato vigente com a companhia, Bastos propõe uma reformulação dele, de modo que se estabelecessem as seguintes cláusulas:

“(...) – a reversão ao tesouro de toda a renda líquida superior a 12%; - fiscalização por um agente do governo; - obrigação de construir pontes e armazéns; - de só empregar braços livres; - e de estabelecer trens fluviais rebocados a vapor no Madeira e outros afluentes (...)”¹¹⁵

No trato das duas companhias de navegação que mais recebiam subvenção dos cofres públicos, Bastos assumia, portanto, a posição de defensor do tesouro contra supostamente mesquinhos interesses particulares. Não se encontrava no mesmo posto, quando se tratava de beneficiar empresários norte-americanos com quem tinha vínculos. Então, seus adversários é que se desdobravam para mostrar a particularidade de interesses que ele dizia serem os do país.

3. O recrudescimento da oposição liberal à “moxinifada”¹¹⁶ progressista e a “questão bancária”

Na sessão de 1866, a oposição liberal atuou mais agressivamente do que em 1865, e o gabinete Olinda tornou-se mais vulnerável, por conta especialmente da ocorrência, no período de suspensão dos trabalhos da Câmara, de uma crise que cindiu profundamente o ministério, e foi motivada por discordâncias entre os membros do gabinete a propósito da resolução da crise financeira e bancária enfrentada pelo governo e de significativas alterações em seu programa político original. Nessa sessão, Bastos aparou a oposição ao governo e à Liga, oposição que os acusava de estarem promovendo uma política designada por “moxinifada”, ou seja, acobertadora de uma série de ocorrências e procedimentos pouco explícitos para o parlamento e para a opinião pública. Dentre eles, destacavam-se

¹¹⁴ *Idem*, p. 191.

¹¹⁵ *Idem*, p. 193-194.

¹¹⁶ Termo utilizado por Martinho Campos, em sessão de 17 de maio de 1866. Quer dizer “confusão, embrulhada, salsada, miscelânea, mistifório” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 1166).

dissonâncias entre os membros do ministério na condução da crise financeira e alterações em sua composição como, por exemplo, a incorporação de dois liberais pouco afinados com a oposição, porque dispostos a dar continuidade ao programa financeiro de tendência mais conservadora: Silveira Lobo (na Pasta da Marinha) e Carrão (na Fazenda), este último substituindo o também liberal José Pedro Dias de Carvalho. A entrada de Carrão, e de sua proposta fiscalizadora e tuteladora do poder público em relação à emissão realizada pelo Banco do Brasil, irritou a oposição liberal na Câmara, assim como o ministro da Agricultura, Paula Souza, que chegou a apresentar, apoiado por Tavares Bastos, um projeto alternativo, que ampliava a faculdade emissora do Banco do Brasil. Essa diferença de perspectivas, sobretudo em relação ao encaminhamento da questão bancária, segundo Paula Souza, seria a razão da própria queda do gabinete.

Além desses desencontros, também contribuiriam sobremodo para a divisão do ministério e para o crescimento da resistência liberal ao gabinete, na sessão de 1866, manobras que alguns membros do governo realizaram no sentido de se apropriar de itens do programa do Partido Liberal, assim como de desmontar o seu poder nas províncias. Trata-se da inclusão de “reformas políticas” de última hora no programa ministerial - que antes restringia-se somente à questão da guerra -, e da substituição de presidentes de província liberais por outros de origem conservadora moderada, no intuito de promover, o domínio desta última fração nas eleições que renovariam a Câmara meses depois.

Antes mesmo que fosse escolhida a mesa que presidiria os trabalhos da sessão de 1866, Martinho Campos interrompeu a ordem do dia com um pedido de urgência para reclamar da falta de informações do gabinete sobre a administração no período do adiamento dos trabalhos da Câmara¹¹⁷. Pediu também informações sobre o “estado de crise permanente” do ministério, cuja vida seria uma declaração de que “a solidariedade ministerial é usança velha, inadmissível no *status quo* progressista”¹¹⁸.

Saraiva, ministro dos Negócios Estrangeiros, foi quem respondeu a Martinho, desafiando-o a propor uma moção de desconfiança, isto é, a solicitar que fosse feita uma votação decisiva, no sentido de verificar se o governo tinha ou não apoio da Câmara. Numa atitude que revelava segurança, o ministro sugeriu que seu interlocutor fizesse, de modo

¹¹⁷ Realizado por decreto lido em 8 de julho de 1865. O decreto previa reabertura da sessão em 4 de março de 1866. Ela aconteceu em 5 de março.

¹¹⁸ Sessão em 17 de março de 1866, p. 8-9.

formal, um requerimento dos documentos que continham as informações pertinentes aos trabalhos da administração no período em que não houvera sessão da Câmara. Tal requerimento demandaria votação, e esta constituiria uma maneira de saber se o governo ainda era ou não apoiado pela maioria¹¹⁹. Quanto à crise ministerial, não passaria de boato, criado a partir do momento em que o gabinete, diante de uma situação mais tranqüila no conflito com o Paraguai, passou a pensar na realização de

“algumas reformas políticas.

Quais seriam essas reformas? Em que reformas o gabinete se acharia de acordo?

Eis a questão de que o ministério se ocupou, e que deu lugar aos últimos boatos de crise ministerial.

Resolveu afinal o gabinete acrescentar ao seu programa alguma coisa mais.”¹²⁰

Diante das indagações do liberal Cristiano Ottoni e do conservador Nébias sobre um certo *memorandum*, em que uma parte do ministério rompia com a equipe ministerial, Saraiva despistou afirmando que havia, sim, solidariedade entre os ministros; que existiam divergências entre eles, mas não maiores que as decorrentes da natural diferença de inteligências¹²¹.

O ministro tinha razões para ser tão evasivo quanto a esse documento, mencionado pela oposição. Redigido por Nabuco de Araújo, mas assinado também pelo próprio Saraiva, por Dias de Carvalho, por Silveira Lobo e por Paula Souza, com data de 22 de fevereiro de 1866, e endereçado ao Marquês de Olinda, tinha um conteúdo que seria interrogado pelos opositores do gabinete. Nele, aqueles ministros afirmavam dificuldades em continuar no ministério depois da reunião da Câmara, pelo fato de que, em virtude de cobranças da opinião pública, não poderia mais ser mantido intocado o programa especial de debelar a guerra, apresentado no início do mandato, ao qual o parlamento conferira seu apoio. E, também, por não poderem, sob o risco de desmentirem-se, apresentarem-se agora como um ministério com um outro programa, no qual se destacariam reformas políticas. Além disso, a divisão existente entre os ministros “a respeito de algumas questões da atualidade” os tornaria fracos diante de inimigos fortes, circunstância que também tornaria inconveniente a permanência do gabinete. Além desse conteúdo que confirmava as falas adversárias, o documento revelava ainda que *havia no interior do gabinete uma proposta de dissolução*

¹¹⁹ *Idem*, p. 9.

¹²⁰ *Idem*, p. 10.

¹²¹ *Idem*, *ibid.*

da Câmara, encaminhamento que os signatários não consideravam o mais adequado naquele momento:

“Neste estado de coisas, como aceitaremos a luta? Como pretenderemos a dissolução da Câmara? Como dirigiremos a eleição?”

A nossa fraqueza há de revelar-se logo, teremos amigos fracos, inimigos fortes; entregaremos o poder desmoralizado ao *premier venu*.¹²²

No debate da Câmara, Urbano tomou a palavra contra Saraiva, de um modo que confirmava os receios declarados pelos signatários do *memorandum* a respeito da modificação no programa ministerial. O deputado afirmou que tinha aprovado um gabinete que era só ministério de guerra, e que agora vinha apresentar-se como um ministério político. As pessoas eram as mesmas, mas a “entidade moral” constituída por elas era nova, pois vinha dizer que queria fazer suas reformas. Não podia dar apoio a essa nova organização, que era política¹²³.

Saraiva respondeu a Urbano argumentando que, não sendo possível efetivar todo o programa de reformas do partido progressista, o governo estaria desejando realizar somente algumas delas. Sobre estas, o ministro disse apenas que “o gabinete está perfeitamente preparado para entrar na reforma judiciária”¹²⁴.

A seguir, o liberal Martinho Campos voltou à carga, numa réplica que deu margem a uma agressiva polêmica com Tavares Bastos. Dizendo-se correligionário de Saraiva até 10 meses antes – isto é, até o início da gestão do gabinete Olinda -, Martinho concordou com Urbano, quando este disse que não se conhecia o novo programa do gabinete. Afirmou que Saraiva escondia a realidade do ministério, que não era a da solidariedade, mas sim a da divisão. Tratar-se-ia de um “ministério escolhido como quem joga a cabra-cega...”¹²⁵ O deputado lamentou que o governo não contasse com a confiança do país, falta que se relacionaria sobretudo a atos do ex-ministro da fazenda, José Pedro Dias de Carvalho (que havia sido substituído por Carrão):

“(...) O nobre ministro donde tira precedentes no governo representativo que autorizem a aprovação dos atos importantes que se deram na administração do Sr. ministro da fazenda, por ele confessados e que deram causa à retirada do apoio de

¹²² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. I, p. 608-609.

¹²³ Sessão em 17 de março de 1866, p. 10-13.

¹²⁴ *Idem*, p. 14.

¹²⁵ *Idem*, p. 15.

amigos importantes e a desaprovação de todo o país, conforme S. Ex. disse no senado?”¹²⁶

Depois de despedir “um de seus membros, réu confesso da sua incapacidade, da sua infelicidade” na questão financeira, o ministério não teria o direito de pedir, como pedia, o apoio do parlamento, haja vista que os “motivos alegados no senado condenam ainda mais os nobres ministros seus ex-colegas do que a ele”¹²⁷.

No discurso com que explicou no Senado o seu pedido de demissão, Dias de Carvalho o justificou dizendo ser muito forte o descontentamento e oposição que provocaram atos seus, mas não explicitou quais foram eles¹²⁸. Segundo as *Memórias* de J. M. Pereira da Silva, tais atos que provocaram muitas críticas foram “um desastroso empréstimo em Londres”; a venda de “apólices no interior por preços ínfimos” e a contração de “dívidas progressivas com emissão de bilhetes do Tesouro a prazo e juros extraordinários”¹²⁹.

Após atacar a administração da Fazenda, Martinho Campos referendou argumento de Urbano, afirmando que não entendia como um gabinete organizado, de maneira defeituosa, para um fim provisório, que era a debelação da guerra, poderia agora se transformar num ministério político. Também declarou não entender como, não tendo o governo, com exceção de Ferraz, dado informações sobre os seus atos no período do adiamento, Saraiva podia vir, entretanto, exigir “que provoquemos desde já uma questão de confiança”¹³⁰.

¹²⁶ *Idem, ibid.*

¹²⁷ *Idem, p. 16.*

¹²⁸ “(...) A imprensa mostrou seu descontentamento, e eu sabia que membros muito proeminentes de ambas as câmaras tinham desaprovado completamente o modo como eu havia dirigido os negócios da fazenda. Esperava, portanto, que no corpo legislativo se manifestasse uma oposição forte contra os meus atos; contava mesmo que a primeira votação me seria contrária, e que me veria obrigado a pedir demissão. (...)” (Sessão em 7 de março de 1866, no Senado do Império. In: *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Terceira sessão em 1866 da 12ª legislatura. v. III e IV. Typographia do Correio Mercantil, 1866, p. 12.)

¹²⁹ SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*, p. 359-360. Joaquim Nabuco aponta um outro motivo para o pedido de demissão de Dias de Carvalho. Teria feito isso depois de perceber a inviabilidade de encaminhar a solução da “questão bancária” através do “curso geral” das notas do Banco do Brasil, e não através da cassação de seu direito de emitir, como queria o Conselho de Estado (NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. I, p. 611).

¹³⁰ Sessão em 17 de março de 1866, p. 16-17.

O deputado liberal retirou pedido de esclarecimentos, alegando ter perdido as esperanças de obtê-los do ministério, o qual, como todo o público aceitava e os próprios ministros sabiam, estava marcado pela divisão¹³¹, revelada na demissão do ex-ministro da fazenda e em divergências quanto à nomeação de presidentes de província. Se circunstâncias como essas não constituíam “fatos de dissidência importante”, - como queria Saraiva - então, disse Martinho, ironicamente, ele próprio bem poderia compor um ministério com políticos sabidamente ultra-conservadores:

“com efeito não há ministério que não seja solidário; eu podia fazer ministério com o Sr. barão de Muritiba ou com o Sr. Manoel Felizardo. (*Hilaridade.*)¹³²

Finalizando, Martinho ampliou a provocação, pedindo a publicação do *memorandum* comentado nos bastidores, e afirmando que, através de práticas como a do gabinete Olinda, que se mantinha de maneira anômala, “pouco fruto” seria tirado da “decadência dos partidos”¹³³.

Logo a seguir, tentando cobrir os tropeços de Saraiva no sentido de salvar o ministério, irrompeu Tavares Bastos, de maneira extremamente agressiva para com Martinho Campos, apelando para o crédito do sistema parlamentar:

“Sr. presidente, eu vou direto à questão. Eu acreditava que os antecedentes de tantos anos passados, que a história desses debates estéreis pelo lamentável abuso da palavra, cujo resultado único é o descrédito do sistema parlamentar, já nos tinham legado uma experiência proveitosa. Mas o nobre deputado por Minas acaba de tomar à Câmara talvez mais de uma longa hora com *uma enfiada de detalhes, de palavras, de historietas...* (*Sensação.*)

(...)

Ninguém nesta casa respeita mais sinceramente ao nobre deputado por Minas do que eu; ninguém ter-lhe-á dado em ocasiões solenes as provas mais inequívocas da mais profunda consideração. (*O Sr. Martinho Campos continua a reclamar.*) Mas exerço um direito perfeito, cumpro um dever sagrado condenando, por amor do prestígio do nosso sistema, esse abuso da palavra e a inutilidade de discursos sem objeto preciso.”¹³⁴

Bastos defendeu o gabinete dos ataques de Martinho e também dos de Urbano, dizendo que, sendo problemático o fato dele ter apresentado como programa no ano anterior somente a debelação da guerra, devia-se, então, “dar graças aos deuses” que

¹³¹ *Idem*, p. 16-18.

¹³² *Idem*, p. 18.

¹³³ *Idem*, p. 18-19.

¹³⁴ *Idem*, p. 19; itálico nosso.

atualmente “o ministério vem tomar lugar na situação política”, alegando que “vai trazer ao parlamento medidas políticas de um caráter altamente liberal”. Neste sentido, a deliberação do gabinete merecia ser aplaudida. Mas o deputado concordou com Urbano e Martinho quando estes perguntavam “francamente ao ministério: das questões a que vos referistes vagamente quais são sobre elas os pontos concordados?” Admitiu que Saraiva não respondera com clareza tais questões que julgava já resolvidas na intimidade¹³⁵.

Definindo uma pauta que José Bonifácio viria a chamar de “novo programa do ministério”¹³⁶, o deputado alagoano indagou: Como será tratada a questão da reforma judiciária? Quais os outros projetos do governo? Há projeto sobre casamento civil? Qual a opinião do governo sobre “brilhantes estudos publicados que consagram uma verdadeira reação contra as leis de 1860 acerca da liberdade do crédito e de associação?” Tais são as verdadeiras questões que, segundo Bastos, precisavam ser explicadas.

Em resposta à censura que era feita ao ministério, de se compor de membros de posicionamentos divergentes, e ligados a tradições políticas antagônicas, Bastos procurou mostrar que a oposição era incoerente ao formulá-la, pois ela própria estaria constituída de homens que, mostrando-se ligados naquele momento, foram, contudo, adversários no passado; Martinho Campos e Urbano, unidos na oposição ao gabinete Olinda, encontravam-se, havia pouco tempo, em campos divergentes: o primeiro apoiara o gabinete Zacarias de 15 de janeiro de 1864 e o segundo tinha sido seu opositor. Para acentuar a incoerência de seu interlocutor, o deputado alagoano ainda apontou a atitude de Martinho que, tendo sido um dos fatores do ministério Zacarias, participara de sua derrubada na Câmara. Arrematando suas considerações sobre essa questão, afirmou ser preciso que se deixasse de lado as questões pessoais em favor das “lutas da discussão sincera”, do “exame leal dos negócios públicos, sem exceção dos nomes daqueles que atualmente ocupam as cadeiras do gabinete.” Tratava-se de um esforço que seria necessário para tratar da “grave e embaraçosa” situação financeira, e para evitar a renovação das “antigas lutas”:

“Trata-se, meus senhores, de não deixar passar esta última sessão legislativa sem votar-se ao menos a reforma judiciária; trata-se de acudir a uma situação financeira, não desesperada nem medonha, mas sumamente grave e embaraçosa; trata-se de concentrar para esse ponto os esforços de todas as inteligências e de todas as ilustrações do país sem distinção de partidos. No meio de tão sérias exigências,

¹³⁵ *Idem*, p. 19-20.

¹³⁶ Sessão em 22 de março de 1866, p. 54.

renovar as nossas antigas lutas, não me parece nem o mais conveniente a esta Câmara nem o mais patriótico.”¹³⁷

Dizendo não se ter declarado ministerialista no início da gestão do gabinete Olinda, em 1865, pelo fato de o ministério não ter tido então programa político, Bastos afirmou que agora podia fazê-lo, satisfazendo “ao voto do país, que tem abandonado e que sempre abandonará os homens por causa das idéias.”¹³⁸

Martinho Campos replicou, considerando não serem procedentes as insinuações contidas no discurso de Bastos. Afirmou que sempre teve excelentes relações pessoais com Urbano, e que não fora um dos fautores do ministério Zacarias. Depois, atacou o deputado alagoano com a sugestão de que ele, sim, por não ter princípios, fazia uma política pessoal, de apoio aos poderosos do dia:

“(...) não pertenço ao patriótico grupo daqueles que se manifestam pelos partidos impessoais, só porque não se atrevem a manifestar seus verdadeiros fins políticos, (...) daqueles que inculcam a *política impessoal* para não mostrarem quais os verdadeiros fins de uma política pessoal, toda pessoal, e que não se atreve a formular-se positivamente, e cuja exposição se quer *substituir pela sistemática difamação dos que não adoram os deuses do dia em todos os seus caprichos e paixões pessoais.*”¹³⁹

Esfriando um pouco a discussão, Saraiva a seguir respondeu concisamente às questões que lhe foram postas por Bastos, dizendo que seria enviado à Câmara um projeto de reforma judiciária, outro de casamento civil, e que um “projeto acerca das sociedades de responsabilidade limitada ainda não teve a aprovação do conselho, a ainda o Sr. ministro da justiça não o completou”¹⁴⁰.

Bastos falou novamente em 22 de março, na 2ª discussão do orçamento do Império, defendendo o ministério das críticas que lhe foram feitas por José Bonifácio, que afirmou ter ele estabelecido uma ditadura¹⁴¹. Questionando o “novo programa do ministério”, declarou que a reforma judiciária não era medida política, e atacou também a conduta do gabinete em relação à guerra. Mas o liberal paulista pronunciou o seu discurso com ênfase na questão bancária, a qual contribuiria, mais tarde, para a queda do próprio gabinete. Em

¹³⁷ Sessão em 17 de março de 1866, p. 20.

¹³⁸ *Idem*, p. 21.

¹³⁹ *Idem*, p. 21; itálico nosso.

¹⁴⁰ *Idem*, *ibid.*

¹⁴¹ Sessão em 22 de março de 1866, p. 51.

março de 1866, entretanto, a questão não provocava debate muito extenso na Câmara porque ainda se aguardava um posicionamento do novo ministro da Fazenda, Carrão, a respeito dela. Entretanto, Bonifácio criticou o fato de que o governo não tomou nenhuma medida que aliviasse o problema da “falta de trocos miúdos”, que afligiu o Rio de Janeiro. Censurou também a ausência de explicação para o não cumprimento de promessa de voltar-se ao regime legal do curso das notas do banco do Brasil, silêncio que provocaria “terror” no “povo”, pela dúvida quanto à solução que o governo pretendia dar ao “triste estado do nosso meio circulante”:

“Há um terror que não se dissimula; há receios de alguma coisa oculta; treme-se sem saber de que... e os nobres ministros nada dizem, nada explicam! Por que foi, Sr. presidente, que o governo, ansioso e entusiasticamente tendo contraído a obrigação de voltar ao regime legal do curso das notas do banco, não o tem feito até hoje, nenhum passo deu nesse terreno? Houve receio? Por que prometeu?”¹⁴²

Tavares Bastos atribuiu aos “arroubos de uma imaginação brilhante” o discurso do Andrada, que traçou “quadros sombrios”, ao “descrever sinistramente o futuro do país”, e “assinalar como termo do presente o fundo de um abismo”¹⁴³. Foi a “análise fria” das “imaginações ardentes” de Bonifácio que Bastos declarou inicialmente que iria fazer.

O posicionamento acerca de um determinado ministério, argumentou o deputado alagoano, não devia basear-se em “acidentes administrativos”, que aconteceriam em todos os governos, e sim em motivos que influíssem na “marcha geral dos acontecimentos, que definem a política, que retardam ou comprometem o progresso do país, que fortificam ou arruinam as suas instituições”¹⁴⁴. Discutindo a questão bancária, tratada por Bonifácio, Bastos afirmou que as questões sobre o Banco do Brasil reduzir-se-iam a dois pontos:

“1º deve ou pode ele continuar como banco de circulação”, isto é, sendo um banco de emissão?; “2º no caso negativo, qual o meio de operar a transição, de liquidá-lo, ou de reduzi-lo a simples banco de depósitos e descontos?”¹⁴⁵

Não seria o momento adequado, segundo Bastos, de adotar medida radical (cessação da emissão) sobre o banco, porque haveria uma tendência de melhora das finanças. Fatos notórios e recentes – crise de setembro de 1864 e início da guerra – é que o colocaram em

¹⁴² *Idem*, p. 53.

¹⁴³ *Idem*, p. 56.

¹⁴⁴ *Idem*, *ibid.*

¹⁴⁵ *Idem*, p. 58.

um mau estado, mas as conseqüências de tais fatos tenderiam a minorar e, portanto, a situação do banco também deveria melhorar.

O adiamento da questão também seria aconselhado pelo ponto de vista do tesouro, para o qual a postergação seria essencial, por conta do déficit, que seria a questão do momento. Nos próximos meses, o governo “tem de fazer dinheiro na soma de mais de 40.000:000\$”. Como fazer face a isto? Emitindo apólices? Não seria esta uma boa saída, pois havia dificuldade de “vendê-las a preço razoável”, e a medida provocaria a “absorção pelo estado das economias nacionais”, o que seria “sumamente prejudicial às indústrias do país”.

Recorrer a empréstimo em Londres também não seria o melhor alvitre, pois não haveria como consegui-lo na urgência necessária, em “dois a três meses”. Além disso, o crédito brasileiro na praça londrina não estava bom, sendo necessário o desfecho da guerra para que ele pudesse melhorar¹⁴⁶.

Uma terceira e mais apropriada saída residiria justamente no adiamento da questão do Banco do Brasil, que emprestaria, então, ao governo, os cerca de 23.000:000\$ em ouro que existiriam em suas caixas, empréstimo que o banco deveria ceder gratuitamente, “em compensação do curso forçado e de outros favores que ainda se lhe haja de conceder”. Em troca do ouro, o governo daria ao banco como garantia “o recibo do tesouro público pelo qual se obrigue a repor a mesma soma na mesma espécie.”¹⁴⁷ Essa medida seria ensinada pelos Estados Unidos:

“Imite o nosso governo o grande e atrevido exemplo do governo dos Estados Unidos, quando, para satisfazer às enormes necessidades da última guerra, não duvidou apoderar-se do ouro depositado nos bancos da União, substituindo-o pela sua responsabilidade.”¹⁴⁸

O banco também seria fonte de empréstimos para o governo através da emissão, empréstimos que, com o curso forçado, não significariam um sacrifício para ele, não devendo, portanto, vencer juro, “quando muito, deveria o governo pagar por isso uma porcentagem, seja de 1, 2 ou 3%, correspondente às despesas especiais que determinam as

¹⁴⁶ *Idem*, p. 59.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 59-60.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 60.

novas emissões de notas”. Por necessitar de tais auxílios, o governo não poderia liquidar nesse momento o Banco do Brasil como banco emissor.¹⁴⁹

Bastos tocou também nas “questões financeiras especiais do orçamento”, de que Bonifácio não tinha tratado. No próprio orçamento do tesouro, segundo ele, havia um “déficit confessado de 3.875:000\$000”. Mas esse orçamento fora organizado pelo ministério anterior, no começo de 1865, quando não se podia prever a ocorrência de fatos que vieram elevar a despesa e aumentar a perspectiva de *déficit* para 10.357:000\$000. Outras previsíveis circunstâncias poderiam elevá-lo no futuro exercício, se a guerra se concluísse em junho de 1866, a 14.000:000\$000.¹⁵⁰

Para fazer face à essas críticas circunstâncias financeiras, inadmissível seria a emissão de papel-moeda pelo governo, e também não seria adequado um aumento nas tarifas alfandegárias. Seria preciso reduzir os gastos, a começar apelos armamentos militares, pela supressão de algumas despesas do orçamento do Império.¹⁵¹

Bastos indagou ao ministro da fazenda sobre a possibilidade de se criarem *impostos diretos* sobre a renda – a exemplo da Inglaterra –, especialmente sobre a renda de funcionários públicos, com exceção daqueles que já eram bastante sacrificados¹⁵². Tal seria o melhor meio de obtenção dos recursos necessários para fazer face ao *déficit*¹⁵³.

Ao discutir esta questão, que teria sido agravada pela guerra, o deputado utilizou-a para insistir na desqualificação dos problemas levantados pela oposição, dizendo que eles não importavam, diante da grave situação financeira do Império:

“Peço licença para dizer aos honrados membros da oposição: - o vosso jogo de frases brilhantes, mas inúteis, é o que melhor convém ao parlamento nas circunstâncias atuais? Perante a grande luta da guerra, a par dos embaraços que a acompanham, e que há de suceder-lhe, não merece a questão financeira que lhe dediquemos uma atenção especial, um zelo incessante, as nossas mais sérias preocupações? Diante destes assuntos, elevando-nos a este terreno nacional, colocando-nos em um ponto de vista patriótico, acima dos grupos e isentos das paixões, o que muito importa que este ou aquele aviso, esta ou aquela providência reclamada pelas circunstâncias, sejam, se alguma o foi porventura, menos conforme ao rigor da constituição? O que muito importa se alguns dos liberais da Bahia separam-se dos seus amigos, dos seus próprios correligionários, se os genuínos de

¹⁴⁹ *Idem, ibid.*

¹⁵⁰ *Idem*, p. 60-61.

¹⁵¹ *Idem*, p. 61.

¹⁵² *Idem, ibid.*

¹⁵³ *Idem*, p. 62.

Pernambuco continuam a hostilizar a administração, se por toda a parte há cisões, há contentes e descontentes?”¹⁵⁴

Além de minimizar a importância da política, o deputado alagoano, finalizando o seu discurso, também desmereceu o modo como a oposição a considerava:

“Não, Sr. presidente, no próprio terreno político, afastando por um momento o estudo de outros assuntos mais graves, essa mesma não é a grande questão; a questão política é saber se o governo levanta uma bandeira francamente assinalada com as cores do programa liberal, e se as suas promessas inspiram confiança. (Apoiados.)

Pela minha parte, eu confio. Não entrarei nessas lutas meramente pessoais, cuja lembrança deplorável quisera ver apagada dos nossos anais. *Empenharei quanto em mim couber para que cedamos o lugar mais distinto das nossas discussões ao estudo leal e sincero dos interesses nacionais, para que a ciência dos negócios não continue a ser apanágio da entidade governamental, para que não tenhamos de ver negado o espírito prático e a inteligência administrativa ao Partido Liberal, para que não haja de reviver a luta incandescente dos nomes, donde rompiam os ódios inflamados, e onde obscurecia-se a verdade, para que não se perpetue o triste espetáculo dos amigos da véspera gladiando-se hoje, e dos inimigos de ontem, sem motivo novo, abraçando-se agora!*

Vozes: - Muito bem; muito bem.
(O orador é cumprimentado.)¹⁵⁵

Bastos desqualificou os opositores, mas estes foram ágeis na produção de argumentos contra o gabinete e os progressistas em geral, justificando a sua atitude e repelindo a acusação de atuar somente em prol de interesses pessoais. Entre os vários discursos que se pronunciaram nos meses subseqüentes, destacou-se o do deputado Raiol, que, ao expor com clareza acontecimentos exteriores ao parlamento, devolveu para a fração conservadora dos progressistas censura por agir conforme os interesses próprios. Mais ainda, Raiol acusou esses conservadores de traição e de roubo da bandeira liberal.

Em 28 de maio de 1866, o deputado liberal fez uma retomada da história da liga, na qual os liberais apareciam sempre cedendo aos conservadores moderados, sem receber em troca o equivalente. Lembrou uma reunião que teria sido realizada na casa de Zacarias, em dezembro de 1863, antes do reconhecimento dos poderes dos deputados que constituiriam a Câmara, reunião cuja finalidade seria escolher os membros da mesa e das comissões permanentes da Câmara. Nessa eleição, Teófilo Ottoni teria sido escolhido presidente por

¹⁵⁴ *Idem, ibid.*

¹⁵⁵ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

aclamação unânime, mas este teria renunciado em favor de Zacarias.¹⁵⁶ Uma tal abnegação, que mostraria a falta de “ambições, interesses e cálculos inconfessáveis”, teria sido retribuída com atos que revelavam falta de apoio (como no caso da derrubada do gabinete Furtado) ou explícita traição. Raiol prosseguiu dizendo que os liberais apoiaram o gabinete Olinda para a debelação da guerra. Para isto, ancoraram-se nas afirmações do próprio presidente do conselho e na do ministro da justiça, Nabuco, que garantia que, na política interna, seria mantido o *status quo*. Tal garantia, entretanto, ter-se-ia revelado falsa após o adiamento das Câmaras, em julho de 1865, quando o gabinete, numa manobra direcionada para o controle das eleições, *demitiu vários presidentes de província liberais*:

“O SR. RAIOL: - A Câmara sabe como foi cumprida esta promessa.

O *status quo* do nobre ministro da justiça foi admirável depois de adiadas as Câmaras.

(Trocam-se muitos apartes.)

Quando nós brasileiros não deveríamos pensar senão em desafrontar a honra nacional, ofendida pelo déspota do Paraguai; quando nós não deveríamos procurar outra coisa que não fosse formar um só corpo para melhor repelir o nosso agressor; quando o governo não deveria ter outro pensamento que não fosse procurar por todos os meios fazer desaparecer essa suspeita, essa desconfiança que pairava sobre a cabeça de muitos representantes da nação; o gabinete de 12 de maio sem causa legítima demite os presidentes de Pernambuco, Bahia, Alagoas e outros distintos liberais, nomeando para substituí-los pessoas que, conquanto pertencessem ao partido progressista, todavia eram de origem conservadora! Eis a causa principal, a fonte de nossas atuais dissidências.”¹⁵⁷

Considerando a acusação, que fora feita aos liberais, de atuarem imbuídos somente de interesses pessoais, Raiol se defendeu, e pediu de volta a bandeira do seu partido:

“Tomando em consideração esta proposição, peço permissão para dizer alto e bom som desta tribuna que sempre adorei os sacerdotes da religião política que abracei, desde os meus primeiros anos, e que nunca deixarei de venerar os apóstolos sinceros que sempre vi nos dias de infortúnio do Partido Liberal, para adorar os profetas da nova lei, para adorar os ídolos ou bezerros de ouro dos hebreus.

Não hei de abandoná-los nunca. Com eles nasci, com eles tenho vivido; com eles irei ao Capitólio, com eles serei arrojado da rocha Tarpéa, com eles desejo acabar! *Só peço que consintam ao menos que nós, liberais genuínos, que nós, liberais rubros, ou como melhor nome nos queiram dar possamos reaver a nossa gloriosa bandeira, embora já esfarrapada...*

(Há muitos apartes.)

¹⁵⁶ Sessão em 28 de maio de 1866, p. 235. Neste momento da fala de Raiol, Godoy apartou, acusando Zacarias de deslealdade: “Cavalheirismo que enobreceu ao Sr. Ottoni; e que nos foi fatal pela deslealdade com que foi recebido” (*Idem, ibid.*).

¹⁵⁷ *Idem*, p. 236; itálico nosso.

UMA VOZ: - Mesmo esfarrapada a queremos.

O SR. RAIOL: - ... Restituam-nos a nossa bandeira, para que, nos abismos que nos destinem, sirva-nos ela de mortalha na hora extrema da condenação!”

Para completar, Raiol evitou possível instrumentalização de suas declarações pelos adversários, afirmando que os apóstolos que venerava não eram individualidades, mas representantes de princípios:

“(…) Venerando, pois, os apóstolos da minha religião política, eu não venero a simples individualidade, venero, sim, os representantes mais autorizados das idéias, dos princípios que de coração adoto. (*Apoiados da oposição.*)”¹⁵⁸

Nas sessões seguintes, a situação do ministério pareceria cada vez mais delicada, ocorrendo um silenciamento da maioria que apoiava o gabinete, e um acirramento da crítica da oposição, acontecendo, inclusive, a declaração consecutiva de abandono da liga por três deputados liberais (Fernandes Moreira, Lima Duarte e Jacobina), em 29 de maio.

Além das demissões de liberais das presidências de províncias, postos importantes para a realização das eleições a serem realizadas para a legislatura seguinte, também muita celeuma causou a nomeação de Silveira Lobo para o ministério da marinha, em 4 de julho de 1865, quatro dias antes do adiamento das Câmaras, no ano anterior.

Contra essa nomeação foi a investida que Cristiano Ottoni, em 7 de junho de 1866, na discussão de um crédito suplementar ao orçamento do ministério da guerra. Após dizer ter sérias “dúvidas e apreensões” quanto aos gastos do ministério, e afirmar que o crédito pedido não estava justificado, o deputado sugeriu que Silveira Lobo não teria sido aceito com sinceridade, haja vista o conflito entre as concepções do ministro e as do gabinete, acerca da guarda nacional. Cristiano lembrou declaração de Lobo segundo a qual teria imposto, como uma das condições para aceitar o convite para participar do ministério, “ou reformar a guarda nacional, admitindo para certos postos o princípio eletivo, ou aboli-la ao terminar a guerra”. Em um argumento pautado pela ironia, Cristiano perguntou: “(...) desejo saber qual dos dois pensamentos da alternativa imposta por S. Ex. é aceito pelo gabinete.” Sobre este ponto, “ignora-se completamente o pensamento do gabinete”. Entretanto, afirmou o deputado, tinha *razões de saber* que o partido progressista era contra a aplicação do princípio eletivo a postos da guarda nacional:

¹⁵⁸ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

“A Câmara note as minhas palavras: *eu tenho razões de saber* (e os membros do partido progressista que me ouvem não reclamam porque sabem que as tenho) que este partido não admite a aplicação do princípio eletivo aos postos da guarda nacional, princípio que por uma das anomalias da quadra o Sr. ministro da marinha declarou aceito pelo ministério.

(...) a idéia foi expressamente rejeitada pelo então nascente partido progressista.

Como, pois, eu posso crer na sinceridade com que se nos diz que este ministério representa o partido progressista, mas comprometeu-se com o Sr. ministro da marinha a reformar a guarda nacional e admitir nela o princípio eletivo?”¹⁵⁹

Cristiano aliviou a carga destinada a Silveira Lobo, dizendo que não punha em dúvida a sinceridade de sua declaração, “mas a sinceridade com que a sua condição foi aceita”¹⁶⁰. Era Olinda o principal alvo da crítica, e a quem a questão era feita, mas ele

“Não há de responder, senhores, porque *a missão de S. Ex. há 10 ou 12 anos a esta parte, nas organizações de ministérios a que tem presidido é sempre missão de pouca sinceridade, é missão do eterno adversário da idéia liberal (apoiados da oposição; não apoiados da maioria), é missão de quem não perde oportunidade de aliciar para as suas moxinifadas um liberal, com o fim de estragá-lo para o seu partido. (Apoiados da oposição; não apoiados da maioria.)*

Os que me dão – não apoiados -, se estão autorizados, tenham a bondade de responder à minha pergunta sobre a sinceridade com que foi aceita a idéia dos postos eletivos para a guarda nacional... (Pausa.)

Silêncio completo! Não me respondem!”¹⁶¹

Os ataques dos liberais mineiros à incorporação de Silveira Lobo ao ministério Olinda se explicam pelo significado dela em termos da política do gabinete em relação às próximas eleições. Outro liberal mineiro, Lafaiete Rodrigues Pereira, então presidente da província do Maranhão, escrevendo ao seu irmão Washington, em 30 de junho, falava de seus planos em relação a tais eleições, e afirmava ter sido Lobo nomeado ministro para ajudar Olinda a acabar com os liberais em Minas:

“Vou cuidar da minha eleição. Se o atual ministério atravessar a sessão, é certo que a luta há de travar-se nessa província entre os Ottonis, Martinho Campos e o Silveira Lobo. Eu, por todos os motivos, tenho de colocar-me ao lado dos Ottonis, que são os verdadeiros representantes do Partido Liberal. O Lobo, com uma cegueira que só pode ter explicação em sua desmarcada vaidade, tem-se prestado ao plano sinistro do marquês de Olinda – de acabar os liberais pela mão de liberais. Por todo o Império os liberais verdadeiros são hoje mais perseguidos do que os próprios

¹⁵⁹ Sessão em 7 de junho de 1866, p. 42-43.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 43.

¹⁶¹ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

vermelhos. Quem diria que o Lobo seria o instrumento desta obra de devastação? Mas ele há de arrepender-se com língua de palmo.”¹⁶²

Essa afirmação de Lafaiete é confirmada por carta de Nabuco de Araújo a Olinda, de 25 de junho do ano anterior, indicando Silveira Lobo para a pasta da Marinha, nomeação que se justificaria por ser ele opositor de Ottoni:

“Todos os nossos amigos entendem que é urgente completar o ministério antes do adiamento, e como garantia do adiamento. Eu penso assim e também o Saraiva, que na carta inclusa insta para que isto se faça antes de quarta-feira.

Com efeito nosso ministério incompleto ou parece fraco, ou presta-se a versões e suspeitas.

O homem indicado por todos para completar o ministério é o Silveira Lobo, que está disposto a aceitar, e é uma influência capaz de opor-se ao Ottoni no campo liberal.

O Silveira Lobo tomará a pasta da Marinha e ficará o Saraiva na de Estrangeiros.”¹⁶³

A intenção do governo de intervir no próximo pleito foi objeto de sérios ataques da oposição liberal, que já vinha, desde maio, questionando a política do gabinete nas províncias. Os debates que seguiram, do mesmo modo que o discurso de Raiol, considerado acima, levam a pensar que tem razão Célio Ricardo Tasinafo, quando afirma que era grande a importância da política provincial na definição dos rumos da política monárquica.¹⁶⁴

Na fala do deputado liberal L. C. Mello Ratisbona, dia 22 de junho (discutindo interpelações por ele feitas em 19 de junho, referentes a nomeações de 7 presidentes de província)¹⁶⁵, a “inércia” do governo em relação aos grandes problemas do país contrastaria

¹⁶² PEREIRA, Lafaiete Rodrigues. *Cartas ao irmão. Introdução e notas de João Camilo de Oliveira Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p.55.

¹⁶³ *Coleção Senador Nabuco*. Arquivo do IHGB, Lata 371, pasta 20. Quem falou na seqüência do debate que se travava na Câmara em 7 de junho, em nome da maioria progressista, e deve ter formulado alguma resposta a C. Ottoni em relação à presença de Silveira Lobo no ministério, foi Tavares Bastos, mas o seu discurso, desafortunadamente para nós, não foi publicado. Falaram contra, ainda, Mello Franco e Franco de Almeida. Ferraz contornou a questão de Ottoni, mas não a respondeu.

¹⁶⁴ Considerando a perda simultânea, pelo Senador Nabuco, a partir de 1872, de “posições políticas significativas no comando nacional do partido” e das “bases político-eleitorais na província de Pernambuco”, Célio Ricardo Tasinafo conclui: “As chaves para a compreensão da política monárquica, portanto, parecem estar nas províncias, onde senadores e deputados de ambas as parcialidades disputavam votos obstinadamente a cada pleito. Dos resultados dos acordos ali tecidos é que se formavam, ou não, maiorias sólidas capazes de dar sustentação a presidentes de conselho e seus ministros, os quais eram ‘escolhidos’ pelo Imperador, mas não a ponto da vontade de seus súditos não valer de nada no momento de tais escolhas.” (TASINAFO, Célio Ricardo. *Relatório Científico II*, p. 67.

¹⁶⁵ Sessão em 19 de junho de 1866, p. 161.

com o seu caráter expedito na distribuição de “carinhos” e “afagos”, “para confortar os adeptos que o sustentam”, no intuito de promover “a próxima reação que tem de inverter o país!”¹⁶⁶

Estando o país imerso numa grave situação financeira e numa guerra, o governo viveria também uma crise, mas não provocada por tais problemas e sim pela nomeação de presidências de províncias. Tal crise - que se manifestava, de acordo com o relato cômico do deputado, em “convulsões horríveis”, e era perceptível no “desânimo estampado no semblante da nobre maioria” – não era produzida por “um grande princípio”, por “uma necessidade de momento”, ou por “uma medida a tomar para salvar-se o país da situação em que se acha”; a questão de que se tratava era “de presidência de província, era a longa questão da presidência de Pernambuco!”¹⁶⁷

Depois da crise de Pernambuco, teria sido a presidência da Bahia¹⁶⁸ a questão, e depois dessa a de mais cinco províncias:

“(…) Pouco importa que o preço dos soberanos¹⁶⁹ se eleve; pouco importam os descontos em que o governo sofre prejuízos; pouco importa a sorte do comércio e de tudo o mais; a pátria está salva, repito; o governo nomeou de uma vez sete presidentes!”¹⁷⁰

Tal nomeação seria em parte inconstitucional, porque quatro entre os sete presidentes eram membros do parlamento, e a constituição determinava que nenhum membro do corpo legislativo, estando este funcionando, pudesse “ser distraído para qualquer comissão, sem licença da respectiva Câmara”, licença que deveria ser concedida

¹⁶⁶ Sessão em 22 de junho de 1866, p. 179.

¹⁶⁷ *Idem, ibid.*

¹⁶⁸ O conflito se estendia para a nomeação de outras autoridades importantes no processo eleitoral. Em carta a Saraiva, ministro de Estrangeiros, Nabuco protestou pelo fato de seu colega ter sugerido ao imperador, sem consultá-lo, o nome de Junqueira para Chefe de Polícia da Bahia: “Recebi a carta de V. Ex. de ontem na qual me comunica que de minha parte propôs a S. M. I. a nomeação de Junqueira para Chefe de Polícia da Bahia, não obstante dizer-lhe o Ferraz que eu não estava resolvido ainda a fazer isso./Creio que é o primeiro fato desta ordem desde que há ministérios./ O que faria V. Ex. se eu em sua ausência e sem autorização propusesse a nomeação de alguns empregados de sua repartição? Sinto [ilegível], sinto este pouco caso porque sou amigo de V. Ex. e tenho sempre cumprido as ordens de V. Ex., sinto porque isto me desmoraliza perante o Imperador e os Colegas./ Conhecendo a minha posição anômala e secundária neste ministério, a nada me oponho do que fazem os meus colegas: quisera ao menos que quanto à minha pasta me dessem as ordens guardadas as conveniências que as aparências exigem.” (*Coleção Senador Nabuco*, Lata 371, pasta 20, p. 6-7.)

¹⁶⁹ Libras esterlinas.

¹⁷⁰ Sessão em 22 de junho de 1866, p. 179.

apenas se fosse necessária para a “segurança pública e a bem do Estado”¹⁷¹. Tendo exposto essa determinação constitucional, Ratisbona indagou: qual seria a significação de tais nomeações em período de reunião da Câmara, e “nas vésperas das lutas eleitorais?”¹⁷²

Se as nomeações tivessem apenas finalidades eleitorais, o ministério poderia esperar pelo final da sessão legislativa para fazê-las. Elas teriam sido realizadas no meio da sessão porque “o governo quis ostentar a sua força e revelar o seu verdadeiro programa político.”¹⁷³ Tais nomeações é que revelariam o programa do ministério: elas tinham como meta desmobilizar o poder liberal nas próximas eleições, de forma a garantir maior capacidade para o gabinete obter uma Câmara afinada com seus interesses mais imediatos.

A única província que não inquietava o deputado era a de Pernambuco, para onde tinha sido nomeado Martim Francisco, acerca de quem Ratisbona dizia ainda não estar desiludido¹⁷⁴.

O deputado foi impiedoso com três dos nomeados. *Leitão da Cunha*, indicado para a presidência do Rio Grande do Sul, foi acusado, com citação de carta sua quando presidente da província de Pernambuco, de defender a “doutrina da intervenção indébita do governo nas urnas, elevada à categoria de um direito”. Exemplos semelhantes não poderiam ser encontrados em modelos de sistema representativo como a Inglaterra e a Bélgica, fazendo-se presentes, isto sim, na França imperial.¹⁷⁵

Para comentar a designação de *Silveira de Souza* para a província da Bahia, e de *Souza Carvalho* para a província do Maranhão, Ratisbona astutamente se valeu, contra eles, da lembrança de que Silveira Lobo, responsável pela pasta da Marinha no ministério Olinda, tinha sido adversário de ambos os nomeados por esse gabinete¹⁷⁶. O deputado citou debate passado em que os recentes nomeados e o atual ministro se tinham oposto, os primeiros declarando que, como presidentes de província, tinham dado gratificações a autoridades policiais, e Lobo recriminando-os, dizendo que “Só em tempos de corrupção é

¹⁷¹ *Idem, ibid.*

¹⁷² *Idem, p. 180.*

¹⁷³ *Idem, ibid.*

¹⁷⁴ Os pernambucanos Urbano e Godoy não concordaram, em aparte. O último ironizou: “Se tem essa esperança, então faça o favor de levá-lo para o Ceará. (*Risadas.*)” (*Idem, ibid.*)

¹⁷⁵ *Idem, p. 181.*

¹⁷⁶ *Idem, ibid.*

que se faz isto.” Silveira de Souza ainda acrescentara, segundo Ratisbona, que “isso acontece em todos os tempos, quanto mais em época de eleições”¹⁷⁷.

Com a escolha de homens com idéias como essa, de Souza Carvalho e de Silveira de Souza, para as presidências das províncias, o governo

“não oculta o seu pensamento, nem os fins que tem em vista. Não contando com a maioria do país, só poderá obter a vitória das urnas fazendo valer e pondo em prática a doutrina que ontem, em pleno parlamento, sustentaram os seus delegados de hoje.”¹⁷⁸

O marquês de Olinda tomou a palavra para responder a Ratisbona, mas o fez de modo extremamente evasivo, num curtíssimo discurso, que deu ensejo a uma expressão indignada de Pinto Lima, deputado liberal que tinha sido ministro no gabinete Furtado. Numa longo argumentação, Pinto Lima construiu a imagem de um ministério incompetente e apático na resolução das “duas magnas questões da atualidade” - as finanças, e a guerra -¹⁷⁹, e ao mesmo tempo destro na criação de condições que permitiriam que interferisse com sucesso nas eleições¹⁸⁰. Não seria outra a finalidade da demissão de presidentes de província de origem liberal e da nomeação de outros de origem conservadora. À pergunta de Ratisbona quanto à finalidade da nomeação de presidentes deputados antes do fim da sessão, Pinto Lima respondeu que essas nomeações seriam o pródromo da dissolução da Câmara¹⁸¹.

Entre as sete províncias que tiveram nomeação de novos presidentes, somente para Pernambuco fora designado um liberal. Ironizando a atitude do ministério, o orador indagou se ele “não encontrou no grande, no imenso Partido Liberal, quem fosse capaz e digno de administrar, em quadra tão melindrosa como a eleitoral, as diversas províncias do Império?”¹⁸²

Em seguida, acusou o ministério, auto-proclamado liberal, de querer matar esse partido:

¹⁷⁷ *Idem*, p. 182.

¹⁷⁸ *Idem, ibid.*

¹⁷⁹ Nestas duas questões, o governo “revela que não tem sistema e que não tem vida, ou sua existência é uma deplorável e constante oscilação entre o pró e o contra. (...)” (*Idem*, p. 184).

¹⁸⁰ *Idem, ibid.*

¹⁸¹ *Idem*, p. 185.

¹⁸² *Idem*, p. 187.

“Sr. presidente, o que observamos nós na nomeação de sete presidentes que se acaba de publicar, feita por um gabinete que se inculca liberalíssimo, mas que é liberal pelos mesmos títulos por que Cipião foi chamado o Africano, isto é, por ter conquistado e assolado a África? (*Apoiados.*) Do mesmo modo o ministério merece a denominação de liberal, porque todos os seus atos tendem a suplantar o Partido Liberal e, obcecado como vive pela ambição, pungido pela inveja, possuído de ódio, desejoso de abater os chefes mais proeminentes do Partido Liberal. (*Muitos apoiados.*) E diz: - Sou liberal. – Liberal, por quê? Porque pretendes matar o Partido Liberal? (*Muito bem.*)”¹⁸³

Sugerindo que as trocas de presidentes teriam resultado de conluio entre Saraiva e Olinda, Pinto Lima também questionou a atitude do gabinete, de agraciar funcionários que iria demitir logo em seguida¹⁸⁴, e ainda dirigiu-se também contra Nabuco; quando, ao recolocar no debate a questão quanto a *quem* rompeu a liga, perguntou, numa alusão a discurso do ministro da justiça: “Quem é o Saturno, que costuma devorar seus próprios filhos?”¹⁸⁵

Ao contrário dos partidários do gabinete liberal de Furtado, que mesmo apeados do poder na véspera apoiaram o ministério formado por seus adversários, por conta do momento delicado que o país atravessava, o gabinete Olinda “se retraiu no âmbito estreito dos interesses individuais, e, em vez de dar satisfação às grandes necessidades públicas, esgotou-se no trabalho insano e ímprobo de saciar paixões pessoais. (*Apoiados da oposição.*)”

O deputado assim descreveu esse “trabalho insano e ímprobo”:

“O que vimos então? Demissões acintosas, nomeações injustificáveis, reação por toda a parte, até em suas próprias fileiras! E isso quando, senhores? Quando o país inteiro se erguia majestoso como um só homem a depor no altar da pátria sua fortuna e sua vida! Diante deste espetáculo grandioso, para o qual, sem distinção,

¹⁸³ *Idem, ibid.*

¹⁸⁴ “Onde foi achar o atual gabinete essa nova teoria, inaugurada e praticada por ele, de condecorar e demitir ao mesmo tempo, como fez aos ex-presidentes do Rio Grande do Sul, da Bahia, e da estrada de ferro de D. Pedro II? /Os selvagens cobriam de flores as vítimas que deviam ser sacrificadas. Querirá imitá-los o atual ministério?/ Se esses funcionários não servem, por que se os agracia? Se merecem ser agraciados, por que se os demite? Não servem, por quê? Porque são liberais, sim; diga-se isso com franqueza; tenham ao menos essa virtude.” (*Idem*, p. 188).

¹⁸⁵ Em 23 de março, respondendo a discurso do dia anterior, do liberal José Bonifácio, foi que Nabuco usou a imagem retomada por Pinto Lima: “Sr. presidente, se é certo que a Câmara se acha dividida, como pareceu-me ontem, eu deploro este pronunciamento hostil de amigos contra amigos, esta oposição contra o terceiro ministério saído desta situação. Dir-se-á, senhores, que Saturno devora um a um seus próprios filhos (*apoiados*), que não há ministério possível. (*Muitos apoiados.*)” (Sessão em 23 de março de 1866. *Ob. cit.*, p. 75)

concorreram todos os partidos, qual era a missão do governo? De certo esquecer os ódios e rancores pessoais. Que fecundo exemplo se desenhara a seus olhos!”¹⁸⁶

Pinto Lima acreditava que não havia “divergências sérias de princípios”, que separassem liberais e conservadores da liga. Seu voto contra o gabinete resultaria da falta de lealdade deste “no cumprimento do seu programa quando nos afiançou a conservação do *status quo* (apoiados da oposição) no interior e a debelação da guerra no exterior.”¹⁸⁷

Outros liberais argumentaram no mesmo sentido, de apontar uma “reação” do ministério, que estaria, conforme Barros Barreto – o qual voltou imagem utilizada por Nabuco em 1862 contra o seu próprio grupo –, constituindo um novo *Uti possidetis*, em proveito de um novo grupo oficial”¹⁸⁸. O deputado Raiol, em 28 de junho, em debate sobre o orçamento da fazenda, afirmou que o Partido Liberal estava sendo “sacrificado pelo governo”¹⁸⁹. E José Ângelo, desafeto de Tavares Bastos, fez, em 3 de julho de 1866, discurso levantando os “abusos” e “infrações” de José Martins Pereira de Alencastro – que tinha acabado de ser nomeado presidente das Alagoas¹⁹⁰ –, quando ele ainda era presidente da província de Goiás. José Ângelo acusou a existência de uma intenção de “passar uma degolação completa” nos liberais da província, inclusive nele, a cuja eleição Alencastro levaria “explícita recomendação de opor-se”¹⁹¹.

Tratava-se, a “reação” progressista, de questão que estaria no cerne do debate sobre a resposta à Fala do Trono, no mês de julho de 1866, envolvendo deputados progressistas de origem liberal e conservadora. O que se pode apreender deste debate é que não havia unanimidade em nenhum dos dois grupos na avaliação da política do gabinete Olinda e, sobretudo, a respeito da responsabilidade pela falência da concretização da liga. Todavia, este fraturamento não deixa de demonstrar as habilidosas, e bem sucedidas manobras do grupo conservador moderado na condução do processo político. Os sucessos obtidos, contudo, só foram possíveis pelo apoio de alguns liberais.

O projeto de resposta entrou em discussão no dia 10, quando o liberal Brandão apresentou um substitutivo introduzido com uma fala de oposição desabrida: declarou estar

¹⁸⁶ Sessão em 22 de junho de 1866, p. 189.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 189-190.

¹⁸⁸ Sessão em 26 de junho de 1866, p. 216.

¹⁸⁹ Sessão em 28 de junho de 1866, p. 259.

¹⁹⁰ Sessão em 3 de julho de 1866, p. 22-23.

¹⁹¹ *Idem*, p. 40.

desiludido com a situação progressista, enxergando a impossibilidade da liga; condenou o comportamento do gabinete na condução da guerra e no tratamento das dificuldades financeiras e, por fim, retomou o problema já apontado por Raiol e Pinto Lima, afirmando ocorrer na província da Bahia uma reação contra os liberais, levada a cabo pelo progressista Dantas¹⁹².

Depois da defesa do ministério pelo liberal Aristides Lobo no dia seguinte, ao dizer que foram os liberais que romperam a situação, e que a administração Dantas na Bahia não tinha sido reatora¹⁹³, Tavares Belfort, liberal do Maranhão, em 18 de julho também discursou desistindo da Liga Progressista. Asseverou que o gabinete precisava se demitir, por causa das difíceis condições por que passava o país, as quais ele não estava enfrentando bem, em razão de ter como única finalidade a condução das eleições. Apontando neste sentido, Belfort examinou a destituição de Lafaiete e a nomeação de Souza Carvalho na província do Maranhão¹⁹⁴.

O deputado Horta de Araújo, antigo liberal que agora se aliava à fração conservadora da esfarrapada liga, fez, em 19 de julho, um arguto discurso de defesa dos conservadores moderados, apesar de deixar sem resposta as acusações referentes à “reação” política nas províncias. Apoiava o gabinete porque ele “tem bem servido à causa do país e ao Partido Liberal (*Apoiados e não apoiados.*)”¹⁹⁵.

Horta defendeu o gabinete das críticas quanto aos seus procedimentos na guerra, culpou a oposição pela “esterilidade da presente sessão”, de que tinha sido responsabilizado o governo, e devolveu para os opositoristas a acusação, que estes tinham feito ao ministério, de prejudicar os liberais genuínos, dizendo que a dissidência liberal, sim, causava “graves prejuízos, verdadeiros desserviços à idéia liberal”, ao se aliar aos “conservadores puros” na oposição¹⁹⁶. Além disso, Horta retomou a trajetória de alguns dos liberais que se diziam genuínos, mostrando não haver nela a coerência e pureza que eles propagandeavam: Urbano votara a favor da lei de 3 de dezembro e, em 1841 e 1842, se encontrava em oposição aos atuais aliados Teófilo Ottoni e Lopes Neto; num passado mais

¹⁹² Sessão em 10 de julho de 1866, p. 86-97.

¹⁹³ Sessão em 11 de julho de 1866, p. 108-111.

¹⁹⁴ Sessão em 18 de julho de 1866, p. 190.

¹⁹⁵ Sessão em 19 de julho de 1866, p. 199.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 200-201.

recente - em 1864 -, Martinho Campos era ministerial e Lopes Neto, Urbano e Godoy estavam em oposição. Também José Bonifácio teve seu caráter “histórico” questionado, ao serem apontadas contradições em seu comportamento político. Com essas incoerências dos liberais, Horta desmontava argumento deles, de que os progressistas estariam traindo os princípios liberais, que seriam resguardados pelos “genuínos”:

“Perguntarei agora, Sr. presidente: - em vista de todo esse procedimento contraditório dos nobres dissidentes, em vista de tudo que venho de referir e ponderar, podem os ilustres deputados contar com o bom êxito das questões nominais, ou de denominações de partido que hoje levantam para atacar e destruir uma situação que eles próprios formaram, e da qual se apartaram sem motivos razoáveis, sem causas conhecidas? Seria preciso que o país se achasse deploravelmente atrasado, e tomado da mais infantil credulidade.”¹⁹⁷

Em oposição ao ministério, falou o conservador Ferreira da Veiga, em 24 de julho de 1866, chamando a atenção para as divergências existentes no gabinete quanto à questão financeira, opondo especialmente Saraiva e Carrão, por um lado, e Ferraz por outro¹⁹⁸. A defesa, feita por Barbosa de Oliveira em 25 de julho, não foi publicada. E nesse mesmo dia Pinto Lima voltou à carga, num discurso que foi uma continuação do que proferiu em 22 de junho. Como tinha prometido naquela ocasião, o ex-ministro agora apreciaria “os fundamentos” da acusação segundo a qual a “responsabilidade da morte do partido progressista, da ruptura dessa liga que aqui se efetuara”, seria do ministério Furtado, e verificaria “a quem efetivamente cabe a responsabilidade desse acontecimento”¹⁹⁹. Como já tinha sugerido no discurso anterior, não era o gabinete Furtado o responsável por essa ruptura. Conforme diz com todas as letras, era Saraiva o responsável pela condenação do partido progressista, quando, em maio de 1865 [dia 26], declarara que “evitava a discussão, porque ela revelaria ao país que o partido progressista não possuía o *acordo* e a *harmonia* indispensáveis para dirigir os negócios públicos.”²⁰⁰ Segundo Pinto Lima, Saraiva não tinha bem explicado essa afirmação, que queria dizer que “a discussão entre o gabinete de que fiz parte e a Câmara acarretaria a morte do partido progressista”²⁰¹.

¹⁹⁷ *Idem*, p. 204.

¹⁹⁸ Sessão em 24 de julho de 1866, p. 234.

¹⁹⁹ Sessão em 25 de julho de 1866, p. 257.

²⁰⁰ *Idem*, *ibid.*

²⁰¹ *Idem*, p. 258.

Afirmando não enxergar os motivos que teriam levado à condenação do gabinete Furtado, Pinto Lima reiterou acusação de que o gabinete Olinda fora o responsável pela discórdia instaurada por toda a parte. O combate aos aliados liberais da véspera teria sido o movimento realizado por presidente “conservador moderado” na província da Bahia e em todo o Império²⁰². Na Bahia, sua província, as questões

“estão sendo resolvidas por este modo: perseguições a uns, patronato a outros; tudo se reduz a sentimentos pequeninos e ao modo como se há de montar a máquina eleitoral! É realmente doloroso o espetáculo que ali se está observando.”²⁰³

Contrapondo-se a Nabuco de Araújo, Pinto Lima considerou que “não há razão de ser” do “terceiro partido”. Somente existiriam Partido Liberal e Partido Conservador. A parte dos conservadores que se aproximou dos liberais “não tinha, certamente, a pretensão de absorver os liberais, e assim formar um terceiro partido”; pretendiam sim integrar efetivamente o grupo liberal. Discordando dos políticos do ministério reiterou: liberalismo e progressismo seriam uma mesma coisa:

“Esses conservadores – continua o deputado – destacando-se dos seus aliados, identificaram-se com os liberais, por julgarem que as suas idéias se aproximavam mais dos princípios do Partido Liberal. Dessa união, dessa identificação proveio o partido progressista, que importa o mesmo que Partido Liberal, como sucede presentemente em toda a parte.”²⁰⁴

Formulando esse entendimento da liga, Pinto Lima jogava o ministério num “beco sem saída”: não tinha apoio do Partido Conservador, e perdia também o do Partido Liberal. Se o ministério fosse liberal, como dizia, não existiriam tantos liberais se colocando em oposição a ele, quando essa oposição sabidamente “custa o fuzilamento de seus amigos nas províncias”; evidentemente “não fariam o seu protesto solene contra a política do gabinete se não atuasse em suas consciências o brado das mais profundas convicções. (*Apoiados.*)”²⁰⁵.

Sem apoio de conservadores nem de liberais, o terceiro partido aventado pelo ministério seria

²⁰² *Idem*, p. 260-261.

²⁰³ *Idem*, p. 267.

²⁰⁴ *Idem*, p. 261.

²⁰⁵ *Idem*, *ibid.*

“*Um beco sem saída, é um partido sem futuro, que não pode continuar; há de desaparecer no dia em que desaparecer este ministério que busca em vão criar uma situação artificial, galvanizar um cadáver!*”²⁰⁶

Tentando “galvanizar o cadáver”, o ministério ao mesmo tempo ateara “a discórdia entre os próprios amigos”, e “a história, imparcial e severa, o condenará; SS. EEx. mesmo, os atuais ministros, sentirão mais tarde o remorso de haver estragado uma situação que podia ser tão fecunda.”²⁰⁷

Ninguém respondeu às acusações de Pinto Lima, e o projeto de resposta à Fala do Trono foi aprovado, em 26 de julho de 1866. O gabinete, entretanto, se retirou logo a seguir, em 31 de julho. Isto aconteceu, conforme explicaria Paula Souza, em 6 de agosto, em razão das divergências entre ele e Carrão, em torno de projeto de Silveira da Motta relativo à “questão bancária”²⁰⁸.

O modo como o gabinete atuou no encaminhamento dessa questão também contribuiu para fortalecer a oposição que ele tinha na Câmara. Conforme vimos, em março o problema já era objeto de discurso acre por parte de José Bonifácio, a quem respondeu Tavares Bastos. Em maio, o problema se mostrava agravado, por conta do “estremecimento” provocado por um projeto apresentado por Carrão, ministro da fazenda que substituiu Dias de Carvalho, no intuito de resolver o problema.

Como explicou o deputado Fernandes Moreira, a questão remontava à crise de setembro de 1864²⁰⁹, contornada pelo gabinete Furtado através do curso forçado das notas

²⁰⁶ *Idem, ibid.*

²⁰⁷ *Idem*, p. 268.

²⁰⁸ Sessão em 6 de agosto de 1866, p. 8-12. O projeto Silveira da Motta previa uma alteração da “natureza” do Banco do Brasil, em que ele deixava de ser banco de circulação, e passava a ser um banco de descontos, de depósitos e hipotecário. Previa, ainda, o curso geral das notas do Banco do Brasil, e propunha uma medida que significava um empréstimo do banco ao governo: o primeiro cederia ao segundo a sua reserva metálica, e a das caixas filiais, e o governo pagaria esse valor, bem como o de outras dívidas suas, realizando ele próprio o resgate, no prazo de quatro anos, do valor correspondente de notas emitidas pelo banco (Ver exposição do autor do projeto no Senado, em *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Quarta sessão em 1866 da 12ª legislatura. v. III. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1866, p. 5-7).

²⁰⁹ A crise comercial de setembro foi referida como uma “catástrofe”, no relatório do ministro da fazenda Dias de Carvalho: “No dia 10 de setembro de 1864 presenciou a praça do Rio de Janeiro a crise mais formidável que se conhece nos fastos econômicos do Brasil. A suspensão dos pagamentos de um banqueiro, principal depositário dos capitais da população laboriosa (...) montando seus depósitos nesse dia a quatorze mil, e a igual soma suas contas correntes, deu origem a profundo pânico, em virtude do qual todos correram pressurosos a salvar as economias que haviam confiado aos diferentes bancos e banqueiros desta praça.” (CARVALHO, José Pedro Dias

do banco do Brasil e da “permissão de alargar a sua emissão para acudir às necessidades imperiosas do momento”. Dessas medidas do governo teria resultado uma grande elevação da emissão do banco - que subira de 25 para 45 mil contos -, e também da sua carteira, que se elevara de 35 mil para 68 mil contos, entre agosto de 1864 e setembro e outubro do mesmo ano. Tal carteira, constituída principalmente de títulos da lavoura - que afluíram ao banco quando este, instigado pelo governo, corria em auxílio dos banqueiros falidos ou privados de depósitos -, títulos que não se prestavam a liquidação rápida, trazia dificuldades para que o banco atuasse como banco de circulação, retraindo ou alargando sua emissão conforme “as necessidades comerciais do câmbio, etc., etc.” Diante dessa situação “verdadeiramente difícil”, Carrão, com a intenção de “aliviar os receios e sustos do comércio”, dera um “passo em falso”, apresentando números que aumentavam o temor público quanto à questão bancária. O ministro da fazenda também apresentara um projeto em abril de 1866 na Câmara, projeto que, segundo ainda Fernandes Moreira, tinha “todas as suas vistas e motivos” na “desconfiança levada ao último extremo”, pois estabelecia a fiscalização da emissão e das operações de desconto do banco por parte do governo:

“(…) Em relação a descontos, estabelece um fiscal com direito de pôr veto a todas as resoluções da diretoria, e no tocante à emissão, determina que seja assinada pelo tesouro, dando a suspeitar ao público que em matéria de emissão havia talvez abusos ou fraudes, o que nunca em tempo algum foi exprobrado ao banco.”²¹⁰

O projeto de Carrão também previa a substituição de notas do banco por notas do tesouro, o estabelecimento de um limite para a distribuição dos dividendos aos acionistas (7%), enquanto vigorasse o curso forçado, e a obrigação do banco resgatar semestralmente de 3 a 6% das notas em circulação²¹¹. Como informou o deputado Fernandes Moreira, o ministro, ao formular e apresentar essa sua proposta, teria provocado “geral estremecimento”, motivo pelo qual ela estava parada em comissão da Câmara, sem ter andamento nenhum. No plenário, a oposição se manifestou forte, como a de Martinho Campos, que, indignado com os procedimentos indicados pelo ministro, disse que “nunca o país registrou retratação mais completa e menos justificada do que aquela que o nobre

de. Proposta e relatório do ano de 1864 apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura. (Publicado em 1865). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Disponível em: <http://www.crljukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1546/000018.html>. Acesso em 25/05/03.)

²¹⁰ Sessão em 29 de maio de 1866, p. 240.

²¹¹ Sessão em 9 de abril de 1866, p. 75.

ministro da fazenda apresentou”²¹². Antes, o deputado já havia declarado que o “direito de propriedade é desrespeitado e ameaçado como jamais foi neste país, fértil dos clássicos abusos do arbítrio governamental.”²¹³

Houve manifestações contra o projeto também na praça de comércio da corte, e suspeitou-se de que Tavares Bastos estivesse envolvido em sua realização, como revela carta reservada de Silveira Lobo ao Marquês de Olinda. Não tem data, mas, pelo conteúdo, é certamente desses dias:

“Um amigo de muita confiança acaba de procurar-me para dizer-me o seguinte: - ‘Venho comunicar-lhe, que se está preparando uma manifestação de grandes proporções, para amanhã, na Praça, contra o Carrão e contra o governo. ‘Creio, disse ele, que um dos principais promotores é o Tavares Bastos (o negrófilo) pois sei que ele está metido nisso.’

Não sei se haverá em tudo isso alguma verdade. Entretanto, vou já entender-me com a deputação das Alagoas, para saber, com jeito, o que há, e fazê-la atuar se for verdade contra o Tavares Bastos.”²¹⁴

Não temos outros indícios de atuação de Bastos contra a política bancária de Carrão fora do parlamento. Na Câmara, porém, como vimos, apesar de defender uma política diferente da proposta pelo ministro da fazenda, falava em defesa do gabinete, num momento em que os liberais cerravam fileiras contra. Esta aparente contradição se explica pela circunstância de que, no interior do próprio ministério, havia defensores de uma política bancária diversa da proposta pelo ministro da fazenda. O desempenho parlamentar de Bastos não se restringia ao pronunciamento de acalorados discursos desqualificando os argumentos da oposição e enaltecendo as propostas de um “novo Partido Liberal”. Também atuou no sentido de aprovar com rapidez um projeto do ministro da Agricultura, Paula Souza, que se mostrava oposto ao do ministro da Fazenda. Ao invés de restringir, como previa este último, a proposta defendida por Bastos elevava a emissão do Banco do Brasil até 8.000:000\$ além do triplo do fundo disponível, e autorizava a emissão de até 4.000:000\$ em notas do tesouro dos valores de 1\$, 2\$, 5\$ e 10\$²¹⁵. Tavares Bastos fez

²¹² Sessão em 29 de maio de 1866, p. 247.

²¹³ Sessão em 17 de maio de 1866, p. 138.

²¹⁴ *Coleção Marquês de Olinda*. Arquivo do IHGB, Lata 207, pasta 75.

²¹⁵ Sessão em 11 de junho de 1866, p. 66.

requerimento, e a Câmara aprovou, urgência, com a dispensa da impressão, para que o projeto entrasse em discussão²¹⁶.

O projeto apresentado por Paula Souza sofreu grande oposição, tanto de liberais como de conservadores, os quais, entre outros argumentos, ressaltaram a contradição existente entre a proposta apresentada à Câmara em abril por Carrão e a que o ministro da Agricultura agora submetia à apreciação dos deputados: um estabelecia condições para frear, o outro acelerava a emissão do Banco do Brasil. Como é que um mesmo ministério podia apresentar-se diante dos deputados com proposições tão diversas? – perguntavam, indignados, os deputados opositoristas.

Também voltaram-se liberais e conservadores contra o argumento – que foi lançado para defender a medida - de que a apresentação do projeto visava socorrer a praça de comércio do Rio de Janeiro no enfrentamento da falta de trocos miúdos e da possível crise advinda da repercussão da “que pesa sobre a praça de Londres”²¹⁷. Esta última, como disse Carrão em discurso em que aparentou aceitar o projeto de Souza, já teria provocado problemas para o país, uma vez que, depois da chegada do pacote inglês trazendo notícias de “grande crise” em Londres, ficaram

“os nossos produtos de exportação quase sem cotação; as transações restringiram-se a um ponto extremo, casas comerciais de suma importância foram tomadas de extraordinária pressão, principalmente dois estabelecimentos bancários da categoria do banco Rural e Hipotecário e o banco Inglês, cujos sofrimentos foram tais que, Sr. presidente, se o governo não lançasse mão de um meio muito legal, se bem que indireto, para socorrer esses estabelecimentos, e mesmo não autorizasse o banco do Brasil a transpor a margem da sua emissão, a fim de favorecer a praça, já hoje teríamos de lamentar muitos desastres. (*Muitos apoiados.*)”²¹⁸

Segundo os partidários das medidas aventadas pelo projeto de Paula Souza, toda a praça do Rio demandava uma atitude do governo diante dessa crise. O deputado conservador Junqueira, contudo, sugeriu que o projeto atendia interesses parciais existentes nessa praça. Segundo o deputado, “meia dúzia” de homens pediria uma medida como essa, os mesmos que viriam depois lançar sobre o governo todos os males que essa emissão ilimitada de notas do banco há de acarretar ao país”²¹⁹.

²¹⁶ *Idem*, p. 67.

²¹⁷ São termos de Martinho Campos. Sessão em 12 de junho de 1866, p. 88.

²¹⁸ *Idem*, p. 94-95.

²¹⁹ *Idem*, p. 93.

Paula Souza, nos argumentos que desenvolveu em defesa de seu projeto, não descartou a existência de parcialidade no atendimento dos aflitos da praça, ao dizer que “interesses muito legítimos” foram atingidos pela repercussão da crise européia, interesses de casas bancárias, bancos “que até aqui viviam e têm vivido uma vida muito regular, administrando, mais ou menos, segundo a ciência e em seus verdadeiros interesses, seus fundos”. Entre essas casas em dificuldades, o ministro chegou a mencionar o Banco Inglês:

“Não é desconhecido de ninguém que o banco Inglês recorreu ao banco do Brasil para descontar diferentes efeitos comerciais muito solváveis, muito legítimos, muito dignos, muito bons, entre esses 800 a 900:000\$ de bilhetes do tesouro; mas o banco do Brasil, tendo esgotado todo o seu direito de emissão, não pôde aceitar esses títulos; e sendo o banco do Brasil o único produtor do instrumento de permuta da moeda-papel, ficou o banco Inglês na impossibilidade de satisfazer aos seus compromissos, aliás estando em magnífica posição financeira.”²²⁰

Não podendo o governo recusar-se a fazer o redesconto de seus bilhetes, só restava, segundo Paula Souza, a questão quanto a *quem* deveria emitir, se o próprio governo ou se o banco. Distinguindo entre moeda-papel, do banco, e papel-moeda, do governo, o ministro declarou preferir a primeira, porque, enquanto a nota do governo “é o representante de um valor que dificilmente ou nunca nele se realiza” – por conta das dificuldades dos governos que enveredam por esse caminho- , a moeda-papel do banco sempre se converteria, e “tem um prazo para isso”²²¹. Dentro desta lógica, a emissão bancária seria mais confiável.

Esse argumento, que apresentava o projeto como destinado a socorrer a praça em apuros foi, conforme vimos, atacado pela oposição. Esta afirmava que a emissão nova autorizada pelo projeto era irrisória; considerando que o banco já emitia mais de 5500 contos além do triplo do fundo disponível, a autorização para emitir 8 000 significava na prática permitir a emissão de mais 2000 e poucos contos, quantia muito pequena para as finalidades atribuídas ao projeto. Em virtude deste descompasso entre o argumento e o resultado efetivo da proposta é que ficaria claro, segundo os opositores, que o objetivo dela *não seria socorrer ninguém a não ser o próprio governo, que precisava no momento de recursos para fazer face ao déficit e às despesas de guerra*. Esta intenção revelar-se-ia na medida indicada na segunda parte do artigo 1º, em que se autorizava o banco para emitir “a quantia precisa para descontar bilhetes do tesouro”.

²²⁰ Sessão em 13 de junho de 1866, p. 111.

²²¹ *Idem*, p. 111-112.

Se o objetivo do governo fosse socorrer a praça, o que ele precisava fazer era pagar o que devia, declarou o deputado liberal Franco de Almeida, marcando bem a diferença do seu grupo em relação ao ministro Paula Souza, e revelando outro significativo ponto de discórdia entre os liberais que se aproximaram da Liga. Ao invés de emitir mais bilhetes do tesouro, a serem descontados por meio de novas notas do banco, o governo deveria ele próprio emitir papel e redescotar os seus bilhetes, que orçavam no valor de quarenta e tantos mil contos. Em contraposição a Paula Souza, o deputado afirmou que o papel do governo era preferível ao papel do banco, porque a garantia deste último residiria, no final das contas, no próprio governo:

“Pois haverá dúvida de que o comércio lícito, de que os interesses legítimos preferirão uma promessa, uma dívida do governo a uma promessa, a uma dívida de um banco que, por mais robustamente que esteja organizado, em última análise, a última garantia que tem é o próprio governo? De um banco que não paga suas notas, que são inconvertíveis? De um banco que vive à sombra do tesouro nacional, do governo?”²²²

Fundamentado por este raciocínio, Franco de Almeida chegou a mandar à mesa uma emenda, autorizando o tesouro a emitir 16 mil contos em notas para resgatar os seus bilhetes existentes na praça e no banco do Brasil²²³.

Respondendo ao argumento de Almeida de que o seu projeto destinaria quantia irrisória para o “socorro da praça”, o ministro Paula Souza argumentou retomando a idéia da parcialidade dos interesses a serem atendidos. No dia anterior, 13 de junho, em discussão direta com o próprio Franco de Almeida, o ministro já afirmara:

“Se o nobre deputado considerar que não tem por fim este socorro senão ajudar interesses legítimos muito especiais que se acham em embarços sérios mas transitórios; se lembrar-se da margem da segunda parte do mesmo artigo o nobre deputado verá que é mais que suficiente; mas considerando essa quantia como socorro a todos os casos e a todos os interesses que se acham embarçados e comprometidos, então sem dúvida seria irrisório (...) E porventura querer-se-á arvorar o governo em casa de seguros para socorrer todos esses interesses? Não, sem dúvida.”²²⁴

O projeto de Paula Souza foi retirado de discussão. Mas em 28 de junho, em levantamento de questão de ordem, pedindo urgência para debate da proposta que fora

²²² Sessão em 14 de junho de 1866, p. 124.

²²³ *Idem, ibid.*

²²⁴ Sessão em 13 de junho de 1866, p. 112.

apresentada por Carrão em abril, e que ainda não tinha sido posta em discussão, Franco de Almeida acusou o governo de atuar junto ao Banco do Brasil no sentido de favorecer o Banco Inglês, obrigando o primeiro a realizar para o segundo operações de desconto que eram, todavia, negadas para outras firmas. O ministro da Marinha e o de Estrangeiros se pronunciaram negando essa afirmação, mas Tavares Bastos, pelo que nos faz entender a transcrição da taquigrafia, deu um passo em falso, e acabou admitindo o benefício indicado por Franco de Almeida²²⁵.

Bastos não tinha pronunciado nenhum discurso defendendo o projeto de Paula Souza. Mas atuou todo o tempo no sentido de apressar as discussões e votações²²⁶.

Depois de todos os requerimentos de apressamento, o governo adotou, em terceira discussão, no mesmo dia 15 de junho, um procedimento que surpreendeu e provocou verdadeira ira na oposição. José Bonifácio iniciou o debate, argumentando contra o projeto²²⁷. Na seqüência, a inscrição para falar indicava Junqueira e Carvalho Reis, ambos contrários ao governo. Surpreendentemente, ninguém deste ou da maioria se inscreveu para defender a proposta, ficando a oposição sem escolha, a não ser falar sozinha ou calar-se. Os deputados inscritos se recusaram então a falar. Urbano também não apresentou novos argumentos, em adição aos formulados por José Bonifácio, porque o governo não respondera as críticas recebidas. Acusou o gabinete de desrespeitar a oposição, ao deixá-la falando sozinha²²⁸. Saraiva confirmou, em aparte, que o governo não queria mesmo mais debater²²⁹. O deputado Pedro Brandão, que discutiu com Saraiva em seguida, provocando tumulto na Câmara, também cedeu da palavra. Na sessão seguinte, em 18 de junho, o ministro Paula Souza, autor do projeto, pediu adiamento por 48 horas, que foi aprovado, depois dos pronunciamentos contrários de Martinho Campos, Ratisbona e Macedo.

²²⁵ Sessão em 28 de junho de 1866, p. 245.

²²⁶ Em 11 de junho, fez requerimento de urgência, e a Câmara aprovou, com a dispensa da impressão, para que o projeto entrasse em debate (Sessão em 11 de junho de 1866, p. 66). No dia 12, solicitou continuidade da discussão do projeto, depois de esgotado o tempo a ele destinado na ordem do dia (Sessão em 12 de junho de 1866, p. 92). Aprovado nessa data em 1ª discussão, Bastos, como informa a taquigrafia, “pede, e a Câmara consente na dispensa de interstício para o projeto entrar amanhã em 2ª discussão” (*Idem*, p. 102). No dia 15, o deputado alagoano pediu encerramento da 2ª discussão, e a dispensa do interstício, para a passagem da proposta a 3ª discussão, bem como o começo imediato desta última (Sessão em 15 de junho de 1866, p. 135).

²²⁷ Sessão em 15 de junho de 1866, p. 135-139.

²²⁸ *Idem*, p. 140.

²²⁹ *Idem, ibid.*

Adiado, o projeto não voltou mais à discussão. Esse fracasso no encaminhamento das medidas consignadas no projeto de Paula Souza, e também o cancelamento do debate do projeto Carrão foram lidos pelos opositores como falta de ação do governo. Mas não se tratava de inércia a indefinição da política bancária governamental. Ela era mesmo motivada pelas divergências entre os dois ministros. Paula Souza expressamente o declarou, depois da exoneração do gabinete Olinda. Em 6 de agosto, antes de Zacarias expor o programa do novo ministério, Paula Souza atribuiu às discordâncias entre ele e Carrão a crise que redundou na queda do gabinete. Por ocasião do debate de projeto de reforma bancária apresentado por Silveira da Motta em 03 de julho, no Senado, as divergências entre Souza e Carrão mostraram-se incontornáveis, circunstância que teria levado Paula Souza, com a opinião vencida no conselho de ministros, a solicitar a própria exoneração, desencadeando também as demissões de Nabuco e Silveira Lobo. Para o ex-ministro da agricultura, o projeto Carrão seria inaceitável porque não providenciava recursos para o governo financiar a guerra, e promovia a emissão de papel-moeda, isto é, papel do governo²³⁰. Diferentemente, a proposta de Silveira da Motta, apesar de não indicar as providências que seriam as mais desejáveis (as quais implicariam a manutenção do direito de emissão do banco), melhorava, contudo, a situação do meio circulante, e indicava o “remédio de que precisa” o tesouro nacional, uma vez que previa empréstimo do banco ao governo²³¹.

A intensidade da divergência entre os dois integrantes do gabinete Olinda pode ser percebida pela “retificação” que Carrão fez logo a seguir da exposição do ex-ministro da agricultura. Ele defendeu-se dos ataques que Paula Souza lhe endereçara, e o acusou de ter provocado uma representação da praça do comércio contra a proposta que apresentou em nome do gabinete de 12 de maio. E afirmou que não se devia, ao contrário do que fazia Paula Souza, vincular a questão do banco do Brasil à obtenção de recursos para a guerra. Os recursos, disse ele, o governo certamente os acharia no país. A questão do banco deveria ser tratada em separado:

“(…) é preciso que não se desloque a questão: é preciso que não se vá procurar os motivos das dificuldades onde não existem; é preciso que se trate a questão como ela é, isto é, a reforma do banco como reforma do banco; e distintamente a questão

²³⁰ Sessão em 6 de agosto de 1866, p. 8-11.

²³¹ *Idem*, p. 10. Sobre o projeto Silveira da Motta, ver nota 208, neste mesmo capítulo.

da criação de recursos para o tesouro. Para isto entendo que o Brasil tem recursos, e Deus nos livre que os não tivesse.”²³²

Mas Carrão também revelou outras discordâncias expressivas existentes dentro do ministério, especialmente entre Olinda e o ex-ministro da Justiça, Nabuco de Araújo, as quais vinham confirmar a inviabilidade de sua sustentação e permanência. Neste sentido, pronunciamentos deste último eram definitivos já que “por duas vezes em conferência muito solenemente declarou que não faria a eleição geral com o nobre presidente do conselho”²³³.

4. Navegação e imigração *yankees*

Tavares Bastos, líder do gabinete na Câmara, foi suspeito de atuar contra Carrão fora do parlamento. E trabalhou visivelmente no sentido de aprovar, e de modo rápido, projeto de Paula Souza relativo à questão bancária. Este último ministro e o deputado alagoano se mostraram muito próximos ainda no encaminhamento de medidas de abertura da cabotagem e da linha de navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos, bem como na promoção da imigração de norte-americanos para o Brasil²³⁴.

Vimos, em correspondência de Bastos, o relato da aprovação em duas discussões realizadas em 1864 na Câmara, de projeto autorizando subvenção por parte do governo brasileiro a uma companhia que fizesse a linha de navegação a vapor entre o Brasil e os Estados Unidos. Em 19 de maio de 1865, a medida foi aprovada em 3ª discussão, após breves discursos de apoio do ministro da Marinha e de oposição por parte do conservador Viriato²³⁵. O encaminhamento do projeto se deparou com resistências dos ingleses e do visconde de Itaboraí no Senado, conforme disse Bastos em carta a Nabuco de Araújo, em 12 de junho de 1865: “O projeto está em perigo. Os ingleses trabalham contra, é o que me dizem. O Itaboraí conta poder adiar o negócio.”²³⁶ Indignado com “tanto barulho por tão

²³² *Idem*, p. 12.

²³³ *Idem*, p. 11-12.

²³⁴ Essa proximidade em relação ao ministro Paula Souza se faz perceber também na circunstância de que o deputado foi indicado para diretor geral do ministério, cargo que se recusou a assumir (Bastos, A. C. Tavares. “Memórias políticas de Tavares Bastos”. *Jornal do Commercio*, p. 2).

²³⁵ Sessão em 19 de maio de 1865, p. 45-46.

²³⁶ *Coleção Senador Nabuco*, IHGB, Lata 362, pasta 61.

pequena coisa!”, Bastos pediu a Nabuco diligências no sentido de promover a aprovação da proposta:

“Valha-nos, Sr. Conselheiro Nabuco: digno-se V. Ex. fazer que o Ferraz deixe o arsenal por um instante, e vá votar. O Sr. José Pedro já está livre amanhã, porque hoje votamos a lei do orçamento com todas as emendas do senado, e mais se houvera.

V. Ex. poderia escrever ao Ferraz.”

Na seqüência, fica claro que Bastos, bem como o ministro Nabuco de Araújo, nesse momento, efetivamente trabalhavam a favor da *United States and Brazil Mail Steamship Co.*, empresa norte-americana que estava em vias de vencer a disputa da subvenção do governo dos Estados Unidos para a linha de navegação com o Brasil, contra outras concorrentes, especialmente contra a companhia do diplomata James Watson Webb, cuja ligação com Bastos exploramos no capítulo anterior. Esta ligação agora existente entre Bastos e Nabuco de Araújo com esta companhia americana (também referenciada por Fletcher, outro contato de Bastos, conforme já vimos) pode ser inferida pela menção feita a um personagem (em carta que abordaremos um pouco mais adiante), agente daquela empresa no Brasil:

“O Sr. Arango me pede que envie a V. Ex. este folheto onde se encontram dados estatísticos de muito valor, quanto ao comércio dos Estados Unidos com as potências da América, e informações sobre o aumento do comércio francês e inglês depois das linhas de paquetes.”²³⁷

O projeto e a companhia foram insistentemente defendidos por Nabuco de Araújo no Senado, nas três discussões que se desenrolaram entre 8 e 17 de junho de 1865. Contra, falaram os conservadores Pimenta Bueno, Cândido Borges, o barão de Muritiba e o visconde de Itaboraí, e também o “progressista” Dantas, futuro ministro da Agricultura do gabinete Zacarias²³⁸. Apesar da desenvoltura dos ataques ao projeto, ele foi, no entanto, aprovado no Senado em 17 de junho de 65, obtendo em 3ª discussão 23 votos contra 11, e transformando-se na lei de 28 de junho de 1865:

²³⁷ *Idem*. Esta carta foi publicada em BASTOS, Aureliano Cândido T. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional* (p. 74), mas o nome do agente da companhia norte-americana, Arango, foi transcrito como Araújo, erro que oculta o vínculo de Bastos com a empresa.

²³⁸ Para as discussões desse projeto no Senado, ver *Annaes do Senado do Império do Brasil*. Terceira Sessão em 1865 da 12ª legislatura. v. II (1º a 30 de junho). Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1865, p. 44-49; 67-78, 96-101, 108-110 e p. 39-40 do Apêndice.

“O governo fica autorizado a conceder uma subvenção anual, que não exceda a quantia de 200:000\$, durante dez anos, à companhia ou empresário que contratar com o governo dos Estados Unidos uma linha mensal de barcos a vapor, em número suficiente para efetuar doze viagens redondas por ano, entre um dos portos dos Estados Unidos e o Rio de Janeiro, tocando em Belém, Pernambuco e Bahia, e em outros quaisquer portos intermediários conforme parecer conveniente.”²³⁹

Não é possível saber, a partir da documentação disponível, exatamente por intermédio de quem se estabeleceu a relação de Bastos com J. Navarro, presidente da *United States and Brazil Mail Steamship Co.*, mas foi este quem lhe escreveu, em 7 de julho de 1865, agradecendo “os valiosos favores, o alto apoio, a decidida simpatia que V. Excia. tem mostrado pela nossa Empresa para o estabelecimento do serviço postal de vapores entre esse Império e estes Estados”. Tudo isso importava “não só um dever sagrado de gratidão para com V. Excia. como também aquele de transmitir-lhe todas as informações do que se passa aqui a respeito da mesma”²⁴⁰. Navarro informava Bastos sobre os acontecimentos referentes ao contrato, obtido pela empresa junto ao governo dos Estados Unidos, e aos embaraços que as concorrentes estariam procurando impor à sua efetivação. Por conta de intrigas dessas concorrentes, teria havido nova chamada para propostas de empresas para a realização da linha, mas impunham-se duas condições, que praticamente inviabilizariam o aparecimento de concorrentes efetivas, no caso de invalidação da primeira concessão: a primeira condição consistiria em que as propostas seriam abertas no dia 28 de agosto, e o contrato deveria ser executado em 1º de setembro de 1865; a segunda condição seria que o concorrente deveria apresentar a anuência do governo do Império do Brasil. Navarro esperava que tal concessão fosse levada a Nova York por um agente seu no Brasil: o Sr. Arango. Se este trouxesse “como esperamos, a dita concessão, nós seremos os únicos, vistas as condições exigidas, que poderemos apresentar-nos ao apelo e obter a concessão do contrato, dado o caso em que a primeira concessão seja invalidada.”²⁴¹

Expressas as expectativas em que se encontrava a empresa nos Estados Unidos, Navarro alertou Bastos sobre a possibilidade de repetição, no Brasil, das intrigas de adversários que dificultassem, ou mesmo impedissem o consentimento do contrato por

²³⁹ Citada pelo deputado Raiol, na sessão da câmara de 18 de julho de 1866, p. 177.

²⁴⁰ *Coleção Tavares Bastos*, 10.03.32, 004.

²⁴¹ *Idem*, 10.03.32, 004, p. 2.

parte do governo brasileiro à sua companhia; contra tais intrigas, declarou contar com a continuação do apoio do deputado:

“Tendo nós a honra de considerar a V. Excia. um de nossos melhores amigos e defensores, ousamos continuar a contar sobre o seu muito valioso apoio e grande influência, não só para afastar os embaraços que pudessem aí surgir, como para fazer-nos sustentar pelo seu nobre e digno governo para com o governo destes Estados.”²⁴²

Na seqüência, era mencionado o dinheiro gasto e que a empresa tinha a disposição de gastar:

“A nossa Companhia já tem gasto mais de um milhão de dólares aprontando os vapores destinados ao serviço, e chegado que seja o Sr. Arango, com a Concessão do Governo Imperial, despacharemos no tempo marcado – em setembro – o primeiro vapor. Esforços e despesas não se pouparão para que a linha preencha cabalmente o seu fim e dê sempre a maior satisfação a seus dignos protetores.”²⁴³

A companhia presidida por Navarro obteve o contrato aprovado por decreto 3.613 de 17 de fevereiro de 1866, assinado pelo ministro da agricultura, comércio e obras públicas do gabinete Olinda, Paula Souza²⁴⁴. Esse contrato, ressaltou o deputado Raiol, em 18 de julho de 1866, infringia a lei que autorizava a subvenção, de um modo que seria lesivo à província do Pará, ao estabelecer a seguinte cláusula: “poderá a companhia durante o primeiro ano do contrato deixar de tocar no porto do Pará nas viagens 2^a, 4^a, 6^a, 8^a, 10^a e 12^a.”²⁴⁵

Apoiado por Tavares Bastos, Paula Souza se defendeu, dizendo que as escalas designadas na lei eram apenas indicações, não constituindo roteiro obrigatório. Apesar disso, teria exigido da companhia que tocasse constantemente no Pará, mas acabou tendo que ceder ao argumento de que era desconhecido o regime das águas da região, desconhecimento que dificultaria materialmente o

“sujeitar-se a um número de dias dado para chegar ao Rio de Janeiro, devendo constantemente tocar no Pará; sem este prévio conhecimento das correntes daquelas águas e do modo como elas se comportam, exigia um número de dias tal que me pareceu mais desvantajoso ao comércio do que, no primeiro ano, tocar

²⁴² *Idem*, 10.03.32, 004, p. 2-3.

²⁴³ *Idem*, 10.03.32, 004, p. 3.

²⁴⁴ Como nos informa o opositor desse contrato, Raiol, na Sessão de 18 de julho de 1866, p. 177.

²⁴⁵ *Idem, ibid.*

constantemente no porto do Pará com maior espaço de dias, ou com maior demora.”²⁴⁶

As falas do deputado e do ministro não conseguiram minimizar a importância dos vínculos existentes entre eles e a empresa norte-americana que obteve a concessão da linha Rio - Nova Iorque. Tal vínculo far-se-ia visível também no encaminhamento de medidas conducentes à promoção de imigração de norte-americanos para o Brasil.

Em 10 de agosto de 1866, Paula Souza, respondendo a interpelação de Cristiano Ottoni, reforçada por Rodrigues Junior, prestou esclarecimentos quanto às incumbências de Quintino Bocaiúva, que tinha supostamente sido enviado pela Sociedade Internacional de Imigração²⁴⁷ aos Estados Unidos. Tavares Bastos então tinha dito que era “inexata” essa informação, mas Cristiano insistiu em saber se o enviado levava incumbências do governo. Instado novamente por Rodrigues Junior, um mês depois, Paula Souza assegurou que não era delegado do governo, “e sim um preposto da companhia de navegação que fez um novo contrato com o governo, aproveitando-se o governo da ida desse agente da companhia para incumbi-lo lá de certos estudos.” Mais adiante, deu explicações mais vagarosas sobre esse agente, de um modo em que ficou reforçada a impressão de promiscuidade entre membros do governo e a empresa de navegação:

“A companhia United States and Brazil Steam Ship contratou ultimamente com o governo o transporte de todos os que quisessem emigrar dos Estados Unidos para o Brasil por um preço mínimo em relação àquele que ela cobrasse de outros, correspondendo pouco mais ou menos a 120\$ por emigrante para o Rio de Janeiro, a 58\$ para o Pará, e a outros valores para diferentes portos do Império. Propôs ela ao governo a nomeação de um homem que, merecendo a confiança do governo, velasse na execução das condições exigidas naquele contrato, e apontou a pessoa do Sr. Quintino Bocaiúva. A este nome ocorreu-me a idéia de utilizar-me de

²⁴⁶ Sessão em 26 de julho de 1866, p. 278.

²⁴⁷ Sessão em 12 de julho de 1866, p. 130. Ch. Quentin, que afirmou ter sido professor por 6 anos no Rio de Janeiro, em carta a L. A. Chameroozow de 30 de agosto de 1867, descreveu a fundação dessa sociedade: “(...) L’initiative est venue des commerçants de Rio de Janeiro; vous savez qu’au Brésil la liberté de la presse et le droit de réunion existent et se pratiquent tous les jours; il y a des *meetings* publics sans autorisation préalable.

Une centaine d’habitants se sont rassemblés à la Chambre du Commerce, et ont fondé cette société. Dans la discussion publique, le ministre de l’agriculture, M. Paula Souza, (il est mort il y a quelques mois) a pris la parole pour adhérer sans restriction au projet de programme qui contenait cette déclaration abolitionniste. Cette société fonctionne et fournit à l’immigrant à son arrivée au Brésil des ressources et des renseignements utiles. Je ne vous étonnerai pas, Monsieur, en ajoutant que M. Tavares Bastos a été l’un des fondateurs et l’un des plus ardents propagateurs de cette société.” (Carta que se encontra entre os manuscritos da *Coleção Tavares Bastos*, 10.03.32, 016, p. 5-6)

sua estada na América inglesa para incumbi-lo de uma certa ordem de estudos que reputo importantes para o nosso país.

O SR. SOUTO: - É um cidadão muito digno.

O SR. PAULA SOUZA: - Sem dúvida alguma.

O Sr. Quintino Bocaiúva é empregado da companhia, é pago por ela, nada tem de comum com o governo em relação à emigração ou à colonização; a ele, repito, incumbi apenas, e depois de indicado pelo agente da companhia, de certos estudos que se resumem em três questões (...) Eis o que houve a respeito desta questão. Por este trabalho mandei-lhe dar uma retribuição por uma só vez. Mas, repito, não foi por mim mandado com tal comissão, só depois de apresentado pelo gerente da companhia é que lembrei-me de dar-lhe essa comissão.²⁴⁸

Tais explicações não foram contestadas na Câmara, mas é possível que tenham sido apenas forjadas para calar a oposição, não correspondendo às circunstâncias efetivas de envio de Bocaiúva aos Estados Unidos. É a essa hipótese que nos leva o modo como Tavares Bastos arranhou um recorte dessa parte do discurso do ministro Paula Souza em seus papéis: escreveu, acima do recorte da publicação do trecho do discurso, que colou em um papel, uma indicação de que aquela passagem conteria a “explicação dada”²⁴⁹. Qual seria exatamente a explicação efetiva, seus papéis não nos permitem alcançar. Mas as fontes citadas não desmancham as suposições levantadas pelo discurso da oposição. Ainda mais quando se considera que Bocaiúva, que no discurso de Paula Souza aparecia como empregado da companhia de navegação, também era, juntamente com Bastos, membro da diretoria da Sociedade Internacional de Imigração, e defendia a promoção da imigração de norte-americanos no jornal *Diário do Rio*²⁵⁰.

A tentativa de favorecimento da companhia de navegação norte-americana pode ser vista em outras medidas, tais como a prevista em projeto de Bastos sobre a cabotagem, discutido em 1866, autorizando navios estrangeiros a levar mercadorias a portos não habilitados – isto é, em que não se pagavam direitos alfandegários – desde que transportassem imigrantes²⁵¹. Essa medida, que possibilitaria à companhia estrangeira gozar de isenção de impostos, associada à subvenção paga para a realização da navegação entre

²⁴⁸ Sessão em 10 de agosto de 1866, p. 40-41.

²⁴⁹ *Coleção Tavares Bastos*, 11.01.011, p. 51.

²⁵⁰ ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários norte-americanos: análise de uma colônia*. Dissertação de mestrado. Campinas, 2000, p. 44.

²⁵¹ Sessão em 29 de agosto de 1866, p. 158.

os Estados Unidos e o Brasil, tornaria, como ressaltou Alessandra Zorzetto, a imigração norte-americana um negócio bastante lucrativo.²⁵²

O desempenho de Bastos no incentivo à imigração, inclusive com o apoio da diretoria de uma sociedade voltada a esse fim, significava um desdobramento de sua atuação na questão da mão-de-obra para a lavoura, a qual estava relacionada, desde a apresentação das *Cartas do solitário*, ao problema do tráfico e dos emancipados.

O posicionamento que, em 1861, Bastos tomou em relação ao tráfico e aos africanos emancipados se identificava, conforme vimos, ao adotado pelo governo britânico, ao qual o deputado não se mostrava econômico em elogios. Quatro anos mais tarde, em 1865, momento em que o próprio ministro britânico William D. Christie instrumentaliza textos de Bastos na Inglaterra, este último revelava, conforme também já vimos, uma mudança de posição²⁵³, questionando as pressões do governo britânico sobre o brasileiro, no que tangia à “questão servil”. Tal modificação, ao que parece, tinha apenas motivos políticos imediatos. Por duas razões, Bastos não podia se mostrar, agora, favorável ao governo inglês. Em primeiro lugar, em virtude do rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a ocorrência de eventos que demonstraram a arrogância da legação britânica no Rio de Janeiro. Em segundo, pelo fato de não ser mais oposição ao governo (conforme ocorrera quando da publicação das *Cartas*); nesta outra circunstância (1865)

²⁵² ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Ob. cit.*, p. 46.

²⁵³ Christie assinalou uma mudança semelhante no posicionamento de Francisco Otaviano quanto ao modo como o governo inglês agia em relação ao brasileiro. Primeiramente, Christie se valeu de trecho de artigo de Otaviano que também foi citado por Tavares Bastos, publicado entre 13 e 15 de julho de 1862, em que o autor considerava cordial a atuação da legação inglesa no Brasil (CHRISTIE, W. D. *Notes on brazilian questions*, p. XX e p. 16).

Citando esse artigo, para reforçar a idéia de que o governo britânico ter-se-ia dirigido ao governo brasileiro num tom conciliatório, Christie não deixou de observar, em nota de rodapé, a mudança de Otaviano, dois anos depois: “As this goes through the press, I receive an article in the same Brazilian newspaper by the same writer, September 8, 1864, relating the most recent proceedings of the Brazilian government for emancipation of free Africans, stating that in the previous seven months while Senhor Zacarias was minister [esse gabinete Zacarias datava de 15 de janeiro de 1864], 848 letters of emancipation had been given, - about as many as had been given in the preceding ten years. The writer ascribes the little done in the preceding ten years to ‘the pride and inconvenient language of uncourteous English Ministers’; he refers to his article of 1862 mentioned in the text, but seems to forget that he there praised the courteous tone of my notes, which, like Sir James Hudson’s, were unavailing.” (*Notes on brazilian questions*, p. 16)

apoiava a administração do gabinete Olinda. Quanto à substância da “questão servil” em si, não se nota modificação da postura do deputado. Em passagem já citada de carta de 1865, ao secretário da *British and Foreign Anti-Slavery Society*, pedia ajuda à Inglaterra na realização de medida que interessava ao próprio governo daquele país.

Nessa carta a Chameroozow, Bastos revelou a mesma prudência declarada nas *Cartas do solitário*. Comentou proposta que teria sido feita pelo visconde de Jequitinhonha no senado - de abolição sem indenização, no final de 10 anos para os escravos de mais de 25 anos, e no fim de 15 anos para os mais novos -, dizendo ter sido uma medida que não foi nem discutida nem adotada, mas que provocou “une sensation très vive”. Por isso, mereceria censura:

“Il est bien certain que les dispositions formulées par M. de Jequitinhonha n’avaient point été proposées avec l’espérance qu’elles seraient immédiatement adoptées. Elles sont la négation absolue du passé, elles ne tiennent pas compte du fait actuel et sacrifient le présent à l’avenir. Elles ont le caractère inexorable d’un châtement fatal. *Elles repoussent la modération et aiguissent un débat de lui-même extrêmement irritant.*”²⁵⁴

Do mesmo modo que não se nota modificação substancial no posicionamento de Bastos em relação à escravidão, ele continuava a defender a promoção da imigração, não somente em textos, mas também em sua prática, com uma ativa participação da diretoria da Sociedade Internacional de Imigração, organizada por iniciativa de comerciantes brasileiros e estrangeiros da praça do Rio de Janeiro, com o apoio do ministro da agricultura, Paula Souza. Conforme Alessandra Ferreira Zorzetto, foram 150 os “acionistas inscritos na primeira chamada para a organização daquela sociedade”, entre os quais “encontramos 131 estrangeiros exercendo as funções de banqueiros, diretores de bancos, agentes de companhias de seguro, gerentes e proprietários de companhias de navegação, acionistas e organizadores de estradas de ferro, contadores públicos, comissários de importação e exportação, advogados e editores dos três principais jornais cariocas”²⁵⁵.

Presidida pelo comerciante Caetano Furquim de Almeida²⁵⁶, essa sociedade propunha-se, conforme os seus estatutos:

²⁵⁴ *Coleção Tavares Bastos*, 10.03.31,48, p. 11-12; itálico nosso.

²⁵⁵ ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Ob. cit.*, p. 42.

²⁵⁶ Bastos, em um dos seus apontamentos manuscritos, referiu-se a Furquim de Almeida como “um dos grandes chefes do grande comércio brasileiro nesta cidade” (*Coleção Tavares Bastos*, 10.03.31, 048, p. 20). Alessandra Zorzetto aponta com mais detalhes as atividades desse diretor da Sociedade:

“Facilitar aos imigrantes o seu estabelecimento no território do Brasil, encaminhá-los, protegê-los e remover os embaraços com que lutarem.

Coadjuvar os mesmos nas suas relações com as autoridades e assistir-lhes perante os tribunais.

Acompanhar a marcha dos núcleos coloniais existentes no Império, indagar das suas necessidades, estudar os vícios do seu regime, e diligenciar a adoção de medidas adequadas.

Discutir as causas que contrariam a imigração para o Brasil, e empenhar-se na remoção desses obstáculos.”²⁵⁷

Tais compromissos estatutários, contudo, foram, segundo artigo do *Jornal do Comércio* de 22 de março de 1867, esquecidos, tendo a Sociedade se entregado toda aos “futuros imigrantes” norte-americanos, cuja vinda o governo brasileiro tentou promover por meio de “dispendiosas agências e subvenções”²⁵⁸.

Foi essa sociedade uma organização de existência curta, encerrando suas atividades um ano após a sua fundação²⁵⁹. No primeiro relatório anual do presidente da diretoria, datado de 16 de março de 1867, já era apontada a possibilidade de sua dissolução, em virtude da dificuldade de angariar recursos, os quais deveriam provir principalmente da anuidade de 24\$000 a ser cobrada dos sócios²⁶⁰. Da prestação de contas assinada por Fernando Augusto da Rocha, consta que foram inscritos 343 sócios, mas somente 285 “satisfizeram a anuidade”, e somente 220 imigrantes foram recebidos do sul do Estados Unidos.

“Entre os diretores eleitos, o presidente era Caetano Furquim de Almeida que era tesoureiro da Praça do Comércio. Furquim era sócio em duas casas de comercialização de café e produtos nacionais no Rio de Janeiro: uma em sociedade com seu sogro e uma com seu genro. Estas sociedades haviam se iniciado em fins de 1850, quando eles organizaram o Banco de Comércio e Agrícola de Vassouras auxiliando o financiamento às lavouras de café da região. No mesmo período, Furquim presidiu uma comissão que pleiteava a concessão imperial para a construção de ramais da estrada de ferro D. Pedro II, para a região comercial de Vassouras, a qual auxiliaria seus familiares e amigos no escoamento dos gêneros agrícolas até a corte e o mercado internacional. Apesar de não conseguir a concessão, manteve-se ligado à construção férrea fluminense pelo menos até a década de 1870. Extremamente imbricado na associação comercial carioca, chegou a ter seu nome cogitado para o Ministério da Fazenda durante a crise financeira do início de 1866, apoiado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Antônio Saraiva.” (ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Ob. cit.*, p. 43).

²⁵⁷ *Sociedade internacional de imigração. Relatório da Annual da Directoria*. n. 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1867, p. 2.

²⁵⁸ Recorte encontrado na *Coleção Tavares Bastos*, códice 13.01.007, p. 6.

²⁵⁹ ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Ob. cit.*, p. 61.

²⁶⁰ *Sociedade internacional de imigração. Relatório da Directoria*, p. 4.

Juntamente com esse relatório, foi publicada uma Memória, intitulada “Reflexões sobre a imigração”, redigida por Tavares Bastos, por incumbência da diretoria, texto que visava vulgarizar o estudo das principais questões referentes à imigração²⁶¹.

Nessas reflexões, que foram mais tarde publicadas juntamente com o panfleto “Os males do presente e as esperanças do futuro”, Bastos retomou a mesma idéia, defendida nas *Cartas do solitário*, de que o tráfico de africanos seria um obstáculo para a imigração. Valendo-se do exemplo dos estados do sul da União Americana, Bastos afirmou que a *imigração não é incompatível com a existência da escravidão*. O próprio Brasil, “que tem escravos por toda a parte, vai lentamente atraindo alguns estrangeiros”²⁶², numa média anual, de 1855 a 1862, de 15061 imigrantes²⁶³. O que seria incompatível com a imigração seria o tráfico:

“(...) Com efeito, de 1840 a 1847 desembarcaram nas costas do Império cerca de... 221000 negros, segundo os dados da *Anti-slavery society*, confirmados pelo nosso ministro de estrangeiros em 1850. Houve ano em que o algarismo subiu a 57.800, e a média anual desse funesto e horroroso período da nossa história foi de 27.725, número muito maior que o dos imigrantes europeus no período de 1855 a 1862, posterior à extinção do tráfico.

Antes dessa tardia medida de repressão do odioso tráfico, a emigração livre para o Brasil era insignificante; os nossos núcleos coloniais, alguns aliás de antiga data, vegetavam apenas (...)”²⁶⁴

Bastos admitiu que a escravidão nas cidades impediria ao imigrante acesso ao trabalho e ao salário que nelas encontraria facilmente²⁶⁵, mas diminuiu a importância desse fator, apontando, através da citação da obra *L’émigration européenne*, de A. Legoyt, outras causas que desviariam a corrente da imigração para o Brasil: a carestia do transporte, a diferença de clima, costumes e “meios de vida”, os direitos elevados que dificultariam o comércio exterior, e a falta de meios de comunicação adequados, insuficiência que dificultaria as “permutas no interior”²⁶⁶.

²⁶¹ *Idem, ibid.*

²⁶² BASTOS, A. C. Tavares. Memória sobre imigração. In: _____. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. Estudos brasileiros, p. 64.

²⁶³ *Idem*, p. 61.

²⁶⁴ *Idem*, p. 64.

²⁶⁵ *Idem*, p. 66.

²⁶⁶ *Idem*, p. 66-67.

Nas *Cartas do solitário*, Tavares Bastos tinha apontado a Irlanda, a Inglaterra e a Alemanha como possíveis fontes de imigrantes²⁶⁷. Agora, em 1867, defendia a intervenção do governo²⁶⁸ na promoção da imigração especialmente de norte-americanos insatisfeitos com a situação política dos Estados Unidos. Neste sentido, Bastos elogiou a promoção da imigração por Paula Souza, ministro da Agricultura e Obras Públicas, que determinou o pagamento das passagens de norte-americanos nos paquetes da *United States and Brazil Mail Steamship Co*, companhia que recebia subvenção para fazer a linha entre o Rio e Nova Iorque²⁶⁹. Também considerou de modo positivo a política definida por Dantas, ministro da

²⁶⁷ *Cartas do solitário*, p. 90. Parece inusitada a proposta de promoção da imigração irlandesa, tendo-se em conta a ausência de menção a imigrantes dessa nacionalidade nos estudos sobre imigração para o Brasil. Entretanto, se a imigração de irlandeses não foi significativa, não deixou, entretanto, de figurar como projeto – dos ingleses e de deputados progressistas no Brasil – no período em que escreveu Tavares Bastos. Quase três anos após a publicação das *Cartas*, o deputado Salustiano Souto, que se declarou eleito pelo partido progressista, afirmou no debate sobre o Orçamento da Agricultura, em 28 de maio de 1864, que o Brasil errara ao não saber aproveitar o estímulo que o governo inglês dava à imigração irlandesa, meio através do qual “se tem ali diminuído o número de pobres” (Sessão 28 de maio de 1864, p. 225).

A questão da imigração irlandesa para o Brasil se encontra também nos textos do viajante inglês Richard Burton, com quem Tavares Bastos deve ter tido relações bastante próximas, uma vez que lhe deu várias cartas de apresentação (BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri; tradução de David Jardim Junior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976, p. 35.). No ensaio preliminar à obra que resultou de suas viagens no Brasil, Burton defendeu a criação, na Inglaterra, de um “fundo de emigração”, que subsidiasse a emigração de irlandeses famintos para as colônias inglesas e para o Brasil também: “(...) Teríamos feito leais emigrantes dos infelizes irlandeses de Connaught e fornecido braços poderosos e almas dispostas às nossas colônias, que ainda precisam, como precisa o Brasil, de trabalhadores rurais e empregados domésticos. (...)” (*Idem*, p. 23). Mais adiante, o autor apontou como verdadeiramente promissora a combinação entre a emigração de ingleses pobres, entre eles os irlandeses, e a de disciplinados americanos (*Idem*, p. 24).

²⁶⁸ Essa intervenção, que significaria um “sacrifício dos princípios da ciência”, o autor justificava como sendo necessária no Brasil em razão da “crise que durante um certo período sucederá à inevitável abolição da escravidão. (...)” (BASTOS, A. C. Tavares. Memória sobre imigração. In: *Os males do presente e as esperanças do futuro*. Estudos brasileiros, p. 68.)

²⁶⁹ Conforme relatório do ministério da Agricultura e Obras Públicas de 1866, antes mesmo de feito o contrato com a companhia que seria responsável pela linha, “já a legação imperial em Washington tinha recebido, com data de 2 de junho, a declaração de que o governo imperial resolvera adiantar o valor das passagens, nos vapores daquela linha de navegação, aos indivíduos que quisessem imigrar para o Brasil sob as condições de serem trabalhadores agrícolas, de moralidade segura, disporem de alguns meios para primeiro estabelecimento, e comprarem terras devolutas a prazo, as quais ficariam hipotecadas até o embolso do seu preço e da quantia despendida com a sua passagem.” (DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório do anno de 1866 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 13ª legislatura*. (Publicado em 1867). Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1951/000066-66.html>. Acesso em 10/02/03)

mesma pasta do gabinete Zacarias de 3 de agosto de 1866, que cancelou a remessa de imigrantes por meio dos paquetes daquela companhia, mas contratou com um agente a imigração de famílias do sul:

“Se esta imigração manifestar-se em escala favorável, o Brasil auferirá da guerra e das excitações políticas dos Estados Unidos o mesmo legítimo proveito que alcançaram a Holanda, a Alemanha e a Inglaterra da cruel revogação do edito de Nantes. Como esses países europeus, nós daremos abrigo a homens industriosos, que comunicarão ao nosso povo as suas artes, a sua perícia e a sua atividade. Entretanto, a entrada de 843 imigrantes procedentes de New-York, nos paquetes *South America*, *Guidnig-Star* e *North America* (3)²⁷⁰, foi ocasião de censuras ao governo. Quanto a nós, acreditamos que a criação de uma agência especial nos Estados Unidos é útil, e que, funcionando em New-Orleans, poderá encaminhar para o Brasil uma parte dos Habitantes do sul da União, que pretendem expatriar-se. Os *farmers* dos Estados do sul virão em nosso país satisfazer à grande necessidade de lavradores inteligentes e ousados. Das próprias cidades, de New-York mesmo, poder-se-iam alcançar mecânicos das profissões de que mais carecemos nos portos do Brasil (4). A tentativa é, pois, digna de ser continuada, e frutificará logo que o centro das operações se remover para os portos meridionais da União, como está determinado pelo governo. Então, é possível que os esforços do atual comissário, o Sr. Bocaiúva, sejam auxiliados por empresários, que se proponham transportar ao Brasil, pagando-se a passagem, associações de família.”²⁷¹

O ministro Dantas trabalhou no sentido de promover a imigração de norte-americanos para o Brasil. Isto significava uma continuidade de sua administração em relação à anterior, de Paula Souza. Entretanto, é importante notar o cancelamento que realizou da utilização dos paquetes da companhia subvencionada para fazer a linha Rio – Nova Iorque. Tal mudança de política foi explicada por Dantas, no relatório de sua pasta referente ao ano de 1867, com o argumento de que o transporte de imigrantes por meio da linha que tinha ponto de partida em Nova Iorque não satisfazia aos objetivos do governo brasileiro, de atrair agricultores do sul dos Estados Unidos, uma vez que estes tinham muito grandes despesas para ir até Nova Iorque e também não viam com agrado o contato com a

²⁷⁰ Na nota de nº 3, Bastos afirmava que “Acabam de chegar mais 196 no *South America* e 104 no *Merrimac*: total, 1143.”

²⁷¹ Bastos, A. C. Tavares. Memória sobre imigração, p. 70-71. Baseando-se em números oferecidos por Charles Nathan, Richard Burton calcula em 2700 o número de norte-americanos que, estimulados por auxílio do governo brasileiro, teriam chegado ao Brasil até janeiro de 1868; tais pessoas ter-se-iam estabelecido na província do Paraná (200 pessoas), São Paulo (800 pessoas), Rio de Janeiro (200 pessoas), Minas Gerais (100 pessoas), Espírito Santo (400 pessoas), Bahia (100 pessoas), Pernambuco (70 pessoas) e Pará (200 pessoas). (BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*, p. 21.)

população do Norte²⁷². Independentemente das justificativas apresentadas para a mudança, contudo, tal atitude sinalizava a existência de diferenças grandes em relação à administração anterior, diferenças que explicavam, pelo menos em parte, o posicionamento político de Bastos face ao gabinete Zacarias de 3 de agosto de 1866.

Além da mudança de forma de promoção da vinda de imigrantes norte-americanos por parte do ministro da agricultura do gabinete Zacarias, o problema da imigração também seria ponto de discórdia de Bastos em relação a esse gabinete em virtude de que o presidente do conselho não aprovava o encaminhamento de outras medidas que estimulassem a introdução de imigrantes no Brasil. Por exemplo, Zacarias não admitia, especialmente, reformas que implantassem separação entre a Igreja e o Estado. Partidário dessa separação, Bastos se chocaria com o presidente do conselho neste e em outros pontos, fato que originaria vários atritos entre o deputado e a liderança mais significativa da já quase “extinta” liga, conforme veremos no capítulo seguinte.

²⁷² “O transporte de imigrantes dessa classe e origem, nos paquetes da companhia de navegação a vapor entre o Rio de Janeiro e New-York, não pode satisfazer àqueles requisitos. Oferecia-lhes dificuldades, porque obrigava-os a grandes despesas para transpor a distância que medeia das localidades onde residem a New-York, e ao mesmo tempo os expunha a contrariedades provenientes do contato com a população do Norte, que os acontecimentos lhes tornaram antipática./Resulta daí que poucos se animam a buscar aquele porto para seguir em demanda do Brasil; e por muito forte que seja o seu pendor para este país, adiam ou renunciam a idéia de mudança./O fato confirmou esta verdade. Dos imigrantes, que aqui chegaram a bordo dos paquetes daquela companhia, poucos eram do sul; a maioria compôs-se de forasteiros recém-chegados ao norte, ou de indivíduos destituídos absolutamente de propensão para os hábitos rurais. Não era, por certo, esta a imigração mais útil ao país. À vista disto, determinei que cessasse de todo a remessa de imigrantes a bordo dos referidos paquetes./ Certo, entretanto, de que uma parte da população dos estados do sul continua a mostrar decidido propósito de transmigrar para o Brasil, do que dão fé os emissários vindos de diversas localidades dos mesmos estados com a incumbência de visitar as províncias do Império, que por suas circunstâncias naturais ofereçam mais avantajadas condições a permanente estabelecimento, o governo autorizou o transporte em navios à vela ou a vapor, que recebessem os imigrantes nos portos daquele lado da União Americana, assegurando-lhes o adiantamento de suas passagens./Motivos, porém, procedentes em parte dos altos preços exigidos, e em parte de outras circunstâncias, aconselharam-me a aceitar a proposta apresentada por C. Nathan, residente nesta corte. Com ele contratei a importação, dentro de 18 meses, de mil famílias ou cinco mil agricultores, possuindo algum capital para seu estabelecimento, em vapores que, diretamente naveguem de Mobile, New-Orléans e outros portos do sul para este Império.” (DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório do anno de 1867 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 13ª legislatura* (Publicado em 1868). Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/ul952/000044-45.html>. Acesso em 09/02/03).

Capítulo 5

ENTRE “HISTÓRICOS” E “NOVOS” LIBERAIS

Nos capítulos precedentes, foram apontados indícios da existência de inúmeras fraturas, no interior da liga, inclusive entre os próprios líderes de origem conservadora. Também podemos descortinar a existência dessas divisões na variação do posicionamento de Tavares Bastos em relação ao governo, entre julho e agosto de 1866. De voz de sustentação do gabinete Olinda contra a crescente oposição liberal, Bastos passou a integrar a também forte oposição ao gabinete Zacarias, que subiu ao poder após a exoneração de Olinda, em 31 de julho de 1866, e se apresentou à Câmara em 6 de agosto do mesmo ano¹.

Nos debates desse momento, ficou clara a existência de conflitos entre Zacarias e Nabuco de Araújo, o progressista de origem conservadora a que Bastos parecia mais próximo no parlamento. O deputado alagoano, em 1866, votou inicialmente com a maioria que apoiava o gabinete, e obteve a aprovação para um novo projeto de abertura da navegação de cabotagem. Mas se afastou do grupo ministerialista na discussão de projeto, defendido pelo governo, relativo à questão bancária e à obtenção de recursos para a administração. Partidário da emissão pelo Banco do Brasil, Bastos se opôs ao presidente do conselho, que propunha emissão pelo governo, e declarava-se abertamente contra a liberdade de emissão bancária. Zacarias se aproximava, neste momento, dos conservadores, citando o visconde de Itaboraí como uma autoridade máxima em finanças.

Na sessão de 1867, a contundente oposição de liberais de Minas e de São Paulo, bem como a de Bastos, fustigou o gabinete. No decorrer deste enfrentamento, ficou nítido o definitivo fracasso da liga e da tentativa de constituição de um terceiro partido, o progressista. A partir do discurso do deputado alagoano, é visível que as divergências diziam respeito especialmente, além da questão bancária e dos meios utilizados para fazer face ao déficit do orçamento, à política para a navegação, ao crédito agrícola, à questão da imigração, à questão da liberdade religiosa e, ainda, às disputas políticas no âmbito

¹ Presidido por Zacarias, que ocupava a pasta da fazenda, o gabinete era composto ainda pelos liberais Fernandes Torres, no Império, Martim Francisco, em Estrangeiros, e Afonso Celso, na Marinha, e pelos conservadores moderados Paranaguá, na Justiça, Dantas na Agricultura e Obras Públicas, e na pasta da Guerra foi mantido Ferraz (Sessão em 6 de agosto de 1866, p. 4).

provincial.

Ao mesmo tempo que viu acirrar a resistência liberal em 1867 e 1868, Zacarias também deixou de contar, pelo menos na Câmara, com o apoio dos conservadores. Paulino de Souza, pressionado segundo ele próprio por “capitalistas e homens importantes”, chegou a apresentar uma proposta financeira totalmente diversa da que o presidente do conselho, antes apoiado pelos conservadores, vinha implementando desde o ano anterior.

Nos debates que se sucederam até a queda de Zacarias, é importante assinalar que tanto o governo como a oposição fizeram questão de ressaltar a “dignidade” do sistema representativo do Império, o que equivalia a dizer apoio irrestrito à monarquia. No movimento da política parlamentar desse período, Zacarias se descartou da questão com que tinha selado sua aproximação dos liberais em 1861: a crítica ao poder moderador. Nesse novo momento, o presidente do conselho afirmava que a pendência do poder moderador devia ser deixada de lado, a bem da própria dignidade dos representantes da nação. Ao mesmo tempo, Tavares Bastos, na oposição, questionou o poder ministerial de fazer as eleições, destacando a importância dos corpos eleitorais das províncias.

Todavia, a imagem plenamente positiva do sistema representativo do Império se transformou no seu oposto, quando, substituído o gabinete Zacarias pelo de Itaboraí, em julho de 1868, as frações da liga procuraram se unir na resistência ao ministério genuinamente conservador recém empossado. Então, no discurso dos progressistas, o poder moderador se transformou na origem dos “vícios” de um sistema político que precisaria ser “regenerado” pela mão dos arautos de um “novo liberalismo”. Até mesmo Tavares Bastos, que nunca tinha lançado mão da crítica, em seus textos e discursos, à hegemonia do governo pessoal exercido pelo imperador, que tinha mesmo escrito contra o uso deste argumento nas disputas políticas, passou a se valer dessa antiga arma, no intuito de amalgamar os correligionários estremecidos pelas divergências vivenciadas no parlamento.

A transformação da imagem do sistema representativo aconteceu juntamente com a elaboração de um argumento segundo o qual a substituição de Zacarias por Itaboraí resultara da ação de um poder ditatorial do monarca que, “da noite para o dia”, teria resolvido mudar a situação política, entregando o poder à fração minoritária na Câmara. Tratava-se de explicação que, se não apagava completamente, pelo menos desviava os olhares da profunda divisão instaurada entre os ligueiros, divisão que, conforme viria a

admitir o próprio Zacarias, foi o que tornou impossível a continuidade de sua administração.

Tão crítica era a situação da experiência “ligueira” nos primeiros meses de 1868 que seus próprios membros e antigos correligionários de Zacarias diziam desejar uma volta dos conservadores, volta que os unificaria na oposição. A própria alternativa de um gabinete organizado pelo conservador Itaboraí era aventada desde pelo menos fevereiro de 1868, não sendo, portanto, uma surpresa sua nomeação no 16 de julho.

Unificar as frações divergentes do “novo” Partido Liberal que se constituiu a seguir: tal foi a tarefa com que esteve às voltas Tavares Bastos, quando escreveu uma de suas obras mais citadas, *A província*. Para a realização da unidade partidária, defendeu uma aliança mais inclusiva das propostas dos liberais “históricos”, de modo a haver um fortalecimento que permitisse no futuro uma experiência mais duradoura no poder. Foi com esse intuito que, num momento em que os ex-conservadores realizavam as propostas consignadas no programa do Centro Liberal, e em que grupos de “históricos” se encaminhavam para o republicanismo, Bastos - num posicionamento que o diferenciava de lideranças a quem estivera muito ligado anteriormente, Nabuco de Araújo e Olinda, e o aproximava dos “históricos” -, defendeu uma extensão programática que contemplasse o fim ou a correção do poder moderador, o fim do conselho de estado e da vitaliciedade do senado, além da descentralização política e administrativa do Império.

Acompanhemos a trajetória e desentendimentos dos “ligueiros” ao longo do ministério Zacarias e sua reunião, em 1869, em um “novo” Partido Liberal, assim como o desempenho de Bastos neste processo.

1. Com os “históricos”: Bastos e o esfacelamento do progressismo

“(...) o nobre deputado [Martinho Campos] ofereceu-me os melhores ombros que já achei (*risadas*) para subir ao poder. O nobre deputado é alto em todo o sentido, física, moral e intelectualmente, pela estatura, pela probidade, pelos dotes intelectuais (*apoiados; muito bem*). Foi o nobre deputado aquele com que mais contei para a mudança política que começou a realizar-se em

1862.”²

“Nunca prestei os meus ombros a S. Ex. [Zacarias] como apoio de grande valor, porque são muito fracos para personagem tão elevada (*risadas*); antes a verdade é que andei por algum tempo no carro de S. Ex. (*hilaridade*), sem que me fizesse ilusão acerca de quem era o dono do carro (*risadas*); alguns há que andam em carro alheio e supõem-se como a mosca da fábula donos do carro, eu, porém, nunca desconheci que o carro era do nobre ministro, era do governo, e nunca me supus com o rei na barriga. (*Hilaridade geral*)

Sr. presidente, foi esta calamitosa situação financeira, criada pela inércia dos governos progressistas, um dos principais motivos, se não o principal motivo do meu afastamento.”³

Após a declaração do ex-ministro da Agricultura e Obras Públicas, Paula Souza, de que o motivo da queda do gabinete Olinda tinha sido a sua divergência com o ministro da Fazenda acerca da questão bancária, Zacarias tomou a palavra, em 6 de agosto de 1866, para fazer a exposição do programa do novo ministério. Antes disso, porém, o ministro relatou as circunstâncias da formação do novo gabinete, de um modo em que deixava explícita a divisão em que se encontrava a Câmara, e também dava margem a que a oposição lhe acusasse de tentar acobertar-se com a Coroa. Disse que recusara quatro vezes o convite para a formação do novo ministério, por conta das “graves circunstâncias em que se acha colocado o Império”, as quais seriam superiores às suas forças, e por conta do próprio fracionamento da câmara. Mas que, entretanto, acabou por aceitar, disse ele, por causa da insistência do imperador⁴. Os argumentos da oposição, contudo, levam a crer ter sido este motivo um recurso retórico do novo presidente do conselho. Outras motivações teriam feito com que aceitasse o convite. Provavelmente seriam outras as pressões, provenientes não do Paço, mas do seio de seus correligionários. Pelo menos é isto que indica carta endereçada por Tavares Bastos em 1º de agosto de 1866 para Nabuco de Araújo: “Acabo de chegar do Zacarias, e escrevo a V. Ex. da casa da polícia. O Zacarias continua em hesitação séria, apesar do empenho que fazem para que ele aceite a comissão.

² Zacarias, na sessão de 15 de junho de 1867, p. 218.

³ Martinho Campos, em sessão de 22 de julho de 1867, p. 303.

⁴ Sessão em 6 de agosto de 1866, p. 11.

Suponho que irá agora mesmo ao Paço.”⁵

Quanto ao programa do gabinete, Zacarias repetiu artifício utilizado por Olinda, dizendo não ter a intenção de fazer reformas políticas naquela sessão, pelo fato de o gabinete ter que se preocupar principalmente com a guerra e com a situação econômica – tanto no que tangia ao estado do meio circulante quanto no que dizia respeito aos recursos para fazer face às despesas de guerra -, e também pela circunstância de estar a sessão da câmara temporária chegando ao fim. Se o gabinete durasse até a sessão seguinte, trataria das reformas políticas, e então haveria de “aferi-las pelo programa de 1864”⁶, que repetia o de 1862, e contemplava a reforma judiciária, a da guarda nacional e a da lei de 3 de dezembro de 1841.

A confirmação da dificuldade, aventada por Zacarias, de governar com a Câmara fracionada, não se fez esperar. Após discurso do ex-ministro da Fazenda, Carrão, que fez “breve retificação” à fala de Paula Souza a respeito da queda do gabinete anterior, o deputado liberal Franco de Almeida já colocou o ministério Zacarias contra a parede, ao apresentar uma moção de desconfiança. Esse ministério, declarou o deputado, não podia contar com o apoio da câmara, porque a sua intenção política fundamental – unir os “progressistas” - estaria ao alcance apenas de quem tivesse o “merecimento da graça divina”. Por não poder ter esse “merecimento”, o ministério não podia fazer o milagre de ressuscitar o “novo Lázaro”, o “cadáver” da situação política.

Anunciando que o gabinete não iria propor reformas políticas, Zacarias estaria dando continuidade à estratégia de Olinda, que afirmara a mesma coisa “para a seu salvo provocar todas as províncias a um descontentamento pela reação que operou e que há de produzir grandes males. (*Apoiados.*)” Zacarias, como Olinda, não estaria sendo sincero, e haveria de “desenvolver a mesma política quando despedisse o parlamento [através da dissolução]. (*Muitos apoiados.*)”⁷

Para responder à alegação do deputado pelo Pará, de que o gabinete estaria tentando “ressuscitar o cadáver” da situação precedente, que vivia apenas “por milagre” desde o gabinete Olinda, o presidente do conselho de ministros rejeitou a associação com

⁵ *Coleção Senador Nabuco*, IHGB, Lata 362, pasta 61, doc. 13.

⁶ Sessão em 6 de agosto de 1866, p. 11.

este último, e procurou estabelecer uma continuidade entre o programa recém-apresentado e o gabinete que ele próprio presidira, em 1864. Nesse sentido, Zacarias ressaltou a circunstância que ocasionara sua saída do poder: uma votação sem importância, que decidia tão somente uma preferência de discussão, e não colocava em risco a confiança da Câmara no gabinete e em seu programa:

“Senhores, invoco a lembrança da câmara e do país. O gabinete de que fiz parte não se retirou do poder perante uma votação decisiva de desconfiança (*muitos apoiados*); ao contrário retirou-se por questões de preferência entre projetos todos de confiança do governo. (*Apoiados*.)”

O presidente do conselho não podia negar a existência de dificuldades naquela circunstância, mas recusou a existência de um grande fracionamento entre o grupo “ligueiro” e lembrou que a responsabilidade desse fato não era dele: “O fracionamento a que me referi, senhores, nasceu posteriormente, e desse fato não tenho a mínima culpa; a esse fato sou completamente estranho.”⁸

Feita a votação nominal da moção de desconfiança de Franco de Almeida, foi rejeitada por 51 votos a 48, revelando a restrita maioria de que dispunha então o ministério. Tavares Bastos, neste momento, votou a favor do gabinete, contra a moção de Almeida⁹.

Se o pronunciamento de Franco de Almeida cobrou de Zacarias a demonstração de que seu programa distanciava-se efetivamente do de Olinda, um veemente discurso de oposição de Cristiano Ottoni, proferido na 2ª discussão da proposta de Fixação da Força Naval, ensejou um debate que sugeriu mais uma vez a existência de significativas divergências entre os líderes conservadores moderados da liga Zacarias e Nabuco de Araújo. Sua fala arrolou os temas através dos quais a oposição fustigaria o novo gabinete: a preferência dos liberais por Nabuco de Araújo para presidir o novo governo, na medida em que seria o único capaz de fazer uma tentativa de colocar a liga em pé; o apontamento da orientação conservadora de Zacarias, afinado com Olinda, com o Imperador e, sobretudo, com a política bancária conservadora - que preservava o direito de emissão para o governo ou para o banco por ele designado - e com a preservação do Poder Moderador na forma como estava estabelecido; e, especialmente, diante da vigência do novo ministério, a

⁷ *Idem*, p. 13.

⁸ *Idem*, p. 14.

⁹ *Idem*, p. 17.

constatação do fim da liga, ou de um terceiro partido – que configurariam uma “fantasia progressista” –, e o retorno às duas orientações partidárias tradicionais – os partidos liberal e conservador.

Cristiano Ottoni, a voz mais atuante dos liberais nesse final da 12ª legislatura, na Câmara, foi bastante ácido no seu discurso, especialmente em relação àqueles políticos e também à Coroa, ao afirmar que nos últimos quatro anos não governava um partido, mas dois presidentes de conselho que se revezam no poder: Zacarias e Olinda. Estes dois, especialmente o último, resumiriam a história política do Império desde 24 de maio de 1862. Discordando dos que apontariam contradições em Olinda, Ottoni disse, ironicamente, que ele não era contraditório, e sim coerente, ao atuar conforme o princípio de que “a coroa governa, e o presidente do conselho não tem outro regulamento, senão a obediência!”¹⁰

Considerando ainda a problemática conservação no poder do anterior ministério Olinda, apesar das divisões que o dilaceravam, Ottoni destacou as diferenças que existiam entre Olinda e Nabuco, diferenças que configurariam uma luta entre dois presidentes de conselho, entre os quais era nítida a predileção do deputado liberal por Nabuco. Era, deste modo, apontado o nome preferido dos liberais para a presidência do novo gabinete:

“A câmara sabe também, e é de pública notoriedade, que havia luta entre dois presidentes do conselho, um que o era e outro que não duvidaria sê-lo, e tinha para isso mais títulos; luta que fez dizer o Sr. conselheiro Nabuco, como nos revelou o Sr. ex-ministro da fazenda: - desengajem-se, com o Sr. marquês de Olinda eu não presidirei às eleições!”¹¹

Esclarecendo a sua posição depois de um aparte provocativo, que sugeria que estava censurando Nabuco, Ottoni fez um elogio ao ex-ministro da justiça, dizendo ser ele o único que, como presidente do conselho, poderia salvar a situação:

“Senhores, se alguém podia desde o ano passado até agora organizar um ministério capaz de galvanizar a moribunda situação, era o Sr. conselheiro Nabuco, e é por não ter sido ele o organizador do ministério que acabou, que em grande parte se seguiram os numerosos desatinos que presenciámos.

Portanto, o que eu quis dizer, e creio que disse, foi simplesmente que o Sr. conselheiro Nabuco devia ter consciência de que se a recomposição era possível, de modo que desse vida à situação, somente seria sob sua presidência.”¹²

¹⁰ Sessão em 9 de agosto de 1866, p. 24-25.

¹¹ *Idem*, p. 25.

¹² *Idem*, p. 25-26.

Passando à consideração do ministério Zacarias, Ottoni, apoiado pela oposição liberal, questionou o modo como o presidente do conselho mencionou suas conversas com a coroa, antes de sua aceitação da incumbência de organizar o gabinete. Ao trazer à luz a circunstância de ter aceito a indicação depois de insistência do imperador, Zacarias estaria desejando proteger-se de possíveis críticas, tal como fizera o Marquês de Olinda. Proceder como procedeu Zacarias foi cobrir-se com “o manto da irresponsabilidade”, o que mostraria que o ministério nasceu fraco, “sem fé em si próprio”. Esta circunstância o colocaria aquém das exigências da época, pois esta “reclama fé robusta e apoio dedicado da opinião pública”¹³.

Problematizando a apresentação do programa ministerial – guerra e finanças -, acompanhado da declaração vaga de que o ministério, se durasse, adotaria o programa de 1864, Ottoni questionou a legitimidade desse gabinete para conduzir a realização das novas eleições. Aos apertes do ministro de Estrangeiros, Martim Francisco, considerando que o programa de 1864 remetia ao de 1862, o qual C. Ottoni tinha afirmado ser um programa “explicitamente liberal”, o deputado respondeu dizendo que era agradável ouvir aquela declaração, mas que reafirmava as suas desconfianças, ao lembrar que a situação progressista, iniciada em 1862, durou quatro anos e nada se fez no sentido de realizar a reforma judiciária, a da guarda nacional e a da lei de 3 de dezembro de 1841. Além disso, o deputado declarou que não deveria acompanhar o ministério porque nesse momento ele “não tem razão de ser”; “os elementos de força de 1862 estão dispersos, desmoralizados”, e não se deveria “esterilizar” mais uma legislatura com a fantasia da existência de um “partido progressista”¹⁴.

Em seguida, Cristiano Ottoni fez considerações que nos revelam mais uma das manobras internas ao gabinete Olinda e que denotam a competição e os desencontros existentes nas hostes progressistas. Explorou longamente a atuação de Zacarias no Senado, dizendo que ele colaborara com o malfadado projeto de Olinda de reorganizar o ministério anterior, desferindo golpes principalmente em três ministros de prestígio daquela organização: Nabuco, Paula Souza e Dias de Carvalho:

“(…)A afiada machadinha parlamentar do ilustrado senador começou logo a derrubada do galho da fazenda, em nome da circulação fiduciária, e deu profundos

¹³ *Idem*, p. 27.

¹⁴ *Idem*, p. 28.

golpes no galho da agricultura, analisando com verdadeiro aticismo certa carta escrita a um general americano. A machadinha não descansou; pretendeu derrubar o galho da justiça em nome do *non possumus* do chefe do catolicismo.

Em seus momentos de repouso, S. Ex. assistia impassível ao trabalho de valentes derrubadores que, açodados, golpeavam o galho da marinha, ao qual não prestou o mínimo auxílio ou escora. Do galho dos estrangeiros não foi questão na famosa derrubada do senado; e o da guerra, esse sim, parecia a S. Ex. virente e cheio de seiva, tanto assim que o transplantou para o seu parque; mas o tronco, que estava são, que S. Ex. desejava aliviar dos galhos podres, por que deixá-lo prostrado e inutilizado?

Eu conluo, deixando figuras, que as opiniões de S. Ex. acerca de seus antecessores, se explicam a conservação do Sr. ministro da guerra, condenam o abandono do Sr. marquês de Olinda, e provam que o Sr. conselheiro Zacarias não era o homem da situação.”¹⁵

Otoni defendeu-se de acusação que lhe tinha sido feita de concorrer para a queda do gabinete Zacarias de 15 de janeiro de 1864 (em agosto daquele ano), fazendo uma história de sua relação com aquele ministério na Câmara, e dizendo que não apoiava o atual porque não tinha a solidariedade “no grau em que é necessária”, haja vista a presença, na pasta da Guerra, do conservador puro Ferraz, o promotor da lei de 22 de agosto de 1860, figura já muito combatida no ministério anterior. Em virtude da persistência das orientações conservadoras, Otoni propôs o abandono da idéia de liga, e a volta ao “regime dos partidos legítimos”, mesmo que ao custo de entrega do poder aos conservadores:

“(…) Cercado de tantas anomalias, vendo cada vez mais abastardado entre nós o governo representativo...

O SR. GODOY: - Apoiado.

O SR. C. OTTONI: - ... empenhado, como todos os liberais, em restabelecê-lo, eu não vejo meio para isso mais eficaz do que *abandonarmos toda a idéia de ligas, de fusões, de partidos oficiais e artificiais, e voltarmos ao regime dos partidos legítimos, que têm raízes na população. Tem-se-nos dito: ‘Trabalhais, imprudentes, para entregar o poder ao Partido Conservador.’ Se essa é a condição para voltarmos ao regime dos partidos regulares, eu (falarei só por mim) declaro que a aceito. (Apoiados.)*

O SR. GODOY E OUTROS SENHORES: - E eu também.

(...)

E convicção minha, profunda, robusta, que os partidos legítimos têm hoje a educação política necessária para se respeitarem, um na oposição, o outro no poder. *(Apoiados.) Desde que esses partidos reconheceram reciprocamente a sua legitimidade, eu não vejo o porquê andaremos fantasiando terceiros partidos. (Apoiados.)*”¹⁶

¹⁵ *Idem*, p. 28-29.

¹⁶ *Idem*, p. 29; itálico nosso.

Declarando fazer oposição “de pão e água” a qualquer ministério que se dissesse de um terceiro partido, Cristiano Ottoni se dirigiu no final especialmente a deputados liberais mineiros que ainda acreditariam na “miragem” da liga e apoiariam o gabinete, conclamando-os à união que outrora lhes dera influência na organização dos ministérios e no governo do país, união que não se realizaria se as eleições fossem presididas pelo atual governo¹⁷.

Da sua “maioria”, o ministério Zacarias somente ouviu uma fala de apoio de Barros Pimentel¹⁸, mas este também criticou a atuação do governo na guerra. Quem respondeu às observações de Pimentel e às críticas de Ottoni foi o ministro da marinha, o liberal Afonso Celso¹⁹.

Falando depois de Afonso Celso, e declarando-se liberal desde e para sempre²⁰, o deputado Liberato, do Ceará, retomou acusações já feitas por Cristiano Ottoni a Zacarias e Olinda, ao reiterar que ambos se colocavam contra o princípio da irresponsabilidade do poder moderador, ao contraditoriamente responsabilizar a coroa pelos acontecimentos políticos de queda e ascensão dos últimos gabinetes, os quais estariam também aniquilando o governo representativo²¹.

Detendo-se com mais vagar na situação financeira, que teria sido o motivo da crise ministerial que levou à mudança de gabinete, Liberato afirmou que, apesar de Zacarias ter atacado Carrão, ex-ministro da Fazenda, de modo violento, no Senado, não tinha ainda dado mostras de ter “um plano estudado e combinado para resolver as dificuldades e salvar o país dos perigos que o ameaçam”²².

¹⁷ *Idem*, p. 30. Nessa fala dirigida especificamente aos deputados mineiros, Cristiano Ottoni acusou Silveira Lobo, ex-ministro da marinha que então apoiava o gabinete Zacarias, de trabalhar no sentido de produzir a corrupção nas eleições: “Nem se diga que são infundadas as apreensões de influência indébita nas eleições. As nomeações de presidentes em meio da sessão que está a findar foram significativas; e um deles foi convencido pelo Sr. ex-ministro da marinha, que se ostenta tão solidário com o ministério, de nada menos do que, não já conquistar as urnas, mas corrompê-las com os dinheiros públicos. E se acaso S. Ex. se desdisse, não foi decerto na tribuna.” (*Idem*)

¹⁸ Sessão em 10 de agosto de 1866, p. 32-37.

¹⁹ Sessão em 17 de agosto de 1866, p. 75-79.

²⁰ Sessão em 20 de agosto de 1866, p. 90.

²¹ *Idem*, p. 87.

²² *Idem*, p. 89. Falaram ainda na discussão geral da fixação da força naval, em agosto, vozes que, em sua maioria, questionavam a sobrevivência da liga: Jaguaribe – conservador que se opunha à liga, mas apoiava o governo porque seus adversários na província do Ceará estavam em oposição na

A resposta a esse questionamento de Liberato viria dias depois, com a apresentação, pelo governo, de um projeto de reforma bancária que resultava de um acordo que no Senado tinha sido feito entre o saquarema Itaboraí e o liberal Souza Franco. Foi na discussão desse projeto que se mostrou com clareza no parlamento, pela primeira vez, o distanciamento de Tavares Bastos em relação à liderança de Zacarias, distanciamento simultâneo à sua aproximação dos liberais que, inicialmente aderentes à liga, se tornaram opositores dela. Em 29 de agosto, entrou em 2ª discussão o artigo 1º do projeto. Por esse artigo, o governo ficaria autorizado para “inovar” acordo feito com o Banco do Brasil pela lei 683 de 5 de julho de 1853, bem como para “modificar as disposições da mesma lei, e as dos estatutos aprovados pelo decreto n. 1223 de 31 de agosto do mesmo ano”, modificações que implicariam uma cassação da faculdade de emissão do banco, a criação de uma seção hipotecária nele, ao lado da seção de descontos, e finalmente a concessão, ao governo, da faculdade de emitir papel moeda²³. Foi na 3ª discussão, iniciada já no dia 1º de setembro, que o debate se tornou mais acalorado. Ele foi aberto por um longo discurso contra, do ex-ministro da Agricultura Paula Souza, que, opondo-se a uma confusão que seria feita pelos defensores do projeto, enfatizou a distinção clara - que já tinha defendido em junho, por ocasião de debate de seu próprio projeto para a mesma questão- entre emissão do governo e emissão do banco²⁴. Afirmou que a proposta em discussão era o resultado da “doutrina da unidade do meio circulante”, para a qual o direito de emissão era um “direito majestático” do Estado. Deste modo, o projeto do governo parecia ilógico para quem, como o próprio orador, defendia “a liberdade da emissão dos bancos; para aqueles que advogam a pluralidade dos bancos; para aqueles que sustentam que o direito de emissão não é privilégio de bater moeda; para os advogados, para os vulgarizadores do *free banking*”. Paula Souza admitia haver uma impossibilidade de continuar a permissão para o Banco do

corte (Sessão em 21 de agosto de 1866, p. 108), e que afirmava não existirem partidos políticos, mas agrupações de indivíduos “em torno de indivíduos que inspiram mais confiança a uns do que a outros” (*Idem*, p. 109) -, Pedro Luiz, que se manifestou contra “a situação extravagante e anômala que se inaugurou no país” (Sessão em 24 de agosto de 1866, p. 120), e contra a idéia de Nabuco de “terceiro partido” (*Idem*, p. 122), e Afonso Alves, ex-conservador do Rio Grande do Sul, que aderiu à liga e continuava apoiando-a, defendendo a existência do “Partido Liberal progressista” e atacando os “liberais dissidentes” (Sessão em 27 de agosto de 1866, p. 134-135), os quais teriam sido responsáveis pelo fracionamento dos progressistas (*Idem*, p. 137-138).

²³ Conforme consideração sucinta de Silva Pereira, na sessão em 29 de agosto de 1866, p. 147.

²⁴ Sessão em 1 de setembro de 1866, p. 178-184.

Brasil emitir, e que o projeto seria um aceitável prelúdio para a construção de um verdadeiro ou de verdadeiros bancos emissores, caso não previsse a emissão de papel moeda pelo Estado. Tratava-se, segundo o ex-ministro, de medida que, sendo acompanhada de uma dificuldade, e mesmo de uma impossibilitação dos bancos de emissão, filiava-se claramente à “*escola restritiva em sua mais enérgica expressão*”. Dizendo supor ser Zacarias da mesma escola econômica que ele (da pluralidade de emissão, algo que o presidente do conselho negaria depois), Paula Souza circunscreveu a diferença entre ambos em um ponto: a maneira do governo saldar a sua dívida com o banco. Para Zacarias, a saída para o pagamento seria a emissão; para o deputado, seria a “subrogação”, isto é, o governo assumiria “a responsabilidade e resgate futuro de parte dos bilhetes do banco em circulação, correspondente à sua dívida àquele estabelecimento.” Ao invés de trocar bilhetes do banco por papel moeda seu, o governo tomaria a si a responsabilidade por aqueles bilhetes. Deste modo, a diferença diria respeito à questão quanto a se as notas inconvertíveis do banco seriam a mesma coisa que as notas também inconvertíveis do governo. Zacarias e os defensores do projeto respondiam positivamente a essa questão. Paula Souza respondia negativamente, estabelecendo como objetivo do seu discurso demonstrar que havia uma clara distinção entre as notas de curso forçado de um banco e as notas do tesouro²⁵.

A diferença da nota bancária, que tinha um prazo pré-determinado para a conversão, seria fundamental, porque, estando o prazo fixado no contrato, haveria um prolongamento da confiança, da “esperança do público”, e conservar-se-ia “mais alto o valor das notas do banco, mesmo inconvertíveis”. Esta circunstância mostraria, para aqueles mais obedientes às “leis imprescritíveis do comércio” que, às “necessidade do tesouro”, seria mais previdente preferir as notas bancárias²⁶. Com estas, seria menor a “influência desmoralizadora” exercida pela grande quantidade de notas inconvertíveis, evitando-se que a indústria fosse substituída pela especulação, que houvesse aumento geral de preços, a criação de uma “prosperidade fictícia, que desvanece-se no meio da *ruína geral*”²⁷.

Essa influência desmoralizadora do papel moeda, juntamente com a política de restrição do crédito inaugurada em 1860, é que teria provocado a queda da confiança no

²⁵ *Idem*, p. 178.

²⁶ *Idem*, p. 179.

²⁷ *Idem*, p. 180; as palavras entre aspas fazem parte de citação do relatório de 1865 do secretário norte-americano das finanças.

país por parte dos “capitalistas de Londres”, que fecharam para o Brasil os seus cofres. Por esta razão é que os empréstimos estrangeiros conseguidos depois de 1860 teriam sido muito piores que os feitos de 1852 até então²⁸.

Os defeitos do projeto seriam uma reprodução, em larga escala, daqueles mesmos do apresentado por Carrão no ministério anterior, e, portanto, o deputado não poderia, conforme assegurou, aprovar, neste novo momento, o que motivara profunda divergência com seu colega no governo anterior.

O projeto recebeu uma defesa conservadora na voz de Junqueira, que afirmou que a subrogação defendida por Paula Souza não garantiria a confiabilidade das notas do banco, e que não havia diferença entre notas do banco inconversíveis e papel moeda do governo²⁹. Quanto ao prazo de resgate, que tinha sido colocado pelo deputado liberal como o distintivo das notas do banco em relação aos papéis do governo, Junqueira argumentou que, nas circunstâncias em que se encontrava o banco, não seria possível realizar a prefixação do prazo para que ele voltasse às “condições regulares”. Defender a permanência da autorização para que o banco emitisse o triplo do fundo disponível, numa situação em que o governo precisava de empréstimos dele, seria advogar os interesses dos acionistas do banco e obrigar o governo a continuar a fazer a “operação desgraçada” que estava fazendo, “quando toma do Banco do Brasil dinheiro emprestado, paga por ele um juro, sendo a emissão de que se serve unicamente autorizada com o seu nome. É uma operação absurda, completamente inepta.”³⁰

Junqueira também defendeu o projeto na parte em que ele criava uma repartição hipotecária. Respondendo a Paula Santos, que tinha falado em discussão anterior, Junqueira advogou, por liberar a lavoura de intermediários, a medida que tirava “do Banco do Brasil 35.000.000\$ em letras que representam dívidas da lavoura (...) para formar um banco hipotecário ou uma repartição hipotecária”. Só não aplaudiria essa medida quem desejasse manter sempre a intermediação entre os lavradores e o banco³¹.

Depois de Junqueira, o próprio Zacarias tomou a defesa do projeto, que seria atacado em seguida por Tavares Bastos e pelo liberal Cristiano Ottoni.

²⁸ *Idem*, p. 180.

²⁹ *Idem*, p. 184.

³⁰ *Idem*, p. 185.

³¹ *Idem*, p. 186.

Dizendo-se adoentado, e afirmando que a assembléia não poderia perder “um momento em discussões escusadas”, Zacarias respondeu a Paula Souza “no menor número de palavras que for possível”. Primeiramente, do projeto não resultaria, como tinha argumentado o deputado, “um futuro miserando para o país”, com as notas do tesouro multiplicando-se “como cogumelos”; isto porque “as notas do tesouro que o projeto autoriza o governo a emitir, hão de representar uma soma inteiramente igual à de bilhetes do Banco do Brasil que forem resgatados, nem mais nem menos”³².

Também não visaria, o projeto em discussão, “beneficiar o tesouro”, e sim ao meio circulante, “que é assunto que toca a todos, ao governo, como aos particulares, aos nacionais, como aos estrangeiros”³³.

Num procedimento que bem revela o quanto se aproximava naquele momento dos conservadores, Zacarias defendeu Itaboraí, relator da comissão de fazenda do Senado, de ataques que lhe tinham sido endereçados por Paula Souza, e, no intuito de desfazer um engano que existiria no discurso deste último, quanto ao seu posicionamento em relação ao crédito, o presidente do conselho - revelando um dos motivos de suas divergências com o grupo de Nabuco de Araújo - declarou que era liberal em política, mas que em economia tendia mais para a “escola restritiva”:

“S. Ex. deu a entender que me supunha pertencer à escola liberal: declaro a S. Ex. que não. Quando em nossas câmaras se trataram mais detidamente essas questões (na legislatura de 1857 a 1860) eu havia deixado de ser eleito deputado e por isso não tive ocasião de emitir a semelhante respeito as minhas idéias; mas sempre inclinei-me à escola restritiva, e digo com o coração nas mãos a V. Ex., Sr. presidente, que ou sejam velhos ou modernos os livros que leia (*risadas*), *acho mais procedência, mais rigor científico, mais senso na escola restritiva do que na liberal. Sou liberal, Sr. presidente, muito liberal em política; mas há assuntos em que a liberdade assenta mal, e o crédito é, em meu conceito, um desses assuntos.*

Faço esta declaração só para que o nobre deputado, vendo-me talvez algum dia proceder ou falar como sectário da doutrina da restrição em matéria de crédito, não tenha o direito de dizer-me: ‘Pensei que eras da escola liberal, assim manifestei-o em tua presença sem contestação, e agora vejo que estava em erro.’”³⁴

Tão peremptória quanto esta declaração de Zacarias a favor da restrição do crédito, foi a que logo em seguida Tavares Bastos fez, marcando posição contrária, pela liberdade

³² *Idem*, p. 189.

³³ *Idem*, *ibid.*

³⁴ *Idem*, p. 190; itálico nosso.

de emissão:

“Declaro, ao contrário do nobre presidente do conselho, que sou liberal também na matéria de que se trata (*apoiados*); não pertencço à escola da restrição e da unidade bancária, como o nobre ministro. Não é à liberdade de crédito (darei de passagem) que se pode imputar o estado miserável das caixas filiais do Banco do Brasil [como argumentou Junqueira]. Não é à liberdade de crédito que se pode imputar a situação do meio circulante.

A causa disto é o privilégio de emissão (*apoiados*), que existe de fato em favor desse banco, conquanto a lei permita a pluralidade de bancos dessa espécie. Continuo fiel à mesma escola da liberdade de crédito, e nada tenho visto que prove o erro dessa doutrina.”³⁵

Bastos pensava ser necessário esperar o fim da guerra para se tratar dessa questão do crédito; caso não fosse mesmo possível esperar, acompanhava Paula Souza na emenda “que oferecera restabelecendo o art. 4º do projeto do Sr. senador Silveira da Motta” - que contemplava uma medida semelhante à que Bastos tinha sugerido em discurso na Câmara, em 22 de março de 1866³⁶ - e fez um rasgado elogio a Torres Homem³⁷.

Defendendo a liberdade do crédito, Bastos, ao mesmo tempo, mencionou de maneira positiva um dos maiores representantes da “escola restritiva” no período, possivelmente para jogar o conservador Torres Homem contra o também conservador visconde de Itaboraí, que estava à frente da comissão do Senado que produzira a proposta em discussão.

Contrapondo-se à perspectiva restritiva existente no projeto, Bastos declarou que lhe inspirava esperança “a parte do projeto relativa ao ensaio do regime hipotecário”, do qual haveria “de resultar um benefício considerável, qual o de se aquilatar até onde as instituições de crédito real são possíveis neste país”. Contudo, enquanto nessa medida revelava-se uma confiança na capacidade da administração do banco, uma vez que lhe era

³⁵ *Idem, ibid.*

³⁶ O artigo do projeto Silveira da Motta era o seguinte: “Art. 4º. O Banco do Brasil cederá ao governo, pelo preço corrente, a sua reserva metálica, e das suas caixas filiais; e o governo pagará esta importância, a das letras do tesouro que estiverem na carteira do banco, assim como a importância do papel-moeda resgatado na forma dos arts. 2º e 4º da lei de 5 de julho de 1853, tomando a si a responsabilidade e encargo de resgatar no prazo de quatro anos o valor da emissão do banco que for correspondente àquelas três dívidas, ficando portanto o banco obrigado somente a retirar por ano 5% do resto da emissão atual que não ficar a cargo do governo.” (*Annaes do Senado do Império do Brasil*. Quarta sessão em 1866 da 12ª legislatura. v. III. Rio de Janeiro: Typographia do Correio mercantil, 1866, p.5-6).

³⁷ Sessão em 1 de setembro de 1866, p. 191.

permitida “a grande faculdade” de instaurar “esse delicado ensaio hipotecário”, cometa-se por outro lado, na opinião do deputado, a “falta grave” de “transferir para a caixa de amortização a substituição das notas do banco, o serviço da emissão”. Com isto, ocorria “mais uma conquista” da “política da onipotência do Estado”³⁸.

E mais uma vez, com o projeto, o Estado intervinha no intuito de salvar empresários que não tinham sido competentes para criar as condições favoráveis para os seus capitais:

“Tenho combatido essa teoria, que torna o Estado o tutor dos capitais, e que extingue a responsabilidade individual na proporção que avulta a intervenção governamental. (...) Ora, pelo projeto atual, segundo demonstrou-o no senado o respeitável relator da comissão, são manifestas as vantagens para os acionistas, que têm certeza de um dividendo maior de 9%, deduzidas as despesas de amortização, e uma larga quota para o fundo de reserva, o que aumenta as condições de segurança e o valor das ações.

Intervém, pois, o Estado como o salvador dos que deixaram comprometerem-se os seus capitais; livra-os do peso da sua responsabilidade!

O Banco do Brasil estava em más condições, que têm provocado tão ásperas censuras! Sei bem que razões de muita ponderação aconselharam essa benignidade dos nobres autores do projeto. Rendo a mais solene homenagem às suas retas intenções; mas declaro que não me convenci nem da justiça das concessões nem da oportunidade da medida.”³⁹

O liberal Cristiano Ottoni também falou contra o projeto, investindo a pressa com que se estaria encaminhando a discussão, pressa que contradiria a fala de Zacarias de que a proposta não tinha em vista principalmente trazer recursos ao tesouro onerado pela guerra, e sim, melhorar a situação do meio circulante, objetivo que não seria imediato, mas futuro⁴⁰.

Dizendo fundamentar-se principalmente no estudo dos debates do Senado sobre a questão, Cristiano declarou não ter condições, principalmente tendo em vista o discurso do relator da comissão de fazenda do Senado, Itaboraí, de votar pelo projeto, uma que não enxergava nele a possibilidade de satisfazer à primeira finalidade que lhe era atribuída, a de “melhorar o meio circulante”, porque o projeto não produziria a diminuição do papel fiduciário no mercado⁴¹.

Quanto a “outras medidas concernentes ao Banco do Brasil, em relação a esses

³⁸ *Idem, ibid.*

³⁹ *Idem, ibid.*

⁴⁰ *Idem, Appendice, p. 289.*

⁴¹ *Idem, ibid.*

recursos que se dão ao governo”, Ottoni tinha uma posição idêntica à de Tavares Bastos, expondo entretanto com mais minudência sua contrariedade em relação ao favorecimento, que a realização do projeto implicaria, aos acionistas do banco. Depois que estes últimos, pela sua incúria, levaram, como admitia o próprio Itaboraí, o Banco do Brasil à ruína,

“o projeto lança sobre o país um tremendo imposto para salvar não só até o último vintém daqueles que não souberam gerir a sua fortuna particular, mas para dar-lhes lucro correspondente a 30% de seu capital, que é garantido no fim de certo prazo. À custa de quem? À custa do curso forçado e geral das notas do banco, à custa da concessão que se lhe faz de só retirar da circulação no prazo de 20 anos o seu papel, à custa, finalmente, de um verdadeiro empréstimo de 41.000:000\$ feito ao banco. Esses lucros donde saem senão do país em geral?”⁴²

Indo na mesma direção de Bastos, Cristiano também elogiou a tentativa, consignada no projeto, de criação de uma instituição de crédito hipotecário, pensando, contudo, que ela deveria ser feita com mais cautela⁴³.

Sendo Cristiano o último a pedir a palavra, a discussão foi encerrada, e o projeto foi aprovado⁴⁴ e adotado para subir à sanção no dia seguinte, 4 de setembro. Transformou-se na lei de 6 de setembro de 1866.

Opositor do ministério, especialmente no que tangia à questão bancária, Tavares Bastos, entretanto, obteve, na gestão dele, aprovação na Câmara de um projeto seu, relativo à questão da abertura da cabotagem. Vimos no capítulo anterior deste trabalho que, na sessão de 21 de junho de 1865, foi aprovada uma proposta de abertura apresentada por Bastos⁴⁵. Mas, conforme discurso do autor em 27 de junho de 1866, um ano depois⁴⁶, ficamos informados que tal projeto fora rejeitado no senado. Nessa data, Bastos voltou ao assunto, por ocasião do debate do orçamento da fazenda.

Elogiou decreto de 27 de março de 1866, do ministro da fazenda do gabinete Olinda, que abriu a navegação de cabotagem entre os portos alfandegários para as empresas

⁴² *Idem, ibid.*

⁴³ *Idem*, p. 290.

⁴⁴ Declararam voto contra os deputados Rodrigues Junior e Figueiredo.

⁴⁵ Sessão em 21 de junho de 1865, p. 161.

⁴⁶ Sessão em 27 de junho de 1866, p. 235.

estrangeiras, até 31 de dezembro de 1867, mas afirmou que era preciso, “para que os interesses criados por essa reforma não sejam prejudicados, que o parlamento decrete uma lei sem limitação de tempo”⁴⁷. Bastos retomou a circunstância da rejeição da proposta anterior no Senado, em 1ª discussão, respondendo às objeções a ele levantadas pelo senador conservador barão de Muritiba - que teria sido o único a discursar impugnando a medida -, e apontando as pequenas diferenças entre o novo projeto e o apresentado no ano anterior⁴⁸. Ressaltando as dificuldades que o Senado vitalício representava para o trabalho da Câmara temporária, Bastos pressionou aquela casa legislativa lembrando a necessidade de uma “reforma política” que o tornaria também temporário, como a câmara, caso se opusesse ao projeto da mesma maneira que o fizera no ano anterior:

“Sr. presidente, eu confio na sorte do projeto que tenho fundamentado: redigi-o sem prevenção alguma, admitindo as correções razoáveis indicadas na discussão, e acrescentei o que a reflexão sugeriu-me.

Mas, apesar disso, encontrará ele no senado, não o debate que esclarece, mas uma oposição intolerante, uma oposição sistemática a todas as idéias novas? Será lamentável, Sr. presidente, que iguais fatos levem a opinião liberal em maioria na câmara eletiva a pedir à constituição o remédio extremo de uma reforma política; porquanto, se o senado se obstina, é preciso reformar o senado.”⁴⁹

Na câmara, o novo projeto foi aprovado de maneira extremamente rápida. Em 20 de agosto do mesmo ano, entrou em 1ª discussão, sendo aprovado sem debate, para passar à 2ª. A pedido de Tavares Bastos, a câmara autorizou a dispensa do interstício entre uma discussão e outra, para que o projeto já pudesse voltar à discussão no dia seguinte⁵⁰. Então, foram aprovados em 2ª discussão os artigos 1º - com uma pequena emenda de Ferreira Vale -, 2º - com pequena contestação do mesmo deputado -, 3º e 4º. Foi aprovada, novamente, dispensa de interstício pedida por Tavares Bastos, para a discussão da proposta voltar no dia seguinte⁵¹.

Em 3ª discussão, iniciada em 22 de agosto, o projeto foi um pouco mais debatido. Então, ficou claro que, se por um lado, nesse momento contava com o apoio de liberais e

⁴⁷ *Idem*, p. 236.

⁴⁸ *Idem*, p. 236-238.

⁴⁹ *Idem*, p. 238.

⁵⁰ Sessão em 20 de agosto de 1866, p. 85.

⁵¹ Sessão em 21 de agosto de 1866, p. 100-101.

com a tolerância do ministério Zacarias⁵² (que se aproximava dos conservadores em outros pontos importantes) por outro, na oposição a ele associavam-se alguns políticos conservadores e outros liberais. Ou seja, a anuência à abertura da cabotagem aos barcos americanos continuava sem consenso partidário e dividindo opiniões. Foi nesse momento, inclusive, que Bastos recebeu uma das críticas mais duras que lhe foram dirigidas em sua trajetória parlamentar – feita pelo deputado liberal pernambucano Figueiredo –, dureza associada ao projeto em discussão mas, também, conforme veremos um pouco mais adiante, às disputas políticas do deputado em sua província, fato que denota o quanto o debate sobre as propostas levadas à câmara era afetado por problemas originados na disputa do poder local que, quando lembrados, chegavam a hostilizar significativamente indivíduos afinados com o mesmo grupo político.

Objetivando embaraçar a decisão, o conservador Ferreira Vale ofereceu emenda e Junqueira, apoiado por Ribeiro da Luz, apresentou requerimento pedindo adiamento da discussão até que fossem obtidas, junto ao ministério da fazenda, informações sobre os resultados do decreto de 27 de março de 1866, no sentido de esclarecer se os fretes entre os portos alfandegados já haviam barateado com a abertura promovida⁵³. O requerimento foi rejeitado, mas ainda insistiram na condenação à proposta de Bastos os deputados Ferreira Vale, conservador, e Figueiredo, liberal. O primeiro declarou ser contra o projeto por conta do “*déficit* aterrador” em que se encontrava o país naquelas circunstâncias⁵⁴. E Figueiredo fez um discurso que repunha argumentos já utilizados contra o projeto de 1865. A novidade destas objeções estava inscrita na agressividade dos termos utilizados. O deputado chegou a dizer que existia na proposta um “americanismo, estrangeirismo que eu chamarei de fátuo e imbecil”⁵⁵.

Na sessão seguinte, dia 24 de agosto, depois de apartear bastante um discurso do conservador Ribeiro da Luz contrário ao projeto, Bastos fez observações que infelizmente – e, a julgar pela discussão subsequente, propositadamente – não foram transcritas⁵⁶. A elas, respondeu Figueiredo no dia 29, em um pronunciamento que seria lembrado pelo deputado

⁵² Mais adiante Dantas, ministro da Agricultura do ministério Zacarias, se mostraria nitidamente contra a abertura.

⁵³ Sessão em 22 de agosto de 1866, p. 115.

⁵⁴ *Idem*, p. 116.

⁵⁵ *Idem*, p. 117; *italico* no original.

⁵⁶ Sessão em 24 de agosto de 1866, p. 125-128

alagoano como tendo feito com que a sessão de 1866 fosse “a mais triste a que tenho assistido”⁵⁷.

A crer nas palavras da defesa de Figueiredo às observações do deputado alagoano, estas últimas teriam sido marcadas por um ataque muito violento. Bastos ter-lhe-ia lançado “qualificações tais, que cada uma delas, se fossem reais, bastaria para constituir-me como um homem incapaz de viver em boa sociedade”⁵⁸. Teria chegado ao ponto de chamá-lo de católico reacionário e absolutista, adotando “um desdém, e um riso de escárnio, que eu não posso desenhar nem exprimir por palavras!”⁵⁹

Na resposta, Figueiredo afirmou ser incompatível o seu catolicismo com o absolutismo, entre outras coisas porque este último não seria congruente com sua crença em Deus, e constituiria uma idolatria degradante para a sua dignidade humana. Mais afeito ao absolutismo estaria Bastos, que se teria declarado politeísta na Câmara:

“(…) Sendo eu católico, não podia portanto cair nessa idolatria. Assim praticaria, se pensasse como o nobre deputado, porquanto, eu, como católico, *adoro um só Deus em espírito, e em verdade*; e o nobre deputado, tendo feito aqui a sua profissão de fé religiosa, *deu graças aos deuses*, como está escrito nos *Annaes*! A religião de quem dá graças aos deuses é o politeísmo. (*Hilaridade.*)”

Nesse momento, Godoy não perde a oportunidade de atacar o deputado alagoano:

“O Sr. Godoy: - Adora todos os poderes e todos os governos.”⁶⁰

Defendendo a sua prática de propagandear o catolicismo, procurando fazer prosélitos e, com isso, promover a formação de uma “alma nacional”, Figueiredo perguntou se Bastos não faria algo semelhante ao, à frente da Sociedade Internacional de Imigração, alardear as “suas idéias de impiedade”, suas crenças e seu “indiferentismo religioso”: “não diz que todas as religiões são as mesmas, e que a única questão entre elas versa somente sobre seus dogmas, e que os dogmas são questões de pura forma?!”⁶¹

Figueiredo retomou sua trajetória política, destacando, de maneira positiva, sua permanente pertença ao Partido Liberal, partido a que se teria filiado no começo de sua

⁵⁷ Nas notas pessoais que seriam publicadas em 1925 no *Jornal do Comércio*, Bastos escreveu: “A sessão das Câmaras em 1866 foi a mais triste, a que tenho assistido. Nenhuma me causou maiores desgostos. No dia 29 de agosto fui agredido por um deputado (…)” (BASTOS, A. C. T. Memórias políticas de Tavares Bastos. *Jornal do Comércio*, p. 2.)

⁵⁸ Sessão em 29 de agosto de 1866, p. 152.

⁵⁹ *Idem, ibid.*

⁶⁰ *Idem, ibid.*; itálico no original.

⁶¹ *Idem*, p. 153.

vida, de modo em que ficava subentendida uma censura ao modo como Bastos realizou o seu percurso, acompanhando os conservadores moderados na constituição do chamado partido progressista. No aparte de Godoy, ficava sugerido que a corrupção marcava a adesão a este último:

“O SR. FIGUEIREDO: - ... e desde então [o começo de sua carreira, quando filiou-se ao Partido Liberal] até hoje não tenho conhecido outra política. Veio a liga, não a quis seguir, fiquei no meu posto, e sem pretensões, porque sou liberal amador, e como tal não quis acompanhar o carro do progresso. Foi-se a liga, estou ainda no meu posto sem soldo, sem etapa, sem vencimentos.
O SR. GODOY: - Apoiado, outros só entram com as propinas.”⁶²

Depois de desenvolver considerações no sentido de valorizar a luta entre os partidos e a disciplina no interior deles, Figueiredo foi advertido pela presidência da Câmara, para que entrasse na matéria, mas ele respondeu com o argumento de que teria sido muito agredido, e completou, arrematando com uma ofensa a Tavares Bastos:

“Não podendo deixar de pertencer a um dos partidos existentes ou liberal, ou progressista, ou conservador, nada tem de censurável que eu permaneça no partido que conheci; e esta permanência, Sr. presidente, é também motivada pelo receio de que em algum dia se me pudesse aplicar o dito de um dos nossos estadistas em relação a um deputado volúvel e trêfego, a quem eu não conheço, e nem sei quem seja. Dizia esse estadista referindo-se àquele deputado: - *É um mosquito que voa sempre em direção do torrão de açúcar aonde quer que o coloquem.*
Não quero incorrer em semelhante censura.”⁶³

Bastos reclamou da “indecência” inscrita na resposta de Figueiredo, comentário que levou o presidente da sessão a repreender este último no sentido de que se cingisse à matéria em discussão. Mas o deputado liberal prosseguiu comentando por que motivo, em seu discurso anterior, de 22 de agosto, tinha falado de Bastos como defensor de um “americanismo fátuo e imbecil”. A sucessão de falas e apartes é bastante elucidativa da intensidade da disputa que se travava na Câmara. Por isso, vale a pena nos demorarmos nela. Advertido pela presidência, Figueiredo justificou-se dizendo:

“O SR. FIGUEIREDO: - Sim, senhor. Tenho respondido a todas as qualificações desairosas, injustas e imerecidas que me irrogou o nobre deputado (...). Não merecia, pois, essas qualificações injuriosas que o nobre deputado liberalizou-me.
É verdade, Sr. presidente, que relendo as poucas palavras que então proferi, lá

⁶² *Idem, ibid.*

⁶³ *Idem, p. 154.*

encontrei, pouco mais ou menos, as seguintes: Que não sacrificava os interesses valiosos de meu país por um *americanismo fátuo e imbecil*.

O SR. TAVARES BASTOS: - Aí está a provocação.

O SR. FIGUEIREDO: aí é que está a injustiça do nobre deputado.

(...) Julguei que as palavras – imbecil e fátuo – correspondiam bem àquelas outras que o nobre deputado empregou em referência à minha pessoa : - imbecilidade e fatuidade vã. (...)”

Na continuação, Figueiredo associou diretamente a agressividade de Bastos à contrariedade quanto à declaração por ele feita no dia 3 de julho de 1866, em aparte a discurso do liberal alagoano José Ângelo⁶⁴, de que Bastos precisava se valer do presidente da sua província e da polícia para se eleger:

“Quando orava o nobre deputado o Sr. José Ângelo a respeito da nomeação que o governo fizera de um presidente para a sua província, exibindo fatos contra esse presidente, dei um apoiado; isto irritou o nobre deputado a quem tenho respondido, e então voltando-se para mim, com gesto iracundo, disse-me: ‘*Persuade-se o nobre deputado que eu precise do presidente da província e da polícia para fazer-me eleger?*’ Respondi-lhe eu: ‘*Tenho esta convicção.*’ E isto por estar convencido de que o sistema representativo entre nós é uma burla...

(...) sem querer contudo dizer que o nobre deputado não tinha talento, não era digno de ter um assento nesta casa, como confesso que o é. Pois bem, ainda não tinha eu acabado a frase, quando fui interrompido pelo nobre deputado por esta maneira : - *Se tem esta persuasão é uma fatuidade vã, e uma imbecilidade de V. Ex.* Eis porque, quando tive de ocupar-me do projeto que ora se discute, usei daquelas expressões, sem contudo servir-me da frase – *fatuidade vã* – como o nobre deputado a havia empregado a meu respeito, porque é um pleonasma, seria o mesmo que se dissesse inflamação inflamada, etc. (*risadas*), disse apenas: *americanismo imbecil e fátuo.*”⁶⁵

Voltando à discussão do projeto, Figueiredo manteve sua posição contrária, sustentada de maneira tão agressiva quanto anteriormente, mas agora com base em exame minucioso da proposta. Este exame mostrava que ela consagrava “a morte súbita da cabotagem nacional”; autorizava “o contrabando na mais vasta escala”; facilitava “a invasão dos estrangeiros no país” e promovia um desfalque na “renda pública em benefício dos estrangeiros.”⁶⁶

Figueiredo disse reconhecer que uma ampliação do número de marinheiros e de

⁶⁴ O discurso de José Ângelo, adversário de Bastos na província das Alagoas, foi considerado no capítulo anterior deste trabalho, na p. 251.

⁶⁵ Sessão em 29 de agosto de 1866, p. 154-155; o primeiro itálico é nosso; os demais são do documento.

⁶⁶ *Idem*, p. 155.

vasos, uma facilitação das construções navais, um alívio dos impostos de importação e exportação de matérias primas destinadas à navegação de cabotagem e longo curso, tudo isso produziria benéficos resultados. Mas asseverou que era preciso não se iludir e perceber que a livre concorrência também viria a produzir a miséria de 14 ou 16.000 brasileiros, empregados na navegação de longo e pequeno curso no Brasil⁶⁷.

A marinha nacional não se encontraria ainda em condições de lutar com a marinha estrangeira, e seria uma crueldade submetê-la a essa concorrência no momento. Seria como promover uma luta entre homens completamente armados, por um lado, e por outro, homens “quase inermes”, e o resultado seria a substituição do monopólio nacional pelo monopólio estrangeiro⁶⁸. Considerando-se a rapidez do processo, para os nacionais não haveria sequer tempo para que pudessem vir a adquirir conhecimentos de novas profissões. Por isso, Figueiredo declarou que a proposta do projeto era tirânica, de uma *tiranía* “tanto mais opressora, quanto mais liberal se ostenta”.

Escutando um aparte de um deputado, segundo o qual a abertura inglesa, utilizada como exemplo pelos partidários do *free trade*, não era “uma homenagem à verdade”, e sim “um ato de velhacaria”, Figueiredo aproveitou a deixa para afirmar que a liberdade de concorrência era muitas vezes expressão de práticas desse tipo:

“O SR. FIGUEIREDO; - A respeito de velhacaria *disse um economista que a liberdade da concorrência, a monomania da barateza do preço é muitas vezes uma refinada velhacaria de certos concorrentes, e chama a atenção da política para esses velhacos e ladrões.*”⁶⁹

Caso fosse aprovada a proposta, os concorrentes estrangeiros pediriam um preço mais barato pelos fretes, preço que a pequena marinha nacional não poderia sustentar, com o que esta seria em pouco tempo destruída. Tomando então conta do mercado, os estrangeiros, “quando tivessem tirado toda a esperança à nossa marinha, quando a tivessem afastado da luta, imporiam então o preço; em vez do monopólio nacional se organizaria o

⁶⁷ *Idem, ibid.*

⁶⁸ *Idem, p. 157.*

⁶⁹ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

monopólio estrangeiro.”⁷⁰

Comentando os outros artigos, Figueiredo considerou que, sob o pretexto de facilitar a imigração, através deles favorecer-se-ia o contrabando, pois se autorizava a “concorrência de embarcações nacionais ou estrangeiras em todos os portos não habilitados”, desde que essas embarcações transportassem também imigrantes:

“Imagine V. Ex. quantas centenas de portos temos nós na nossa longa costa e rios, imagine todas as *paragens ínvias e obscuras* no nosso litoral; pois bem, em virtude dos §§ 2º e seguintes serão outros tantos portos aonde podem ser desembarcadas quaisquer mercadorias, conduzidas por navios estrangeiros, trazendo emigrantes. O emigrante é a bandeira que cobre a carga! Ora, diga-me V. Ex., haveria fiscalização possível e que pudesse evitar o contrabando? Este artigo não produziria o aniquilamento da nossa principal receita?”⁷¹

Uma vez que a marinha nacional estaria destruída pelas implicações do projeto, era nítido que os lucros com esse contrabando favorecido pela lei iriam para companhias estrangeiras, que se tornariam, então, como cavalos de Tróia trazidos para dentro do país.⁷²

Encerrada a discussão no dia 29, o projeto foi votado no dia seguinte, 30 de agosto, sendo aprovado com as emendas de Ferreira Vale apoiadas na sessão de 22 de agosto. Declararam voto contra esse projeto, de n. 55, Figueiredo (liberal), José Ângelo (liberal), Seráfico e Rodrigues Junior⁷³.

Tavares Bastos não defendeu a sua proposta das críticas a ela endereçadas por Figueiredo. Mas tomou a palavra “pela ordem” antes da Ordem do dia, para responder à insinuação, feita pelo deputado pernambucano, de que ele mudaria de lado facilmente, conforme as possibilidades de alcance do poder. Para tanto, recuperou a sua trajetória política, mas evitando mencionar suas ligações partidárias; dizendo não ambicionar cargos públicos, tentou parecer simplesmente como um defensor de idéias “úteis à pátria”⁷⁴.

Conforme vemos, em 1866 Bastos já discordava do governo Zacarias na questão

⁷⁰ *Idem, ibid.*

⁷¹ *Idem, p. 158.*

⁷² *Idem, ibid.*

⁷³ Sessão em 30 de agosto de 1866, p. 160.

⁷⁴ *Idem, p. 159-160.*

bancária, mas esse gabinete não lhe criou obstáculos, pelo menos na Câmara, quanto à questão da abertura da cabotagem. O mesmo ocorreu com relação à questão da abertura do Amazonas, feita por decreto de 7 de dezembro de 1866. Talvez, por conta dessa anuência, Bastos então não se colocava em inteira oposição ao gabinete, como quando o apoiou na delicada circunstância da votação da moção de desconfiança apresentada por Franco de Almeida em 6 agosto de 1866. É possível que tais acertos visassem a manutenção de um liame que fosse proveitoso nas eleições a serem realizadas para a 13ª legislatura, a iniciarse em 1867. Os documentos de que dispomos não permitem, entretanto, fazer uma afirmação segura nesse sentido.

Entretanto, essa hipótese se referencia no fato de que, garantido seu retorno à Câmara na legislatura seguinte, Bastos passou a fazer cerrada oposição a Zacarias, possivelmente em virtude das diferenças de opinião existentes entre o gabinete e o deputado em relação à política de navegação, de crédito e financeira, à política de imigração, e às lutas políticas na província das Alagoas.

O posicionamento de Tavares Bastos em relação ao ministério Zacarias se revelou já no debate acerca da resposta à Fala do Trono, num discurso em que também fez um questionamento do suposto poder do ministério em fazer o resultado das eleições e, deste modo, construiu uma imagem positiva do sistema representativo no Brasil. Nessa oposição, Bastos pareceu alinhar-se aos liberais de São Paulo, os quais se pronunciaram, pela primeira vez, na voz do deputado Gavião Peixoto (um empenhado defensor da imigração),⁷⁵ nitidamente contra a situação progressista. Num discurso, que viria a ser

⁷⁵ Desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto. Estava envolvido, como Bastos, na promoção da imigração, sendo um dos responsáveis pelos “trâmites legais” na fundação da Associação Auxiliadora da Imigração para São Paulo, fundada no final de novembro de 1865, mas que não chegou a funcionar. Conforme Alessandra F. Zorzetto, Gavião Peixoto “realizou carreira na magistratura, sendo designado promotor em Santos em 1849, chefe de polícia da província paulista em 1859 e eleito deputado imperial por São Paulo, em 1866. Neste mesmo ano, era proprietário de terras na região de Araraquara, nas quais empregava cerca de 240 escravos, entre homens, mulheres e crianças. (...) Gavião Peixoto mantinha relações pessoais e comerciais com outros fazendeiros paulistas, tendo uma irmã casada com José Vergueiro, o que lhe conferia uma rede de relações familiares envolvida com os negócios agrícolas. Outras ramificações de suas amizades se estendiam até a corte, sendo amigo pessoal do redator do *Diário do Rio de Janeiro* e agente de colonização em Nova Iorque, Quintino Bocaiúva. Diversificando seus interesses, em 1873, era capitalista domiciliado na capital da Província, dono da outra casa bancária existente na capital da Província.” (ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860*, p. 63-64 e p. 70)

elogiado pelo deputado alagoano e apoiado pelos liberais mineiros Cristiano Ottoni e Martinho Campos, Peixoto desenhou um quadro sombrio da situação: a falta de capitais para a lavoura, o déficit enorme, a predominância dos grupos provinciais na política interna, as complicações na política externa.

Diante desses graves problemas, disse Peixoto, deveria haver clareza e precisão no discurso da coroa e na resposta da Câmara, mas não era isso o que acontecia. Havia, nas duas peças, “um que de vago, um que de indefinível, como de abandono ao tempo, ao acaso, à fortuna. (Muito bem.)”⁷⁶

Haveria um contraste enorme entre as promessas da situação progressista e as suas realizações. Em primeiro lugar, não teria cumprido a promessa de “observância leal”, “execução fiel das leis”; em segundo, também prometeu e não cumpriu “a mais severa e escrupulosa economia dos dinheiros públicos”; pelo contrário, nunca “mais largas despesas e menos pensadas se fizeram.”⁷⁷

Apoiado em apertes pelos liberais mineiros Martinho Campos e Cristiano Ottoni, Peixoto apontou terceiro contraste entre promessas e realizações da situação progressista, contraste que se estabeleceria na questão da reforma da guarda nacional. Tendo prometido reforma no sentido de “dar mais liberdade aos cidadãos”, a situação estaria fazendo “alterações, fatais modificações, importantes e verdadeiras reformas, e sempre em sentido oposto!”⁷⁸ Ao contrário do que tinha prometido, a idéia do governo, expressa na Fala do Trono, seria mobilizar ainda mais a guarda nacional.

Em quarto lugar, e apoiado ainda pelos liberais mineiros, Peixoto contrastou o predomínio, no último pleito, das “alianças ocasionais”, feitas conforme as “vantagens das lutas do momento”, à promessa do governo de nobilitar as eleições, realizando “alianças de princípios”⁷⁹.

Por fim, em quinto lugar, Peixoto contrastou a promessa de reforma judiciária com

⁷⁶ Sessão em 04 de junho de 1867, p. 23. Esse *que* de vago era algo que sempre estava presente no estilo da Fala do Trono. Ao que parece, o alvo de Peixoto, ao questionar essa característica nessa Fala do Trono específica, era precisamente a “questão servil”, que aparecia pela primeira vez nesse documento, com a indicação de que devia “merecer *oportunamente* a vossa consideração”. A essa indicação, a comissão da câmara respondeu que a “Câmara dos deputados associa-se à idéia de *oportuna e prudentemente* considerar a questão servil no Império” (*Idem, ibid.*, itálico nosso).

⁷⁷ *Idem, ibid.*

⁷⁸ *Idem*, p. 24.

⁷⁹ *Idem, ibid.*

a ausência até mesmo de justificativa para o motivo pelo qual foi colocada de lado.

Cega a esses contrastes, a comissão da Câmara, em sua resposta à Fala do Trono, estaria, contudo, mais cautelosa que o próprio governo, no trato da questão da emancipação: enquanto no discurso da coroa era dito “apenas que cumpria considerar oportunamente o elemento servil no Império”, a comissão “entende que não basta a oportunidade, que também é preciso prudência para o conhecimento de tal matéria”⁸⁰. Apontando a existência desse senão na resposta à Fala do Trono, Peixoto afirmou que não via prudência em suscitar-se tal questão naquela época,

“quando todos os valores depreciam-se, quando a guerra nos está roubando os braços livres, quando se procuram novas formas de receita para aumentar a renda pública, quando a agricultura ainda não mereceu a prometida repartição hipotecária no Banco do Brasil, quando neste país é ela a grande fonte da receita pública e o principal elemento da nossa vida industrial?”

Mas, não só do ponto de vista econômico “este convite é *uma verdadeira proclamação de guerra social*”; também o seria do ponto de vista político, pois o “grande elemento de força e conservação para as nossas instituições nacionais” residiria na propriedade⁸¹. Por tais razões, Peixoto apresentou emenda ao projeto de resposta, desaprovando a presença da questão servil na Fala do Trono⁸².

Também questionou a resposta da comissão quando esta exaltou os benefícios do decreto de 7 de dezembro de 1866, abrindo o Amazonas, e quando “folga em saber que assinou-se em Paris e está em vigor uma declaração interpretativa do artigo 7º da convenção consular celebrada com a França”, interpretação que negaria a reciprocidade entre os dois países⁸³.

Prosseguindo no questionamento das políticas interna e externa, Peixoto terminou atacando a “administração financeira”, ao se opor à emissão de papel do governo. Sendo apoiado por Tavares Bastos, Peixoto afirmou que Zacarias violou a lei que ele próprio fez aprovar no ano anterior, deixando como única saída, para a situação financeira, o aumento

⁸⁰ *Idem, ibid.*

⁸¹ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

⁸² *Idem*, p. 26.

⁸³ *Idem*, p. 25.

de impostos⁸⁴.

Na seqüência, investiu contra a oposição de Peixoto (e de Bastos) o também paulista e liberal ministro da justiça Martim Francisco, alegando estranhar a oposição do correligionário de partido e província, um aliado até a véspera e o primeiro a invectivar o gabinete. No desdobramento de sua fala, Martim Francisco deixou claro que a questão com Gavião Peixoto dizia respeito a desentendimentos com o Partido Liberal de São Paulo. Explicitou que aceitara integrar o gabinete por esperar que os liberais na câmara acompanhassem o seu pensamento político. Se não havia essa comunhão de pensamento, o Partido Liberal devia desistir das posições que ocupou⁸⁵.

“Sr. presidente, permita-me a Câmara que eu manifeste a minha surpresa em relação ao discurso com que a nobre oposição acaba de estrear a discussão da resposta à Fala do Trono. Vejo e não creio, presencio e não posso acreditar. Pois o nobre deputado pelo segundo distrito de minha província, que há poucos dias estava em perfeita harmonia com a política que hoje vem impugnar, é que se encarregou de estrear em oposição a discussão da Fala do Trono? Pois o nobre deputado não sabe que tem vivido nestes últimos tempos em perfeita harmonia política comigo?...

(Há vários apartes.)

O SR. TAVARES BASTOS: - O que o nobre ministro da justiça quer dizer é que nós tínhamos a obrigação de aturá-lo sempre! *(Hilaridade; reclamações.)*

O SR. MARTIM FRANCISCO: - O aparte é tão pequeno como o seu autor.

O SR. TAVARES BASTOS: - Esta redarguição é de quem não é digno da cadeira que ocupa.

O SR. MINISTRO DA JUSTIÇA: - Não lhe respondo.

*(Há muitos apartes e reclamações; a voz do orador não se ouve.)*⁸⁶

Deixando a questão financeira para Zacarias, Martim Francisco respondeu ponto por ponto da arguição de Peixoto, finalizando com o questionamento da posição do deputado em relação à emancipação. Concluiu com acusação contundente: ao mostrar-se o liberal contrário a ela, estaria revelando-se um “emperrado”⁸⁷, isto é, um conservador “puro”.

Depois desse confronto entre o ministro e Peixoto, a discussão se tornou mais amena, acirrando-se novamente quando Tavares Bastos tomou a palavra, no dia seguinte. O deputado alagoano declarou que saía com “íntimo pesar” das fileiras progressistas, e fez

⁸⁴ *Idem, ibid.*

⁸⁵ *Idem, ibid.*

⁸⁶ *Idem, p. 26.*

⁸⁷ *Idem, p. 29.*

uma declaração de guerra ao gabinete⁸⁸. Nesse sentido, Bastos questionou a censura feita por Martim Francisco a Gavião Peixoto: cobrando-o pelo apoio ao governo nas eleições. Para defender os liberais paulistas dos ataques do ministro, Bastos recuperou o direito de liberdade de pensamento e do exercício da oposição, ou seja, defendeu a “dignidade de um representante da nação” contra a idéia de fidelidade ao ministério e do direito de intervenção incontrastável do governo nas eleições. Com isto, valorizou a importância política dos distritos e das províncias:

“Acreditará a câmara que um membro do parlamento na manifestação de suas opiniões políticas nem ao menos tenha a liberdade da escolha? Será possível que um ministro possa desvanecer impunemente de haver determinado neste ou naquele sentido o voto popular?

(...)

Sr. presidente, perguntarei ao nobre ministro da justiça: desde quando relações pessoais, manifestações de deferência e amizade obrigam o voto político de representante da nação? *Do alto da sua grandeza ministerial, presume o nobre ministro que é na verdade o grande eleitor do Partido Liberal por S. Paulo*, desse ilustre partido dignamente representado nesta casa pelo meu amigo que ontem rompeu o debate na discussão da resposta ao voto de graças?

Será crível que carecesse dos favores do ministério o ilustre candidato meu amigo, que merecera a honra de ser apresentado em escrutínio prévio pelo corpo eleitoral de dois distritos de sua província?

Será possível que a província de S. Paulo, que em 1861, nessa época de frementes lutas, ousara mandar a esta casa um grupo brilhante de deputados da oposição, hoje curvasse a cabeça aos decretos do nobre ministro, e arredasse do parlamento o Sr. Gavião Peixoto ao simples aceno do grande eleitor? Ou não será antes presumível que, se o Partido Liberal de S. Paulo cerrasse fileiras, poderia fechar as portas desta casa ao Sr. ministro da justiça? *(Reclamações; muitos apoiados. Há vários apartes.)*⁸⁹

Em seguida, Bastos passou a defender sua própria posição, afirmando que devia o seu mandato à sua província - que reconheceu o modo como já vinha atuando no parlamento - e que não se curvaria às ordens do ministro:

“Quanto a mim, pois que o nobre ministro parecera também dirigir-se a mim, confesso que sou pequeno (eu bem o sei); mas não quisera a honra de assentar-me nestes bancos pelo favor do Sr. ministro: não! Esta cadeira que ocupo, pertence-me, porque a devo, tenho disso desvanecimento, ao modo como tenho aqui desempenhado o meu papel. Ah! Senhores! Eu presumo que a minha província não

⁸⁸ Sessão em 5 de junho de 1867, p. 52.

⁸⁹ *Idem, ibid.*; itálico nosso.

seria dócil aos acenos de um ministro que o acaso atirou às alturas do poder!”⁹⁰

Feitas as considerações defensivas em relação à fala de Martim Francisco, Bastos expôs, então, os motivos de seu rompimento com o gabinete. Nessa explanação, ficou explícito o fracasso da tentativa de formação de um partido resultante da liga entre antigos conservadores e liberais. Bastos, o mesmo deputado que tinha falado, em 1865, de um novo Partido Liberal, resultante da liga, afirmava agora, com todas as letras, que a razão principal de sua discordância com ao gabinete Zacarias residia em que *ele não acreditava mais na possibilidade de que viesse a se consolidar um terceiro partido*, uma vez que o programa anunciado não fora traduzido em fatos, e que, na combinação partidária tentada, não teriam entrado homens de valor político suficiente:

“Eu pensei em algum tempo que, além dos dois partidos legitimados no parlamento, um outro se podia formar com idéias definidas, com bases sólidas, atravessando incólume os embates da política. Mas os acontecimentos, os tristes acontecimentos contemporâneos, acabaram de mostrar que, atualmente ao menos, só dois partidos são possíveis: o dos meus nobres colegas que se assentam nos bancos da oposição conservadora e o dos que pertencem à oposição liberal, ambos em luta com o atual governo. (*Muitos apoiados.*)

Senhores, como é que poderia viver e consolidar-se um terceiro partido? Seria preciso que se realizassem duas condições: que esse outro partido houvesse sido fiel ao sério propósito de traduzir em fatos o programa que anunciasses, e que na sua combinação entrassem homens de tão subido valor político, de tão manifesta importância moral, de tão inquestionável prestígio, que a sua opinião pudesse bem discriminar essa política.”⁹¹

Que o programa do terceiro partido não se realizara na gestão dos gabinetes desde 1864, seria evidente. Quanto aos homens, Bastos declarou que “*o prestígio de que carecem os apóstolos de uma nova doutrina falta àqueles que pretendem hoje sustentar as ruínas de uma bela concepção.*”⁹²

Logo a seguir, esses “apóstolos” de prestígio insuficiente para sustentar a situação progressista foram nomeados. Desferindo golpes especialmente em Zacarias e Martim Francisco, o deputado afirmou que eles não tinham capacidade parlamentar nem

⁹⁰ *Idem*, p. 52-53. . Depois de aparte de Martim Francisco, que diz estar no poder “pelo voto muito legítimo da província e eleito antes do nobre deputado entrar na política”, Bastos recua, e retira as palavras acima transcritas, porque “quero discutir com liberdade, mas como cavalheiro.” (*Idem*, p. 53)

⁹¹ *Idem*, *ibid.*

⁹² *Idem*, *ibid.*; itálico nosso.

administrativa⁹³.

Desqualificados os ministros e os “progressistas” em geral, Bastos arrematou a sua argumentação dando a entender que, naquele momento, estaria voltando para as hostes liberais, às quais teria pertencido, antes de aderir ao progressismo. Afirmou que “pensei que cumpria solenemente um dever, sobre cuja gravidade não me iludo, pedindo de novo aos meus amigos o lugar que ocupava em suas fileiras. (*Muitos apoiados.*)”⁹⁴

Entretanto, ao rememorar este percurso, o deputado apagou a lembrança de que - conforme descobrimos em seus próprios discursos de 1861, comentados no primeiro capítulo deste trabalho - ele se alinhava inicialmente aos conservadores moderados, antigos adversários dos liberais⁹⁵. Com isto, preparou o terreno para a utilização posterior de um

⁹³ *Idem*, p. 53. “A minha opinião é que não basta que um gabinete, em uma situação qualquer, se diga pertencer ou representar a opinião dominante; é preciso antes de tudo que por seus visíveis serviços, que por seus notórios talentos, pelo seu prestígio no país, os membros do gabinete tenham-se tomado dignos de um assento nos conselhos da coroa e de corresponderem a todos os encargos que lhe são inerentes. (*Muito bem.*)

Que importa dizerem-se os ministros liberais, se nesta situação do país tão grave, como em toda a parte se diz, nos documentos oficiais, na vossa imprensa, na nossa imprensa, aqui, fora daqui; se nesta situação tão grave, o nobre ministro da fazenda, por exemplo, o presidente do conselho, surpreende a todos que acreditavam na vastidão de seus conhecimentos, na superioridade dos seus talentos, nos apresenta uma exposição do tesouro pálida, fria, indecisa, obscura, incompleta, extraordinária!

Se o fato de levantar uma bandeira bastasse para que qualquer pudesse assentar-se nos conselhos da coroa, o último dos homens políticos de um partido podia ser amanhã um ministro de estado. (*Apoiados.*)

Mas em nenhum é lícito sentar-se em uma daquelas cadeiras sem ter exuberantemente provado essa capacidade parlamentar, condição indispensável do nosso regime, e essa capacidade administrativa, sem a qual não marcham os negócios públicos. (*Apoiados*) Essas cadeiras devem ser disputadas, conquistadas!

Compreende-se que eu me sinto embaraçado em demorar-me neste terreno; mas peço licença para aproveitar-me de uma frase do nobre ministro da justiça, proferida no decorrer do seu discurso de ontem. (...) ele disse que a cadeira de ministro não é um leito de rosas, que é um leito de Procusto. Ah! senhores, o ministério é, com efeito, às vezes um leito de Procusto, em que os favoritos da fortuna carecem distender as suas dimensões se esse leito é mais vasto, e encolhê-las quando ele é mais curto! É um posto doloroso e estragador para aqueles que o ocupam abandonando as idéias que professavam, ou quando, na ausência de idéias próprias, é preciso apanharem aquelas que encontram lançadas no tapete do conselho! Senhores, se é preciso não ser um parlamentar para ser ministro, se qualquer pode governar o país mesmo na sua mais complicada situação, nas suas mais críticas circunstâncias, então isto que fazemos aqui é uma farsa: então, senhores, falemos de outra coisa. (*Muitos Apoiados. Hilaridade.*)”

⁹⁴ *Idem*, *ibid.*

⁹⁵ Tavares Bastos realizava, desta maneira, uma construção de memória semelhante à apontada por Cecília Lorenzini de Salles Oliveira em obra de Zacarias, qual seja, a de tentar fazer esquecer uma ligação inicial ao Partido Conservador, compondo uma imagem de permanente filiação ao Partido

recurso político que ele próprio qualificaria como poderoso: a recuperação da memória da atuação liberal do passado como algo positivo, com o intuito de selar a unidade política indispensável para uma experiência duradoura no poder. A esta questão voltaremos mais adiante.

Justificado o seu abandono das fileiras progressistas, e acompanhamento da fração liberal que também desistia, naquele momento, da liga, Bastos passou a fazer “reparos muito sérios”, “protestos muito solenes”, à Fala do Trono problematizando a maior parte dela. Questionou inicialmente os procedimentos do ministro da guerra quanto ao conflito com o Paraguai, e propôs emenda no sentido de que fossem apressadas as medidas conducentes à vitória. Em segundo lugar, propôs emenda a parágrafo referente à situação do tesouro, num protesto contra o mau estado dele, e num apelo para a promoção dos melhoramentos materiais de que dependeria o maior desenvolvimento da renda pública. Protestou contra o exagero nas despesas do governo, em particular contra as feitas com o telégrafo elétrico do sul do Império, questão em relação à qual concluiu de modo que defendeu a entrega do serviço a empresas particulares⁹⁶.

Bastos continuou, protestando contra lacunas inscritas no relatório do ministério da Fazenda, especialmente contra a ausência de qualquer consideração sobre impostos, silêncio que seria surpreendente:

“Em vez de seus estudos e da sua opinião, o nobre ministro trouxe ao parlamento um amontoado de opiniões anônimas, que não esclarecem o assunto. Nas atuais circunstâncias, um ministro da fazenda abstém-se de emitir opinião sobre a mais grave das questões da sua pasta! Isto é novo e singular! (*Apoiados.*)”⁹⁷

Aprofundando sua crítica até o nível de uma denúncia, Bastos alegou também que a lei aprovada por Zacarias na sessão anterior, acerca do Banco do Brasil, não fora cumprida em dois pontos: em primeiro lugar, a soma de notas do banco resgatadas foi menor do que a determinada pelas disposições da lei, circunstância que contribuiria para diminuir “a garantia do papel bancário”; em segundo lugar, não tinha sido criada a repartição

Liberal. (OLIVEIRA, Cecilia Helena L. de Salles. *Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*. In: _____ (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 2002, p. 49).

⁹⁶ Sessão em 5 de junho de 1867, p. 54-55.

⁹⁷ *Idem*, p. 55.

hipotecária no banco, tal como o previsto na lei⁹⁸.

Sob os risos de Zacarias, Bastos fez “um libelo” contra “um fato de muito maior gravidade”: “a emissão ilegal de papel moeda”. O ministro da Fazenda teria procedido a “substituições por antecipação”, isto é, a emissão de notas correspondentes a uma substituição que só viria a ocorrer no futuro, procedimento que era ilegal:

“O Sr. ministro confessa que lançou na circulação 2.300:000\$ de notas do governo, não por efetiva substituição de outras, mas como antecipação do resgate que no futuro se haja de fazer.

Eu já chamei a isto moeda falsa. Mas não tenho palavras para fulminar este inqualificável abuso. (...)”

Na escolha dessas palavras e argumentos, com o intuito de flagrar contradições e irregularidades no comportamento do presidente do conselho, Bastos lembrou uma crítica feita pelo conservador Itaboraí, na sessão do senado de 6 de junho de 1866, quando o senador teria chamado aquele procedimento financeiro de um “atentado”⁹⁹, termo e crítica com os quais Zacarias concordara na época. E, em função deles, feito votar a lei de 12 de setembro de 1866 justamente para coibir tais abusos, os quais ela puniria como emissão de moeda falsa. No parágrafo 7º do artigo 1º, a lei declararia incorrer

“nas penas de moedeiros falsos aqueles que *fizerem sair ou consentirem que saia da caixa de amortização qualquer soma de papel-moeda, a não ser por troco ou por efetiva substituição, ou para ser entregue ao tesouro em virtude de lei*”¹⁰⁰.

Bastos astutamente dirigiu a Zacarias acusação definida nos termos da própria lei que o presidente do conselho fizera aprovar um ano antes; deste modo, flagrava um procedimento que o ridicularizava e desmoralizava. Diante dessa revelação, não restaria para o presidente do conselho – completou Bastos, com ironia - senão a saída de socorrer-se do argumento das boas intenções:

“Como, senhores, não pasmar diante disso? Onde irá socorrer-se o nobre ministro? Na retidão das suas intenções? Isto recorda-me os célebres versos que Molière põe na boca de Tartufo:

*‘Selon divers besoins, il est une science
D’étendre les liens de notre conscience;
Et de rectifier le mal de l’action
Avec la pureté de notre intention.’*

⁹⁸ *Idem*, p. 56.

⁹⁹ *Idem*, *ibid.*

¹⁰⁰ *Idem*, p. 57; itálico no original.

(*Hilaridade.*)”¹⁰¹

E finalizando suas considerações acerca da Fala do Trono, Bastos, “passando a questão do Amazonas” (seu projeto de interesse particular já resolvido no ano anterior) apresentou emenda da oposição no sentido de que nela fosse incluída a reforma judiciária, a qual não poderia faltar nos compromissos políticos de um ministério que se dizia liberal:

“Sr. presidente, esta emenda traduz bem o nosso pensamento. Um ministério que se diz liberal, o que não contesto, estimando ao contrário que o seja, na primeira vez que aparece ao novo parlamento omite, no anúncio com que começam sempre estas solenidades, o primeiro dos compromissos de um programa liberal, as garantias das liberdades públicas, a reforma judiciária, que deve assegurar essas garantias.

A que fica reduzido o programa do ministério? Às questões de recrutamento, de justiça militar, do quadro dos oficiais da armada, da guarda nacional?

O SR. MINISTRO DA AGRICULTURA: - Acrescente as da abertura do Amazonas, da extinção do elemento servil, etc.

O SR. TAVARES BASTOS: - Não se fala senão de guerra, de guerra, de guerra! Nisto se resume o programa do gabinete. Em um programa, em que até entra a reforma do quadro dos oficiais da armada, com que parece profundamente preocupado o nobre ministro da marinha, como se fora isso uma questão capital nas presentes circunstâncias, nem ao menos uma palavra sobre a reforma judiciária!

Por quê? Por causa da guerra? Senhores, não são as câmaras que acham-se no Paraguai; depois de tantos anos de esterilidade, elas podem e devem aplicar-se à solução de sérios negócios. Em um programa que abrange questões secundárias não é lícito lamentar a ausência da reforma judiciária, essa questão suprema do Partido Liberal? (*Apoiados.*)”

Além da reforma judiciária, prioridade também deveria ser dada ao

“gravíssimo assunto da reforma e da descentralização das administrações provincial e municipal. (*Apoiados.*)

Mas o ministério é liberal! Preocupa-se com o melhoramento da instrução pública, e foi ele, foi o atual ministério, que abriu o Amazonas. Senhores, quanto à questão do Amazonas... passemos o Amazonas! (*Apoiados.*)”¹⁰²

Ouvindo protestos dos governistas, Bastos de fato “passa” a questão que o aproximaria do ministério, haja vista que este assinara, em dezembro do ano anterior, decreto realizando a medida pela qual o orador batalhara ardentemente. Exaltou a presença da questão da instrução pública na Fala do Trono, mas afirmou que o governo “não está

¹⁰¹ *Idem, ibid.*

¹⁰² *Idem, ibid.*

habilitado para começar um debate sobre a questão”¹⁰³.

Questionando ainda o liberalismo do ministério, Bastos referiu fato que mostraria Zacarias, e todo o seu gabinete, possuidor de preconceito ultramontano¹⁰⁴.

Para finalizar, o deputado elogiou a preocupação do governo com a questão da emancipação. Não concordou, quanto a este ponto, com Gavião Peixoto. Lamentou, contudo, citando Guizot – que seria o “orador favorito” de Zacarias – o fato de o governo levantar a questão sem ter sobre ela um projeto elaborado. Um pouco antes da revolução de fevereiro de 1848, o chefe de gabinete francês ter-se-ia esquivado de emitir opinião sobre determinado projeto de reforma parlamentar, sobre tema menos grave que o da escravidão, porque considerava isso perigoso, tendo em vista que em tal questão “prometer é mais que fazer”:

“(…) ‘prometendo destrói-se o que existe, e não se o substitui. Um governo sensato pode e deve algumas vezes fazer reformas; não as proclama porém, com antecedência. Quando julgar chegado o momento, obra, até então, cala-se.’
(*Muito bem; muito bem. Quase todos os Srs. deputados presentes dirigem-se ao orador para cumprimentá-lo.*)”¹⁰⁵

No dia seguinte, 7 de junho, Zacarias respondeu a todos os que se pronunciaram em oposição, especialmente a Peixoto e Bastos. Não havia, disse ele em primeiro lugar, procrastinação da guerra. A demora no alcance do fim da peleja resultaria da revolução na Argentina e da *cólera-morbus*¹⁰⁶. Quanto ao tópico referente à emancipação, criticado por Peixoto, Zacarias afirmou ser ele “título de glória” para o gabinete. E informou que tinha sido oferecido para estudo do conselho de estado “um projeto contendo certas bases”, o qual já estaria sendo examinado por uma comissão de conselheiros¹⁰⁷. Ainda contrariamente ao que tinha dito Peixoto, não houvera humilhação do governo brasileiro em suas relações diplomáticas com a França¹⁰⁸. No que tangia à emissão de papel, questionada tanto por Peixoto quanto por Tavares Bastos, Zacarias declarou ter sido também ela decorrente da guerra. E não estaria produzindo a baixa do câmbio, como supusera o deputado paulista. A manutenção do câmbio teria sido mesmo tornada possível

¹⁰³ *Idem, ibid.*

¹⁰⁴ *Idem, p. 57-58.*

¹⁰⁵ *Idem, p. 58.*

¹⁰⁶ Sessão em 7 de junho de 1867, p. 65.

¹⁰⁷ *Idem, p. 66.*

¹⁰⁸ *Idem, ibid.*

pela lei de 12 de setembro¹⁰⁹. Não havia, continuou Zacarias, como acabar com os créditos suplementares e extraordinários criticados por Peixoto, e o relatório da Fazenda não seria defeituoso como ele apontava. Isto porque definia a economia como primeiro meio para enfrentar o déficit. E afirmava que o estabelecimento de impostos era necessário, mas não resolveria o problema imediato do governo, pois ainda dependeria de regulamentos e medidas preliminares. Empréstimos externos e internos, afirmou Zacarias, seriam impossíveis para o governo, que não via outra saída senão a emissão de papel, diante das despesas da guerra. Essa emissão implicaria novos impostos, e isso o governo nem precisava dizer expressamente, como solicitara Tavares Bastos¹¹⁰.

Respondendo por fim especificamente ao deputado alagoano, no que dizia respeito à política geral, Zacarias argumentou que, tendo Bastos afirmado a impossibilidade de “admitir a existência do partido progressista”, não tinha ele o direito de retirar dos progressistas, do governo, o qualificativo de liberais:

“A causa principal de retirar-se o nobre deputado do governo, se resume na impossibilidade em que está o seu espírito de admitir a existência do partido progressista. E disse: ou liberais, ou conservadores.

Respondo ao nobre deputado: o governo é liberal (*muitos apoiados*); os progressistas são liberais (*Apoiados; muito bem.*). Com que direito nos exclui da qualificação de liberais? (*Muito bem.*)”¹¹¹

Não seria pelo motivo apontado por Bastos que ele tinha se separado do governo, mas sim pelo fato de aspirar ao poder:

“(…) direi francamente que S. Ex. separou-se de nós, não pela razão principal que alegou, mas por outra de ordem diversa. O nobre deputado tem consciência de seus talentos, acha agradável a atitude de sucessor, aspira ao poder...

O SR. TAVARES BASTOS: - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Eis aí tudo. Para que investigar e produzir outras razões do fenômeno? A razão alegada não procede, porque se fosse a impossibilidade do partido progressista, que apartou de nós o nobre deputado, como é que S. Ex., que há tanto tempo estava conosco e nos auxiliava, só agora descobriu essa impossibilidade? (...)”

Na seqüência, Zacarias atirou na face de Bastos o decreto de abertura do Amazonas:

“(…) Eu folgo com ver o nobre deputado na posição que lhe compete, embora

¹⁰⁹ *Idem*, p. 67.

¹¹⁰ *Idem*, p. 67-69.

¹¹¹ *Idem*, p. 72.

deplora, por outro lado, a privação de um auxiliar tão valioso de quem recebíamos úteis conselhos.

O SR. TAVARES BASTOS: - V. Ex. nunca me ouviu como conselheiro.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Ainda há pouco, sobre trabalhos relativos ao Amazonas.

O SR. TAVARES BASTOS: - Ouviu a muitos.”¹¹²

Prosseguindo, Zacarias considerou as “razões ocasionais” da oposição de Bastos ao ministério. Quanto ao censurado abandono dos melhoramentos materiais pelo governo, o presidente do conselho disse que as despesas foram adiadas por conta da guerra. Em relação especialmente ao prolongamento das vias férreas, não tinha sido feito por depender de lei cujo projeto ainda estava pendente no Senado¹¹³. No que dizia respeito aos grandes gastos na marinha, foram defendidos com o argumento de que não havia que se economizar quando se tratava de guerra. Já a despesa com o telegrafo elétrico, o governo não podia deixar de fazê-la, porque “encontrou esse serviço em andamento e não podia embarçá-lo, mas opôs-se a que prosseguisse logo que fosse possível, sem dano, interrompê-lo”.

A reforma judiciária também seria questão adiada para depois da guerra, pois “compreende essencialmente o melhoramento da sorte da magistratura, e isso requer despesa que nas circunstâncias presentes o tesouro não comporta”.

Quanto à acusação de ultramontanismo, Zacarias defendeu a religião de Estado, admitindo ter impedido a recondução de Macedo Soares ao cargo de juiz municipal por ter escrito opúsculo atacando-a e também defendendo equalização constitucional entre cidadãos naturais e naturalizados¹¹⁴.

Finalmente, Zacarias voltou-se à “parte financeira” do discurso de Bastos. Defendeu-se inicialmente contra críticas feitas pelo deputado ao seu relatório¹¹⁵, para depois entrar na acusação que lhe foi feita de constituir moedeiro falso, “expressão própria para magoar-me, tanto mais partindo de uma voz argentina, sempre até então grata aos meus ouvidos. (*Risadas.*)”

¹¹² *Idem, ibid.*

¹¹³ *Idem, ibid.*

¹¹⁴ *Idem*, p. 73. A Sociedade Internacional de Imigração, de que Bastos era um dos diretores, comprou e distribuiu gratuitamente exemplares desse opúsculo, intitulado *Da liberdade religiosa no Brazil (Sociedade internacional de immigração. Relatório annual da directoria, p. 3)*.

¹¹⁵ *Idem*, p. 74-75.

Dividindo a acusação de Bastos em duas partes, Zacarias disse ser a primeira a de que “violei a lei do banco”, a lei de 12 de setembro de 1866, “porque não resgatei ainda com papel do governo a soma de papel bancário, cuja retirada da circulação ficou à conta do mesmo governo.”¹¹⁶ Lembrou que no próprio discurso do deputado haveria a admissão de que já teria resgatado mais da metade da soma prevista, e que a lei não marcaria prazo improrrogável para a substituição.

A outra parte do libelo de Bastos

“versa sobre a substituição de notas do tesouro por outras da mesma origem, quando alguma classe de valores, ou por dilaceração, ou por falsificação, tem de ser recolhida à caixa de amortização em troca de novos valores”¹¹⁷.

Retomando fala de Itaboraí citada por Bastos, Zacarias respondeu ao deputado de modo que não parecesse irregular a existência, em sua administração, de uma disparidade entre os valores das notas que saíam e os das que eram substituídas:

“Sob o regime desse expediente acontece que entre a saída dos novos valores e a entrada dos valores cuja troca se pretende há um tempo em que a emissão de papel-moeda é mais do que devera ser, embora não cesse nem se interrompa por parte do tesouro o reconhecimento das notas que devem ser substituídas.”¹¹⁸

Mas, a seguir, o ministro fez afirmações que dão a entender que tal disparidade era produzida intencionalmente, com o intuito de angariar recursos para o tesouro. Argumentou que seu relatório, ao contrário dos apresentados pelos seus antecessores, advertia para a possibilidade de abuso que essa prática abria. Afirmou que consentira

“que a prática prosseguisse, com a firme intenção de pedir ao corpo legislativo escusa, em vista da absoluta necessidade do tesouro na ocasião.

Sigo a doutrina que no mesmo debate sustentou no senado o referido senador [Itaboraí], a saber – que acima de todas as disposições vigentes está a obrigação de salvar a sociedade -, uma vez que o governo dê conta de seus atos aos representantes da nação e se sujeite ao seu julgamento.”¹¹⁹

Além de Bastos e Peixoto, os adversários mais eloqüentes do momento na Câmara, Zacarias também respondeu a questionamentos dos outros deputados que o censuraram, em várias questões. Sob apartes negativos de Martinho Campos, apresentou um motivo para o

¹¹⁶ *Idem*, p. 75.

¹¹⁷ *Idem*, p. 76.

¹¹⁸ *Idem*, *ibid.*

¹¹⁹ *Idem*, *ibid.*

adiamento das eleições no Rio Grande do Sul¹²⁰: ele teria sido imposto pelas necessidades da guerra. Justificou-se ainda quanto à medida de libertação de escravos da nação para seu envio ao Paraguai, dizendo constituir essa medida não uma ofensa à constituição, como dizia a oposição, mas sim uma ofensa à lei, justificável pelas circunstâncias da guerra¹²¹.

Tais circunstâncias também teriam exigido o envio de presos de Fernando de Noronha, depois que tiveram suas penas perdoadas, ponto que foi levantado pelo liberal Barros Pimentel. Contra este mesmo deputado, Zacarias sustentou as nomeações de adversários para o Conselho de Estado, dizendo que o lugar de conselheiro não era de confiança¹²².

Retomando afirmação do liberal Bezerra, de que seria preciso enxergar a diferença que existia entre liberais e conservadores, e que essa diferença residiria em que os primeiros seriam partidários da descentralização e os últimos da centralização¹²³, não tendo razão de ser um partido progressista, Zacarias considerou que a análise do deputado sobre as distinções políticas era simplificada, e tergiversou dizendo que, estando no momento diante de problemas mais importantes, não faria questão de nomenclatura de partidos¹²⁴.

Zacarias defendeu ainda, da crítica de Bezerra, as graças concedidas pelo governo a doadores de libertos para combater na guerra¹²⁵.

Finalmente, num posicionamento que mostra bem a sua maleabilidade conforme as circunstâncias, e o caráter instrumental da questão do poder moderador nos debates do período, Zacarias - numa fala que era complementar à de Bastos sobre o peso dos distritos eleitorais nas eleições -, destoando completamente de suas proposições do início da década, disse que era preciso deixar de lado essa questão:

“Senhores, a questão do poder moderador como parte integrante do caos descrito pelo nobre deputado do município neutro deve acabar de uma vez, por honra dos partidos. É necessário que tenhamos fé em nossa dignidade e independência, para acreditar que os poderes supremos do país giram na sua verdadeira esfera.

Não esqueçamos uma circunstância, e é que do mesmo modo que levamos a censura

¹²⁰ As eleições do Rio Grande do Sul foram adiadas para depois da guerra, por decreto de 19 de dezembro de 1866 (TAUNAY, Afonso d'Escagnole. *A Câmara dos deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950, p. 186).

¹²¹ Sessão em 7 de junho de 1867, p. 65.

¹²² *Idem*, p. 71-72.

¹²³ Sessão em 4 de junho de 1867, p. 30.

¹²⁴ Sessão em 7 de junho de 1867, p. 70.

¹²⁵ *Idem*, *ibid.*

a esmo a tudo e a todos, assim fora daqui será julgada a Câmara dos Deputados. Quem com ferro fere, com ferro será ferido. Se adotamos o hábito de julgar mal de todos, perdemos o direito de ser julgados com justiça, ainda quando procedamos bem. As eleições no Império não são exatamente aquilo que uma nação civilizada reclama. Ainda nenhum ministério pôde proceder a eleições de modo que não se suscitasse censuras. Para que, pois, levantá-las? Quem poderá desvanecer-se em nosso país de ter feito uma eleição totalmente extreme de censura?”¹²⁶

O presidente do conselho enfrentou, nessa discussão da resposta à Fala do Trono, não apenas a oposição de seus ex-aliados desistentes da Liga Progressista, mas também a dos conservadores, que o tinham apoiado na discussão da lei bancária de setembro de 1866. Dia 10 de junho de 1867, o baiano Fernandes da Cunha fez um de seus costumeiros longos, precisos e ferinos discursos, desta vez focando a situação progressista. Esta foi defendida pelo conservador moderado Souza Carvalho, relator da comissão de resposta à Fala do Trono, num pronunciamento inusitado porque, como membro da maioria que apoiava o governo que fizera as últimas eleições, não deixava de admitir ter havido intervenção oficial nelas, intervenção que seria “inevitável no atual sistema administrativo”¹²⁷. Além disso, Souza Carvalho emitiu uma opinião, reforçando a argumentação progressista, que é em parte confirmada pelos debates do período: a de que as “raias” entre os partidos apagar-se-iam quando se tratava da questão da emancipação, da questão religiosa e da do casamento civil, da reforma eleitoral, e da liberdade comercial, mas que

“(…) Pelo menos há um ponto sobre o qual os nossos partidos parecem não ter dúvidas, e vem a ser os grupos provinciais a quem desejam que se entreguem a influência e posições oficiais quando sobem ao poder.”¹²⁸

As questões pessoais, isto é, vinculadas às relações estabelecidas pelos políticos nas províncias, e não os grandes temas discutidos no parlamento, é que teriam preponderância na política do Império. Outra não seria a explicação, segundo Souza Carvalho ao enfrentar as restrições colocadas por Bastos, para a última mudança de posicionamento daquele deputado ao injustamente criticar o ministério. Somente as questões pessoais explicariam a oposição do deputado alagoano a um partido político que realizou todas as suas idéias de abertura econômica, as únicas que o deputado considerava importantes:

¹²⁶ *Idem*, p. 71; itálico nosso.

¹²⁷ Sessão em 12 de junho de 1867, p. 173.

¹²⁸ *Idem*, p. 170.

“Senhores, quais são essas idéias defendidas pelo nobre deputado, que o Partido Liberal-progressista e o atual ministério não têm posto por obra? Será a liberdade da cabotagem?

Esse partido a consagrou e pôs em efeito por um decreto. Será a navegação a vapor para os Estados Unidos, essa navegação de que o nobre deputado esperava tão grandes resultados, a transformação do país, e até a abolição do estudo do latim, que, na sua opinião, de nada serve? A idéia da navegação dos Estados Unidos, que tanta popularidade deu ao nobre deputado na América do Norte, é já fato consumado, e pelo partido dominante. Será a abertura do Amazonas? O ministério atual a resolveu por um decreto. Será a questão servil, essa questão tão grave e tão difícil? Sem embargo disto, o atual gabinete a esposa e compromete o governo para resolvê-lo.

(...)Como, pois, esquece-se disto o mesmo deputado, e alega uma omissão, que não existe, como motivo de sua lamentável separação do nosso grêmio, de sua incrível hostilidade ao partido da navegação dos Estados Unidos, da liberdade de cabotagem, ao partido e ao ministério da abertura do Amazonas e do projeto de reforma da instituição servil?! Já se vê, pois, que a nova evolução política do nobre deputado só pode ser explicada pela influência absorvente das questões pessoais, influência da qual, já o confessei humildemente, não me lisonjeio de ficar preservado em todas as circunstâncias. (...).”¹²⁹

O discurso de Souza Carvalho abarcava de maneira homogênea o período concernente aos governos da liga, desconsiderando também as divisões nela existentes, no intuito de identificar as propostas de Bastos, sem fissuras, “à atual situação”, transformando com isto as mudanças do deputado em algo que resultaria apenas de problemas comezinhos e sem relação com os embates travados no interior do chamado “partido progressista”. Esse esforço de desqualificação das diferenças de Bastos terminou, contudo, por ressaltar a importância delas na revelação de que a “situação” sofria de uma grande fragilidade, resultante justamente dos conflitos particulares que corroíam a sua unidade. Algumas das razões pelas quais Bastos passou, de arauto do “novo Partido Liberal” durante o gabinete Olinda, para esse opositor agressivo que vemos no período do gabinete Zacarias, é o que veremos mais adiante.

Depois da fala de Souza Carvalho tentando conjurar a separação de Bastos da “situação”, os conservadores voltaram à carga, no ataque ao ministério através de Saião Lobato, que falou no mesmo dia 12 de junho. Saião desancou Zacarias, a liga e o ministério. O ministro se defendeu em 14 de junho. Saião fez uma réplica no dia 15 e Zacarias uma tréplica no mesmo dia, na qual repetiu a importante afirmação, realizada no

¹²⁹ *Idem*, p. 171; itálico nosso.

final da sessão anterior, por ocasião da discussão da lei bancária, de que não adotava a política de pluralidade de emissão de Souza Franco¹³⁰.

Apesar da veemência dos discursos da oposição, fosse ela liberal ou conservadora, o ministério Zacarias nesse momento ainda contava com maioria, conforme é possível ver na votação das emendas, feita nominalmente, em que o ministério venceu por um pouco mais que o dobro dos votos da oposição¹³¹.

A discussão política retornou, com nomes menos expressivos, na discussão do artigo 1º da fixação da força naval, que aconteceu entre 19 de junho e 2 de julho de 1867. Os discursos mais eloqüentes foram pronunciados na discussão de um crédito suplementar ao ministério da fazenda (em que o governo pedia autorização para emitir 50 mil contos de papel moeda), que começou no dia 5 de julho, e na discussão da fixação da força de terra, iniciada no dia 9 de julho.

Na discussão do crédito suplementar, os conservadores, que tinham estado ao lado do ministério quanto a essa questão no ano anterior, aproximaram-se agora dos liberais, ao se opor à política de emissão do gabinete. Segundo Paulino de Souza, conservador fluminense, filho do visconde de Uruguai, primeiro deputado a falar contra o crédito pedido pelo governo, a soma de papel moeda cuja autorização para emissão era solicitada, era um despropósito por ser “quase igual à que se achava em circulação quando em 1846 se firmou o novo padrão monetário do Império”¹³². Havendo já excesso de papel moeda em circulação, segundo o deputado –nessa circunstância apoiado por Tavares Bastos –, seria preciso retirar parte dele, e não emitir mais. O meio, proposto pelo governo para adquirir recursos para acudir às despesas extraordinárias, era ruim. Preferíveis a ele seriam três outros:

1º Economia, “o meio por excelência em finanças”;

2º Novos impostos, que seriam em tais circunstâncias inevitáveis, mas que não resolveriam o problema, por não trazerem recursos imediatos;

¹³⁰ Sessão em 15 de junho de 1867, p. 217. Depois do duelo entre Zacarias e Saião Lobato, Belfort Duarte falou por último na discussão da Fala do Trono, em 17 de junho, pronunciando um discurso em que disse negar “pão e água ao ministério”, por ser ele “incapaz, incapacíssimo!” (Sessão em 17 de junho de 1867, p. 234.)

¹³¹ Sessão em 17 de junho de 1867, p. 234-235.

¹³² Sessão em 5 de julho de 1867, p. 69. A soma correspondia também a mais de um terço da que havia em circulação: 114.290:000\$, conforme discurso de Saião Lobato, em 9 de julho.

3º Empréstimos, que na opinião de Zacarias seriam difíceis de conseguir dentro e fora do país.

Questionando essa suposta impossibilidade de obter empréstimo externo, Paulino propôs com ênfase um plano para oferecer ao tesouro, “de pronto”, “os meios de acudir às despesas que tem de fazer e ao pagamento das letras, que, vencidas, exigirem reembolso.”¹³³ Tratava-se de recorrer a empréstimo interno, porque no país “há recursos muito além dos necessários para conclusão da guerra e melhoramento das finanças”¹³⁴. Tal proposição foi assim exposta:

“O modo e as condições da operação seriam as seguintes: Emitir o governo títulos, letras ou notas, pois que o papel de que se trata teria os caracteres de empréstimo e de meio circulante, dos valores de 100\$, 200\$, 500\$ e 1000\$, vencendo o juro anual de 7,3% resgatáveis ao par metálico do nosso padrão monetário, em um prazo nunca menor de dois, nem maior de cinco anos. (...)”¹³⁵

Zacarias, na defesa que fez da sua solicitação, em 8 de julho, reiterou, entre outros argumentos, que se ela implicava a desvalorização da “massa de papel circulante”, o mesmo ocorreria com o projeto de Paulino, pois “os títulos do seu empréstimo forçado são verdadeiro papel-moeda”¹³⁶, pior que o outro porque sua emissão implicava ônus para o tesouro. O deputado conservador somente viria defender a sua proposta em 26 de julho, já na 3ª discussão do projeto do presidente do conselho. Disse que os títulos que propunha tinham, de fato, um ponto de contato com o papel-moeda, uma vez que “intervêm na circulação”. Entretanto, difeririam do papel-moeda porque “são realizáveis em tempo certo ao par metálico” e, portanto, “o seu valor dever ser invariável”, preenchendo deste modo “uma das primeiras condições da boa moeda”. Em contraposição, o papel-moeda cuja autorização para emissão era pedida por Zacarias tinha “promessa de realização ilusória”, “como prova a nossa própria experiência e a de todos os países em que se tem introduzido”. Dessa emissão resultaria, segundo Paulino, a “bancarrota” dos credores, uma vez que o tesouro pagaria suas letras com uma depreciação de 40 a 50%. Por conta desse prejuízo implicado no projeto de Zacarias é que este, segundo o deputado conservador, apoiado por Tavares Bastos, não seria bem recebido entre os “capitalistas e fazendeiros importantes do

¹³³ *Idem*, p. 78.

¹³⁴ *Idem*, p. 79.

¹³⁵ *Idem*, p. 78.

¹³⁶ Sessão em 8 de julho de 1867, p. 93.

Rio de Janeiro”. Sabendo da proposta do papel-moeda, esses homens

“ordenaram a seus correspondentes e banqueiros nesta corte que, despreendendo-se do emprego em que estavam, passassem os seus fundos para a Europa, mesmo ao câmbio de 21...

O SR. TAVARES BASTOS: - Apoiado, asseguro que é exato.

O SR. PAULINO DE SOUZA: - ... Antes que a invasão do papel-moeda depreciasse ainda mais a circulação.”¹³⁷

Ficando os “capitalistas e fazendeiros importantes” desconfiados em relação ao projeto de Zacarias, tinham entretanto, de acordo com a fala de Paulino - sempre apoiada por Bastos -, recuperado a confiança, quando souberam da existência da proposição daquele deputado conservador:

“Depois do plano por mim sugerido, acreditando que pudesse ser aceito, esses mesmos cidadãos que têm no Brasil pátria e família, desejando aqui conservar quanto possuem, vendo seguranças e garantias nessa operação, deram contra-ordem aos seus correspondentes desta praça...

O SR. TAVARES BASTOS: - É exatíssimo, eu o sei.

O SR. CANDIDO TORRES FILHO: - Também eu sei desses fatos.

O SR. PAULINO DE SOUZA: - ... dizendo-lhes que empregassem os seus capitais nos títulos de que se trata, pois neles os julgavam muito garantidos.

O honrado deputado pelas Aiagoas, ainda há três ou quatro dias, referiu-me em particular nomes de pessoas muito respeitáveis, que assim haviam procedido.

O SR. TAVARES BASTOS; - É verdade.”¹³⁸

Não seria, a rigor, forçado esse empréstimo, uma vez que os credores que recebessem os títulos propostos poderiam, se não quisessem conservá-los como títulos de renda, usá-los como moeda corrente. Também não poderia ser combatido com o argumento, usado por Zacarias, de que seria oneroso para o tesouro, uma vez que envolvia o pagamento de juros. Esse ônus era inevitável, disse Paulino, que apontou, no próprio argumento do presidente do conselho, a revelação do problema que existia no seu projeto de emissão de papel-moeda: a intenção de tomar recursos emprestados sem juros:

“(…) onde viu o Sr. presidente do conselho empréstimos públicos sem juros, guerra sem sacrifícios?

(…)

Estamos a braços com a guerra. Suportemos os seus ônus, mas por modo digno, e não prejudicando a população e desacreditando o Estado com o papel-moeda, que

¹³⁷ Sessão em 26 de julho de 1867, p. 396.

¹³⁸ *Idem*, p. 397. No discurso de Paulino há a informação de que Pereira da Silva e C. Furquim aprovaram o projeto na imprensa (*Idem*, p. 395).

ainda mais o agravará.”¹³⁹

Nesse debate, entre os deputados favoráveis somente falaram Batista Pereira, em 16 de julho, e Silva Pereira, em 27 de julho. O projeto foi defendido principalmente pelos próprios ministros Zacarias e Martim Francisco, contra a oposição dos conservadores - que também se exprimiram através de Saião Lobato -, dos liberais José Bonifácio e Martinho Campos, e de Tavares Bastos. Este último falou no lugar de Paulino, que comunicou estar doente, em 18 de julho de 1867. O deputado alagoano, que repetidamente aparteu apoiando o conservador fluminense quando este defendia a sua proposta de empréstimo interno, não tratou diretamente do pedido do governo, mas das “altas questões da administração”, a que estaria relacionada a matéria.¹⁴⁰ Deste modo, ficariam explicitados motivos de divergência em relação ao gabinete que não tinham ainda se revelado com toda clareza.

Durante esse discurso de Bastos, encontramos fortalecidos os sinais de arrefecimento da maioria que o ministério havia conseguido angariar após as últimas eleições. Já no início de sua fala, quando afirmou que a maioria de Zacarias “não parece disposta a aplaudir tudo”¹⁴¹, o deputado somente recebeu “apoiados”, e no decorrer do discurso de oposição incisiva não houve sequer um aparte protestando.

Bastos questionou inicialmente a fiscalização que a administração Zacarias fazia dos gastos públicos, ao apontar, no relatório do ministério da Fazenda referente ao período 1864-1865, o lançamento do valor de 6.777:625\$ como “despesas não classificadas”. Nem os conservadores teriam cometido um abuso como esse praticado por um ministério que se proclamava “liberalíssimo”¹⁴².

Viciosa a fiscalização do ministério, “imaginária” seria a sua economia. Ao invés de economizar, aumentara as despesas, especialmente nas pastas da Marinha e da Guerra. Com o pretexto do conflito com o Paraguai, dobrara a esquadra¹⁴³, ao contratar a compra de uma quantidade extraordinária e inexplicável de navios, num momento em que o país “vai ficar

¹³⁹ *Idem*, p. 396.

¹⁴⁰ Sessão em 18 de julho de 1867, p. 276.

¹⁴¹ *Idem*, p. 277.

¹⁴² *Idem*, p. 277-278.

¹⁴³ *Idem*, p. 278-279.

coberto de papel-moeda”, e em que os impostos “são insuficientes”¹⁴⁴. A guerra não poderia ser motivo explicativo para tal exagero, até porque o prazo dos contratos de muitos dos navios “vai além daquele em que temos esperança de ver terminada a guerra do Paraguai”¹⁴⁵.

Questionável na fiscalização e fantasioso na propalada economia, o ministério também seria reprovável na arrecadação que executava. Bastos se valeu de um “fato” referente à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, o qual, segundo aparte de Martinho Campos, já tinha sido revelado por Paula Souza no “testamento” que deixara para o seu sucessor. Tal caso provaria “uma estranha falta de arrecadação de dinheiros pertencentes ao Estado, fato que envolve uma questão de moralidade pública”¹⁴⁶.

Na demonstração da alegada agressão à moralidade pública presente no caso, Bastos mencionou trecho de relatório de comissão encarregada de examinar a questão, o qual apontava que à falta de pagamento ao tesouro, correspondia um sem número de irregularidades na escrituração da Companhia subvencionada pelo Estado¹⁴⁷. Além disso, o ministro da agricultura, Dantas, não tinha levado adiante a abertura de concorrência iniciada por Paula Souza, e determinara a continuação do contrato com a Companhia de Paquetes a Vapor, feito em 1859. Na observância desse mesmo contrato, contudo, o governo mostrava ambigüidade, porque deixou de exigir o pagamento da soma (430:000\$) que a empresa, em virtude dele, devia lhe restituir¹⁴⁸.

Continuando a crítica ao encaminhamento que o ministro da agricultura dera à questão da Companhia, Bastos afirmou que Dantas tinha um projeto absolutista para o serviço da navegação a vapor, a qual deveria, segundo aquele ministro, ou ser realizada toda pelos navios do estado ou por uma só companhia poderosa a ser organizada para tal

¹⁴⁴ *Idem*, p. 279.

¹⁴⁵ *Idem*, *ibid.*

¹⁴⁶ *Idem*, *ibid.*

¹⁴⁷ *Idem*, p. 279-280.

¹⁴⁸ *Idem*, p. 281. Bastos também lançou suspeita sobre os motivos de sua própria retirada, na administração Zacarias, da Comissão de Comércio, Indústria e Artes, à qual pertencera durante a anterior administração.

fim: “É o que chamarei o *Leviathan* da navegação a vapor!”¹⁴⁹

Dantas protestou com um “não apoiado”, mas na defesa que fez de seu posicionamento sobre documentos referentes a inquérito relativo à escrituração da Companhia Brasileira de Paquetes¹⁵⁰, mostrou que defendia uma política bastante diversa da proposta por Bastos e da que tinha sido iniciada por Paula Souza na administração anterior. Em outros termos, no encaminhamento da fiscalização dos contratos já firmados com a Companhia Brasileira, a administração Zacarias seguia orientação ostensivamente mais conservadora do que a do ministério precedente, denotando, uma vez mais, o recuo do gabinete em relação ao programa progressista proposto em 1862. Dantas declarou que sustentava os princípios “da liberdade em matéria de navegação e comércio”, mas que, enquanto houvesse, como ainda havia, necessidade de subvenção para o serviço da navegação costeira, defenderia a unidade do serviço, que satisfaria “mais vantajosamente” as “necessidades do país”¹⁵¹. Além dessa postura favorável à manutenção de subvenção à navegação de cabotagem por uma empresa brasileira, Dantas também revelou estar dando ao inquérito sobre a Companhia Brasileira de Paquetes um encaminhamento que beneficiava a empresa, uma vez que estava submetendo a questão à consulta do Conselho de Estado¹⁵², onde a companhia contava com defensores.

Conforme vemos, ao contrário do que afirmara Souza Carvalho no mês anterior, não havia coincidência entre as propostas de Bastos e a política do gabinete Zacarias com relação à navegação. Pelo contrário, essa política configurou-se como um ponto de discórdia entre os dois. Dantas não compartilhava o objetivo de abertura para empresas americanas, intenção em que Bastos estava tão sintonizado com o anterior ministro da Agricultura. Segundo o deputado alagoano, Dantas entendia que, do mesmo modo que a navegação, também deveria ser centralizado o crédito agrícola. Ele defenderia a centralização do crédito na corte, com um só banco para todo o Império, sem permissão de emissão sequer às caixas filiais das províncias. “É o que eu chamarei o *Briareu* do

¹⁴⁹ *Idem*, p. 282.

¹⁵⁰ Esse inquérito, como informou o discurso do próprio Dantas, foi iniciado por uma comissão instituída pelo ex-ministro Paula Souza, pelo aviso de 17 de abril de 1866 (Sessão em 10 de agosto de 1867, p. 99).

¹⁵¹ *Idem*, p. 105-106.

¹⁵² *Idem*, p. 105.

crédito.”¹⁵³

Finalizando, e resumindo a crítica ao ministério da Fazenda, Bastos afirmou que seria possível que Zacarias salvasse a reputação do ministério com uma

“boa política financeira e econômica. Mas que! Ai temos pálida e fria a proposta do papel-moeda sem trabalhos alguns preparatórios que o evitassem, sem a tentativa de uma só operação financeira, que adiasse o mais possível a época desse recurso funesto! (*Muito bem.*)”¹⁵⁴

Bastos ainda anunciou que apresentaria à Câmara uma série de projetos, com o intuito de promover a imigração, projetos cujo encaminhamento explicitaria mais um motivo sério de divergência em relação ao ministério Zacarias. Tratava-se de proposições sobre casamento civil, naturalizações, portos das colônias, contratos de parceria e de locação de serviços, sobre terras devolutas, imposto territorial e escravos das cidades. Todos foram apresentados no dia 19 de julho, mas não foram colocados em debate¹⁵⁵.

Ao que parece, o último gabinete Zacarias significou para Bastos um estrangulamento das possibilidades de encaminhar seus projetos no sentido de introduzir empresas norte-americanas no serviço da navegação a vapor de cabotagem. Também significou obstáculo para a adoção de medidas que viessem a facilitar a promoção do estabelecimento de imigrantes no país, haja vista que Zacarias e seu ministério não partilhavam as mesmas posições de Bastos e seu grupo, em especial quanto às questões referentes à liberdade religiosa.

Essas diversas políticas, que eram a tradução das diferenças de prioridade de

¹⁵³ Sessão em 18 de julho de 1867, p. 282. “Ser um Briareu”, informa Magalhães Jr., “é ser um gigante tão ousado quão invencível. Filho de Urano e da Terra, teria, segundo a lenda, cem braços e cem mãos, atirando-se à luta munido de cinquenta enormes espadas e resguardado por cinquenta vastos escudos. Além disto, Briareu vomitava fogo pela boca, como um dos terríveis lança-chamas das guerras modernas. Dante Alighieri deu ressonância especial à lenda, na ‘Divina Comédia’. No canto I dessa famosa obra, alude o épico florentino ao Poço dos Gigantes, cavado na rocha, e existente em uma passagem entre o oitavo e o nono círculo do Inferno. Um deles era Briareu. Com ele estão Nembrote, Fialte, Anteu, Tifeu e outros gigantes mais, que não nomeia. Castro Alves e outros dos nossos poetas da fase romântica invocaram freqüentemente o gigante Briareu. O autor das ‘Espumas Flutuantes’ tem em ‘Ao Dois de Julho’, poesia recitada no Teatro São João, da Bahia, em 1867, a seguinte alusão: ‘Há destes dias augustos/Numa tumba dos Briareus./Como que Deus baixa à terra,/Sem mesmo descer dos céus.’ Além de outras, que serão familiares aos leitores de sua obra poética.” (MAGALHÃES Júnior, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos, bem como de curiosidades verbais, frases feitas, ditos históricos e citações literárias, de curso corrente na língua falada e escrita*, p. 49.)

¹⁵⁴ Sessão em 18 de julho de 1867, p. 282.

¹⁵⁵ Sessão em 19 de julho de 1867, p. 284-286.

negócios e empresas a serem favorecidos pelos recursos públicos, eram complementadas por diversas políticas de crédito. Zacarias declarou com todas as letras pertencer à “escola restritiva”, e o seu ministro da Agricultura, acusado por Bastos de propor a “centralização do crédito”, não se defendeu. Por fim, o presidente do conselho adotou uma política de emissão que, desvalorizando a moeda, acarretava grandes prejuízos para “capitalistas e fazendeiros importantes”.

No celebrizado discurso do *sorites*, pronunciado na sessão de 17 de julho de 1868, no Senado, Nabuco de Araújo questionou a legitimidade da substituição do gabinete Zacarias pelo ministério conservador do visconde de Itaboraí, com o argumento de que ela contrariava a normalidade do sistema representativo, visto que “havia no parlamento uma maioria liberal, constituída pela vontade nacional; uma maioria tão legítima, tão legal, como têm sido todas as maiorias que temos tido no país...”¹⁵⁶ No mesmo sentido, na Câmara, Cristiano Ottoni declarou que “não há legitimidade na ascensão do Partido Conservador; a inversão da política, composto como está o Parlamento, vicia, faz degenerar, assassina, direi eu, o sistema representativo”. A Câmara, disse Ottoni, sustentava o gabinete Zacarias de 3 de agosto, sendo a “quase totalidade” de seus membros de “representantes da idéia liberal”¹⁵⁷.

Tais discursos nos fazem imaginar uma câmara na qual o presidente do conselho contava com maioria arrasadora, sobretudo de origem liberal. E ser ajustada a afirmação de Nabuco de Araújo de que a troca de gabinetes mostraria que o Poder Moderador agia como se tivesse “o direito de despachar ministros como despacha empregados, delegados e subdelegados de policia”¹⁵⁸.

Se lemos estes discursos de 1868 tendo o anterior debate de 1867 em mente, podemos pensar que aconteceu algo extraordinário em 1868, algo tão significativo que reverteu a situação de perda de apoio pelo ministério Zacarias, produzindo a tendência,

¹⁵⁶ Citado em NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. I, p. 765.

¹⁵⁷ Do discurso transcrito no livro ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Introd. de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 152.

¹⁵⁸ Citado em NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, v. I, p. 766.

apontada ainda por Nabuco no Senado, da política dos “progressistas” a aumentar, a ter “um grande desenvolvimento”¹⁵⁹. Somente mesmo um “grande desenvolvimento” dessa política teria transformado seus opositores liberais de 1867 em sustentadores em 1868, na véspera da queda de Zacarias. Entretanto, a leitura dos debates da Câmara mostra que foi justamente o contrário que aconteceu, com o fortalecimento da oposição e enfraquecimento da “maioria”, em razão da perda, sofrida pelo ministério, de aliados de peso como Souza Carvalho¹⁶⁰ que, conforme vimos, tinha antes até atacado a “dissidência” de Tavares Bastos. A divisão entre os “progressistas” era de tal intensidade nesse momento que revela todo o caráter retórico dos discursos que Nabuco de Araújo e seus correligionários fizeram depois, no momento em que Zacarias foi substituído pelo visconde de Itaboraá, em 16 de julho de 1868.

O mesmo Cristiano Ottoni, que no dia 17 de julho diria que a Câmara era quase totalmente liberal, tinha feito, antes da mudança ministerial, oposição feroz ao gabinete. Menos de dois meses antes, no debate sobre a resposta à Fala do Trono, em 25 de maio de 1868, o liberal mineiro deu a entender que a maioria apenas tolerava o ministério Zacarias por medo de coisa pior, no caso de uma substituição ministerial. E, repetindo afirmação que já tinha feito em 1866, declarou que ele próprio, no caso de se colocar uma alternativa entre o ministério Zacarias e um ministério de conservadores, preferiria a última opção, porque

“antes quero fazer oposição aos nossos adversários naturais, do que ter o desgosto de ver-me separado de amigos que respeito e estimo, e que *ainda* (o advérbio é deles, Sr. ministro da marinha) *ainda* toleram e acompanham a situação.”¹⁶¹

Na resposta que deu a Ottoni, no dia seguinte, Zacarias assegurou ainda ter maioria na Câmara, mas admitiu que “*alguns amigos retiraram-se*”¹⁶². E declarou que Ottoni preferiria, no limite, um ministério conservador ao seu ministério, por ódio a seus

¹⁵⁹ *Idem*, p. 765.

¹⁶⁰ Souza Carvalho declarou-se em oposição em 30 de maio de 1868. Ele, que tinha dito não haver separação entre liberais e conservadores, retomou agora as questões do recrutamento, da guarda nacional, do poder do governo sobre empregados públicos e magistrados, e lembrou a importância de projeto de Nabuco de Araújo sobre sociedades de responsabilidade limitada, projeto que o ministério não “julga digno de ser tirado do pó da secretaria desta câmara ou da do senado, creio que é a do senado, em que ele se acha.” (Sessão em 30 de maio de 1868, p. 226).

¹⁶¹ Sessão em 25 de maio de 1868, p. 122.

¹⁶² Sessão em 26 de maio de 1868. Discurso publicado em VASCONCELOS, Zacarias de Góis. *Discursos proferidos no debate do voto de graças de 1868*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1868, p. 11-12); *italico* nosso.

correligionários da véspera. Tal comentário ensejou uma altercação que nos dá bem a medida do clima político do momento:

“O SR. C. OTTONI: - Se a teoria [de que tem ódio a antigos amigos] tem aplicação a mim, tem também a V. Ex.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Decerto, não expendo uma teoria para os outros, e não para mim!

O SR. C. OTTONI: - É bom que fique claro.

O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO: - Está bem claro. (...)”¹⁶³

Otoni tinha cobrado de Zacarias a realização do programa que prometia reforma do recrutamento, judiciária, da guarda nacional, do sistema eleitoral e municipal¹⁶⁴. E o presidente do conselho lhe respondeu apenas com a prioridade da guerra¹⁶⁵.

A propósito da guerra, o ministério Zacarias também angariava desafetos, por conta do modo como a conduzia. Vimos, nos debates, a sugestão de que o presidente do conselho tinha divergências significativas com outras duas importantes lideranças da liga, Nabuco e Olinda. E há indícios também de desentendimentos com o visconde de Sinimbu. Em agosto de 1867, o ministro de Estrangeiros convidou Sinimbu para uma missão no Prata, convite que ele, depois de algumas recusas, terminou por aceitar. A missão, entretanto, foi adiada, e o político alagoano só ficou sabendo “em segunda mão, de pessoas estranhas ao governo”. Isto o teria desgostado, ele que já se encontrava insatisfeito com a exoneração do barão de Penedo do cargo de ministro do Império brasileiro em Londres, em 12 de outubro de 1867¹⁶⁶.

É possível que a origem das divergências entre Sinimbu e Zacarias também estivesse na política provincial. O deputado Macedo questionou o ministério sobre a sua atuação nas disputas da província das Alagoas¹⁶⁷, e o presidente do conselho se declarou explicitamente contrário a Sinimbu ao considerar que Esperidião, adversário dele, era

¹⁶³ *Idem*, p. 15.

¹⁶⁴ Sessão em 25 de maio de 1868, p. 122-125.

¹⁶⁵ Sessão em 26 de maio de 1868. In: VASCONCELOS, Zacarias de Góis. *Ob. cit.*, p. 34.

¹⁶⁶ COSTA, Craveiro. *O visconde de Sinimbu*. Sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987, p. 193-200.

¹⁶⁷ Sessão em 28 de maio de 1868, p. 195.

“amigo do governo, meu especial amigo”¹⁶⁸.

É possível que essa mesma política provincial constituísse também mais um motivo para Tavares Bastos se opor ao ministério. Em debate sobre a fixação da força naval desse ano, o deputado declarou que nas províncias ficava claro que o governo era “o perturbador das consciências, é o elemento da anarquia!”¹⁶⁹ Do mesmo modo que Cristiano Ottoni, Bastos afirmou que “a não sermos nós, só os nossos adversários naturais – os conservadores, mereciam ser elevados à administração”¹⁷⁰.

Pondo “alma” liberal em seu próprio corpo – para usarmos imagem sua -, Bastos, falando como um liberal “genuíno”, acusou o ministério por proceder da mesma forma que outras administrações progressistas anteriores – com as quais, é bom lembrar, também colaborara até dois anos antes - isto é, de arrancar “as cores da nossa [liberal] bandeira sem tomar a peito a realidade da nossa doutrina”¹⁷¹. Ao lado dos liberais nesse momento, o deputado se apropriou da memória de seus novos correligionários. Essa apropriação, contudo, modificou tal memória, na medida em que situou o próprio Bastos como estando entre os alvos de uma violência política que tinha sido realizada, num passado bem recente, com a sua empenhada contribuição.

Além de revelar a fluidez da atuação do deputado, esses debates também dificultam pensar a mudança política de julho de 1868 como resultando da atuação ditatorial do monarca. Indicam mais no sentido apontado por Célio Ricardo Tasinafo, de que “parece-me cada vez mais que Zacarias aproveitou-se do momento para retirar-se, por não contar mais com o apoio majoritário e franco de seus próprios correligionários”¹⁷².

2. Bastos e os “novos liberais”: divergências e decepções

Conforme sintetiza Cecília Helena de Salles Oliveira, foram dadas duas explicações para a queda do gabinete Zacarias, em julho de 1868: a recusa do presidente do conselho

¹⁶⁸ Sessão em 26 de maio de 1866. In: VASCONCELOS, Zacarias de Góis. *Ob. cit.*, p. 30.

¹⁶⁹ Sessão em 9 de junho de 1868, p. 171.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 175.

¹⁷¹ *Idem*, p. 176.

¹⁷² TASINAFO, Célio Ricardo. *Relatório Científico II*, p. 26, nota de rodapé.

em referendar a indicação imperial de Torres Homem, conservador, para o Senado, e as problemáticas relações do gabinete com o comandante em chefe do exército brasileiro no Paraguai, o conservador Caxias¹⁷³. A primeira explicação foi a dada por Zacarias para o seu pedido de demissão, na Câmara e no Senado. A segunda foi levantada por políticos contemporâneos, conforme mencionou Sinimbu, em carta a Penedo, em 23 de julho de 1868. Depois de comentar que o ministério não soubera escolher nem o “gênero de morte”, ao usar a circunstância da nomeação de Torres Homem para o Senado como pretexto para pedir demissão, Sinimbu disse que a razão efetiva da mudança de ministério

“foi a necessidade de conservação do Caxias no comando do exército, pois é sabido que qualquer novo ministério saído do seio liberal, chamaria aquele general fazendo-o substituir pelo Conde d’Eu. Essa é que é para mim a explicação do enigma, pode ser que eu esteja em erro, mas muitos assim pensam também.”

Quanto à mudança de política, com a nomeação de um ministério genuinamente conservador para a sucessão de Zacarias, e a “reação” que inevitavelmente viria, Sinimbu afirmou que se esta

“não se apresenta já em todo o seu negrume é porque o ministério decaído foi tão infeliz em toda sua vida que não deixa com sua ausência lugar a outro sentimento que não seja o *prazer de sua queda*. Triste e infeliz país! Assim andamos de precipício em precipício. (...)”¹⁷⁴

Quinze dias antes, Sinimbu exprimia ao mesmo Penedo o seu desencantamento com a política na Corte, mencionando um extremo fracionamento dos partidos. Esta seria a razão pela qual tencionava, naquele momento, voltar em breve para Engenho Novo, para cuidar das colheitas:

“(...) Nada tenho que fazer aqui; no isolamento em que me tenho posto não me entendo, e nem quero entender com nenhum dos partidos; estes mesmos, no fracionamento em que chegaram, nenhuma função exercem nas funções do governo; cada um deles arrasta uma vida inglória servindo apenas de ornamentação ao único poder que realmente governa.”¹⁷⁵

Esta divisão que esmorecia os ânimos de Sinimbu já tinha sido apontada por

¹⁷³ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*. In: _____ (org.) *Ob. cit.*, p. 13.

¹⁷⁴ Carta de Sinimbu a Penedo, em 23 de julho de 1868. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Arquivos Particulares: Parte III – Barão de Penedo*. Série Correspondentes, Lata 912, maço 01, pasta 08; itálico nosso.

¹⁷⁵ Carta de Sinimbu a Penedo, em 8 de julho de 1868. *Loc. Cit.*

Tavares Bastos em carta bem anterior à queda do gabinete, datada de 23 de junho, ao próprio Penedo, como razão para se estar vivendo no Império uma *crise política*, no interior da qual haveria previsões de continuidade, com chamada de Nabuco para organizar gabinete, e também de total inversão política, com a chamada de Itaboraí. Após dar notícias boas sobre a situação da guerra com o Paraguai, Bastos ajuntava:

“A situação no exterior é talvez melhor do que a interna. O ministério está em agonia; ontem falava-se em crise e convite de Nabuco. *A própria maioria da câmara começa a dissolver-se*. O ministério não durará, mas não há quem adivinhe o que lhe há de suceder. Entretanto, muitos acreditam que será o gabinete já organizado *in petto* pelo Itaboraí. Nisto ficamos, e com um câmbio que tende a baixar de 17 ½. Zacarias vai pedir novas emissões de papel; os 50 mil permitidos no ano findo estão a acabar.”¹⁷⁶

Quatro meses antes, em fevereiro, Bastos apontava a indicação de Itaboraí, para a presidência do conselho de ministros, como a melhor saída para os seus próprios correligionários. De Nápoles, escreveu ao pai, que lhe falara, em carta anterior, sobre as “coisas políticas”:

“Vejo que V. Mercê diz-me sobre as coisas políticas. A melhor das soluções seria chamarem o Itaboraí que deseja o poder e brevemente regressará ao Brasil. Então, nós os liberais íamos para a oposição até quando o destino fosse servido. Se vierem os intermédios dos Pimentas, etc., não sei que se possa lucrar muita coisa. Para as idéias liberais eles não seriam grande embaraço, mas a moralidade política não ganha com essas metamorfoses dos chefes de partido. Em suma, veremos.”¹⁷⁷

Além de mostrar que não tinha sido “do dia para a noite”¹⁷⁸ que tinha sido decidida a demissão de Zacarias e a mudança política subsequente, as cartas de Bastos confirmam a existência de uma grande divisão entre os “liberais” antes de sua queda, divisão a que Souza Carvalho e o próprio Zacarias, posteriormente, atribuiriam a sua saída do governo. Conforme notas manuscritas por Bastos, que parecem rascunho de ata de uma das reuniões

¹⁷⁶ Carta de Tavares Bastos a Penedo em 23 de junho de 1868. Arquivo Histórico do Itamaraty. *Arquivos Particulares: Parte III – Barão de Penedo*. Série Correspondentes. Lata 899, maço 03, pasta 05; itálico nosso.

¹⁷⁷ Carta de Tavares Bastos a seus pais, em 2 de fevereiro de 1868. In: _____, *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p. 100.

¹⁷⁸ Este foi o modo como José Bonifácio desenhou o quadro dos acontecimentos políticos no momento em que o gabinete Itaboraí se apresentou à Câmara dos Deputados: “(...) hoje, do dia para a noite, um ministério cai no meio de uma numerosa maioria parlamentar, e, inopinadamente, surgem os nobres ministros como hóspedes importunos que batem fora de hora e pedem agasalho em casa desconhecida.” (ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*, p. 145).

posteriores ao 16 de julho, Souza Carvalho disse que

“A fonte dos males não a procuremos senão nessa falta de união, e agora mesmo, *se acaso se houvesse ele unido um dia antes da catástrofe, que o derribara, ter-se-ia evitado a tremenda ditadura, com que surpreendeu-se o país, e com que é necessário arcar com toda a energia do patriotismo.*”¹⁷⁹

Zacarias concordava, dizendo que

“O mal do Partido Liberal tem estado na falta de união e disciplina, haja união, e disciplina, e o Partido Liberal que conte com o futuro.

Tem-se dito, que o Partido Liberal tem seu ponto de apoio na coroa, não é a verdade, seu ponto de apoio está na divergência dos liberais entre si.

E não foi senão essa divergência, que enfraqueceu a situação, e derribou o Partido Liberal.”¹⁸⁰

Conforme vemos, o próprio Zacarias, entre os seus correligionários do período posterior ao 16 de julho, fez afirmação que explicava a sua queda de modo diferente daquele apresentado oficialmente. Teria caído porque não tinha a posteriormente propalada grande maioria parlamentar, em que se apoiasse. Neste sentido, confirmar-se-iam as interpretações dos acontecimentos feitas por Wanderley Pinho e Heitor Lyra, segundo as quais a escolha de Torres Homem para o Senado não foi mais do que um bom pretexto utilizado por Zacarias - que tinha seu ministério enfraquecido pela divisão de seus correligionários - para sair do poder antes que o despedissem a Coroa ou a Câmara¹⁸¹.

¹⁷⁹ *Coleção Tavares Bastos*, 1.03.33,12, p. 7; itálico nosso.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 8; itálico nosso.

¹⁸¹ Com palavras que serão citadas por Heitor Lyra, Wanderley Pinho afirma: “Fraco pela oposição com que o fustigavam, tanto na Câmara como no Senado, conservadores e liberais históricos; vendo ressurgir o incidente Caxias, explorado pelos políticos e pela imprensa para desconceituar e desprestigiar o Gabinete; percebendo as restrições da confiança imperial, desde o momento em que o Imperador se convenceu que ia de novo desaparecer a harmonia imprescindível entre o General e o Governo; antevendo claramente as conseqüências de quando Caxias viesse a saber da pecha de caudilho que indiretamente lhe atirara; conhecedor da conspiração que elementos seus aliados tramavam para, de parceria com os históricos, e talvez os conservadores, apeá-lo do Governo por um pronunciamento da Câmara – dando balanço em todas essas circunstâncias, Zacarias demitiu-se, antes que o despedisse o Parlamento ou a Coroa. Fê-lo com desgarre dramático, para dar a impressão de que o incompatibilizava com o poder a sua altivez em face da Coroa. A escolha desacertada de Torres-Homem fora um pretexto mútuo de Dom Pedro II e Zacarias : do Imperador para forçar o presidente do Conselho a deixar o Ministério; de Zacarias para abandonar o poder, por lhe faltar a confiança imperial, por se saber desapoiado da Coroa, e por se sentir desamparado de um forte apoio parlamentar” (Citado em LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II. (1825-1891)* v. 1º. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 496-497). Entre muitas outras indicações, devo a Célio Ricardo Tasinafo a dessa interpretação de Heitor Lyra sobre

Substituído o gabinete Zacarias pelo conservador presidido por Itaboraí, Bastos participou no mesmo dia da organização de um encontro político com o objetivo de reunir as frações divergentes da antiga liga em torno de uma oposição ao ministério¹⁸².

Nessa data, conforme escreveu em notas pessoais, tentou-se uma fusão, no intuito de se constituir um partido com força política. Tal fusão se mostrou depois impraticável, como ocorreu por ocasião da fundação do diretório Club da Reforma, em 7 de abril de 1869, momento em que Zacarias impediu a fundação imediata de um jornal do Club:

“7 de abril. Em minha casa, ao largo do Rocio, n. 77, a convite de Otaviano, compareceram vários liberais históricos e progressistas, em número de 27, e assentou-se fundar o Club da ‘Reforma’.

Adiou-se por impugnação do Zacarias (progressista), a fundação que pretendíamos de uma folha com o mesmo título.

Aí mesmo se denunciou logo a profunda distância entre ambos os grupos. A fusão realizada nesta mesma casa, na noite de 16 de julho do ano passado, por ocasião de subir o Ministério Itaboraí, está-se vendo que é impraticável.”

Na seqüência, atribuía a divisão à recusa dos progressistas, representados por Zacarias, em aceitar a reivindicação de reformas constitucionais, tais como defendidas pelos liberais “históricos” no *Diário do Povo*:

“Com efeito, lamentou o Zacarias que se atacasse a Constituição no *Diário do Povo*, e pretende que o programa que vai elaborar o centro liberal seja o programa da folha que se vai criar. ‘Não se ataque a Constituição’: eis o símbolo do imperialismo, do progressismo, do poder pelo poder. Pois é essa Constituição mesma, com o seu poder moderador sem responsabilidade ministerial, com a sua imensa centralização, etc., que nós queremos *reformular*.

O progressismo subsiste. Com ele nada se fará. Contra ele, teremos os verdadeiros liberais de todo o Império. Do contrário, o Club Radical toma a dianteira e arrasta a opinião.”¹⁸³

Nas anotações pessoais de Bastos desse período (1869-72), encontram-se apontamentos que revelam existir no deputado, aproximando-se agora mais dos

*a célebre alteração política do Segundo Reinado, interpretação que é por ele confirmada em seu *Relatório Científico II*.

¹⁸² É o que indica carta datada de 15 de julho de 1868 a Nabuco de Araújo, em que Bastos o convida para uma reunião em sua casa, à qual comparecerão “os senadores liberais e os deputados da oposição”. O convite é feito nos seguintes termos: “Os nossos amigos mandaram-me aqui rogar a V. Ex. o grande obséquio da sua presença, e, não sendo possível, o de comunicar-me o seu conselho para que lhes possa ser transmitido.” (Carta de Bastos a Nabuco de Araújo. *Coleção Senador Nabuco*, IHGB, Lata 362, pasta 61.)

¹⁸³ BASTOS, A. C. Tavares. Memórias políticas de Tavares Bastos. *Jornal do Commercio*, p. 2.

“históricos”, um grande aborrecimento em relação ao posicionamento dos chefes do “novo Partido Liberal”. Em 15 de agosto de 1869, lançou no papel:

“A direção da ‘Reforma’, sua abstenção dos assuntos mais graves, revelam a tendência para o poder. Isto gera apreensões. Nosso receio é que se renovem as comédias de 1863: um compromisso com o imperador que prejudique os compromissos com o país. Assim, nesse intuito, fiz salientes os trechos seguintes de um discurso do Souza Franco, a propósito de uma alteração da lei de 1860, proposta pelo S. Vicente.”¹⁸⁴

É importante lembrar que Bastos punha essa ênfase no imperador no momento posterior à queda de Zacarias, quando incorporou ao seu discurso o argumento do “poder pessoal”. Antes, como vimos nos capítulos precedentes, não considerava que esse poder devesse ser responsabilizado pelas soluções encontradas para as crises políticas.

Pouco mais de um mês depois, em 3 de outubro, nas anotações atacava principalmente Zacarias, resvalando também em Otaviano:

“Os nossos chefes – No fim de setembro de 1869, os senadores liberais autorizaram o Zacarias (pondo à margem o Nabuco e os outros) para combinarem com o Cotegepe, ministro da marinha, o encerramento da discussão do orçamento. O Zacarias estipulou, como bases do convênio, não a redução de despesas, a supressão de autorizações, ou outra alguma idéia liberal, mas a retirada, entre outras, dos aditivos que elevam os vencimentos da magistratura (cometendo os liberais a inépcia de assumirem o odioso da oposição que o ministério fizera na câmara a esta medida), e o artigo relativo à conversão em apólices dos bens das ordens religiosas, negócio de particular empenho do mesmo Zacarias, coisa singular para nós liberais. O convênio não se executou, porque o ministro Paulino de Souza, autor do último artigo, teve dignidade para recusar o ajuste sobre essa base.

Desde o começo que, entrando por esse caminho tortuoso, os senadores liberais não se abrem conosco, e o Otaviano, no Club, foge de conversa. Mas não podia eu calar-me mais, desde que um artigo de fundo da Reforma, com assinatura do próprio Otaviano, e dois outros sob a epígrafe Questões do dia, elevam o Zacarias à dignidade de *leader* da oposição, além dos constantes e intencionais elogios que diariamente lhe faz o redator da Chrônica do Senado.

Assim, dirigi-me ontem (2 de outubro) ao Furtado e ao Souza Franco, expondo amargamente a direção que levamos no sentido progressista, como em 1863. O primeiro, principalmente, acompanhou-me em tudo. O segundo recomendou prudência no modo de falar ao Otaviano.

A este dirigi-me ontem à noite, no Club, e conversamos com bastante franqueza.

¹⁸⁴ *Coleção Tavares Bastos*, 13.01.024, p. 11. Essas observações são seguidas de um recorte de jornal com artigo em que é citado discurso de Souza Franco por ocasião de debate de projeto de S. Vicente de alteração da lei de 1860, discurso no qual o senador liberal diz que “o principio liberal não esteve ainda no poder”, e que a “missão” do Partido Liberal “estende-se até as reformas constitucionais”.

Tomei por começo de conversa o discurso do Vianna [Ferreira Vianna, na sessão de 26 de setembro] que adiante se encontra, onde declara que a oposição do Senado tomara à sua conta e particular empenho separar o aditivo dos conventos.

O Otaviano não me deixou tranqüilo, nem sobre a direção da Reforma, nem sobre a prudência no modo de dirigir o partido sem dar ganho de causa ao mais funesto dos seus chefes, o Zacarias.

Eu lhe exprobrei que ele houvesse inclinado o barco de todo no sentido do Zacarias. Irritou-se, falou em demitir-se da Reforma, na sua moléstia, nas suas dificuldades pessoais...

Aí ficamos. Estou profundamente convencido de que é embalde lutar.

No próprio Club, não temos companheiros. Lafaiete continua a apoiar a todos. No propósito de realizar o seu ideal de bom moço. Não declinemos nomes. Não os há mesmo.”¹⁸⁵

Sobre a mesma negociação para o encerramento da discussão do orçamento que é mencionada acima, há o seguinte apontamento, na página 36 desse mesmo documento reiterando as restrições de Bastos em relação a Zacarias:

“A oposição do Senado: - Nossos chefes. – Deixaram o Zacarias tomar o comando. Entra em convênio com o governo para a passagem do orçamento. Primeiro passo falso: pois não tinham assentado estorvar o governo da ditadura? Pode o imperador dar golpes de estado, e não sofrer as conseqüências? – Depois o Zacarias propõe, da parte da oposição liberal, o respeito aos bens dos conventos, e quer que da sua parte o governo retire o aditivo aumentando os vencimentos da magistratura. Duas extravagâncias, contra os princípios. (...)”¹⁸⁶

Em 10 de outubro, Zacarias era de novo torpedeado, por conta de suas posições em relação à pena de morte e no tocante à religião:

“O Sr. Zacarias. – Sustentou a legitimidade e necessidade da pena de morte, em discussão com o ministro Alencar, no Senado, setembro de 1869. O ministério conservador, em seu relatório, francamente pronunciou-se contra essa pena. Eis aí um chefe liberal!

Demais disso, mormente na discussão do orçamento do Império, revelou-se francamente ultramontano, elogiou os conventos, pediu a sua restauração, etc.

Durante toda a sessão, tendo falado constantemente, não consagrou um só discurso à propaganda de idéias liberais. Espalhou-se em arguições ao governo, em recriminações, em revolver a história de demissões de empregados, que ele expedira, e seu sucessor anulara. (10 de outubro de 1869.)”

Abaixo dessas anotações, Bastos acrescentou: “A mesma coisa (recriminações e censuras administrativas) em toda a sessão de 1870.”

¹⁸⁵ *Coleção Tavares Bastos*, 13.01.024, p. 30 a 32.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 36.

Na mesma página, uma outra anotação, indicadora de que estaria integrando o grupo liberal desconfiado em relação aos antigos “progressistas”, entre os quais se encontraria agora o próprio Otaviano:

“Ainda os nossos chefes. – Em conferência, pedida pelo Furtado, conversamos ontem em sua casa largamente sobre o incidente das últimas sessões do senado. Comunicou-me que o Otaviano já retrocedera do seu entusiasmo pelo Zacarias, que o acabara de ofender. Declarou-me que os liberais do Senado compreendem a segunda tenção dos progressistas, e mantêm-se armados. Prometeu zelar os interesses do nosso partido, que pareciam-me abandonados. Eu lhe fiz sentir a confiança que nele depositamos, como o mais vigoroso dos nossos chefes e aquele que goza de mais geral conceito de probidade. O que é perfeitamente verdade (10 de outubro de 1869.)”¹⁸⁷

Sendo Zacarias o principal alvo das críticas de Bastos, estas não deixavam, contudo, de atingir também Nabuco de Araújo, que teve anotados gestos considerados negativos para um “liberal”. Primeiramente, foi questionada a sua restrição, em discurso de 2 de setembro de 1869, do programa do partido no momento a “aspirações todas constitucionais”¹⁸⁸. No recorte realizado no discurso de Nabuco, encontra-se o seguinte trecho:

“Quanto às pretensões de atualidade do Partido Liberal, a discussão não revelou outras senão aquelas que constam do programa, isto é, reforma eleitoral, reforma judiciária, abolição do recrutamento e da guarda nacional e a questão social da emancipação.” Mais adiante: “não são necessárias reformas da constituição para a realização das pretensões da atualidade da parte do Partido Liberal”; nem mesmo a eleição direta requereria reforma constitucional.

Em 26 de novembro, comentava Bastos negativamente parte de discurso de Nabuco em 10 de agosto de 1869, sobre liberdade de consciência:

“Programa. – Liberdade de consciência: - eis no que deu: o Nabuco, no discurso de 10 de agosto de 1869, sustentou: - 1º - os privilégios da igreja não aterrorizam a liberdade; - 2º - não quer acabar com a religião de estado; - 3º - mas quer que se acabe com o regalismo, o padroado. (...) Já o Zacarias havia sustentado a idéia dos conventos, a inviolabilidade dos seus bens, etc. E queixam-se da impopularidade! (26 de novembro de 1869)”¹⁸⁹

Mais adiante, a anotação é de “profundas divergências” no partido:

¹⁸⁷ *Idem*, p. 33-35.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 43.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 51.

“O Partido Liberal. – Profundas divergências. Zacarias declara, na reunião de 9 de dezembro do Centro Liberal, que nada há a esperar do Imperador. O Lobo o acompanha. – Este incita o Silveira Martins e os rapazes a manifestarem-se em sentido abertamente hostil às contemporizações dos outros senadores. Otaviano fica em torturas; é o conselheiro dos realistas do Club (Barreto, Mello Franco, Lopes Neto, etc.). – Lafaiete declara-se em favor; e eu também. (...)”¹⁹⁰

Ao mesmo tempo que escrevia essas palavras desconfiadas em relação aos principais chefes do seu partido, Bastos anotava com admiração as manifestações dos radicais liberais, que se mantinham independentes e se encaminhavam no sentido da república. Sobre conferências promovidas pelo Club Radical, comentou:

“*Meetings*. – Em março de 1869 começaram na *Phenix Dramatica* (teatro, rua da Ajuda), as ‘Conferências Radicais’ instituídas pelos membros do ‘Club Radical’. A conferência de domingo, 25 de abril, foi um acontecimento: falou sobre a tese – Degenerações do sistema representativo – o Senador Silveira da Motta. Um auditório de 2000 pessoas; a casa cheia. A maior atenção; homens notáveis das diversas profissões. Aplausos sinceros e repetidos. ‘*Le monde marche!*’”¹⁹¹

Mais adiante, esta anotação ainda sobre a fundação desse Club Radical:

“O Radicalismo. – A fundação deste club (julho de 1868) e a instituição de suas conferências ao domingo, são verdadeiros acontecimentos em nossa história política.

O discurso proferido pelo Gaspar Martins, na conferência de 16 de maio de 1869, sobre o radicalismo, é até agora o fato mais estrondoso desse gênero, não só pelo rasgado e enérgico do tom, como pelos incessantes e gerais aplausos. – Vêde este discurso ente os folhetos políticos. – (28 de junho de 1869).”¹⁹²

Em contraste com este entusiasmo presente nas conferências radicais, Bastos registrava a recepção do programa dos liberais do Centro. Acima de um recorte de artigo do *Jornal do Commercio* que cita o *Correio Paulistano* de 23 de maio de 1869, onde havia um ataque violento ao Centro Liberal, a seus chefes Zacarias e Nabuco, Bastos escreveu: “O Programa Liberal. – É recebido com *frieza singular*. O ‘Correio Paulistano’ e outras folhas dos radicais o agridem.”¹⁹³

Anotações como estas podem sugerir uma aproximação de Bastos em relação aos republicanos, simultânea a um abandono das fileiras liberais. Entretanto, não é isso que

¹⁹⁰ *Idem*, p. 53-54.

¹⁹¹ *Coleção Tavares Bastos*, 13.01.023, p. 76.

¹⁹² *Idem*, p. 89.

¹⁹³ *Idem*, p. 87; itálico nosso.

vemos acontecer nos seus textos publicados nesse período no jornal *A Reforma*, textos cujo conteúdo foi logo depois sistematizado em *A província*, livro publicado em julho de 1870. Nesta obra, Bastos defendeu um projeto agregador de dissidências, que, no momento em que foi delineado, significava uma proposição particular sua para o enfrentamento de um problema que, conforme Célio Ricardo Tasinafo¹⁹⁴, era vivido nesse momento pelo Partido Liberal como obstáculo para sua volta ao governo: a grande fragmentação do partido.

Uma tentativa de contornar essa divisão, produzindo a unidade indispensável, conforme ainda o mesmo pesquisador, consistiu na reorganização que, entre junho e agosto de 1870, foi realizada no jornal *A reforma*¹⁹⁵. De acordo com a narração de Tasinafo, no dia 17 de junho de 1870, aconteceu uma reunião do Centro Liberal, em que se discutiu justamente essa reorganização do jornal, pela qual “passaria das mãos de Tito Franco para as do Conselheiro Furtado”, que tinha como projeto “que as colunas da Reforma, sejam franqueadas a todas as publicações (...) ainda que preguem doutrinas mais adiantadas que a do programa aprovado ou lhe sejam hostis...”¹⁹⁶

Diante desta abertura de Furtado, Tavares Bastos, juntamente com Tito Franco e Quintino Bocaiúva, tentaram “um acordo com os novos mandatários daquele jornal com vistas à união de todos os órgãos liberais, sob o comando do último”¹⁹⁷, estratégia que foi rejeitada por Sinimbu, Paranaguá e Zacarias. Conforme Ata do Centro Liberal citada ainda por Tasinafo,

“...os Srs. Zacarias, Sinimbu e Paranaguá ponderaram, que conquanto reconhecessem todas as habilitações na pessoa do Sr. Bocaiúva, para encarregar-se da direção de um jornal, todavia entendiam, que não podia o *Centro Liberal* apoiar a sua idéia, porquanto estava o mesmo Centro adstrito à sustentação do programa publicado depois do golpe de estado de 16 de julho, e aceito pelo partido em todo o Império como sua bandeira política.

Ponderaram igualmente os mesmos Srs. que um jornal nas condições de que falou o Sr. Tavares Bastos, não podia ser considerado órgão desse partido, sem que significasse... lançar-se no vago de aspirações indefinidas, que podem exprimir no futuro o *desideratum* do Partido Liberal, mas que na atualidade não são por certo aceitas pela sua grande maioria..

Mostraram que nenhum inconveniente, antes vantagem, havia na multiplicidade de jornais inspirados pela idéia liberal, que representem os seus diferentes matizes;

¹⁹⁴ TASINAFO, Célio Ricardo. *Ob. cit.*

¹⁹⁵ *Idem*, p. 22.

¹⁹⁶ Furtado em Ata do Centro Liberal, citada em *Idem*, p. 27.

¹⁹⁷ *Idem*, 28-29.

esses jornais prestaram valiosos serviços à causa comum.

O órgão do Centro Liberal, porém, não deve, nem pode ser senão, o campeão das idéias consagradas no programa, únicas que podem ser desde já convertidas em leis de estado, porque calaram no ânimo de todo o partido”¹⁹⁸

Enquanto atuava desse modo no intuito de produzir uma unidade partidária que fosse mais inclusiva dos liberais “radicais”, Bastos publicava *A província*, obra em que defendia um projeto de descentralização política que significaria a realização imediata de pontos que o Centro Liberal tinha elencado entre os “princípios fundamentais”, “aspirações” do Partido Liberal, mas não tinha colocado como medidas a serem realizadas com urgência, ao definir o seu “Programa” de maio de 1869, o qual contemplava reforma eleitoral, reforma policial e judiciária, abolição do recrutamento, abolição da guarda nacional, e emancipação dos escravos¹⁹⁹.

Com isto, estaria propondo uma estratégia de retorno ao comando do governo que se expressaria numa nítida diferenciação em relação aos conservadores no poder, no intuito de solidificar a aliança com os liberais que já planejavam organizar-se independentemente em um movimento republicano.

No intuito de atrair com mais força os liberais “históricos”, através da demarcação explícita da separação dos liberais progressistas em relação aos conservadores, é que Bastos construiu o projeto descentralizador defendido em *A província*. No prefácio desta obra,

¹⁹⁸ Cit. em *Idem*, p. 29.

¹⁹⁹ ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*, p. 106-113. Eram os seguintes, os “princípios fundamentais” do Partido Liberal que o Centro deliberou não incluir imediatamente no programa, para conseguir um “triunfo mais pronto”: “responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador”; “a máxima – o Rei reina e não governa”; “a organização do Conselho de Ministros como meio prático das duas idéias anteriores”; “a descentralização, no verdadeiro sentido do self government, realizando-se o pensamento do ato adicional quanto às franquezas provinciais, dando ao elemento municipal a vida e a ação de que carece, garantindo o direito e promovendo o exercício da iniciativa individual, animando e fortalecendo o espírito de associação e restringindo o mais possível a interferência da autoridade”; “a maior liberdade em matéria de comércio e de indústria, e conseqüente derrogação de privilégios e monopólios”; “garantias efetivas da liberdade de consciência”; “ampla faculdade aos cidadãos para estabelecerem escolas e propagarem o ensino, alargando-se no entanto aquele que o Estado oferece presentemente, enquanto a iniciativa individual e de associação não dispense este auxílio”; “a independência do Poder Judiciário, e como meio essencial dela a independência pessoal dos magistrados”; “a unidade da jurisdição do Poder Judiciário criada pela Constituição, e por conseqüência a derrogação de toda a jurisdição administrativa; o Conselho de Estado como auxiliar da administração e não político”; “a reforma do Senado no sentido da supressão da vitaliciedade como corretivo da imobilidade e da oligarquia, e como o meio essencial da justa ponderação e recíproca influência dos dois ramos do Poder Legislativo”; “redução das forças militares em tempo de paz” (*Idem*, p. 103-104.)

dirigindo-se contra um posicionamento que, como vimos em suas anotações pessoais, era próprio dos chefes “liberais” do Centro, Bastos afirmou uma postura de não-conciliação, e a busca do “verdadeiro liberalismo” na “gloriosa tradição das nossas lutas políticas”, com a proposição de fim do poder moderador e do conselho de estado, bem como da vitaliciedade do senado, reformas que tornariam a monarquia inofensiva:

“O verdadeiro liberalismo não é, para ele, um recém-nascido. Não é um acidente dos sucessos contemporâneos, mas gloriosa tradição das nossas lutas políticas. Quisera a robusta geração de 1831 descentralizar o governo confederando as províncias; e, fundindo nas atribuições do executivo as do poder moderador, suprimindo o conselho de estado, fazendo temporário o senado, tornar a monarquia uma instituição inofensiva. Atestam a grandeza da obra, não acabada embora, do código do processo e do ato adicional, que não somente completaram, mas alargaram a constituição de 1824.”²⁰⁰

Nesse seu último texto, Bastos demonstrou uma estratégia semelhante à adotada em seu panfleto de estréia, *Os males do presente e as esperanças do futuro*: defendeu propostas que viessem a atrair os liberais para aliança com o seu grupo. Entretanto, vivendo agora em novas circunstâncias, definidas pelo esfarrapamento da liga, o autor pensava em uma aliança que incorporasse o maior número possível de propostas liberais. Por isso, nesse novo momento, interpretou a história do Império de uma maneira totalmente diferente da que expusera em seu panfleto de 1861. Bastos construiu uma releitura do passado, em que as reformas liberais da década de 1830 foram vistas de um modo positivo, e de modo negativo foram consideradas as da década de 1840, promovidas pela “reação” conservadora. Seria contra um aperfeiçoamento dessa mesma reação, presente num “recente projeto de interpretação”, promovido pelo ministro do Império Paulino de Souza, que Bastos estaria escrevendo:

“Se a causa das reformas demandava o estudo dos problemas que envolvem a descentralização, exigem as novas pretensões do governo que excitemos as províncias à defesa dos seus direitos.

Sob o pretexto de suavizar o regime que as oprime, um recente projeto de interpretação prepara algumas restrições mais ao ato adicional, mutilado tantas vezes.

Sem sobressair por concessões, todas insignificantes, algumas já admitidas na prática, a lei proposta por um governo temerário consterna as províncias e comove o

²⁰⁰ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A província*. Estudo sobre a descentralização no Brasil. 2. ed. feita sobre a 1ª ed. de 1870. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 11.

sentimento liberal.

Às doutrinas de 1840, que ele renova, oponhamos os princípios de 1831, que detesta.

Reatemos o fio das idéias que trazem esta nobre data: possa o ruído da sua marcha ascendente interromper o período de sonolência que começou com o segundo reinado!²⁰¹

Entre todas as reformas necessárias para arejar o sistema político, a mais importante era a promoção da autonomia das províncias. Não se teria feito o essencial no sentido da liberdade política caso se restringisse a propor a reforma eleitoral, a supressão do recrutamento e da guarda nacional, a reforma da polícia, a da magistratura, a restauração do código do processo, a reforma do senado no sentido de torná-lo temporário, o fim do conselho de estado, e correção ou abolição do poder moderador; tudo isso não seria suficiente porque não teria sido “ainda resolvido este problema capital, ecúleo de quase todos os povos modernos: limitar o poder executivo central às altas funções políticas somente”²⁰², reforma que não implicaria ruptura com a monarquia²⁰³.

Tal autonomia das províncias deveria ser promovida através de uma recuperação e aperfeiçoamento do “sistema esboçado no ato adicional”, conforme os “traços que nos legaram os estadistas de 1831”. Tratar-se-ia esse movimento em direção ao passado de um procedimento que viria a dar força aos “liberais da nova geração”:

“(…) Em vez de oferecer reformas sem filiação histórica, preferimos inspirar-nos nas tradições de um passado memorável. Em questões que interessam à liberdade, reconhecida e consagrada outrora, mas aniquilada hoje, imensa força tem o partido que clama pela restauração das leis mutiladas. Se faltassem exemplos, o da Hungria contemporânea patentearia a vantajosa posição de um povo que exige, em nome do direito antigo, não em nome somente da teoria política, o restabelecimento de suas instituições esmagadas.”²⁰⁴

²⁰¹ *Idem*, p. 14.

²⁰² *Idem*, p. 39. Na seqüência: “(…) Descentralizai o governo, aproximai a forma provincial da forma federativa; a si próprias entregai as províncias; confiai à nação o que é seu; reanimai o enfermo que a centralização fizera cadáver; distribui a vida por toda a parte: só então a liberdade será salva.”

²⁰³ *Idem*, p. 44-45. Em várias passagens, Bastos deixou bem nítido que o que estava propondo era uma monarquia federativa, até porque monarquia e república seriam “puras questões de forma” (*Idem*, p. 68). O destino da monarquia no Brasil dependeria de sua capacidade de fundar instituições livres, as quais não seriam incompatíveis com a forma monárquica de governo, como mostrariam as colônias inglesas (*Idem*, p. 68-69).

²⁰⁴ *Idem*, p. 112-113. Mais adiante, a repetição da explicitação do método político empregado: “Ilustrem este debate as recordações do nosso passado. Não repudia um povo a sua história; e um partido, quando reclama liberdades que já convertera em leis, impõe-se com dobrada força ao

Com esse objetivo de engrandecimento das propostas políticas presentes através do recurso ao passado, Tavares Bastos realizaria um exame das instituições organizadas através do Ato Adicional e do Código do Processo, sem, entretanto, propor uma adoção exata das determinações neles contidas. Bastos valeu-se daquelas peças mais como um recurso retórico, haja vista que suas propostas para organização do legislativo provincial, da presidência da província, da municipalidade, da polícia, e da justiça, não coincidiam exatamente com as consignadas no Ato e no Código. Defendia a recuperação da idéia de descentralização, mas de modo que não houvesse uma mera restauração do passado. O próprio autor foi explícito quanto a isto, ao deixar clara a diferença entre as suas proposições e as do Ato e do Código. Nestes apontava um vício semelhante ao enxergado nas leis centralizadoras promovidas pelos conservadores na década de 1840: o vício da uniformidade, com que concebiam as diversas províncias. Em contraposição, as suas propostas se constituiriam com base no respeito à “diversidade de circunstâncias locais”, respeito indispensável para a vitalidade da organização política:

“A uniformidade nos mata. Não! Não é de lei uniforme, por mais liberal que seja e mais previdente, que depende ressuscitar o município; depende isto de leis promulgadas por cada província, conforme as condições peculiares de cada município.

Leito de Procusto²⁰⁵, a legislação simétrica é um sonho enganoso: efeito da paixão niveladora, ela só gera decepções.”²⁰⁶

As diversas províncias do Império revelariam diferentes graus de civilização, graus conforme os quais deveria ser regulada a liberalidade das instituições a serem nelas criadas. Neste ponto, Bastos repunha um argumento dos conservadores que criticava. Estes usariam, para justificar suas propostas centralizadoras, a idéia de que o povo não estaria capacitado para viver em instituições livres, ao que o autor alagoano tinha oposto que essa capacidade

respeito dos contemporâneos. Temos por nós a tradição liberal; contra nós o fato do absolutismo: o país escolherá.” (*Idem*, p. 175).

²⁰⁵ Esta imagem é muito utilizada pelos políticos do período. Informa Magalhães Júnior que, na lenda grega, “Procusto era um facinora de Ática, que usava colocar todos aqueles de quem se apoderava sobre um leito de ferro. Se eram maiores que o leito, cortava-lhes o excedente. Se eram menores, espichava-os, puxando-os pelas extremidades, até preencherem toda a extensão do leito. Foi vencido por Teseu.” (MAGALHÃES Júnior, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos, bem como de curiosidades verbais, frases feitas, ditos históricos e citações literárias, de curso corrente na língua falada e escrita*, p. 170.)

²⁰⁶ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *A província*, p. 143.

somente se constituiria com a própria experiência da liberdade²⁰⁷. No momento em que defendia suas propostas de organização institucional, entretanto, Bastos repetiu o raciocínio conservador, ao dizer que determinadas províncias, mais atrasadas em termos de “civilização”, não estariam ainda preparadas para vivenciar uma ampla liberdade política. Foi uma lógica que se fez presente, por exemplo, quando o autor afirmou que a eletividade de funcionários públicos municipais não deveria ser uma regra a ser aplicada a todo o Império:

“Onde o espírito público, ilustrado e moralizado, inspirasse confiança, a eleição periódica fora o meio regular para a escolha de todos os funcionários municipais. Onde, porém, a ignorância e a negligência do povo assinalassem a sua inferioridade, o princípio eletivo, aliás eminentemente moralizador e fecundo de patrióticos incentivos, não merecera ser aplicado na mesma escala a todos os funcionários e a todos os ramos da administração.”²⁰⁸

Várias vezes, nos capítulos em que tratou da reorganização política, Bastos fez questão de explicitar a diferença de suas proposições em relação às consignadas no Código do Processo e no Ato adicional. Não ocorreu o mesmo quando, na parte em que tratou dos “interesses provinciais”, considerou as “associações”. Ali, o autor fez uma remissão ao Ato Adicional, mas indicando que estaria adotando princípio nele inscrito, ao defender a liberdade de organização de sociedades anônimas, liberdade que seria cerceada desde a lei de 22 de agosto de 1860:

“(…) Mais do que em parte alguma, no Brasil cumpria remover todos os empecilhos para a reunião de capitais e esforços para um fim comum.

Em princípios opostos funda-se a legislação que modernamente imitamos: adversa ao espírito de associação, que reputa perigoso, ela estima o indivíduo isolado diante do poder formidável. A intenção do legislador de 1834 era abandonar a formação e existência da sociedade ao livre arbítrio dos cidadãos: tal seria, sem dúvida, o resultado definitivo do ato adicional na parte em que, a exemplo das constituições norte-americanas, confiou às assembleias a faculdade de legislarem sobre associações formadas nas províncias. Isto de certo, não ofereceria jamais os inconvenientes da atual concentração no Rio de Janeiro, do direito de aprovar ou recusar a incorporação de companhias.”²⁰⁹

²⁰⁷ “(…) para que um povo se aperfeiçoe e aumente em virtudes, é mister que seja livre. É a liberdade que excita o sentimento da responsabilidade, o culto do dever, o patriotismo, a paixão do progresso. (…).” Mais adiante, Bastos diz que os “verdadeiros estadistas, os hábeis administradores” formar-se-iam “na luta incessante de um existência agitada” (*Idem*, p. 42 e p. 43).

²⁰⁸ *Idem*, p. 142.

²⁰⁹ *Idem*, p. 262.

Ao se valer do termo genérico “associações”, Bastos misturou associações políticas, religiosas, e sociedades mercantis. Esta confusão tinha o propósito de permitir que atribuísse ao Ato Adicional o objetivo de garantir a liberdade de organização das últimas pelas assembleias provinciais, quando de fato estabelecia que estas legislassem somente acerca das duas primeiras. Era o que indicava o § 10 do artigo 10 do Ato, mencionado²¹⁰, mas não transcrito por Bastos: competia às Assembleias Legislativas Provinciais legislar “sobre casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas.”²¹¹

Não há nessa peça legislativa nenhuma menção ao regime das sociedades anônimas, preocupação grande de Bastos e dos “liberais” do Centro, depois da legislação restritiva de 1860. Essa inquietação foi formulada pelo autor de *A província* em passagens como esta:

“Tradição do despotismo, é anacrônico o ciúme e temor das companhias. Licença, autorização ou diploma para que indivíduos e capitais se congreguem, são exigências que restringem e podem aniquilar a liberdade do cidadão. Tal é, entretanto, o sistema preventivo de muitas das legislações contemporâneas. / Combatê-lo, caminhar para o seu completo repúdio, é missão dos reformadores em toda a parte do mundo. Proclamando a descentralização entre os seus princípios fundamentais, o Centro Liberal indicou, como corolários, a necessidade de garantir o direito e promover o exercício da iniciativa individual, de animar e fortalecer o espírito de associação, de restringir a interferência da autoridade, e conceder a maior liberdade em matéria de comércio e indústria. (...). O regime das sociedades anônimas instituído pela legislação de 1860 contém uma dupla violência: ao direito de reunião e às franquezas provinciais.”²¹²

Os ataques a essa legislação não foram nada econômicos. Presentes no tópico referente às “associações”, retornaram no referente aos “melhoramentos materiais”. Advogando a inexistência de interferência de quaisquer autoridades na organização de companhias, Bastos afirmou que, não sendo possível evitá-la, era preferível que essa autoridade fosse a provincial²¹³. Com isto, revestia com a fórmula da descentralização uma questão que não dizia respeito diretamente a ela, e a lei de restrição econômica de 1860 passou a figurar numa linha contínua definida pelas leis de centralização política:

²¹⁰ *Idem*, p. 268.

²¹¹ Conforme vemos, não são mencionadas sociedades mercantis. “Acto Adicional. Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834. In: *Todas as constituições do Brasil*. Compilação dos textos, notas, revisão e índices de Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. São Paulo: Atlas, 1971, p. 633.

²¹² *A província*, p. 264-265.

²¹³ *Idem*, p. 286.

“Assim: privilégios para execução de serviços provinciais, incorporação de companhias, navegação a vapor dos rios, construção de estradas de ferro, ou de qualquer natureza demandando grossos capitais, tudo, todo o melhoramento material do país, ficou concentrado nas mãos do governo imperial. Pode-se agora duvidar da existência da centralização no Brasil?

A lei de polícia e justiça (1841) e a da guarda nacional (1850) aniquilaram o espírito público nas localidades, centralizaram a política: a lei e o aviso de 1860 atacaram a prosperidade material das províncias e o princípio de associação, coroando a obra do golpe de estado de 12 de maio de 1840. Por isso, 1860 é o non plus ultra da reação. Desde que valeu-se de simples avisos para interpretar e corrigir o ato adicional, revogando leis expressas, nenhum poder mais restava ao governo usurpar.”²¹⁴

Não só a questão dos “melhoramentos materiais” recebeu em *A província* um tratamento imbricado na problemática da descentralização. Também outros temas nos quais se envolveu o autor ao longo de sua trajetória anterior foram repostos dentro de um argumento que visava destacar a “missão das províncias” nas reformas desejadas; a questão da instrução, a da emancipação, a da imigração, a dos tributos e despesas estatais. Todas essas questões foram tratadas dentro de uma parte intitulada “Interesses provinciais”, e quanto a todas elas Bastos elaborou formulações que propunham a ampliação da esfera de atuação das províncias no seu encaminhamento, de modo que estas deixassem de ser “um aglomerado de colônias do Rio de Janeiro”²¹⁵, ampliando-se a sua liberdade.

Tratava-se de uma liberdade que o autor inscrevia no interior de uma rigorosa lógica, a qual não deixava frêstas para a constituição de finalidades de convivência social que não fossem a lucratividade de grandes proprietários. Quanto à escravidão, Bastos repetiu a sempre presente cautela, ao dizer que não cabia estabelecer prazo para a sua extinção, “por abalar a propriedade”²¹⁶. No processo de emancipação, às províncias caberia, entre outras atividades, preparar regulamentos no sentido de garantir a “tranquilidade pública”, através da “repressão de vagabundos, fiscalização das habitações dos emancipados, do seu vestuário, alimento e cuidados médicos, graduação das horas de

²¹⁴ *Idem*, p. 288-289.

²¹⁵ *Idem*, p. 303.

²¹⁶ *Idem*, p. 242.

trabalho e repouso, forma e condições dos resgates, etc. (...)»²¹⁷

Na disciplinarização dos escravos libertos e dos trabalhadores livres em geral, importante se afiguraria a instrução, a ser promovida especialmente pelos poderes públicos provinciais. A liberdade de ensino, para Bastos, se traduzia na ausência de impedimentos para o exercício da “indústria ou profissão de mestre, e à abertura de estabelecimentos de educação”²¹⁸. Quanto ao conteúdo, fez questão de frisar que a preocupação era com a promoção de ensino primário e secundário profissional, e não “das ciências especulativas, das belas letras e das belas artes”²¹⁹. Tratava-se de formar trabalhadores para as profissões agrícolas²²⁰, trabalhadores morigerados, não acossados pelo instinto da ociosidade:

“Compreendam governo e povo que não há mais urgente reforma: a emancipação do escravo o exige, porquanto ela há de prosseguir a sua marcha fatal por entre dois perigos, o instinto da ociosidade e o abismo da ignorância, Diminui o segundo; tereis combatido eficazmente o primeiro.”²²¹

A instrução transformaria braços ociosos em braços com sua energia centuplicada:

“(...) emancipar e instruir é a forma dupla do mesmo pensamento político. O que haveis de oferecer a esses entes degradados que vão surgir da senzala para a liberdade? O batismo da instrução. O que reservareis para sustentar as forças produtoras esmorecidas pela emancipação? O ensino, esse agente invisível, que, centuplicando a energia do braço humano, é sem dúvida a mais poderosa das máquinas de trabalho.”²²²

O controle da ociosidade era uma finalidade atribuída à polícia, organizada conforme as variadas circunstâncias das localidades:

“Certo, já o dissemos, haverá casos e haverá épocas em que a mais liberal das organizações da política não seja a mais vantajosa. Suponha-se que uma província volva às tristes condições de outrora, infestada de sicários, coberta de quilombos, coito de forasteiros vagabundos: não seria mais expedito e mais prudente que a sua assembléia ditasse logo as medidas excepcionais, e as revogasse tão cedo cessasse a situação excepcional? (...)”²²³

Como complemento indispensável do projeto de descentralização política, Bastos

²¹⁷ *Idem*, p. 255.

²¹⁸ *Idem*, p. 219.

²¹⁹ *Idem*, p. 231-232.

²²⁰ *Idem*, p. 233-234.

²²¹ *Idem*, p. 239.

²²² *Idem*, p. 240.

²²³ *Idem*, p. 172. A mesma questão aparece na página 170.

apresentou uma proposta de reorganização da divisão geográfica do Império, de modo que se corrigissem os “dois vícios principais” da carta política do Brasil: a existência de “grandes províncias mal traçadas, com dimensões irregulares e prolongamentos arbitrários, que em demasia prejudicam aos interesses dos povos”, e a existência de regiões que seriam “verdadeiros desertos” e que estavam “convertidos em províncias ou incluídos nelas, quando melhor fora reparti-los em certo número de distritos administrativos”²²⁴.

Essas últimas regiões, que corresponderiam a três quintos da superfície do Brasil, ao se constituírem em províncias, transformar-se-iam em “campo de exploração política de algumas sumidades do Rio de Janeiro”, situação que deveria ser modificada, a bem do fim da “corrupção” no sistema representativo²²⁵.

Conforme o plano de Bastos, que dizia respeitar os laços e interesses definidos pela própria tradição e comércio das populações, seriam criadas as seguintes novas províncias: “a do São Francisco no ocidente da Bahia, a de Minas do Norte entre os Rios Doce e Jequitinhonha, e a de Minas do Oeste compreendendo o sul de Goiás”²²⁶. Quanto aos territórios que deveriam ser convertidos em distritos administrativos, “com assembleias onde houvesse população bastante, ou sem elas, como simples presidios”, seriam os seguintes: “do Solimões, do Rio Negro (atual província do Amazonas), do Madeira e Guaporé (Amazonas e Mato Grosso), do Oiapoque (nordeste do Pará), do alto Tapajós (sudoeste da mesma), do Araguaia e Tocantins (abrangendo seções do Pará, Mato Grosso, Goiás e Maranhão), do alto Paraná (ocidente de S. Paulo, do Paraná e Santa Catarina, e vale do Ivinheima em Mato Grosso), do alto Paraguai (comarca de Cuiabá e Vila Maria), e do baixo Paraguai (distrito de Corumbá, comarca de Miranda)”²²⁷.

Além dessa reorganização geográfica, Bastos também propôs a mudança da capital do Império, “para sítio mais resguardado, mais conveniente à vida política e ao trabalho de gabinete, mais salubre, mais central”, e uma nova organização parlamentar, em que cada província nomearia dois senadores somente, e haveria uma “periódica distribuição das cadeiras da câmara temporária proporcionalmente à população verificada pelo último

²²⁴ *Idem*, p. 357.

²²⁵ *Idem*, p. 358.

²²⁶ *Idem*, p. 359.

²²⁷ *Idem*, p. 361.

censo”²²⁸. Deste modo estabelecer-se-ia o equilíbrio da representação política entre as províncias do Império.

Argumentando em prol de uma igualdade entre as províncias, contra a “supremacia” do Rio de Janeiro, Bastos ressaltou, na “Conclusão” do livro, as desvantagens sofridas pelas províncias do Norte com a centralização. Esta conduziria a “crises revolucionárias”, que ameaçariam a integridade do Império, e nesse horizonte o Norte seria uma “nuvem, ameaçadora”²²⁹, por conta das perdas experimentadas por essa região: enquanto contribuíam as onze províncias setentrionais com 36.000 contos de réis para o tesouro nacional, apenas 15.000 despender-se-iam nelas ou “com serviços realizados em cada uma ou que a todas as onze interessam”²³⁰. Como resultado dessa diferença, dar-se-ia o contraste entre os melhoramentos materiais dessas províncias e aqueles efetivados no Rio de Janeiro:

“(…) quanto a melhoramentos materiais, tem acaso o Norte um só porto, sem excetuar o de Pernambuco, onde se hajam feito trabalhos sérios? Em sete das províncias setentrionais, nenhum serviço notável custeia o Estado. Duas contam estradas de ferro condenadas à estabilidade, enquanto a de ‘Pedro II’, ainda que timidamente, não tem cessado de prosseguir à custa da receita geral. Não possui o Norte marinha mercante; aos armadores do Rio de Janeiro paga fretes excessivos; suporta as duras condições da marinha privilegiada, suporta as fascinadoras doutrinas de uma escola que pretende promover indústrias e fábricas em país agrícola, onde à própria lavoura falecem aptidões profissionais e capitais baratos, mais ainda que braços.

Enfim, e para não ir mais longe, é o Norte interessado nessa concentração administrativa, que sujeita o país à inelutável supremacia dos políticos da capital?”²³¹

Contra o descontentamento do Norte, que seria ameaçador à integridade do Império, somente a descentralização seria eficaz²³².

A atuação de Bastos no sentido de alargar o programa liberal, de modo que fossem contempladas as medidas que significariam uma maior aproximação dos “radicais”, continuou no desdobramento da história subsequente do partido. Ela se fez presente com

²²⁸ *Idem, ibid.*

²²⁹ *Idem, p. 365-370.*

²³⁰ *Idem, p. 367.*

²³¹ *Idem, p. 369-370.*

²³² *Idem, p. 370-371.*

toda clareza em carta a Saraiva de 1871²³³, vinda à luz num momento ainda mais crítico para os liberais, por conta de seu programa estar sendo realizado pelos conservadores, que já tinham aprovado a emancipação dos nasciturnos e a reforma judiciária, e tinham projetos sobre o recrutamento e a guarda nacional²³⁴.

Essa carta, endereçada a Saraiva em 23 de dezembro, era resposta a parecer do político baiano, de dois meses antes, acerca de deliberação do Club da Reforma em 19 de outubro, feita a partir de proposições de Bastos, no sentido de consultar-se o Centro Liberal sobre a “conveniência da revisão e complemento do programa liberal de 1869”, através da inclusão das medidas que tinham sido elencadas apenas como “aspirações”²³⁵. Essa questão era respondida por Saraiva de modo negativo, porque entendia “que nossos esforços devem concentrar-se todos em dois pontos capitais – *trabalho livre, voto livre* – síntese sem dúvida luminosa e prática”²³⁶.

Na perspectiva defendida por Bastos, os liberais não poderiam se restringir da maneira sugerida por Saraiva, porque precisariam demarcar melhor sua identidade em relação aos conservadores. Estes já estavam se encaminhando no sentido de realizar todos os pontos do “programa restrito” de 1869. Parte da reforma judiciária estava realizada, faltando somente melhorá-la; a emancipação também já era questão encaminhada “no domínio da lei”; as questões do recrutamento, das eleições, da guarda nacional, já tiveram seu encaminhamento iniciado através de projetos de ministros conservadores. Mesmo a reforma eleitoral, Bastos, ao contrário de Saraiva, acreditava que os conservadores viriam a promovê-la, por estarem tranqüilizados quanto ao restrito alcance da eleição direta no que tange a “anular a excessiva influência com que pesa a Coroa em nosso organismo político, desequilibrando-o, falsificando-o”²³⁷.

Diante da apropriação, pelos conservadores, das principais proposições liberais de reforma, Bastos perguntava: a “que nos proporemos então? a rever e a melhorar as medidas por outros decretadas? Por mais consideráveis que sejam os retoques de que elas careçam,

²³³ Foi publicada em 1872, com o título “A situação e o Partido Liberal”.

²³⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*, p. 135-175.

²³⁵ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. A situação e o Partido Liberal. In: _____. *Os males do presente e as esperanças do futuro*, p. 131-133.

²³⁶ “A situação e o Partido Liberal”, p. 135-136.

²³⁷ *Idem*, p. 142.

não bastam para preencher a missão de um grande partido.”²³⁸

Construir esse grande Partido Liberal implicaria, argumentava Bastos, abdicar de uma estratégia de busca imediata do poder - a qual já tinha se mostrado infrutífera, na experiência da Liga Progressista -, em nome de uma política de união e fortalecimento partidário, sedimentados na retomada as “aspirações” de 1869, que resgatavam os “princípios fundamentais de 1831”:

“Que o Partido Liberal proclame reformas urgentes os princípios fundamentais de 1831, qualificados aspirações em 1869! Aí está a razão da sua existência e segredo do seu prestígio.”

Esse programa, em termos imediatos, afastaria os liberais do poder, mas não seria o poder o objetivo a ser almejado no momento:

“Pretende-se precipitar nossa ascensão ao governo?

Ah! Sr. Conselheiro, uma experiência recente, a de 1863, devera advertir-nos de quão estéril e desconsoladora é a campanha das pastas!”

Mais adiante: “(...) facilitar a ascensão à custa do sacrifício ou do adiamento indefinido de grandes princípios seria o último dos nossos erros.”²³⁹

A conseqüência desse erro seria apontada com clareza a seguir, com a lembrança das circunstâncias anteriores ao 16 de julho:

“Hesitarei, ainda, considerando os inconvenientes da precipitação, os embaraços do dia seguinte, o cisma que as tendências moderadas preparam, separando-nos, logo depois da vitória, em liberais-conservadores e liberais-radicais?”²⁴⁰

Em compensação, se a paciência permitisse aos chefes liberais trabalharem no sentido da recuperação do “velho programa radical” - o qual importaria uma desmontagem das condições de exercício do “governo pessoal” -, “seu triunfo, eu o creio, não se faria esperar muito tempo.”²⁴¹

Além da necessidade de “avivar a linha que nos separa dos conservadores” e de combater o “governo pessoal”, também a circunstância de se estar incrementando a “idéia republicana” (resultado do esmorecimento dos liberais desde meados de 1869²⁴²) obrigaria

²³⁸ *Idem*, p. 140.

²³⁹ *Idem*, p. 146-147.

²⁴⁰ *Idem*, p. 148.

²⁴¹ *Idem*, p. 149.

²⁴² “ (...) Tão inesperado esmorecimento depois do primeiro arrojado consternou os espíritos mais impacientes, que enxergaram uma nova mistificação em perspectiva; e, reputando em perigo a

à retomada dos “princípios liberais”. Em relação aos republicanos, a preocupação de Bastos era com a popularidade que eles alcançavam²⁴³, ao pedir “a federação tão simpática às províncias”, marchando com a evocação das “cores de 1831”, que lembrariam “as mais nobres recordações desta terra”. No seguinte parágrafo, expressava-se e resumia-se com clareza a inquietação do autor naquele momento:

“Que lhes opomos? [a esses republicanos tão promissores] Um compromisso provisório entre as duas seções do nosso partido, aclamado há dois anos e meio e já minguado pelo plágio dos conservadores. Há aí, por certo, úteis e urgentes medidas, são princípios, idéias de progresso, doutrinas essencialmente liberais; mas, seja por seu limitado alcance ou pela adesão que lhes prestam nossos adversários, quer ministeriais, quer dissidentes, não bastam para acentuar e realçar a fisionomia do partido, habilitando-o a afrontar o desdém dos malévolos e a desviar a corrente da popularidade que leva triunfante a propaganda republicana.”²⁴⁴

Para o Partido escapar da ameaça de dissolver-se ou de se expor à “desgraça da impopularidade”, a estratégia urgente seria reunir assembleia numerosa de delegados de todas as províncias para aclamar “a bandeira com que devemos pugnar pela ascensão pacífica da democracia: eis a medida urgente que a observação dos fatos aconselhou aos nossos amigos do Club da Reforma.”²⁴⁵

A mesma proposta do Club da Reforma foi comunicada e explicada por Bastos a correligionários através de cartas. Em 24 de outubro de 1871, Bastos escreveu a Leão Veloso, da Bahia; em 31, a Tomaz do Bonfim Espíndola, e em 10 de novembro, a Buarque²⁴⁶.

No arquivo de Bastos, encontra-se resposta do primeiro, datada de 11 de novembro de 1871. É uma carta que está apenas parcialmente legível, mas nessa parte é possível ver que Bastos tinha apoio, mesmo que pequeno além do Club da Reforma, para a sua visão da política do momento e para a sua proposta de encaminhamento do Partido Liberal. Veloso concordava com a idéia de retomada das “aspirações” deixadas de lado pelo programa de

*causa da liberdade, galgaram a extremidade oposta, envolvendo na mesma condenação a monarquia e os partidos monárquicos.” (*Idem*, p. 164.)

²⁴³ Numa afirmação que era contraditória com o peso dado ao “governo pessoal” no seu argumento anterior, Bastos escreveu que a popularidade “é a força real, a majestade dos partidos.” (*Idem*, p. 165.)

²⁴⁴ *Idem*, p. 164-165.

²⁴⁵ *Idem*, p. 166.

²⁴⁶ BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*, p. 118-123.

1869, e condenava, como Bastos, o apoio dado por chefes liberais aos conservadores, no encaminhamento do projeto sobre o “elemento servil”:

“Estamos de acordo sobre a necessidade de voltar à política enérgica de 1868 a 1869, única que poderá despertar o partido do esmorecimento em que o deixou a conduta dos nossos chefes vencedores, exceto o Zacarias, na questão do elemento servil, - proceder que nos atirou rendidos aos pés do imperialismo triunfante.

Aqui há grande desgosto nos amigos, sendo geral a reprovação do partido [ilegível] tal proceder, que nos desmoraliza perante o país.

(...) Cá nas províncias – nós que sofremos muito – não podemos compreender as certezas deles, como do Otaviano para com o governo dos adversários. Se nem ao Nabuco perdoamos os elogios ao Paranhos!...

Queremos tudo, preferimos o Itaboraí, e os seus, mas não queremos os imperialistas, não queremos Rio Branco, S. Vicente, etc. E no dia em que os nossos chefes se ligarem com eles, Cotegipe, etc. enfim com os amigos do rei, nós estaremos com a República, que já disputa aqui muitas simpatias; e conosco (?) está a maior parte dos proprietários: o movimento se vai operando mais rápido do que se presume.

(...) Enfim, meu caro Bastos, o elemento servil estragou conservadores e a nós não deixou em melhor posição graças ao imperialismo dos nossos chefes, encapotado sob a capa dum amor platônico pela idéia, que não pode salvar a responsabilidade dos que deixam a vitória ao imperialismo.”²⁴⁷

Depois dessa carta, Leão Veloso escreveu uma outra, em 11 de junho de 1872, comentando diretamente “A situação e o Partido Liberal”. Concordava plenamente com Bastos, dizendo que só com reformas “amplas e ousadas no sentido da descentralização” “podemos realizar o sistema representativo”. Sem programa diferente do proposto pelo Partido Conservador, não haveria razão de ser para o Partido Liberal, ainda mais se os chefes continuassem apoiando os conservadores nas reformas pertencentes outrora ao programa liberal:

“Aqui o Partido Liberal está pronto a ir servir com seus chefes até ao ponto de vê-los empenhados na realização do programa de 1868; se os conservadores, porém, apresentarem as reformas, e os chefes senadores o apoiarem, estará acabado o Partido Liberal monarquista: cada um de nós seguirá seu rumo, convictos da inutilidade do Partido Liberal, para fazer o que faz o conservador; já o declaramos ao Saraiva.

Não estamos dispostos a tolerar segunda mistificação, como a do elemento servil.”²⁴⁸

²⁴⁷ Coleção Tavares Bastos, 10.03.32, 035.

²⁴⁸ *Idem*, 10.03.32, 036.

As adesões às suas propostas foram consideradas “poucas”, por Bastos. No mesmo apontamento em que assim as qualificava, anotou que as deliberações do Club da Reforma baseadas em suas proposições “não foram atendidas pelo Centro Liberal”, sendo elas impugnadas por Otaviano, Souza Franco, Paranaguá e Nabuco, “que se fez representar pelo filho”²⁴⁹.

Conforme vemos, nesse momento Bastos se separava das lideranças de seu partido, até daquelas a que estivera mais ligado. Entretanto, a existência das cartas com as “poucas” “adesões expressas às minhas idéias” nos mostra que, apesar de nesse momento constituir no Partido Liberal uma posição minoritária, Bastos não foi, nem neste momento, um solitário.

²⁴⁹ *Idem*, 13.01.025, p. 34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em agosto de 1866, atingido pelo deputado liberal Figueiredo, que lhe acusou de amar “todos os poderes e todos os governos”, agindo como “um mosquito que voa sempre em direção do torrão de açúcar”, Tavares Bastos fez na Câmara uma retomada de sua trajetória de modo que apagava os seus vínculos político-partidários, com o intuito de parecer um advogado de idéias, e não um aspirante a cargos e posições:

É certo, Sr. presidente, que firme nas inspirações da minha consciência, isento da ambição de ocupar cargos, porquanto (seja-me lícito confessá-lo) a minha altivez me não permite essa ambição vulgar; é certo, digo, que tenho nesta casa empenhado a minha palavra e o meu trabalho, às vezes até com prejuízo de minha saúde, para aqui representar, não os círculos pessoais, não as côteries, não as paixões de momento, não os prejuízos e ódios, não os cambiantes efeitos de luz e sombra da cena política, porém algumas idéias definidas, idéias que, é verdade, não se filiam rigorosamente aos programas dos partidos, mas que merecem a maior dedicação dos homens públicos do Brasil.”¹

Essa imagem que Bastos construiu para si nesse momento específico, a de um defensor de idéias, que pairava acima da esfera dos interesses, é a mesma que, de formas diferenciadas, encontramos nos estudos sobre os seus escritos. É tal concepção que informa o raciocínio de que haveria “paradoxos” nos textos do político, e que ele seria um autor deslocado em relação ao seu tempo. Depois de acompanharmos a trajetória do deputado por todo o período em que atuou na Câmara, e também um pouco depois, quando participou das primeiras discussões para organização de um “novo” Partido Liberal, podemos desfazer essa imagem, e elaborar explicações para as diferenças existentes entre proposições que ele explicitou em seus textos. A aparência de “incoerência” se desmancha quando vista à luz do sinuoso percurso de um político que teve na escrita uma das formas de atuação na vida pública imperial. Cada texto constituiu uma intervenção específica e, como tal, se explica pelo momento particular em que foi realizada. Entre *Os males do presente e as esperanças do futuro* e *A província* – por exemplo – há, sim, diferenças na elaboração de argumentos, que muitas vezes são mesmo opostos. Mas trata-se de textos que tiveram seu sentido em momentos também completamente diferentes da trajetória do autor, que iniciou sua carreira entre os conservadores “moderados”, que se aliaram aos liberais, e finalizou-a tentando

¹ Sessão em 30 de agosto de 1866, p. 160.

construir um Partido Liberal em que as duas frações se mantivessem ligadas, para a viabilidade de volta duradoura ao comando do governo. Tais variações, que são os motivos das mudanças nos textos, mostram bem o quanto Bastos estava afinado com problemas imediatos colocados pela luta política pessoal e partidária, vivenciada em sua província e no parlamento, que integrou em três legislaturas. Não estava adiantado em relação à história brasileira, nem atrasado em relação à européia ou à norte-americana. Os vínculos com elas é que deram sentido e definiram as proposições e a atuação desse político.

A presença de argumentos conservadores em *Os males do presente e as esperanças do futuro* se explica por conta da ligação que, no momento em que foi escrito, o autor mantinha com os conservadores “moderados”, fração do Partido Conservador que se distanciava dos “puros” por deles diferirem principalmente em relação ao entendimento do modo como se deveriam estabelecer o crédito e os empreendimentos econômicos. Enquanto os “puros” defendiam a tutela do governo sobre as atividades econômicas - através do controle da emissão e da incorporação e funcionamento de sociedades anônimas - os “moderados” propugnavam a liberdade de crédito e de empreendimento.

Diante da impossibilidade de manutenção de acordos que assegurassem a unidade com os antigos correligionários (os “puros” ou “extremados”), esse grupo de conservadores aproximou-se dos liberais, numa busca de realização de uma aliança que se desdobrou por todo o período considerado neste trabalho. No início dessa tentativa, lançaram mão de um argumento sobre o poder moderador que os diferenciava dos conservadores “extremados”: enquanto estes últimos defendiam um poder moderador “irresponsável”, os “moderados”, buscando selar a liga com os liberais, defendiam a “responsabilidade ministerial” sobre os atos daquele poder. Conforme nos faz pensar a mudança que sobre essa questão revelou Zacarias - uma das lideranças desse grupo -, quando presidiu o ministério de 3 de agosto de 1866, essa idéia era apenas um argumento, não correspondendo a divergências mais significativas. Defensor combativo da idéia da responsabilidade dos ministros no início da década, Zacarias passou a dizer, no final do período de experiência progressista do poder, que tal questão deveria ser deixada de lado, porque “os poderes supremos do país” giravam em outra “esfera”².

² Ver capítulo 5, p. 315.

Acompanhamos o desempenho de Bastos na fracassada tentativa de constituição de um terceiro partido, o Partido Progressista - que seria resultante da liga entre conservadores moderados e liberais - a qual se estendeu por sete anos de contendas parlamentares e eleitorais. No final deste percurso, em que nos detivemos especialmente nas discussões da Câmara dos Deputados, podemos afirmar que é bastante plausível a versão sobre os acontecimentos dada pelos liberais opositores da liga, versão segundo a qual os conservadores buscavam, na coligação, submeter os liberais através, inclusive, da apropriação de suas bandeiras. Bastos, originalmente ligado aos conservadores “moderados”, atuou no sentido de realizar essa apropriação: participou ativamente dos acordos que redundaram na queda do gabinete presidido pelo liberal Francisco José Furtado; e foi defensor do gabinete Olinda de maio de 1865, quando este era atacado por liberais de diversas províncias, que o acusavam de tentar esmagá-los. Foi Bastos quem delineou na Câmara um programa e chamou esse novo ajuntamento de homens “novo Partido Liberal”.

Militando pela constituição desse partido, Bastos atuava ativamente, ao mesmo tempo, no sentido de promover medidas de abertura econômica - defendidas nas *Cartas do solitário* - que contavam com a oposição séria dos conservadores “puros”, uma vez que desmontavam os monopólios da navegação de cabotagem, do crédito e do fornecimento de mão-de-obra, desfrutados por grandes negociantes da praça de comércio do Rio de Janeiro. Nesse trabalho, deixou documentadas ligações com os líderes conservadores moderados Nabuco de Araújo e Marquês de Olinda, com liberais como Paula Souza, e com empresários norte-americanos interessados na navegação pela costa brasileira. Também fica indicado na documentação o vínculo com empresários nacionais e estrangeiros envolvidos com a promoção da imigração, especialmente de norte-americanos; é sugerida, ainda, a ligação com banqueiros ingleses estabelecidos no Rio de Janeiro. Explicita-se com toda a clareza o contato de Bastos com James Webb, com a companhia *United States and Brazil Mail Steamship*, com James Fletcher e com Caetano Furquim de Almeida.

Foi em torno dessa política econômica que também ocorreram as fraturas mais visíveis na liga, que se buscava constituir num novo partido. Zacarias e o seu grupo (no qual se encontravam José Bonifácio, Domiciano, Dantas, Martim Francisco), concordando nas medidas de abertura em geral, não se afinavam com o grupo de Nabuco de Araújo

(Paula Souza, Tavares Bastos, Saraiva) no que dizia respeito ao destino a ser dado aos recursos do tesouro. Enquanto o grupo ligado a Nabuco trabalhava mais ativamente pela subvenção a empresários norte-americanos interessados na cabotagem, o grupo vinculado a Zacarias parecia estar relacionado a empresários ingleses interessados em garantia de juros para estrada de ferro. Zacarias também não se posicionava com a mesma limpidez de Nabuco de Araújo quanto à revisão da lei de 22 de agosto de 1860, que restringia sobretudo a liberdade de associação e crédito. Silencioso no início do período quanto a essa questão, terminou por declarar-se pertencente à “escola restritiva”. E se aproximou dos conservadores “puros”, em 1866, na aprovação de projeto que implicava maiores restrições à emissão bancária.

Zacarias se opunha também a medidas que, para Bastos e seu grupo, eram vitais para a promoção da imigração, facilitando a vinda de não católicos para o país. Não aceitava pôr em questão a religião de estado, e não via com bons olhos medidas que, a bem da imigração, viessem a abalar os vínculos do Estado com a Igreja.

No final da trajetória da liga, Zacarias revelou concepções que o faziam parecido com os conservadores “puros” - os quais se expressaram na Câmara, especialmente através de Junqueira, de modo favorável a projeto apoiado pelo senador saquarema Itaboraí - enquanto Bastos se aproximou dos liberais “históricos”, como passaram a ser chamados os que se opuseram à liga a partir do último gabinete Olinda (12 de maio de 1865), a exemplo de Cristiano Ottoni, Martinho Campos e Franco de Almeida. Nesse momento, Bastos chegou a reconstituir, na Câmara, a memória do seu percurso como se tivesse sempre sido um membro do Partido Liberal.

Entregue o governo aos “puros” em julho de 1868, essa diferença em relação a Zacarias continuou a se manifestar. E se estendeu também às outras lideranças do Partido Liberal que então se constituiu. Nesse novo momento, Bastos foi mais explícito ainda na idéia de necessidade de solidificar a aliança com os liberais “históricos”: defendeu uma adoção mais extensa de posturas que tradicionalmente estavam ligadas ao partido liberal, tais como o questionamento do poder pessoal do imperador e as propostas de reforma do senado, de fim do conselho de estado e de descentralização política.

Não encontrou, então, apoio para o seu ponto de vista nas lideranças às quais sempre estivera relacionado na trajetória da liga - a exemplo de Saraiva e Nabuco de

Araújo. Mas também não revelou intenção de se aliar aos republicanos. *A província* e “A situação e o partido liberal” foram justamente tentativas de convencimento daqueles líderes no sentido de adotar encaminhamentos que contivessem o fortalecimento político do grupo republicano. Tais escritos foram, da mesma forma que os anteriores, não peças imaginárias deslocadas de um tempo e lugar, mas consistentes argumentações criadas para intervir de forma contundente nos “cambiantes efeitos de luz e sombra da cena política”, concretizada no âmbito do parlamento e dos espaços públicos do Império.

ANEXOS

1. Informações biográficas de personagens mencionados¹

Antonio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de **Abaeté** (1798-1883) - Antigo liberal que mudou de alianças, passando para o partido conservador, durante a política de Conciliação (NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, v. I, p. 171. Nasceu em Lisboa, vindo para o Brasil “depois da mudança da corte portuguesa para aqui”. Foi “deputado pela província de Minas Gerais na primeira legislatura, e em outras; presidiu por muitos anos o senado”; foi “ministro em diversos gabinetes desde o de 14 de outubro de 1835, ocupando diversas pastas; foi presidente do conselho no gabinete de 12 de dezembro de 1858, e enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata.” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 1º v., p. 275-276).

Afonso Celso de Assis Figueiredo, 1º (1837-?) - Ligeiro que se tornaria um grande expoente do Partido Liberal, nasceu em Minas Gerais. Foi “deputado provincial por diversas vezes; representou a província de Minas Gerais na câmara temporária nas legislaturas 12ª, 13ª e 17ª, sendo eleito e escolhido senador do Império no último ano desta legislatura (1879); foi ministro e secretário de estado dos negócios da marinha no gabinete de 3 de agosto de 1866, e ministro da Fazenda no gabinete de 5 de janeiro de 1878, no qual administrou também, interinamente, a pasta do império” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 1º v., p. 11).

João de **Almeida Pereira** (1826-1883) - Deputado conservador “puro” pela província do Rio de Janeiro, na 11ª legislatura (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 317). Ministro do Império do gabinete anterior ao de Caxias de 1861, organizado por Ferraz, Almeida Pereira foi acusado pela oposição de ter ocasionado a queda desse ministério, ao aventar a idéia de que haveria uma ameaça à ordem pública no momento em que aconteceram as eleições para a 11ª legislatura (1861-1864).

João Capistrano **Bandeira de Mello** (1811-1881) - Deputado conservador, irmão mas velho de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, nasceu no Ceará, e faleceu no Rio de Janeiro. “(...) Foi eleito deputado por sua província na legislatura de 1838 a 1841, e depois em mais legislaturas; presidiu a província de Alagoas durante o movimento revolucionário de Pernambuco de 1848 a 1849, e as da Paraíba e de Minas Gerais. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 382-383).

Antonio Gonçalves **Barbosa da Cunha** - Deputado conservador pelo 3º distrito da província de São Paulo, na 11ª legislatura. Este aguerrido conservador “puro” já tinha sido bastante reticente em relação à Conciliação de Paraná (IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política*, 1848/1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, dir. *Ob. cit.*, p. 28), e também crítico

¹ Foi seguida ordem alfabética, na realização da listagem, mas levando-se em conta não os prenomes, e sim a forma (parte do nome ou o título) por meio da qual o personagem foi mencionado no corpo do texto.

ardente do gabinete Olinda de 4 de maio de 1857 (*Idem*, p. 68). Barbosa da Cunha esteve também entre os magistrados listados por Joaquim Nabuco como sendo de confiança de Nabuco de Araújo quando este, ministro da Justiça do gabinete Paraná (de 6 de setembro de 1853), trabalhava por uma vigilância contínua para impedir a realização de desembarques de escravos no Brasil (NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, v. I, p. 218).

Ignácio de **Barros Barreto** (1828-?) - Nasceu na província de Pernambuco, “e aí faleceu”. Bacharel, proprietário rural, o conservador foi “sócio-fundador e gerente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 262).

Pedro de Alcântara **Bellegarde** (1807-1864) - Conservador aderente à liga, nasceu em 3 de dezembro de 1807, filho do “comandante do destacamento de artilharia que acompanhou a real família de Portugal ao Brasil em 1807”. Faleceu em 12 de fevereiro de 1864. Foi “diretor do arsenal de guerra da corte em 1852, ministro da guerra em 1853 e da agricultura em 1863, e neste mesmo ano eleito deputado à assembléia geral, onde não chegou a tomar assento” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 8).

Francisco Carlos **Brandão** (? – 1870) - Bacharel liberal pernambucano. Nascido nessa província, nela também faleceu. Foi deputado geral da 9ª à 13ª legislaturas (1853 a 1868) (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 2º v., p. 422).

Carlos **Carneiro de Campos**, 3º Visconde de Caravelas (1805-1878) - Doutor em Direito em Paris (1827), foi deputado à assembléia provincial de São Paulo, “deputado geral, e senador em 1857; foi diretor do Banco do Brasil e inspetor geral do tesouro nacional, presidiu por três vezes a província de Minas Gerais, serviu em três gabinetes, ocupando as pastas dos negócios estrangeiros e da fazenda”. Foi conselheiro de estado (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 2º v., p. 58).

João da Silva **Carrão** (1814-1888) - Nascido em Curitiba, doutorou-se em direito pela faculdade do Paraná; “foi deputado provincial em várias legislaturas desde 1841; deputado geral à quinta e a outras até ser escolhido senador a 9 de dezembro de 1879; presidiu a província do Pará e foi ministro da fazenda no gabinete de 12 de maio de 1865. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 48).

Fábio Alexandrino **Carvalho Reis** (1815-1890) - Era, na 12ª legislatura, deputado pelo partido liberal do Maranhão. Ocupou várias inspetorias de alfândega; foi deputado provincial em duas legislaturas e deputado geral na de 1848, “que foi dissolvida, e em três posteriores” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.* 2º v., p. 317).

Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de **Caxias** (1803-1880) - ficou mais conhecido por conta de sua atuação como Comandante Geral do Exército da Tríplice Aliança, na guerra contra o Paraguai, atuação que lhe rendeu, além da medalha do Mérito Militar, o título de Duque. Mas Caxias teve também um importante desempenho na política interna do império, ao ocupar cargos no executivo e no legislativo, pelo partido conservador, e também ao atuar na luta política armada. Foi comandante das tropas que combateram e venceram os movimentos liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, prendendo os

de setembro de 1848 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 2º v., p. 308-310).

Félix Xavier da Cunha (1833-1865) - Deputado pelo Rio Grande do Sul na legislatura de 1861 a 1864 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 2º v., p. 336).

Joaquim Jerônimo **Fernandes da Cunha** - Deputado conservador pelo 1º distrito da Bahia (TAUNAY, Afonso de E. *A Câmara dos Deputados sob o Império*, p. 169).

Ângelo Muniz da Silva **Ferraz** (1812-1867) - Organizador do gabinete de 12 de agosto de 1859, em que foi também ministro da fazenda. Deputado pela Bahia entre 1842 e 1848, o futuro barão de Uruguaiana será presidente do Rio Grande do Sul em 1857, ano em que também passa a ocupar uma cadeira no Senado. Ministro da Guerra no gabinete Olinda de 12 de maio de 1865, manteve a pasta no gabinete seguinte (de 3 de agosto de 1866), presidido por Zacarias, até outubro de 1866 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 1º v., p. 87-88), quando foi exonerado. Esta exoneração de Ferraz do cargo de ministro da Guerra foi feita, segundo Joaquim Nabuco, a pedido do marquês de Caxias, que começava a comandar as forças do Brasil na guerra com o Paraguai. Nessa oportunidade, Ferraz foi agraciado com o título de barão de Uruguaiana e nomeado Conselheiro de Estado ordinário (NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, v. I, p. 740). Principal adversário do ministério Paraná, iniciador da “Conciliação” (*Idem*, p. 564), no gabinete que mais tarde presidiu foi aprovada a controvertida lei de 22 de agosto de 1860, que determinava restrições para a liberdade de atividade econômica (*Idem*, p. 408).

José Antonio de **Figueiredo** (1823-1876) - Pernambucano, foi advogado e professor de Direito. Foi ainda “deputado à assembléia de sua província em 1849 e à assembléia geral de 1864 a 1866 pela província do Ceará, ocupando-se de assuntos importantes, como a *Ex-informata consciencia*, e renunciou à comenda da ordem da Rosa que lhe foi conferida pelo governo imperial. Colaborou em 1849 no *Diário Novo*, defendendo o movimento liberal de Pernambuco, ao passo que o defendia na tribuna parlamentar; colaborou depois no *Macabeu*, no *Atheneu Pernambucano*, na *Opinião liberal* e noutras folhas” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 292).

Flávio Farnese da Paixão (?-1871) - Nasceu em Minas e faleceu no Rio de Janeiro, com cerca de 35 anos de idade. Advogado e colaborador de diversos periódicos, foi eleito deputado para a legislatura de 1867 a 1870. Além de fundador e principal redator do jornal radical *A Actualidade* (Rio, 1858-1864), Farnese foi também proprietário de *Le Brésil* (Rio, 1862-1863) e colaborou no *A República* (Rio, 1870-1874), do Clube Republicano (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 2º v., p. 364).

Tito **Franco de Almeida** (1829-1899) - Foi deputado provincial e geral em várias legislaturas (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.* 7º v., p. 306-308).

José Leandro de **Godoy** Vasconcellos (1834-1888) - Deputado liberal por Pernambuco na 12ª legislatura geral. Foi advogado e presidiu as províncias do Maranhão, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Colaborou com o jornal liberal histórico *Opinião Liberal*, entre 1866 e 1870 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.* 5º v., p. 1).

Joaquim Gomes de Souza (1829-1864) - Considerado um “gênio matemático”, foi “em 1854 à Europa, levado pelo amor às ciências, arruinando sua saúde com a excessiva aplicação a que se deu em seus estudos na França, na Inglaterra e na Alemanha e, segundo afirma o Dr. A. Henrique Leal, no estudo também da medicina enquanto residia na Europa (...). De volta à pátria em 1857, foi eleito deputado por sua província nas três legislaturas desse ano a 1864, não tomando assento na deste último ano a 1867, porque seus sofrimentos o obrigaram a ir de novo à Europa antes de abrir-se a Câmara. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 142).

Antonio José Henriques - Natural da província da Paraíba, este conservador representou-a na Câmara dos Deputados em diversas legislaturas. Seu nome foi contemplado em duas listas tríplexes para senador (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 1º v., p. 217).

Joaquim José Inácio (1808-1869) - Oficial General da Armada e ministro do gabinete Caxias-Paranhos, o futuro Visconde de Inhaúma já tinha atuado na repressão às revoltas do Maranhão e do Ceará, Rio Grande do Sul (1835), Bahia (1837) e Pernambuco (1824 e 1849) e viria ainda a atuar na guerra do Paraguai (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 166-168). O político conservador travou com Bastos uma ferina disputa na imprensa da corte em fevereiro de 1862 (PONTES, Carlos. *Tavares Bastos* (Aureliano Cândido). São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1939, p. 138-143). Era muitas vezes ridicularizado pela oposição, em virtude de ser facilmente irritável, perdendo o controle de seus modos, que rapidamente transpunham as fronteiras do aceitável no parlamento.

Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) - Médico nascido no Rio de Janeiro, célebre por sua contribuição para a literatura, o autor da *Moreninha* “foi deputado provincial em várias legislaturas, deputado geral nas duas legislaturas de 1864 a 1868, e na de 1878 a 1881, e viu seu nome numa lista para senador do império.” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 184).

José Ângelo Márcio da Silva (1825-1889) - Liberal de Alagoas, “dedicou-se à advocacia e representou sua província na 12ª e na 16ª legislatura geral”. Foi também jornalista (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 286).

José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço (1827-1886) - Sobrinho e neto do “patriarca da independência”, seu homônimo. Foi deputado à Assembléia Geral em quatro oportunidades, senador do império e ministro por duas vezes, na situação progressista: ministro da marinha no gabinete Zacarias de 24 de maio de 1862, e ministro do império no segundo gabinete Zacarias, de 15 de janeiro de 1864 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 350-351).

José da Costa Azevedo, 3º, Barão de Ladario (1823- ?) - No início da década de 1860, era “comissário do governo na demarcação de limites entre o Brasil e a república do Peru e, ainda no período republicano, desempenhou uma comissão especial na China. Foi deputado pelo Amazonas na legislatura de 1878 a 1881, e era ministro dos Negócios da Marinha,

quando foi aclamado o atual sistema de governo a 15 de novembro de 1889 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 396).

José Mariano de Mattos (1801-1865) - Sendo oficial superior do exército, “comprometeu-se na guerra civil do Rio Grande do Sul em 1835; foi prisioneiro das forças legais e mais tarde, pelo perdão da coroa, empossado de todas as honras militares” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 70-71).

João José de Oliveira **Junqueira** (1831-1887) - Conservador, “serviu na carreira da magistratura até o cargo de juiz de direito; foi deputado provincial em duas legislaturas, e geral em quatro desde 1857; presidiu as províncias do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, e foi ministro da guerra nos gabinetes de 7 de março de 1871 e de 20 de agosto de 1885. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 464).

Justiniano José da Rocha (1812-1862) - Tendo se formado na Academia de Direito de S. Paulo em 1833, o jornalista conservador fluminense foi professor de história e geografia do colégio de Pedro II, lente de direito militar da escola militar, onde lecionou também francês e latim, ao mesmo tempo em que exercia a advocacia. Foi membro do conselho diretor da instrução pública da corte e deputado por Minas gerais em três legislaturas. Destacou-se, entretanto, como jornalista (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 269-273), sendo considerado um dos mais importantes que atuaram no período regencial e nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado, no qual desempenhou a “tarefa ingrata de intérprete do pensamento conservador e de defensor dos ministérios dessa facção” (MAGALHÃES Jr., R. Justiniano José da Rocha e ‘Ação; reação; transação’. In: _____ (Org.) *Três panfletários do Segundo Reinado*, p. 127-128). Protagonizou, em maio de 1855, um dos momentos antológicos dos debates políticos do período - considerado por Magalhães Júnior como “sem paralelo nos anais parlamentares do Império” -, ao expor em plena câmara circunstâncias produzidas pela sua condição de pena de aluguel dos conservadores (*Idem*, p. 151-155; ver também: CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964, p.42-50).

Lafaiete Rodrigues Pereira (1834-?) - Nascido em 1834, em Minas Gerais, Lafayette tinha sido colega de Tavares Bastos na faculdade de Direito de S. Paulo, em que se formou em 1857. Além de viver um momento de colaboração no *Actualidade*, dividirão a redação do jornal liberal *Diário do Povo*, entre 1868 e 1869 (PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*, p. 284-291). O mineiro veio a ser eleito deputado para a décima sétima legislatura (1878-1881), sendo também eleito e nomeado senador no segundo ano dessa legislatura. Foi presidente do Ceará e do Maranhão. Lafayette assinou, também juntamente com Farnese, o Manifesto Republicano de 1870, o que não o impediu de participar do ministério Sinimbu, em 1878, e de organizar o gabinete de 31 de maio de 1883 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 286-287; NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, v. II, p. 817).

Pedro Leão Veloso, 1º (1828-?) - Nascido em 1828, na província da Bahia, “foi muitas vezes deputado à assembleia provincial, deputado à assembleia geral e senador do Império; presidiu as províncias do Pará, do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte,

de Alagoas e do Espírito Santo; foi ministro dos negócios do império no gabinete de 3 de julho de 1882” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 46).

Ambrósio **Leitão da Cunha**, futuro barão de Mamoré - Deputado pelo Pará, foi deputado por diversas vezes, e eleito senador pelo Amazonas em 27 de abril de 1870 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 1º v., p. 70-71).

Flamino Antonio do Nascimento **Lessa** - Deputado pelo 2º distrito da província de São Paulo (TAUNAY, Afonso de E. *Ob. cit.*, p. 171).

José **Liberato** Barroso (1830-1885) - Deputado liberal à 20ª legislatura, foi eleito e escolhido senador pelo Ceará, “não entrando, porém, no Senado, por haver sido anulada a eleição”. Foi ministro do Império no gabinete Furtado, de 31 de agosto de 1864. (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 4).

Felipe **Lopes Neto** - Deputado liberal por Pernambuco nas legislaturas de 1845-1848 e 1864-1867. Envolvido na Praieira, em 1848, foi condenado à prisão perpétua, obtendo anistia em 1852 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 2º v., p. 356).

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, 2º (1825-1886) - “(...) Foi deputado por diversas vezes desde 1848 à assembléia da província de São Paulo, que ele representou na câmara temporária na 9ª legislatura como suplente, e como deputado eleito nas 11ª, 12ª, 13ª legislaturas e nas da última situação liberal de 1878 em diante; entrou numa lista sêxtupla para senador do império; fez parte do gabinete de 3 de agosto de 1866, ocupando primeiramente a pasta dos negócios estrangeiros, e depois a da justiça, e foi, depois disto, nomeado membro do conselho de estado” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 6º v., p. 246).

Martinho Alvares da Silva **Campos** (1816-1887) - Doutor em medicina, este liberal “foi por várias vezes deputado, quer pelo Rio de Janeiro, de que foi presidente, quer por sua província [Minas Gerais], e escolhido senador em 1882, sendo neste mesmo ano incumbido de organizar o gabinete de 21 de janeiro, encarregando-se da pasta da Fazenda.” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 6º v., p. 248).

Irineu Evangelista de Souza, 1º Barão e 1º Visconde de **Mauá** (1813-1889) - Nasceu em Jaguarão, província do Rio Grande do Sul, e faleceu em Petrópolis. Deste modo Sacramento Blake resume a sua celebrada trajetória: “(...) Vindo para o Rio de Janeiro muito criança, dedicou-se ao comércio como caixeiro e mais tarde associou-se a uma importante casa desta praça. Já negociante, foi à Europa e o estudo que fez dos grandes cometimentos do velho mundo o impressionaram de modo tal, que dedicou-se toda sua vida a introduzir no seu país tudo quanto na ordem dos melhoramentos materiais pudesse elevá-lo entre as demais nações. Assim, a primeira via férrea que o Brasil teve, a estrada de Mauá, foi construída por iniciativa sua, contribuindo ele com um terço do capital preciso, pelo que obteve o título de barão, do qual foi depois elevado a visconde. São empreendimentos seus a navegação a vapor do Amazonas; a iluminação a gás; o caso submarino; o estabelecimento da Ponta da Areia para fundição de ferro e maquinismos; a companhia de diques flutuantes; a companhia de transportes fluminenses; a companhia de

cortumes; a companhia de rebocadores para a bacia do Rio Grande do Sul; a Botanical Garden's Rail Road Company; a via férrea de Santos a Jundiá; a via férrea do Rio Verde; a via férrea do Paraná a Mato Grosso, e o banco Mauá com ramificações dentro e fora do Império. (...) foi a primeira potência financeira do Brasil e de toda a América, e a sua influência devem as finanças do Estado Oriental do Uruguai importantes melhoramentos. (...) igualando as primeiras potências financeiras da Europa, viu sobrevirem-se sucessivos golpes que o forçaram a liquidar a casa colossal que possuía. Na política de seu país também teve notável influência, representou sua província em várias legislaturas desde a nona em que tomou assento como suplente. Estando na Europa, foi eleito deputado à legislatura de 1873 a 1876, e como votasse com o governo, que era conservador, numa questão suscitada na Câmara, seu colega de deputação, o conselheiro G. Silveira Martins, acusou-o perante o parlamento de trair seus comitentes, que o haviam eleito como liberal opositor, propondo-se a dirigir um apelo a estes, a fim de ver se estava em erro; aceito o repto pelo então Barão de Mauá e declarando-se a maioria do eleitorado no sentido da acusação, renunciou ele a cadeira da Câmara, e aí não tornou, apesar de não ser a renúncia aceita, e nem ser seu lugar substituído em toda a legislatura (...)" (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 284-285).

José **Moreira Brandão** Castello Branco (1828-1895) - bacharel nascido no Rio Grande do Norte em 1828, e aí falecido em 1895. Foi "por várias vezes deputado à assembléia provincial durante a monarquia e deputado geral em mais de uma legislatura" (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 102-103).

Manuel Vieira Tosta, marquês de **Muritiba** (1807-1896) - Figura alinhada aos conservadores, foi deputado e senador pela Bahia. Administrou Sergipe, Pernambuco e o Rio Grande do Sul. Foi mais de uma vez ministro da Marinha, da Justiça e da Guerra, e também Conselheiro de Estado (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 6º v., p. 210-211). Tinha participado, como presidente de província, da repressão aos praieiros em Pernambuco (MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso*. Praieiros e guabirus em Pernambuco, 1842-1855. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1985. Tomo 1, p. 63-90).

José Thomaz **Nabuco de Araújo** (1813-1878) - Tendo conduzido, como juiz de direito, o julgamento que condenou os réus praieiros em Pernambuco (MARSON, Izabel Andrade. *Ob. cit.*, tomo 1, p.146-159), Nabuco de Araújo representou essa província na Câmara de 1850 a 1852, quando entrou para o Senado (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 217-218.). Participou, como ministro da justiça, do gabinete Paraná (1853), iniciador da política de Conciliação. Ocupou também a pasta da Justiça no gabinete Abaeté, de 12 de dezembro de 1858, e no gabinete Olinda de 12 de maio de 1865. Originalmente do partido conservador, tornou-se uma das principais lideranças dos conservadores moderados que formaram a Liga Progressista com os liberais e, mais tarde, o "novo" Partido Liberal.

Pedro de Araújo Lima, Visconde, depois Marquês de **Olinda** (1793-1870) - Uma das figuras mais proeminentes do Partido Conservador até a formação da Liga. Foi Regente do Império de 19 de setembro de 1837 até a maioridade de Pedro II, período de afirmação do Regresso Conservador. Foi deputado às cortes portuguesas, à constituinte brasileira e

também a outras legislaturas. Antes de se tornar regente, tinha sido escolhido senador, a 5 de setembro de 1837, e nomeado ministro do Império. Constituiu-se também em figura proeminente da Liga Progressista (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 16-17).

Francisco **Otaviano** de Almeida Rosa (1825-1889) - Foi deputado em todas as legislaturas desde 1853 até 1867, quando foi eleito Senador. Octaviano era redator, desde 1854, do *Correio Mercantil*, então um órgão do Partido Liberal (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 62-63), no qual Bastos publicou primeiramente as suas *Cartas do solitário*, entre 1861 e 1862. De acordo com Carlos Pontes, foi também nos salões de Octaviano que Bastos “se iniciara na vida social da Corte” (PONTES, Carlos. *Tavares Bastos*, p. 297).

Francisco Xavier **Paes Barreto** (? – 1864) - Membro originalmente do Partido Conservador, faleceu com quarenta e dois anos, num período em que se afirmava como pertencente ao Partido Progressista. Suas palavras, atribuídas a um discurso que preparava para pronunciar na Câmara, assim traçavam a sua trajetória: “ ‘A Câmara e o país sabem que desde 1853, época em que o partido Conservador perdeu a sua razão de ser, eu deixei de acompanhar os chefes desse partido. Fiz parte da oposição parlamentar de 1853 e sustentei a política de Conciliação, que nunca mereceu a completa aprovação dos conservadores. Em 1857, quando aquele partido se levantou contra o ministério de que faziam parte os Srs. Marquês de Olinda e conselheiros Souza Franco e Jerônimo Francisco Coelho, eu sustentei aquele ministério, descrevi o que entendia ser conservador, e votei com os Liberais que se achavam neste recinto. Fiz parte da oposição que em 1859 combateu o ministério de 12 de dezembro de 1858 por mostrar tendências claras e bem positivas para voltar aos antigos excessos. Em 1861 fiz parte da Liga que se operou no Parlamento e da qual resultou a situação atual. De volta à minha província promovi a fusão dos dois partidos, Liberal e Conservador Moderado, o que se realizou pública e solenemente, denominando-se partido Progressista.’ (...)” (Citado em NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, v. I, p. 405). Tinha estado envolvido no processo que condenou os praieiros em Pernambuco, participando da formulação – juntamente com Figueira de Mello e Nabuco de Araújo - e assinando o libelo-crime acusatório (MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso*, p. 145).

Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de **Paraná** (1801-1856) - Presidente do conselho do gabinete de 6 de setembro de 1853, encabeçou a execução da política de conciliação operada por esse gabinete, através da qual se cooptaram antigos adversários políticos, como o famoso Timandro (Torres Homem).

Paraná tinha sido já ministro da justiça nos gabinetes de 13 de setembro de 1832 e de 20 de janeiro de 1843. Foi deputado por Minas por três legislaturas, antes de entrar para o Senado; foi também conselheiro de Estado e presidente das províncias de Pernambuco e do Rio de Janeiro (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 247).

João Lustosa da Cunha **Paranaguá**, 2º Marquês de Paranaguá (1821 - ?) - “(...) Bacharel em direito pela faculdade de Olinda, formado em 1846, fizera parte de sua educação literária na Bahia, onde casou-se e foi eleito várias vezes deputado à assembleia provincial. Foi eleito também deputado geral em várias legislaturas pelo Piauí e senador em 1864;

presidiu aquela província, as do Maranhão e de Pernambuco; serviu diversos cargos de magistratura, como os de juiz de direito na província de seu nascimento [Piauí] e no Rio de Janeiro, e juiz de órfãos da corte; ocupou a pasta dos negócios da justiça no gabinete de 9 de agosto de 1859; a da guerra durante a campanha do Paraguai em 1866 a 1867, e no gabinete de 5 de janeiro de 1878; organizou, finalmente, o gabinete de 23 de julho de 1882, encarregando-se da pasta da fazenda. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 477).

José Maria da Silva **Paranhos**, 1º Visconde do Rio Branco (1819-1880) - Antigo liberal, Paranhos alinhava-se no período da Liga, entre os conservadores. Foi derrotado nas eleições para deputado na Corte para a legislatura de 1861, circunstância que constituiu argumento para os liberais contra sua presença no ministério Caxias. Foi presidente do Rio de Janeiro, senador, conselheiro de estado e ministro em vários gabinetes. Ocupou a pasta da marinha entre 1853 e 1855, de estrangeiros dessa data até 1857, a da guerra entre 1858 e 1859 e em 1871. Foi o organizador do gabinete de 7 de março de 1871, que realizou a promulgação da lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 50-51).

Paulino José Soares de Souza, 2º - bacharel do Rio de Janeiro, nascido em 1834, era filho do Visconde de Uruguai, e sobrinho do de Itaboraí. “(...) Foi deputado provincial e geral em várias legislaturas do império e por último senador e ocupou no gabinete de 16 de julho de 1868 a pasta dos negócios do império” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 6º v., p. 356).

Pedro Luiz Pereira de Souza (1839-1884) - Nasceu no Rio de Janeiro e faleceu na província de São Paulo. “(...) Exerceu a advocacia na corte com o conselheiro Otaviano, seu amigo, e depois em Barra Mansa; foi deputado à 12ª legislatura de 1864 a 1866, e na 17ª de 1878 a 1881; fez parte do gabinete de 28 de março de 1880 e presidiu depois a província da Bahia.” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 49).

João Manuel **Pereira da Silva** (1817 - 1898) - filho de “prósperos comerciantes portugueses, estabelecidos na então província do Rio de Janeiro” (TASINAFO, Célio Ricardo. *Memórias do meu tempo: política como ciência experimental*. In: PEREIRA DA SILVA, J. M. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 12), deputado eleito por várias legislaturas desde 1843 pelo partido conservador, foi escolhido senador, após várias apresentações de seu nome em lista tríplice, em 1888 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 479-485).

José Martins **Pereira de Alencastro** (1831-1871) - Nascido na Bahia, faleceu no Rio de Janeiro. Foi nomeado oficial da secretaria da marinha em 1857, após o que “foi despachado secretário do governo na província do Paraná, onde se achava ainda no ano seguinte quando recebeu a nomeação de oficial do conselho naval. Serviu também o cargo de secretário do governo do Rio Grande do sul de 1859 a 1861; presidiu a província de Goiás e depois a de Alagoas, sendo então transferido do conselho naval para a secretaria da agricultura com a nomeação de chefe de uma de suas seções, e aí se conservou até sua morte. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v. p. 85).

Quintino de Souza Bocaiúva (1836 - ?) - Nascido no Rio de Janeiro, “desde muito jovem dedicou-se às letras e foi um dos mais francos e leais propugnadores da idéia republicana, quer na tribuna, quer na imprensa, sendo por isso chamado pelo governo provisório na inauguração da República para ocupar a pasta do exterior.” Foi também senador pelo rio de Janeiro (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 89).

Leandro Chaves de Mello **Ratisbona** (1821- ?) - Nascido no Ceará, foi deputado por essa província na 12ª, 13ª e 18ª legislaturas (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 292-293).

Joaquim Delfino **Ribeiro da Luz** (1824 - ?) – Representou a província de Minas Gerais, onde nasceu, “em duas legislaturas e na câmara vitalícia; foi conselheiro de estado extraordinário; fez parte do gabinete de 7 de março de 1871 com a pasta da Marinha, e do gabinete de 20 de agosto de 1885 com a da Justiça e depois a da Guerra, (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 122-123).

Antonio Coelho de **Sá e Albuquerque** - Do mesmo grupo de Sebastião do Rego Barros e Paes Barreto, de Pernambuco (NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, v. I, p. 404), esse conservador moderado veio a ser ministro da Agricultura no gabinete organizado por Zacarias em 1862 (de 24 de maio) e ministro de Estrangeiros no gabinete organizado pelo mesmo político em 1866 (de 3 de agosto) (*Idem*, v. II, 1173 e 1175). Foi presidente da Bahia (*Idem*, p. 441). Indicado para a presidência de Pernambuco em 1864 por Nabuco de Araújo, este a ele ter-se-ia referido como o “mais prestigioso e influente entre os progressistas” daquela província (*Idem*, p. 478).

Francisco de Paula **Saião Lobato**, visconde de Niterói (1815-1884) - Deputado e senador pelo Rio de Janeiro, Saião foi ministro da justiça no gabinete Caxias e também no gabinete de 7 de março de 1871 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 79). O ministro era apontado pela oposição como um dos conservadores mais extremados do gabinete de 3 de março de 1861.

Joaquim de **Saldanha Marinho** (1816-1895) - Redator do jornal liberal *Diário do Rio de Janeiro* desde 1860, foi eleito deputado pela corte para as legislaturas de 1861 a 1866 e por Pernambuco para a legislatura seguinte. Quatro legislaturas mais tarde, elegeu-se deputado pela província do Amazonas. Foi presidente de Minas Gerais e São Paulo (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 237-238). Fez parte do grupo de dissidentes liberais que assinaram o Manifesto Republicano, em 1870 (NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, v. II, p. 817).

Salustiano Ferreira Souto (1818-1887) - Nascido na Bahia, doutor em medicina pela faculdade dessa província, foi “deputado provincial em várias legislaturas e geral nas duas de 1864 a 1870, e na de 1878 a 1881.” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 183).

José Antonio **Saraiva** (1823-1895) - Membro do Partido Conservador que se tornaria uma das figuras mais proeminentes da Liga Progressista e, posteriormente, do “novo” Partido Liberal. Tendo presidido as províncias do Piauí, de Alagoas, Pernambuco e São Paulo,

Saraiva foi eleito Senador do Império em 1869 e participou de cinco ministérios, presidindo dois deles (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 308).

Sérgio Teixeira de Macedo (1809-1867) - Diplomata conservador, serviu como encarregado de negócios em Lisboa e Roma, como ministro residente em Turim, acreditado em Parma, e ministro plenipotenciário em Viena, em Washington, na França e na Inglaterra. Presidiu depois disso a província de Pernambuco, foi eleito deputado pelo município neutro em 1856 e depois por Pernambuco, em 1860. Ministro do Império de 12 de dezembro de 1858 (no gabinete Abaeté) até 09 de agosto de 1859, transferiu residência para Europa em 1865 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 220-221).

Joaquim Ignácio **Silveira da Motta** (1818-1891) - Nascido na província da Bahia, doutor em medicina, formado na Alemanha, “foi deputado provincial em São Paulo, deputado geral pelo Paraná, aí vice-presidente da província e diretor da instrução pública” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 153).

João **Silveira de Souza** (1827- ?) - Foi representante da província de Santa Catarina em várias legislaturas. “(...) presidiu o Ceará de 1857 a 1859, passando no mesmo cargo ao Maranhão e mais tarde ao Pará, e ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 3 de agosto de 1866, nos últimos meses do mesmo gabinete em 1868” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 52-53).

Gaspar da **Silveira Martins** - Nasceu em Bagé, no Rio Grande do Sul, em 1835. “(...) Foi juiz municipal na corte em 1859 e deputado em sua província em 1862; deputado à assembléia geral da 15ª à 17ª legislaturas e senador em 1880; ministro da fazenda no gabinete de 5 de janeiro de 1878, e presidiu a província de seu nascimento. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 175).

João Lins Vieira Cansansão de **Sinimbu**, visconde de Sinimbu (1810-?) - Presidiu as províncias de Alagoas, Rio Grande do Sul e Bahia. Foi membro de quatro ministérios, sendo organizador de um deles, o de 5 de janeiro de 1878, em que ficou também com a pasta da Agricultura (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 473-474). Entrou para o senado em 1857. Fez uma trajetória política semelhante à de Nabuco de Araújo, Zacarias e Saraiva: inicialmente conservador, transformou-se depois em liderança do Partido Liberal que se formou depois da queda do gabinete Zacarias, em 1868.

Antonio Alves de **Souza Carvalho** - Em sua carreira, presidiu as províncias do Espírito Santo, de Alagoas e do Maranhão; representou sua província, Pernambuco, na Câmara dos Deputados em diversas legislaturas, desde a 12ª de 1863 a 1866 (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.* 1º v., p. 108).

Bernardo de **Souza Franco** (1805-1875) - “Na carreira administrativa serviu como presidente da província do Pará em 1839; presidente da província de Alagoas em 1844, quando aí rebentava uma sublevação temível, sendo obrigado a sair, abrigando-se no iate *Caçador* a fim de escapar às fúrias dos revoltosos que invadiram a capital, capitaneados pelo caudilho Vicente de Paula; e finalmente da do Rio de Janeiro, depois de cujo comissão

foi agraciado com o título de visconde. Foi deputado por sua província diversas vezes, sustentando uma luta travada com a câmara unânime, de política oposta, em 1859; foi escolhido senador do império em 1855; ministro da Fazenda em 1848 e em 1857, e finalmente conselheiro de estado” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 1º v., p. 417-418).

Benevuto Augusto de Magalhães **Taques** - Na 11ª legislatura, era deputado pelo 3º distrito da Bahia (TAUNAY, Afonso de E. *A Câmara dos Deputados sob o Império.*, p. 169), e substituiu Antonio Coelho de Sá e Albuquerque desde julho de 1861 no ministério de Estrangeiros. Membro do partido Conservador, não acompanhou os “moderados” no afastamento em relação aos “puros”.

José Joaquim **Tavares Belfort** (1840-1887) - Nascido no Maranhão, tornou-se “bacharel em letras pelo colégio de Pedro II, doutor em ciências sociais e jurídicas pela faculdade do Recife, lente catedrático da mesma faculdade e comendador da ordem da Rosa, representou sua província natal na 12ª legislatura geral em substituição do deputado Francisco José Furtado, eleito senador” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 4º v., p. 501).

Jerônimo José **Teixeira Júnior**, Visconde do Cruzeiro (1830-1892) - “Foi deputado à assembléia provincial do Rio de Janeiro em duas legislaturas, e deputado geral em várias, ocupando a pasta dos negócios da agricultura, em 1870.” Foi eleito Senador do Império em 1873.” (BLAKE, 3º v., p. 302-303).

Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869) - Um dos líderes liberais de maior expressão no período, tinha seu nome envolvido numa tradição de luta liberal que remontava aos tempos do Primeiro Reinado. Membro de sociedade política chefiada por Evaristo e Vasconcelos, participou ativamente das lutas do 7 de abril de 1831. Foi deputado provincial em 1835; deputado geral na quarta e na sétima legislatura (1838-1841 e 1848). Em 1842, foi preso e processado como líder do movimento liberal de Minas Gerais. Em 1850, recusou-se a tomar assento como suplente na Câmara dos Deputados, sob a alegação de não ter havida liberdade na eleição. Retirou-se então da política do país. Mais tarde, eleito em cinco listras triplices para senador de 1859 a 1864, somente foi escolhido pela coroa nesta última data (OTTONI, Teófilo. *Circulares de Teófilo Ottoni. Aos eleitores de senadores de Minas Gerais* (1860). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, v. 2, p. 197-313; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 264-267).

Tomaz do Bonfim Espíndola (1832-1889) - Alagoano, foi representante da província da Bahia “em várias legislaturas de sua assembléia e nas legislaturas gerais de 1878 a 1885” (7º v., p. 284).

Francisco de Salles **Torres Homem**, Visconde de Inhomirim (1812-1876) - Usou o pseudônimo de Timandro, quando da publicação, em defesa da Praieira, do panfleto *Libelo do povo*, em 1849, momento em que militava como liberal na imprensa e no parlamento. Timandro foi eleito deputado por Minas Gerais em 1844, pelo Rio de Janeiro em 1848, e tinha sido deportado em 1842 por causa dos movimentos liberais de S. Paulo e Minas. Mais

tarde, Torres Homem aceitaria o cargo de chefe de uma das diretorias do tesouro nacional no ministério Paraná - conservador que inaugurou a política de conciliação -, passando-se depois para o lado dos conservadores mais ortodoxos. Encarregou-se da pasta da fazenda no ministério Abaeté, em 1858, cargo no qual pugnou por uma política financeira restritiva, de que era defensor no Brasil o saquarema Visconde de Itaboraí. Depois ainda foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro e senador pelo Rio Grande do Norte. Foi do conselho de estado, e voltou a ocupar a pasta da fazenda em 1870. (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 114-118).

Urbano Sabino Pessoa de Mello (1811-1870) - Nascido em Pernambuco, foi “membro proeminente do partido liberal, apoiou a revolução praieira de 1848 na imprensa do Rio de Janeiro, onde permaneceu todo esse tempo, defendendo seus correligionários com a maior dedicação e apesar dos grandes serviços prestados ao seu partido, foi vítima mais tarde de injustas preterições que o desgostaram profundamente. (...) Foi desde 1830 deputado, quer provincial, quer geral, e finalmente distinto magistrado, jurisconsulto, político e jornalista. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 332).

Luiz Antonio Vieira da Silva, futuro Visconde de Vieira da Silva (1828-1889) - Nascido no Ceará, foi deputado pelo Maranhão, conservador “moderado”, nas legislaturas 1861-1864 e 1867-1871. Veio a ser senador pelo Ceará e conselheiro de Estado. Foi membro do gabinete que aprovou a abolição, “e foi depois convidado pelo Imperador para organizar o gabinete subsequente, não o conseguindo por causa da grande dissidência de seu partido” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 5º v., p. 364).

Jerônimo Villela de Castro Tavares (1815-1869) - “(...) Representou no parlamento sua província natal [Pernambuco] na Sexta legislatura, na subsequente, dissolvida em 1848, e em duas outras, comprometendo-se, porém, na revolução que se seguiu a essa dissolução da Câmara, foi preso a 3 de fevereiro de 1849, condenado à prisão perpétua e enviado para Fernando de Noronha, donde, por motivo de moléstia, obteve ser transferido para a fortaleza do Brum e aí esteve até o perdão concedido a 28 de novembro de 1851. (...)” (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 3º v., p. 311-312).

Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877) - Era um dos principais conservadores que no período se separaram do grupo conservador puro, aproximando-se dos liberais, com estes formando a Liga Progressista. Foi presidente do Sergipe, do Piauí e do Paraná. Era então deputado, mas veio a ser senador e presidiu 3 gabinetes no período de existência da Liga Progressista (BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Ob. cit.*, 7º v., p. 408-409). A queda do terceiro gabinete presidido por Zacarias, em 16 de julho de 1868, é considerado um momento que deflagra uma reorganização partidária profunda, constituindo um divisor de águas na história política do Império (NABUCO, Joaquim. *Ob. cit.*, v. I, p. 751-786. Também: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Ob. cit.*, p. 105-128).

2. GABINETES MINISTERIAIS (1861-1872)²

1861

Gabinete de 2 de março

Presidente do Conselho

Luís Alves de Lima e Silva, Senador, Marquês de Caxias (conservador)

Império

“*Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato*, Deputado [conservador puro]. Ocupou interinamente a pasta até 21 de abril de 1861, quando assumiu *José Antônio Saraiva*, Deputado [conservador moderado]. Em 10 de julho de 1861, assumiu o cargo *José Ildefonso de Sousa Ramos*, Senador [conservador puro].”³

Justiça

Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, Deputado (conservador puro)

Estrangeiros

“*José Maria da Silva Paranhos*, Deputado. Ocupou a pasta interinamente até 21 de abril de 1861, quando assumiu *Antônio Coelho de Sá e Albuquerque*, Deputado [conservador moderado]. Em 10 de junho de 1861, passa a ser titular da pasta *Benevuto Augusto de Magalhães Taques*, Deputado [conservador puro]”⁴

Fazenda

José Maria da Silva Paranhos, Deputado (conservador puro)

Marinha

Joaquim José Inácio, Oficial-General da Armada (conservador)

Guerra

Luís Alves de Lima e Silva, Senador, Marquês de Caxias (conservador puro)

Agricultura, Comércio e Obras públicas

“*Joaquim José Inácio*, Oficial-General da Armada. Foi substituído, em 21 de abril, por *Manoel Felizardo de Sousa e Melo*, Senador [conservador puro].”⁵

² Os nomes completos dos ministros, bem como os cargos que eles ocupavam quando da nomeação foram retirados da lista elaborada por: TASINAFO, Célio Ricardo. Anexo I - Organizações ministeriais no Segundo Reinado (1840-1889). In: SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*, p. 580-590.

³ *Idem*, p. 581

⁴ *Idem*, *ibid.*

⁵ *Idem*, *ibid.*

1862
Gabinete de 24 de maio

Presidente do Conselho

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado (conservador moderado)

Império

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado (conservador moderado)

Justiça

Francisco José Furtado, Deputado (liberal)

Estrangeiros

Carlos Carneiro de Campos, Senador (conservador moderado)

Fazenda

José Pêdro Dias de Carvalho, Senador (liberal)

Marinha

José Bonifácio de Andrada e Silva, Deputado (liberal)

Guerra

Manoel Marques de Sousa, Deputado, Barão de Porto Alegre (liberal)

Agricultura, Comércio e Obras públicas

Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, Deputado (conservador moderado)

Gabinete de 30 de maio

Presidente do Conselho

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado, *Marquês de Olinda* (conservador moderado)

Império

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado, *Marquês de Olinda* (conservador moderado)

Justiça

“*Caetano Maria Lopes Gama*, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de Maranguape* [Conservador moderado]. Em 8 de junho de 1862, foi substituído, interinamente, por *João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu*, Senador; o qual foi efetivado na pasta em 9 de fevereiro de 1863.”⁶

⁶ *Idem*, p. 582-583

Estrangeiros

Miguel Calmon du Pin de Almeida, Senador e Conselheiro de Estado, *Marquês de Abrantes* (conservador puro)

Fazenda

“*Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque*, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de Albuquerque* [liberal]. Em 8 de abril de 1863, foi substituído por *Miguel Calmon du Pin de Almeida*, Senador e Conselheiro de Estado, *Marquês de Abrantes* [conservador puro].”⁷

Marinha

Joaquim Raimundo de Lamare, Deputado

Guerra

“*Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão*, Oficial-General do Exército [conservador puro]. Em 12 de maio de 1863, foi substituído em setembro por *Antônio Manuel de Melo*, Oficial-Superior do Exército.”⁸

Agricultura, Comércio e Obras Públicas

“*João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*, Senador [conservador moderado]. Foi substituído, em 9 de fevereiro de 1863, por *Pedro de Alcântara Bellegarde*, Oficial-General do Exército [conservador moderado].”⁹

1864

Gabinete de 15 de janeiro

Presidente do Conselho

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado (conservador moderado)

Império

José Bonifácio de Andrada e Silva, Deputado (liberal)

Justiça

Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado (conservador moderado)

Estrangeiros

“*Francisco Xavier Paes Barreto*, Deputado [Conservador Moderado]. Foi substituído, interinamente, em 9 de março, por *João Pedro Dias Vieira*, Senador [Conservador Moderado]. Efetivado no cargo em 31 do mesmo mês.”¹⁰

⁷ *Idem*, p. 583.

⁸ *Idem*, *ibid.*

⁹ *Idem*, *ibid.*

¹⁰ *Idem*, p. 584.

Fazenda

José Pedro Dias de Carvalho, Senador (Liberal)

Marinha

“*João Pedro Dias Vieira*, Senador [Conservador]. Foi substituído, em 31 de março, por *Francisco Carlos de Araújo Brusque*, Deputado.”¹¹

Guerra

“*José Mariano de Matos*, Oficial-General do Exército [Liberal]. Foi substituído, interinamente, em 31 de maio por *Francisco Carlos de Araújo Brusque*, Deputado.”¹²

Agricultura, Comércio e Obras Públicas

“*Domiciano Leite Ribeiro*, Deputado [Conservador Moderado]. Foi substituído, interinamente, em 20 de julho de 1864 por *João Pedro Dias Vieira*, Senador [Conservador Moderado].”¹³

Gabinete de 31 de agosto

Presidente do Conselho

Francisco José Furtado, Deputado (Liberal)

Império

José Liberato Barroso, Deputado (Liberal)

Justiça

Francisco José Furtado, Deputado (Liberal)

Estrangeiros

“*Carlos Carneiro de Campos*, Senador [Conservador]. Ocupou o cargo, interinamente, até 4 de outubro de 1864, quando foi substituído por *João Pedro Dias Vieira*, Senador [Conservador].”¹⁴

Fazenda

Carlos Carneiro de Campos (Conservador Moderado)

Marinha

Francisco Xavier Pinto Lima, Deputado (Liberal)

¹¹ *Idem, ibid*

¹² *Idem, ibid.*

¹³ *Idem, ibid.*

¹⁴ *Idem, ibid.*

Guerra

“*Henrique de Beaurepaire Rohan*, Oficial-General do Exército. Em 12 de fevereiro de 1865, foi substituído por *José Egídio Gordilho de Barbuda*, Oficial-General do Exército. (2º Visconde de Camamu).”¹⁵

Agricultura, Comércio e Obras Públicas
Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, Deputado (Liberal)

1865

Gabinete de 12 maio

Presidente do Conselho

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado, *Marquês de Olinda*
(Conservador)

Império

Pedro de Araújo Lima, Senador e Conselheiro de Estado, *Marquês de Olinda*
(Conservador)

Justiça

José Tomás Nabuco de Araújo, Senador (Conservador Moderado)

Estrangeiros

Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Deputado (Liberal), nomeado, não aceitou o cargo, sendo substituído em 27 de junho por *José Antônio Saraiva*, Deputado (Conservador Moderado)

Fazenda

José Pedro Dias de Carvalho, Senador (Liberal), substituído em março 1866 por *João da Silva Carrão*, Deputado (Liberal)

Marinha

José Antonio Saraiva, Deputado (Conservador Moderado) até junho de 1865, quando entregou a pasta a *Francisco de Paula da Silveira Lobo*, Deputado (Liberal)

Guerra

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Senador (Conservador Puro). “Foi interinamente substituído por *José Antônio Saraiva*, no período de 8 de julho a 9 de novembro de 1865. Período em que esteve no Rio Grande do Sul, acompanhando a visita do Imperador àquela província.”¹⁶

Agricultura, Comércio e Obras Públicas
Antonio Francisco de Paula e Souza, Deputado (Liberal)

¹⁵ *Idem*, p. 585.

¹⁶ *Idem*, p. 586.

1866
Gabinete de 3 de agosto

Presidente do Conselho
Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado (Conservador Moderado)

Império
José Joaquim Fernandes Torres, Senador (Liberal)

Justiça
João Lustosa da Cunha Paranaguá, Senador (Conservador Moderado), substituído em 27 de outubro por *Martim Francisco Ribeiro de Andrada*, Deputado (Liberal)

Estrangeiros
Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Deputado (Liberal), substituído em 27 de outubro por *Antônio Coelho de Sá e Albuquerque*, Senador (Conservador Moderado). “Em 9 de dezembro de 1867, foi nomeado para ocupar o cargo, interinamente, *João Lustosa da Cunha Paranaguá* [Conservador Moderado]. Em 14 de abril de 1868, foi nomeado efetivo para a pasta *João Silveira de Sousa*, Deputado [Conservador Moderado].”¹⁷

Fazenda
Zacarias de Góis e Vasconcelos, Deputado (Conservador Moderado)

Marinha
Afonso Celso de Assis Figueiredo, Deputado (Liberal) (*Ouro Preto*)

Guerra
Ángelo Muniz da Silva Ferraz (Uruguaiana), Senador (Conservador Puro), substituído em 7 de outubro por *João Lustosa da Cunha Paranaguá*, Senador (Conservador Moderado)

Agricultura, Comércio e Obras Públicas
Manuel Pinto de Sousa Dantas, Deputado (Conservador Moderado)

1868
Gabinete de 16 de julho

Presidente do conselho
Joaquim José Rodrigues Torres, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de Itaboraí*

Império
Paulino José Soares de Sousa (filho), Deputado

¹⁷ *Idem, ibid.*

Justiça

José Martiniano de Alencar, Advogado, substituído em 10 de janeiro de 1870 por *Joaquim Otávio Nébias*. “Em 9 de junho do mesmo ano, assumiu interinamente a pasta *Manuel Vieira Tosta*, Senador e Conselheiro de Estado (*Barão de Muritiba*)”¹⁸

Estrangeiros

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado, substituído “interinamente, entre 10 de fevereiro de 1869 e 30 de agosto de 1870, por *João Maurício Wanderley*, Senador (*Barão de Cotegipe*)”¹⁹

Fazenda

Joaquim José Rodrigues Torres, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de Itaboraí*

Marinha

João Maurício Wanderley, Senador (*Barão de Cotegipe*)

Guerra

Manuel Vieira Tosta, Senador e Conselheiro de Estado (*Barão de Muritiba*)

Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Joaquim Antão Fernandes Leão, empregado público, substituído em 10 de janeiro de 1870 por *Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque* (*Cavalcanti*), Deputado

1870

Gabinete de 29 de setembro

Presidente do Conselho

José Antônio Pimenta Bueno, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de São Vicente*

Império

João Alfredo Correia de Oliveira, Deputado

Justiça

José Ildefonso de Sousa Ramos, Senador e Conselheiro de Estado, *Barão de Três Barras* (depois *visconde de Jaguari*)

Estrangeiros

José Antônio Pimenta Bueno, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de São Vicente*

Fazenda

Francisco de Salles Torres Homem, Senador e Conselheiro de Estado

¹⁸ *Idem*, p. 587.

¹⁹ *Idem*, *ibid.*

Marinha

Luís Antônio Pereira Franco, Deputado

Guerra

José Antônio Correia da Câmara, Oficial-General do Exército, *Visconde de Pelotas*. “Não assumiu o cargo, pois o recusou mesmo depois de nomeado. Interinamente ocupou a pasta, até 9 de novembro, *João Frederico Caldwell*, oficial-general do Exército. Naquela data foi nomeado efetivo para a pasta *Raimundo Ferreira de Araújo Lima*, Deputado”²⁰.

Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Jerônimo José Teixeira Júnior, deputado, substituído interinamente, desde 20 de novembro por *João Alfredo Correia de Oliveira*, deputado

1871

Gabinete de 7 de março

Presidente do Conselho

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde do Rio Branco*

Império

João Alfredo Correia de Oliveira, Deputado

Justiça

Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, Senador e Conselheiro de Estado, substituído em 20 de abril de 1872 por *Manuel Antônio Duarte de Azevedo*.

Estrangeiros

Manuel Francisco Correia, deputado, substituído em 28 de janeiro de 1873 por *Carlos Carneiro de Campos*, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde de Caravelas*, 3º.

Fazenda

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde do Rio Branco*. Nomeado interinamente no dia 7 de março, passou a ocupar efetivamente o cargo a partir de 15 de maio de 1871.

Marinha

Manuel Antônio Duarte de Azevedo, deputado, foi substituído em 20 de abril de 1872 por *Augusto Olímpio Gomes de Castro*, deputado, que “recusou o cargo, depois de nomeado. Em 18 de maio de 1872, assumiu *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*, Senador”²¹.

Guerra

José Maria da Silva Paranhos, Senador e Conselheiro de Estado, *Visconde do Rio Branco*, substituído em 15 de maio de 1871 por *Domingos José Nogueira Jaguaribe*, Senador, que

²⁰ *Idem*, p. 589.

²¹ *Idem*, p. 590.

foi por sua vez substituído em 20 de abril de 1872 por *João José de Oliveira Junqueira*, Deputado.

Agricultura, Comércio e Obras Públicas

Teodoro Machado Freira Pereira da Silva, deputado, substituído em 20 de abril de 1872 por *Cândido Borges Monteiro*, senador, pelo *Barão de Itaipua*. “Em 26 de agosto do mesmo ano, deixou a pasta, que foi assumida por *Francisco do Rego Barros Barreto*, Senador, que permaneceu no cargo até 28 de janeiro de 1873, quando assumiu *José Fernandes da Costa Pereira Júnior*, Deputado.”²²

3. CRONOLOGIA do percurso de Bastos na vida pública e privada²³

“1839 – 20 de abril: Nasce Aureliano Cândido Tavares Bastos na cidade das Alagoas, hoje Marechal Deodoro, capital da Província das Alagoas, filho do Bacharel José Tavares Bastos, futuro Magistrado, Conselheiro, Presidente da Província de São Paulo, e de D. Rosa Cândida de Araújo.

1846/1850 – Primeiros estudos com o pai, latinista e professor de Filosofia.

1854 – Concluídos os preparatórios em Olinda, com 15 anos de idade incompletos, matricula-se, mediante licença especial, na Academia de Direito, no ano mesmo em que esta se transfere para Recife.

1855 – Acompanha o pai em sua remoção para São Paulo como Juiz de Direito e se matricula na Academia local, onde já encontra Lafaiete Rodrigues Pereira, Silveira Martins, Paulino de Souza, Ferreira Viana, Afonso Celso (pai), Andrade Figueira, Antonio Carlos (o segundo), com a chegada, pouco depois, de Tomaz Coelho, Couto de Magalhães, Macedo Soares, Pedro Luiz, Bitencourt Sampaio, entre outros.

– Participa ativamente das sociedades acadêmicas e colabora em revistas literárias e filosóficas, fazendo de Hegel o seu pensador predileto em matéria de estética.

1858 – Funda o Instituto Acadêmico Paulistano, cuja sessão inaugural se realizou a 23 de outubro de 1858, sob a presidência do Conselheiro Amaral Gurgel. Cola grau de Bacharel em Direito, com 19 anos de idade.

1859 – Recebe o grau de Doutor em Direito, com exposição e debate dos seguintes temas: *Sobre quem recaem os impostos lançados sobre os gêneros produzidos no país?*

²² *Idem, ibid.*

²³ Valemo-nos da relação de datas e acontecimentos formulada por Evaristo de Moraes Filho, nela incluindo modificações que contemplam as descobertas realizadas em nossa pesquisa. (MORAES Filho, Evaristo. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 11-15).

Sobre o produtor ou sobre o consumidor? O que sucede quanto aos gêneros importados e exportados?

1860 – Passa a residir na Corte (Rio de Janeiro) e é nomeado Oficial de Secretaria da Marinha.

Lança manifesto aos seus comprovincianos em 18 de outubro, candidatando-se à Assembléia Geral Legislativa”.²⁴

Uma coligação entre liberais e conservadores “moderados” elege um número significativo dos primeiros para a Câmara dos Deputados, especialmente na representação da província do Rio de Janeiro. Tavares Bastos, apadrinhado pelo conservador “moderado” Cansansão de Sinimbu, elege-se pela província das Alagoas.

1861 - Março – O ministério conservador de Ferraz é substituído pelo também conservador gabinete Caxias-Paranhos, em cuja composição se encontram dois nomes que integram o grupo de conservadores “moderados”: Saraiva e Sá e Albuquerque.

Maio – Início dos trabalhos da 11ª legislatura.

Julho – Bastos publica, com o pseudônimo *O excêntrico*, o opúsculo *Os males do presente e as esperanças do futuro*, em que revela uma postura conciliadora em relação ao ministério conservador.

10 de Julho – Os membros “moderados” do gabinete Caxias são exonerados do ministério, fato que provoca debate sobre fratura no interior do Partido Conservador.

18 de Julho – Tavares Bastos, em discurso crítico ao ministério da Marinha, afirma a existência de divisão entre conservadores moderados e puros, situando-se entre os primeiros.

Setembro – Bastos é “exonerado do cargo de Oficial de Secretaria da Marinha, no dia seguinte ao encerramento da sessão legislativa, em 16 de setembro, em represália contra o discurso que proferiu a 17 de agosto sobre os negócios da Marinha, em discordância com o Ministro da Pasta”²⁵.

19 de Setembro – Inicia a publicação de artigos intitulados *Cartas do solitário*, no *Correio Mercantil*.

Novembro e Dezembro de 1861 – publicação de uma série de artigos intitulada *Libelo inédito*, no jornal *A Actualidade*, criticando veementemente o ministério Caxias-Paranhos.

²⁴ *Idem*, p. 11-12.

²⁵ *Idem*, p. 12.

1862 –3 de Abril – Publica a última carta do Solitário no *Correio Mercantil*.

Maio – Publicação em livro das *Cartas do solitário* referentes à defesa da abertura da navegação de cabotagem e da navegação do Amazonas, e da subvenção a uma linha de vapores entre o Brasil e os Estados Unidos.

21 de Maio – O gabinete Caxias, depois de derrotado em votação de questão de confiança, tem recusado pelo Imperador seu pedido de dissolução da Câmara. Zacarias, liderança dos conservadores moderados, é convidado por Pedro II para organizar o novo gabinete.

27 de Maio – O gabinete Zacarias se apresenta diante da Câmara, com um ministério constituído de nomes conservadores moderados e liberais.

28 de Maio – Cai o gabinete Zacarias, depois de, tendo sido derrotado em votação de confiança na Câmara, pedir a dissolução ao Imperador. Este último recusa e chama Olinda para organizar um novo gabinete.

31 de Maio – Olinda apresenta o novo gabinete à Câmara, composto de conservadores moderados em sua maioria, mas também de antigos conservadores puros.

3 de Junho – Bastos pronuncia discurso filiando-se à liga, e defendendo uma “guerra à oligarquia!”

9 de Julho – Bastos apresenta aditivos à lei do orçamento promovendo a livre navegação do Amazonas e o estabelecimento de uma linha de navegação direta entre o Brasil e os Estados Unidos.

1º de Agosto – Apresenta de aditivo à lei do orçamento, abrindo a navegação de cabotagem nos portos em que houvesse alfândegas.

8 de Agosto – Aprovação do último aditivo mencionado, mas que não foi posto em prática pelo governo.

1863 – 2ª edição das *Cartas do solitário*.

12 de Maio – É lido decreto de dissolução da Câmara. E convocada uma nova para 1º de janeiro de 1864.

Outubro – Bastos é novamente eleito para a 12ª legislatura (1864-1866) pela província das Alagoas.

1864 – 18 de Janeiro – Apresenta-se Zacarias à Câmara com um gabinete constituído de liberais e conservadores.

Fevereiro – Apresentação de projeto sobre livre navegação do Amazonas.

21 de Março – É apresentado projeto relaxando o privilégio da cabotagem. Aprovado em 1ª discussão em 28 de abril desse ano, não voltou mais a ser discutido na administração Zacarias nem na de Furtado, que a sucedeu.

Abril – Tavares Bastos é nomeado secretário de Saraiva na missão para a qual foram enviados ao Uruguai, no intuito de resolver os conflitos que envolviam súditos brasileiros residentes naquele país.

27 de Maio – É apresentado aditivo ao Orçamento da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, prevendo a destinação de 600 contos anuais para subvencionar uma companhia que se encarregasse do estabelecimento de uma linha de vapores entre o Rio de Janeiro e Nova Iorque.

1º de Junho – É rejeitado na Câmara o aditivo mencionado acima.

16 de Junho - É aprovado na Câmara projeto abrindo o Amazonas, prevendo convenções prévias.

27 de Junho - Entra em 1ª discussão no Senado o projeto abrindo o Amazonas, mas é adiado.

29 de Agosto – É aprovado em 1ª e 2ª discussão projeto destinando 200 contos para a linha Rio - Nova Iorque. O que significa derrota do ministério Zacarias de janeiro de 1864, a qual se desdobra no pedido de demissão do gabinete.

01 de Setembro – Furtado apresenta-se à Câmara com o seu gabinete, constituído preponderantemente de liberais.

Crise bancária que provocou pânico muito grande, e cujas conseqüências se estendem por todo o período.

Novembro – Início do conflito direto com o Paraguai, com o ataque ao navio “Marquês de Olinda”, e declaração pelo Paraguai de corte de relações com o Império.

Setembro de 1864 - Maio de 1865 – No retorno da Missão Saraiva, Bastos participa, juntamente com correligionários, de conspiração para derrubada do gabinete Furtado, político de origem liberal que encabeçava o ministério 31 de agosto de 1864.

1865 – 8 de Maio – Gabinete Furtado é derrotado em eleição da mesa, havendo nesse evento - que provocará a queda do ministério - atuação decisiva de Saraiva.

13 de Maio – Olinda se apresenta à Câmara, com o “gabinete das águias”.

19 de Maio – É aprovado em 2ª discussão projeto de 1864 aprovando abertura da cabotagem.

No mesmo dia, projeto de subvenção à linha Rio – Nova Iorque é aprovado em 3ª discussão na Câmara.

01 de Junho – Bastos pronuncia discurso posicionando-se favoravelmente em relação ao gabinete Olinda. Retomando idéia de Nabuco de Araújo, anuncia uma saída para o impasse da Liga na apresentação dela como um novo partido liberal.

17 de Junho – O mesmo projeto é aprovado no Senado.

21 de Junho – Aprovação em 3ª discussão, na Câmara, projeto abrindo a navegação de cabotagem, o qual será rejeitado no Senado.

8 de Julho – É lido na Câmara decreto de adiamento da sessão para 4 de março de 1866.

Setembro – “[Tavares Bastos] parte para o Amazonas, em viagem de estudos e observação. Lá se encontra, a bordo do *Ibicuí*, com Louis Agassiz e William James, que participava, como discípulo, da expedição do sábio suíço”²⁶.

1866 – 27 de janeiro – “casa-se com D. Maria Teodora Alves Barbosa, filha de casal abastado”.

Bastos apóia a administração do ministério Olinda.

3 de Março – Dias de Carvalho pede demissão do ministério da Fazenda, abrindo crise ministerial.

7 de Março – Carrão assume a pasta da Fazenda.

Março – Fundação da Sociedade Internacional de Imigração.

27 de Junho – Início de discussão de novo projeto sobre cabotagem.

31 de Julho – Exoneração do ministério Olinda.

6 de Agosto – Zacarias se apresenta de novo como organizador de gabinete. É recebido por oposição aguerrida. Mas Bastos, embora revele discordâncias, apóia inicialmente o gabinete.

30 de Agosto – Aprovado projeto referente à abertura da cabotagem.

Outubro – “Reeleito deputado, pela mesma Província, para a Décima Terceira Legislatura (1867-1870), a última da qual participará.

Publica *O Vale do Amazonas*.

²⁶ *Idem*, p. 13.

7 de Dezembro – Decreto concedendo a abertura do Amazonas à livre navegação”²⁷.

1867 – Março – Publica “Reflexões sobre a Imigração”.

5 de Junho – Bastos pronuncia uma “declaração de guerra” ao gabinete Zacarias e se diz descrente do “terceiro partido”.

“Publica *Reflexões sobre a Imigração*.

Outubro – empreende a 1ª viagem à Europa, adoecendo gravemente, ele e a mulher, com tifo”²⁸.

1868 – Oposição ao gabinete Zacarias na Câmara.

Junho de 1868 - fevereiro de 1869 – Dirigiu, juntamente com Lafayette Rodrigues Pereira, o jornal *Diário do Povo*.

Julho – Fundação do *Club Radical*.

“16 de Julho – Dissolução da Câmara, deixando Tavares Bastos de ser deputado.

8 de Setembro – Manifesto dos liberais pela abstenção eleitoral.

20 de Novembro – *Circular*, pelo abandono definitivo de participar das eleições a realizarem-se em janeiro de 1869”²⁹.

1869 – Março – Começaram na *Phenix Dramatica* (teatro, rua da Ajuda), as ‘Conferências Radicais’ instituídas pelos membros do ‘Club Radical’.

7 de Abril de 1869 – Fundação do Club da Reforma.

Maio de 1869 – Publicação do jornal *A Reforma*.

Publicação de programa do Centro Liberal.

1870 – Publicação, em julho, de *A província*.

1872 – Aparece *A situação e o Partido Liberal*, escrito em dezembro do ano anterior.

Escreve a Cotegeipe, desinteressando-se de se candidatar mais uma vez. É pela abstenção do Partido Liberal.

²⁷ *Idem*, p. 14.

²⁸ *Idem*, p. 14.

²⁹ *Idem*, *ibid*.

1873 – Vem à luz *Reforma Eleitoral e Parlamentar e Constituição da Magistratura*.

1874 – 23 de Abril – Segunda e última viagem à Europa, com a esposa e a filha.”

1875 – 26 de Novembro – Data de aniversário da filha; é acometido de pneumonia.

3 de Dezembro – Morre em Nice, no sul da França.

1876 – 30 de Abril – Seu corpo chega ao Rio de Janeiro, a bordo do navio francês *Henri IV*.

2 de Maio – Realiza-se o enterro no Cemitério de São João Batista”³⁰.

³⁰ *Idem*, p. 15.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1.1 Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Itamaraty:

Arquivos Particulares: Parte III- Barão de Penedo. Série Correspondentes, Lata 912, maço 01, pasta 08; Lata 899, maço 03, pasta 05.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Coleção Conselheiro Saraiva. Lata 269, pastas 21 a 26.

Coleção Marquês de Olinda. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 207, pasta 75.

Coleção Senador Nabuco. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 362, pasta 61; Lata 365, pasta 45; Lata 371, pasta 20.

Biblioteca Nacional:

Coleção Tavares Bastos, Seção de Manuscritos, códices: 1.03.04; 1.03.33; 10.03.31-32; 11.01.011-012; 11.01.024-032; 11.01.044-046; 11.01.49; 13.01.002-010; 13.01.012-019; 13.01.021-022; 13.01.023-025; 17.01.07-018; 17.01.024-025.

1.2 Fontes impressas

1.2.1 Textos oficiais

Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. C. Villeneuve. (Esta edição está disponível no link “Diários” do site da Câmara dos Deputados: <http://www.camara.gov.br>).

Sessões:

1861: t. 3 (julho)

1862: t. 1 e 4 (maio e agosto) e Appendice

1864: t. 2, 3 e 4 (fevereiro, março e abril – 1º ano da 12ª legislatura)
t. 1 e 4 (maio e agosto- 2º ano da 12ª legislatura)

1865: t. 1 e 2 (maio, junho e julho)

1866: t. 1 e 2 (março e abril – 3º ano da 12ª legislatura)

1867: t. 1, 2, 3, 4 e 5 (maio a setembro)

1868: t. 1, 2 e 3 (maio a julho)

Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. Sessões:

1861: t. 1, 2, 4 e 5 (maio, junho, agosto, setembro e apêndice)

1862: t. 2 e 3 (junho e julho)

1863-1864: t. 1 (maio- 3º ano da 11ª legislatura - e dezembro de 1863 e janeiro de 1864 - 1º ano da 12ª legislatura)

1864: t. 2 e 3 (junho e julho - 2º ano da 12ª legislatura)

1866: t. 1, 2, 3 e 4 (maio, junho, julho, agosto e setembro - 4º ano da 12ª legislatura)

Annaes do Senado do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil

1865: Terceira sessão em 1865 da 12ª legislatura, v. II.

1866: Terceira sessão em 1866 da 12ª legislatura, v. III e v. IV;

Quarta sessão em 1866 da 12ª legislatura, v. III.

Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1860.

Constituição política do Império do Brasil. In: *Todas as constituições do Brasil*. Compilação dos textos, notas, revisão e índices de Adriano Campanhole e Hilton Lobo Campanhole. São Paulo: Atlas, 1971, p. 579-645.

Relatórios ministeriais:

ALMEIDA, Miguel Calmor du Pin. *Adittamento ao Relatório de 11 de maio de 1863 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 12ª legislatura* (Publicado em 1864). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1499.html> Acesso em 28/12/03.)

CARVALHO, José Pedro Dias de. *Proposta e relatório do anno de 1864 apresentados à Assembléa Geral Legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura*. (Publicado em 1865) Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. Disponível em: <http://www.crljukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1546.html> . Acesso em 25/05/03.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório do anno de 1866 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 13ª legislatura*. (Publicado em 1867). Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1867. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1951.html>. Acesso em 10/02/03.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza. *Relatório do anno de 1867 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 13ª legislatura* (Publicado em 1868). Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1868. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1952.html>. Acesso em 09/02/03.

MELLO, Manoel Felizardo de Souza. *Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 1ª sessão da 11ª legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert,

1861. Disponível em <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1945.html> a 00238.html. Acesso em 28/06/03.

Relatórios da presidência da província de São Paulo:

NABUCO DE ARAÚJO, José Thomaz. *Discurso com que o Ilustrissimo e Excellentissimo Sr. Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, presidente da província de S. Paulo, abriu a assembléa legislativa provincial no dia 1º de maio de 1852*. S. Paulo, Typ. do governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852. Disponível em <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/são.html>. Acesso em 10/11/2000.

SARAIVA, José Antonio. *Discurso com que o Ilustrissimo e Excellentissimo Sr. Dr. José Antonio Saraiva, presidente da província de S. Paulo, abriu a assembléa legislativa provincial no dia 15 de fevereiro de 1855*. S. Paulo, Typ. 2 de dezembro, de Antonio Louzada Antunes, 1855. Disponível em <http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/são.html>. Acesso em 25/10/2000.

Relatório da Sociedade Internacional de Imigração

Sociedade Internacional de Imigração. Relatório Annual da Directoria. n. 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1867

1.2.2 Jornais

A Actualidade, Rio de Janeiro, 1861
Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 1861-1862
Diário do Povo, Rio de Janeiro, 1868-1869
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1925
A Reforma, Rio de Janeiro, 1869-1870

1.2.3 Obras de Tavares Bastos

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do solitário*. 4. ed. feita sobre a 2. ed. de 1863. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1975.

_____. *Correspondência e catálogo de documentos da coleção da Biblioteca Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1977.

_____. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. Estudos brasileiros. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *A província*. Estudo sobre a descentralização no Brasil. 2. ed. feita sobre a 1ª edição de 1870. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *O vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

1.2.4 Obras de contemporâneos de Tavares Bastos

- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil: 1865-1866*. Tradução de João Etienne Filho, apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- ALMEIDA, Tito Franco de. *O conselheiro Francisco José Furtado*. Biografia e estudo de História Política contemporânea. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.
- ARAÚJO, José Thomaz Nabuco de. *O Centro Liberal*. Introdução de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1979.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Tradução de Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- BRASILIANSE, Américo. *Os programas dos partidos e o 2º Império*. (Primeira Parte -- Exposição de Princípios). São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri; tradução de David Jardim Junior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- CHRISTIE, W. D. *Notes on Brazilian Questions*. London and Cambridge: Macmillan and Co., 1865.
- Diário do Imperador D. Pedro II. *Anuário do Museu Imperial*. Vol. XVII, Petrópolis, 1956.
- MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia* ('Exposição aos credores') seguida de "O meio circulante no Brasil". Edição prefaciada e anotada por Cláudio Ganns. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks/Estaleiro Mauá, 1998.
- OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- OTTONI, Teófilo. Circulares de Teófilo Ottoni aos eleitores de senadores de Minas Gerais (1860). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Volume 2 – Segundo Reinado (1840-1889). Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996, p. 197-313.
- PEREIRA, Lafaiete Rodrigues. *Cartas ao irmão*. Introdução e notas de João Camilo de Oliveira Torres. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ROCHA, Justiniano José da. Ação, Reação, Transação In: MAGALHÃES Jr., R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 161-218.

SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Introdução de Célio Ricardo Tasinafo. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. O libelo do povo. In: MAGALHÃES Jr., R. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 45-126.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis. *Discursos proferidos no debate do voto de graças de 1868*. Rio de Janeiro: Tipografia de João Ignácio da Silva, 1868.

VON TSCHUDI, J. J. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay; tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

2. Bibliografia

2.1. Obras de referência

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 1970.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

MAGALHÃES Júnior, R. *Dicionário brasileiro de provérbios, locuções e ditos curiosos, bem como de curiosidades verbais, frases feitas, ditos históricos e citações literárias, de curso corrente na língua falada e escrita*. Introdução de Hernâni Donato. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1974.

MORAES, Tancredo. Tavares Bastos. In: _____. *Resumo histórico-antropogeográfico do Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954.

2.2. Livros, artigos, teses

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARENDT, Hannah. *On revolution*. London: Penguin Books, 1990.

AZEVEDO, Célia M. M. de. *Abolition in the United States and Brazil. A comparative perspective*. New York & London: Garland Publishing, 1995.

_____. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 96-109, dezembro 95/fevereiro 96.

_____. *Onda negra, medo branco*. O negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACON, Francis. “Novum Organum ou Verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza?”. In: _____. *Novum Organum e Nova Atlântida*. Tradução e notas de José Aluísio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BARÃO DO JAVARI. *Organizações e programas ministeriais*. Regime parlamentar no Império. 2. ed. Rio de Janeiro, 1962.

BASTIAT, Frédéric. *Oeuvres économiques*. Textes présentés par Florin Aftalion. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. (Obras Escolhidas, v. 1) Trad. S.P. Rouanet; prefácio J.M. Gagnebin. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo, 1976.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 7-18, set. 91/ago. 92.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 194-245.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Liberalismo: ideologia e controle social*. (Um estudo sobre São Paulo entre 1850 e 1910). Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1976.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a formação da elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793-1870)*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

- CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: _____.
HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. t. II, v. 2, p. 9-67.
- _____. Política e administração de 1840 a 1848. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.).
Ob. cit., p. 509-540.
- CAVALCANTI, T. B.; MENEZES, D.; REIS, A. C. F.; DIÉGUES Jr., M.; CALMON, P.
O pensamento político de Tavares Bastos (Mesa-redonda realizada na Fundação Getúlio Vargas, no dia 15 de julho de 1977). *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, n. 21, v. 1, p. 75-96, jan./mar. 1978.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos brasileiros*. Brasília, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- CONRAD, Robert E. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975.
- _____. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Tradução de Elvira Serapicos. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COSTA, Craveiro. *O visconde de Sinimbu: sua vida e sua atuação na política nacional (1840-1889)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.
- _____. *Da senzala à colônia*. 3. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Livraria Martins, 1941.
- DAWSEY, C. B.; DAWSEY, J. M. *The confederados. Old South Immigrants in Brazil*. Tuscaloosa and London: The University of Alabama Press.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Tradução de João Maia; apresentação de Manuel Correia de Andrade. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- ELLIS, Myrian, et. al. *Brasil monárquico: declínio e queda do império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 (História geral da civilização brasileira; t. 2, v. 4).
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1958.

- _____. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle. La religion de Rabelais.* Édition revue avec 6 planches hors du texte. Paris: Albin Michel, 1947.
- _____. *Martinho Lutero, um destino.* Posfácio de Robert Mandrou; tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Edições ASA, 1994.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império.* O debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.
- _____. Mestre apresenta mestre (Tavares Bastos por Evaristo de Moraes Filho) *Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 279-283, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.) *Usos & abusos da história oral.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. *O liberalismo no Brasil e as colônias de parceria: uma abordagem histórica (1840-1860).* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRANCO, Maria S. de C. "All the world was America". *Revista USP.* São Paulo, n. 17, p. 30-53, mar./maio 1993.
- _____. Organização social do trabalho no período colonial. *Discurso.* São Paulo, n. 8, p. 1-45, maio de 1978.
- _____. O tempo das ilusões. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular.* Rio de Janeiro: Cedec/Paz e Terra, 1978, p. 151-209.
- _____. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate.* São Paulo: Brasiliense, n. 1, p. 61-64, 1976.
- _____. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Instituto Estudos Brasileiros, 1964.
- GOUVEA, Fernando da Cruz. *O partido liberal no Império.* O barão de Vila Bela e sua época. Prefácio de Vamireh Chacon. Brasília: Senado Federal, 1986.

- GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. Tradução de Luiz João Caio. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções. Europa, 1789-1848*. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- _____. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (História geral da civilização brasileira; t. 2, v. 5).
- IGLÉSIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1967. t. II, v. 3, p. 9-112.
- LEFORT, Claude. *As formas da história. Ensaio de Antropologia política*. Trad. L.R. Salinas Fortes e Marilena Chauí. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *A invenção democrática. Os limites da dominação totalitária*. Apresentação de Marilena Chauí; tradução de Isabel Maria Loureiro. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LIMA, Raul. *Tavares Bastos: trechos escolhidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1970.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. Tradução de E. Jacy Monteiro. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- LORIGA, Sabina. La biographie comme problème. In: REVEL, Jacques (dir.). *Jeux d'échelles – la micro-analyse à l'expérience*. EHESS/Seuil/Gallimard, 1996.
- LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos. As origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II (1825-1891)*. v. 1. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.
- LYRA Filho, João. *A voz que precedeu a escola*. Rio de Janeiro: Typ. Alba, 1939.
- MAGALHÃES Júnior, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Machado. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, s.d.
- MARSON, Izabel Andrade. *O império da "conciliação": política e método em Joaquim Nabuco – a tessitura da revolução e da escravidão*. Tese de livre docência. Campinas, UNICAMP, 1999.
- _____. *O império do progresso: praieiros e guabirus em Pernambuco, 1842-1855*. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1985.
- _____. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Entre a "vertigem" e a razão: representações da revolução na política pernambucana: 1838-1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 10, n. 20, p. 173-210, mar./ago. 1991.
- _____. Trabalho livre e progresso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 4, n. 7, p. 81-93, 1984.
- _____. Política, ciência e utopia: a Revista "O Progresso" e a (re)criação da monarquia constitucional no Brasil (1846-1848). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 12, n. 23/24, p. 99-110, set. 1991/ago. 1992.
- _____. Liberalismo e escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re (criação) do progresso. *Revista USP*. São Paulo, n. 17, p. 102-113, mar./maio 1993.
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Prefácio de Maria Odila Leite Dias. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. C. Jardim e E.L. Nogueira. Portugal: Presença; Brasil: Martins Fontes, 1974.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec/Brasília: INL, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império (1871-1889)*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1942.

- MILL, John Stuart. *Considerações sobre o governo representativo*. Tradução de Manoel Innocêncio de Lacerda Santos Jr. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MORAIS Filho, Evaristo de. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- _____. Tavares Bastos e as questões do trabalho. *Revista Carta Mensal*. v. 23, n. 275, p. 35-48, fev. 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. Trad. de Adalberto Marson, Paulo de Salles Oliveira e Marisa Elisa Mascarenhas. São Paulo: Ática, 1978.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Introdução de Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. *Um estadista do Império*. Apresentação e cronologia de Raymundo Faoro e posfácio de Evaldo Cabral de Mello. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2 v.
- OCTÁVIO Filho, Rodrigo. Tavares Bastos, através dum arquivo particular. In: _____. *Figuras do Império e da República*: marquês de Barbacena, visconde de Mauá, Osório, Tavares Bastos, Prudente de Moraes, Ubaldino do Amaral. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde, 1944, p. 107-148.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Da natureza e limites do poder moderador e a memória do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos*. In: _____. (org.) *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *Astúcia liberal*: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1829). Bragança Paulista: EDUSF/Ícone, 1999.
- PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.
- PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial*. Jurisconsultos e escravidão no Brasil do século XIX. Tese de doutoramento. Campinas, UNICAMP, 1998.
- PEREIRA, Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*. Prefácio de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.
- PEREIRA, Lupércio Antonio. *Para além do Pão de Açúcar*. Uma interpretação histórica do livre-cambismo em Tavares Bastos. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2000.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O barão de Iguape*: um empresário da época da independência. São Paulo. Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.
- PINHO, Wanderley de Araújo. *Política e políticos do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

- _____. Tavares Bastos. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, p. 717-741, 1940.
- PINTO, Luiz. *Tavares Bastos*. Rio de Janeiro: DASP, 1955.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. O duque de Caxias. *Revista do IHGB*. Brasília; Rio de Janeiro, n. 338, p. 175-184, janeiro/março 1983.
- PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Cândido) – 1839-1875*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1939.
- PORTER, Andrew (ed.) *The Oxford History of the British Empire – volume III: The nineteenth century*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1999.
- PORTO, Costa. *O marquês de Olinda e o seu tempo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- PRADO Júnior, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *História econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- RÊGO, Walquíria D.L. Tavares Bastos: um liberalismo descompassado. *Revista USP*. São Paulo, n. 17, p. 74-85, mar./maio 1993.
- _____. *Liberalismo e escravidão no Brasil: um dilema?* (Primeira versão). Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992.
- _____. *Um liberalismo tardio* (Tavares Bastos, Reforma e Federação). Tese de doutoramento. São Paulo, USP, 1989.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 3. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.
- RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ e Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RIBEIRO, Renato Janine. A filosofia política na história. *Filosofia política* 2. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 117-126.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/CECULT, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *Tavares Bastos: perfil*. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 5 de dezembro de 1969. Cadeira n. 35, Tavares Bastos. Separata da Revista do Livro, n. 40, Rio de Janeiro, p. 107-125.

- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado* (Crítica ao Populismo Católico). São Paulo: Kairós, 1979.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.
- ROSAS, Suzana Cavani. *Os emperrados e os ligueiros* (A história da conciliação em Pernambuco, 1849-1857). Tese de Doutorado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- SANTOS, W.G. dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCANAVINI, João Eduardo Finardi S. *Anglofilias e anglofobias: percursos historiográficos e políticos da questão do comércio de africanos (1826-1837)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 13-28.
- SERPA, Phocion. *Francisco Otaviano: ensaio biográfico*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1952.
- SILVA, Lígia Maria Osório. O federalismo de Tavares Bastos e de Campos Sales: elementos para um ensaio comparativo. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (orgs.) *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1996, p. 75-90.
- SILVEIRA, Paulo de Castro. *Tavares Bastos, um titã das Alagoas*. Maceió: Sergasa, 1976.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigações sobre sua natureza e suas causas. Trad. de Luiz José Baraúna. S. Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. Com referência especial ao município de Vassouras. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- STOLCKE, Verena; HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1984.

TASINAFO, Célio Ricardo. *Relatório Científico II* – Bolsa Doutorado no País da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Processo 00/13307-7. Campinas, janeiro de 2003.

_____. *A obra do presente e do futuro: alguns significados da proposta abolicionista/reformista de Joaquim Nabuco (1882-1884)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

TAUNAY, Afonso d'Escragnole. *A Câmara dos Deputados sob o Império*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1950.

_____. *O Senado do Império*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 125-172.

WRIGHT, Antonia F. P. de Almeida. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil (1808-1850)*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.

ZORZETTO, Alessandra Ferreira. *Propostas imigrantistas em meados da década de 1860: a organização de associações de apoio à imigração de pequenos proprietários norte-americanos: análise de uma colônia*. Dissertação de mestrado. Campinas, 2000.